



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História

Tese de Doutoramento

**Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e
Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas**

José Filipe Pereira Neves da Silva

Orientador(es) | Henrique Coutinho Gouveia
João Brigola

Évora 2021



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História

Tese de Doutoramento

**Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e
Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas**

José Filipe Pereira Neves da Silva

Orientador(es) | Henrique Coutinho Gouveia
João Brigola

Évora 2021



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | António José Candeias (Universidade de Évora)

Vogais | António Leão de Aguiar Cardoso Correia e Silva (Universidade de Cabo Verde)
Henrique Coutinho Gouveia (Universidade Nova de Lisboa) (Orientador)
João Lopes Filho (Universidade de Cabo Verde)
Nome: Filipe Themudo Barata (Universidade de Évora)

AGRADECIMENTOS

No âmbito institucional, é mais do que justo agradecer o apoio logístico do Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS). As Bolsas de Investigação concedidas, para que pudesse deslocar-me a Cabo Verde, e o apoio dado para participar em congressos como palestrante, devem ser salientados.

A nível pessoal, uma primeira menção é devida aos meus orientadores neste projeto, o Professor Doutor Henrique Coutinho Gouveia e o Professor Doutor João Carlos Pires Brigola, pelo interesse e receptividade demonstrados em me acompanhar ao longo deste percurso. O seu aconselhamento no enquadramento científico do tema e revisão cuidada dos textos foi constante e persistente, mas também, quando necessário, crítico. É um privilégio poder usufruir do seu saber e experiência. O percurso académico e profissional de ambos dispensa apresentações. Pelo estímulo intelectual que me transmitiram e pela paciência que tiveram, mas igualmente pelo seu lado Humano, ...OBRIGADO!

Em Cabo Verde quero lembrar todos os que me acolheram, alguns deles tenho a certeza que serão amigos de toda uma vida. Dos primeiros contactos estabelecidos devo salientar o dr. Carlos Alberto Lopes, à época vereador da Cultura da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, e a dr.^a Elizabeth Cardoso, sua técnica superior. No Arquivo Nacional de Cabo Verde, o dr. José Maria Almeida pelas informações facultadas e pelos conselhos dados durante as horas de conversa, a dr.^a Ana Mafalda pelos esclarecimentos sobre o funcionamento do Museu de Documentos Especiais, e a dr.^a Sandra Rosa por me auxiliar na busca dos documentos solicitados e na reprodução dos mesmos. O dr. Jair Fernandes, presidente do IPC, e demais colaboradores desta instituição, devem igualmente ser referenciados por terem estado disponíveis para esclarecer as minhas dúvidas. A nível académico salientar o apoio dado pelo Professor Doutor João Lopes Filho, pelo Professor Doutor António Correia e Silva, pelo Professor Baltazar Neves e pelo Professor Doutor José Maria Semedo, todos eles docentes da Universidade de Cabo Verde, o Professor Doutor Leão Lopes, reitor e docente do Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, e do dr. José Cabral, membro do Comité Consultivo do Museu da Baleia de New Bedford e do Conselho Científico do Museu da Pesca de São Nicolau. Não podia terminar sem aludir à Embaixada de Portugal, nomeadamente ao Instituto Camões, e a todos aqueles que aí trabalham, que me prestaram o apoio logístico necessário aquando das minhas estadas na Praia.

Uma colega deste curso acompanhou de forma particular todo este meu trajeto. Posso dizer que fomos cúmplices em muitas situações, sobretudo nas longas conversas que tivemos ao telefone, pois a distância física que nos separa não permitiu encontrar-nos as vezes que quereríamos para debater assuntos comuns. Por essa razão agradeço à Daniela Nunes Pereira a troca de ideias e os conselhos dados.

Sem a disponibilidade, o interesse e a colaboração dos meus entrevistados não teria sido possível aclarar e conseqüentemente enriquecer esta tese. A eles devo isso, para além do tempo que me dispensaram, quer no momento da interlocução, quer em contactos posteriores, sobretudo por via de correio eletrónico.

As visitas que efetuei a centros interpretativos e a museus em Portugal e em Cabo Verde, os contactos estabelecidos com os seus responsáveis e colaboradores têm também de ser mencionados, porque procurei sempre entender detalhadamente o seu modo de funcionamento, e só o consegui fazê-lo vivenciando esses espaços e interagindo com quem aí está diariamente e conhece esses locais melhor do que ninguém.

Este percurso foi pontuado por algumas apresentações relativas a temáticas deste projeto ou outras desenvolvidas a montante. O simples ato de transmitir os resultados dessas pesquisas, mas acima de tudo a interação com a plateia, através das questões e comentários por ela suscitados, enriqueceram-me enquanto aluno e investigador, concitando-me a ir sempre em busca de mais informação para, sempre que solicitado, corresponder ao que me havia sido pedido aclarar.

As palavras finais são para os meus amigos mais próximos, porque nem sempre estive disponível para os nossos convívios quotidianos, viagens de lazer, ou para ir ver jogar o nosso Varzim Sport Club, mas sobretudo para a minha família que soube respeitar o meu espaço e entender as minhas ausências ou as minhas presenças parciais, mas acima de tudo, o ter-me dado o alento indispensável para prosseguir na busca do objetivo a que me propus.

RESUMO

Em 2009, a Ribeira Grande de Santiago foi classificada como Património da Humanidade, tendo sido propostas, tal como antes desse momento, algumas soluções patrimoniais e museológicas, até hoje sem efeitos visíveis porque descontextualizadas e minimalistas. Neste contexto, deve salientar-se o esquecimento a que têm sido votados os bens ambientais.

Atendendo a este panorama, o texto propõe-se executar um diagnóstico, identificar problemáticas e veicular propostas, articulando as intervenções efetuadas, avaliando a situação presente e perspetivando o futuro. Consideramos que só assim será possível elaborar um Programa de Reconversão Patrimonial e Museológica. Apesar de nos referirmos a todas as tipologias de património, o imóvel será aquele cuja interpretação terá de ser melhor pensada, em virtude de subsistirem escassas pré-existências intactas, sendo por isso necessário conceberem-se estratégias conducentes a permitir as suas plenas inteligibilidade e fruição.

A condição de Sítio Cultural Vivo obedece a determinadas condicionantes a ponderar no decurso deste trabalho. Todavia, aquelas que têm de ser devidamente acauteladas serão a não interferência no quotidiano e modo de vida da sua população, e o seu envolvimento na salvaguarda da primeira capital de Cabo Verde.

A investigação a que nos propusemos percorreu etapas transversais a várias áreas do saber, concluindo-se com a apresentação de um projeto patrimonial e museológico que fundamente uma estratégia de notoriedade devida a este Lugar de Memória.

PALAVRAS-CHAVE: Ribeira Grande de Santiago/Cidade Velha, Salvaguarda e Valorização do Património Cultural, Panorama Museológico cabo-verdiano, Património da Humanidade, Programa Museológico.

ABSTRACT

Ribeira Grande de Santiago. Heritage and museological strategy: diagnosis, problems and proposals

In 2009, Ribeira Grande de Santiago was classified as a World Heritage Site, and, as before, some heritage and museum solutions were proposed, even now without visible effects because they are out of context and minimalist. In this context, it must be pointed out the neglect to which environmental goods have been voted.

Regarding this panorama, the text proposes to carry out a diagnosis, identify problems and convey proposals, articulating the interventions made, assessing the present situation and looking ahead to the future. We believe that this is the only way it will be possible to develop a Global Heritage and Museum Appreciation Program. Although we refer to all types of heritage, the built will be the one whose interpretation will have to be better thought, due to the existence of few intact pre-existences, due to it, it is necessary to conceive leading up strategies to allow its full intelligibility and enjoyment.

The condition of Living Cultural Site obeys certain conditions to be considered in the course of his work. However, those which must be properly taken care of will be the non-interference in the daily life and way of life of its population, and its involvement in safeguarding the first capital of Cape Verde.

The investigation that we set out took steps across several areas of knowledge, concluding with the presentation of a heritage and museological project that underlies a strategy of prominence which this Place of Memory deserves.

KEYWORDS: Ribeira Grande de Santiago/Cidade Velha, Safeguarding and Enhancing Cultural Heritage, Cape Verdean Museological Panorama, World Heritage, Museological Program.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	v
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS E DE ACRÓNIMOS	x
LISTA DE ABREVIATURAS	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA: A METAMORFOSE DE UM LUGAR	18
1.1. Descoberta do arquipélago de Cabo Verde, o seu povoamento e estrutura populacional	19
1.2. Conformação da sua estrutura urbana	24
1.2.1. Primórdios do povoamento	26
1.2.2. Crescimento e apogeu da Ribeira Grande de Santiago	28
1.2.3. Ocaso da Ribeira Grande de Santiago	33
2. SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO ULTRAMARINO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO DURANTE A I REPÚBLICA E O ESTADO NOVO	45
2.1. Nas décadas de 1920 e de 1930	46
2.2. Nas décadas de 1950 e de 1960	51
2.3. Ação do arquiteto Luís Benavente em prol da proteção do Património Histórico-Artístico Ultramarino Português	61
3. CONTRIBUTOS E MEDIDAS PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA PATRIMONIAL NO NOVO PAÍS	92
3.1. Diplomas Legais	94
3.1.1. Os primeiros contributos após a independência nacional	94
3.1.2. O advento de um novo paradigma patrimonial	99
3.1.3. A consolidação do novo paradigma patrimonial	108
3.2. Planos de Gestão	121
3.2.1. Plano de Gestão 2008-2012	121
3.2.2. Plano de Gestão 2019-2022	126

3.3. Outros documentos	128
3.3.1. PLADESVELHA	128
3.3.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Município da Ribeira Grande de Santiago	129
3.3.3. Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande de Santiago	129
3.3.4. Estudo – Impactos do Turismo na Cidade Velha, Património Mundial.....	130
3.3.5. Inventário de Recursos Turísticos do Município da Ribeira Grande de Santiago	131
3.3.6. Projeto de Campo “Prevenção de Riscos para Sítios do Património Mundial dos PALOP”	131
3.3.7. Manual para a Salvaguarda do Património Construído	132
3.3.8. Missão de avaliação do Sítio Património Mundial da Cidade Velha – Cabo Verde	133
3.3.9. Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Ribeira Grande de Santiago	134
3.3.10. Cidade Velha: Guia de Normas Urbanísticas.....	134
3.4. Pareceres veiculados pela UNESCO	136
3.4.1. Institut National de la Culture	137
3.4.2. Cabo Verde – a preservação da sua memória	137
3.4.3. Protection du Patrimoine Culturel et Naturel	138
3.4.4. Programme de sauvegarde du site de Cidade Velha.....	139
3.4.5. Ribeira Grande a Cidade Velha...devenir d’une ville historique.....	140
4. O PANORAMA MUSEOLÓGICO DE CABO VERDE	143
4.1. Desde a década de 1870 até ao final do período colonial.....	144
4.2. Museu Nacional – um desígnio nunca concretizado	151
4.3. Política Pública para os Museus – propostas e concretizações	158
5. OS PATRIMÓNIOS DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. O PROCESSO DE CANDIDATURA A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE	176
5.1. O Património Cultural e a sua evolução concetual ao longo dos séculos.....	177
5.2. Patrimónios da Ribeira Grande de Santiago.....	183
5.2.1. Património Cultural Material – Edificado.....	183
5.2.2. Património Cultural Subaquático.....	229
5.2.3. Património Cultural Imaterial	231
5.2.4. Património Ambiental.....	232

5.3. O processo de candidatura a Património Mundial	232
5.3.1. Antecedentes da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural	232
5.3.2. Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural ..	234
5.3.3. Propostas de candidatura do Sítio da Ribeira Grande de Santiago a Património da Humanidade	244
6. SÍTIO PATRIMONIAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO: UMA PROPOSTA PARA O SEU PROGRAMA MUSEOLÓGICO	252
6.1. Panorama Museológico dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa ...	253
6.1.1. Angola.....	254
6.1.2. Moçambique	260
6.1.3. Guiné Bissau	265
6.1.4. São Tomé e Príncipe.....	269
6.2. Situação atual e os desafios da museologia em Cabo Verde	271
6.3. Avaliação às medidas aplicadas e às ações praticadas com repercussões para a interpretação dos valores patrimoniais da Ribeira Grande de Santiago.....	284
6.4. Proposta de reconversão patrimonial e museológica da Ribeira Grande de Santiago.....	297
6.4.1. Considerações sobre o seu enquadramento tipológico.....	297
6.4.2. Programa Museológico	301
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	339
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	346
ANEXOS.....	429

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Povoação (Ilha de São Miguel, Açores).....	25
Figura 2 Urbanismo nos primórdios do povoamento	27
Figura 3 Urbanismo no período de consolidação e apogeu	29
Figura 4 Expansão urbanística (segunda metade do século XVI)	33
Figura 5 Ocaso urbanístico	34
Figura 6 Igreja de Nossa Senhora do Rosário	43
Figura 7 Localização dos monumentos religiosos da Ilha de Santiago	60
Figura 8 Ilha de Santiago – Igreja de Nossa Senhora da Luz (década 1920).....	70
Figura 9 Objetos de arte sacra (Ilha de Santiago).....	73
Figura 10 Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	186
Figura 11 Igreja de Nossa Senhora do Rosário	190
Figura 12 Igreja de Nossa Senhora do Rosário	190
Figura 13 Igreja da Misericórdia (década 1920)	194
Figura 14 Ruínas da Igreja da Misericórdia	194
Figura 15 Sé Catedral	199
Figura 16 Ruínas da Sé Catedral (década de 1920).....	202
Figura 17 Ruínas do Palácio Episcopal.....	204
Figura 18 Ruínas do Paço Episcopal (década de 1920).....	204
Figura 19 Capela de São Roque (década de 1920).....	205
Figura 20 Capela de São Roque	205
Figura 21 Janela gótico-manuelina (década de 1920)	208
Figura 22 Convento de São Francisco (década de 1920)	213
Figura 23 Convento de São Francisco.....	213
Figura 24 Interior da Fortaleza Real de São Filipe.....	219
Figura 25 Ruínas do Forte de São Veríssimo	221
Figura 26 Pelourinho (década de 1920)	224
Figura 27 Pelourinho	224
Figura 28 Ruínas do edifício da Companhia do Grão-Pará e Maranhão	227
Figura 29 Habitação tradicional (Rua Carreira)	228
Figura 30 Edifício escolhido para albergar o Museu de Arqueologia	281
Figura 31 Placa na fachada principal do Convento de São Francisco	284
Figura 32 Ruínas do Forte do Presídio ocupadas por um parque infantil	285
Figura 33 Painéis informativas junto à Muralha do Mar.....	286
Figura 34 Painel informativo erodido	287
Figura 35 Placa informativa junto às ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	287
Figura 36 Placas de orientação.....	288
Figura 37 Placa de orientação	288
Figura 38 Bar próximo da Fortaleza Real de São Filipe	290
Figura 39 Construção sobre o Forte de São João dos Cavaleiros	290
Figura 40 Sinalização do portão da entrada norte da cidade	291
Figura 41 Ruínas da Sé Catedral.....	292
Figura 42 Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	292
Figura 43 Animais no espaço do outrora Forte de São Lourenço.....	293

Figura 44 Dissonância urbanística e cromática	294
Figura 45 <i>Outdoor</i> alusivo à classificação da Cidade Velha como Património da Humanidade	295
Figura 46 O mesmo <i>outdoor</i> com informação relativa a um evento realizado seis meses antes.....	295
Figura 47 Casa senhorial em frente ao Forte do Presídio	317
Figura 48 Atividades de mergulho junto à costa	318
Figura 49 Testemunho parcialmente legível (Sé).....	319
Figura 50 Testemunho legível (Pelourinho).....	319
Figura 51 Pia batismal acondicionada em cima de um pneu no Museu de Arqueologia	321
Figura 52 Aspeto exterior de uma casa tradicional na Rua Carreira	322
Figura 53 Perspetiva do interior do vale, visto desde a Fortaleza Real de São Filipe.....	322
Figura 54 Interior do Centro Cultural da Cidade Velha	323
Figura 55 Mobiliário informativo do Museu de Arqueologia (destaque-se o excesso de texto).....	325

LISTA DE SIGLAS E DE ACRÓNIMOS

AECID	Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo
AHN	Arquivo Histórico Nacional (Cabo Verde)
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal)
ALUPEC	Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano
ANCV	Arquivo Nacional de Cabo Verde
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal)
ASPPEC	Associação para a Promoção do Património Educacional de Cabo Verde
BOGGPCV	Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental
CIAM	Congrès Internationaux d'Architecture Moderne
CIDOC	International Committee for Documentation
CPC	Comissão do Património Cultural (Transnacional/CPLP)
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DGEMN	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Portugal)
DGPC	Direção Geral do Património Cultural (Portugal)
FLB	Fundo Luís Benavente (Portugal)
ICCROM	Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM	International Council of Museums

ICOMOS	International Council of Monuments and Sites
IIPC	Instituto da Investigação e do Património Culturais (Cabo Verde)
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (Cabo Verde)
IPC	Instituto do Património Cultural (Cabo Verde)
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
INAC	Instituto Nacional da Cultura (Cabo Verde)
INIC	Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde)
ISCEE	Instituto Superior Ciências Económicas e Empresariais (Cabo Verde)
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
MCIC	Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas (Cabo Verde)
M_EIA	Mindelo_Escola Internacional de Arte (Cabo Verde)
MINOM	Movimento Internacional para a Nova Museologia
MPD	Movimento para a Democracia (Cabo Verde)
PAIGCV	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PLADESVELHA	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade Velha
PRRA	Programa de Reabilitação, Requalificação e Acessibilidades (Cabo Verde)
PROIMTUR	Projecto Imobiliário para o Desenvolvimento Turístico
SAMP	Swedish-Africa Museum Programme
SIDA	Swedish International Development Cooperation Agency

SPECTRUM	UK Museum Collection Management Standard
SUCLA	Sociedade Ultramarina de Conservas, Lda. (Cabo Verde)
UCCLA	União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
WAMP	West African Museums Programme
WHPO	World Heritage of Portuguese Origin

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.º	Artigo
c.	cerca de
cf.	confrontar
co. edit	coeditor
com. edit.	comissão editorial
coord.	coordenação
coord. edit.	coordenação editorial
cx.	caixa
dir.	direção
dir. edit.	direção editorial
doc.	documento
docs.	documentos
ed.	edição
edit.	editor/editores
[et. al.]	e outros
fl.	folio
fls.	folios
ibidem	do mesmo autor
n.º	número
<i>op. cit</i>	<i>opus citatum</i>
p.	página

pgs.	páginas
pp.	de página a página
pt.	pasta
pts.	pastas
[s.d.]	sem data
[s.l.]	sem local
[s.n.]	sem nome
[s.p.]	sem página
[s.f.]	sem folio
v.	verso
vol.	volume

INTRODUÇÃO

O trabalho que a seguir se apresenta denomina-se *Ribeira Grande de Santiago. Estratégia Patrimonial e Museológica: diagnóstico, problemáticas e propostas*, e insere-se no Programa de Doutoramento em História da Universidade de Évora. Até à escolha deste título percorremos várias etapas, embora a decisão final tivesse sido, depois de analisadas as possibilidades, relativamente fácil. Mas antes de começarmos a discorrer sobre as razões conducentes a essa opção, importa tornar perceptível um percurso académico e profissional que contribuiu para consolidar o projeto de Tese.

Durante a Licenciatura em Ensino de História, obtida na Universidade do Minho, de entre as matérias ministradas, a atinente à História da Expansão Portuguesa foi das que mais nos cativou. O arrojo e a sagacidade do povo Luso em descobrir e dar a conhecer novos territórios, consubstanciando-se esta epopeia ultramarina numa marca cultural indelével, materializada sobretudo em monumentos de distinta tipologia e na disseminação da língua portuguesa, foi o que mais nos fascinou e impeliu em investigarmos o tema.

Posteriormente, exercemos a atividade de docente e formador, ministrando em algumas ocasiões módulos relacionados com o a esfera patrimonial, mas procurando, quando possível, extrapolar as fronteiras de Portugal e dar a conhecer esses vestígios dispersos Mundo afora. O contacto mais efetivo com a Ribeira Grande de Santiago ocorreu nessa ocasião. Todavia, a atenção para este Lugar de Memória ainda não nos havia cativado plenamente, sendo necessário esperar mais alguns anos para que tal sucedesse.

Foi no decurso do Mestrado em Gestão do Património Cultural, na Universidade Católica do Porto/Escola das Artes, que entrámos definitivamente em contacto com as questões relacionadas com o Património e a Museologia. A dissertação final intitulou-se *Museu do Leite – uma proposta para o seu programa museológico*. Desde então adveio um crescente fascínio por ambas as disciplinas, mas numa tipologia diametralmente oposta – o Património Industrial – ao preconizado presentemente.

Findo este trajeto, durante a visita à Colónia de Sacramento – Uruguai –, verificámos a forma como se conformou a paisagem deste aglomerado populacional junto ao Rio da Prata. A partir de então, começámos a pensar direcionar a pesquisa para o estudo do Património de Origem Portuguesa.

A escolha da Ribeira Grande de Santiago foi quase como que uma inevitabilidade, em razão do seu valor intrínseco para a História da Expansão Portuguesa e de

geograficamente estar próxima de Portugal. A sua proclamação, em junho de 2009, como Património da Humanidade, e a sua eleição, nesse mesmo mês e ano, como uma das Sete Maravilhas de Origem Portuguesa, fortaleceram a nossa opção.

Preliminarmente, fomos a Cabo Verde para aferir da receptividade deste projecto junto de Humberto Lima, então presidente do IIPC, e de Carlos Alberto Lopes, vereador com o pelouro da Cultura na Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago. Em ambas as situações, a ideia apresentada foi aceite com agrado e vista como um fator potencial para o progresso do Sítio. Dos contactos estabelecidos, e da visita e leituras efetuadas, observámos que o preconizado a nível patrimonial e museológico era resultado de pareceres avulsos e sem a devida sustentação conceptual e científica.

Posteriormente, quando subimos à Fortaleza Real de São Filipe e tivemos uma visão panorâmica sobre este vetusto assentamento urbano, a topofilia, consubstanciada pela manifestação do seu Espírito do Lugar, foi imediata, tal como a decisão de conceber um projeto nos moldes sugeridos firmou-se definitivamente.

Resumidamente, podemos elencar as seguintes razões para a nossa escolha: 1) por se tratar da primeira cidade de traça europeia construída a sul do Trópico de Câncer; 2) a nossa vontade em estudar o Património Português no Mundo; 3) a relativa proximidade geográfica a Cabo Verde; 4) a constatação da inexistência de um Plano de Reversão Patrimonial e Museológico para a Ribeira Grande de Santiago, já sugestionado, mas sem evidências visíveis; 5) a nossa vontade de a capacitar de um circuito coerente e funcional, inserido numa Proposta de Reversão Patrimonial e Museológica.

A Problemática

Esta tese é integrada num Curso de História e o seu recorte temático, direcionado para os campos do Património e da Museologia, resultou do exame da realidade aferida na Ribeira Grande de Santiago. Deste modo, procurar-se-á dar resposta às lacunas detetadas e traçar uma perspetiva das áreas supracitadas, alicerçando-se este trabalho, não só na análise deste cenário específico, mas também noutros casos tipologicamente similares, intentando-se com esse procedimento suscitar um conhecimento de âmbito holístico, passível de sustentar algumas das opções tomadas na proposta apresentada.

Ao longo do tempo, o Estado português interveio na esfera cultural impelido por diferentes tipos de ações validadas pela conjuntura vigente à época. No século XVIII,

momento de recrudescimento dos sentimentos nacionalistas, consagraram-se motivos pátrios para essa valorização e, na centúria seguinte, motivações de natureza hedonista pela arte consagraram essa defesa patrimonial. Mas desde meados do século XX, a expectativa de enaltecimento desses referentes constitui-se como um objetivo assumido por parte do Poder Central, Municipal e de organizações supranacionais.

Atualmente, a aplicação de medidas políticas consignadas a este setor está cada vez mais direcionada para preocupações de natureza educativa, formativa e de democratização de acesso à fruição dos legados ancestrais. Estas três premissas são o *leitmotiv* para tal reconhecimento, potenciando igualmente o surgimento de externalidades tendentes a promover e melhorar a notoriedade desse local e a autoestima da população, se possível através da sua inclusão e participação em todo esse processo.

Do descrito, é absolutamente evidente que a cultura é um importante instrumento de desenvolvimento territorial, e as despesas a ela alocadas não são consideradas um custo público, mas antes um investimento, sendo por isso evidente que é cada vez mais premente utilizarem-se as ativações patrimoniais como recurso para a revitalização económica e social de uma determinada região. Exemplos não faltam: o denominado ‘efeito Bilbao’, que no final do século XX transformou esta cidade portuário-industrial do País Basco, sem grandes atrativos turísticos e economicamente estagnada, num destino internacional, é possivelmente um dos melhores protótipos desse novo paradigma.

Em 2009, a Ribeira Grande de Santiago foi classificada Património da Humanidade, tendo desde logo sido sugestionado um Programa de Reconversão Museológica, até hoje sem sequência, e ponteadado por ações isoladas, descontextualizadas e com pouco rigor científico. Realce-se que a questão tem sido uma vontade premente, primeiramente pelas autoridades coloniais e depois por parte dos sucessivos governos da República de Cabo Verde, sem todavia se ter conseguido encontrar um ponto de equilíbrio entre os bens escolhidos para esse intento e os padrões de processamento a utilizar.

Por essa razão propomo-nos executar um diagnóstico, identificar problemáticas e veicular propostas, articulando as intervenções efetuadas, avaliando a situação presente e perspetivando o futuro. Consideramos que só desta forma será possível elaborar uma Proposta de Reconversão Patrimonial e Museológica, realçando-se por via de um método adequado essencialmente os testemunhos não deslocalizados, embora subsistam poucos exemplares tangíveis do período de maior projeção da Ribeira Grande de Santiago.

Pretendemos que essa intervenção seja executada numa perspetiva pan-patrimonial, pois se assim não acontecesse, esta pretensão seria redutora.

Assim, daremos enfoque ao Património Cultural Imóvel, sem esquecermos o seu congénere Móvel, Subaquático e Imaterial, e o de génese Ambiental. Se assim não procedêssemos, incorreríamos no erro tão comumente cometido no contexto museológico neste arquipélago ao promover-se concretizações com pouco critério e por vezes tipologicamente mal-enquadradas, podendo tomar-se como exemplo a Colónia Penal de Chão Bom, cujo potencial extramuros não tem sido devidamente aproveitado. Em relação à Cidade Velha – topónimo pela qual é conhecida a primeira capital de Cabo Verde –, as hipóteses aventadas para se criarem distintos museus estão longe de preencher os requisitos exigidos para estas instituições, em virtude de carecerem de um apuramento concetual mais examinado, isto porque o procedimento idealizado levaria a criação de meras salas expositivas, em razão da ausência de componentes funcionais, quer as de contacto direto com os públicos, quer as de retaguarda. Para consubstanciar o preteritamente explicitado, veja-se o proposto para o Museu de Arte Sacra, cogitado localizar-se na Capela de São Roque, vontade condicionada por uma multiplicidade de fatores, a começar pelo acesso pedonal a este templo.

Outra variável que deve ser tida em conta nesta equação, resulta do facto de estarmos a falar de um Sítio Cultural Vivo. Como tal, o envolvimento e comprometimento de todos os que aí habitam tem de ser incondicional para se dar Humanidade e tornar vivo o que para ele se almeja. Paulatinamente, esse labor tem vindo a ser realizado, mas parece-nos que ainda muito há a fazer para se conseguir comprometê-los de um modo indefetível com essa intenção.

Resultante de todo este impasse, e para que de uma vez por todas se intente mudar o padrão vigente, é necessário pensar-se, antes de se avançar para a sua execução, no que se quer fazer, sendo desde já possível espoletar-se algumas reflexões: qual ou quais as tipologias museológicas que mais se coadunam com a realidade em análise?; quais as temáticas a discorrer?; que funções museológicas ficarão sedeadas na Ribeira Grande de Santiago?; como estabelecer parcerias de gestão bipartida entre o MCIC, entidade tutelar do Museu da Ribeira Grande de Santiago, e os proprietários das áreas onde estão localizados esses bens?; como envolver a comunidade neste desígnio? de que forma centros interpretativos propostos poderão ajudar na inteligibilidade do Sítio?

Para uma proficiente prossecução do exposto, terão de ser devidamente delineadas etapas de execução do que pretendemos desenvolver, quer a montante, quer durante, quer a jusante do planeamento e realização do alvitado, as quais devem estar em sintonia com as premissas acima formuladas: perceber a disposição espacial dos testemunhos; cotejar a sua realidade atual e estado de conservação para posterior reuso funcional; avaliar a questão da acessibilidade para os visitantes com necessidades especiais; consciencializar a população residente para a necessidade de também ela se envolver na gestão deste propósito; optar entre modelos de instalação expositiva/interpretativa confinados a um edifício ou numa área aberta; atender à envolvente ambiental, geológica, mineralógica, paisagística e humana; pensar na delimitação de itinerários/circuitos; prover a aplicação de um programa de mediação cultural através da utilização de critérios museológicos, de metodologias museográficas e da sua recuperação para fins educativos e científicos.

Dentro desta perspetiva de análise considera-se oportuno inferir qual o apuramento concetual a tratar, através do qual explanaremos conceitos relacionados com a valorização patrimonial e museológica: Centro Interpretativo, Ecomuseu, Museu de Sítio, Património Cultural, Património Ambiental, Património da Humanidade, Sítio Cultural Vivo, Lugar de Memória.

A finalizar, referir que o apresentado não tem qualquer tipo de valor vinculativo, competindo futuramente a quem de direito decidir se a mesma se ajusta parcial ou totalmente ao aventado para a Ribeira Grande de Santiago. Todavia, temos a plena consciência de que muitas vezes a distância entre o desejável e o concretizável pode ser mais ténue ou distendida conforme a vontade dos decisores político ou da circunstância político-económica.

Uma dúvida que tivemos inicialmente foi a de saber se nos ateríamos somente às questões museológicas e museográficas, ou as extravasaríamos e formularíamos outras considerações relacionadas com a sua gestão financeira e sustentabilidade. Optámos por esta última via, porque ajudará a consubstanciar o aclarado, como o comprovará, entre outras proposições, a sugestão do custo de ingresso no Museu da Ribeira Grande de Santiago e as distintas vias de captação de receita à disposição desta instituição.

Um trabalho desta índole tem de ser entendido como um contributo que não fique desajustado com a passagem do *chronos*, e que seja o mais intemporal possível.

Conquanto, sabendo-se da volatilidade que caracteriza todas as Ciências Sociais, preconizamos para este nosso intuito um prazo de validade de curto/médio prazo optando-se sempre pelo princípio do *mutatis mutandis*, pois sabemos que a nível museológico e museográfico surgem, com frequência, novas e inovadoras conceções expositivas e interpretativas.

Limite temporal e geográfico para o enfoque temático

Em virtude de a nossa proposta versar sobre a reconversão patrimonial e museológica da Ribeira Grande de Santiago, esta investigação centrar-se-á numa perspetiva diacrónica bastante distendida – entre o início da década de 1460, momento da chegada dos portugueses a Cabo Verde, e a atualidade –, necessária para se compreender de que forma se efetivou a sua evolução civilizacional, histórica, social e urbanística. Assim, e como veremos ao longo desta tese, não podemos abordar o tema num único estádio, mas antes considerar períodos mais ou menos dilatados, e que nos permitem aferir os diferentes estágios de evolução ou retrocesso do Sítio.

O limite geográfico deste estudo circunscrever-se-á a parte do município da Ribeira Grande de Santiago, com realce para o perímetro declarado pela UNESCO como Valor Universal Excecional. Essa delimitação espacial albergará os patrimónios cultural e ambiental que aí coexistem em perfeita harmonia e que contribuem, conjuntamente com outros predicados, para a manifestação do Espírito do Lugar.

Estado da Arte

No que concerne à História de Cabo Verde importa aludir à descrição feita, em 1832, por Charles Darwin sobre a Ilha de Santiago, aquando da sua viagem à volta do mundo. Todavia, podemos considerá-la uma narrativa de cariz eminentemente descritivo e não sustentada em acontecimentos históricos, tal como os produzidos por José Carlos Conrado de Chelmsicki e Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1841, e por Francisco Travassos Valdez, em 1864. Foi necessário esperar até ao final desse século XIX para que Cristiano José de Senna Barcellos fizesse uma retrospectiva cientificamente sustentada. Obra de superlativa importância, foi no início do século XXI reeditada, sendo então emendadas algumas imprecisões expostas, advindo estas de um certo facilitismo interpretativo dos factos aferidos por aquele oficial da Marinha e publicista, natural da Ilha Brava.

Da década de 1920, é forçoso referir uma monografia sobre esta Província, da lavra de Amâncio Garcias, e no final da década subsequente a impressão de um conjunto de cartas do século XVI. Na segunda metade do século XX, destacar a obra coligida e anotada pelo padre António Brásio e uma outra por Ilídio Amaral, bem como alguns textos difundidos aquando da comemoração do V Centenário do achamento de Cabo Verde e da morte do Infante D. Henrique, versando a grande maioria destes sobre o passado de esplendor e o então tempo presente agonizante da Ribeira Grande de Santiago.

Na década de 1980, frisar o livro de Daniel Pereira, reimpresso em 2009, que cronologicamente relata os principais acontecimentos aí ocorridos, e o surgimento do corpo documental da História Geral de Cabo Verde, coordenada por Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos. Alguns anos depois, começou a dar-se à estampa os restantes volumes desta obra, podendo também enunciar-se uma outra com as mesmas características, da chancela do AHN, coordenada por José Maria Almeida. Acentuar igualmente as publicações de António Correia e Silva, em particular aquela que direccionou a sua atenção para a importância da Ribeira Grande de Santiago enquanto cidade-porto.

Referir os subsídios advenientes de comunicações feitas sobretudo por investigadores cabo-verdianos e portugueses, e vertidas posteriormente para as atas desses Encontros ou para outras publicações periódicas da especialidade.

Indissociável da vertente histórica, mas constituindo-se como um departamento autónomo no que tange à produção bibliográfica, o espectro patrimonial da primeira cidade que os portugueses construíram a sul da faixa saheliana tem sido profusamente explanado, daí resultando a heterogeneidade de contributos autorais, incidentes sobre as tipologias monumentais existentes, com ênfase para aqueles com maior significância para a sua vida civil, militar e religiosa.

Em 1933, aquando do IV Centenário da fundação da diocese de Cabo Verde, um grupo de intelectuais naturais daquelas Ilhas, alguns deles anos mais tarde envolvidos na formação do movimento Claridade, decidiu produzir um manifesto de consciencialização para a salvaguarda das ruínas da Ribeira Grande de Santiago. Foi reeditado em 2015, sendo acrescido ao mesmo imagens remontantes àquele tempo e atuais, que ajudam os leitores a perceberem melhor as mudanças ocorridas.

Na década de 1960 e até ao ano de 1973, Luís Benavente executou um levantamento exaustivo do legado daquela Província Ultramarina, em particular na Ribeira Grande de Santiago, com especial incidência para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o Pelourinho e a Fortaleza Real de São Filipe. De sublinhar que este espólio bibliográfico e documental, por nós e por outros investigadores portugueses profusamente analisado, e que deve ser objeto de particular atenção, está depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Conquanto, causa-nos alguma estranheza que o mesmo tenha sido pouco examinado por congéneres cabo-verdianos, o que contribui para a aversão que no arquipélago existe em relação à ação desenvolvida por aquele arquiteto, sendo por muitos assumido que esta foi nefasta, como comprova, segundo eles, as adulterações feitas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário ou na Fortaleza Real de São Filipe.

Na década de 1980, João Lopes Filho foi pioneiro nesta abordagem, com duas publicações que relatam a situação patrimonial de então, podendo igualmente relevar-se o aporte de António Jorge Delgado, que anos mais tarde viria a ser ministro da Cultura. Desde então, vários textos da lavra de investigadores cabo-verdianos, espanhóis e portugueses, direcionados para os monumentos farol da Ribeira Grande de Santiago, potenciaram sobre eles a aquisição de mais conhecimentos. Neste contexto, devemos aludir à obra *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, cuja parte de um volume é dedicada a Cabo Verde e uma outra, mais recente, intitulada *Cabo Verde – Cidades, Territórios e Arquitecturas*.

Por sua vez, os relatórios produzidos aquando das prospeções arqueológicas efetuadas na Ribeira Grande de Santiago, feitos por investigadores da Universidade de Cambridge, facultam-nos importantes informações sobre os seus edifícios históricos e ruínas subsistentes à vista e no subsolo.

Em Cabo Verde, durante muito tempo, a temática museológica foi pouco desenvolvida e aprofundada. Após a independência produziram-se alguns estudos relativos à sua problematização, mas sem a cadência considerada desejada para um mais profícuo e intenso intercâmbio de ideias por forma a consubstanciar-se neste setor uma política coerente. A este respeito, é obrigatório referir que a *Revista Sumara* tem dedicado atenção às questões da museologia cabo-verdiana, quer em casos específicos, onde a Cidade Velha assume obviamente especial destaque, quer noutros mais latos.

A participação a partir da década de 1990 em conferências internacionais e a elaboração de artigos em publicações da especialidade de investigadores cabo-verdianos – José Maria Almeida, João Lopes Filho, Manuel Veiga, Nélida Rodrigues, Tiago Estrela e Verónica Freire –, espoletou um maior incremento ao domínio em questão. No entanto, denota-se ainda pouca produção bibliográfica quando comparada com Angola, Moçambique e até mesmo a Guiné-Bissau. Esta constatação é perfeitamente evidente na leitura das atas dos “Encontros de Museu de Países e Comunidades de Língua Portuguesas”. Essa diferença é ainda mais manifesta na comparação com o panorama museológico africano, nomeadamente nos colóquios do WAMP.

Em Portugal têm surgido participações diversas, todas elas por nós devidamente analisadas e interpretadas. Alberto Guerreiro numa perspetiva da conjugação da museologia com a etnopaisagem, Luís Pequito Antunes enfocando sobre a temática da museologia setecentista e oitocentista, e Henrique Coutinho Gouveia, cujos temas abordados, com especial atenção para os Museus de Sítio, em muito têm contribuído para uma esclarecimento e concetualização mais profunda do quadro em apreciação. Numa perspetiva lata, e para compreendermos toda esta dinâmica ultramarina, evocar a investigação feita por João Brigola – *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII* – que nos ajuda a entender o ambiente museológico metropolitano.

Outrossim, concretizaram-se alguns projetos académicos em universidades cabo-verdianas e portuguesas, no âmbito de cursos de mestrado e de doutoramento, incidentes sobre parâmetros da realidade museológica, patrimonial e turística de Cabo Verde e da Ribeira Grande de Santiago. Uns mais do que outros, orientaram-nos no caminho a seguir quanto às referências bibliográficas como na metodologia empregue para a elaboração da proposta explanada.

Fontes e considerações metodológicas

Primeiramente, atendendo à latitude das referências bibliográficas, julgámos conveniente mencionar que decidimos compartimentá-las nas secções discriminadas, com o objetivo de tornar mais fácil e intuitiva a localização das temáticas abordadas. Se à primeira vista podem parecer excessivas, o facto de ao longo dos capítulos desta tese abordarmos matérias diversas, por vezes pouco ou nada exploradas, tornaram-nas indispensáveis.

As fontes primárias recolhidas são de distinta proveniência, constituindo-se por textos e cartografia coeva; diplomas legais produzidos em Cabo Verde no período colonial (1850-1974), mas sobretudo após a proclamação da independência nacional, em Portugal, noutros países africanos de língua oficial portuguesa e no Brasil; Boletins de Propaganda e Informação; cartas patrimoniais e outros escritos emanados pelo ICOM, ICOMOS e UNESCO; Programas do Governo de Cabo Verde; documentos do MCIC/IPC, com saliência para os dois Planos de Gestão do Sítio, e do Município da Ribeira Grande de Santiago.

Por sua vez, as fontes secundárias dividem-se em obras completas, artigos e comunicações. Referir que a latitude dessa perscrutação foi bastante abrangente, quer tipológica quer geograficamente, intentando-se sempre buscar substância para fundamentarmos o por nós realizado, isto porque em alguns capítulos vertemos para o papel o aferido nas leituras efetuadas. Neste sentido, este trabalho aportou um desafio teórico-metodológico de análise crítica de confirmação, rebate ou complemento à produção científico-bibliográfica feita por outros investigadores.

Naquele arquipélago, visitámos o Arquivo Histórico Nacional, mas também o Instituto do Património Cultural, a Biblioteca Nacional e a Universidade de Cabo Verde. Em Portugal, queremos salientar as averiguações no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Direção-Geral do Património Cultural, na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste de Gulbenkian, na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, no Centro de Documentação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e na Biblioteca Pública do Porto.

Foram igualmente utilizadas técnicas de recolha e análise de dados, todas elas devidamente anotadas, e parte delas vertidas para anexos. Em Portugal deslocámo-nos a alguns espaços interpretativos e museológicos, com aproximação ao que propomos para a Ribeira Grande de Santiago, onde pudemos entrar em contacto com os seus responsáveis e conferir alguns procedimentos funcionais dessas instituições. A obtenção de informação por via de testemunhos diretos foi um dos métodos utilizadas ao longo da nossa investigação. Em Cabo Verde realizámos onze entrevistas presenciais, todas elas gravadas com a autorização dos entrevistados e posteriormente validadas, e uma através de correio eletrónico. A seleção desses interlocutores atendeu às funções por eles exercidas no passado e no presente. A maioria das questões formuladas foi previamente

definida, mas outras surgiram no decurso dessas conversas, daí advindo um modelo de entrevista aberto e permissivo a novas interpretações e contributos relativamente ao âmbito em observação, tendo nós sempre recorrido a elas para consubstanciar as ideias por nós veiculadas. O exame da realidade museológica autóctone foi uma atividade recorrente, deslocando-nos a valências dessa índole sempre que fomos a Cabo Verde, intentando com este repetido procedimento aferir as transformações ocorridas ao nível da gestão e da conceção museográfica, consubstanciando essas deduções nos diálogos tidos com os seus responsáveis.

Mencionar também a participação, enquanto palestrantes ou meramente como assistentes, em congressos ou em eventos similares, cujo teor entroncasse minimamente no que estávamos a desenvolver. Desses momentos resultaram contactos com outras pessoas e consequente assimilação de novos conhecimentos.

A pesquisa bibliográfica suportou-se na componente qualitativa, replicando-se o que se havia induzido em indagações anteriores. Todavia, procurámos sempre examinar outras fontes com a expectativa de reforçar uma ideia já difundida ou adicionar um novo contributo a esse item, o que, não raras vezes, foi conseguido.

Outro pressuposto que merece ser mencionado é quando vários autores consultados abordam o mesmo tema. Quando tal aconteceu, decidimos citar apenas aqueles que nos parecem mais proeminentes, regra geral os precursores desse assunto, a não ser que algum dos subsequentes comentadores tenha sido mais completo e pormenorizado.

Nos fundos documentais consultados utilizámos a numeração por fólios e não por páginas, salvo quando estas estavam devidamente explicitadas. Situações houve em que esse documento era composto por um único fólio ou o conteúdo que nos interessava estava disperso em todo o texto. Nestes casos optámos por omitir a numeração.

A escrita da tese foi efetuada em consonância com as regras do Acordo Ortográfico de 1990, que entrou em vigor no ano de 2009. O modelo de referência bibliográfico usado foi o Estilo Chicago (Sistema Humanidades), que será disposto em nota de rodapé, tal como parte das citações e comentários adicionais, aí se dispondo igualmente as opiniões consideradas colaterais, mas que sobremaneira enriquecem e nos ajudam a elucidar a nossa interpretação.

Enfrentámos limitações de natureza diversa, a começar pela distância física em relação ao nosso objeto de estudo, *handicap* que poderia ser esbatido se tivéssemos obtido com a solicitude desejada os esclarecimentos suscitados via correio eletrónico às fontes em Cabo Verde. Porém, com o tempo essa dificuldade foi parcialmente corrigida, mas sendo sempre necessário insistência de nossa parte para se obter a resposta ao que havíamos demandado. As leituras efetuadas em quatro idiomas – português, inglês, francês e castelhano – não sendo um obstáculo à prossecução do nosso desígnio, obrigou-nos a adaptar a nossa capacidade interpretativa a essas realidades linguísticas. Aquando da citação optámos pela transcrição *ipsis verbis*, em virtude de considerarmos a narrativa original mais enriquecedora, capaz de tornar o texto mais fidedigno e livre das amarras de uma transcrição que poderia desvirtuar o seu sentido.

Quanto às abreviaturas, realçar que relativamente ao AHN/ANCV e ao IIPC/IPC utilizámos diferentes denominações. Tal deveu-se ao facto de ambas as instituições terem alterado a sua designação. Outra dicotomia terminológica que devemos realçar é a utilização dos vocábulos Património Natural e Ambiental. Nos principais documentos da UNESCO, na legislação e noutros documentos prevalece o primeiro, mas julgamos, quando falamos na Ribeira Grande de Santiago, ser mais acertado fazer uso do segundo, que pressupõe a conformação da paisagem – fauna, flora, geologia e mineralogia – mediante intervenção humana. As palavras Núcleo e Polo estão várias vezes referenciada ao longo do texto, porque a bibliografia e os nossos entrevistados utilizaram essas expressões para denominar unidades museológicas dispersas territorialmente. Contudo essa não é a nossa perspetiva, daí fazermos uso da palavra Extensão para definir essa disseminação.

Esta investigação estruturou-se em seis partes, cuja sequência nos parece a mais lógica e natural. Seguidamente, de um modo sucinto, faremos uma apresentação de cada uma delas, para que antes da sua leitura integral se possa ter a perceção do que será tratado.

O Primeiro Capítulo – **“Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha: a metamorfose de um lugar”** – apresenta-se como uma abordagem historiográfica que julgámos pertinente, visto facultar-nos uma explanação sucinta e condensada de tópicos intrinsecamente conectados com esta matéria. Inicialmente enfocámo-nos em questões relativas à descoberta do arquipélago, o seu povoamento e estrutura populacional, para posteriormente nos debruçarmos sobre a conformação da paisagem do Sítio, desde a sua

fundação até à década de 1920. Para complementar e tornar o descrito mais descortinável visualmente, decidimos inserir nesta secção um conjunto de plantas vertidas de um trabalho académico elaborado por Fernando Pires, incidente sobre a análise histórico-formal do seu espaço urbano entre os séculos XV-XVIII. Outro recurso comparativo empregue foi a inserção de uma imagem alusiva à Povoação – vila açoriana da Ilha de São Miguel –, para se vislumbrar as similitudes morfológicas entre ambas as localidades. Utilizaram-se fontes primárias e secundárias, mas suportámo-nos essencialmente nestas últimas, sobretudo nas obras de Cristiano Senna Barcellos, do padre António Brásio, Daniel Pereira e na História Geral de Cabo Verde.

O Segundo Capítulo – **“Salvaguarda do património arquitetónico ultramarino da Ribeira Grande de Santiago durante a I República e no Estado Novo”** – está orientado para a apreciação das medidas tomadas ao longo de grande parte do século XX, com vista a se prover uma efetiva e eficaz proteção do ancestral legado patrimonial daquele Lugar de Memória. Nele procurámos fazer uma interpretação o mais exaustiva possível dos diplomas legais produzidos na Metrópole, em Cabo Verde e nas restantes províncias ultramarinas. Questão paralela, mas à qual consagramos a devida atenção, é a do movimento Claridoso, o que nos permitiu alcançar essência da cultura e identidade do povo deste arquipélago. Mas foi a ação do arquiteto Luís Benavente que dedicámos grande parte do que escrevemos. Fizemo-lo porque conscienciosos do papel por ele desempenhado em prol da proteção do Património Histórico-Artístico Ultramarino Português. Ressalvar que anteriormente José Manuel Fernandes e Vera Félix Mariz escarpelizaram as muitas pastas depositadas no ANTT/FLB. Aí, para além dos documentos por eles observados, perscrutámos outras fontes, complementando-se essa busca no AHU.

O Terceiro Capítulo – **“Contributos e medidas manifestados para a formulação de uma política patrimonial no novo País”** – conduziu-nos a um exame detalhado dos diplomas legais produzidos desde 1975 até aos dias de hoje. Uma dissertação de mestrado sobre legislação cabo-verdiana atinente aos patrimónios cultural e natural, e um documento produzido pelo IPC relativo à salvaguarda do legado construído, foram dois referentes para a consecução do almejado. A análise dos Planos de Gestão do Sítio, instrumento de avaliação obrigatório exigido pela UNESCO aos bens classificados como Património da Humanidade foi outra via investigacional seguida. Seguidamente, demos a devida atenção a documentos de diversa proveniência – municipal, governamental e

supranacional – enunciados com distintos fins, direcionados sobretudo para o cumprimento das políticas patrimoniais e de gestão do Sítio. Finalmente, aludimos aos pareceres emanados por consultores técnicos da UNESCO, que concorreram para uma cada vez maior tomada de consciência relativamente a este assunto.

O Quarto Capítulo – **“O Panorama Museológico de Cabo Verde”** – está mais voltado para uma narrativa da sua evolução do que para uma observação crítica profunda e consistente, a qual será feita posteriormente. Para uma melhor inteligibilidade decidimos segmentá-lo em dois momentos e, dentro destes, no tempo pós-independência nacional, em duas temáticas relevantes para cotejarmos as fases em que se empreendeu essa evolução. Obviamente que para a sua elaboração tivemos de nos sustentar em pretéritas investigações. Se, na primeira parte, Henrique Coutinho Gouveia e Luís Pequito Antunes nos conduziram até às fontes certas para estudarmos esta questão, principalmente a da museologia oitocentista, no restante, os textos produzidos, quer a título individual, quer institucional, foram profusamente apreciados por Henrique Coutinho Gouveia. As conversas tidas com José Maria Almeida e Nélda Rodrigues, que vivenciaram a concretização de alguns museus ou que estiveram envolvidos na tentativa de implementação de outros, foram importantes para esta nossa análise. A consulta que fizemos a artigos de jornal e a meios de comunicação audiovisual, independentemente de estes só terem valor informativo e não científico, foram um precioso auxílio para compreendermos determinadas circunstâncias do âmbito em observação.

O Quinto Capítulo – **“Os Patrimónios da Ribeira Grande de Santiago. O processo de candidatura a Património da Humanidade”** – primeiramente direciona-se para um esclarecimento do conceito de Património Cultural, facultando-nos uma visão holística da sua evolução desde o final do século XVIII até aos dias de hoje. Feito este introito, importou dar a conhecer todos os patrimónios da Ribeira Grande de Santiago, com evidente destaque para o edificado, consubstanciando-se o explicitado com a confrontação de imagens antigas e recentes. Investigações efetuadas anteriormente foram bastante úteis para consubstanciar o que dissemos. No entanto, ponderámos ser imprescindível, mais do que deduzir o mesmo que aqueles haviam inferido, buscar outros documentos por eles não vistos ou não mencionados, contribuindo desta forma para uma melhor elucidação e consecutivo enriquecimento deste conteúdo. Por fim, escarpelizámos as propostas de candidatura deste Lugar de Memória a Património da Humanidade, embora relativamente à primeira, à qual não tivemos acesso, nos tenhamos baseado nos

reports da UNESCO e depoimentos de pessoas envolvidas na sua execução. Iniciámos a nossa explicação examinando as etapas que desembocaram na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), dando a conhecer a significação do Valor Universal Excepcional e outros atributos que um testemunho deve possuir para ser investido deste título. Averiguámos também quais os outros bens inscritos que obedecem aos mesmos critérios de classificação, o mesmo acontecendo com os casos comparativos expressos na proposição de candidatura que o governo de Cabo Verde remeteu, em 2008, àquela organização.

O Sexto Capítulo – **“Sítio da Ribeira Grande de Santiago: proposta para o seu Programa Museológico”** – é o *core* desta tese. Com o fim de se obter uma perspetiva paragonada em relação aos restantes PALOP, traçámos uma descrição do quadro museológico nesses territórios desde o período colonial até à atualidade. Na rubrica posterior abordámos a conjuntura vigente da museologia-cabo-verdiana e seus desafios futuros, podendo este subitem considerar-se um prolongamento do abordado no Quarto Capítulo que, como vimos, foi de cariz meramente expositivo. O procedimento metodológico direcionou-se numa perspetiva analítica e crítica dos factos e, quando considerado oportuno, veicularam-se pareceres do que deveria ser executado para reverter situações consideradas pouco consentâneas com as boas práticas museológicas. A bibliografia de apoio suportou-se, em muito, nos textos produzidos pelo IIPC/IPC e noutros redigidos aquando da realização, em Cabo Verde, de alguns eventos relativos a esta temática, devendo também realçar-se uma tabela por nós produzida, assente na avaliação de parâmetros, que sinteticamente nos faz a caracterização de todos os museus/coleções visitáveis do arquipélago. De evidente importância para consubstanciar o que deduzimos é a cooptação de trechos da entrevista feita ao então responsável (dezembro de 2017) pela Direção de Museologia e Museus. Na avaliação às medidas aplicadas e ações praticadas com repercussões para a interpretação dos valores patrimoniais da Ribeira Grande de Santiago, primeiramente, aludir que o pioneiro deste propósito foi Henrique Coutinho Gouveia. Partindo da indagação por ele produzida, reforçada no conhecimento que temos do Sítio, foi simples descrever, sustentando-nos em imagens de nossa autoria, as dissonâncias vislumbradas e obstantes, para quem se aí desloca, à sua plena interpretação e fruição. A reconversão sugerida, e observe-se este vocábulo no seu *stricto sensu*, como o ato ou consequência de reconverter, dando-lhe uma nova vida e uma nova funcionalidade, só pode ser aplicada a determinadas tipologias e

espaços patrimoniais. Assim, sugestiona-se investir este Lugar de Memória de uma valência museológica territorialmente expandida, capaz de captar a essência daquele, incidindo sobre o valor intrínseco dos seus testemunhos uma vez que o seu valor circunstancial, por razões várias, nomeadamente a sua ruína, já não é manifesta, sendo a exceção mais evidente desta constatação a secular Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde ainda hoje se celebra o culto litúrgico. Como já dissemos, este é apenas um ponto de partida ou se quisermos ser mais simplistas uma sugestão, podendo se esse for o entendimento das entidades competentes para avaliar a pertinência da sua exequibilidade, ser aceite no seu todo ou somente em parte. Não obstante essa ressalva ser feita no devido momento, é premente informar que a disfunção legislativa cabo-verdiana relativamente a este tema nos conduziu a socorrermos da sua congénere lusa para podermos sustentadamente expor o que preconizámos.

Nas Considerações Finais apresentam-se as deduções inferidas ao longo de toda a investigação, procurando-se que esta esteja em consonância com o exposto na introdução, cogitando-se sempre a necessidade de articulação entre ambas. Em anexo disponibilizamos uma tabela síntese de caracterização dos museus de Cabo Verde e as supracitadas entrevistas que foram um precioso complemento para consubstanciar o expresso ao longo deste trabalho.

1. DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA: A METAMORFOSE DE UM LUGAR

A Ribeira Grande de Santiago é o Sítio Patrimonial do arquipélago onde o enfoque de investigação académica é mais efetivo. Para tal, concorre o valor intrínseco adquirido pelo primeiro assentamento populacional, de feição vincadamente cosmopolita, construído pelos portugueses a sul do Trópico de Câncer. Durante aproximadamente cento e cinquenta anos assistiu-se, em razão da sua idiosincrasia geoestratégica, à confluência e convivência de dispares civilizações. Adveniente desta circunstância, foi possível consubstanciarem-se inúmeras manifestações de cariz patrimonial – de génese material, imaterial e ambiental –, constituindo-se este lugar num verdadeiro laboratório de aclimação/experimentação de seres humanos e espécimes botânicos provenientes de distintas latitudes, proporcionado pela gesta dos descobrimentos portugueses.

1.1. Descoberta do arquipélago de Cabo Verde, o seu povoamento e estrutura populacional

Várias hipóteses têm sido veiculadas relativamente ao seu descobrimento, com um balizamento cronológico entre 1445 e 1460¹. Reportando-nos à década de 1440, alguns autores apresentam o ano de 1445 como factual, cabendo este feito a António da Noli (acompanhado de seu irmão e sobrinho), Vicente de Lagos e Luís Cadamosto², enquanto outros adiantam um ano a essa façanha, compondo-se essa frota por três caravelas onde seguiam aqueles três navegadores, encontrando primeiramente a Ilha da Boa Vista, seguindo-se o Maio, Santiago e São Filipe³. A historiografia mais recente centra a sua atenção em duas outras possibilidades. Oliveira Marques e Charles Verlinden, apontam Alvisé Cadamosto como seu descobridor, no ano de 1456, tendo uma barca sido enviada à Boa Vista, mas as ilhas acima citadas foram apenas avistadas. Luís de Albuquerque

¹ A tese oficial dá como certo que tal ocorreu em 1460, enquanto a tese crítica histórica abarca várias datas (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, parte I. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, pp. 22-31; COSTA, Abel Fontoura. *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1939, pp. 7-20, pp. 97-100; BRÁSIO, António. “Descobrimto/Povoamento/Evangelização do arquipélago de Cabo Verde”. *Separata de STVDIA*, n.º 10. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, julho de 1962, [pp.1-28]).

² Cf. *NOTÍCIA COROGRÁFICA E CHRONOLÓGICA DO BISPADO DE CABO VERDE DESDE O SEU INÍCIO ATÉ AO ESTADO PRESENTE* (apresentação, notas e comentários por António Carreira). Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro, 1985, p. 19. Fontoura da Costa, suportando-se nas investigações feitas por Wieder, considera esta possibilidade, visto num documento cartográfico de 1448 estar já representado este arquipélago, ficando este acontecimento encoberto para ser anunciado em data mais oportuna. (cf. COSTA, A. Fontoura, *Cartas...*, op. cit., pp. 97-100).

³ Cf. CHELMICKI, José Carlos Conrado de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geográfica-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo I. Lisboa: Tipografia L. C. da Cunha, 1841, p. 2.

atribui esse feito à dupla António da Noli⁴/Diogo Gomes, em 1460, com a chegada às cinco ilhas do grupo oriental⁵ – Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo –, ao que tudo indica, à época despovoadas⁶.

Ainda em relação a este tema, mas sem lhe consagrar uma grande amplitude, importa salientar que a descoberta deste arquipélago poder ter sido resultado de uma ação furtiva de navegação⁷. Por outro lado, existe a asserção de que estas ilhas já eram habitadas⁸ ou pelo menos visitadas pelos negros Jalofos, antes da chegada dos Portugueses, tendo esta eventualidade sido refutada por Senna Barcellos e por Orlando Ribeiro⁹, enquanto António Carreira referiu que se tal ocorreu, foi acidental e esporádico¹⁰.

Entretanto, D. Afonso V, e seguindo o modelo já instituído nas outras possessões atlânticas, doou, em 1462, de forma perpétua e irrevogável, o senhorio destas terras a seu

⁴ A ação por ele e pela sua família desenvolvida no arquipélago de Cabo Verde está muito bem relatada numa obra dedicada ao seu contributo para a construção do Novo Mundo (cf. NOLI, Marcello Ferrada (edit). *Antonio de Noli and the beginning of the new world discoveries*. Sweden: Libertarian Books, 2013. Página consultada a 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://libertarianbooks.files.wordpress.com/2013/12/antonio-de-noli-the-beginning-of-the-new-world-discoveries5.pdf>).

⁵ Diogo Gomes, escudeiro do Infante D. Fernando, foi o descobridor das restantes sete ilhas. Interessante constatar que a maior parte delas pode ter sido descoberta no inverno de 1460-1461 ou no de 1461-1462, em virtude do seu nome evocar a devoção a santos cuja festividade do calendário litúrgico ocorre nessa época do ano (cf. BRÁSIO, António., “Descobrimento...”, *op. cit.*, p. [8]).

⁶ Depois de escalpelizadas todas as hipóteses enunciadas, não há dúvidas de que tal facto ocorreu nesse ano (cf. ALBUQUERQUE, Luís “As ilhas que estavam lá...”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 52-67.

⁷ Cf. CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografia...*, *op. cit.*, p. 4; SILVA, António Leão Correia e. “Os fundamentos do povoamento”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, p. 70; SANTOS, Maria Emília Madeira; CABRAL, Iva Maria. “Um laboratório expedito para uma sociedade crioula (Cabo Verde – séculos XVI-XVII)”. In. GARCÍA PEÑA, Carlos (coord.). *Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000, p. 19.

⁸ Cf. NOTÍCIA COROGRÁFICA..., *op. cit.*, p. 20; BALENO, Ilídio Cabral. “Povoamento e formação da sociedade”. In. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, pp. 125-127; FEIJÓ, João da Silva. *Ensaio e memórias económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1986, pp. 1-2; “ILHAS DE CABO VERDE. HABITADAS ANTES DE 1460?”. In. SANTOS, Carlos Pinto (dir.). *Espaço África. Sociedade, Economia, Cooperação e Empresas*, n.º 35. Lisboa: Lusosinal – Edição e Comunicação, SA., janeiro/fevereiro 2005, p. 6; GOMES, José T. “Novos dados sobre a ocupação do arquipélago de Cabo Verde”. In. ALBÉRICO, Cardoso. *África Hoje. Política, Economia e Cultura*, ano XIV, n.º 116. Lisboa: Lucidus Publicações, Lda., abril de 1998, p. 67.

⁹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 38; RIBEIRO, Orlando. *A Ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 90.

¹⁰ Cf. CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2.ª edição. Lisboa/Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1983, p. 306.

irmão, o Infante D. Fernando¹¹, cedendo-lhe o direito de instituir e arrecadar tributos e a jurisdição cível e criminal sobre os seus moradores, devendo este proceder ao seu povoamento e à sua rentabilização económica e administrativa¹².

Apesar de inicialmente não dispor de condições naturais atrativas para acolher povoadores – excessiva distância do reino, falta de riquezas naturais, e as características geoclimáticas¹³ –, o que desde logo inviabilizou a aplicação do modelo seguido na Madeira e nos Açores¹⁴, Cabo Verde mereceu por parte das autoridades portuguesas a devida atenção¹⁵. O seu valor era essencialmente estratégico e comercial, assentando essa importância em duas variáveis extremamente importantes, que concomitantemente são complementares e antagónicas: estar próximo da zona de abastecimento das mercadorias e ser possível aos portugueses fazerem, regularmente e com relativa rapidez viagens com propósitos comerciais ao continente africano; e suficientemente distante daquele para sofrer investidas dos povos autóctones¹⁶. O facto de ser um local de passagem e controlo do tráfego comercial marítimo transatlântico foi certamente outro fator importante para essa decisão¹⁷.

¹¹ Que na sua época foi o senhor mais abastado de Portugal. Era filho segundo de D. Afonso – descendente ilegítimo de D. João I, conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança – e de D. Brites Pereira (cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. “Afonso, D.”. In. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1. Porto: Figueirinhas, 1999, pp. 35-36; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. “Fernando, D.”. In. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 555). Em 1436, o Infante D. Henrique, não tendo filhos, nem perspetivando vir a tê-los, perfilhou-o (cf. BRÁSIO, António. *Monumenta, Missionária Africana . África Ocidental (1342-1499)*, segunda série, vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963, doc. 36, pp. 258-259). Em 1461, D. Afonso V confirmou os instrumentos de perfilhação do Infante D. Fernando (cf. *ibidem*, doc. 57, pp. 411-412).

¹² Cf. *ibidem*, doc. 59, pp. 415-416.

¹³ «A posição geográfica de Santiago e o seu sistema ecológico, obstavam à possibilidade de uma ocupação camponesa e senhorial, assente na agro-pecuária alimentar e de auto-subsistência do homem branco.» (SILVA, António Leão Correia e, *Histórias...*, op. cit., p. 19).

¹⁴ Como na Madeira e nos Açores, a instalação e consolidação dos primeiros povoados obedeceu a certos critérios e fases de implementação maioritariamente uniformes, mas dissonantes na orientação predominante assumida. Enquanto nesses dois arquipélagos, a orientação se fez nos quadrantes meridionais ou sul-orientais, em Cabo Verde, a orientação predominante era noroeste/nordeste (cf. PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis. *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-formal do espaço urbano séc. XV-XVIII*. Dissertação de Mestrado. Praia: Câmara Municipal da Praia, 2004, pp. 48-49. Página consultada a 16 de março de 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/Tese_mestrado_FP.pdf

¹⁵ Cf. TEIXEIRA, André. “O Arquipélago de Cabo Verde”. In. SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dir.); MATOS, Artur Teodoro de (coord. do vol. III – tomo II). *Nova História da Expansão Portuguesa. A Colonização Atlântica*, vol. III – tomo II. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, p. 13.

¹⁶ Cf. SILVA, António Leão Correia e. *Histórias de um Sahel Insular*. Praia: Spleen Edições, 1995, pp. 22-23.

¹⁷ Daí se resultando o fenómeno urbano em Cabo Verde (cf. SILVA, António Leão Correia e., “Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2001, pp. 23-24).

A Ilha de Santiago foi a escolhida para acolher os primeiros habitantes logo no ano de 1462, por ser aquela que demonstrava ter melhores condições para o efeito¹⁸. Todavia, entre o momento da descoberta e a chegada daqueles passaram-se dois anos, o que comparativamente como o que aconteceu nos outros arquipélagos atlânticos pode parecer muito tempo, conquanto, deve ter-se em consideração que a morte do Infante D. Henrique e a sucessão de D. Fernando nos negócios ultramarinos, são explicações plausíveis desta extensão temporal¹⁹.

Posteriormente, formaram-se duas capitánias²⁰ dominadas pelas duas famílias mais importantes da Ilha de Santiago²¹, não obstante, até 1500, terem tido pouca expressão demográfica²². A Ribeira Grande, situada na parte sul da Ilha, fundada em 1462 e confiada a António da Noli. A escolha deste local deveu-se à abundância de água na ribeira²³, de estar apetrechada de um razoável porto de mar²⁴, fulcral para os contactos comerciais com a África Ocidental, e de a sua topografia ser propícia para o estabelecimento de um bom sistema de defesa da baía e ancoradouro²⁵. Alcatrazes, localizada na sua parte setentrional, foi erigida pouco tempo depois e entregue a Diogo Afonso, tendo sido um assentamento urbano oficial até 1516, sendo evidente o seu

¹⁸ Entre 1480 e 1493, surgiram outros dois polos habitacionais – a Praia, na Ilha de Santiago, e São Filipe, na Ilha do Fogo – mas as origens do povoamento deste último, feito por casais vindos de Santiago, está envolto em muitas incertezas. Somente no século XVI tiveram um desenvolvimento mais consistente. No caso da Ilha do Fogo, não pela excelência das suas condições naturais, apesar de ser um importante foco da cultura de algodão, mas por estar muito próxima da Ilha de Santiago, que tinha um desenvolvimento incomparavelmente superior àquela. A ocupação efetiva das outras parcelas deste território arquipelágico processou-se, em alguns casos, a partir da década de 1570, e noutros somente do século XVII em diante (cf. BALENO, Ilídio Cabral, “Povoamento...”, *op. cit.*, p. 133-146). O trabalho de um outro investigador é elucidativo da predominância populacional destas duas ilhas do sul do arquipélago relativamente às restantes (cf. SILVA, António Leão Correia e. “Espaço, Ecologia e Economia Interna”. In. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, pp. 229-236). Interessante também a opinião de Senna Barcellos ao afirmar que os habitantes do Fogo, por não estarem sujeitos à pressão dos donatários, eram mais felizes do que os de Santiago, sem embargo de pagarem nesta Ilha aos almoxarifes e contadores os direitos dos produtos exportados (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 62).

¹⁹ Cf. ALBUQUERQUE, Luís, “As ilhas...”, *op. cit.*, p. 67.

²⁰ Não se sabe se houve algum título que lhes conferisse essa categoria (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I., parte I, *op. cit.*, p. 39).

²¹ Cf. *ibidem*, p. 60.

²² Cf. *ibidem*, p. 75.

²³ «Para a escolha desse lugar visou Antonio da Noli, certamente a abundancia extraordinaria de agua, que inundava um solo ubérrimo, de preferencia aos outros pontos do sul da ilha, que lhe pertencia, onde faltava aquelle elemento tão necessario no começo de uma colonisação, embora o clima fosse máo.» (BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 38).

²⁴ «Como porto marítimo tinha uma importancia capital, e alli se iam abrigar as náos, fragatas e caravelas de todas as nacionalidades, que se destinavam à india e Brazil.» (*ibidem*, p. 38).

²⁵ Os quais podem ser denominados de «[...] três eixos naturais [...]» (SILVA, António Leão Correia e. *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O Tempo das Cidades-Porto*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 15).

definhamento a partir dessa data²⁶. No final do século XV, apesar do seu estatuto de vila, de possuir uma câmara e uma igreja²⁷, era um povoado já quase inexpressivo, muito por força do protagonismo adquirido pela povoação supracitada, confluindo igualmente para esse desenlace a aridez do solo, obstante ao incremento de uma profícua atividade agropecuária²⁸.

Nos quatro anos subsequentes, a evolução demográfica foi residual. Para inverter essa tendência, D. Afonso V promulgou, em 1466, uma Carta Régia concedendo bastantes benesses aos habitantes da Ilha de Santiago para alavancar o seu povoamento, feito essencialmente no litoral, autorizando-os a comerciarem na costa da Guiné, com exceção da zona de Arguim²⁹. Seis anos depois, este monarca, ciente de que os benefícios outorgados haviam sido lesivos para a Coroa, publicou uma outra Carta Régia com o intuito de delimitar os privilégios anteriormente concedidos, promovendo-se uma ocupação mais efetiva do interior da Ilha de Santiago, com o propósito de fomentar a atividade agrícola, induzindo-os com esta medida a comercializarem somente mercadorias/produtos autóctones, e impedindo-os de fazer negócio entre a região da Guiné e a Serra Leoa³⁰.

Até às primeiras décadas do século XVI, essa fixação foi feita de uma forma lenta. A estrutura populacional era bastante heterogénea, mas com a notória predominância de portugueses assim como de outros europeus³¹, que desempenhavam as mais distintas funções – altos funcionários régios, mercadores, clérigos, frades, trabalhador braçal do

²⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 39.

²⁷ Em 2012, deu-se início a uma prospeção arqueológica, incidindo esse trabalho sobre este templo dedicado a Nossa Senhora da Luz (cf. EVANS, Christopher ; SØRENSEN, Marie Louise Stig. *Finding Alcatrazes and early Luso-African settlement on Santiago Island, Cabo Verde*. [S.l.]: Antiquity Publications, 2017, p. 2, p. 4. Página consultada a 25 de agosto 2017. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/8339B945BB080CA4CFE0C8D84E6ED78A/S0003598X17001041a.pdf/finding_alcatrazes_and_early_lusoafican_settlement_on_santiago_island_cape_verde.pdf

²⁸ Cf. BALENO, Ilídio Cabral, “Povoamento...”, *op. cit.*, p. 140. Paulatinamente, foi declinando o seu estatuto em favor da Praia que, em 1517, já tinha um almoxarifado para controlar a circulação naquele porto (cf. FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz. *Cabo Verde – Cidades, Territórios e Arquitecturas*. [S.l.]: [s.n.], 2014, p. 35).

²⁹ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.). *História Geral de Cabo Verde*, corpo documental, vol. I. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988, pp. 19-22.

³⁰ Cf. *ibidem*, doc. 67 pp. 446-450; *ibidem*, pp. 25-28.

³¹ António Carreira apresenta outra versão deste processo de povoamento da Ilha de Santiago, afirmando que o número de europeus aí instalado foi residual em qualquer uma das fases da composição da sociedade-cabo-verdiana (cf. CARREIRA, António, *Cabo Verde ...*, *op. cit.*, pp. 304-305).

porto –, podendo falar-se numa estratificação social similar à existente na Metrópole³², mas denotando-se ainda o pouco peso demográfico dos escravos³³. Estes, por sua vez, e proporcionalmente à notoriedade adquirida pela primeira capital deste arquipélago enquanto entreposto de tráfico de seres humanos, viram o seu número aumentar progressivamente³⁴, quer enquanto residentes permanentes – trabalhadores rurais e domésticos – quer como moradores transitórios, em virtude de estarem aí de passagem para depois serem levados para territórios longínquos³⁵.

1.2. Conformação da sua estrutura urbana

«A Ribeira Grande ilustra, plenamente, o exemplo de uma cidade de que a fundação e a evolução tiveram fortes relações com espaços muito mais amplos que os das reduzidas dimensões físicas ou a exiguidade das riquezas naturais das ilhas.»³⁶

Os núcleos urbanos de origem portuguesa constituídos a partir do século XV no além-mar³⁷, partilham características morfológicas idênticas em resultado de provirem da mesma génese, mas apresentam as suas particularidades decorrentes de diferentes contextos históricos, geográficos e culturais³⁸. O modelo adotado assentou em quatro

³² Cf. SANTOS, Maria Emília Madeira [et. al.]. “Cabo Verde: Uma Experiência Colonial Acelerada (Séculos XVI-XVII)”. In. CUNHA, Joaquim da Silva (dir.) *Africana – Actas das IV.ªs Jornadas Luso-Cabo-verdianas sobre Documentação, História e Património (Cabo Verde – do século XV ao fim do segundo milénio: permanências e rupturas numa sociedade em transformação)*, n.º 6 especial, XV ano. Porto: Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 2001, p. 52.

³³ Em 1513, nos 159 habitantes da Ribeira Grande de Santiago, denota-se uma presença muitíssimo residual de escravos ao ponto de estes não estarem representados num gráfico desse período (cf. TEIXEIRA, André, “O Arquipélago...”, *op. cit.*, p. 174). Existem alguns trabalhos de investigação consagrados a este grupo social e a outros dele muito próximos, por causa da sua condição viviam à margem da sociedade – os escravos fujões – ou nela estava minimamente assimilados e com alguns direitos: os forros (pretos e mestiços) e os africanos livres (cf. BALENO, Ilídio Cabral, “Povoamento...”, *op. cit.*, pp. 153-157, pp. 160-164; CABRAL, Iva. “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, pp. 240-245, pp. 256-262; TEIXEIRA, André, “O Arquipélago...”, *op. cit.*, p. 187-190;

³⁴ Na década de 1580, o seu número aumentou exponencialmente relativamente aos primeiros anos desse século (cf. *ibidem*, p. 175).

³⁵ Cf. BALENO, Ilídio Cabral, “Povoamento...”, *op. cit.*, pp. 160-161.

³⁶ AMARAL, Ilídio do. “Cabo Verde: permanências e Rupturas”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XV ano, número 6 especial. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2001, p. 17.

³⁷ «A urbanização do território começou em Cabo Verde na segunda metade do século XV, seguindo, como nas restantes ilhas norte-atlânticas, um modelo de cariz eminentemente medieval-renascentista, de acordo com a época histórica fundacional.» (FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz, *Cabo Verde...*, *op. cit.*, p. 19).

³⁸ TEIXEIRA, Manuel C.. “As invariantes e as especificidades das fundações urbanas portuguesas. Praia, Ribeira Grande, S. Filipe, Bissau, Cacheu”. In. ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vítor Rosado. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau: percursos do*

premissas: a cidade Alta e Baixa, com distintas funcionalidades; a Rua Direita³⁹ como eixo estruturante; a bipolaridade espacial, apesar de separada, com uma proximidade efetiva entre poderes públicos e religioso; instalações monásticas ou conventuais como referenciais assistenciais, culturais e pedagógicos⁴⁰.

No caso da Ribeira Grande de Santiago⁴¹, o seu crescimento⁴² foi similar a muitas outras urbes marítimas portuguesas⁴³: uma via longitudinal, paralela à linha de costa, e uma outra paralela à ribeira, de penetração para o seu interior, e na intercessão de ambas ficaria o seu largo principal, onde se localizavam as suas principais instituições⁴⁴.



Figura 1 Povoação (Ilha de São Miguel, Açores)
@ Dionaldo Raposo

Passou por vários estágios evolutivos, advindo dessas mutações oscilações com repercussões a nível arquitetónico, económico, urbanístico e social, bem vincadas na conformação da sua paisagem.

saber e da ciência. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, junho 2012, [s.p.] [pp. 1-2]. Página consultada a 11 de maio 2014. Disponível em <https://colocuiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p05c02-manuel-teixeira.pdf>

³⁹ Na toponímica da rede viária da então capital de Cabo Verde, existiram três ruas direitas: a rua direita de São Pedro, a rua direita de São Brás e a rua direita ao Forte (cf. FERNANDES, José Manuel JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz, *Cabo Verde ...*, op. cit., p. 31)

⁴⁰ Cf. *ibidem*, pp. 19-20.

⁴¹ Nos Açores, Madeira e Cabo Verde é interessante verificarmos a razoável quantidade de localidades com o mesmo nome: Ribeira Grande, Ribeira Brava e Calheta.

⁴² Porém, e contrariamente à maior parte dos assentamentos contruídos pelos portugueses em terras de além-mar, em razão da sua estrutura geomorfológica, espacialmente, foi sempre uma «[...] cidade contida [...]» (PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade...*, op. cit., p. 35. Aquela condicionante espacial, obstante à sua expansão, «[...] implicou uma concentração funcional numa pequena praça central [...]» (FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz., *Cabo Verde ...*, op. cit., p. 21).

⁴³ Mas se a transpusessemos para outras ilhas da Macaronésia não passaria de um aglomerado populacional secundário (cf. FERNANDES, José Manuel. *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1996, p. 196).

⁴⁴ Cf. TEIXEIRA, Manuel C., “As invariantes...”, op. cit., [s.p.] [p. 3].

1.2.1. Primórdios do povoamento

O núcleo inicial correspondente à primeira fase de ocupação do território, entre a década de 1460 e o início do século XVI, estava confinado a um espaço exíguo onde pontificavam a Rua do Porto e a Rua Calhau⁴⁵ – o que patenteia a ligação do povoado ao mar⁴⁶. Não obstante a falta de documentação que seria importante para fazermos a sua reconstituição arquitetónica e urbanística, sabemos da disposição de alguns imóveis públicos, relativamente ao Largo do Pelourinho, localizado no lado esquerdo da ribeira Maria Parda⁴⁷.

A nordeste era confrontado pelo edifício da Câmara onde também funcionava a cadeia e o almoxarifado; a noroeste era limitado pelo lago formado pelas águas desse curso de água antes de desaguar no oceano; a sudoeste estavam o ancoradouro e a baía⁴⁸. Este local foi o escolhido pelos moradores-vizinhos (mercadores) para construírem as suas casas, constituídas por domicílio no primeiro andar e loja no rés-do-chão⁴⁹.

Numa sociedade profundamente arreigada aos seus valores religiosos e atendendo ao facto de uma das motivações subjacentes à expansão ultramarina portuguesa ter sido a difusão da fé cristã, desde cedo procurou-se prover a assistência espiritual dos seus habitantes. Em 1466, coincidindo com a Carta de Concessão de Privilégios àqueles, dois franciscanos fixaram residência numa habitação construída com ramos e terra⁵⁰ e junto a ela existia um oratório feito com os mesmos materiais⁵¹. Entre 1466 e 1470, construiu-se uma capela de sob evocação do Espírito Santo⁵², mais tarde denominada de Nossa Senhora da Conceição e, possivelmente, em 1495, uma capela de traça manuelina, devotada a Nossa Senhora do Rosário⁵³, ambas na margem direita da ribeira.

⁴⁵ Foi igualmente um local de purificação religiosa: «*Os brancos de então estabeleciam nítida discriminação baseada na “diferença de sangue”. De um lado, os cristãos, e de outro os judeus ou os tidos como tais. Estes eram considerados de “sangue impuro”. Como o facto não tinha comprovação imediata punham-nos em “quarentena” na rua do Calhau, “espécie de ghetto”. Marginalizavam-nos de pronto até verificação da tal pureza de sangue.*» (CARREIRA, António, *Cabo Verde...*, op. cit., p. 302).

⁴⁶ «*A toponímia continua [contínua] exprimindo a natureza anfíbia e interfacial desta zona do burgo.*» (SILVA, António Leão Correia e. *Combates pela História*. Praia: Spleen Edições, 2003, p. 141).

⁴⁷ Doravante, quando assumirmos qualquer um dos seus lados, tome-se sempre como referencial o seu sentido montante/jusante.

⁴⁸ Cf. SILVA, António Leão Correia e, *Combates...*, op. cit., pp. 140-141; PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade...*, op. cit., p. 32.

⁴⁹ Cf. CABRAL, Iva, “Ribeira Grande...”, op. cit., pp. 226-227.

⁵⁰ No século XV, a construção de casas neste arquipélago, tal como nos outros da Macaronésia, estava muito condicionada, pois a rocha basáltica era muito difícil de talhar (cf. Anexo 1).

⁵¹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, op. cit., p. 40.

⁵² Cf. *ibidem*, pp. 41-42.

⁵³ Cf. *ibidem*, p. 116.

Posteriormente, pontificariam muitos templos, de dimensão variável, o que transformou a Ribeira Grande num importante centro religioso da África Ocidental.

Com vinte e quatro templos religiosos, sete irmandades, grande peso do clero na população, uma sé catedral, e uma escola jesuíta, teve tudo para ser a “Braga de Cabo Verde”⁵⁴, mas o seu efémero apogeu e rápido declínio obstaram a que pudesse ostentar tal epíteto.

Desde o final do século XV, dispunha de condições para ostentar o estatuto de vila, em virtude de já ter uma vida social minimamente organizada e devidamente compartimentada por áreas funcionais: político-administrativa⁵⁵ – câmara municipal –, financeira e de fiscalização – almoxarifado⁵⁶ –, assistência sanitária – hospital – e espiritual⁵⁷.

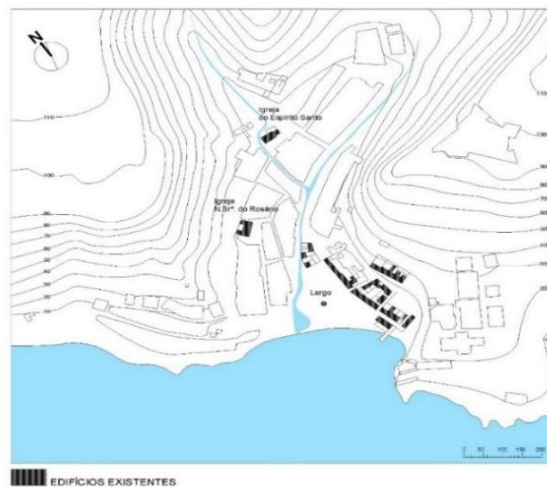


Figura 2 Urbanismo nos primórdios do povoamento
PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade...*, *op. cit.*, p. 109.

⁵⁴ Cf. REBOCHO, Nuno. “Irmandade dos Homens Pretos de Ribeira Grande – contributos para a sua história”. In. CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. *Pelourinho*, ano III, n.º 3. Ribeira Grande de Santiago: Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, maio 2015, p. 3, nota de rodapé n.º 1).

⁵⁵ No ano de 1480, D. João II nomeou Diogo Lopes para contador da Ilha de Santiago (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 47).

⁵⁶ Para melhor se fiscalizar os rendimentos, em 1471, foi indigitado o primeiro almoxarife (cf. *ibidem*, p. 44).

⁵⁷ Cf. BALENO, Ilídio Cabral, “Povoamento...”, *op. cit.*, p. 136.

1.2.2. Crescimento e apogeu da Ribeira Grande de Santiago

O momento subsequente⁵⁸, decorrente entre o final do século XV até meados do XVI⁵⁹, teve uma relação umbilical com três acontecimentos de acentuada importância para o decurso da História da Humanidade⁶⁰, transformando-se a Ribeira Grande de Santiago no centro de distribuição comercial dessa grande via transoceânica⁶¹, desempenhando um papel de interface nas redes de trocas e de circulação entre territórios dispersos por diferentes latitudes⁶².

Ao analisarmos a respetiva planta, comparando-a com a anterior, constata-se uma grande ampliação do parque habitacional, quer para área nascente junto ao ancoradouro, entranhando-se para o interior do vale, quer para a margem direita da ribeira, surgindo aí o Bairro de São Pedro ou Figueira de Portugal onde, como vimos, ainda no ano século XV se edificaram os seus primeiros templos religiosos. Esta foi a primeira zona de expansão da cidade, constituída por três ruas principais – São Pedro ou Rua Direita, Rua da Carreira e Rua Banana – habitada pelas pessoas mais importantes – funcionários régios e a maior parte dos vizinhos⁶³ – nas suas abastadas casas assobradadas, podendo acrescentar-se outras duas vias mais interiores, a dos Conventos e a da Horta Velha⁶⁴.

⁵⁸ Este e o sucedâneo foram os de “Investimento Estratégico no Espaço” (cf. PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade da Ribeira Grande...*, op. cit., p. 33).

⁵⁹ Foi durante o reinado de D. Manuel I que se efetivou a verdadeira colonização da Ilha de Santiago (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, op. cit., p. 65).

⁶⁰ Em 1492, a descoberta do continente americano; em 1498, a passagem do Cabo da Boa Esperança e a abertura do Índico até à Índia; e, em 1500, a chegada oficial dos portugueses ao Brasil (cf. PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade...*, op. cit., pp. 33-34). A partir de então, e até ao final dessa centúria, a Ilha de Santiago, apesar de não se constituir como paragem obrigatória e regular de embarcações (ponto de escala ocasional e não definitivo), era um porto muito procurado pelos portugueses nas suas viagens para o Oriente e Brasil, e pelas frotas de outros impérios europeus (cf. MATOS, Artur Teodoro de. “Rotas portuguesas do Atlântico”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Portugal e o Mar*, n.º 10. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1992, p. 81).

⁶¹ Fazendo uma analogia com a estrutura viária hodierna, Daniel Pereira comparou-a a uma «[...] grande estação de serviço [...]» (PEREIRA, Daniel A. *A importância histórica da Cidade Velha*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004a, p. XIV).

⁶² Cf. SILVA, António Leão Correia e. “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, p. 1.

⁶³ «Designação dada aos habitantes dos concelhos que gozavam integralmente das prerrogativas municipais. Sublinhe-se, no entanto, que a simples convivência acidental na mesma povoação não bastava para fazer incluir um indivíduo no grémio municipal, pois, dado que o concelho era, na realidade, uma pessoa moral, era necessária, uma espécie de incorporação política. Assim, nem sempre os moradores eram vizinhos, pelo que estes se distinguiam pela designação de arreigados e os apenas residentes pela de não arreigados – todos contrapostos aos absolutamente estranhos, denominados homens de fora parte.» (TORRES, Ruy d’Abreu. “Vizinhos”. In. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 6. Porto: Figueirinhas, 1999, pp. 340-341).

⁶⁴ Cf. SILVA, António Leão Correia e, *Combates...*, op. cit., p. 142; PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade...*, op. cit., p. 40, p. 110, p. 112, p. 114.

Mais tarde, na segunda metade do século XVII, o bairro dispersou-se para nordeste, onde estavam instalados o hospício dos Jesuítas e o Convento de São Francisco.

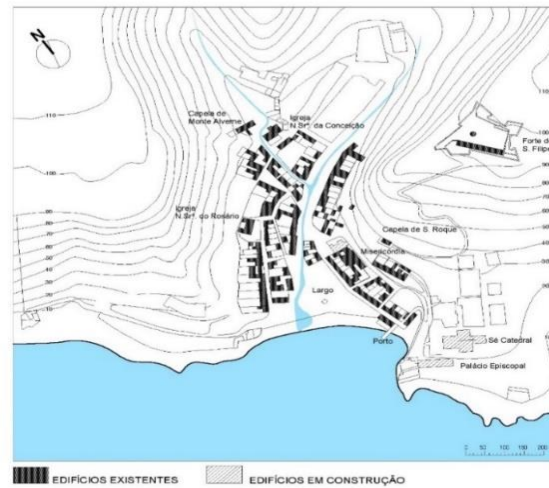


Figura 3 Urbanismo no período de consolidação e apogeu
PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade...*, *op. cit.*, p. 111

Apesar de ainda não terem sido erigidos edifícios de grande volumetria, a Ribeira Grande de Santiago detinha características eminentemente urbanas, visto nas três primeiras décadas do século XVI já estar investida de câmara municipal, almoxarifado⁶⁵, cadeia, pelourinho, hospital, feitoria⁶⁶, corregedoria, templos religiosos, numerosas residências de europeus, armazéns e instalações comerciais⁶⁷. Como corolário deste constante e rápido protagonismo, em 1512, foi elevada à categoria de vila e, em 1533, de cidade⁶⁸.

⁶⁵ Foram descobertos os seus vestígios aquando das obras de instalação da rede de distribuição de água, tendo sido contactados renomados arqueólogos da Universidade de Cambridge para dar persecução a essas escavações (cf. “ARQUEÓLOGOS BRITÂNICOS NA CIDADE VELHA”. In. ROSÁRIO, João Augusto do (dir.). *Expresso das Ilhas*, n.º 423 (Suplemento NÓS KULTURA), 6 de janeiro 2009, p. 8). Pesquisas entretanto paradas, por causa de um diferendo entre o IIPC e a Edilidade Local.

⁶⁶ Em 1520, a importância dada a esse entreposto comercial é bem visível numa carta endereçada por D. Manuel I a Afonso Lopes de Ávila, recentemente nomeado feitor (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 90-91; BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1500-1569)*, segunda série, vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963, doc. 52, pp. 159-166).

⁶⁷ Cf. CANAVARRO, Pedro. “Uma «traça» jesuíta para a antiga cidade de S. Tiago de Cabo Verde”. In. SARAIVA, António José (coord.). *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, IV série. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, 1976-77, p. 386.

⁶⁸ Aquando do pedido de D. João III para a criação do bispado em Cabo Verde, o sumo pontífice somente anuiu a essa pretensão, porque a vila detinha prerrogativas para ser cidade (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 104).

Em maio de 1532, D. João III solicitou a criação de vários bispados nas ilhas atlânticas⁶⁹, propondo D. Brás Neto para bispo de Cabo Verde⁷⁰. Clemente VII aceitou e recomendou-o àquele monarca⁷¹, supondo-se que essa nomeação esteve relacionada com os serviços por ele prestados junto daquele papa para o estabelecimento da inquisição em Portugal⁷². A diocese foi formalmente instituída a 31 de janeiro de 1933, data em que foi confirmado aquele bispo⁷³, que nunca esteve em Cabo Verde. Era uma jurisdição eclesiástica bastante distendida geograficamente, abrangendo todo esse arquipélago e uma superfície de trezentos e cinquenta léguas, desde o Rio da Gâmbia, junto ao Cabo Verde⁷⁴, até ao Cabo de Palmas e o Rio de Santo André⁷⁵.

No ano de 1542 verificaram-se ataques de corsários franceses à Ilha de Santiago⁷⁶, em especial à Ribeira Grande, relatados por Jorge Vaz – escrivão da Feitora – a D. João III, demonstrando estas ações o quão incipiente era o sistema de defesa existente à época, sem artilharia e munições, apelando-se às autoridades competentes para que centrassem os seus esforços em tornar o seu fundeadouro mais seguro⁷⁷.

A partir de 1540, quando começou a declinar o seu papel de entreposto urbano-mercantil, lentamente, e porque se deixou de fazer a renovação dos quadros administrativos provenientes do reino, esses lugares de decisão começaram a ser ocupados pelos denominados filhos da terra⁷⁸. Para atestarmos esta mudança do paradigma social, aluda-se a um documento datado de 1546, dirigido pelos moradores e vizinhos da Ilha de Santiago a D. João III, com o propósito de obter por parte deste a anuência para os mulatos e os pretos assumirem cargos do concelho⁷⁹, tal se fizera anteriormente em São Tomé e

⁶⁹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 101; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 74, pp.232-234.

⁷⁰ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 75, pp. 235-236.

⁷¹ Cf. *ibidem*, doc. 78, pp. 244-245.

⁷² Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 105-106.

⁷³ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 80, pp. 249-252; doc. 81, pp. 253-254; doc. 82, p. 255.

⁷⁴ Ponto mais ocidental do continente africano, descoberto pelo navegador português Dinis Dias, em 1444.

⁷⁵ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 104.

⁷⁶ Antes, em 1537 e 1538, os franceses haviam feito o mesmo nas águas dos Açores e da Madeira (cf. CARREIRA, António, *Cabo Verde...*, *op. cit.*, p. 338).

⁷⁷ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 114-116; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 103, pp. 343-346.

⁷⁸ «Assim, a sociedade dicotômica de senhor e escravo, europeu e africano irá progredir para o surgimento de uma terceira força: “os filhos da terra”. Vai surgir uma sociedade mais homogênea com características específicas e verdadeiramente novas: a sociedade cabo-verdiana.» (SANTOS, Maria Emília Madeira; CABRAL, Iva Maria, “Um laboratório...”, *op. cit.*, p. 25).

⁷⁹ Comprometendo-se estes garantir maior segurança de pessoas e bens.

Príncipe⁸⁰. Em 1549, numa missiva dirigida a D. João III, o contador André Rodrigues salientava que, excetuando Lisboa, nenhuma outra localidade da Metrópole se equiparava em rendimento e crescimento à Ribeira Grande de Santiago, lamentando o desinteresse daquele por esta⁸¹. No final desse ano, o deão de Cabo Verde aludiu igualmente para a riqueza gerada fruto da atividade praticada no seu porto⁸².

Em 1550, um piloto português corroborou os relatos anteriores, afirmando haver um rio caudaloso⁸³, muitas árvores de fruto, mais de quinhentos fogos, e boas casas de pedra e cal habitadas por pessoas de posses⁸⁴. Por essa altura reiniciaram-se os ataques corsários ao largo e no porto da cidade⁸⁵, considerando D. João III importante enviarem-se esquadras e navios para persuadir a prossecução de tais atos⁸⁶. Na década de 1560, a maioria dos assaltos, seguidos de roubos foram congeminados pelos ingleses na costa ocidental africana mais próxima a este arquipélago⁸⁷.

Foi nesta segunda metade do século XVI que se deu início à construção da Sé Catedral, da Igreja da Misericórdia, do Paço Episcopal e da Fortaleza Real de São Filipe. Ao mesmo tempo assistiu-se a uma cada vez maior densificação urbanística facilmente comprovada, quer pelo aproveitamento do solo no interior do vale – pertencente ao Bairro de São Pedro –, quer pela construção de dois novos bairros.

O Bairro de São Brás⁸⁸, no lado noroeste da ribeira, tinha uma só rua, a da Cidade ou Direita de São Brás. Devido a estar no cimo de uma pequena elevação, virado a sul e ao mar, era de todos os seus congéneres o mais sadio, indício atestado pela presença dos

⁸⁰ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios para...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 119, BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 117, pp. 386-387.

⁸¹ Cf. *ibidem*, doc. 120, pp. 395-397.

⁸² Cf. *ibidem*, doc. 124, pp. 407-409.

⁸³ O decréscimo do caudal dessa ribeira, até então quase sempre permanente durante todo o ano, esteve relacionado com a ocupação dos terrenos no interior da Ilha de Santiago para a prática da atividade agrícola e pecuária, daí resultando o desaparecimento da cobertura vegetal, a erosão dos solos, e consequente diminuição de água no seu nível freático (cf. Anexo 1).

⁸⁴ Cf. PEREIRA, Daniel A.. *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 2009, pp. 83-84.

⁸⁵ Assim como noutros pontos da Ilha de Santiago, nomeadamente, na vila da Praia (cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 128, pp. 420-425 [p. 424]).

⁸⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 125-129.

⁸⁷ Cf. CARREIRA, António, *Cabo Verde...*, *op. cit.*, pp. 340-341.

⁸⁸ Em 1542, a Ribeira Grande de Santiago foi acometida pela “doença de garganta”, tendo por isso os seus moradores edificado uma capela dedicada a São Brás (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 116; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 103, pp. 343-346). Sem certezas, parece-nos perfeitamente plausível a sua localização nesta área.

padres da Companhia de Jesus que durante muito tempo ocuparam a maior parte das moradias⁸⁹.

O Bairro de São Sebastião foi o último a ser construído. Situado entre 20 a 30 metros acima do nível do mar, era o que apresentava uma malha urbano-morfológica mais regular. Surgido em torno da Sé Catedral e do Paço Episcopal, era constituído por uma só artéria – a Rua Direita ao Forte – que o ligava à Fortaleza Real de São Filipe, sendo ocupado essencialmente por pessoas pobres⁹⁰.

Podemos igualmente falar de outros bairros considerados marginais e periféricos, como a Aldeia dos Sapes, cuja toponímia pode ter provindo de um grupo africano radicado na Ribeira Grande de Santiago, habitada por miseráveis brancos, pretos livres e forros, e marinheiros desempregados⁹¹.

Até ao final do século XVI, somente existiam três pequenos baluartes⁹² – da Veiga, de São Braz e da Ribeira –, plausivelmente erigidos antes da dinastia filipina⁹³, mas equipados com material bélico pouco eficaz⁹⁴. Esta situação decorria do facto de somente na década de 1540 terem sido cometidos os primeiros ataques contra este Sítio, não se sentido necessidade até então de se acautelar um sistema defensivo mais funcional e de maior envergadura. Os panos de muralha, hoje pouco evidentes, e as atalaias dispostas nos pontos mais altos das achadas, já tinham pouca utilidade contra este tipo de ofensivas.

A situação alterou-se, sobretudo após o ataque perpetrado por Francis Drake em 1585⁹⁵, sendo notória a falta de capacidade de resposta, tanto a nível de artilharia, com o mau

⁸⁹ Cf. CABRAL, Iva, “Ribeira Grande ...”, *op. cit.*, pp. 228.

⁹⁰ Cf. *ibidem*, p. 229; SILVA, António Leão Correia e, *Combates...*, *op. cit.*, p. 142; PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade da Ribeira Grande...*, *op. cit.*, p. 41.

⁹¹ Cf. CABRAL, Iva, “Ribeira Grande...”, *op. cit.*, p. 229.

⁹² Salientar que na Praia existia um e no Fogo dois, manifestamente poucos se considerarmos que os mares deste arquipélago eram permanentemente visitados por corsários.

⁹³ «Como quase única defesa da cidade veio erguer-se no bairro denominado de S. Braz, na margem direita junto à foz da ribeira um pequeno forte de pedra solta, mas que de mal artilhado para bem pouco servia. Os movimentos dos navios franceses que uma e outra vez forçaram o porto mostraram a insuficiência do fogo do forte para defender a sua entrada.» (FIGUEIREDO, Jaime de. “A Fortaleza Real de S. Filipe e o seu restauro”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano X, n.º 117. Praia: Imprensa Nacional, junho de 1959b, p. 18).

⁹⁴ Cf. BALENO, Ilídio Cabral. “Pressões externas. Reações ao corso e à pirataria”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, p. 168.

⁹⁵ A primeira abordagem deste corsário à Ilha de Santiago ocorreu em 1578, não se chegando a cometer qualquer ataque (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 144). Um ano depois, o piloto Nuno Cunha foi sequestrado por este corsário em Santiago e teve de o acompanhar na sua expedição até aos mares austrais, com passagem pelo estreito de Magalhães (cf. BRÁSIO, António).

XVI¹⁰¹. Ao analisarmos a planta correspondente, e comparando-a com a anterior, observam-se poucas alterações na área ocupada pelo tecido urbano, mas agora já com muitos edifícios em ruína.

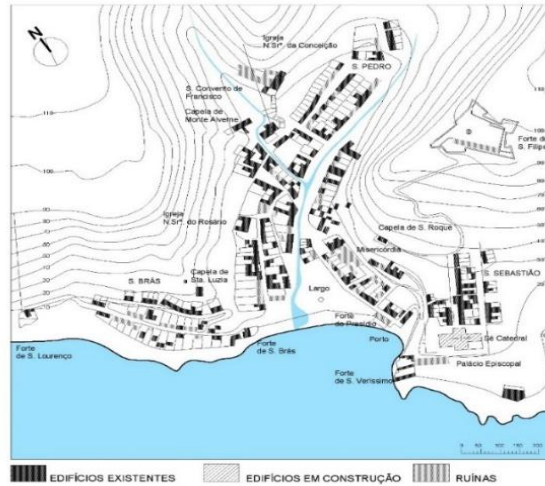


Figura 5 Ocaso urbanístico
PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis, *Da Cidade...*, *op. cit.*, p. 115

Diversas razões contribuíram para tal epílogo: o declínio da sociedade urbano mercantil, resultante do fim da exclusividade dos tratos da Guiné e consequente fim da sua relevância no contexto geoestratégico do Atlântico¹⁰², perdurando aproximadamente cento e cinquenta anos; a tão apregoada malignidade do seu clima; e os ataques cometidos por piratas e corsários contra o seu desprotegido porto de mar¹⁰³. A juntar a estes condicionalismos saliente-se a ação nefasta dos governadores que usurpavam o erário público revertendo para seu próprio proveito o negócio da Guiné, e a má administração deste território¹⁰⁴.

¹⁰¹ António Correia e Silva afirma que o seu ciclo expansionista perdurou entre 1460 e 1580 (cf. SILVA, António Leão Correia e, “Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 3).

¹⁰² Um decreto de 1647 determinou que os direitos dos escravos fossem pagos dos portos de onde saíssem, deixando a alfândega da Ribeira Grande de Santiago de receber essa receita (Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 236; BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1623-1650)*, segunda série, vol. V. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969, doc. 204, p. 525).

¹⁰³ Cf. BALENO, Ilídio. “Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: A necessidade das fontes locais através dos vestígios materiais”. In. *Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Série Separatas*, 219. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p. 3.

¹⁰⁴ Cf. AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Associação das Universidade de Língua Portuguesa/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa/Instituto de Investigação Científica e Tropical/Universidade do Algarve/Universidade de Cabo Verde, 2007, p. 179.

Todavia, nos primeiros anos dessa centúria ainda aí habitavam entre 500 a 600 vizinhos¹⁰⁵, mas que na época das chuvas iam para as suas quintas, localizadas no interior da ilha, para disfrutarem do seu clima mais sadio¹⁰⁶. Atendendo a uma cada vez maior disfuncionalidade da Ribeira Grande, continua a falar-se da mudança da capital para a Praia, por ser uma vila arejada e com um bom porto de mar¹⁰⁷, propósito expressamente declarado por volta de 1606¹⁰⁸. Em 1582 Diego Valdez, numa carta ao rei Filipe I de Portugal, embora não explicitamente, abordou esse propósito¹⁰⁹, expressamente declarado por volta de 1606.

O advento do século XVII trouxe alterações a nível político com a nomeação para esta Província de Fernão de Mesquita de Brito como seu primeiro capitão-governador¹¹⁰. Em 1612, um alvará régio, datado de 12 de agosto¹¹¹, validou que o governador e o bispo passassem a residir na Praia¹¹², e os barcos despachassem a partir daí, oferecendo-se condições vantajosas para quem quisesse construir as suas habitações nessa vila¹¹³. Dois anos depois, vivia-se uma situação de rutura nesta capitania, decorrente do atraso do pagamento dos vencimentos aos funcionários do Estado e aos eclesiásticos, e de as fortificações estarem arruinadas e sem artilharia, o que obstava a uma eficaz resposta em caso de ataque¹¹⁴.

Em 1623, a Câmara da Ribeira Grande de Santiago dirigiu uma missiva a Filipe III dando conta dos problemas económicos, políticos e sociais, assim como do decrépito estado em que se encontravam as estruturas defensivas, culpando os sucessivos governadores pelo estado a que haviam chegado, mas tecendo os mais rasgados elogios ao ouvidor geral¹¹⁵.

¹⁰⁵ Interessante constatar que em 1778 são assinalados 787 moradores, entre os quais, 495 livres e 292 escravos (cf. *ibidem*, p. 177). Pelo exposto, verificamos que o número de habitantes se deve ter mantido constante ao longo desse período de tempo.

¹⁰⁶ Cf. BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1600-1622)*, segunda série, vol. IV. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968, doc. 45, pp. 159-174 [160-161].

¹⁰⁷ Cf. *ibidem*, doc. 45, pp. 159-174 [pp. 160-161].

¹⁰⁸ Cf. *ibidem*, doc. 55, pp. 208-217 [p. 209].

¹⁰⁹ Cf. *ibidem*, vol. III, doc. 41, pp. 92-96 [p. 93, p. 95].

¹¹⁰ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 171.

¹¹¹ Através do alvará de 1652, essa mudança foi consumada (cf. *ibidem*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 240).

¹¹² Que apresentava vantagens relativamente à Ribeira Grande: era banhada por uma baía de águas profundas, melhores condições de defesa, e a existência de várias ribeiras e da Fonte Ana que abastecia os navios fundeados no porto (cf. FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz, *Cabo Verde...*, *op. cit.*, p. 35).

¹¹³ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 188-189; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 119, pp. 490-492.

¹¹⁴ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 189-190.

¹¹⁵ Cf. *ibidem*, p. 205. Um parecer de António Leitão redigido, em 1624, faz uma apreciação testemunhada de alguns capítulos dessa missiva (cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 6, pp. 14-17).

Anos depois, decorrente do progressivo abandono a que tinha sido votada, a então capital de Cabo Verde foi comparada a uma aldeia onde viviam poucos reinóis alguns crioulos e bastantes cónegos, clérigos e sacerdotes¹¹⁶.

De 1628¹¹⁷ a 1645¹¹⁸, os holandeses fizeram várias investidas contra a cidade¹¹⁹, o mesmo acontecendo em 1656, estendendo-se estas à vizinha Ilha do Fogo¹²⁰. Mas já antes, e com maior veemência durante esses momentos, os sucessivos governadores desta Província alertavam para o paupérrimo estado de conservação das estruturas defensivas da Ilha de Santiago¹²¹, com destaque para a Fortaleza Real de São Filipe, e para a falta de dinheiro, armas, munições e pólvora, daí a incapacidade para ripostar em caso de ofensiva inimiga¹²².

Para comprovarmos o clima de tensão que se vivia entre as distintas autoridades na Ribeira Grande de Santiago, no início da década de 1660, a Câmara queixou-se do governador Francisco Figueiroa por maltratar os moradores e prejudicar o comércio, considerando essas faltas motivo suficiente para o afastar do cargo¹²³. Na sequência desse mal-estar, dirigiram uma missiva a D. Afonso VI em que apontavam essas e outras falhas graves na sua administração¹²⁴, não demorando este governador a responder, refutando

¹¹⁶ Cf. *ibidem*, doc. 73, pp. 235-236.

¹¹⁷ Nesse mesmo ano, o contratador da renda, André da Fonseca, fez queixa ao Conselho Ultramarino do governador – João Pereira Corte Real –, pelos atos por ele praticados contra a sua pessoa (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 212-213). A situação descrita é elucidativa do clima de desconfiança e competição (no sentido pejorativo do termo) que se vivia entre os mais altos cargos político-administrativos. Sabemos que quando aquele governador acabou o seu mandato, em 1630, a Ilha de Santiago estava num acentuado estado de depauperamento, ficando então a governar o bispo (cf. *ibidem*, p. 213).

¹¹⁸ Por volta desta data, a Ribeira Grande de Santiago perdeu definitivamente a sua posição como entreposto de exportação de escravos, o que espoletou a seu acelerado perecimento (cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 144). Cacheu foi uma das praças que beneficiou dessa descentralização (cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 142, p. 395).

¹¹⁹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 212; *ibidem*, parte II, pp. 230-231; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 146, pp. 402-404.

¹²⁰ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 253; PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 150.

¹²¹ Somente em 1646, este aglomerado urbano foi provido da primeira força militar regular (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 231). Em 1660, o governador da Província propôs instituir-se uma companhia de infantaria na Ilha de Santiago, composta por cem homens, mas D. Afonso VI não atendeu a esse pedido por falta de meios (cf. *ibidem*, p. 259, p. 262).

¹²² Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 156, pp. 631-635 [pp. 631-633].

¹²³ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, pp. 256-258.

¹²⁴ O mesmo fez o capitão-mor de Cacheu contra esse governador.

as acusações feitas, e propondo melhorias no seu sistema de defesa¹²⁵, não sendo suficiente para evitar a sua destituição¹²⁶.

Entre os poderosos continuavam a conceber-se verdadeiras tramas para se prejudicarem mutuamente. Atente-se no exemplo do capitão Domingos Rodrigues Viegas e de seu irmão Belchior Monteiro de Queiroz acusados de prepotência e despotismo por parte do governador e do ouvidor geral. Este caso originou interpretações díspares. Enquanto Senna Barcellos os considerava marginais e malfeitores, dispondo de um exército privado, Daniel Pereira dúvida dessa má índole, considerando que as denúncias contra eles proferidas, e que conduziram à sua extradição para o reino, não passaram de um conluio para os afastar¹²⁷.

O estado de degradação do edificado, assim como o êxodo da população branca continuou a ser evidente nos anos subsequentes¹²⁸. O recém-empossado governador António Galvão, depois de fazer uma visita à Praia e constatar das excelentes condições existentes, nomeadamente a segurança do seu porto de mar e da salubridade dessa vila, lamentou-ter-se erigido a insalubre Ribeira Grande de Santiago¹²⁹.

A debilidade financeira também se fazia sentir, como o comprova numa missiva datada de 10 de janeiro de 1684¹³⁰, que nos dá conta do atraso de todos os ordenados devidos ao bispo frei D. António de São Dionísio¹³¹. Em 1686, o recém-nomeado governador e capitão-geral Veríssimo de Carvalho visitou as fortificações e comprovou o estado de ruína e abandono a que estavam votadas, mas provendo quase de imediato obras de beneficiação e edificando outras construções para garantir a sua defesa¹³². Pouco tempo

¹²⁵ Como a proposta de a prover de uma companhia de infantaria de cem homens, cujo soldo seria pago pelo povo (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, pp. 259). Todavia, D. Afonso VI, informou que não tinha meios para satisfazer esse pedido (cf. *ibidem*, p. 262).

¹²⁶ Cf. *ibidem*, p. 258-262.

¹²⁷ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 263; PEREIRA, Daniel A.. “As insolências do capitão Domingos Pereira Viegas e do seu irmão Belchior Monteiro de Queiroz contra as autoridades da Ilha de Santiago (1653-1655)”. In. GODINHO, Vitorino Magalhães (dir.). *Revista Económica e Social*. n.º 16, julho-dezembro de 1985. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 40-59.

¹²⁸ Cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 150.

¹²⁹ Cf. PT/AHU_CU_024, cx. 5, doc. 388, 23 de setembro de 1664.

¹³⁰ Vivia- se um latente estado de anarquia social, como comprova o assassinato, à saída da igreja, do capitão João da Costa das Neves, perpetrado por vários indivíduos (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, [s.p.] [p. 291]).

¹³¹ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 48, p. 165; BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana (1685-1699) e suplemento aos séculos XV, XVI e XVII*, Segunda Série, vol. VII. Lisboa: Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004, doc. 2014, pp. 501-502 [p. 501].

¹³² Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 292.

depois, algumas dessas estruturas foram reconstruídas à custa de beneméritos e do trabalho braçal dos condenados a penas pecuniárias¹³³.

Por outro lado, as relações entre os poderes espiritual e temporal não eram as melhores. Prova desse mal-estar foi a carta enviada pelo governador de Cabo Verde, D. António Salgado, ao Conselho Ultramarino, queixando-se que bispo, frei D. Vitorino Portuense, e o guardião do Convento dos Capuchos, frei Manuel de Ferreirim, o tinham impedido de se sentar na cadeira que lhe era destinada para assistir aos serviços religiosos da Semana Santa¹³⁴. O explicitado comprova que mesmo em situações triviais do quotidiano se fomentavam problemas entre os poderosos da Ribeira Grande de Santiago, que tentavam demarcar o seu território e acentuar a sua esfera de influência.

Administrativamente, em 1695, foi refundada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário, juntando-se assim à da Sé¹³⁵, podendo observar-se desta decisão uma divisão entre a parte alta e baixa da cidade. Atendendo à pouca salubridade, uma Carta Régia, datada de 1697, autorizou o pedido formulado pelo governador António Gomes Mena no sentido de melhorar o abastecimento de água com benefícios para a saúde dos residentes e navegadores¹³⁶.

Em 1712, a Ribeira Grande de Santiago foi atacada e pilhada por piratas franceses comandados por Jacques Cassard, podendo esta data ser vista como a do seu irreversível afundamento¹³⁷. De entre várias situações deste nefasto acontecimento, o relato do acobardamento do governador José Pinheiro da Câmara, culpando todos pelo sucedido, incluindo o bispo D. frei Francisco de Santo Agostinho, que foi o herói dessa resistência, é uma interessante prova de toda essa sucessão de acontecimentos¹³⁸.

Não só, mas principalmente em consequência desse ato, assistiu-se à sua inflexão urbana¹³⁹, sobretudo na primeira metade desse século XVIII, que já se arrastava

¹³³ Cf. *ibidem*, p. 301.

¹³⁴ Cf. PT/AHU_CU_024, cx. 9, doc. 777, 14 de novembro de 1669.

¹³⁵ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 333.

¹³⁶ PEREIRA, Daniel António, *Marcos...*, *op. cit.*, p. 151.

¹³⁷ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, pp. 378-382, p. 409; PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 152.

¹³⁸ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, pp. 396-409.

¹³⁹ «A ruralização triunfante ao longo do século XVIII impõe uma nova paisagem que é simultaneamente geográfica, demográfica, sociológica, cultural e política. A diversidade profissional, social e cultural, bem como o cosmopolitismo, que o pequeno cadinho urbano, que era a Ribeira Grande de Santiago, havia brilhantemente albergado durante quase dois séculos, se degradam.» (SILVA, António Leão Correia e. “Dinâmicas...”, *op. cit.*, p. 27)

principalmente desde o pretérito século, a situações com ressonâncias funestas para os tempos sucedâneos, com repercussões a nível económico, político e social: comércio em recessão, imoralidade praticada pelos altos cargos políticos, querelas entre os poderes espiritual e religioso, estrutura militar sem recursos humanos e materiais, degradação do parque habitacional, epidemias, êxodo populacional e sistema de justiça inoperante¹⁴⁰.

A prova do estado derribado em que se havia transformado a primeira capital de Cabo Verde pode ser sustentada em vários momentos da segunda metade do século XVIII¹⁴¹: na mudança da sede de bispado¹⁴², em 1755, para a Ilha de São Nicolau e depois para a Ilha de Santo Antão¹⁴³; da passagem, entre 1757 e 1778, da administração destas ilhas para a tutela da Companhia de Grão Pará e Maranhão¹⁴⁴; em 1763, pelos estragos provocados pelas chuvas¹⁴⁵; da constatação, em 1764 e 1767, do estado de completa devastação das estruturas defensivas¹⁴⁶, dos edifícios civis e das residências particulares, resultando esta última situação da fuga da sua população para as fazendas do interior da ilha¹⁴⁷; e da transferência, por ordem do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo da sede de governo para a vila da Praia¹⁴⁸, em 1769, mas o poder judicial e o cabido continuaram na Ribeira Grande de Santiago e o bispo em Santo Antão¹⁴⁹.

O último quartel deste século XVIII acentuou este estado de decadência, apesar de em 1775 o governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo pensar na reedificação deste assentamento populacional e querer obrigar os seus moradores a reerguer as suas habitações, o que por motivos diversos não foi concretizado¹⁵⁰. Estava praticamente

¹⁴⁰ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 411, p. 416, p. 421, pp. 426-427, p. 432 p. 442. De salientar estudos feitos por dois investigadores que consagraram atenção a este tema (cf. CARREIRA, António. “Conflitos Sociais em Cabo Verde no Século XVIII”. In. GODINHO, Vitorino Magalhães (dir.). *Revista Económica e Social*. n.º 16, julho-dezembro de 1985. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 63-88; PEREIRA, Daniel A.. *A Situação da Ilha de Santiago no 1.º Quartel do Século XVIII* (2.ª edição). Praia: Alfa-Comunicações, 2004b, pp. 27-139).

¹⁴¹ João da Silva Feijó descreve-nos essa conjuntura, por ele vivenciada (cf. FEIJÓ, João da Silva, *Ensaio...*, *op. cit.*, pp. 3-4).

¹⁴² Feita pelo bispo D. Jacinto Valente, que apontou várias razões para essa decisão, (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. II, parte III, *op. cit.*, pp. 42-43). No início dessa década as casas do bispo e do governador já estavam em ruína (cf. *ibidem*, p. 50).

¹⁴³ Cf. *ibidem*, pp. 22-23.

¹⁴⁴ Cf. *ibidem*, p. 27, pp. 66-67, p. 75.

¹⁴⁵ Cf. NOTÍCIA COROGRÁFICA..., *op. cit.*, p. 23.

¹⁴⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios ...*, vol. II, parte III, *op. cit.*, pp. 41-42, pp. 47-48.

¹⁴⁷ Cf. *ibidem*, p. 42.

¹⁴⁸ Atendendo à escala de proximidade entre localidades, o que ocorreu entre a Ribeira Grande de Santiago e a Praia é em muito similar ao sucedido no Brasil, pois, em 1837, com a transferência do governo provincial para o Recife, Olinda deixou de ser a capital do estado de Pernambuco.

¹⁴⁹ Cf. *ibidem*, pp. 48-49.

¹⁵⁰ Cf. *ibidem*, p. 72

deserta, em ruína, sem atividade comercial, estruturas ou homens que a pudessem defender, o porto silencioso e sujo, e era ocupada, quase em exclusivo, por cónegos, clérigos e frades¹⁵¹. Todavia, numa planta do final da década de 1770, da autoria de António Carlos Andrea, estão ainda representados os principais edifícios civis, militares e religiosos¹⁵².

João Baena Henriques foi o último governador a aí residir¹⁵³. Aquando da sua morte, e durante aproximadamente trinta anos, emergiu no contexto político local o coronel João Freire de Andrade¹⁵⁴. Na vacatura dos governadores presidiu cinco vezes e de forma quase absoluta e despótica a juntas interinas, menosprezando e manipulando os outros elementos do governo nomeados por direito nestas situações – o bispo e o ouvidor-geral –, e unicamente a nomeação do governador Marcelino António Basto¹⁵⁵ colocou fim a essa instabilidade¹⁵⁶.

O século XIX veio acentuar ainda mais esse seu latente estado de morbidez. Três propósitos consubstanciam esta afirmação: a tentativa de cessação da atividade da Câmara Municipal, proposta cogitada pelo governador António Punish e indeferida pelo rei¹⁵⁷; da transferência do Hospital da Santa Casa da Misericórdia para a Praia¹⁵⁸; e da mudança da capital¹⁵⁹ para a vila Praia, que somente ocorreu em 1858, anulando-se assim

¹⁵¹ Cf. *ibidem*, pp. 119-120.

¹⁵² Cf. PT/AHU/CARTM/024/00123.

¹⁵³ Cf. GRUPO DOS AMIGOS DA CIDADE VELHA. “O último Governador na Ribeira Grande”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano IX, n.º 98. Praia: Imprensa Nacional, 1 de novembro de 1957, p. 13.

¹⁵⁴ A relação deste militar, de membros da sua família e seus partidários com as autoridades da ilha foi sempre muito problemática (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. II, parte III, *op. cit.*, pp. 89-96).

¹⁵⁵ Entre 1796 e 1802, desenvolveu um meritório trabalho em prol da Província, podendo destacar-se o arranjo do caminho entre a Praia e a Ribeira Grande de Santiago (cf. *Ibidem*, p. 122).

¹⁵⁶ Cf. NEVES, Maria Teresa Avelino Pires C.. “O exercício do poder na Ilha de Santiago entre 1767 e 1796”. In. ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vítor Rosado. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau: percursos do saber e da ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2012, pp. [s.p.] [1-11]. Página consultada a 18 de fevereiro 2018. Disponível em: <https://colocuiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p01c04-teresa-avelino.pdf>

¹⁵⁷ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios para...*, vol. II, parte III, *op. cit.*, p. 214).

¹⁵⁸ Cf. *ibidem*, p. 214, p. 278. Essa mudança viria a ocorrer em 1834, por ordem do prefeito de Cabo Verde – Manuel António Martins –, não obstante a contestação da população da Ribeira Grande de Santiago (Cf. *ibidem*, vol. III, parte IV, *op. cit.*, p. 15).

¹⁵⁹ Concordamos quando se afirma que: «Como capital “das ilhas e dos rios da Guiné”, a Ribeira Grande viveu constantemente num equilíbrio precário.» (FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz, *Cabo Verde...*, *op. cit.*, p. 29).

outra disposição que, em 1838, tinha estabelecido o estatuto de capital para o Mindelo, o que nunca foi concretizado¹⁶⁰.

Em contraciclo de todo este processo de desmantelamento, o bispo D. Frei Jerónimo, na sequência da extinção da ordem dos franciscanos, procurou que o complexo por eles ocupado – Convento de São Francisco, cerca e horta – lhe fosse entregue para se construir o Seminário, assim como as retribuições que todos os anos a Fazenda Nacional lhes dava para a sua manutenção¹⁶¹. Era também intenção deste prelado reerguer o Paço Episcopal¹⁶². Apesar de ter perdido a sua funcionalidade, continuava a ter o seu estatuto, como o comprova o indeferimento de elevar a vila da Praia a cidade, o que poderia melindrar os seus moradores, orgulhosos desse título adquirido no século XVI¹⁶³.

Em 1832, aquando da passagem de Charles Darwin pela Ilha de Santiago, é interessante a descrição que é feita da Ribeira Grande de Santiago¹⁶⁴, cujos parâmetros de observação substanciam o que temos vindo a dizer:

« *It now presents melancholy, but very picturesque appearance. [...] We visited a collection of buildings of which an ancient Church forms the principal part. — It is here the Governors & Captain Generals of the Islands are buried, — some of the tombstones recorded dates of the fourteenth century; the heraldic ornaments were the only things in this retired place that reminded one of Europe.* »¹⁶⁵.

Em 1838, o governador Joaquim Pereira Marinho propôs a demolição da Sé Catedral e a transladação das suas pedras para se construir um novo templo no Mindelo, sugerindo igualmente a recuperação do Convento de São Francisco¹⁶⁶ para residência transitória dos governadores do arquipélago¹⁶⁷.

¹⁶⁰ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. III, parte IV, *op. cit.*, p. 208.

¹⁶¹ Cf. *ibidem*, vol. II, parte III, *op. cit.*, pp. 277-278.

¹⁶² Cf. *ibidem*, p. 331.

¹⁶³ Cf. *ibidem*, p. 331.

¹⁶⁴ Nesse ano a sua sede de concelho foi transferida para os Picos (cf. *ibidem*, vol. III, parte IV, *op. cit.*, p. 88).

¹⁶⁵ KEYNES, R.D. *Charles Darwin – Beagle Diary*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 30.

¹⁶⁶ Apesar da insensibilidade patrimonial demonstrada com o exemplo da Sé Catedral, em relação ao Convento de São Francisco, este representante da Coroa de Portugal é mais consciencioso. Este período é subsequente à Guerra Civil Liberal e à extinção de todas as ordens religiosas na Metrópole e nas províncias ultramarinas, pelo que a sua afetação a outra função livrá-lo-ia certamente da demolição.

¹⁶⁷ Cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, pp. 167-168.

Na década de 1840, Chelmicki e Varnhagen dizem-nos que somente existiam cabanas de pedra e barro cobertas de palha, e da outrora monumental urbe permaneciam visíveis, embora estruturalmente bastante debilitados, a Sé, a Misericórdia, o Palácio Episcopal¹⁶⁸, o Convento de São Francisco, mencionando igualmente um pequeno porto¹⁶⁹. Corroboramos da ideia defendida pelo arquiteto Alexandre Braz Mimoso, que suportado em Senna Barcellos, considera esta informação pouco segura, pelo facto de nessa descrição não ser mencionada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário¹⁷⁰. Esta constatação é sustentada pela imagem abaixo inserida, datada da década de 1860, onde é visível este templo.

Em 1850, o bispo D. Patrício Xavier de Moura descreveu-nos o lastimoso estado do Sítio, abandonado e com quase tudo destruído, sem circulação de ar, dado estar rodeada por montes, e servido apenas por um péssimo caminho desde a Praia, considerando-o como inferior à mais insignificante aldeia de Portugal¹⁷¹. Entre a segunda metade da década de 1830 e a primeira da seguinte, foram constituídas escolas primárias em várias localidades do arquipélago¹⁷², mas a Ribeira Grande de Santiago não foi contemplada nesse projeto, o que é demonstrativo da sua caducidade.

Neste século XIX, o último relato pormenorizado da Ribeira Grande de Santiago é-nos descrita, acompanhado de uma ilustração visual, como um local decadente e inexpressivo, com aproximadamente quatrocentas pessoas pobres e miseráveis, um mau porto, um estreito vale bem cultivado, uma ribeira, que lhe deu o nome, já sem água, muitos edifícios em escombros, mas a Sé Catedral persistia bem conservada¹⁷³.

¹⁶⁸ Embora os autores se refiram a ele como Seminário, este é, pensamos, o Palácio Episcopal, que igualmente serviu de escola, daí a possível confusão.

¹⁶⁹ Cf. CHELMICKI, José Carlos Conrado de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografia ...*, op. cit., pp. 67-68.

¹⁷⁰ Cf. MIMOSO, Alexandre Braz. “Interpretação e consolidação da Sé da Cidade Velha”. In. LOPES FILHO, João (dir.). Sumara: *Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, p. 356.

¹⁷¹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. III, parte V, op. cit., pp. 401-402.

¹⁷² Cf. *ibidem*, p. 305.

¹⁷³ Cf. VALDEZ, Francisco Travassos. *Africa Occidental. Noticias e considerações*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864, p. 238.

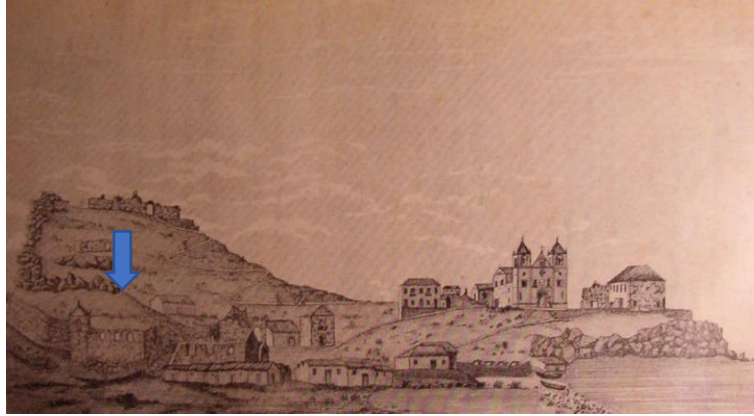


Figura 6 Igreja de Nossa Senhora do Rosário
VALDEZ, Francisco Travassos, *África Occidental...*, op. cit..

Até à década de 1920, altura em que o gongo da consciencialização para a salvaguarda patrimonial voltou a tocar¹⁷⁴, foi um penoso e contínuo definhamento de um agora pequeno lugar, habitado sobretudo por gente ligada ao setor primário, não se sabendo se chegou a existir um abandono total. À opulenta Ribeira Grande de Santiago, centro nevrálgico no comércio atlântico e intercontinental, ao qual estavam adstritas funções económicas, político-administrativas, militares e religiosas¹⁷⁵, sucedeu-lhe, em menos de três séculos, a Cidade Velha¹⁷⁶, epíteto resultante dessa metamorfose.

Este é um exemplo perfeito de um aglomerado urbano com vincada importância, surgido da conveniência geoestratégica¹⁷⁷ e, durante o tempo em que esta vigorou, viu a sua posição espacial ser valorizada, criando-se condições para o seu efetivo crescimento, resultante da conjugação de fatores não perenes: os Tratados de Alcáçovas e de Tordesilhas e as disposições legais estabelecidas pela Coroa Portuguesa relativamente ao comércio com a Costa da Guiné¹⁷⁸. Havendo cessado essas vantagens, estava condenada

¹⁷⁴ No final do século XIX, Senna Barcelos fazia alusão a essa situação, ao referir-se a este Lugar de Memória de forma pouco abonatória: «*Montões de ruínas têm conquistado aquelle ermo, e por entre ellas apenas meia duzia de cabanas de pastores que dão indícios de vida.*» (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, op. cit., p. 39).

¹⁷⁵ Daí a podermos denominar de: «[...] *cidade polifuncional* [...]» (SILVA, António Leão Correia e, *Combates...*, op. cit., p. 140).

¹⁷⁶ «[...] *correspondendo esta adjetivação à sua total perda de urbanidade* [...]» (MARIZ, Vera Félix. “O restauro do pelourinho da Cidade Velha – Cabo Verde (1962-1970). Um processo de legitimação e consagração da memória”. In. SANTOS, Maciel Moraes. *Africana Studia (Revista Internacional de Estudos Africanos)*, n.º 18. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, p. 225).

¹⁷⁷ «*Pensava-se apenas no commercio mas á agricultura e industria não se ligava a menor importância; a esta ignorancia, ou talvez desleixo dos nossos homens politicos, se deve a extrema penuria em que jazeram as ilhas e a Guiné desde a descoberta.*» (BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, op. cit., p. 412).

¹⁷⁸ Vários autores aludiram a essas prerrogativas utilizando terminologias diferentes, mas que no fundo correspondem a uma mesma ideia. Enquanto Ilídio do Amaral nos fala da sua «[...] *dupla importância, política e comercial* [...]» (cf. AMARAL, Ilídio do, *Santiago...*, op., cit., p. 175), Fernando Pires considera este lugar detentor de uma «[...] *centralidade relativa* [...]» (PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis,

ao abandono e ao ostracismo, em virtude de as externalidades positivas advenientes da sua existência deixaram de o ser, potenciando-se assim o desinteresse das autoridades competentes em mantê-la minimamente funcional.

Para finalizar, apresentamos um trecho de um texto produzido no início da década de 1922, revelador do que acabámos de dizer, e que nos serve de ligação para o próximo capítulo:

«Na Ribeira Grande de Santiago que ficou com o nome de Cidade Velha, existem só ruínas dalguns edifícios, como a Sé, a Misericórdia, o Convento dos Capuchos, a fortaleza de S. Filipe, etc., mas tem estado votadas a tão grande desprezo, que, a continuarem assim, devem desaparecer a breve trecho [...]»¹⁷⁹.

Da Cidade..., op. cit., p. 35) e Rafael Valladares Ramírez caracteriza essas duas disposições, catalogando-as de: «[...] *dupla transcendência* [...]» (VALLADARES RAMÍREZ, Rafael. “Escravos de Passagem. O Tráfico Negro e a Economia de Cabo Verde”. In. GARCÍA PEÑA, Carlos (coord.). *Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000, p. 36). António Correia e Silva aborda este tópico sem utilizar uma concetualização terminológica impactante para descrever o fim desta dupla vantagem auferida por Portugal durante todo o século XV e parte do seguinte (cf. SILVA, António Leão Correia e, *Combates...*, op. cit., p. 87).

¹⁷⁹ GRACIAS, J. B. Amâncio. *Monografia sobre a Província de Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional, 1922, p. 21.

2.SALVAGUARDA DO PATRIMONIO ARQUITETÓNICO ULTRAMARINO DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO DURANTE A I RUPÚBLICA E O ESTADO NOVO

2.1. Nas décadas de 1920 e de 1930

As autoridades portuguesas, cientes da importância histórica Cidade Velha para a propagação do ideário nacionalista da I República, decidiram tomar parte na sua salvaguarda com vista a inverter a situação vigente, apesar dos inúmeros problemas e intrincadas celeumas. Em 1922, o governador da Província de Cabo Verde – Filipe Dias de Carvalho – assinou uma Portaria¹ que pelo seu teor foi de extrema importância para salvaguarda patrimonial no arquipélago.

Neste texto legislativo considerava-se que através do estudo e da investigação de objetos antigos, monumentos e inscrições lapidares seria possível obter-se um melhor conhecimento do passado, contribuindo também para refutar argumentos de escritores estrangeiros tentando denegrir a ação civilizadora de Portugal no Ultramar².

Como percebeu Vera Mariz da análise feita a esse diploma-legal, a mensagem ia para além deste alerta para esta manifesta apoteose da rememoração dessas marcas do passado, sendo necessário seguir o exemplo das grandes civilizações da Antiguidade Clássica no que tangia à preservação desse legado³.

Em Cabo Verde, contrariamente ao que acontecia noutras latitudes, não eram consignadas verbas para a sua proteção, refletindo-se esta ausência sobretudo na Cidade Velha, em São Nicolau e no Fogo, onde era bem visível o estado de abandono dos seus testemunhos, e na inoperância de funcionalidade dos arquivos públicos e privados, que poderiam dar um enorme contributo para o conhecimento da História desse arquipélago⁴.

Em consequência desta inércia, elencaram-se quatro tipos de razões capazes de justificar a necessidade de intervenção no património desta Província, correlacionadas com as preocupações e lamentações expressas nos parágrafos anteriores: investimento nos arquivos para se poder ter um conhecimento mais concreto sobre a História de Cabo Verde; alusão à importância das inscrições tumulares, relevantes fontes de conhecimento do passado colonial, mas que ainda não haviam sido devidamente estudadas; travar a

¹ Cf. Portaria n.º 40, publicada no Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde, n.º 14, de 8 de abril de 1922.

² Cf. *ibidem*.

³ Cf. MARIZ, Vera Félix. *A “Memória do Império” ou o “Império da Memória”. A Salvaguarda do Património Arquitectónico Português Ultramarino (1930-1974)*, p. 277. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, 2016. Página consultada a 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24290>.

⁴ Cf. Portaria n.º 40..., de 8 de abril de 1922.

voraz destruição dos restos monumentais da Cidade Velha; e a criação de um museu arqueológico numismático, constituído por objetos oriundos das várias ilhas do arquipélago⁵.

Decorrente deste diagnóstico, o Conselho Legislativo aprovou com o consentimento do governador da Província sete medidas tidas como essenciais para atingir esse desiderato: evitar a delapidação do que restava dos edifícios da antiga cidade da Ribeira Grande e da Fortaleza Real de São Filipe; elaboração de uma planta topográfica e sinalização desses vestígios; proibição de arrancar azulejos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário⁶, que por via desta Portaria foi declarada Monumento Nacional; delegar em João Baptista Amâncio Gracias⁷ efetuar trabalhos de pesquisa em arquivos da Província⁸; caberia ainda a este subdiretor da Fazenda a constituição de um Museu Arqueológico-Numismático, ao qual ficariam adstritos os tesouros de Arte e História dispersos pelo arquipélago; as repartições, os estabelecimentos públicos e as autoridades administrativas estavam autorizadas a dar àquele funcionário todas as facilidades para o desempenho do que lhe havia sido proposto; atribuição, no orçamento de 1923, de uma verba de 2.000\$00, direcionada para a conservação de monumentos, atividades naquele Museu e estudos arqueológicos⁹.

À consignação desta verba não esteve certamente alheia a perceção por parte do então governador de que para esbater um pouco a crise alimentar e financeira com que se debatia este território na década de 1920, era essencial, para além de proporcionar crescimento económico, impregnar na sua população um sentimento de orgulho pela recuperação de reminiscências ilustrativas do seu esplendoroso passado¹⁰.

⁵ Cf. *ibidem*.

⁶ De salientar que, ao longo do século XVII, os revestimentos azulejares utilizados na Metrópole foram replicados quase similarmente nos Açores, na Madeira, em Cabo Verde (Igreja de Nossa Senhora do Rosário), na Índia e no Brasil (cf. MECO, José. “A Expansão da Azulejaria Portuguesa”. In. HESPANHA, António Manuel. *Oceanos. Azulejos Portugal e Brasil*, n.º 36/37. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, outubro de 1998/março de 1999, p. 10).

⁷ Que em 1922, em razão de esta Colónia não poder estar presente na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, realizada nesse mesmo ano, elaborou a “Monografia sobre a Província de Cabo Verde”, com relatos de cariz histórico, usos e costumes, riquezas económicas e dados demográficos (cf. GRACIAS, J. B. Amâncio, *Monografia...*, op. cit., p. 21).

⁸ De todas as repartições e estabelecimentos públicos, municipais e eclesiásticos para posterior publicação.

⁹ Cf. Portaria n.º 40. Atente-se na preocupação manifestada por Filipe Dias de Carvalho ao alertar para a necessidade urgente de «[...] *travar o trabalho de rápida destruição dos restos que ainda subsistem na Cidade Velha* [...]». (*ibidem*, p. 95).

¹⁰ Cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império”...*, op. cit., p. 280.

A partir de 1926, o antropólogo João Lopes, Jaime de Figueiredo, José Fontes, Julião Quintinha e o fotógrafo José Freire realizam alguns passeios à Cidade Velha com o propósito de adquirirem um conhecimento mais aprofundado dos seus arruinados edifícios históricos que estavam a ser vandalizados pelos seus novos residentes, que deles estavam a subtrair pedras para construir as suas habitações¹¹.

Em 1929, as personalidades acima referidas constituíram “Os Amigos da Cidade Velha”, juntando-se mais tarde a este grupo o poeta, pensador e escritor Corsino Lopes, o padre Francisco de Deus Duarte e Nogueira da Silva, que com a colaboração do monsenhor António Bouças, em 1933¹², editaram o folheto “Apelo em Pró das Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago”¹³.

Nesta publicação, António Corsino Lopes da Silva aludiu à importância da missiva daquele clérigo, cujo conteúdo invoca com vincado patriotismo à defesa daquele decadente Lugar de Memória, dirigido principalmente às gerações mais jovens, os mais propensos, no seu entendimento, a assimilar essas causas¹⁴. João Lopes condenou veementemente o desconhecimento que os seus compatriotas tinham sobre a primeira capital desta Província, muito por força de os conteúdos escolares daquele tempo darem mais importância a matérias sobre a Metrópole do que à História de Cabo Verde, instando que se dignassem a seguir na caravana que iria visitar este Sítio no mês de novembro de 1933¹⁵.

Por seu lado, Monsenhor António Bouças, alinhando pelo mesmo diapasão do governador Filipe Dias de Carvalho, lastimava o facto de esta secular urbe estar em completo estado de desmoronamento e esquecimento. São várias as considerações por ele formuladas nesta carta sobre o modo de agir, revitalizar e a recuperar¹⁶, lamentando igualmente o estado de deterioração em que se encontrava o Seminário-liceu de São Nicolau, do qual foi o seu último vice-reitor, local de formação académica de muitas gerações de estudantes¹⁷.

¹¹ Cf. FUNDAÇÃO JOÃO LOPES. *Cidade Velha. Ribeira Grande de Santiago*. [S.l.]: Publicom, 2015, p. 37.

¹² A simbologia da data reside no facto de nesse ano se comemorar o IV Centenário da criação da diocese de Cabo Verde (cf. *ibidem*, p. 9).

¹³ Cf. *ibidem*, p. 37. O texto está reproduzido na íntegra nesta mesma publicação (cf. pp. 11-28).

¹⁴ Cf. *ibidem*, p. 13.

¹⁵ Cf. *ibidem*, pp. 15-16.

¹⁶ Cf. *ibidem*, p. 17.

¹⁷ Cf. *ibidem*, pp. 26-27.

Para tal, considerou importante constituir-se uma comissão¹⁸ composta por pessoas com amor a esta causa¹⁹. Esse grupo de “Amigos da Cidade Velha”, sustentando-se na Portaria de 1922, deveria proceder, através de um trabalho metódico e com o maior grau de cientificidade possível, à descoberta de vetustos vestígios escondidos dos olhares da população e de quem a visita²⁰. Ora, e examinando-se que após a promulgação daquele diploma-legal nada mais fora feito, conseguimos descortinar uma crítica implícita ao facto de não ter sido criado qualquer organismo cuja missão assumisse a salvaguarda do Património Cultural de Cabo Verde.

Tal como o preconizado na Portaria de 1922, monsenhor António Bouças consignou a constituição de um museu capaz de traçar uma perspectiva diacrónica e de exprimir a ação civilizacional exercida pelos portugueses desde a aurora da Época Moderna²¹.

Por outro lado, é interessante a interpretação relativa a dois fenómenos ocorridos nos séculos precedentes, que cooperaram para a involução da sua malha urbana, retrocesso demográfico²² e consequente degradação dos monumentos: o corso e a pirataria²³, e o triunfo do Liberalismo²⁴.

Apesar de todas estas contrariedades, monsenhor António Bouças exultava com a ação de Portugal no paládio do legado ultramarino, lembrando que o Marechal Leauty, por ocasião da visita a Paris do nosso ministro das Colónias, o tinha congratulado por esta meritória decisão e auspiciado que o seu país tivesse idêntico procedimento quanto aos vestígios da presença francesa em Marrocos²⁵.

¹⁸ Vera Mariz equipara a posição defendida pelo monsenhor Bouças à veiculada por António Ferro. Ambos enfatizaram a importância destes movimentos de jovens para a defesa dos valores culturais contemporâneos e ancestrais (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império” ...*, op. cit., p. 281).

¹⁹ Por ele denominada de «[...] uma comissão de rapazes de boa vontade [...]» (FUNDAÇÃO JOÃO LOPES, *Cidade Velha...*, op. cit., p. 17).

²⁰ É utilizada uma expressão bastante bem conseguida para atender a esta ação de prospeção do subsolo ao dizer-se que: «Essa Comissão livre de peias burocráticas e sem receio de agir com independência, procederá ao arejamento da cidade morta [...]» (ibidem, p. 18).

²¹ Cf. ibidem, p. 19.

²² Apesar de parecer um paradoxo, este êxodo populacional contribuiu para a conservação de alguns desses testemunhos, em razão de se ter acabado com o roubo das suas cantarias (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império” ...*, op. cit., pp. 283-284).

²³ Cf. FUNDAÇÃO JOÃO LOPES, *Cidade Velha...*, op. cit., p. 19

²⁴ «A cidade morta, não de morte natural como se tem dito. Mas de vítima sacrificada à heresia liberalista do século passado, pois sem a categoria da capital civil, bem podia continuar a sua vida de centro religioso e, que não o fosse, os monumentos reveladores da sua importância e nobreza deviam ter sido poupados ao fanatismo da era supra!» (ibidem, p. 19).

²⁵ Cf. ibidem, p. 26.

Em 1936, surgiu no Mindelo uma revista literária denominada *Claridade*, fundada por Baltazar Lopes, Manuel Lopes, diretor dos dois primeiros números, e Jorge Barbosa, que contaram com a preciosa colaboração de João Lopes, seu diretor a partir do terceiro número, e de Jaime Figueiredo. Foram dados à estampa nove números, sequenciados em dois períodos distintos, mas sem periodicidade institucionalizada.

De recordar que esse tempo era de profundas preocupações e dificuldades pelas quais passava a sociedade cabo-verdiana, em muito potenciadas pelas constantes e prolongadas secas que assolavam essas ilhas, com consequências óbvias na produtividade agrícola, e pelo seu isolamento geográfico²⁶.

A obra *Hora di Bai*, de cariz neorrealista, retrata o descrito. Esta narrativa localiza-se temporalmente em 1943, com uma viagem de São Nicolau para São Vicente. As pessoas a bordo do navio Nossa Senhora das Areias tentam escapar a uma situação de fome e miséria, concluindo-se esta história, sempre salpicada por mornas alusivas à situação vivida pela população, com a debandada de um grande contingente de cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe²⁷.

O Manifesto da *Claridade* consubstanciava-se em textos escritos em distintas formas²⁸ – ensaios, apontamentos, contos, romances – assentes numa perspetiva de meditação investigativa etnográfica e sociológica, assumindo a causa deste povo na sua luta pela afirmação de uma identidade cultural autónoma, baseada na criação da cabo-verdianidade e na análise das preocupantes condições socioeconómicas e políticas vividas²⁹.

Das leituras efetuadas a todas as edições, concluímos que não foi feita qualquer menção à Cidade Velha no que respeita ao seu valor intrínseco, apesar de se apresentarem

²⁶ O mar era, ao mesmo tempo, um constituinte castrador, em virtude de ser um fator de isolamento da sua população, e libertador, porque era a única via de saída dessas pessoas para outros territórios.

²⁷ Cf. FERREIRA, Manuel. *Hora di Bai*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987.

²⁸ «[...] *Claridade* representou uma tentativa de se plasmar a especificidade do arquipélago mediante a construção de um mosaico variado de temas e assuntos que tinham o fito de valorizar e resgatar o legado das tradições orais.» (SALLA, Thiago Mio. “A revista *Claridade* e o discurso freyreano: regionalismo e aproximação entre a elite letrada cabo-verdiana e a metrópole portuguesa nos anos 1930”. In: CARELLI, Fabiana Buitor; LUGARINHO, Mário César; GARMES, Helder (com. edit.). *Via Atlântica*, n.º 25. São Paulo: Universidade de São Paulo, julho 2014, p.108. Página consultada a 16 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/issue/view/4775>).

²⁹ É interessante confrontarmos o paralelismo feito entre a situação económica e social vivida, na década de 1930, no Brasil e em Cabo Verde, para percebermos as influências que o neorrealismo literário brasileiro, essencialmente o nordestino, teve no movimento Claridoso, apesar das acentuadas diferenças entre ambas as correntes intelectuais (cf. MELO, António Amaro de. “Claridosas influências”. In: VIEGAS, Francisco José (dir.). *Ler. Livros & Leituras*, n.º 148, terceira série. Lisboa: Círculo de Leitores, inverno 2017-2018, pp. 63-68).

interessantes textos relativos ao Património Imaterial do arquipélago³⁰. Para nós esta ausência evocativa é de estranhar, tanto mais que João Lopes e Jaime Figueiredo tinham, na década de 1930, sido dois dos principais entusiastas da proteção e glorificação daquele Lugar de Memória.

Mediante o exposto, é passível de se qualificar o período de tempo em análise como a primeira tentativa para tirar a antiga cidade da Ribeira Grande do obscurantismo em que tinha caído nos séculos precedentes, e retratar o mais fidedignamente possível o seu passado. Porém, nenhuma ação concreta e pró-ativa, apesar de se ter legislado sobre o tema, foi tomada para a salvaguarda do seu legado ancestral, situação que se manterá até a promulgação, no ano de 1958, do Decreto n.º 41 787.

2.2. Nas décadas de 1950 e de 1960

Durante a década de 1940, esse interesse, pensamos, foi menos efetivo, pois não encontrámos quaisquer documentos ou diplomas legais relativos a esta matéria, talvez por não se querer avançar antes de se produzir legislação para o efeito. Mas, no início da década seguinte, esta questão voltou a estar na ordem do dia:

«Da antiga e opulenta “Ribeira Grande” conhecida hoje pela “Cidade Velha”, só existem ruínas gloriosas: umas causadas pelo rodar dos anos, outras pelo vandalismo causado pelas populações que, neste particular, nada mais fizeram do que seguir o exemplo do próprio Estado de demolindo edifícios para deles extrair materiais de construção!»³¹.

³⁰ Cf. LOPES, Baltazar. “Notas para o estudo da linguagem das ilhas”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 2. São Vicente: Grupo “Claridade”, agosto de 1936, p. 5, p. 10; LOPES, Baltazar. “Uma experiência românica nos trópicos, I”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 4, janeiro de 1947. São Vicente: Grupo “Claridade”, pp. 15-22; LOPES, Baltazar. “Uma experiência românica nos trópicos, II”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 5. São Vicente: Grupo “Claridade”, setembro de 1947, pp. 1-10; MONTEIRO, Félix. “Tabanca. Evolução Semântica”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 6. São Vicente: Grupo “Claridade”, julho de 1958, pp. 14-18; MONTEIRO, Félix. “Tabanca. Uma lenda”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 7. São Vicente: Grupo “Claridade”, dezembro de 1949, pp. 19-26; MONTEIRO, Félix. “Bandeira da Ilha do Fogo – O senhor e o escravo divertem-se”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 8. São Vicente: Grupo “Claridade”, maio de 1958, pp. 9-22; LOBO, Pedro de Sousa. “A originalidade humana de Cabo Verde”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 9. São Vicente: Grupo “Claridade”, dezembro de 1960, pp. 64-69.

³¹ MONTEIRO, Júlio. “Ribeira Grande, a cidade que desapareceu”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, Ano I, n.º 4. Praia: Imprensa Nacional, 1 de janeiro de 1950, p. 8.

Do explanado, denota-se um desencanto do redator relativamente a este estado de acentuada degradação³², criticando-se a ação desenvolvida pelas entidades competentes no que respeita à delapidação patrimonial, transmitindo desta forma um sentimento de impunidade aos seus habitantes, que assistindo a essa atitude laxista se sentiam impelidos a fazer o mesmo, daí resultando a subtração das pedras dos monumentos para construírem ou embelezarem as suas casas³³.

A amargura de Júlio Monteiro é evidente, clamando que os poderes públicos tudo fizessem para evitar o desaparecimento deste espaço ancestral, e se perpetuasse a memória daqueles que a erigiram, isto porque sem esses bens mais facilmente se olvidaria esse passado³⁴.

Em 1957, Teixeira de Sousa exprimiu o seu estado de alma quando confrontado com as ruínas da Sé Catedral, comparando-o ao sentimento de Axel Munthe³⁵, que em Capri assistiu com tristeza à utilização indevida de cariátides, colunas e capiteis do tempo de Tibério, atiradas como qualquer outra vulgar pedra para cima dos muros das hortas ou servindo de degraus das habitações e dos pilares dos estábulos³⁶.

Neste texto, com considerações muito similares ao citado anteriormente, é-nos narrado o estado de degeneração em que se encontrava a Cidade Velha³⁷, por via da utilização de nobres materiais para ornamentar, quer imóveis e espaços pertencentes à nação portuguesa, quer modestas residências particulares, daqui se depreendendo uma crítica a este tipo de comportamento:

«Por todos os cantos os paralelepípedos de cantaria transformados em cunhais dos pobres casebres, são testemunhos de actos inconscientes de vandalismo praticados à sombra de incúria cívica por parte das entidades responsáveis.

³² Esta descrição é rica em justificações para uma tão lenta agonia, indicando-se o ano de 1536 como o princípio do seu fim, e apresentando-se como fator positivo desta debandada populacional da primeira capital de Cabo Verde o povoamento do interior da Ilha de Santiago por parte das famílias ricas que para aí se retiraram e passaram a explorar melhor as suas propriedades (cf. *ibidem*, pp. 7-8).

³³ Cf. *ibidem*, p. 8.

³⁴ Cf. *ibidem*, p. 8.

³⁵ Médico sueco que viveu grande parte da vida em Anacapri, onde sobre os destroços da capela de San Michele construiu uma casa que viria a herdar o topónimo daquele templo.

³⁶ Cf. SOUSA, Henrique Teixeira de. “Cidade Velha, cidade esquecida”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano VIII, n.º 90. Praia: Imprensa Nacional, 1 de março de 1957, p. 3.

³⁷ Enfocando-se somente como elemento validador e tangível desse passado glorioso a presença do Pelourinho, em manifesta condição de esfacelamento, colocado no largo principal da povoação.

Uma pedra com inscrição que data de séculos, serve de soleira de uma porta. Numa propriedade do Estado, vi arretos construídos com materiais que as caravelas trouxeram do Reino. Uma peça antiga é utilizada para prender as alimárias.»³⁸.

É ainda assinalado que para além de escombros, miséria e enfermidades, este Sítio estava isolado, pois nem uma estrada em condições havia para quem o quisesse visitar³⁹. No entendimento deste médico, o povo cabo-verdiano não cuidava conveniente e conscientemente do seu património, porque estava a permitir o desaparecimento desses avitos vestígios, impedindo-se desta forma que todos aqueles que a quisessem percorrer para rememorar tempos idos o pudessem fazer⁴⁰.

Nesse mesmo ano, o “Grupo dos Amigos da Cidade Velha” elaborou um texto que nos relata o lento e agonizante declínio desta urbe, demonstrado no caso concreto, com a transferência da residência do governador para a vila da Praia⁴¹. A sua publicação procurou remontar à génese desse contínuo definhamento, prevalecente até essa década de 1950, sem que ninguém ainda tivesse tomado a iniciativa concreta, intentando-se alertar as autoridades metropolitanas e provinciais para esse facto, e para a necessidade da sua salvaguarda e divulgação.

Em 1958, aquando do I Centenário da elevação da vila de Santa Maria da Praia à categoria de cidade, dentro desse programa de celebrações⁴², decidiu-se evocar a outrora notável Ribeira Grande. Neste contexto, foi feita uma romagem em que estiveram presentes os mais altos dignatários políticos e eclesiásticos do arquipélago.

A relevância desse momento é atestada pela solenidade das iniciativas realizadas, nomeadamente a cerimónia litúrgica conduzida pelo padre Campos, que no Evangelho proferiu um sermão carregado de fé e patriotismo; o discurso de Hermógenes Ramos⁴³, alertando para a necessidade de se proteger, antes que caíssem em plena destruição os seus monumentos e ruínas; e a visita ao Pelourinho, Igreja de Nossa Senhora do Rosário,

³⁸ *Ibidem*, p. 3.

³⁹ *Cf. ibidem*, p. 3.

⁴⁰ A terminar esta apreciação, o autor deixa um lamento atestador da sua angústia, patente na interrogação: «*Cidade Velha, cidade esquecida, quem te sepultou na memória dos vivos?*» (*ibidem*, p. 3).

⁴¹ GRUPO DOS AMIGOS DA CIDADE VELHA, “O último...”, *op. cit.*, pp. 11-13.

⁴² Todo ele com acompanhamento da Rádio Clube de Cabo Verde e devidamente documentado em suporte audiovisual.

⁴³ Vice-presidente da Câmara Municipal da Praia e presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Convento de São Francisco, Sé Catedral e Fortaleza Real de São Filipe, acompanhada e comentada por Jaime Figueiredo⁴⁴.

Importa ainda atender à frase expressa quase no final deste texto, «*A Cidade Velha não ficou esquecida!*»⁴⁵, e compará-la à proferida no ano anterior por Henrique Sousa Teixeira, «*Cidade Velha, cidade esquecida*»⁴⁶, denotando-se nessa contraposição uma resposta a este desabafo, e dando-se a conhecer quais as ações realizadas, conducentes a retirá-la do obscurantismo em que havia caído e manifestando-se a pretensão de reverter esta situação.

Durante o período de vigência do Estado Novo (1933-1974), a defesa do património arquitetónico português ultramarino foi uma das bandeiras do governo, remontando a esta época, principalmente após o surgimento da Questão Colonial, a formulação de um conjunto de medidas conducentes a esse fim. De entre a legislação produzida, destaque-se o decreto n.º 41 787, do ano de 1958, promulgado com o objetivo de:

*«Inventariar os monumentos de interesse nacional existentes no ultramar, promover a sua classificação e, eventualmente, o seu restauro, orientando-o superiormente, bem como aos trabalhos de conservação;»*⁴⁷.

No descrito, a inventariação, a classificação e o restauro eram procedimentos basilares para a perpetuação desses bens conformadores da presença portuguesa noutras latitudes. Mas o alcance desta medida foi bastante mais abrangente e de transcendente importância, permitindo simultaneamente suprir pela primeira vez um vazio legal relativo a este âmbito e demonstrar uma manifesta vontade de se tentar centralizar a salvaguarda do Património Edificado das províncias ultramarinas⁴⁸.

⁴⁴ Manifestando-se o desejo de futuramente a ver denominada de: «[...] *santuário de Cabo Verde* [...]» (“COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA ELEVAÇÃO DA VILA DA PRAIA DE SANTA MARIA À CATEGORIA DE CIDADE DA PRAIA DE SANTIAGO, CAPITAL DA PROVÍNCIA DE CABO VERDE”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano IX, n.º 106. Praia: Imprensa Nacional, 1 de julho de 1958, p. 20).

⁴⁵ *Ibidem*, p. 26.

⁴⁶ SOUSA, Henrique Teixeira de. “Cidade Velha...”, *op. cit.*, p. 3.

⁴⁷ Diário do Governo, n.º 172, I Série, “Decreto n.º 41 787”, 7 de agosto de 1958, Art.º 2.º, Alínea 11.

⁴⁸ Cf. MARIZ, Vera Félix. “Inventário, classificação, conservação, restauro e divulgação de monumentos nacionais em Angola e Moçambique (1922-1974)”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, p. 67.

Outrossim, deliberava-se ser premente que a chancela lusa continuasse a ser uma linha matricial a seguir nas novas obras a conceber, mas resguardando-se sempre a sua harmonia com a realidade a que estava circunscrita:

«Promover, quando oportuno, a criação de novos padrões de presença nacional e assegurando-lhes como a todas as construções de carácter monumental, cunho vincadamente português, sem embargo de perfeita adequação ao meio em que se ergam;»⁴⁹.

Em 1959, Jaime Figueiredo teceu algumas considerações sobre os erros cometidos neste domínio. Segundo ele, e traçando o paralelismo com Angola, Guiné e Moçambique, que tinham tomadas medidas tendentes ao paládio de ancestrais imóveis, em Cabo Verde existia um enorme alheamento relativamente a esta prática, com consequências bem visíveis:

«Se nestas últimas [ilhas] se deixaram desfazer sob a acção do tempo alguns monumentos militares das passadas épocas, em Santiago nomeadamente na Ribeira Grande, à ruína do abandono sucedeu até aos nossos dias a depredação indiscriminada, sob o vandalismo inconsciente das gentes reduzidas ao nível mais pobre e atrasado do Arquipélago.»⁵⁰

Por outro lado, enalteceu todos aqueles que anteriormente pugnaram por alterar esta situação, como foi o caso do governador Filipe Dias de Carvalho, e de todos os que desde essa década trabalhavam em prol da promoção do Sítio, tendo igualmente salientado, apesar da sua proficiência ter sido mais residual, a ação desenvolvida pelos movimentos cívicos, através da imprensa e da rádio⁵¹.

Segundo ele, havia muito por fazer no âmbito da defesa e conservação desses bens, sendo necessário desenvolverem-se mecanismos de controlo com vista a garantir essa necessidade⁵², assentes no estabelecimento de zonas de proteção, com o propósito de se

⁴⁹ Diário do Governo, n.º 172..., 7 de agosto de 1958, Art.º 2.º, Alínea 12.

⁵⁰ Cf. FIGUEIREDO, Jaime de. “A Fortaleza Real de S. Filipe e o seu restauro”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano X, n.º 113. Praia: Imprensa Nacional, 1 de fevereiro de 1959a, p. 14.

⁵¹ Cf. *ibidem*, pp. 14-15.

⁵² «[...] estudo, conhecimento e classificação desses valores; condicionamento prático dos restauros, reintegrações ou conservação; directivas para a iniciação da propedêutica em função do alcance cultural e educativo.» (*ibidem*, p. 16).

salvar, tanto o Património Móvel como o Imóvel, por via do restauro ou da parcial reintegração⁵³. Para tal, objetivava que só uma prospeção feita por técnicos avalizados conduziria a um inventário primário e posteriormente a uma classificação definitiva, não faltando no arquipélago, com destaque para a antiga cidade da Ribeira Grande, testemunhos para integrar esse rol⁵⁴.

Jaime Figueiredo, denotando uma sensibilidade apurada para este tipo e questões, preceituava que as correções efetuadas na Fortaleza Real de São Filipe não desvirtuassem a sua traça original⁵⁵. Igualmente, ponderava ser essencial um acompanhamento direto por parte da DGEMN em qualquer obra de restauro nos monumentos classificados, circunstância prevista no Decreto n.º 20:985, de 1932⁵⁶.

Em 1858, foi nomeada uma Comissão Provincial das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, composta por individualidades de distintos quadrantes⁵⁷. No ano seguinte, outra Portaria foi publicada, sendo indigitadas mais algumas individualidades como vogais daquela Comissão, a quem competiria, sob a superintendência do assistente dessa Comissão, o dr. Bento Levy, organizar um conjunto de atividades alusivas às celebrações dos quinhentos anos de descobrimento do arquipélago, que ocorreriam em 1960⁵⁸.

Considerando que a Portaria n.º 40, de 1922, não havia surtido o efeito desejado, foi publicado um Despacho com o objetivo de suprir essa lacuna:

«É intenção do Governo promover a conservação das ruínas da Cidade Velha, e fazer ligeiras restaurações que porventura se imponham. A fisionomia da própria população actual deverá ser tratada por forma a integrar-se naturalmente no lugar Monumental em que se encontra enquadrada.»⁵⁹.

Ao interpretá-lo, observamos uma tendência de opinião para um paradigma anti intervencionista sobre o imóvel, o qual o desvirtuaria e retiraria do seu estado de pureza,

⁵³ Cf. *ibidem*, p. 16.

⁵⁴ Cf. *ibidem*, p. 16.

⁵⁵ Cf. *ibidem*, pp. 16-17.

⁵⁶ Cf. *ibidem*, p. 17.

⁵⁷ Cf. Portaria n.º 5538, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 23, de 27 de setembro de 1958.

⁵⁸ Cf. Portaria n.º 5725, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 89, de 6 de junho de 1959.

⁵⁹ Despacho n.º 16, publicado no Boletim Oficial do Governo-Geral da Província n.º 36, I Série, de 5 de setembro de 1959.

sendo somente permitida uma intervenção residual, por forma a evitar o seu desmoronamento.

Comparando este Despacho com a Portaria n.º 40, de 1922, inferimos muitas semelhanças, apesar de este somente se direcionar para a Cidade Velha, o que patenteia uma perspetiva minimalista de abordagem patrimonial, apesar de no ano anterior se ter publicado o já aludido Decreto n.º 41 787.

É possível deduzimos preocupações próprias de quem sabe quais os condicionalismos inerentes aos sítios culturais vivos e da relação cordata que deve existir entre a população e os valores histórico-artísticos, integrando-se essa valorização numa perspetiva global deste Lugar de Memória⁶⁰, tal como veio a ser consignado em Veneza, cinco anos depois.

Nesse Despacho, e como meio para atender ao apelo formulado por monsenhor Bouças na década de 1930, o governador Silvino Silvério Marques nomeou um grupo de trabalho pluridisciplinar⁶¹, formado por pessoas com formação em ciências exatas, sociais, e teológicas, cuja atuação se deveria pautar pela aplicação de medidas conservacionistas, gestão do espaço e sua simbiose com o legado subsistente, publicação de um guia sobre a Cidade Velha, estudo e proposta de medidas para a sua potenciação turística⁶².

Entretanto, foi dado um importante passo para a efetiva preservação do património da antiga cidade da Ribeira Grande, com a consignação, no orçamento de 1959, de uma verba de 30.000\$00 para obras de beneficiação da Fortaleza Real de São Filipe⁶³. Nos primeiros anos da década de 1960, as dotações adstritas ao restauro e conservação de monumentos e obras de arte desta Província foram substanciais, mas com valores decrescentes a cada ano: 500.000\$00, em 1961⁶⁴; 180.000\$00, em 1962⁶⁵; 135.000\$00, em 1963⁶⁶. Pensamos

⁶⁰ «*Todavia, essa valorização não deveria cingir-se aos monumentos, abrangendo igualmente a povoação, indicação que denuncia um entendimento da Cidade Velha como um conjunto urbano vivido e não como um repositório de edifícios.*» (MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império”...*, op. cit., pp. 286-287).

⁶¹ Vera Mariz denominou-o de «[...] eclético grupo de trabalho [...]» (*ibidem*, p. 286).

⁶² Cf. Despacho n.º 16..., de 5 de setembro de 1959.

⁶³ Cf. Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, suplemento, I Série, “Orçamento da receita ordinária e extraordinária da província de Cabo Verde para o ano económico de 1959”, de 31 de dezembro de 1958.

⁶⁴ Cf. Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 53, suplemento, I Série, “Orçamento da receita ordinária e extraordinária da província de Cabo Verde para o ano económico de 1961”, de 31 de dezembro de 1960.

⁶⁵ Cf. Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária para o ano de 1962”, de 30 de dezembro de 1961.

⁶⁶ Cf. Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária para o ano de 1963”, de 31 de dezembro de 1962.

que tal situação possa estar relacionada com o início da Guerra Colonial e a consequente inevitabilidade de se canalizar verbas para esse conflito bélico.

Não obstante todas as iniciativas mencionadas, advenientes de vários quadrantes sociais como e bem constatou Vera Mariz, para além das incidências memoriais⁶⁷, fatores político-sociais⁶⁸ então vividos contribuíram sobremaneira para um cada vez maior empenho na recuperação de bens atestadores da presença portuguesa neste arquipélago, culminando esse propósito com a missão de Luís Benavente⁶⁹.

No dia 21 de julho de 1960, o Grupo de Amigos da Cidade Velha⁷⁰ promoveu uma exposição fotográfica⁷¹ apresentada no Salão Nobre da Rádio Clube de Cabo Verde, posteriormente vertida para catálogo, sobre as ruínas das principais reminiscências patrimoniais e de algumas imagens existentes na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, capazes de nos elucidar visualmente⁷² o que havia sido esta urbe⁷³.

Jaime Figueiredo⁷⁴ fez o ponto da situação do que havia sido feito no que respeita à preservação e restauro dos testemunhos subsistentes no Sítio, realçando o trabalho anteriormente desenvolvido pelo governador Filipe Dias de Carvalho, proibindo, por via legislativa, a continuação da destruição da Cidade Velha⁷⁵; as reflexões tecidas por monsenhor António Bouças; o labor por Hermenegildo Ramos, que conseguiu, no ano de

⁶⁷ As celebrações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique e da descoberta destas ilhas

⁶⁸ O movimento independentista estava a ganhar cada vez mais força, assistindo-se na ausência de resposta do Regime às pretensões do PAIGC, a uma escalada de violência perpetrada por essa organização.

⁶⁹ Cf. MARIZ, Vera Félix. “Cabo Verde no Programa de Salvaguarda do Património Português Ultramarino – o caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1962-1974)”. In. ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vítor Rosado. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau: percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa: ICT, 2012, [s.p.] [pp. 3-4]. Página consultada a 12 de maio de 2014. Disponível em: <https://coloquiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf>

⁷⁰ Aníbal Barbosa da Silva, José Delgado Freire, Luís Pires de Bastos, Mário Lima Furtado e Francisco Delgado Freire foram os seus mentores.

⁷¹ «Esta evocação é assim mais um acto de presença rememorativa, através do qual se reencontra no sortilégio das imagens, o elo vivo da continuidade no tempo, sem o que não há entre os povos, sentido de sedimentação histórica válida, nem na marcha das gerações, autêntico processamento da cultura própria.» (SILVA, Aníbal Barbosa da [et. al.]. *Catálogo da Exposição do documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago*. Lisboa: Edições Henriquinas, 1960, [s.p.] [p. 1].

⁷² Vera Mariz teve a perspicácia para correlacionar esta exposição fotográfica com o emanado na Carta de Veneza, no seu Art.º 17.º, relativamente a ações a executar a montante e a jusante dos trabalhos de conservação, restauro e prospeção arqueológica (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império...”*, op. cit., pp. 287-288).

⁷³ SILVA, Aníbal Barbosa da [et. al.], *Catálogo...*, op. cit..

⁷⁴ Interessante a dedução feita por Vera Mariz relativamente a este conservador da Biblioteca Municipal da Praia, ensaísta, crítico, dramaturgo e artista plástico: «[...] entendia os monumentos como testemunhos gloriosos e eloquentes que desempenham um papel pedagógico incontornável [...]» (MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império...”*, op. cit., p. 288).

⁷⁵ Ação realçada um ano antes (cf. FIGUEIREDO, Jaime de, “A Fortaleza...”, op. cit., 1959a, p. 14).

1959, a alocação de verbas por parte do Estado para o restauro da Fortaleza Real de São Filipe; e o contributo do comandante Peixoto Correia – governador da Província entre 1957 e 1958 – para a atribuição dessa subvenção⁷⁶.

Num artigo publicado pelo padre António Brásio⁷⁷, comprovou-se que a diocese de Cabo Verde era pobre em edifícios religiosos, visto os persistentes, remontantes aos séculos XV, XVI e XVII, estarem muito alterados ou assolados⁷⁸.

Tal como outros o haviam feito anteriormente, atribui como causas para a situação os ataques de pirataria e o descuido do Homem para tal destino⁷⁹. Segundo ele, a ausência de pessoas com qualificação suficiente – restauradores – para levarem por diante essa empreitada⁸⁰, em virtude de serem desprovidos de critério, gosto ou conhecimento artístico foi outra variável contributiva para esse desenlace⁸¹.

São expressas questões pertinentes relativamente ao porquê do estado de esfacelamento do Hospital e da Igreja da Misericórdia, assim como da Capela de São Roque, aludindo-se ao sofrível estado de conservação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, cujo entorno não estava cuidado, e criticando-se o conserto feito algum tempo antes, desprovido de concetualização histórico-artística⁸².

Para reforçar o seu pensamento relativamente a este tópico, transcreveu dois documentos do ano de 1875⁸³, que expressam posições antagónicas em relação ao destino a dar à Catedral: a posição do diretor das Obras Públicas da Província, de completa inconsciência e insensibilidade para a preservação da Sé Catedral, e a do bispo da diocese, que está em desacordo com essa pretensão, por considerar ainda ser possível reergue-la⁸⁴.

Na gesta deste pensamento, julgava imperativo executar-se a sua reconstituição, penalizando-se doravante, com a implementação de sanções, os que a desfizessem e daí

⁷⁶ Cf. SILVA, Aníbal Barbosa da [et. al.], *Catálogo...*, op. cit., [s.p.] [p. 7].

⁷⁷ Transcrição para o papel da palestra proferida na Rádio Clube de Cabo Verde, no dia 7 de junho de 1960.

⁷⁸ Cf. BRÁSIO, António. “Monumentos Sacros de Santiago”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano XI, n.º 130. Praia: Imprensa Nacional, 1 de julho de 1960a, p. 28.

⁷⁹ Comparou-se a situação vivida na Cidade Velha, onde os seus habitantes iam aos templos sagrados arrancar pedras e desrespeitando a sacralidade dos seus edifícios religiosos, com a ocorrida em Roma, onde o Coliseu foi utilizado com o mesmo fim (cf. *ibidem*, p. 28).

⁸⁰ Vera Félix Mariz considera este terceiro fator explicativo, como denotador da sensibilidade do autor relativamente ao tema em exame (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império”...*, op. cit., p. 290).

⁸¹ Cf. BRÁSIO, António, “Monumentos...”, op. cit., p. 28.

⁸² Cf. *ibidem*, pp. 28-29.

⁸³ Por nós salientados no capítulo I.

⁸⁴ Cf. *ibidem*, pp. 29-30

retirassem uma só pedra que fosse, concitando os cidadãos a preservá-la, com o intuito de a transformar numa Cidade-Museu⁸⁵.

Relativamente aos seus precedentes, António Brásio patenteia uma maior abrangência relativamente à inquietação quanto à proteção dessas marcas, já não focalizado somente na Cidade Velha, mas abrangendo outros edifícios de cariz religioso, intrinsecamente conectados com o descobrimento, colonização e evangelização da Ilha de Santiago: Igreja de Nossa Senhora da Luz, onde no século XV foi edificada Alcatrazes; Nossa Senhora da Boa Esperança, na Ribeira de Prata; e de Nossa Senhora da Graça, em Chão de Tanque⁸⁶. Segundo aquele clérigo, deveria ser promulgada legislação, sob o respaldo da Repartição dos Monumentos Nacionais, tendente à sua efetiva salvaguarda e melhoramento⁸⁷. Todos esses testemunhos, conjuntamente com outras igrejas, foram identificados num mapa da Ilha de Santiago elaborado por Luís Benavente.

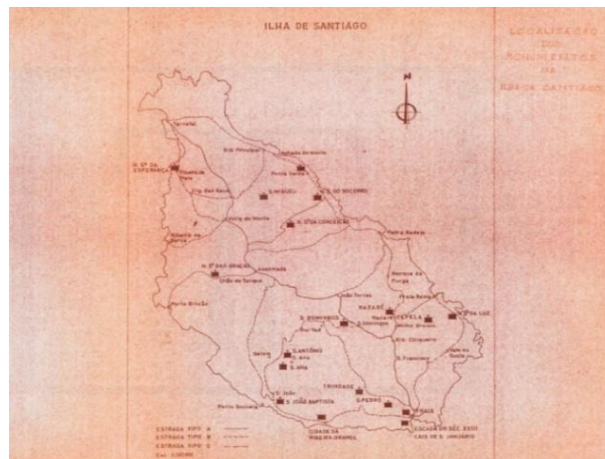


Figura 7 Localização dos monumentos religiosos da Ilha de Santiago
ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 2a, [s.d.] [c. 1962]

⁸⁵ Cf. *ibidem*, p. 29.

⁸⁶ Cf. *ibidem*, pp. 30-31.

⁸⁷ Cf. *ibidem*, p. 31.

2.3. Ação do arquiteto Luís Benavente em prol da proteção do Património Histórico-Artístico Ultramarino Português

Trabalhos na Metrópole

Luís Benavente⁸⁸ nasceu em Lisboa, no seio de uma família ligada à arquitetura e à construção, sendo sobrinho do conceituado arquiteto Tertuliano Lacerda Marques⁸⁹. Depois de concluir os estudos liceais, frequentou a Faculdade de Ciências, mas posteriormente inscreveu-se na escola das Belas-Artes de Lisboa para o curso Superior de Arquitetura, concluindo-o no ano letivo 1929-1930, na Escola de Belas-Artes do Porto⁹⁰. Matriculou-se também no Institut d'Urbanisme de l'Université de Paris, mas estava dispensado de frequentar o curso⁹¹. Durante a sua vida académica teve a oportunidade de viajar pelo continente europeu e aí entrar em contacto com outras realidades⁹². Para a obtenção do diploma fez um tirocínio junto de importantes arquitetos e engenheiros⁹³.

A partir da década de 1920, mas com especial incidência nas duas subseqüentes, foram vários, e alguns com acentuado grau de complexidade, os trabalhos por ele feitos em Portugal continental, ilhas adjacentes e no estrangeiro, mas foi na sua cidade natal que realizou um maior número de intervenções, quer em infraestruturas públicas, quer em casas de habitação⁹⁴. De realçar o tempo que esteve em Coimbra⁹⁵, participando voluntariamente⁹⁶ no restauro do Jardim da Manga, efetuando um exaustivo e pormenorizado estudo sobre ele e o seu espaço circundante, tendo esse projeto sido

⁸⁸ Vera Mariz fez um exaustivo levantamento sobre o seu percurso de vida pessoal e profissional (cf. MARIZ, Vera Félix, *A "Memória do Império"...*, op. cit., pp. 228-248). Numa publicação alusiva ao percurso deste arquiteto, vários textos abordam esse tema (cf. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 11-49; pp. 51-59; pp. 71-75; p.76; pp. 77-81; pp. 82-84).

⁸⁹ Cf. ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 2, [s.d.], [s.f.], [fl.2 v.].

⁹⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 16, [s.d.] [c. abril de 1983], fls. 2-3; ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de abril de 1983, (2.ª parte), fl. 2.

⁹¹ Cf. ANTT, FLB, cx. 134, pt. 959, doc. 1, [s.d.] [outubro de 1937]; *ibidem*, doc. 5, 10 de outubro de 1937; *ibidem*, doc. 6, 19 de outubro de 1937; *ibidem*, doc. 8, 12 de novembro de 1937.

⁹² Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 16, [s.d.] [c. abril de 1983], fl. 2.

⁹³ Cf. ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 5, [s.d.].

⁹⁴ Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 8, 22 de dezembro de 1967, fls. 1-8; ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 9, 22 de dezembro de 1967; ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 10, 1 de março de 1957; ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 16, [s.d.] [c. abril de 1983], fls. 9-10.

⁹⁵ «A vivência em Coimbra e o contacto directo com os monumentos da cidade terão sido determinantes para o crescente interesse de Benavente para protecção e valorização do património arquitectónico antigo.» (cf. MARIZ, Vera Félix, *A "Memória do Império"...*, op. cit., p. 830).

⁹⁶ Oficialmente, não foi indigitado para participar nesse projeto, tendo partido dele essa iniciativa, em virtude de o ter sensibilizado o estado de abandono em que se encontrava esse testemunho.

aprovado pelo Serviço de Monumentos Nacionais da DGEMN⁹⁷. Participou na reabilitação do Museu Machado de Castro e do antigo Colégio de São Bento, e fez parte de uma comissão encarregada de pensar o ordenamento e recuperação da zona alta da cidade, defendendo a sua valorização⁹⁸, parecer não seguido pelas instâncias superiores, visto grande parte dessa área ter sido demolida⁹⁹. Aquando da sua estada na cidade do Mondego manteve contacto com arquitetos adstritos aos Monumentos Nacionais, nomeadamente Baltazar Castro e Rogério de Azevedo, ambos da secção do Porto, que quando necessário procuravam os seus préstimos para dar uma opinião avalizada sobre alguns imóveis dessa cidade¹⁰⁰.

Primeiro contacto com o Património Ultramarino Português

Em 1952, foi nomeado diretor do Serviço de Monumentos Nacionais, ficando vinculado à DGEMN¹⁰¹, para onde já havia concorrido, mas sem sucesso, em 1932¹⁰², tendo aí permanecido até 1958, momento em que foi destacado para prestar serviço ao Ministério do Ultramar¹⁰³. A partir de então, foi incumbido pelo Estado Português para superintender

⁹⁷ Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de abril de 1983, (2.^a parte), fl. 3; ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 16, [s.d.] [c. abril de 1983], fl. 3.

⁹⁸ Sem destruir ou desvirtuar os vetustos edifícios existentes, tal como foi feito em Oxford e em Heidelberg.

⁹⁹ Cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 8, 22 de dezembro de 1967, fls. 2-3; ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 13, [s.d.] [depois de 1975], fl. 2-7; ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 16, [s.d.] [c. abril de 1983], fls. 3-5; ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de abril de 1983, (2.^a parte), fls. 2-4.

¹⁰⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 111, pt. 728, doc. 187, 20 de maio de 1936; ANTT, FLB, cx. 111, pt. 728, doc. 196, 14 de julho de 1936; ANTT, FLB, cx. 132, pt. 935, doc. 5, 18 de fevereiro de 1935; ANTT, FLB, cx. 132, pt. 935, doc. 6, 27 de fevereiro de 1935.

¹⁰¹ Enquanto esteve nesse lugar realizou um meritório desempenho em torno da salvaguarda dos monumentos nacionais, não obstante a falta de verbas (cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 9, 22 de dezembro de 1967, [s.f.] [fl. 9]).

¹⁰² Cf. ANTT, FLB, cx. 108, pt. 698, doc. 7, 8 de março de 1932; ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 3 [s.d.] [c. 1931-1932]. Numa missiva ao seu amigo Raul Lino, datada do ano de 1936, expressava-lhe esse desejo (cf. ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 35, 8 de janeiro de 1936).

¹⁰³ Numa clarividente explanação percebemos como ao longo dos anos Luís Benavente procedeu para não perder o seu cargo neste departamento estatal, solicitando, de seis em seis meses, que aquela comissão no Ministério do Ultramar fosse dada como terminada, porque se assim não fosse, segundo procedimento regulamentar, abrir-se-ia uma vaga na DGEMN. Posteriormente, conseguiu-se uma renovação desse destacamento pelo tempo considerado necessário. Em 1961, Henrique Gomes da Silva – diretor geral da DGEMN – aproveitou o facto de a comissão de serviço de Luís Benavente ter sido renovada indeterminadamente e não pelos habituais seis meses, para nomear um novo diretor. Em 1968, Luís Benavente solicitou ao ministro das Obras Públicas o regresso à DGEMN sem nunca o ter conseguido, porque nunca surgiu nenhuma vaga para reassumir essa função (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império”*..., op. cit., pp. 835-836, pp. 838-839). Este processo ocasionou uma situação inabitual, pois coexistiram dois diretores dos Serviços de Monumentos. Tome-se como exemplo o que aconteceu aquando do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, surgindo como colaborador na redação dessa Carta Luís Benavente, em representação da DGEMN, quando, na realidade, foi o arquiteto João Vaz Martins, diretor em funções do Serviço de Monumentos, que participou na composição desse texto (cf. NETO, Maria João Baptista. *Memória, Propaganda e Poder*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, pp. 230-231).

todas as intervenções de cariz patrimonial em São Tomé e Príncipe, Índia Portuguesa, Guiné Bissau e Cabo Verde, nas décadas de 1950, 1960 e 1970¹⁰⁴.

Toda a atividade por ele desenvolvida, para além do seu aspeto tangível, visível no tratamento efetuado em alguns dos seus monumentos, imagens, pinturas e telas, consubstanciou-se na elaboração de vários textos, cuja redação se distendeu nos anos em que permaneceu nessas terras, deixando-nos um rico fundo documental, disponível para consulta no ANTT, ali depositado por doação da família, desde 1995¹⁰⁵.

Em Angola¹⁰⁶ e Moçambique a sua colaboração foi mais residual, pois aí estavam arquitetos¹⁰⁷ destacados ao serviço dos Monumentos Nacionais e haviam sido criadas, em 1922, a Comissão de Monumentos de Angola, substituída, em 1942, pela Comissão dos Monumentos Nacionais de Angola¹⁰⁸ e, em 1943, a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique¹⁰⁹, ambas com competências para inventariar, classificar¹¹⁰, executar intervenções de conservação e restauro, e divulgação dos monumentos nacionais¹¹¹.

Nestes dois territórios, de acentuar o recurso à legislação produzida na Metrópole, em virtude de se ter sentido a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos de proteção patrimonial existentes¹¹². Porém, a sua efetiva aplicabilidade estava condenada ao abranger neste rol apenas os imóveis. Comparativamente ao diploma criador da Comissão

¹⁰⁴ Num espectro territorial amplo estabeleça-se um paralelismo entre a ação por ele desenvolvida com a de Alfredo Viana de Lima, outro arquiteto português seu contemporâneo, que trabalhou em algumas das cidades históricas mais importantes do Brasil e noutros locais do mundo onde o legado português está bem presente (cf. MATOS, Madalena Cunha. “Amador que quer ser da coisa amada”. Alfredo Viana de Lima e o Brasil”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 37-66).

¹⁰⁵ Cf. FERNANDES, José Manuel, “Luís Benavente e as Fortalezas de África (1956-1973)”. In. HESPANHA, António Manuel (dir.). *Oceanos. Fortalezas da Expansão Portuguesa*, n.º 528. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, out-dez. 1996, p. 43.

¹⁰⁶ Em 1958, após a viagem a São Tomé e Príncipe, deslocou-se àquela Colónia para examinar as similitudes e diferenças entre ambas no que a este domínio respeita (cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, p. 841).

¹⁰⁷ Em Angola releve-se o papel desempenhado por Martinho Humberto dos Reis e por Fernando Batalha e, em Moçambique, por Pedro Quirino da Fonseca (cf. FERNANDES, José Manuel, “Luís Benavente e as Fortalezas...”, *op. cit.*, pp. 50-52). A respeito desta temática, salientar a explanação feita por outra investigadora que nos ajuda a melhor perceber de que forma se organizavam esses departamentos e a ação dos arquitetos a eles afetos (cf. MARIZ, Vera, “Inventário...”, *op. cit.*, pp. 75-77).

¹⁰⁸ Cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, pp. 393-415.

¹⁰⁹ Cf. *ibidem*, pp. 490-515.

¹¹⁰ Não obstante a inventariação ser considerada uma função primordial no processo de salvaguarda patrimonial, nestas províncias ultramarinas foi dada prevalência à classificação (cf. MARIZ, Vera, “Inventário...”, *op. cit.*, p. 71).

¹¹¹ Cf. *ibidem*, pp. 68-79.

¹¹² Cf. *ibidem*, p. 73.

de Moçambique, apresentava uma definição minimalista no que respeita ao conceito de Monumento Nacional, em razão de aquele território dispor de uma amplitude terminológica mais ampla no que respeita a este domínio¹¹³. Decorrente desta imposição, a salvaguarda desses bens naquela possessão ultramarina tornou-se mais redutora no que respeitava à definição de Monumento Nacional¹¹⁴.

Apesar deste maior distanciamento, Luís Benavente formulou alguns pareceres sobre o estado de conservação de alguns edifícios existentes nestas duas possessões ultramarinas. No caso de Moçambique, num texto datado do ano de 1964, alertou para o latente abandono em que se encontravam alguns fortes¹¹⁵.

A finalizar, podem enumerar-se outros trabalhos – inventários e desenhos –, mas de carácter pontual, por ele realizados nas décadas de 1950 e 1960, relacionados com o património português no mundo: na Costa do Ouro, no Gana; em Mazagão, Marrocos; na Etiópia; na Rodésia (atual Zimbabue); em Mossel Bay, na África do Sul; em Ormuz, no Irão; em Malaca, na Malásia; e na Colónia do Sacramento, no Uruguai¹¹⁶.

São Tomé e Príncipe, Índia e Guiné-Bissau

São Tomé e Príncipe foi o primeiro território além-mar a merecer a atenção de Luís Benavente, isto porque, em 1956, o Ministério do Ultramar solicitou à DGEMN um arquiteto com conhecimentos em matéria de restauro para se deslocar àquele arquipélago. Entre os anos de 1958-1962 fez recuperações de vários testemunhos militares (Forte de São Jerónimo e de São Sebastião) e religiosos (Igreja Madre de Deus e Capela do Bom Despacho), bem como o levantamento de diversas igrejas e capelas¹¹⁷. Decorrente do bom

¹¹³ Para além de incluir o conceito de relíquia, abrangia sítios e outras áreas – campos, cavernas ou grutas – com vincado interesse antropológico, arqueológico ou histórico (cf. *ibidem*, p. 73). O Decreto n.º 20:985, de 1932, no seu Capítulo IV, Art.º 24, considera: «A conceção do título de “monumento nacional” aos imóveis cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico, será feito por decreto expedido pelo Ministério da Instrução Pública, ouvido o Conselho Superior de Belas Artes, o qual terá também para esse efeito iniciativa de propostas.» (Diário de Governo, n.º 56, I Série, Decreto n.º 20:985, 7 de março de 1932).

¹¹⁴ Cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, p. 497.

¹¹⁵ Cf. FERNANDES, José Manuel, “Luís Benavente e as Fortalezas...”, *op. cit.*, p. 50.

¹¹⁶ Cf. *ibidem*, p. 43, p. 52.

¹¹⁷ Cf. FERNANDES, José Manuel. “Luís Benavente, Arquitecto. Trabalhos em África nos anos 1950-60”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópico, 2017, pp. 96-98. Para uma consulta mais aprofundada ver MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, pp. 200-261.

serviço prestado, ficou incumbido de todas as reabilitações patrimoniais em algumas das províncias ultramarinas¹¹⁸.

Nos últimos meses de 1961, a convite do arquiteto Ressano Garcia, trabalhou no projeto de reanimação da Velha Goa e teve ainda tempo para elaborar dois pareceres sobre os seus monumentos. Porém, saiu daí apressadamente aquando da ocupação das tropas indianas, trazendo consigo documentação do Património Arquitectónico em Goa, Damão e Diu, com o mapeamento de inúmeras igrejas, templos hindus e fortalezas, possivelmente iniciado em 1954 por Mário Chicó e Humberto Reis¹¹⁹.

Em julho de 1962 esteve três dias na Guiné, visitando o fortim de Cacheu, uma pequena igreja e a Fortaleza em São José de Amura, em Bissau. Centrando o seu interesse essencialmente nesta última estrutura¹²⁰, executou algumas plantas, alvitrou evitar a integração de mais construções em seu redor, de modo a beneficiá-la em relação aos imóveis circundantes¹²¹, e considerou premente o seu restauro e o controlo das dependências interiores, com o intuito de se conseguir alcançar um conjunto consonante¹²².

¹¹⁸ Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 16, [s.d.] [c. abril 1983], fls. 18-21.

¹¹⁹ Cf. FERNANDES, José Manuel. “Arquitecto Luís Benavente, Uma Obra e Uma Época”. In. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 36-37. Para uma consulta mais aprofundada ver MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, pp. 559-682; SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. “A salvaguarda do Património Arquitectónico no Estado da Índia Portuguesa: dos anseios de preservação à instrumentalização ideológica”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópico, 2017, pp. 109-143).

¹²⁰ Segundo José Manuel Fernandes, e corroborando totalmente com o seu pensamento, a atenção dada por Luís Benavente a esta tipologia pode ser considerada numa dupla perspetiva: a) por um lado, relacionada com as questões estratégicas e de defesa militar em África, isto porque, em 1961, havia ocorrido a perda do Estado da Índia e surgido o movimento de guerrilha em Angola; b) por outro, numa perspetiva de abordagem estética e patrimonial, alinhando-se este arquiteto na linha da visão reintegradora dos monumentos (cf. FERNANDES, José Manuel. “Luís Benavente, Arquitecto...”, *op. cit.*, p. 95).

¹²¹ Estas considerações seriam expressas dois anos depois, em Veneza, aquando do II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, advindo desse encontro a redação Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios. Num artigo evocativo dos trinta anos da proclamação dessa Carta são apresentadas um conjunto de considerações acerca deste documento e da sua importância para o restauro do Património Arquitectónico desde o momento da sua oficialização até aos nossos dias (cf. NETO, Maria João Baptista. “A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos”. In. LACERDA, Manuel. *Revista Estudos/Património*, n.º 9. Lisboa: IPPAR, 2006, pp. 91-99).

¹²² Cf. FERNANDES, José Manuel, “Luís Benavente, Arquitecto...”, *op. cit.*, pp. 94-96. Para uma consulta mais aprofundada ver MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, pp. 329-363.

Classificação de Monumentos Nacionais do Ultramar

Ainda sem ter um conhecimento concreto do terreno, em 1960 elaborou um documento estruturante destinado a todas as colónias portuguesas, denominado “Classificação de Monumentos Nacionais do Ultramar”¹²³. Este texto ajuda-nos a entender as dificuldades sentidas para a preparação de uma regulamentação sobre monumentos, como se constata desde logo pela informação pouco consistente por elas comunicada, em resposta ao inquérito endereçado por Luís Benavente, cujo conteúdo ajudaria na elaboração de um Tombo Patrimonial¹²⁴.

Verificando-se não ser possível aplicar naqueles territórios a legislação metropolitana¹²⁵, propôs-se a elaboração de um conjunto de preceitos¹²⁶ passíveis de transmitir às autoridades dessas províncias as orientações necessárias sobre como encaminhar todo esse processo: constituição de uma comissão/grupo composta por pessoas ligadas ao espectro cultural e com amplos conhecimentos neste domínio; classificação desses bens¹²⁷; regulamentação das intervenções a efetuar¹²⁸; a sua inventariação¹²⁹; criação de um arquivo documental para cada um dos elementos tipificados¹³⁰; proibição da alteração do seu estado original dos imóveis e da trasladação de objetos que os compunham¹³¹.

Do exposto, e como era normal à época, tanto o Património Cultural Imaterial como o seu congénere Natural não foram contemplados no documento em análise. Todavia, saliente-se a atenção já tida com o conjunto edificado, e não somente com a peça isolada, tal como veio a ser preconizado na Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos

¹²³ Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 2, 25 de março de 1960.

¹²⁴ Cf. *ibidem*, fls. 1-2, Alíneas D,E.

¹²⁵ Elencando-se três tipos de razões para tal: «[...] *desconhecimento do que deve fazer parte desse património, falta de cadastro e inquérito sobre o mesmo, ausência provável de aptidão para lhe tocar como merece* [...]» (*ibidem*, fl. 2). Parece-nos importante salientar a terceira justificativa, porque a inexistência de técnicos qualificados para o trabalharem convenientemente, obstará ao bom funcionamento das restantes.

¹²⁶ «[...] *normas genéricas com carácter de determinação de serviço e que acompanhadas de princípios gerais, iriam pouco a pouco esclarecendo e interessando as entidades provinciais, sob o modo como deveriam agir.*» (*ibidem*, fl. 2).

¹²⁷ Divididos entre imóveis individuais, da mesma natureza ou similares, de génese militar ou religiosa: «[...] *classificações genéricas* [...]» (*ibidem*, fl. 5, alínea H, n.º 14), e aos conjuntos edificados ou a cidades: «[...] *classificação colectiva* [...]» (*ibidem*, fl. 5, alínea H, n.º 15).

¹²⁸ Do explicitado transparece a intenção de se evitar o pastiche, preferindo-se a manutenção do estado de conservação existente, em lugar da sua desvirtuação e interpretação espúria (cf. *ibidem*, fl. 5, alínea H, n.º 12).

¹²⁹ Com o objetivo de uniformizar este procedimento, o cadastro foi inserido nos impressos tipo a fornecer (cf. *ibidem*, fls. 7-13).

¹³⁰ Cf. *ibidem*, fl. 6.

¹³¹ Cf. *ibidem*, fl. 6.

Monumentos e dos Sítios, adotada, em 1965, pelo ICOMOS. Luís Benavente esteve presente nesse Encontro, assim como noutros realizados, entre 1962 e 1969, tanto em terras lusas como no estrangeiro, noutros congressos subordinados a esta temática, onde realçou sempre a importância dada por este país aos testemunhos da época dos descobrimentos, sedeados nas suas colónias¹³².

Algum tempo depois, um parecer governamental concordou com o proposto anteriormente, nomeadamente em dar continuidade à execução do cadastro dos monumentos do Ultramar e de entregar esses estudos a comissões constituídas para o efeito, considerando-se igualmente essencial a colaboração de Luís Benavente para o prosseguimento do que havia sido pensado fazer-se¹³³.

Cabo Verde – Ribeira Grande de Santiago

Foi neste arquipélago que a atividade de Luís Benavente foi mais visível. Entre 1962¹³⁴ e 1973, produziu uma grande quantidade de considerações relativas às ações efetuadas ou projetadas no restauro de monumentos e, posteriormente, intentando aperfeiçoar instrumentos legais e teóricos com vista à proteção e conservação de todo o tipo de bens patrimoniais. No entanto, as visitas não foram frequentes, pois para além da que efetuou em 1962¹³⁵, somente há evidências de que aí esteve no início da década seguinte¹³⁶.

¹³² Alguns deles promovidos pelo Institut International des Châteaux Historiques: em maio de 1962, em Madrid, proferiu as palavras de abertura na sessão inaugural e apresentou a comunicação “Em prol do castelo”, cujo conteúdo abordava a importância destes monumentos para a História de Portugal e d’além-mar; em maio de 1963, em Turim, falou acerca dos monumentos das províncias ultramarinas; em 1965, em Viena, foi o representante do Ministério do Ultramar, versando a sua apresentação sobre o sistema defensivo da cidade da Ribeira Grande, interligando essa sua explanação com a utilização desse tipo de estruturas para fins turísticos (cf. ANTT, FLB, cx. 130, pt. 908, doc. 3, maio de 1962; ANTT; FLB, cx. 116, pt. 773, doc. 18, 15 de junho de 1963). Em 1964, representou o Ultramar no Congresso Internacional dos Arquitectos, reunido em Veneza, e foi designado para falar à Rádio Televisão Italiana acerca de Portugal e dos monumentos do Ultramar (cf. ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 52, 8 de junho de 1964). Em 1968, voltou a ser o representante do Ministério do Ultramar no “Colóquio Internacional sobre a Salvaguarda dos Lugares Históricos e da Paisagem”, realizado em Lisboa, dissertando sobre a proteção dos sítios históricos (cf. ANTT, FLB, cx. 134, pt. 958, doc. 3, 20/24 de setembro de 1968, pp. 1-2). Este evento foi organizado Fundação Calouste Gulbenkian e por duas instituições internacionais ligadas ao Urbanismo e Sítios Históricos (cf. ANTT, FLB, cx. 134, pt. 958, doc. 1, 20/24 de setembro de 1968).

¹³³ Cf. ANTT, FLB, cx. 77, pt. 541, doc. 1, 6 de maio de 1960.

¹³⁴ «No ano de 1962, após um hiato de dois anos explicável, possivelmente, por questões burocráticas e pelo desenvolvimento dos trabalhos em São Tomé e Príncipe e pela viagem do arquitecto à Índia Portuguesa, Luís Benavente partiu para a ilha de Santiago com o intuito de aplicar nesta província ultramarina o Decreto n.º 41 787.» (cf. MARIZ, Vera Félix, A “Memória do Império” ..., op. cit., pp. 291-292).

¹³⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962.

¹³⁶ Cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 18, 13 de agosto de 1970, fl. 1; PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Missão a Cabo Verde para início das obras de restauro dos monumentos da Província”, 15 de dezembro de 1971, fl. 6; ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 25, 30 de novembro de 1972, fl. 1.

Como referimos, em 1960, Luís Benavente concitou todos os territórios ultramarinos a enviarem uma relação dos testemunhos com vincado valor histórico e documental, que considerassem importantes e atestadores da presença portuguesa nessas paragens¹³⁷. Cabo Verde, de entre todas elas foi a única que respondeu a esse desafio, não obstante a explanação preparada não estar conforme o preconizado¹³⁸. Para dar prossecução a esta ação constituiu-se um grupo de trabalho com a incumbência de executar um inventário dos monumentos existentes nesse arquipélago¹³⁹.

Como consequência desta decisão, em 1961, Luís Benavente enfatizou a atividade desenvolvida na Ribeira Grande de Santiago, e elogiou a decisão do governador Silvino Silvério Marques¹⁴⁰ de nomear uma comissão para se ocupar do estudo, conservação e valorização desse legado, sob as perspetivas histórica e artística. Segundo este arquiteto, o relato por ela produzido¹⁴¹, se esse fosse o entendimento das entidades competentes, serviria de arquétipo para o cadastro e inquérito, essenciais para a elaboração de um Tombo Patrimonial¹⁴².

Nesse já residual aglomerado populacional, conforme o transcrito na “Descrição Rápida da Missão do Arquitecto Luís Benavente”¹⁴³, essas intervenções centrar-se-iam em imóveis de génese civil, militar e religiosa¹⁴⁴ (a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, o

¹³⁷ Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 2, 25 de março de 1960, fl. 1.

¹³⁸ Cf. ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 7, [s.d.] [c. 1960, após março], fls. 1-2.

¹³⁹ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 672A, doc. 3, 17 de novembro de 1960.

¹⁴⁰ «Tão louvável a iniciativa do Governador, a de mandar analisar a cidade da Ribeira Grande e a de pretender pôr em prática a salvaguarda de tão histórico lugar, cabe, primeiro, dentro das normas para a classificação dos Monumentos Nacionais do Ultramar, segundo, dentro da sequência que lhe é prevista a dos trabalhos de restauro ou conservação nos imóveis que o requeiram e este é bem o caso.» (PT/AHU/MU/DGOPC – IPAD 07366, “Conservação e Restauro da Cidade da Ribeira Grande de S. Tiago/Cabo Verde”, 14 de janeiro de 1961, fl. 2).

¹⁴¹ Na ótica de Vera Mariz, com a qual corroboramos plenamente, assim aconteceu «[...] devido ao desconhecimento do arquitecto em relação ao universo em causa, sem a qual não seria possível garantir o sucesso deste ou de qualquer outro programa de salvaguarda patrimonial.» (MARIZ, Vera Félix, A “Memória do Império”..., *op. cit.*, p. 292).

¹⁴² Cf. PT/AHU/MU/DGOPC – IPAD 07366, “Conservação e Restauro da Cidade da Ribeira Grande de S. Tiago/Cabo Verde”, 14 de janeiro de 1961, fl. 2.

¹⁴³ A estada de Luís Benavente em Cabo Verde esteve, cremos com quase toda a certeza, relacionada com uma visita de um alto dignatário do Estado português, tendo para tal sido efetuadas nos monumentos «[...] pequenas intervenções [...]» (ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962, (1.ª parte), fl. 3). No início do mês de setembro de 1962, o ministro do Ultramar – Adriano Moreira – inaugurou na Ribeira Grande uma lápide evocativa da sua visita e da conclusão das obras na Fortaleza Real de São Filipe (cf. MARIZ, Vera Félix, A “Memória do Império”..., *op. cit.*, p. 293, nota de rodapé n.º 1352).

¹⁴⁴ Estes e os restantes monumentos estão numerados e indicados numa planta do Sítio (cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 2B, [s.d.] [c. 1962]).

Pelourinho e a Capela da São Roque)¹⁴⁵, no seu conjunto urbano¹⁴⁶, em imagens antigas e nos azulejos anteriormente pertencentes àquela igreja, e que à época adornavam algumas residências particulares¹⁴⁷. Posteriormente, Luís Benavente adicionou a este grupo a Fortaleza Real de São Filipe¹⁴⁸, os fortes de Santo António, São Veríssimo, São Braz, do Presídio, o Convento de São Francisco e a Sé Catedral¹⁴⁹. Cinco anos depois, essa ideia continuava vigente como se pode constatar no “Programa de dotações para a recuperação dos monumentos nacionais de Cabo Verde”¹⁵⁰, não obstante o Forte de Santo António não estar aí contemplado.

Paralelamente, atente-se para o facto de Luís Benavente a intitular sempre como cidade da Ribeira Grande, negando-se a denominá-la de Cidade Velha por considerar essa toponímia não consentânea com o passado da primeira urbe do ultramar português a sul do Saara¹⁵¹. Essa opinião foi veiculada e reforçada anos depois, após um representante do governo não a ter denominado convenientemente:

«Primeiro, porque é assim chamada desde a fundação desde meados do século XV; segundo, porque, Cidade Velha, não pode representar o nome de nenhuma porque há muitas, pois há muitas que o são, de tal se vangloriam, porém simplesmente como tal, não se denominam. Por conter ruínas, não é motivo para perder o seu nome. Não se encontrará portanto nunca tal designação em qualquer texto nosso, mas sim a do seu verdadeiro nome.»¹⁵².

¹⁴⁵ Cinco anos depois, essa ideia continuava vigente como se pode constatar no “Programa de dotações para a recuperação dos monumentos nacionais de Cabo Verde” (cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967, fls. 6-11).

¹⁴⁶ Consubstanciando-se desta forma uma perspectiva de preservação integral, e não se centrando somente em testemunhos isolados e com acentuado valor intrínseco.

¹⁴⁷ Cf. ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962, (1.ª parte), fls. 1-2.

¹⁴⁸ Apesar de já ter sido contemplada com obras de beneficiação. No nosso entendimento, Luís Benavente considerava redutor o que havia lá sido feito e ponderou realizar operações de maior amplitude: «Tornando-se a dar-lhe a importância que tal monumento desempenha no património do arquipélago dele nos vamos ocupar no sentido de efectuar-se a sua conclusão dentro do nível que merece e a que tem direito. Impõe-se que seja dotada com as construções interiores tal como as que possuía, correspondendo porém internamente à sua utilização nos nossos dias.» (ibidem, fl. 11). Numa planta devidamente legendada estão dispostos os cinco edifícios que dela faziam parte (cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 1, [s.d.] [c. 1962]).

¹⁴⁹ Cf. cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962, (1.ª parte), fls. 13-14.

¹⁵⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967, fls. 6-11.

¹⁵¹ Cf. ibidem, fl. 13.

¹⁵² ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 20, 20 de setembro de 1969, fls. 3-4.

Noutros locais da Ilha de Santiago foram assinalados para posterior estudo o cais de São Januário e uma escadaria, ambos na Praia, as capelas de Nossa Senhora da Luz, da Trindade, de Chã de Tanque e uma outra do tempo da Dinastia Filipina¹⁵³; em São Nicolau, o Seminário-Liceu e objetos de culto com acentuado valor histórico; na Boa Vista, alguns fortins; e no Mindelo, o fortim d'El Rei¹⁵⁴ e a Igreja de Nossa Senhora da Luz¹⁵⁵.

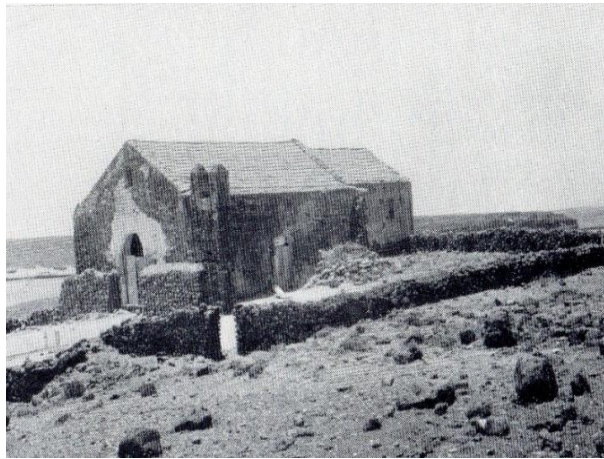


Figura 8 Ilha de Santiago – Igreja de Nossa Senhora da Luz (década 1920)
BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*

Neste âmbito, e antecipando-se possíveis atentados contra as ruínas e o desvio de certos materiais, consignaram-se para tal fim os meios financeiros próprios da Província, especialmente da comparticipação a solicitar-se à Junta de Investigações Científicas do Ultramar, para se poder iniciar as obras de restauro em 1963¹⁵⁶.

A finalizar esta apreciação, de sobressair a propensão para a atenção relativa à salvaguarda desta herança se centrar principalmente tal como o legislado na Portaria n.º 40, de 1922¹⁵⁷, na antiga cidade da Ribeira Grande, sendo natural esta opção, porque este Lugar de Memória era considerado o mais importante da Colónia¹⁵⁸.

¹⁵³ Cf. ANTT, FLB, cx.71, pt. 493, doc. 2A, [s.d.] [c. 1962].

¹⁵⁴ Em relação a este testemunho, Luís Benavente considerou que o mesmo deveria ser objeto de ponderada reflexão relativamente aos critérios a seguir na sua recuperação.

¹⁵⁵ Cf. cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962, (1.ª parte), fls. 10-11. No texto é ainda avançada a hipótese de se deslocar à Ilha do Fogo (cf. *ibidem*, fl. 12). Todavia, pensamos que tal não passou de uma intenção, pois em nenhum dos documentos analisados é feita menção a essa viagem.

¹⁵⁶ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 18, 19 de dezembro de 1962.

¹⁵⁷ Cf. Portaria n.º 40..., de 8 de abril de 1922.

¹⁵⁸ Cf. MARIZ, Vera Félix, A “Memória do Império” ..., *op. cit.*, p. 293.

Estando a caracterização dos principais vestígios ancestrais feita¹⁵⁹, e sabendo-se que apesar do laborioso desempenho da comissão nomeada não existia deles qualquer levantamento, desenho ou representação gráfica, capazes de facultar informação a seu respeito, providenciou-se a elaboração desses suportes tão necessários para o propósito em questão¹⁶⁰.

A falta de um encarregado de obras que exercesse o seu papel, colmatasse a ausência de Luís Benavente e fosse um exemplo de retidão humana, contribuiu, conjuntamente com a renitência das várias empresas contactadas em enviar técnicos para aquele território, para o atraso nessa escolha, concluindo-se este processo somente em outubro de 1969¹⁶¹. Porém, os problemas e os atrasos não terminaram com a atribuição dessa empreitada à firma Camilo Amorim, porque no arquipélago, por causa da emigração, não existia mão-de-obra qualificada, sendo necessário constituir-se uma escola de aprendizagem que deveria formar, o mais rapidamente possível, pessoas habilitadas para executar as intervenções deliberadas¹⁶².

Se repararmos, a grande alavanca para a realização do preconizado só ocorreu após o ano de 1969, momento em que Luís Benavente decidiu focalizar a sua atenção num reduzido número de testemunhos, em vez de dispersar a sua atenção numa grande quantidade deles¹⁶³, estratégia preteritamente adotada em Moçambique por Pedro Quirino da Fonseca¹⁶⁴, sendo plausível que aquele arquiteto se tenha orientado por esse procedimento.

Em virtude do impasse originado pela falta de verba, em 1966, aquando da visita à Metrópole, o governador da Província manifestou junto das autoridades competentes vontade em dar início ao restauro de alguns monumentos, particularmente na Ribeira

¹⁵⁹ Denote-se a terminologia adotada por Vera Mariz para consagrar esta ação «[...] *espécie de inventário preliminar* [...]» (cf. *ibidem*, p. 293).

¹⁶⁰ Cf. cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962, (1.ª parte), fl. 3.

¹⁶¹ A leitura de vários documentos permitiu-nos perceber essa dificuldade (cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1173, doc. 8, [s.d.] [c.1967], fls. 1-2; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 19, 24 de abril de 1969, fls. 1-2; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 21, 24 de maio de 1969, fls. 1-2; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 23, 12 de agosto de 1969, fls. 1-3; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 27, 18 de setembro de 1969, fl. 2; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 28, 15 de outubro de 1969; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 29, 13 de outubro de 1969, fl. 3; ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969, fl. 20; ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 2, 18 de julho de 1969, (2.ª parte), fl. 2. Em 1972, esta situação voltou a preocupar Luís Benavente, que teve de arranjar alguém para ocupar esse posto (cf. ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 25, 30 de novembro de 1972).

¹⁶² Cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Missão a Cabo Verde para início das obras de restauro dos monumentos da Província”, 15 de dezembro de 1971, fls. 1-2.

¹⁶³ Cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969, fl. 21.

¹⁶⁴ Cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, p. 294.

Grande de Santiago, tendo a Fundação Calouste Gulbenkian mostrado interesse em subsidiar o projeto¹⁶⁵, intenção essa que se diluiu com o tempo, apesar dos contactos estabelecidos entre Luís Benavente e essa instituição¹⁶⁶.

Nesse ano, Luís Benavente considerou basilar que os estudos e projetos de reintegração de monumentos efetuados pela sua equipa se conjugassem com o Inquérito Populacional e a Planta Cadastral, visto permitirem obter-se um maior conhecimento do Sítio, a fim de ser feita uma eficaz gestão desse território de forma a não colidir com a preservação patrimonial¹⁶⁷. A respeito da aplicação destas medidas tendentes a acabar com essa anarquia urbanística, foi apresentado o caso da área em redor do Forte de São Veríssimo, onde coexistiam casas e currais de animais, situação que deveria ser urgentemente solucionada¹⁶⁸. Três anos depois mencionou o mau estado de conservação de todo o conjunto defensivo, com exceção da Fortaleza Real de São Filipe, referindo o Forte de São Veríssimo como o exemplo mais paradigmático desse desleixo¹⁶⁹.

¹⁶⁵ Cf. PT/AHU/MU/DGOPC – IPAD 07366, “Elementos de trabalho necessários para o restauro de monumentos de Cabo Verde”, 20 de agosto de 1966, fls. 1-2, alíneas 1 e 2.

¹⁶⁶ Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 10, 24 de fevereiro de 1969; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 16, 14 de julho de 1965; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 18, 14 de agosto de 1965; *ibidem*, doc. 19, 4 de outubro de 1965; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 10, 24 de junho de 1965 fl. 22. A este respeito, é interessante percebermos a atuação da Fundação Calouste Gulbenkian neste domínio, centrando-se esse apoio ao Património Edificado, Documental e Artístico de génese lusa, especialmente no Brasil e na Índia (cf. MATIAS, Maria Fernanda. “A experiência da Fundação Calouste Gulbenkian na preservação do património de origem portuguesa no mundo”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 271-282). O já citado arquiteto Alfredo Viana de Lima também obteve o auxílio dessa organização em algumas das suas intervenções, no Forte do Príncipe da Beira, no Brasil, na Ilha de Moçambique, na Porta de Santiago e nas Ruínas da Igreja de São Paulo, em Malaca, na Igreja do Convento de São Domingos, no Campo Português de Ayutthaya, na Tailândia, e na Torre de Menagem de Arzila, em Marrocos (cf. MATOS, Madalena Cunha, “Amador...”, *op. cit.*, p. 49-51). Do exposto, considerarmos estranho que o legado de génese portuguesa existente nos PALOP não fosse convenientemente integrado nessa estratégia de recuperação e valorização. A ação exercida pela Fundação Oriente, com a instalação de delegações em alguns territórios dessa circunscrição geográfica, e com atribuições específicas em várias áreas patrimoniais, deve ser referenciada (cf. COSTA, Adelino Rodrigues. “A Fundação Oriente e a salvaguarda do património português no Oriente”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 283-296). Em Marrocos, vários trabalhos de investigação sobre antigas praças portuguesas também tiveram financiamento de entidades destes dois países (cf. TEIXEIRA, André; CORREIA, Jorge. “Conservação e restauro do património indo-português: conceitos, soluções de intervenção e desafios para o futuro. Honrado Miguel Mateus, conservador-restaurador (1957-2015)”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 197-223).

¹⁶⁷ Cf. PT/AHU/MU/DGOPC – IPAD 07366, “Elementos de trabalho necessários para o restauro de monumentos de Cabo Verde”, 20 de agosto de 1966, fls. 2-3.

¹⁶⁸ Cf. *ibidem*, fl. 3.

¹⁶⁹ Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 12, 20 de setembro de 1969, fl. 13.

Embora de um modo não tão permanente e efetivo como com os bens imóveis, alvitrou o restauro de vários objetos¹⁷⁰. A atenção por ele dispensada a esta categoria histórico-artística remonta ao início da sua missão, quando conjuntamente com o padre Jacinto – secretário da Cúria Diocesana – elaborou o “Inventário das imagens pertencentes à Diocese de Cabo Verde, pertencentes a várias igrejas”. Este registo era composto maioritariamente por esculturas de santos em madeira, telas e utensílios, remontantes aos séculos XVII e XVIII, usados nas celebrações, mas que à data se encontravam em depósito e em mau estado de conservação, e cuja prioridade de beneficiação deveria seguir, mas sem carácter vinculativo, a ordem indicada¹⁷¹. Diligenciou-se então no sentido de, com a maior brevidade possível esses bens serem remetidos para a Metrópole, como o comprova uma missiva enviada ao ministro do Ultramar¹⁷². Pouco tempo depois, foram expedidos os objetos a restaurar, detalhando-se minuciosamente o número e conteúdo das embalagens, peso e respetivas dimensões, alguns deles com mais de cem anos de existência¹⁷³.

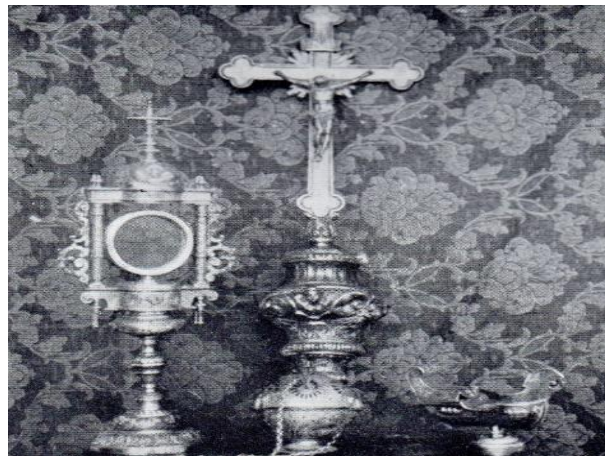


Figura 9 Objetos de arte sacra (Ilha de Santiago)
BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*

¹⁷⁰ Segundo Vera Mariz, o programa por ele desenvolvido em Cabo Verde revestiu-se de grande complexidade, contemplando sobretudo o Património Edificado, mas também o de génese móvel, particularmente, a pintura e a escultura (cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*” ..., *op. cit.*, pp. 296-297).

¹⁷¹ Cf. cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962, (2.^a parte). Algum tempo depois, este sacerdote mandou para a Metrópole uma carta contendo informações relativamente a algumas imagens, e avisando de que ainda não havia recebido uma cópia do inventário das mesmas (cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 13, 12 de novembro de 1962).

¹⁷² Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 17, 15 de novembro de 1962.

¹⁷³ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 11, [s.d.] [c. dezembro de 1962] [s.f.] [fls. 1-2]; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 19, 24 de dezembro de 1962.

Essa tarefa perpassou toda a década de 1960¹⁷⁴, realizando-se essas operações na Oficina de Restauro de Imagens, em funcionamento no Instituto José de Figueiredo, anexo ao Museu Nacional de Arte Antiga¹⁷⁵, e nas empresas Carlos de Almeida¹⁷⁶, Hortense e Rizzo¹⁷⁷, Natalino Marques Amaro¹⁷⁸, regressando as imagens à Província somente em 1970¹⁷⁹.

À época, Luís Benavente cogitou ser possível, antes de estas serem remetidas à origem, efetuar uma exposição com esse acervo na sede da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, localizado no Palácio Foz, com o intuito de o dar a conhecer e demonstrar o critério seguido na execução da sua recuperação, pretendendo-se igualmente apresentar as potencialidades turísticas do arquipélago no segmento em questão¹⁸⁰. No entendimento de Vera Mariz, esta foi a forma encontrada por este arquiteto para divulgar esses testemunhos e, principalmente, a obra de valorização feita a partir da promulgação do Decreto n.º 41 787, de 1958¹⁸¹.

Apesar do consentimento por parte do ministro do Ultramar e do reiterado interesse manifestado por algumas entidades para a sua concretização, este evento foi cancelado em virtude de o governo da Província almejar o regresso imediato desse espólio¹⁸². Na sequência desta renúncia, Luís Benavente alvitrou que essa exibição fosse transferida para

¹⁷⁴Cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Imagens para restauro vindas da Província de Cabo Verde”, 25 de Agosto de 1966; PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Estimativa do custo do restauro das imagens e objectos religiosos pertencentes à Província de Cabo Verde”, 25 de Agosto de 1966; PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Obra executada e programa em realização e em estudo referente a objectos, imagens e monumentos do Ultramar”, 10 de Dezembro de 1966; PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Exposição de imagens e outros objectos pertencentes à Província de Cabo Verde, enviadas à Metrópole para restauro, antes da sua remessa à Província”, 30 de Abril de 1968.

¹⁷⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 8, 10 de fevereiro de 1969, fl. 1.

¹⁷⁶ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 1, 21 de junho de 1966; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 4, 6 de abril de 1967.

¹⁷⁷ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 3, 21 de junho de 1966; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 6, 7 de abril de 1967; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 8, 20 de março de 1968; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 9, 21 de março de 1968.

¹⁷⁸ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 5, 7 de abril de 1967; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 7, 17 de outubro de 1967.

¹⁷⁹ Cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Restauro dos Monumentos de Cabo Verde”, 9 de julho de 1970, fl. 2; ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 14, 22 de julho de 1970; ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 15, 5 de agosto de 1970; ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 38, 12 de agosto de 1970; ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 21, 8 de setembro de 1970; ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 25, 25 de setembro de 1970.

¹⁸⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 10, 24 de junho de 1965, fl. 22; PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366; “Exposição de Imagens e outros objectos pertencentes à Província de Cabo Verde, enviadas à Metrópole para restauro, antes da sua remessa à Província”, 30 de abril de 1968 (todos. Fls.); FLB, cx. 152; pt. 1221, doc. 6, 5 de fevereiro de 1970.

¹⁸¹ Cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, p. 297.

¹⁸² Cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de fevereiro de 1970, fls. 1-2.

Cabo Verde¹⁸³, devendo a sua inauguração efetuar-se aquando da visita do então presidente do Conselho – Marcelo Caetano –, julgando igualmente oportuno que nesse momento fosse lançada uma coleção filatélica alusiva aos objetos e monumentos restaurados¹⁸⁴.

Dentro desta linha de pensamento, pressupunha-se ser importante promover a valorização desses bens através do turismo, realidade cada vez mais evidente, salientando-se as ilhas de Santiago e do Fogo como importantes polos de particular atração¹⁸⁵. Esta foi uma outra perspectiva de rentabilização patrimonial preconizada por Luís Benavente, mas não a qualquer custo, como comprovam as considerações tecidas nos seus escritos. Num deles, cujo mote se relaciona com a construção de várias infraestruturas turísticas no Sal e na Boa Vista, veiculou o seu parecer sobre dois projetos que apesar de poderem aportar externalidades positivas, deveriam estar em consonância harmoniosa com o seu património natural e construído, confiando no Estado para verificar se tudo estava conforme os critérios definidos¹⁸⁶. Num outro documento criticou o excessivo relevo dado ao turismo de massas e considerou condição essencial para a mudança de paradigma neste domínio a valorização do turismo cultural, podendo a Ribeira Grande de Santiago desempenhar um relevante papel nesta mutação¹⁸⁷. Neste contexto, uma empresa turística alemã, com sede em Lisboa, propôs-se a fazer o aproveitamento deste Sítio¹⁸⁸, que pensamos não ter tido seguimento, pois a jusante dessa manifestação de interesse não encontramos qualquer evidência desse propósito.

Em 1967, no “Relatório Acerca dos Monumentos da Província de Cabo Verde”, Luís Benavente apresentou os resultados obtidos na intervenção efetuada na Capela de São Roque, informando-nos da prossecução dos trabalhos na Fortaleza Real de São Filipe e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário¹⁸⁹. São ainda discriminados ao detalhe outros

¹⁸³ No entendimento de Vera Mariz, com quem concordamos, essa mostra nunca se chegou a efetuar (cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, p. 298).

¹⁸⁴ Cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de fevereiro de 1970, fls. 2-3.

¹⁸⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 7, 14 de fevereiro de 1970, fl. 2.

¹⁸⁶ Cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Restauração do Património Histórico-Artístico de Cabo Verde”, 2 de fevereiro de 1970, fls. 1-2.

¹⁸⁷ Cf. ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 9, [s.d.], fl.4.

¹⁸⁸ Cf. ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 11, [s.d.] [c. 1972], [s.f.], [fl. 3].

¹⁸⁹ Cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967, fl. 4.

procedimentos a efetuar, com respetivo orçamento, na Ribeira Grande de Santiago e em várias localidades da Ilha de Santiago¹⁹⁰.

A finalizar, Luís Benavente que, como sabemos, foi um dos redatores da Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, consignava a aplicação do exposto nesse documento nas obras a realizar no arquipélago de Cabo Verde, dedicando a este tema a sua atenção na última parte deste relatório:

«Todos os trabalhos serão executados dentro das normas seguidas neste género de obra de acordo com a Carta Internacional para o Restauro de Conservação de Monumentos, outorgada em Veneza em Maio de 1964 pela comissão internacional de que o signatário fez parte, documentando-se as respectivas fazes de trabalho no sentido de um publicação demonstrativa da obra realizada.»¹⁹¹.

Decorrente desta tomada de posição, Vera Mariz, aquando da sua apreciação relativa à operação de restauro executada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, notou que contrariamente ao que se verificou na Metrópole e noutras colónias, onde por vezes se ignorou o exposto no Art.º 11.º dessa Carta¹⁹², e se deu prevalência à homogeneidade de estilo arquitetónico, naquele templo procurou-se valorizar e respeitar os elementos mais relevantes de cada época da sua construção.

O derradeiro ano da década de 1960 foi profícuo em considerações e pareceres veiculados por membros do governo acerca do que aí havia sido concretizado e dos projetos pensados vir a desenvolver-se naquela Província, sendo interessante perceber a posição de Luís Benavente relativamente ao por eles proferido.

Em março, o inspetor superior de Administração Ultramarina – Fernando Pereira Bastos –, numa missiva endereçada ao ministro do Ultramar¹⁹³, emitiu a sua opinião relativamente ao estado de conservação de alguns segmentos patrimoniais do arquipélago e questionou, decorrente da visita efetuada à Ribeira Grande de Santiago¹⁹⁴, algumas

¹⁹⁰ Perfazendo no total 4.430\$00 (cf. *ibidem*, fl. 11). Apesar de ser um valor relevante para a época, muitas das ações pensadas não passaram de propostas de intenção.

¹⁹¹ *ibidem*, fl. 12.

¹⁹² Cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império” ...*, op. cit., pp. 324-325.

¹⁹³ Cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 3, março de 1969.

¹⁹⁴ «[...] em romagem de saudade [...]» (*ibidem*, fl. 12). Na sua ótica, a História e o Espírito do Lugar estavam aí bem vinculados.

decisões tomadas por Luís Benavente relativamente à salvaguarda do seu ancestral legado arquitetónico¹⁹⁵.

Segundo ele, somente a Igreja de Nossa Senhora do Rosário¹⁹⁶, a Capela de São Roque e o Pelourinho, deveriam merecer obras de beneficiação, colocando bastantes reticências sobre a reconstituição da muralha em torno da cidade e a reedificação dos fortes da linha de costa, julgando que tudo o mais seriam gastos supérfluos e construções ficcionadas¹⁹⁷.

Tal como outros já o haviam feito, defendeu a transferência da aldeia para um outro local, não muito distante daquele, podendo com essa demolição entrar-se em contacto com partes edifícios com acentuado valor intrínseco, como o Paço Episcopal, o Convento de São Francisco, Misericórdia, os elementos da fase gótica da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e as casas senhoriais com as suas pedras brasonadas¹⁹⁸. Reforçando essa opinião, até mesmo a Catedral deveria ser derrubada e as cantarias das suas portas trasladadas para um futuro museu¹⁹⁹, e proceder-se com urgência à reconstrução e restauro de alguns templos religiosos nas ilhas de Santiago, São Nicolau, Santo Antão e do Maio²⁰⁰.

Após a leitura deste documento, chama-nos à atenção o pouco conhecimento demonstrado pelo seu redator relativamente a alguns conceitos inerentes a este domínio, denotando uma perspetiva de consciencialização patrimonial minimalista. A dedução por nós feita foi constatada por Luís Benavente, quando elaborou um parecer sobre essas reflexões. Apesar de nas primeiras páginas dessa apreciação ter concordado com a proposta de se constituir um arquivo e um museu de matriz eminentemente histórica, a animosidade para com Fernando Pereira Bastos é bem visível quando afirma:

*«O autor, em várias passagens considera-se apenas um amador em assuntos d'arte, apontando esta sua qualidade como atenuante se "houver errado em dados ou falhando em opiniões", confessando-se um leigo em matéria de arquitectura, sobre a qual também se pronuncia.»*²⁰¹.

¹⁹⁵ Cf. *ibidem*, fls. 12-20.

¹⁹⁶ Considerando necessário fazer o seu restauro imediato, o regresso das pedras tumulares ao seu pavimento, anteriormente daí suprimidas, e o arranjo urbanístico envolvente, enquadrado dentro de uma perspetiva de valorização turística.

¹⁹⁷ Cf. *ibidem*, fls. 18-19.

¹⁹⁸ Cf. *ibidem*, fl. 18.

¹⁹⁹ Cf. *ibidem*, fl. 19, fls. 37-38.

²⁰⁰ Cf. *ibidem*, fls. 20-23.

²⁰¹ ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 12, 20 de setembro de 1969, fl. 2.

Discordou da sugestão aventada de se deslocalizarem alguns motivos arquitetónicos da antiga cidade da Ribeira Grande para as paredes desse futuro museu, porque daí adviria uma perspectiva demasiadamente babélica²⁰². Para sustentar essa tese, suportou-se no ocorrido com os mosaicos de Pompeia que haviam sido transportados para o Museu de Nápoles, e de Conímbriga, para o Museu Machado de Castro, mas após se apurar que eram peças isoladas e descontextualizadas nesses espaços, voltaram para os seus locais de origem²⁰³.

Por outro lado, mostrou antagonismo relativamente a outras apreciações manifestadas, explicitando convenientemente o seu ponto de vista quanto à ideia de que só a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Capela de São Roque seriam merecedoras de restauro²⁰⁴. O arquiteto Luís Benavente propôs também a reconstituição da Misericórdia e de um edifício que pudesse representar os antigos Paços do Concelho, a recuperação de uma casa para que no imediato pudesse funcionar como escola, e a demolição de uma construção localizada junto da Porta do Mar que nada tinha de umbilical com o Sítio²⁰⁵.

Foi bastante crítico quanto ao facto daquele inspetor de não ter dado destaque, à exceção da Fortaleza Real de São Filipe, ao sistema defensivo existente²⁰⁶; de supor como o mais conveniente derrubar a aldeia²⁰⁷; e de propor o aproveitamento de partes da Sé Catedral e de outros edifícios para compor o futuro museu²⁰⁸. Mas o seu tom crítico estendeu-se à atuação das autoridades competentes que anuíam à transferência de pedra entre monumentos, dando como exemplo a colocação de cantarias, suprimidas de outras ruínas históricas²⁰⁹, nos cunhais da Fortaleza²¹⁰.

Segundo ele, para que este Lugar de Memória fosse novamente valorado, era essencial promover o seu povoamento com as suas habitações à feição dos séculos precedentes e

²⁰² «Uma sementeira de arquiteturas diversas e de épocas diferentes num paramento de parede, dá uma manta de retalhos.» (*ibidem*, fl. 9).

²⁰³ Cf. *ibidem*, fl. 9.

²⁰⁴ Cf. *ibidem*, fls. 10-11, fl. 16. Embora, como referimos preteritamente, Fernando Pereira Bastos tenha também feito menção ao Pelourinho como testemunho a salvar guardar (cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 3, março de 1969, fl. 19).

²⁰⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 12, 20 de setembro de 1969, fl. 11.

²⁰⁶ Cf. *ibidem*, fl. 13.

²⁰⁷ «A par das propostas ou sugestões de interesse, isto que o Autor pretende contribuiria mais ainda para a diminuição do valor e faria tender então definitivamente para o desaparecimento da Ribeira Grande, pois não restaria então coisa alguma que pudesse continuar a definir a sua existência.» (*ibidem*, fls. 16-17).

²⁰⁸ Cf. *ibidem*, fl. 18.

²⁰⁹ Utilizando uma expressão curiosa para essa delapidação: «[...] caça à cantaria [...]» (*ibidem*, fl. 14).

²¹⁰ Cf. *ibidem*, fl. 14.

que a sua população se dedicasse às atividades tradicionais – pesca, agricultura, criação de gado e artesanato –, crendo, de igual modo, ser importante o desenvolvimento industrial, desde que devidamente integrado na paisagem²¹¹.

Vera Mariz atentou que a posição defendida por Fernando Pereira Bastos era oposta ao emanado na Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, de 1964, sustentando a sua posição em artigos dispostos nesse documento²¹². Ao analisá-lo, verificamos, para além de outras proposições, que a noção de monumento abrangia tanto os edifícios *master* como os mais modestos; o valor do Património Edificado assentava na sua aura memorial; só se concebia o seu reuso funcional sem a perda da sua identidade arquitetónica e consecutivo enquadramento com a paisagem; a não separação, excetuando a necessidade da sua conservação, de partes integrantes dessa peça – escultura, pintura ou decoração – constituintes do seu ADN²¹³.

Em julho, o diretor-geral de Economia do Ministério do Ultramar – eng.º Ruy de Araújo Ribeiro –, depois de visitar Cabo Verde, deu nota do seu desagrado relativamente ao estado de desagregação e abandono das antigas construções deste primeiro assentamento colonial subsaariano²¹⁴, coexistentes com pobres casas de agricultores e pescadores, cujas paredes, não raras vezes, tinham pedras esculpidas e tumulares retiradas daqueles ancestrais vestígios²¹⁵.

Decorrente da situação, alertou para o facto de não ter sido ainda aprovado um plano ou programa geral de proteção e defesa, incidente sob os prismas de reconfiguração urbanística e restauro, reconstituição global ou parcelar dos testemunhos presentes,

²¹¹ Cf. *ibidem*, fl.20.

²¹² Cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, p. 306.

²¹³ Cf. ICOMOS. *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*. Veneza: ICOMOS, maio de 1964. Página consultada a 8 de janeiro 2016. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

²¹⁴ «[...] talvez, o único testemunho monumental que possuímos em Cabo Verde, para poder dar fé do paralelismo e da identidade da vida metropolitana e ultramarina.» (ANTT, FLB, cx.76, pt. 535, doc. 2, 18 de julho de 1969, [s.f.] [fl.1]). Concordamos com Vera Mariz que considerou excessivo o protagonismo dado por este este governante ao Sítio, considerando-o o único indício da portugalidade em Cabo Verde (cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*”..., *op. cit.*, p. 304). Se relativamente aos primeiros séculos de colonização este conjunto é um dos poucos exemplos subsistentes, apesar de em São Filipe do Fogo ser possível contemplarmos habitações assobradadas, os centros históricos da Praia e do Mindelo apresentam importantes marcas patrimoniais ainda bem visíveis, remontantes aos séculos XIX e XX.

²¹⁵ Cf. ANTT, FLB, cx.76, pt. 535, doc. 2, 18 de julho de 1969, fl. 2.

considerando essa tarefa como uma obrigação do Estado português²¹⁶. Esse procedimento deveria ser efetuado o quanto antes, sob o risco de se perder o que ainda subsistia²¹⁷.

Segundo ele, caberia à Província acautelar as verbas indispensáveis para esses trabalhos, competindo à Metrópole a concessão de recursos humanos – quer técnicos com formação em Arte e em História, quer artesãos especializados – e alvitando a premência da formulação imediata de legislação concernente a essa salvaguarda²¹⁸.

Dos contactos tidos com Luís Benavente, observava que este tinha o perfil indicado para lidar competentemente e com sucesso o programa de reabilitação deste Lugar de Memória, laborando em cooperação com o governo da Província, de acordo com as possibilidades financeiras canalizadas todos os anos para este tipo de ações²¹⁹.

Quase concomitantemente, Luís Benavente veiculou um parecer sobre esse relatório, congratulando-se com o facto de o eng.º Ruy de Araújo Ribeiro ter uma ideia próxima da sua relativamente ao que fazer na Ribeira Grande de Santiago, mas decorrente da sua aversão ao uso dessa toponímia, embora não diretamente, criticou-o por também a denominar de Cidade Velha²²⁰.

Na sua opinião, somente por via da formulação de uma planta topográfica e de uma planta cadastral, partes integrantes de um Plano Genérico já concebido, seria possível conhecerem-se as evidências patrimoniais subsistentes em pequenos quintais e modestas habitações²²¹ de pescadores e pastores²²². Neste contexto, só depois de uma devida análise através do cadastro se tomariam decisões de como os tratar, fosse por via do restauro, da reconstituição, ou manter propositadamente a ruína²²³.

²¹⁶ «Rogo a Vossa Excelência, Senhor Ministro, me releve a ousadia, mas julgo meu dever não deixar passar esta oportunidade sem solicitar a atenção de Vossa Excelência, para a conservação do que resta da Cidade da Ribeira Grande, por forma a que dos seus restos espalhados, e ainda existente e do manancial que deve constar dos Arquivos Históricos, se possa fazer dele um Padrão valioso, de Homenagem aos Antepassados e de Fé aos Vindouros.» (*ibidem*, fl. 3).

²¹⁷ Cf. *ibidem*, fls. 2-3.

²¹⁸ Cf. *ibidem*, fl. 3.

²¹⁹ Cf. *ibidem*, fl. 4.

²²⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535. doc. 2, 18 de julho de 1969, [s.f.] [fl. 1].

²²¹ Por ele denominadas de parasitárias, em virtude de estarem encostadas a monumentos, de terem tomado o seu lugar ou se sobreporem a casas antigas em escombros, ou de nelas estarem inseridos elementos de cantaria lavrada ou lajes tumulares. O mesmo aconteceu nos escombros das fortificações da linha de costa ocupadas currais e plantações (cf. *ibidem*, fl. 3).

²²² Cf. *ibidem*, fl. 3.

²²³ Cf. *ibidem*, fl. 4. Todavia, Luís Benavente não se imiscui de veicular a sua opinião: «[...] deveria realizar-se a vivificação da cidade com as casas tal como eram e é possível deduzir [...]» (*ibidem*, fl. 4). Identicamente, considerava importante a colocação do Pelourinho no seu devido lugar, «[...] único modo de não se cair novamente na depreciação e na delapidação do que se houver realizado.» (*ibidem*, fl. 4).

O “Relatório sobre a Salvaguarda e Protecção do Património Histórico-Artístico de Cabo Verde”²²⁴ é um texto de inequívoco valor para percebermos as propostas que se pretendiam implementar sobretudo na Ribeira Grande, São Vicente e Santo Antão. Todas elas sustentaram-se na elaboração de um inventário e na classificação desse bem como monumento, mas não se descurando a continuação da reabilitação de esculturas e alfaias religiosas, conquanto não tivesse sido feita menção à classificação do Património Móvel. Acentuou-se a necessidade de se recompor a primeira capital de Cabo Verde, similantemente aos séculos precedentes²²⁵, pelo que era impreterível o arrasamento das casas que não fossem representativas desse tempo, sendo reconstruídas segundo o modelo original²²⁶. Da mesma maneira, considerava-se premente recolocar noutras residências fora desta zona protegida os criadores de gado e pastores, cujas atividades não se enquadravam com este espaço histórico²²⁷.

Atendendo a essas necessidades, propuseram-se medidas para proteger, restaurar e valorizar o Património Histórico-Artístico da Ribeira Grande de Santiago²²⁸, e ainda outras direccionadas para aspetos relacionados com o quotidiano dos seus residentes e melhoria da suas condições de vida²²⁹.

Na sequência do que já havia preconizado em 1966²³⁰, Luís Benavente redigiu um documento²³¹ consignado especificamente para o levantamento topográfico e cadastral até então incompleto²³², necessário à prossecução dos estudos, restauro e beneficiação da antiga cidade da Ribeira Grande. As investigações a efetuar, em razão da superfície a perscrutar doravante ser diferente da até então examinada, tornava premente a execução de outros elementos, além da planta existente, para um exame mais efetivo deste local²³³.

No início do ano seguinte, esse desejo de vivificação voltou a ser novamente reforçado (cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de fevereiro de 1970, fl. 3).

²²⁴ Cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969.

²²⁵ «Posto isto, não poderemos no entanto deixar simplesmente de dizer que, pelo que hoje ali se encontra não poderá fazer-se a verdadeira ideia do que teria sido aquele centro urbano.» (ibidem, fl. 31).

²²⁶ Cf. ibidem, fl. 29.

²²⁷ Cf. ibidem, fls. 28-29.

²²⁸ Embora com menos realce, foram sugeridas intervenções patrimoniais noutros locais do arquipélago.

²²⁹ Cf. ibidem, fls. 5-17.

²³⁰ Cf. PT/AHU/UM/DGOPC-IPAD 07366, “Elementos de trabalho necessários para o restauro de monumentos de Cabo Verde”, 20 de agosto de 1966, fls. 2-3.

²³¹ Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 33, 15 de dezembro de 1969.

²³² Cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969, fl. 30.

²³³ Cf. ibidem, fl. 30.

Em 1970, a preocupação com a reparação dos monumentos deste arquipélago continuava a ser um assunto de resolução urgente, como comprova o relatório “Restauro dos Monumentos de Cabo Verde”, estando nele bem patente a falta de verbas para se poder levar por diante a salvaguarda patrimonial²³⁴.

Um ano depois, Luís Benavente salientou que apesar dessas reminiscências estarem, regra geral, em estado acentuado de degradação, era necessário prosseguir as investigações com vista à sua recuperação e para se obter um cada vez maior conhecimento sobre este Lugar de Memória. Para este arquiteto era indispensável um apurado trabalho de campo capaz de permitir uma reconstituição o mais fidedigna possível, tarefa dificultada pela falta de documentação capaz de sustentar essas ações²³⁵.

A finalizar, e tendo como certo que toda esta sua explanação serviu para evidenciar o seu superlativo valor, propôs ao governador geral da Província de Cabo Verde a sua classificação como Monumento Nacional²³⁶, devendo esta ser validada, como acontece nestas situações, em princípios e legislação²³⁷ conducentes à sua efetiva salvaguarda²³⁸.

Para entendermos a importância dada a este tema, nesse mesmo ano, numa entrevista concedida ao jornal *O Arquipélago*, Luís Benavente expressou o grande valor da antiga cidade da Ribeira Grande, consubstanciado na presença de muitos edifícios históricos ou seus vestígios na paisagem, resultante de séculos de permanência de Portugal neste território:

«É um documento da mais alta importância e considero um imperativo nacional a sua salvaguarda e recuperação pois não é sem uma forte impressão que se desfila entre aqueles elementos hoje alterados e delapidados e que constituem a primeira cidade por nós fundada fora da Metrópole e em que a vida portuguesa se expandiu [...] enfim um não acabar de documentos erguidos durante uma multissecular vida portuguesa.»²³⁹.

²³⁴ Cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 3, 31 de janeiro de 1970, fl. 2.

²³⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 14, 25 de março de 1971, fl. 6.

²³⁶ Que como veremos no capítulo III, só veio a ocorrer duas décadas depois.

²³⁷ Incidente sobre vários segmentos: «[...] monumentos e outros imóveis, mobiliário, manuscritos e todos e quaisquer documentos susceptíveis de ser protegidos a fim de evitar a sua perda, a sua delapidação ou o seu extravio.» (cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc.13, 10 de julho de 1970, fl.2).

²³⁸ Cf. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 14, 25 de março de 1971, fl. 7.

²³⁹ ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, doc. 1, 25 de novembro de 1971, p. 3.

Segundo ele, para evitar a constante depredação patrimonial, para além da necessidade de se concluir o inventário então em curso, era indispensável a promulgação de um diploma que a declarasse Monumento Nacional, e que fossem acionados mecanismos legais para obstar a essa tendência destrutiva praticada pelos seus habitantes²⁴⁰.

No imediato, Luís Benavente avançou com um “Projeto de legislação para a proteção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde”²⁴¹, anseio já claro em 1970, quando o governo da Província comunicou ao ministro do Ultramar o intuito de ser publicado um diploma com esse fim²⁴².

O inventário²⁴³ teria como objetivo a salvaguarda dos bens imóveis e móveis, devendo antes de mais proceder-se à sua classificação ou arrolamento²⁴⁴ com a intenção de se evitar o seu desaparecimento ou destruição, quando estes se encontrassem em locais não devidamente vigiados. Com este tipo de procedimento pretendia-se impossibilitar efetuarem-se intervenções que conduzissem à perda da sua fisionomia ou deslocação ilegal para fora da Província²⁴⁵.

A organização de cada um desses processos assentaria em diversos parâmetros – o seu valor, época, história e significado – sustentados em fontes escritas, iconográficas e fotográficas²⁴⁶, validados pelos Centro de Estudos Históricos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Posteriormente seriam remetidos para o governador da Província que declararia o seu estatuto – “Monumento Nacional” ou de “Móvel Arrolado” – com conseqüente confirmação por via legal²⁴⁷.

Em determinadas situações poderia constituir-se o “Processo Colectivo”, abrangendo estruturas militares e conjuntos humanos “vivos” ou em ruínas²⁴⁸, que patenteassem

²⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 3.

²⁴¹ Cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [s.d.] [c. 1971].

²⁴² «[...] para a protecção do património no que se refere a edifícios e monumentos nacionais [...]» (ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 39, 27 de agosto de 1970).

²⁴³ Consideramos oportuno veicular a opinião de Vera Mariz, que após estabelecer um termo comparativo entre este “Projeto de legislação para a proteção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde” e a “Classificação de Monumento do Ultramar”, constatou muitas similitudes, principalmente no que conecta à inventariação (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império”* ..., op. cit., p. 301).

²⁴⁴ «Neste contexto é crucial destacarmos a importância concedida por Luís Benavente ao inventário enquanto instrumento fundamental para a salvaguarda do património móvel e imóvel de Cabo Verde, uma medida que, recorde-se, foi considerada como sendo absolutamente necessária e prioritária aquando do início da missão deste arquitecto ao serviço do Ministério do Ultramar.» (*ibidem*, p. 300).

²⁴⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971], (2.ª parte), fl. 4, Art.º 10.º.

²⁴⁶ Cf. *ibidem*, fl. 5, Art.º 12.º.

²⁴⁷ Cf. *ibidem*, fls. 2-3, Art.º 6, 7, 8, 9; fl. 8, Art.º 18; fls. 12-13, Art.º 23, 24.

²⁴⁸ Podemos cogitar a possibilidade de estar a pensar na Ribeira Grande de Santiago.

afinidades tipológicas ou de estado de conservação, sucedidos de um processo individual de cada uma dessas peças²⁴⁹. Considera-se que a classificação só pode ser executada por técnicos qualificados e só excepcionalmente por pessoas sem formação avançada na matéria²⁵⁰. O inventário nunca poderia ser um processo encerrado, porque constantemente surgem sítios, edifícios e objetos até então desconhecidos, passíveis de serem listados²⁵¹. Qualquer pessoa que considerasse um testemunho imóvel ou móvel capaz de constar do rol do Património Histórico-Artístico de Cabo Verde, teria de o fundamentar num relatório que, após concluído e devidamente validado, seguiria os tramites normais neste tipo de processo²⁵².

Fazendo uma comparação entre esta proposta de legislação e a promulgada na Metrópole na década de 1930, constatamos neste diploma uma maior pormenorização da terminologia utilizada, em virtude de segmentar quais os testemunhos suscetíveis de serem inventariados, inserindo-se neste grupo aqueles que possuíssem valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático²⁵³. Os monumentos nacionais inscritos nesse cadastro seriam classificados por épocas arqueológicas ou períodos históricos, e ordenados por distritos e concelhos²⁵⁴. Ainda na Metrópole, alguns anos depois, deliberou-se que deveria caber às câmaras municipais a classificação dos bens ou conjuntos com importância arqueológica, histórica, artística ou paisagística, como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público²⁵⁵.

Os edifícios que pela sua idade, significado histórico, características da época e estilo fossem memorações vivas da arte nacional e da vida portuguesa, eram classificados como “Monumento Nacional”²⁵⁶. Vera Mariz, num estudo comparativo feito com a legislação metropolitana, para além de aludir às características e relevância desse legado, deduziu a sua evidente significação enquanto marca indelével da presença portuguesa naquelas ilhas²⁵⁷.

²⁴⁹ Cf. *ibidem*, fls. 5-6, Art.º 14,15.

²⁵⁰ Cf. *ibidem*, fl. 6, Art.º 16.

²⁵¹ Cf. *ibidem*, fl. 7, Art.º 17.

²⁵² Cf. *ibidem*, fls. 8-9, Art.º 19.

²⁵³ Cf. Diário de Governo, n.º 56..., 7 de março de 1932, Art.º 2.º.

²⁵⁴ Cf. *Ibidem*, Art.º 35.º, p. 434.

²⁵⁵ Cf. Diário de Governo, n.º 125, I Série, Lei n.º 2:032, 11 de junho de 1949, [Base I].

²⁵⁶ Cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971], (2.ª parte), fl. 10, Art.º 20.º.

²⁵⁷ «[...] uma situação que se explicará pela importância da questão colonial na época e pelo entendimento dos monumentos enquanto testemunhos da legitimidade do colonialismo português.» (MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império” ...*, op. cit., p. 299)

Relativamente ao “Móvel Arrolado”²⁵⁸, esta investigadora percebeu não ter sido feita menção direta a esse traço distintivo e atestador da presença lusa nessas latitudes²⁵⁹, aludindo-se apenas à época da sua conceção, à sua notoriedade histórica e taxonomia, que fossem representativos de uma determinada Era Histórica ou Escola²⁶⁰.

Luís Benavente foi sensível à questão da fuga para o estrangeiro de mobiliário e de outras criações cujo valor não era tão proeminente, por falta de classificação e consecutiva possibilidade de serem considerados “Móvel Arrolado”. Com este procedimento estamos certos de que queria alertar para o facto de muitas vezes só ser prestada atenção às obras mestras do Património Histórico-Artístico e se deixar de fora desse sistema de inventariação determinados acervos, que apesar de serem uma manifestação da identidade e cultural nacionais, eram considerados como possuidores de um valor intrínseco menos relevante²⁶¹.

Tendo o redator deste texto sido um dos signatários da Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios, não poderia deixar de evocar a relação biunívoca e de harmonioso enquadramento entre o monumento e a área envolvente. Pelo exposto, articulou a necessidade de se definirem e criarem “Zonas de Proteção” e por inerência da sua aplicação de zonas *non aedificandi*²⁶², só se podendo construir ou modificar o existente mediante aprovação da entidade responsável por zelar pelos Monumentos Nacionais daquela Província.

Como bem fez Vera Mariz²⁶³, é relevante estabelecermos novamente conexão com o Decreto n.º 20:985, publicado na Metrópole, em 1932, e confirmarmos a consonância do explicitado relativamente à impossibilidade de naquelas duas áreas não poderem surgir novas construções²⁶⁴. Todavia, Luís Benavente não fez menção a imóveis em processo de classificação, contrariamente ao esclarecido naquele diploma legal²⁶⁵.

²⁵⁸ Peças de arte religiosa ou profana, mobiliário nacional ou estrangeiro, manuscritos, incunábulo, peças xilográficas, cartulários e outros códices, pergaminhos, papéis ou documentos avulsos, livros raros ou preciosos e núcleos bibliográficos (cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971], [2.ª parte], fls. 10-11, Art.º 21.º).

²⁵⁹ Cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império” ...*, op. cit., p. 299.

²⁶⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971], (2.ª parte), fls. 10-11, Art.º 21.º.

²⁶¹ Cf. *ibidem*, fl. 14, Art.º 25.º.

²⁶² Cf. *ibidem*, fls. 23-24, Art.º 43.º.

²⁶³ Cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império” ...*, op. cit., p. 300.

²⁶⁴ Cf. Diário de Governo, n.º 56..., 7 de março de 1932, Art.º 26.º, Alínea 1; ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [c. abril de 1971], fls. 22-23, Art.º 43.º.

²⁶⁵ Cf. Diário de Governo n.º 56..., 7 de março de 1932, Art.º 27.º.

Ficaria dependente da apreciação e aprovação por parte do Centro de Estudos Históricos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, a possibilidade de ser concedido um reuso funcional aos monumentos, em razão de nem todos os novos usos a eles consignados²⁶⁶ – hospitais, asilos, instituições assistenciais – puderem ser adaptadas para esse fim²⁶⁷.

As restantes disposições deste capítulo consignaram a sua atenção para questões relativas ao registo dos “Móveis Arrolados”, que também deveriam ser anotados em “Relação Especial”²⁶⁸; às restrições impostas aos bens móveis e imóveis com tutela privada²⁶⁹, o mesmo acontecendo com os objetos trazidos para a Província e que aí permanecem definitiva ou temporariamente²⁷⁰, ou outros passíveis de serem classificados como “Móveis Arrolados”, transferidos para o arquipélago com intenções comerciais²⁷¹; e a possibilidade de os museus receberem em depósito esses “Móveis Arrolados”, mas tendo os seus proprietários a chance de os recuperar sempre e quando assim o entendessem²⁷².

Do exposto, é evidente o propósito deste arquiteto de munir esta Província de um instrumento de verificação efetivo para a salvaguarda do seu Património Histórico-Artístico. Apesar de alguns dos seus contributos terem sido decalcados dos documentos publicados na Metrópole, não considerava o modelo aí instituído passível de ser replicado na íntegra no arquipélago, em virtude de o considerar confuso e disperso por vários diplomas, o que tornava difícil a sua aplicabilidade na realidade geográfica em questão²⁷³.

Para exemplificar o que poderia ser feito, Luís Benavente desenvolveu uma maquete de um processo de inventário, tomando como arquétipo a cidade da Ribeira Grande²⁷⁴. Não obstante esta tentativa de emancipação legislativa relativamente à Metrópole, nunca foi proposta a sua desvinculação definitiva, porque a decisão final sobre qualquer processo de classificação a ocorrer em Cabo Verde teria sempre de passar pelo crivo do Centro de

²⁶⁶ Vera Mariz aferiu que Luís Benavente, relativamente a este tema, foi para além do preconizado na Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios (cf. MARIZ, Vera Félix, A “*Memória do Império*” ..., *op. cit.*, p. 303).

²⁶⁷ Cf. ANTT, LB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971], (2.ª parte), fls. 17-18, Art.º33.º.

²⁶⁸ Cf. *ibidem*, fl. 18, Art.º 34.

²⁶⁹ Cf. *ibidem*, fls. 18-19, Art.º 35.

²⁷⁰ Cf. *ibidem*, fls. 19-20, Art.º 38, fl. 20, Art.º 39, fls. 20-21, Art.º 40.

²⁷¹ Cf. *ibidem*, fls. 21-22, Art.º 41.

²⁷² Cf. *ibidem*, fl. 19, Art.º 36.

²⁷³ Cf. ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 47, 2 de fevereiro de 1971, fl. 2.

²⁷⁴ Cf. *ibidem*, fl. 3.

Estudos Históricos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar²⁷⁵. Contrariamente ao que acontecia em Angola e Moçambique, este território não dispunha de qualquer comissão adstrita a este domínio. Por isso, Luís Benavente recomendou que se instituisse um departamento para a sua administração e manutenção, supervisionado pela Direcção do Serviço de Urbanismo e Habitação, e a constituição de uma comissão composta pelo Chefe dos Serviços da Educação, pelo Chefe dos Serviços da Fazenda e de um representante da diocese²⁷⁶.

O Parecer 48/71 não a considerou como uma proposta legislativa, mas antes como um conjunto de indicadores para a formulação desse diploma-legal. Luís Benavente discordou, fundamentando que o texto produzido consubstanciava o necessário para se avançar rapidamente para a sua elaboração²⁷⁷, em virtude de aquele ter sido produzido com base na legislação existente na Metrópole²⁷⁸. Aproveitou ainda esse momento para voltar a criticar a fragmentação de diplomas existente, e expressar uma ideia muito clara relativamente ao que deveria ser feito em Cabo Verde neste domínio, ao pensar na formulação de um documento único, direccionado somente para as obras de arte ²⁷⁹. Todavia, estava de acordo que essa proposição fosse ultimada pelo consultor jurídico da direcção-geral de Obras Públicas e Comunicações²⁸⁰.

No final do ano de 1971²⁸¹, já estavam a ser executados trabalhos de beneficiação no Pelourinho, na Fortaleza Real de São Filipe, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Forte de São Braz e na Capela de São Roque. Após a sua conclusão, dar-se-ia a devida atenção à Capela da Santíssima Trindade, localizada a norte da Praia²⁸².

²⁷⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971], (2.ª parte), fl. 2, Art.º 6.º.

²⁷⁶ Cf. *ibidem*, fl. 16, Art.º 28.

²⁷⁷ Segundo deliberação superior emanada da direcção-geral das Obras Públicas e Comunicações, ponderou-se que os trabalhos de conservação e de restauro dos monumentos e o inventário para a sua classificação teriam prevalência, apesar de ser reconhecida a sua importância futura, sobre aquele projeto legislativo (cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Projecto de Legislação para Protecção do Património Histórico-Artístico de Cabo Verde”, 31 de agosto de 1971).

²⁷⁸ Cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Resposta ao Parecer n.º 48/71 do Inspector Superior Dr. Pereira Bastos referente ao projecto de Legislação para a protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde”, 10 de agosto de 1971, fl. 4.

²⁷⁹ Cf. *ibidem*, fl. 2.

²⁸⁰ Cf. *ibidem*, fl. 2.

²⁸¹ Em janeiro de 1970, a Província, por intermédio do seu encarregado do governo, autorizou que se iniciasse a recuperação dos monumentos e aprovou uma verba de mil contos para esse fim (cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 41, 28 de janeiro de 1970, fl. 2).

²⁸² Cf. *ibidem*, fls. 2-4.

Correlacionado com o restauro, era de fulcral importância a descoberta das pedreiras²⁸³ de onde haviam sido extraídas as cantarias empregues na construção dos monumentos da Ilha de Santiago. Contrariamente ao que havia sido expresso anteriormente, Luís Benavente não acreditava que estas tivessem vindo da Metrópole, e refletiu ser imperioso saber da sua localização para daí se poder obter a matéria-prima necessária a revitalização desses seculares edifícios²⁸⁴.

Quanto aos processos de classificação e inventariação, reuniram-se elementos relativos a mais de duas dezenas de Monumentos e Móveis Arrolados, faltando apenas validação superior para que pudessem ser incluídos naquelas duas categorias, e que o projeto de legislação proposto naquele ano, ou outro de cariz similar, fosse aprovado para se conseguir realizar de modo mais conveniente e eficientemente o meditado²⁸⁵.

Em 1972, foi concebido o “Programa para as obras de restauro do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde” com o objetivo de dar continuidade ao anteriormente iniciado. Neste contexto, propôs-se intervir, na Ilha de Santiago, a Igreja de Nossa Senhora das Graças, em Chã de Tanque, uma capela, em Ponta Verde, a Igreja de Nossa Senhora da Luz, em São Domingos, a Muralha do Mar, a Capela de São Roque e a Fortaleza Real de São Filipe e, na Ilha do Maio, o Forte de São José²⁸⁶. A prioridade das ações a efetuar estava em consonância com fatores de natureza diversa e de acordo com determinados critérios de análise²⁸⁷.

Quanto ao Património Móvel, verificou-se que algumas das imagens ainda acondicionadas em caixas e que haviam sido restauradas em Lisboa tinham sofrido ligeiros danos, devendo ser imediatamente reparadas sob a supervisão do chefe da Repartição Provincial de Obras Públicas, e devolvidas à sua procedência logo após a sua

²⁸³ «Portanto o primeiro grande e difícil trabalho será o de voltar a encontrar as pedreiras e pô-las novamente em condições de nelas se continuar a extração de pedras de cantaria.» (ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969, fl. 23)

²⁸⁴ Cf. *ibidem*, fls. 22-23.

²⁸⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1116, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971], (2.^a parte); PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Resposta ao Parecer n.º 48/71 do Inspector Superior Dr. Pereira Bastos referente ao projecto de Legislação para a protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde”, 10 de agosto de 1971, fl. 4.

²⁸⁶ Cf. ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 14, 18 de dezembro de 1972, fls.1-4.

²⁸⁷ «Pela situação em que se encontram os exemplares em causa, pelo factor social que representa o emprego de mão d’obra local no momento crucial que decorre e ainda pelo aspecto que representam certos trabalhos como política de realização, daremos aos diferentes casos uma ordem que represente uma prioridade em relação com esses factores.» (*ibidem*, [s.f.] [fl.1]).

recuperação²⁸⁸. Seriam expedidas para a Metrópole, ao cuidado da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, algumas imagens e um retábulo para restauro²⁸⁹.

Durante a visita à Ilha do Maio, Luís Benavente procurou saber da existência de pedreiras de onde se pudesse obter cantarias iguais às existentes nos monumentos de Cabo Verde²⁹⁰, visto nas existentes na Ilha de Santiago²⁹¹ já não ser possível proceder-se à extração de pedra em quantidade e tamanho desejáveis²⁹². Segundo ele, para além da facilidade de transporte desse material do Maio para Santiago, o envolvimento da população local nesse processo extrativo contribuiria para sua inclusão no mercado de trabalho e integração social²⁹³.

Evidencie-se a sensibilidade demonstrada para situações desta índole, ao sugerir-se a transformação do Forte do Presídio, na antiga cidade da Ribeira Grande a rentabilização do Forte de Presídio, em Regedoria Local, e a escolha de uma antiga casa para albergar a escola, visto a existente estar num imóvel em péssimas condições junto à Porta do Mar²⁹⁴. Numa ótica relacional entre habitantes/forasteiros alertou-se para os perigos provindos da excessiva turistificação, aludindo-se para a necessidade de se manter o Espírito do Lugar e a autenticidade urbanística neste vetusto assentamento populacional²⁹⁵.

Neste mesmo documento está disposto um segundo projeto de legislação, somente com oito artigos, elaborado em razão do parecer desfavorável, ou melhor, da constatação do caráter minimalista e sem efeitos de aplicação do seu antecessor. Fazendo uma análise comparativa, e apesar de muitas similitudes, cotejamos algumas diferenças no seu conteúdo.

No articulado denote-se uma alteração dos atributos consignados à obtenção do estatuto de “Monumento Nacional” e de “Móvel Arrolado”, porque para além dos anteriormente consignados – vetustez, época, estilo, marca da presença portuguesa no mundo – é

²⁸⁸ Cf. *ibidem*, fl. 5.

²⁸⁹ Cf. *ibidem*, fls. 5-6.

²⁹⁰ Este é um bom exemplo de que existiu o cuidado de se fazer reconstituições o mais fidedignamente possível, recorrendo-se a materiais aproximados dos utilizados aquando da construção desses edifícios.

²⁹¹ A maior parte das intervenções seriam aí realizadas, em particular na Ribeira Grande, (cf. ANTT, LB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de dezembro de 1967, fls. 6-11; ANTT, FLB, cx. 76. pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969, fls. 5-17).

²⁹² Cf. ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 14, 18 de dezembro de 1972, fl. 6.

²⁹³ Cf. *ibidem*, fl. 6.

²⁹⁴ Cf. *ibidem*, fl. 7.

²⁹⁵ Cf. *ibidem*, fl. 7.

acrescido o seu valor histórico ou artístico²⁹⁶; é proposto um acréscimo de competências ao governo da Província relativamente aos processos de classificação, apesar de o Centro de Estudos Históricos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar continuar a ser a entidade com atribuições para a sua análise²⁹⁷; e sugere-se que os processos de inventário e classificação deveriam ser emitidos por pessoas com competência na matéria²⁹⁸.

O plano de ação delineado e efetuado nas províncias ultramarinas entre as décadas de 1950 e 1970, independentemente das motivações político-ideológicas, também subjacentes a este desígnio, impediu a irremediável perda de muito desses sinais atestadores da gesta dos descobrimentos. Infelizmente, ainda no período de transição da administração portuguesa e já depois de obtida a independência, assistiu-se a uma verdadeira chacina dessas reminiscências evocativas de um passado estigmatizante para esses povos. Por fortuna, nestas ilhas atlânticas, essa ação insensata perpetrada pelo Homem foi pouco usual, não obstante alguns casos pontuais, como foi o caso da retirada, embora por um curto período de tempo, da esfera armilar e da Cruz de Cristo do Pelourinho da antiga cidade da Ribeira Grande.

Em Cabo Verde, entre 1962 e 1973, desenvolveu um trabalho consistente²⁹⁹, sobretudo na Ilha de Santiago, dedicando-se fundamentalmente ao restauro de algumas fortificações, igrejas e capelas³⁰⁰, e depois com o aperfeiçoamento de instrumentos legais e teóricos, com vista à proteção e conservação desses bens³⁰¹.

Mas, apesar de se ter produzido uma quantidade considerável de documentos, somente em muito poucos exemplares dessa herança se efetuaram obras de beneficiação. Mediante a constatação, é legítima a questão: qual a razão para tal disparidade?

Tal situação deveu-se às muitas tarefas e projetos a executar, sendo Luís Benavente o responsável pelo levantamento da quase totalidade dos monumentos existentes; e talvez com maior peso neste arrastar da situação, a falta de receptividade do Ministério do

²⁹⁶ Cf. ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 14,18 de dezembro de 1972, Art.º 4.º, fl. 2.

²⁹⁷ Cf. *ibidem*, Art.º 5-7.

²⁹⁸ Cf. *ibidem*, Art.º 8.

²⁹⁹ Um parecer de José Luís Abecassis – inspetor superior de Obras Públicas e Comunicações – comprova esse reconhecimento (cf. ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 5, 22 de dezembro de 1967).

³⁰⁰ Daqui se induzindo o seu interesse equitativo pela recuperação dos templos religiosos, independentemente da sua dimensão.

³⁰¹ Cf. FERNANDES, José Manuel, “Arquitecto Luís Benavente...”, *op. cit.*, p. 33.

Ultramar em dar respaldo orçamental a esta empreitada, sabendo-se que o governo desta Província não dispunha de meios financeiros e técnicos para a sua realização³⁰².

Estamos plenamente de acordo com Vera Mariz, quando afirma que este programa de salvaguarda dos vestígios histórico-artísticos contribuiu para o reconhecimento, em 2009, da Ribeira Grande de Santiago como Património da Humanidade³⁰³. Não obstante essa notoriedade conferida à esfera tangível, consideramos que o seu valor imaterial e simbólico, verdadeira essência da cabo-verdianidade, se sobrepõe aos seus testemunhos edificados, cuja traça é similar a tantos outros dispersos pelo mundo.

³⁰² Cf. MARIZ, Vera Félix, “O restauro do pelourinho...”, *op. cit.*, p. 238.

³⁰³ Cf. *ibidem*, p. 246.

3. CONTRIBUTOS E MEDIDAS PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA PATRIMONIAL NO NOVO PAÍS

Excluindo algumas poucas exceções, em todas as latitudes do globo terrestre, os testemunhos com um valor intrínseco mais acentuado para a Cultura, História e Identidade de um país são legalmente protegidos. Estas medidas são ainda mais visíveis nos bens declarados Património da Humanidade, em razão da constante perscrutação por parte da UNESCO.

No caso de Cabo Verde, depois da sua emancipação política, a legislação plasmada em Boletim Oficial, em alguns casos replicada da sua congénere portuguesa, relativa à proteção do seu Património Cultural, pode ser seccionada em três momentos: os primeiros contributos após a independência nacional; o advento de um novo paradigma patrimonial; a consolidação do novo paradigma patrimonial.

Porém, nem sempre atingiram os resultados desejados, em razão de existirem hiatos de tempo em que o assunto parecia estar esquecido e de as decisões tomadas não terem sido profícuas, ou porque não eram consentâneas com o exigido¹, ou porque não tiveram a devida aplicabilidade prática².

As Constituições da República de Cabo Verde consagram a sua atenção à questão do Património Cultural, sendo interessante verificar que entre uma e outra há diferenças. Enquanto e na de 1980 a menção a este domínio é restritiva como se constata no seu Art.º 16.º³, na que está em vigor, datada de 2010⁴, a sua latitude é bem mais abrangente, como se coteja no Art.º 79.º⁵.

¹ «A ignorância da lei, a incapacidade de fiscalização por parte das autoridades e a fraca consciencialização para a preservação patrimonial, estão entre os principais desafios a serem superados, para que não aconteçam actos prejudiciais contra o património.» (TAVARES, Nireide Pereira. *Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta e gestão e valorização do Património Cultural*, volume I. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 41. Página consultada a 10 de janeiro de 2019. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28730/1/ulfi234009_tm_Vol-%20I.pdf).

² Cf. MARTINS, António Fernandes. *Legislação sobre a defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005)*. Dissertação de Mestrado. Praia, Universidade de Cabo Verde, 2011, p. 122. Página consultada a 10 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/274/1/2011%20ANT%C3%93NIO%20FERNANDES%20MARTINS.pdf>.

³ «1. É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à salvaguarda da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e factor estimulante de desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva, defende e valoriza o património cultural do povo cabo-verdiano. 2. Serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar activamente na sua criação e difusão.» (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, de 13 de outubro de 1980).

⁴ Esta foi a última revisão da Constituição de 1992.

⁵ «1.Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural;2.Para garantir o direito à cultura, os poderes públicos promovem, incentivam e

Salientar o facto de os Programas do Governo⁶ serem um excelente barómetro para aquilatarmos as pretensões para o período de vigência dessa legislatura. No caso de Cabo Verde denote-se, mais uma vez, a importância dada ao Património Cultural e à menção em todos eles de propostas para a Ribeira Grande de Santiago. A este respeito, é importante compará-las e descortinar o que foi vertido para diploma legal.

Por outro lado, foram elaborados documentos de natureza diversa, veiculados por organismos supranacionais, nacionais e municipais, ou resultantes de trabalhos, pareceres e relatórios formulados por investigadores, que contribuíram para a formulação de uma política patrimonial mais assertiva, com consequências na salvaguarda e valorização deste aglomerado urbano.

3.1. Diplomas Legais

3.1.1. Os primeiros contributos após a independência nacional

Se durante este período de tempo não foi consignada legislação específica relativamente à Cidade Velha, a nível nacional promulgou-se um conjunto de textos tendentes a dotar o novo país com instrumentos capazes de garantirem, embora ainda sem a eficácia plena, a salvaguarda e valorização das suas ancestrais reminiscências⁷. Nesse sentido, e havendo consciência do défice de recursos humanos e financeiros neste domínio, considerou-se premente a rubrica de protocolos de cooperação com outros Estados.

Em dezembro de 1974, foi firmado o acordo entre o PAIGCV e Portugal com vista à instauração de um governo de transição no arquipélago, chefiado por um Alto-Comissário, com o intuito de preparar as eleições para a Assembleia Nacional Popular.

asseguram o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com outros agentes culturais; 3. Para garantir o direito à cultura, incumbe especialmente ao Estado : a) Corrigir as assimetrias e promover a igualdade de oportunidades entre as diversas parcelas do país no acesso efectivo aos bens de cultura; b) Apoiar iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva e a circulação de obras e bens culturais de qualidade; c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, histórico e arquitectónico; d) Assegurar a defesa e a promoção da cultura cabo-verdiana no mundo; e) Promover a participação dos emigrantes na vida cultural do país e a difusão e valorização da cultura nacional no seio das comunidades cabo-verdianas.» (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2.ª Revisão Ordinária, 2010). Os Art.ºs 85.º, alínea i; e 248.º, ponto 2, alínea b, consubstanciam e reforçam o disposto.

⁶ Pensámos também analisar os programas dos partidos políticos e os Planos Nacionais de Desenvolvimento, que são outro instrumento de putativa mensuração das políticas patrimoniais, mas a obtenção parcelar de fontes não nos permitiu efetuar um trabalho consistente.

⁷ O Programa do Governo 1975-80 não faz qualquer menção ao domínio cultural, centrando a sua atuação nas questões de índole económica, educacional, defesa e segurança nacional, e social (cf. CONSELHO DE MINISTROS. *Programa do Governo para a I legislatura (1975-1980)*. Praia: Gabinete do Primeiro-Ministro, 1975).

Decorrente deste processo foi elaborada a Lei n.º 13/74⁸, que no Art.º 6.º consignou a constituição de vários ministérios, entre os quais, o da Educação e da Cultura⁹, o que demonstra a imprescindibilidade destes setores para a evolução do novo país.

Através do Decreto-Lei n.º 45/75¹⁰, que evidenciou a marginalização a que a cultura cabo-verdiana esteve sujeita durante a dominação colonial, foi instituída a Comissão de Investigação e Divulgação Cultural, com as seguintes competências:

«a) Inventariar o Património Cultural de Cabo Verde; b) Divulgar os resultados obtidos pela actividade especificada na alínea anterior, com o objectivo de permitir que as Massas Populares sejam uma parte viva e actuante na tarefa que se pretende levar a cabo; c) Orientar toda a actividade artística do Estado de modo a enquadrá-la na sua situação actual, libertando-a de todas as taras alienantes e inserindo-a como parte actuante na Cultura Universal; d) Lançar as bases para um intercâmbio cultural com todos os Povos do Mundo, em especial da Guiné Bissau, das antigas colónias portuguesas, de Portugal, e países africanos de uma maneira geral.»¹¹.

Tendo a cultura tradicional popular cabo-verdiana sofrido uma forte repressão por parte das autoridades coloniais, e no sentido de lhe ser dado o devido relevo a essa atividade, instituiu-se no Mindelo¹², no seio da Direcção-Geral do Turismo e Artesanato, o Centro Nacional de Artesanato¹³.

⁸ Cf. Lei n.º 13/74, publicada no Diário do Governo n.º 293, I Série, de 17 de dezembro – aprova o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde.

⁹ Desde a proclamação da independência até à atualidade, a Cultura esteve quase sempre incluída em ministérios que tutelavam várias pastas.

¹⁰ Cf. Decreto-Lei n.º 45/75, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 24, de 24 de maio – cria, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, uma Comissão de Investigação e Divulgação Cultural e define a sua competência.

¹¹ *Ibidem*, Art.º 2.º.

¹² O que nos induz a pensar que a decisão tomada teve como objetivo deslocalizar instituições da Praia para outros locais do arquipélago. Mas essa disseminação nunca foi verdadeiramente efetiva. Na maior parte dos casos, nomeadamente nos eventos de maior impacto, o que tem vindo a prevalecer é uma bipolarização entre as Ilhas de Santiago e de São Vicente.

¹³ Cf. Decreto n.º 103/77, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 34, de 22 de outubro – cria, na Direcção-Geral do Turismo e Artesanato, o Centro Nacional de Artesanato e define as suas atribuições.

Em 1978, através de um Despacho do Gabinete do Primeiro-Ministro considerou-se a classificação, conservação, defesa e inventariação dos monumentos nacionais e de outros valores artísticos culturais como um imperativo. Com esse intuito, foi criada uma Comissão Nacional, sob coordenação do ministro da Coordenação Económica¹⁴, para superintender essas atividades. Foram igualmente instituídas comissões concelhias, daquela dependentes, presididas pelos delegados do governo e pelos representantes locais das entidades que integravam essa Comissão Nacional¹⁵.

No final da década de 1970, Cabo Verde e Portugal ratificaram um acordo anteriormente assinado, comprometendo-se a colaborar para um maior entendimento dos valores culturais de ambas as partes, através de um conjunto de ações conforme o explicitado no Art.º 9.º do diploma legal então promulgado:

«a) Edição e divulgação de livros, revistas, publicações, reproduções de obras de arte e outros conhecimentos; b) Exposições artísticas e outras; c) Concertos e outras manifestações musicais; d) Conferências; e) Espectáculos de teatro, folclore e dança; f) Realização de ciclos e festivais de cinema; g) Divulgação de discos e gravações em fita magnética em outros meios apropriados.»¹⁶.

Como complemento e suporte ao anteriormente transcrito, ficou expresso nos Art.ºs 10.º e 11.º que deveriam promover a colaboração entre diversas instituições dos dois Estados, a realização de manifestações culturais conjuntas em países terceiros, assim como a criação de disciplinas académicas e cursos correlacionados com o Património Cultural em estabelecimentos de ensino superior¹⁷.

Certamente em razão das recomendações prescrevidas por um consultor UNESCO que em 1983¹⁸ esteve em Cabo Verde e formulou importantes considerações relativamente

¹⁴ Integrando-a igualmente o ministro da Educação e da Cultura, o ministro das Obras Públicas, o ministro da Justiça, o secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, e o secretário Nacional da Juventude Africana Amílcar Cabral.

¹⁵ Cf. Despacho do Gabinete do Primeiro-Ministro, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, 4.º Suplemento, n.º 51, I Série, de 23 de dezembro de 1978 – cria uma Comissão Nacional para Promover o Restauro e Reabilitação, a Defesa e a Conservação dos Monumentos Nacionais e de outros valores do Património Artístico e Cultural do País.

¹⁶ Decisão de Força de Lei n.º 8/79, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 15, de 14 de abril – ratifica o acordo cultural assinado entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa.

¹⁷ Cf. *ibidem*.

¹⁸ Adiante neste capítulo falaremos dessa missão.

aos bens culturais subaquáticos, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 48/II/84, que representou uma mudança importante no paradigma da preservação e salvaguarda desses vestígios¹⁹, conforme o explicitado no Art.º 1.º:

«Todos os achados e despojos históricos, encontrados no fundo do mar territorial de Cabo Verde ou nas suas águas territoriais ou arquipelágicas ou por estas arrojadas, são propriedade do Estado.»²⁰.

Para incentivar os cidadãos cabo-verdianos a aperfeiçoar e a estimular a produção cultural e artística, o Ministério da Informação, Cultura e Desportos empenhou-se em assegurar o incentivo à criatividade, através da atribuição de um conjunto de prémios destinados a galardoar as obras e outras atividades nos domínios da literatura, teatro, música, pintura, escultura e artesanato²¹. Por via do exposto, é notório o enfoque dado, nestes primeiros anos do período pós-independência, à promoção e valorização das reminiscências consideradas como a essência da identidade deste Povo.

Embora sem terem tido continuidade imediata, traçaram-se as diretrizes para a salvaguarda de outras vertentes patrimoniais, expressas no I Plano de Desenvolvimento Nacional (1986-1990): recuperação da Cidade Velha, do Seminário e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São Nicolau, a criação do Museu Nacional, do Arquivo Histórico de Cabo Verde, do Instituto Nacional da Cultura, de bibliotecas e de centros de animação cultural²².

Por esse tempo, João Lopes Filho já havia anotado a pertinência da realização de algumas das intenções enunciadas²³. António Jorge Delgado, aquando da realização de um Encontro subordinado à temática patrimonial, criticou o desleixo e a indigência a que

¹⁹ Neste arquipélago, os primeiros decretos direcionados para este tipo de acervo remontam aos anos de 1907, 1913 e 1944 (cf. Musealização da Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde”. In. LOPES FILHO, João. *Crónicas do Tempo que Passou*. Praia: IBNL, 2009 [1989], p. 47; TAVARES, Nireide Pereira, *Inventário...*, op. cit., p. 39).

²⁰ Decreto-Lei n.º 48/II/84, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 52, de 31 de dezembro – declara os achados e os despojos históricos submarinos como propriedade do Estado.

²¹ Cf. Portaria n.º 45/86, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, de 29 de novembro – institui prémios, para galardoar obras e atividades no sector da cultura, define a sua atribuição e estipula o seu montante.

²² Cf. MARTINS, António Fernandes, *Legislação...*, op. cit., pp. 45-46.

²³ Cf. LOPES FILHO, João, *Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde*. Lisboa: Ulmeiro, 1985

estavam votados os monumentos e ruínas da Cidade Velha, e considerou necessário a justa distribuição de dinheiros públicos e de técnicos qualificados pelas várias ilhas do arquipélago, com vista a ser efetuar uma melhor gestão da herança cultural daquele país²⁴. Dois anos depois, num texto especificamente direcionado para a Ribeira Grande de Santiago, e em razão do visível estado de degradação dos testemunhos subsistentes, foi proposta a sua recuperação e salvaguarda, devendo esta ação assentar em três objetivos bem definidos: mobilizar a população, contribuir para que esses bens pudessem contribuir para a riqueza nacional, estabelecer contactos para a sua futura inscrição como Património da Humanidade. A metodologia adotada na “Operação Cidade Velha” dividia o Sítio em nove áreas de intervenção²⁵.

Em 1987, o Conselho de Ministros aprovou a Convenção para a Salvaguarda do Património Natural e Cultural²⁶ que todavia não filiou Cabo Verde ao disposto na Convenção, no Art.º 16.º, Parágrafo 1, relativamente às subvenções a doar, de dois em dois anos, ao Fundo do Património Mundial. Denote-se que este ato vinculativo só ocorreu passados alguns anos da entrada em vigor da Convenção e está certamente relacionada com a pretensão de inscrever, no início da década de 1990, a Cidade Velha como Património da Humanidade.

A necessidade de se constituir uma rede nacional de arquivos para se prevenir a destruição do património documental, esteve na génese da criação, em 1988²⁷, do AHN²⁸, ficando

²⁴ Cf. DELGADO, António Jorge. “A semana da defesa do Património reactiva a ideia de pré-associação de defesa do património cultural do Mindelo”. In. ALMEIDA, Germano; LOPES, Leão; FIGUEIREDO, Rui. *Ponto & Vírgula*, n.º 15. Mindelo: Alternativa, outubro/dezembro 1985, pp. 42-46.

²⁵ Cf. DELGADO, António Jorge; SANTOS, Manuel Spencer Lopes dos. *Operação Cidade Velha*. Praia, 1987 (documento não editado, facultado pelo ANCV).

²⁶ Cf. Decreto n.º 146/87, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 52, de 26 de dezembro – aprova a Convenção relativa à Protecção do Património Cultural e Natural.

²⁷ Cf. Decreto n.º 123/88, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 53, de 31 de dezembro – cria o Arquivo Histórico Nacional. Somente no século XXI, os seus estatutos foram adaptados à realidade vigente (cf. Decreto-Regulamentar n.º 7/2003, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 34, I Série, de 13 de outubro – aprova os estatutos do Instituto do Arquivo Histórico Nacional). Em 2014, os estatutos e designação voltaram a ser alterados (cf. Decreto-Regulamentar n.º 25/2014, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 41, I Série, de 27 de junho – aprova o estatuto do Arquivo Nacional de Cabo Verde).

²⁸ Onze anos depois surgiu o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (cf. Resolução n.º 70/99, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 44, I Série, de 29 de novembro). Em 2014, os seus estatutos foram alterados, assim como a sua denominação (cf. Decreto-Regulamentar n.º 27/2014, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 41, I Série, de 27 de junho de 2014 – aprova o estatuto da Biblioteca Nacional de Cabo Verde).

ao seu encargo a recolha, tratamento, conservação e promoção da documentação relacionada com a História de Cabo Verde.

Em 1989, Cabo Verde aderiu à Carta Cultural de África²⁹, na qual está patente uma mensagem política alicerçada no princípio da autodeterminação do povo africano, sobretudo nos territórios ainda sob dominação colonial e racista. Na sua redação esteve subjacente o propósito de espoletar a afirmação da identidade, diversidade e cooperação cultural deste continente, concebendo-se um conjunto de ações para se atingir esse fim³⁰.

Quase no fim deste primeiro momento, a República de Cabo Verde e a República de Cuba assinaram um protocolo de cooperação³¹, promulgado na sequência de um convénio cultural assinado em Havana, no ano de 1982, com a duração de dois anos, incidente sobre as áreas da ciência, cultura, desporto e educação. De salientar o grande impulso dado à vertente museológica³², conforme o disposto no Art.º 27.º:

«O Museu Nacional de Havana manifesta a sua intenção em estabelecer relações e intercâmbios com museus e centros de estudo e investigação da República de Cabo Verde, nos domínios da História, Etnografia e Museologia.»³³.

3.1.2. O advento de um novo paradigma patrimonial

Nos alvares da década de 1990, assistiu-se ao estabelecimento do pluripartidarismo neste arquipélago, decorrendo desta metamorfose um maior interesse político pelas questões do Património Cultural. Pela primeira vez, a Ribeira Grande de Santiago foi diretamente abrangida por medidas legislativas, promulgadas tanto pelo Poder Central como pelo Poder Local³⁴. Por essa razão, mas também porque o país foi dotado de uma lei de base

²⁹ Assinada pelos chefes de Estado e de governo da Organização da Unidade Africana, reunidos em Port-Louis, na Ilha Maurícia, em julho de 1976. Mais uma vez, salientar o desfasamento temporal entre o momento do ato da sua constituição e a sua validação formal por Cabo Verde.

³⁰ Cf. Lei n.º 68/III/89, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 53, 2.º Suplemento, de 30 de dezembro – autoriza a adesão da Cabo Verde à Carta Cultural de África.

³¹ Promulgado na sequência de um convénio cultural assinado em Havana, no ano de 1982.

³² Durante algum tempo, estiveram em Cabo Verde museólogos cubanos que emitiram vários pareceres sobre a realidade museológica local e ministraram formação a técnicos locais.

³³ Decreto n.º 28/90, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 17, de 28 de abril – aprova o protocolo de cooperação cultural entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República de Cuba.

³⁴ O Programa do I Governo Constitucional da II República considerou a cultura parte integrante da vida social, devendo a criação e divulgação literária, artística e científica estar livre das peias da censura e discriminação como é próprio de um Estado democrático, cuja ação se deveria limitar à concessão de meios

para o Património Cultural, podemos falar no surgimento de um novo paradigma neste domínio.

Por razões de consciência histórica, consumou-se o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para a Recuperação da Cidade Velha de Cabo Verde³⁵. De entre as várias medidas propostas destacar:

*«a) A consolidação da Sé; b) A consolidação da Porta da Cidade, do arco do Forte de São Veríssimo, dos restos da Torre da Misericórdia e da fachada com restos da janela gótica; c) O levantamento topográfico da Cidade; d) A execução da maqueta da Cidade.»*³⁶.

Mas estavam identicamente consignadas ações a desenvolver a médio prazo:

*«a) O estudo da reutilização da Sé; b) A execução da sua cobertura e demais trabalhos complementares; c) O levantamento e estudo de alguns monumentos»*³⁷.

Pelo exposto, num primeiro momento, houve a necessidade de se efetuarem intervenções imediatas em alguns monumentos e outras indagações de cariz mais técnico para se obter um melhor conhecimento sobre o Sítio. Numa etapa posterior, o foco centrar-se-ia nas ruínas da Sé Catedral e no estudo de outros testemunhos.

Noutros artigos constantes deste diploma-legal³⁸, estão especificadas as competências de cada um dos Estados-parte signatários deste decreto. Enquanto Portugal prestaria o apoio necessário à execução das ações acima mencionadas, a Cabo Verde incumbiria maioritariamente ações de suporte logístico aos trabalhos realizados. O descrito é elucidativo da necessidade tida ao longo do tempo, inclusive na atualidade, deste Estado Arquipelágico habilitar e especializar pessoas no domínio cultural.

necessários para a prossecução dessas atividades (cf. Resolução n.º 6/II/91, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 31, de 8 de agosto – vota o Programa do Governo Constitucional da II República).

³⁵ «[...] o alto valor que a Cidade Velha tem para ambas [a República Portuguesa e a República de Cabo Verde], e igualmente para a comunidade internacional, como testemunho do primeiro pólo urbano de cruzamento das civilizações africana e europeia;» (Preâmbulo do Decreto n.º 31/90, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 18, de 5 de maio – aprova o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para a recuperação da Cidade Velha de Cabo Verde).

³⁶ *Ibidem*, Art.º 1.º, Alínea 2.

³⁷ *Ibidem*, Art.º 1.º, Alínea 3.

³⁸ Cf. Art.ºs 2.º, 3.º, 4.º.

Através do Decreto-Lei n.º 99-A/90, foi criado o INAC, em substituição da Direcção-Geral do Património Cultural. No Art.º 4.º dos seus estatutos explicita-se:

«O objecto do INAC é promover a defesa e a conservação da identidade cultural nacional, a preservação, a valorização e a divulgação do património histórico e cultural de Cabo Verde, dinamizando e desenvolvendo atividades culturais, fomentando e apoiando todas as manifestações de espírito criador do povo Cabo-verdiano.»³⁹.

Por sua vez, o Art.º 5.º discrimina as atribuições que lhe estão consignadas, explicitando-se nas várias alíneas desenvolvidas todas as ações necessárias para o cumprimento do expresso do Art.º 4.º⁴⁰.

Entretanto, dentro da estrutura do Ministério da Educação, Cultura e Desportos foi instituída a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais⁴¹, com a responsabilidade pela aplicação da política de desenvolvimento cultural do país e encarregada de coordenar a ação dos serviços e organismos deste setor, conforme o explicitado no Art.º 2.º do diploma legal que a estatuiu⁴².

Com a intenção de prover uma efetiva ressalva do legado ancestral subsistente na Cidade Velha, e considerando o seu valor enquanto testemunho, este Lugar de Memória foi declarado Património Histórico Nacional de Cabo Verde⁴³. Estava assim dado o primeiro passo para a sua futura candidatura a Património da Humanidade.

Quase concomitantemente foi expedida a Lei n.º 102/III/90, que no seu Art.º 2.º explana:

«O património cultural cabo-verdiano é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação da

³⁹ Decreto-Lei n.º 99-A/90, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 43, de 27 de outubro – cria o Instituto Nacional da Cultura.

⁴⁰ Cf. *ibidem*.

⁴¹ Que no nosso entendimento, em parte, replicava as funções do INAC.

⁴² Cf. Decreto-Lei n.º 101-C/90, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 46, Suplemento, de 23 de novembro – cria no Ministério da Educação, Cultura e Desportos um serviço designado Direcção Geral dos Assuntos Culturais.

⁴³ Cf. Decreto n.º 121/90, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 49, de 8 de dezembro – atribui à Cidade Velha, o estatuto de Sítio Histórico.

identidade e a valorização da cultura cabo-verdiana através do tempo.»⁴⁴.

Apesar de elaborado somente quinze anos após a proclamação da independência nacional, este documento, bastante amplo nos conteúdos emanados, todos eles de relevância acentuada para o objeto a legislar sobretudo no que se refere à salvaguarda, proteção e valorização patrimonial⁴⁵, constituiu-se num importante instrumento de trabalho para os anos subsequentes.

Fazendo um paralelismo com a sua congénere portuguesa⁴⁶, facilmente detetamos enormes similitudes a nível de conteúdos e vocabular. Analisando-as, na maior parte dos casos, a enunciação dos conceitos se não é exatamente igual é muito idêntica, variando em razão dos acréscimos introduzidos e diferindo apenas em algumas situações⁴⁷, estando estas pequenas dissonâncias correlacionadas com os contextos geográficos e temporais em que foram produzidos.

Em 1993, a Câmara Municipal da Praia promulgou um conjunto de medidas tendentes a disciplinar a reorganização urbanística, relativas às normas de construção civil na Cidade Velha. Tomando como referentes espaciais a zona histórica classificada e a zona tampão, estabelecidas no Decreto 121/90, estabeleceram-se regras, autorizações, imposições, limitações e proibições para as alterações a efetuar no exterior e interior dos edifícios, a nível estrutural, pintura e estética⁴⁸.

⁴⁴ Lei n.º 102/III/90, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 52, I Série, de 29 de dezembro – estabelece as bases do património cultural.

⁴⁵ Tome-se como exemplo as definições atinentes a esta temática expressas no Art.º 3.º.

⁴⁶ Cf. Lei n.º 13/85, publicada no Diário da República, n.º 153, I Série, de 6 de julho – Património Cultural Português. Dezasseis anos depois foi substituída por um outro diploma legal (cf. Lei n.º 107/2001, publicada no Diário da República n.º 209, I Série-A, de 8 de setembro – estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural).

⁴⁷ Nas definições dadas pela Lei 13/85, no Art.º 1.º e na Lei 102/III/90, no Art.º 2.º, as únicas diferenças detetadas são, respetivamente, a “identidade da cultura portuguesa” e a “identidade da cultura cabo-verdiana”. Na lei 13/85, no seu Art.º 53.º, a coima é de 30.000\$00 (150 euros) e na Lei 102/III/90, no Art.º 81, é de 50.000\$00 (250 euros).

⁴⁸ Cf. Edital n.º 4/93, publicado pela Câmara Municipal da Praia, 27 de abril.

Meses depois, num diploma legal elaborado para a definição das bases da política do Ambiente⁴⁹, o Art.º 20.º coloca em evidência a relação intrínseca entre o Património Natural e o Património Cultural:

«1. O património natural e construído do país, bem como o histórico e cultural serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização através, entre outros, de uma adequada gestão dos recursos existentes e planificação das acções a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa. 2. Legislação especial definirá as políticas de recuperação dos centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e rurais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural e construído, em cooperação com as autarquias e as associações locais de defesa do património e de defesa do ambiente, e estabelecerá a orgânica e modo de funcionamento dos organismos, existentes ou a criar, responsáveis pela sua execução.»⁵⁰.

Em 1995, evidenciar a lei que consagrou o reforço de atribuições ao poder local no que respeita à defesa e preservação dos valores históricos e culturais da nação⁵¹, matéria estatuída no Art.º 4º da Lei nº 102/III/90. Estava assim dado o mote para que os municípios pudessem, com um certo grau de autonomia, visto a decisão final caber sempre ao ministério tutelar, executar o acima descrito.

Meses depois foi assinado um acordo de concessão à empresa Arqueonautas – Arqueologia Subaquática, S.A. – para a exploração dos cascos dos navios naufragados

⁴⁹ Em 2003 surgiu um outro diploma legal de espectro mais lato relativamente a esta temática (cf. Decreto-Lei n.º 3/2003, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 5, I Série, de 24 de fevereiro – estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela, sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma atenção especial e integrar-se na Rede Nacional das Áreas Protegidas). Três anos depois, foi promulgado outro diploma legal relativo a este domínio, com referências ao Património Natural e ao Património Cultural, expressas no Art.º 3º, Alínea e) (cf. Decreto-Lei n.º 29/2006, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 10, I Série, de 6 março – estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente).

⁵⁰ Lei n.º 86/IV/93, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 27, I Série, de 26 de julho – define as bases da política do ambiente.

⁵¹ Cf. Lei n.º 134/IV/95, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 21, I Série, de 3 de julho – que aprova o Estatuto dos Municípios.

em águas territoriais de Cabo Verde. Concomitantemente, para vistoriar essas atividades foi criada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Prospecção Arqueológica Subaquática⁵².

Em 1997, Cabo Verde e Portugal assinaram um protocolo para estreitar ainda mais as suas relações no âmbito cultural⁵³. Se o compararmos ao que havia sido legislado neste domínio no final da década de 1970 e no início da de 1990, inferimos a sua maior latitude relativamente à salvaguarda patrimonial, como podemos constatar no seu Art.º 2.º:

«As duas Partes comprometem-se a estabelecer formas conjuntas de actuação com vista à reabilitação em geral do património em Cabo Verde e, em particular, da Cidade Velha⁵⁴ na Ilha de Santiago, designadamente no que respeita à consolidação e restauro das ruínas e às escavações arqueológicas da Torre da Misericórdia e à recuperação da réplica da Torre de Belém no Mindelo.»⁵⁵.

Tal como anteriormente, foram estabelecidas atribuições para ambas as partes, estando à portuguesa destinadas ações de índole científica e de apoio financeiro, e à cabo-verdiana de carácter técnico e logístico⁵⁶.

⁵² Cf. Resolução 87/95, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 28, I Série, 2.º Suplemento, de 13 de setembro – criação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Prospecção Arqueológica Subaquática.

⁵³ Em 1999, Cabo Verde e Espanha rubricaram um protocolo de cooperação nos mesmos moldes, que se estendeu por alguns anos. Causa-nos estranheza que não se tenha firmado legalmente esse compromisso.

⁵⁴ O Programa do Governo da IV Legislatura (1996-2001) consagrou a este Sítio bastante ênfase. De entre o preconizado, destaca-se a intensificação dos esforços para evitar a sua degradação e o reiterar da intenção de o classificar como Património da Humanidade. No contexto arquipelágico provia-se a adoção de providências para que os bens com interesse ou importância municipal não fossem destruídos nem desvalorizados e desenvolverem-se estudos com vista à classificação de todo o Património Histórico Nacional (cf. Resolução n.º 8/96, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 12, I Série, de 30 de abril – manda publicar o Programa do II Governo Constitucional da II República).

⁵⁵ Decreto n.º 11/97, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 15, I Série, de 21 de abril – aprova o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa na área do Património Arquitectónico e Recuperação do Património Histórico. Um outro diploma aprovou o protocolo assinado entre estes mesmos Estados, incidente sobre o Projeto Rede Bibliográfica da Lusofonia, que tinha como mote a cooperação no âmbito das Bibliotecas Municipais e do Arquivo Histórico Nacional (cf. Decreto n.º 13/97, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 15, I Série, de 21 de abril – aprova o Protocolo entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa, na área da cultura).

⁵⁶ Cf. Decreto n.º 11/97..., de 21 de abril.

Sete anos após o seu aparecimento, o INAC foi substituído pelo INIC⁵⁷, cujas competências, apesar de similares em alguns itens, eram menos abrangentes do que as do seu antecessor⁵⁸. Ainda dentro da estrutura do INIC, salientar o surgimento do Instituto de Promoção Cultural⁵⁹, que tinha sob a sua alçada as direções do audiovisual, artesanato, artes plásticas, livro e animação cultural/marketing⁶⁰.

Realçar também o surgimento do Gabinete de Salvaguarda do Património⁶¹, na dependência do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura⁶², com o intuito de prestar apoio ao secretário de Estado da Cultura na coordenação, fiscalização e execução da política do governo, referente à defesa do Património Cultural Móvel e Imóvel⁶³.

No que ao Património Imaterial tange, salientar o trabalho realizado para a institucionalização do ALUPEC. Sendo o crioulo a língua do quotidiano daquele arquipélago⁶⁴ e um elemento de supra importância para a identidade nacional, considerou-se necessária a standardização da sua escrita⁶⁵. Somente onze anos depois, essa proposta foi efetivamente oficializada⁶⁶. Recentemente, o debate sobre uma revisão constitucional que incluía o crioulo como idioma oficial, a par do português, tem ganho consistência, sendo possível que tal venha a ocorrer nos próximos tempos.

⁵⁷ Cf. Resolução n.º 64/97, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – cria o Instituto Nacional de Investigação Cultural – INIC.

⁵⁸ Cf. Resolução n.º 101/97, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro de 1997 – aprova os estatutos do Instituto Nacional de Investigação Cultural – INIC.

⁵⁹ Cf. Resolução n.º 63/97, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – cria o Instituto de Promoção Cultural – IPC.

⁶⁰ Cf. Resolução n.º 100/97, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – aprova os estatutos do Instituto de Promoção Cultural – IPC.

⁶¹ O seu surgimento resultou da assimilação da necessidade de materializar as recomendações feitas ao longo dos anos pela UNESCO, em resultado das várias missões feitas pelos seus técnicos a este país (cf. RAMOS, Adilson Dias. *Cidade Velha Património Mundial – as políticas públicas para uma efetiva preservação e gestão participativa*. Rio de Janeiro: Centro Lúcio Costa-IPHAN, 2017, p. 33).

⁶² Relativamente a esta junção, a nossa posição é idêntica à opinião que veiculámos aquando da constituição da Direcção Geral dos Assuntos Culturais.

⁶³ Cf. Decreto-Lei n.º 97/97, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – adita um novo artigo ao Diploma Orgânico do Ministério da Educação, Ciência e Cultura.

⁶⁴ Podemos considerá-lo a língua nacional e materna, com funções de comunicação informal, particularmente, no domínio da oralidade, mas o Português é língua oficial e internacional, estando-lhe atribuídas as funções de comunicação formal.

⁶⁵ Cf. Decreto-Lei n.º 67/98, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, 5.º Suplemento, de 31 de dezembro – bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-Verdiano.

⁶⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 8/2009, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 11, I Série, de 16 de março – institui o Alfabeto cabo-verdiano (ALUPEC), aprovado em regime experimental pelo Decreto-Lei n.º 67/98, de 31 de dezembro, como Alfabeto Cabo-Verdiano.

Em 1999, o governo de Cabo Verde, tal como o seu homólogo português havia feito alguns meses antes⁶⁷, decidiu instituir um conjunto de benefícios fiscais e outros apoios a pessoas singulares e coletivas que decidissem financiar, por via do mecenato⁶⁸, atividades ou projetos direcionados para manifestações de cariz cinematográfico, audiovisual, literatura, teatro, dança, música, artes plásticas, artesanato e tradições orais. Pelo exposto inferimos que, pelo menos explicitamente, as subvenções no Património Cultural Material não estavam contempladas neste programa.

Em 2003, foi assinado um protocolo de cooperação, nos domínios da Educação e da Cultura entre a República de Angola e a República de Cabo Verde. Relativamente ao Património Cultural, acordou-se:

«concertar esforços para a musealização do ex-campo de concentração do Tarrafal. A parte angolana engajou-se em prestar à parte cabo-verdiana apoio no sentido de conseguir a lista de todos os combatentes angolanos que foram detidos no campo de Concentração, os processos e outros documentos dos mesmos, e todo o material existente em Angola, susceptível de enriquecer o acervo do Museu da Resistência ao regime colonial fascista; Trocar informações e experiências no âmbito de recuperação de zonas, sítios e monumentos históricos; Trocar informações e experiências no âmbito do projecto “A Rota dos Escravos”; promover parcerias entre instituições arquivísticas dos dois países e ampliar fontes de financiamento de programas/projectos que dizem respeito à conservação, promoção e defesa do património histórico-arquivístico.»⁶⁹.

Posteriormente, esta parceria não foi, pensamos, devidamente aproveitada e suficientemente proficiente para a continuação do clausulado, não obstante alguns

⁶⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 74/99, publicado no Diário da República, n.º 63, I Série-A, de 16 de março – estatuto do mecenato.

⁶⁸ Cf. Lei n.º 108/V/1999, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 27, I Série, de 9 de agosto – estabelece o regime de incentivos fiscais e apoios do Estado no âmbito do Mecenato Cultural, Social, Desportivo, Juvenil, Científico ou Tecnológico.

⁶⁹ Decreto n.º 7/2003, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 8, I Série, de 17 de março – aprova o Protocolo de Cooperação nos domínios da Educação e da Cultura entre a República de Cabo Verde e a República de Angola.

contributos bilaterais para a efetivação desse acordo. A este respeito, saliente-se a intenção expressa por parte de Cabo Verde, havia já algum tempo, em internacionalizar a questão relativa à Colónia Penal de Chão Bom⁷⁰, em particular junto do Estado angolano, mas que até hoje não teve uma clarividente manifestação de interesse por parte deste país.

No final desse ano, tendo em atenção a superlativa importância patrimonial da Ribeira Grande de Santiago e a necessidade de incentivar o interesse pela História de Cabo Verde, o Homem cabo-verdiano e a sua identidade, foi criado o Grande Prémio Cidade Velha, instituído de dois em dois anos, para galardoar trabalhos acerca daquelas temáticas, quer através do incentivo à edição dessa obra, financiada integralmente pelo Estado, quer através de um prémio pecuniário⁷¹. Todavia, e apesar do interesse da iniciativa, a revogação daquele diploma legal coartou a possibilidade de se desenvolver, atendendo aos estímulos referidos, uma maior quantidade e qualidade de investigações.

Dentro da estrutura orgânica do Ministério da Cultura e Desportos foi instituído o IIPC, que passou a ter a ele adstrita a Direção de Salvaguarda do Património, anteriormente sob a alçada do Secretário de Estado da Cultura. As suas competências eram, embora com algumas adaptações, similares às estabelecidas para o INAC e para o INIC⁷².

Cinco anos após a promulgação de legislação consignada à regulação da prática do Mecenato, publicou-se nova lei onde, no Art.º 14.º, entre outras considerações, se aludia à aplicação de benefícios fiscais a todos aqueles que participassem na preservação, promoção e difusão do Património Artístico, Cultural e Histórico de Cabo Verde⁷³.

A finalizar a nossa apreciação salientar que o Programa do Governo para o quadriénio 2001-2005 consignava salvaguardar e proteger os principais centros urbanos e sítios naturais do país, em concertação com as autarquias, evitando a descaracterização

⁷⁰ Logo após a obtenção da independência nacional legislou-se no sentido de dar por terminada a sua função (cf. Decreto-Lei n.º 3/75, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 3, de 19 de julho – extingue o Presídio e o Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal).

⁷¹ Cf. Decreto-Lei n.º 67/2003, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 44, I Série, de 30 de dezembro – cria o Grande Prémio Cidade Velha.

⁷² Cf. Decreto-Regulamentar n.º 2/2004, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 14, I Série, de 17 de maio – aprova os Estatutos do Instituto da Investigação e do Património Culturais.

⁷³ Cf. Lei n.º 45/VI/2004, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 20, I Série, de 12 de julho – regime jurídico do mecenato. Esta lei remeteu para um outro diploma legal o seu desenvolvimento (cf. Decreto-Regulamentar n.º 8/2004, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 31, I Série, 25 de outubro – regulamenta o regime de Mecenato previsto na Lei 45/VI/2004, de 12 de julho, em ordem a permitir a sua aplicação ao domínio da cultura).

generalizada que se verificava. Atenção especial deveria ser dada à Cidade Velha, em razão do seu estatuto de – Património Histórico e Nacional de Cabo Verde –, ao Plateau, na Praia, a São Filipe, na Ilha do Fogo, à vila da Ribeira Grande de Santo Antão, à vila da Ribeira Brava de São Nicolau e ao Centro Histórico do Mindelo⁷⁴.

3.1.3. A consolidação do novo paradigma patrimonial

O equador da primeira década do novo milénio marcou o surgimento de uma nova etapa na vida legislativa de Cabo Verde, concorrendo para tal os estatutos de Município e Património da Humanidade atribuídos à Ribeira Grande de Santiago; o reconhecimento de vários sítios como Património Histórico Nacional; a atenção prestada, entre 2012 e 2016, a âmbitos até então pouco significativos no espectro cultural do arquipélago; a promulgação de medidas tendentes a financiar atividades e projetos a desenvolver; e a aprovação do Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Aferindo-se o latente valor que a Cidade Velha poderia ter futuramente, e considerando-se necessário disciplinar o fluxo de pessoas nesse Lugar de Memória, foi entregue à PROIMTUR a exploração de um circuito turístico integrado⁷⁵, do qual faziam parte a Fortaleza Real de São Filipe, o Convento de São Francisco, a Pousada de São Pedro e a zona do Pelourinho⁷⁶.

Ao longo do tempo, esta concessão foi alvo de contestação, sobretudo por parte dos habitantes do Sítio⁷⁷, por sentirem que entidade empregadora não acautelava devidamente os seus interesses, e por pelo menos num caso ter sido retirado a um comerciante local o direito de exploração de um bar/restaurante localizado na zona do Pelourinho. Por seu lado, a sociedade civil cabo-verdiana não aceitou que essa concessão tivesse sido entregue a uma empresa estrangeira que, entre outras arbitrariedades, cobrava um valor excessivamente alto para a visita a alguns monumentos.

⁷⁴ Cf. Resolução n.º 5-A/2001, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 6, I Série, 2.º Suplemento, de 13 de março – publica o Programa do Governo para a VI Legislatura 2001-2005.

⁷⁵ O que podemos denominar de «[...] *terciarização do circuito cultural* [...]» (RAMOS, Adilson Dias, Cidade Velha..., *op. cit.*, p. 36).

⁷⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 22/2005, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 12, I Série, de 21 de março – estabelece as bases gerais do regime de concessão da exploração do circuito integrado da Cidade Velha, na Ilha de Santiago.

⁷⁷ Segundo Carlos Carvalho, à época presidente do IIPC, existiu sempre desconfiança por parte da população residente relativamente aos propósitos da PROIMTUR (*cf.* Anexo 2).

Em 2015, o Ministério da Cultura ameaçou despejar a PROIMTUR, caso esta não devolvesse, no prazo de sessenta dias, os mais de vinte e dois milhões de escudos cabo-verdianos na sua posse, resultante da renda e dos dividendos acordados da gestão dos monumentos e espaços assumidos contratualmente⁷⁸. Efetivamente, ao analisarmos algumas das cláusulas deste contrato, verificamos que muitas das disposições imputadas ao concessionário não foram cumpridas⁷⁹.

Em 2018, foi assinada a adenda ao contrato celebrado em 2006, com a repartição de responsabilidades entre a PROIMTUR, o IPC e a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, para a gestão e exploração turística do Sítio. Do acordado, a Pousada de São Pedro ficou sob tutela da Edilidade Local, que também receberia 40% das receitas geradas nos ingressos na Fortaleza Real de São Filipe, posteriormente empregues em políticas de integração dos moradores da Cidade Velha⁸⁰.

A publicação da Lei n.º 62/VI/2005⁸¹ devolveu a categoria de cidade a este vetusto aglomerado urbano, denominação que havia sido concedida em 1533, retirada no século XVIII quando perdeu a sua total funcionalidade.

Concomitantemente, constitui-se o município da Ribeira Grande de Santiago⁸², promovendo-se uma nova dinâmica no seu desenvolvimento, diferente do que acontecia

⁷⁸ Cf. “MINISTÉRIO DA CULTURA “DESPEJA” PROIMTUR”. *A Nação*, 15 de fevereiro de 2015. Página consultada a 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://anacao.cv/ministerio-da-cultura-despeja-proimtur/>

⁷⁹ Cf. CARVALHO, Carlos; AKIBODÉ, Charles Samson. *Plano de Gestão 2008-2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande*. Praia: Ministério da Cultura, janeiro 2008, pp. 39-42.

⁸⁰ Cf. “IPC ASSINA CONTRATO DE CONCESSÃO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA DE PATRIMÓNIOS COM A CMRGS E A PROIMTUR”. *Infopress*, 9 de setembro de 2018, Página consultada a 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.caboverde-info.com/Noticias/IPC-assina-contrato-de-concessao-de-gestao-e-exploracao-turistica-de-patrimonios-com-a-CMRGS-e-Proimtour>; MARTINS, Ailson. “Assinada concessão da gestão do património na Cidade Velha”. *Expresso das Ilhas*, 10 de setembro de 2018. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2018/09/10/assinado-o-contrato-de-gestao-do-patrimonio-da-cidade-velha/59980>

⁸¹ Cf. Lei n.º 62/VI/2005, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 19, I Série, de 9 de maio – devolve o estatuto de Cidade à Povoação de Cidade Velha, sede de Freguesia do Santíssimo Nome de Jesus.

⁸² As querelas políticas estiveram bem latentes neste momento. Em fevereiro de 2005, na sessão plenária da Assembleia Nacional em que foi apresentada a Proposta de Lei que deu origem à Lei n.º 62/VI/2005, os partidos com assento parlamentar dirimiram argumentos sobre esta matéria. Tome-se como exemplo o facto de o MPD considerar que não era necessária uma Proposta de Lei para oficializar essa situação, pois a Ribeira Grande nunca havia perdido o estatuto de cidade (cf. SANTOS, Flávia Lenira Gomes Marques dos. “A apropriação do espaço público da Cidade Velha, Cabo Verde: o papel dos agentes políticos, das empresas turísticas e a manifestação de novas formas identitárias”. In. *12.ª Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano*. Yaoundé: CODESRIA 2008, pp. 14-15. Página consultada a 25 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.codesria.org/spip.php?article634&lang=en>).

quando dependia do município da Praia. Entre outras considerações explicitadas no diploma legal elaborado para o efeito, atente-se ao disposto no Art.º 3.º relativamente à proteção da zona histórica:

«É proibida a construção de qualquer equipamento social ou habitacional no perímetro histórico da Cidade de Santiago de Cabo Verde, sem a competente autorização do departamento governamental responsável pela área da cultura, através do serviço de salvaguarda do património histórico.»⁸³.

O Decreto-lei 29/2006 foi outro importante marco para a proteção do Património Ambiental, que teve ressonância no seu congénere Cultural, conforme o explicitado no seu Art.º 3.º, alínea e), embora sem especificar de que forma se preconizava proteger ambos os legados contra as ações resultantes da atividade humana⁸⁴.

Passados dezasseis anos da atribuição do estatuto de Património Histórico Nacional à Cidade Velha, a Colónia Penal de Chão Bom recebeu idêntica distinção⁸⁵. Deste modo, reconhecia-se que mais testemunhos eram merecedores dessa prerrogativa, mas foi necessário esperar alguns anos até que outros sítios com acentuado valor intrínseco para a História e Cultura daquele país pudessem obter essa classificação.

Fora do contexto legislativo, mas igualmente de substancial importância para esta análise, salientar a adesão da Ribeira Grande de Santiago à UCCLA, em novembro desse ano⁸⁶. Dentro dos vários âmbitos da esfera de atuação desta organização, evidenciar a “Rede Temática para a Proteção e Valorização de Centros Históricos”. Desde 2012, realizaram-se vários encontros subordinados a este tópico⁸⁷, onde foi possível a partilha de

⁸³ Cf. Lei n.º 63/VI/2005, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 19, I Série, de 9 de maio – cria o Município da Ribeira Grande de Santiago.

⁸⁴ Cf. Decreto-Lei n.º 29/2006, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 10, I Série, de 6 de maio – estabelece o Regime Jurídico da Avaliação de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados, capazes de produzir efeitos diretos ou indiretos no Ambiente.

⁸⁵ Cf. Resolução n.º 33/2006, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 25, I Série, de 14 de agosto – reconhecendo o ex-Campo de Concentração do Tarrafal e suas respectivas dependências como Património Nacional da República de Cabo Verde e consagrando 29 de outubro como Dia da Resistência Antifascista.

⁸⁶ Associação de natureza internacional, instituída a 28 de junho de 1985. Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Rio de Janeiro e São Tomé/Água Grande foram as cidades que estiveram na sua génese.

⁸⁷ Ribeira Grande de Santiago (2012), Guimarães (2012), Lisboa (2013), Angra do Heroísmo (2014), Mértola (2017) e Assomada (2018). Apesar da participação de representantes de vários países, somente

experiências relativamente a aspetos relacionados com a gestão, salvaguarda e valorização desses locais⁸⁸.

Já se perspectivando candidatura da Ribeira Grande de Santiago a Património da Humanidade, em 2007, o governo de Cabo Verde examinou acerca da necessidade de reforçar o reconhecimento desta causa tanto a nível nacional como internacional, procurando obter apoios e o envolvimento das forças políticas e da sociedade civil⁸⁹ para ajudar a reforçar essa pretensão junto da UNESCO⁹⁰.

Em 2008 foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial⁹¹ e a Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático⁹². Em ambas é bem latente o desfasamento temporal entre o momento da sua oficialização e a sua aceitação por Cabo Verde, cinco e sete anos respetivamente. Mais distendido temporalmente foi, como adiante veremos, o seu depósito definitivo na UNESCO.

Poucos meses antes da classificação da Ribeira Grande de Santiago como Património da Humanidade – 26 de junho de 2009 –, antecipando-se a atribuição desse galardão e dessa forma procurando-se fazer prova junto da UNESCO de que a sua salvaguarda estava a ser devidamente acautelada, publicaram-se no mesmo Boletim Oficial três Resoluções tendentes a espoletar a efetividade dessas intenções.

Dezanove anos após a proclamação da Cidade Velha como Património Nacional, que por via do já citado Decreto 121/90 delimitava a zona histórica e a zona tampão, mas sem que

municípios de Cabo Verde e Portugal foram anfitriões destes encontros. A Edilidade da Ribeira Grande de Santiago, representada pelo seu presidente ou outros vereadores, esteve presente em todos eles.

⁸⁸ Cf. UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA. Página consultada a 18 de fevereiro de 2019. Disponível em : <https://www.uccla.pt/rede-tematica-protecao-e-valorizacao-dos-centros-historicos>

⁸⁹ Na Conferência Internacional “Cidade Velha: o Futuro do Passado” realizada em outubro desse ano, foram lançadas as bases para esse reconhecimento.

⁹⁰ Cf. Resolução n.º 39/2007, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 42, I Série, de 19 de novembro – promovendo a candidatura da Cidade de Santiago de Cabo Verde “Cidade Velha” a Património da Humanidade.

⁹¹ Cf. Decreto n.º 4/2008, publicado no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 22, I Série, de 16 de junho – aprova, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada em outubro de 2003, na 32.ª Sessão da Assembleia-Geral da UNESCO.

⁹² Cf. Decreto n.º 6/2008, publicado no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 28, I Série, de 28 de julho – aprova, a Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático e respectivo Anexo, adoptada em Paris, em 31 de novembro de 2001, na 31.ª Sessão da Assembleia-Geral da UNESCO.

a montante desse momento tivesse sido produzida regulamentação complementar para uma melhor proteção do Sítio, procedeu-se à alteração dos limites nele constantes:

«Assim, convindo melhor proteger o sítio histórico da “Cidade Velha”, é necessário ampliar os limites da sua zona tampão e da Zona “non aedificandi”, bem como a sua zona protegida.»⁹³.

Nos Art.ºs 2.º e 3.º explicitam-se esses novos valores:

«Os limites da zona protegida e non aedificandi do “Sítio Histórico” passam a ter a seguinte extensão: 1795,6 Ha [hectares]. Os limites da zona protegida non aedificandi do “Sítio Histórico” passam a ter a seguinte extensão: 209,1 Ha.»⁹⁴.

Uma outra Resolução declarou Património Nacional Cultural de Cabo Verde vários monumentos religiosos, militares e civis/espços públicos da Ribeira Grande de Santiago⁹⁵. Desta forma, para além de se proteger este vetusto assentamento populacional como um todo, foi dada atenção a elementos singulares que compõem esse conjunto patrimonial classificado.

Por fim, aludir à Resolução que instituiu um Comité de Gestão, do qual faziam parte o IIPC, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, a Comissão de Candidatura do Sítio Histórico da Cidade Velha a Património Mundial e três habitantes da Cidade Velha de reconhecido mérito, prestígio e idoneidade⁹⁶. Este órgão tinha competências diversas – monitorização das intervenções a efetuar e a elaboração de relatórios e pareceres –, sendo secundado por uma Comissão Consultiva, composta por várias entidades e instituições cabo-verdianas⁹⁷.

⁹³ Resolução n.º 5/2009, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 11, I Série, de 16 de março – altera os limites constantes do mapa anexo ao Decreto n.º 121/90, de 8 de dezembro (que delimita, a actual Zona Histórica e a Zona Tampão).

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ Cf. Resolução n.º 6/2009, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 11, I Série, de 16 de março – declara Património Nacional de Cabo Verde, monumentos históricos sítos na “Cidade Velha”.

⁹⁶ Cf. Resolução n.º 7/2009, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 11, I Série, de 16 de março – cria o Comité de Gestão e o Comité Consultivo do Sítio Histórico da Cidade Velha.

⁹⁷ Cf. *ibidem*.

Ao analisarmos as Resoluções 121/90 e 5/2009, verificamos que os limites da zona tampão propostos não contemplam nesse perímetro classificado a área marítima. Pelo exposto, e atendendo ao facto de que ao largo da Ribeira Grande de Santiago está submerso um valiosíssimo espólio subaquático e para se reforçar ainda mais a posição dessa candidatura junto da UNESCO, foi expedida legislação nesse sentido. A Resolução então promulgada⁹⁸ foi concordante com essa lacuna e declarou parte da superfície oceânica como espaço protegido, daí resultando o alargamento da Zona Tampão⁹⁹.

Na segunda década do século XXI, outros testemunhos existentes no arquipélago foram qualificados como Património Histórico e Cultural. O processo iniciou-se em 2010 com a classificação da vila da Ribeira Brava de São Nicolau¹⁰⁰, em 2012, foi a vez do Centro Histórico do Mindelo¹⁰¹, do Sítio de Pedra de Lume¹⁰², do Centro Histórico de Vila Nova da Sintra¹⁰³, e do Centro Histórico de São Filipe¹⁰⁴ e, em 2013, do Centro Histórico da Praia¹⁰⁵.

O Regime Jurídico de Reabilitação Urbana é um documento complementar no que respeita à salvaguarda patrimonial, visto em alguns dos seus artigos disporem de matéria consignada especificamente a este assunto, como se comprova no seu Art.º.3.º, alíneas d) e e); nos Art.ºs 7.º; 17.º; 21.º, nas alíneas 2.º e 3.º; e no Art.º 24.º, alínea 1i) e alínea 3¹⁰⁶.

⁹⁸ Cf. Resolução n.º 14/2009, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 22, I Série, de 2 de junho – declara como Zona Protegida Subaquática do Sítio Histórico “Cidade Velha”, a área, cujos limites e coordenadas se indica.

⁹⁹ De 1795,6 ha., expressos na Resolução 5/2009 para 2132, 7 ha.. instituídos na Resolução 14/2009.

¹⁰⁰ Cf. Resolução n.º 54/2010, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 40, I Série, de 18 de outubro – classifica como património histórico nacional a Vila da Ribeira Brava de ilha de S. Nicolau.

¹⁰¹ Cf. Resolução n.º 6/2012, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 6, I Série, de 31 de janeiro – classifica como património histórico e cultural nacional o Centro Histórico do Mindelo.

¹⁰² Cf. Resolução n.º 21/2012, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 24, I Série, de 24 de abril – classifica como património natural, histórico e cultural nacional o sítio de Pedra de Lume, Ilha do Sal.

¹⁰³ Cf. Resolução n.º 33/12, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 36, I Série, de 21 de junho – classifica como património histórico e cultural nacional o Centro Histórico de Nova Sintra, Ilha Brava.

¹⁰⁴ Cf. Resolução n.º 36/12, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 36, I Série, de 21 de junho – classifica como património histórico e cultural nacional o Centro Histórico de São Filipe, Ilha do Fogo.

¹⁰⁵ Cf. Resolução n.º 67/2013, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 26, I Série, de 17 de maio – classifica como Património Cultural Nacional o Centro Histórico da Praia.

¹⁰⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 2/2011, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 1, I Série, de 3 de janeiro – aprova o regime da reabilitação urbana.

Em razão da ligação umbilical dessa atividade com o Património Cultural, deve ser realçada uma lei centrada nas políticas públicas de turismo. O clausulado nesse diploma, no seu Art.º 7.º é explícito quanto ao tema:

*«São declaradas zonas turísticas especiais as áreas que, pelas características relevantes dos seus recursos naturais, culturais e valores históricos, são capazes de originar correntes turísticas nacionais e internacionais.»*¹⁰⁷.

Contrariamente ao consignado para o Património Natural, em que foram criadas Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral e Zonas de Reserva e Proteção Turística, o seu congénere Cultural não foi abrangido por esse tipo de segmentação. No nosso entendimento, essa destrição poderia ter sido feita utilizando-se como referencial, entre outras possibilidades, os imóveis ou sítios valorados como Património Mundial, Nacional ou Municipal.

Atendendo ao proferido, não nos parece que o Decreto-lei 22/2005, que como vimos direcionou a sua atenção para a concessão da exploração de um circuito turístico integrado para a Cidade Velha, e que atendeu às especificidades locais, devesse ser formulado antes do acima explicitado, em virtude de este ter sido produzido para ter um alcance nacional.

A alteração à Lei do Mecenato, estatuída pelo Decreto-Regulamentar 8/2004, visou suprir as lacunas detetadas, nomeadamente a sua falta de eficácia e o prejuízo tanto para as políticas públicas como para os agentes culturais, tomando o Estado a decisão de definir o montante de financiamento para a obtenção das isenções fiscais a atribuir e a emissão da consequente Declaração de Interesse Cultural¹⁰⁸.

Passados quase três anos desde o início de funções do Comité de Gestão do Sítio Histórico da Cidade Velha¹⁰⁹, julgou-se importante substituí-lo por outro organismo que pudesse

¹⁰⁷ Cf. Lei n.º 85/VII/2011, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 2, I Série, de 10 de janeiro – estabelece as bases das políticas públicas de turismo.

¹⁰⁸ Cf. Decreto Regulamentar n.º 11/2011, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 28, I Série, de 22 de agosto – alteração à Lei do Mecenato.

¹⁰⁹ As querelas político-ideológicas entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e o Ministério da Cultura impediram o seu bom funcionamento (cf. Anexo 4)

ter um espectro de atuação e decisório mais lato. Adveniente dessa necessidade, foi criada a Alta Curadoria para a Cidade Velha¹¹⁰, com competências políticas e de gestão¹¹¹, e o Gabinete Técnico Conjunto, com competências técnicas¹¹².

Mediante o exposto, é bem evidente a saliência daquele em relação a este, como o comprova a composição de cada um deles: do primeiro fazia parte o membro do governo responsável pela pasta da Cultura, o presidente da Comissão Nacional da UNESCO, o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, o presidente do IIPC, o curador do Sítio Histórico e quatro personalidades aí residentes¹¹³; e do segundo, o curador do Sítio Histórico, três técnicos designados pelo IIPC e outros tantos pela Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, e um académico, cujo enfoque investigacional tenha incidido sobre este Lugar de Memória, designado pela Comissão Nacional da UNESCO.

No ano seguinte foi constituída a Curadoria do Mindelo¹¹⁴, que tal como a sua homóloga da Cidade Velha era composta pela Curadoria e Gabinete Técnico Conjunto. Se em relação a este último órgão as competências de ambas as curadorias eram as mesmas, relativamente ao primeiro notamos diferenças na sua designação e na sua composição. Esta heterogeneidade resulta dos estatutos patrimoniais de cada um deles.

Em 2014, foi instituído o IPC, em substituição do IIPC. Para além desta metamorfose terminológica, os seus estatutos consignavam um conjunto de ações de âmbito geral a desenvolver, e a instituição de direções, com a descrição das competências relativas a

¹¹⁰ «A sua atuação é necessária, não só enquanto entidade de gestão de um Sítio Património Mundial, mas também para articular a articulação dos vários stakeholders – Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, Direção Geral de Turismo, Cabo Verde Investimentos, pequenos operadores económicos e demais organizações –, que muitas vezes interagem de forma desarticulada.» (Anexo 3).

¹¹¹ «As competências da Alta Curadoria para Cidade Velha, basicamente, resumem-se em três itens: conservação e preservação do bem Património Mundial; trabalhar na questão da melhoria das condições de vida da comunidade; coordenar os vários players aí atuantes.» (Ibidem).

¹¹² Cf. Resolução n.º 4/2012, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 4, I Série, de 25 de janeiro – cria a Alta Curadoria para o Sítio Histórico da Cidade Velha, Património Mundial, e o Gabinete Técnico Conjunto, como órgãos com competência política e técnica, respectivamente, na gestão do sítio Património Mundial.

¹¹³ Fazendo uma analogia com os membros do Comité de Gestão, denota-se um peso burocrático e com poder de decisão bastante mais proeminente.

¹¹⁴ Cf. Decreto-Lei n.º 30/2013, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 47, I Série, de 12 de setembro – cria a Curadoria da Cidade do Mindelo.

cada uma delas, para os distintos segmentos patrimoniais: Imaterial, Museologia e Museus, Monumentos e Sítios¹¹⁵.

Constatando-se da necessidade de se instituírem órgãos de decisão e gestão nos sítios patrimoniais classificados, e decorrente da anterior instalação de Curadorias na Cidade Velha e no Mindelo, foi produzido um diploma para regulamentar as suas atividades de administração, conservação e desenvolvimento¹¹⁶. Neste contexto, entre outras considerações expressas, salientar a descrição das competências adstritas ao curador, à Curadoria e ao Gabinete Técnico. Como resultado desta nova realidade, estabeleceram-se as Curadorias de Pedra de Lume¹¹⁷, São Filipe¹¹⁸ e da Colónia Penal de Chão Bom¹¹⁹.

Motivações de índole histórica, cultural e identitária, e em razão de a UNESCO ter instituído o período de tempo entre 2013 e 2023 como a década das pessoas de ascendência africana, estiveram na origem da criação do Comité Nacional para a Rota do Escravo¹²⁰. As suas atribuições são: promover e difundir o papel de Cabo Verde na rota transatlântica de escravos; estimular a pesquisa de documentação inédita nos arquivos; incentivar as universidades, os centros de investigação e as câmaras municipais a inventariar, em articulação com o Ministério do Turismo, a elaborar roteiros de visita aos sítios de memória; incitar a Comunicação Social de Cabo Verde a divulgar conteúdos inéditos; dar orientações para a inclusão da escravatura e do Tráfico de escravos nos currículos escolares¹²¹.

Com o intuito de contribuir para a promoção e apreciação do Património Cultural cabo-verdiano e sendo este um bem de grande valor para a produção e desenvolvimento daquele país, foi instituído o Fundo Autónomo de Apoio à Cultura, focalizado sobretudo

¹¹⁵ Cf. Decreto-Regulamentar n.º 26/2014, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 41, I Série, de 27 de junho – aprova os estatutos do Instituto do Património Cultural (IPC).

¹¹⁶ Cf. Decreto-Regulamentar n.º 24/2014, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 40, I Série, de 20 de junho – regula a organização, competência e modo de funcionamento das Curadorias.

¹¹⁷ Cf. Resolução n.º 62/2014, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, I Série, de 12 de agosto – cria a Curadoria de Pedra de Lume, património natural, histórico e cultural nacional.

¹¹⁸ Cf. Resolução n.º 63/2014, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, I Série, de 12 de agosto – cria a Curadoria do Centro Histórico da cidade de São Filipe, património natural, histórico e cultural nacional.

¹¹⁹ Cf. Resolução n.º 64/2014, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, I Série, de 12 de agosto – cria a Curadoria do Sítio do campo de Concentração de Chão Bom, Tarrafal, Património Nacional.

¹²⁰ Do qual fazem parte representantes de vários ministérios (Cultura, Educação e Desporto; Ensino Superior, Ciência e Inovação; Turismo, Investimento e Desenvolvimento Empresarial) e da Comissão Nacional para a UNESCO.

¹²¹ Cf. Resolução n.º 19/2015, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 19, I Série, de 19 de março – cria o Comité Nacional para Rota do Escravo.

para o âmbito das Economias Criativas, consideradas a mola propulsora para alavancar outros setores importantes para o incremento da atividade económica¹²².

Em 2015, em razão da relevância cultural de São Vicente, foi aí estabelecida a representação regional do Ministério da Cultura¹²³. À sua constituição esteve subjacente, entre outros pressupostos, o apoio às atividades culturais que correspondem às necessidades específicas dessa ilha e assegurar todas essas concretizações, em articulação com o Município de São Vicente¹²⁴.

Em outubro, foi instituído o Centro Nacional do Artesanato e Design, dependente da Direção Nacional das Artes. Tal como o seu antecessor¹²⁵, extinto na década de 1990, está sediado no Mindelo. As suas competências são bastante latas no que respeita à salvaguarda, divulgação e valorização da produção artesanal¹²⁶.

Quase no ocaso da XVIII Legislatura, o então ministro da Cultura – Mário Lúcio – considerou premente apostar em segmentos culturais até então pouco divulgados e fomentados. Assim, para além de outras decisões que já vinham sido tomadas desde 2014¹²⁷, tendentes a essa diversificação, incrementou-se o trabalho artístico através da Coleção Nacional de Artes¹²⁸, na Praia, no Mindelo e no Sal. Esta estrutura seria desmantela pelo MCIC, constituindo-se no Palácio Ilda Lobo a Coleção de Arte Contemporânea do Estado de Cabo Verde.

¹²² Cf. Decreto-Regulamentar n.º 4/2015, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 21, I Série, de 27 de março – aprova o estatuto do Fundo Autónomo de Apoio à Cultura.

¹²³ As representações regionais eram serviços de base territorial do Ministério da Cultura, que tinham como missão dar continuidade às atribuições desse ministério nas respetivas áreas de intervenção (cf. Decreto-lei n.º 14/2013, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 7, I Série, de 1 de abril – estabelece a estrutura, a organização e as normas e funcionamento do Ministério da Cultura). Um outro diploma esclareceu a natureza das representações regionais por contraposição às Curadorias que, enquanto órgãos de gestão, poderiam funcionar junto daquelas (cf. Decreto-lei n.º 22/2014, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 20, I Série, de 18 de março – altera o n.º 3 do Art.º 6.º e o Art.º 18.º do Decreto-lei n.º 14, de 01 de abril, que aprova a Orgânica do Ministério da Cultura).

¹²⁴ Cf. Decreto-Lei n.º 25/2015, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 27, I Série, de 21 de abril – cria a representação regional do Ministério da Cultura em São Vicente.

¹²⁵ O Centro Nacional de Artesanato, fundado no ano de 1977.

¹²⁶ Cf. Portaria n.º 46/2015, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 59, I Série, de 9 de outubro – cria junto da Direção Nacional das Artes, o Centro Nacional de Artesanato e Design, adiante designado CNAD.

¹²⁷ Desde esse ano foram instituídas legalmente outras atividades que até então tinham tido uma relevância residual, ligadas às indústrias criativas e performativas.

¹²⁸ Cf. Resolução n.º 30/2016, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 15, I Série, de 16 de março – cria a Coleção Nacional de Artes.

Perspetivando-se a candidatura da Morna a Património da Humanidade¹²⁹, em abril de 2016, após o depósito na UNESCO do respetivo instrumento de ratificação por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, entrou oficialmente em vigor neste arquipélago, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial¹³⁰.

No plano museológico realçar a publicação, embora com muitos anos de atraso, de legislação para esse setor¹³¹. Aquando da sua promulgação pensava-se que a mesma seria uma bússola para as instituições museológicas cabo-verdianas. No entanto, esse texto enferma por muitas carências, às quais daremos a devida atenção no último capítulo deste trabalho, quando fizermos uma análise aprofundada do tema.

Em consonância com o preconizado pelo Programa do Governo da IX Legislatura, o MCIC¹³², liderado por Abrão Vicente, decidiu racionalizar, simplificar e adequar a sua estrutura com o objetivo de reduzir custos e aumentar a eficiência a nível da gestão e implementação de políticas para o setor¹³³. Foram extintas várias estruturas criadas a partir de 2014, mas para o nosso objeto de estudo importa atender ao seguinte parágrafo:

«É entendimento do Governo que as questões concernentes à preservação patrimonial de áreas classificadas como Património Nacional devem ser reservadas aos esforços comuns dos Municípios onde estão inseridas em estrita ligação com o Ministério que o tutela

¹²⁹ Foi classificada como Património Histórico Cultural e Nacional em 2012 (cf. Resolução n.º 101/2012, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 71, I Série, de 28 de dezembro). Dois anos depois, instituiu-se o Centro de Estudos da Morna (cf. Portaria n.º 61/2014, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 79, I Série, de 17 de dezembro).

¹³⁰ Cf. Aviso n.º 01/2016, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 24, I Série, de 31 de março – torna público que, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada a 17 de outubro de 2003, na 32.ª sessão da UNESCO, entrará em vigor para Cabo Verde a 6 de abril de 2016.

¹³¹ Cf. Decreto-Lei n.º 30/2016, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 28, I Série, de 16 de abril – aprova o regime jurídico das instituições e atividades museológicas, e estabelece o estatuto dos museus.

¹³² Como referimos no início deste capítulo, entre 2004 e 2016, o Ministério da Cultura funcionou como uma unidade orgânica singular, não estando a ele agregadas outras pastas ministeriais.

¹³³ Numa entrevista concedida meio ano após a sua tomada de posse, aquele ministro teceu duras críticas ao modelo adotado pelo seu antecessor (cf. MAGALHÃES, Chissana. “Não posso criar obras que o próximo ministro revogue por decreto”. In. MONTEIRO, António (dir.). *Expresso das Ilhas*, n.º 776, quarta-feira, 12 de outubro de 2016, pp. 18-21).

*através, neste caso, do Instituto da Investigação e do Património Cultural.»*¹³⁴.

Decorrente do emanado, extinguiram-se as Curadorias de Pedra de Lume, do Centro Histórico de São Filipe, do Campo de Concentração de Chão Bom e a Alta Curadoria para o Sítio Histórico da Cidade Velha¹³⁵. No nosso entendimento, se por um lado considerávamos a proliferação daquelas excessivo e em alguns casos desnecessário, em razão da proximidade de determinados testemunhos do epicentro das determinações governamentais, como é o caso da Cidade Velha¹³⁶, diametralmente, por causa do isolamento territorial de outros, localizados em ilhas periféricas, essa decisão poderia ser um objeto de uma deliberação mais ponderada. Com essa descentralização, a posição do IPC foi no sentido de dar mais capacidade de atuação às autarquias, apesar de no caso da Ribeira Grande de Santiago essa gestão continuar centralizada¹³⁷.

Em 2018, foi constituída a Comissão para a proteção e valorização do Património Cultural Subaquático, um órgão consultivo do governo composto por representantes de várias instituições. As suas competências, transversais a vários domínios, visam reforçar ainda mais salvaguarda desse legado¹³⁸.

Nesse mesmo ano, no sentido de se disciplinar as intervenções urbanísticas nos edifícios existentes e nas construções novas na área declarada Património Nacional e Património da Humanidade e na Zona Tampão da Ribeira Grande de Santiago, foi promulgada legislação com vista a esse fim¹³⁹. Podemos considerar este documento como o sucessor, embora muito mais elaborado e preciso juridicamente, do que foi produzido em 1993 pela

¹³⁴ Resolução n.º 55/2016, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 37, I Série, de 9 de junho – racionaliza, simplifica e enquadra a estrutura institucional do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas. Para o Centro Histórico do Mindelo foi criado um diploma legal individual, mas com os mesmos preceitos dos enunciados no anterior (cf. Decreto-lei n.º 36/2016, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 38, I Série, de 17 de junho – extingue a Curadoria da Cidade do Mindelo).

¹³⁵ O Art.º 25.º do Decreto-Regulamentar 24/2014 consignava que estas só poderiam ser extintas sob proposta do membro do governo responsável pela pasta da Cultura (cf. Decreto-Regulamentar 24/2014..., de 17 de junho).

¹³⁶ Em sua substituição foi instituído o Gabinete de Salvaguarda Patrimonial.

¹³⁷ «Com a extinção das Curadorias atribuímos maior autonomia e responsabilização às câmaras municipais. Esta iniciativa tem sido profícua e bem aceite por elas. Relativamente à Ribeira Grande de Santiago, para suprir essa lacuna foi criado o Gabinete de Gestão da Cidade Velha, com as mesmas valências e competências da Curadoria.» (Anexo 5).

¹³⁸ Cf. Resolução n.º 66/2018, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 42, I Série, de 13 de julho – cria a Comissão para a proteção e valorização do património cultural subaquático.

¹³⁹ Cf. Deliberação n.º 20/AM/2018, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 47, II Série, de 13 de julho – medidas preventivas que regulam as intervenções no sítio histórico da RGS.

Câmara Municipal da Praia, que se sustentou na legislação produzida três anos antes, que declarou a Cidade Velha como Património Histórico Nacional.

Em abril de 2020, foi promulgada legislação para suprir uma lacuna latente na proteção do Património Cultural cabo-verdiano, em virtude de o diploma em vigor até então ter sido produzido no início da década de 1990¹⁴⁰. Ciente desta falha, o IPC promoveu, em outubro de 2018¹⁴¹, um encontro para reflexão acerca desta matéria¹⁴² e, algum tempo depois, o presidente do IPC reforçava essa intenção¹⁴³.

O Regime Jurídico do Património Cultural¹⁴⁴ é a continuidade da Lei 102/III/90 adaptada à contemporaneidade¹⁴⁵. Prova disso é o esbatimento do carácter estatizante da cultura, bem vincado na Lei 102/III/90, ao ser concedido aos cidadãos direitos, liberdades e garantias neste domínio¹⁴⁶, e a consagração de estruturas associativas direcionadas para a defesa dos testemunhos ancestrais¹⁴⁷. Outra deliberação importante é a conceção de benefícios fiscais aos particulares que queiram salvaguardar o Património Nacional Cultural de que são proprietários¹⁴⁸. No plano contraordenacional impõe-se sanções mais severas do que as explicitadas na legislação precedente¹⁴⁹.

¹⁴⁰ No Programa do Governo 2001-2005, já estava expressa a intenção de se efetuar a revisão desta Lei (cf. Resolução n.º 5-A/2001, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 6, I Série, 2.º Suplemento, de 13 de março – publica o Programa do Governo para a VI Legislatura 2001-2005).

¹⁴¹ «A adequação da legislação vai precisamente neste sentido, dar ao IPC mais poder de actuação, ou seja, seremos mais energéticos e estamos a prever inclusive ter poderes de embargar obras, à semelhança do que fazem o IFAM, no Brasil, ou a DGP, em Portugal. Nós também iremos ter esta observância no quadro da nova legislação, não só nas obras e projectos de cariz civil, mas, também religioso.» (MAGALHÃES, Chissana. “Jair Fernandes: “Só o património traz valor acrescentado ao turismo”. *Expresso das Ilhas*, 10 de fevereiro de 2018. Página consultada a 13 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2018/02/10/jair-fernandes-so-o-patrimonio-traz-valor-acrescentado-ao-turismo/56553>

¹⁴² Cf. “IPC PROMOVE ENCONTRO DE REFLEXÃO SOBRE A REVISÃO DA LEI DE BASE DO PATRIMÓNIO CULTURAL CABO-VERDIANO”. *A Nação*, 23 de outubro de 2019. Página consultada a 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://anacao.cv/ipc-promove-encontro-reflexao-revisao-da-lei-base-do-patrimonio-cultural-cabo-verdiano/>

¹⁴³ «[...] o presidente do IPC defende a necessidade de adaptar a lei à nova dinâmica e as exigências do país e adoptar as ferramentas de gestão, seja a nível local seja a nível nacional, tendo salientado, por outro lado, que é cada vez mais notória a importância que as câmaras municipais têm tido no que se refere a [à] preservação do património cultural nacional.» (MARTINS, Cármen; PIEDADE, Carlos. “Lei de base do Património Cultural cabo-verdiano apresenta lacunas, por isso urge a sua revisão”. *Infopress*, 23 de outubro de 2018, Página consultada a 15 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.inforpress.publ.cv/lei-de-base-do-patrimonio-cultural-cabo-verdiano-apresenta-lacunas-por-isso-urge-a-sua-revisao-ipc/>

¹⁴⁴ Cf. Lei n.º 85/IX/2020, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 49, I Série, de 20 de abril – aprova o Regime Jurídico de Proteção e Valores do Património Cultural.

¹⁴⁵ Em muito decalcada da congénere portuguesa (Lei do Património Cultural 107/2001).

¹⁴⁶ Cf. Lei n.º 85/IX/2020..., de 20 de abril, Título I, capítulo II, Art.º 5.º.

¹⁴⁷ Cf. *ibidem*, Capítulo III, Art.º 10.º.

¹⁴⁸ Cf. *ibidem*, Título II, Capítulo II, Artigo 53.º.

¹⁴⁹ Cf. *ibidem*, Título III, capítulo II, Art.ºs 64.º e 65.º.

Todavia, poderia ser mais ambiciosa e abrangente. Um exemplo paradigmático do que acabámos de dizer pode ser aduzido na definição de Património Cultural, que é praticamente igual à da expressa na Lei 102/III/90¹⁵⁰, o que consideramos redutor e revelador de uma cristalização. Por outro lado, a inclusão dos bens naturais e paisagísticos no conceito de Património Cultural¹⁵¹ não se coaduna com a definição precisa que este deve ter, o mesmo sucedendo no Regime de Proteção do Património Cultural¹⁵². No nosso entendimento, aqueles âmbitos poderiam correlacionar-se com o articulado, mas nunca dele ser parte integrante, por estarem sob alçada de outro ministério.

Contrariamente ao estatuído na Lei 102/III/90, que não regula importantes setores patrimoniais, a Lei 85/IX/2020 pretende colmatar essas omissões ao alargar o seu leque tipológico. No que respeita à proteção do Património Cultural, entre vários mecanismos consignados para o efeito, estão a inventariação, o restauro e a conservação,¹⁵³ domínios, ainda não suficientemente desenvolvidos em Cabo Verde – capacitação de recursos humanos e apetrechamento técnico –, pelo que nos parece extemporâneo falar-se deles como vetores basilares para parte das ações a desenvolver.

3.2. Planos de Gestão

O Plano de Gestão é um documento estratégico solicitado pela UNECO, que apresenta uma análise detalhada do bem classificado como Património da Humanidade. Não menosprezando outras partes que o constituem – contextualização histórica e avaliação do seu estado de conservação e integridade, apontando os principais problemas detetados –, o Plano de Ação é a sua parte mais importante. Aí expõem-se as soluções para os problemas detetados anteriormente, intentando-se com as medidas descritas garantir a manutenção dos atributos intrínsecos do Sítio, a sua sustentabilidade e potenciar a sua notoriedade.

3.2.1. Plano de Gestão 2008-2012

«Este plano de gestão apresenta-se como um documento de referência para todos os que pretendem desenvolver actividades em Cidade Velha no horizonte 2012. Não se trata de um plano de

¹⁵⁰ Cf. *ibidem*, Título I, Capítulo I, Art.º 2.º

¹⁵¹ Cf. *ibidem*.

¹⁵² Cf. *ibidem*, Título II, Capítulo I, Art.º 48.º.

¹⁵³ Cf. *ibidem*, Art.ºs 12.º e 18.º.

*desenvolvimento do Concelho em geral, mas sim dum [de um] documento de orientação que permite conciliar a preservação do património à melhoria das condições de vida. A sua concepção abriu uma oportunidade para se encetar reflexões sobre as várias actividades em curso e no futuro, podendo propiciar a transformação da paisagem.»*¹⁵⁴.

A sua execução foi concomitante à entrega da proposta à Unesco de classificação da Cidade Velha como Património da Humanidade¹⁵⁵, inferindo-se da sua apreciação, em muitos casos, uma réplica do explicitado nesse documento¹⁵⁶. À época, o consultor UNESCO Sébastien Moriset expos preceitos a considerar em todo esse processo:

*«O plano de gestão da Cidade Velha é o principal item a ser trabalhado na candidatura desta urbe a património mundial. Esse plano tem de levar em conta as reais aspirações da população¹⁵⁷. Em resumo, o processo tem de ser de baixo para cima e levar em conta o desenvolvimento económico daquela região.»*¹⁵⁸.

Essa era também a opinião do Coordenador Científico da candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade – Charles Akibodé – que considerava dever ser dado à população¹⁵⁹, mas com a participação de outros atores, um papel de relevo para a

¹⁵⁴ CARVALHO, Carlos; AKIBODÉ, Charles Samson, *Plano de Gestão... op. cit.*, p. 6.

¹⁵⁵ «Aquando da elaboração do dossiê, a UNESCO já exigia que os bens candidatos tivessem um Plano de Gestão, o que não acontecia aquando da primeira candidatura. Isso obrigou-nos a fazer praticamente ao mesmo tempo esses dois documentos.» (Anexo 2).

¹⁵⁶ Os redatores de ambos foram os mesmos.

¹⁵⁷ Denote-se o fraco envolvimento e participação dos habitantes locais no processo de candidatura a Património da Humanidade, devendo-se essa abstinência ao facto de nem todos terem sido convidados a participar nas sessões de esclarecimento, e de os que lá estiveram nem sempre terem obtido respostas às questões suscitadas (cf. SANTOS, Flávia Lenira Gomes Marques dos. “Cidade Velha, Património Mundial e medidas arquitectónicas”. In. LOPES, Amália de Melo (edit.). *Revista de estudos cabo-verdianos*. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2012, p. 47. Página consultada a 30 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/Revista4/rec4.pdf>).

¹⁵⁸ NOGUEIRA, Gláucia. “Importante é guardar a alma”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XVI, n.º 799 (Suplemento Kriolidadi), sexta-feira, 13 de abril de 2007, p. 2.

¹⁵⁹ A consciencialização para a importância da Cidade Velha era também sentida pelo cidadão comum. Exponha-se uma proposta que, após diagnosticar algumas debilidades, enunciou um conjunto de medidas em distintos domínios – agricultura, pesca e turismo – tendentes a otimizar os recursos existentes: a qualificação de jovens e prestar-lhes apoio financeiro para instalarem unidades de produção de artigos turísticos; produção de prospectos de informação turística; incluir no roteiro turístico o Património Ambiental com visitas ao interior do Vale; envolver a população com os visitantes; potenciar os produtos endógenos e promover a gastronomia local; reabilitar a orla marítima e construir sanitários públicos (cf. PINA, José Jorge Costa. “Desenvolver Cidade Velha”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XV, n.º 779, 24 de novembro de 2006, p. 22).

preservação do Espírito do Lugar, apresentando alguns exemplos de alienação e não auscultação dos autóctones no âmbito da reconversão patrimonial de alguns lugares¹⁶⁰.

A estrutura deste Plano de Gestão dividiu-se em três partes, devidamente sequenciadas, que permitem fazer uma leitura transversal dos objetivos propostos:

- 1) Descrição – contextualização espaço-temporal do Sítio, descrição dos seus patrimónios, estado de conservação e mecanismos de gestão¹⁶¹;
- 2) Avaliação – demonstrar a importância cultural da Ribeira Grande de Santiago, elaboração de uma SWOT¹⁶² e perspetivar a visão para o horizonte 2012, objetivando-se neste último tópico ações direcionadas para a vertente social e para a valorização turístico/patrimonial¹⁶³;
- 3) Plano de Ação assente em quatro pressupostos: a) conservar os testemunhos arquitetónicos; b) reforçar a gestão (Câmara Municipal e Gabinete Técnico), e a valorização (IIPC e os agentes ligados ao turismo); c) melhoria das condições de vida; d) valorizar o Património Cultural Imaterial¹⁶⁴.

Porém, os resultados não foram satisfatoriamente alcançados, em particular no último dos itens acima enunciados:

«Principalmente, no que respeita à valorização do Património Imaterial, praticamente não se fez nada, a não ser uma ação de formação para o resgate da Cimboa, com o objetivo de ensinar as pessoas a produzir e a utilizar este instrumento. O inventário do Património Imaterial de base comunitária financiado pela UNESCO com o apoio do projeto “Cultura como fator de inserção social e económica no concelho da Ribeira Grande de Santiago”, somente foi concluído em 2015. Mas agora falta fazer a sua catalogação, clarificação e definição do que se vai fazer com esse legado.»

¹⁶⁰ Cf. NOGUEIRA, Gláucia, “Importante...”, *op. cit.*, p. 2.

¹⁶¹ Cf. CARVALHO, Carlos, AKIBODÉ, Charles Samson, *Plano de Gestão...*, *op. cit.*, pp. 11-52.

¹⁶² Disposta em quatro itens: Qualidade de Vida, Conservação, Formação e Pesquisa, Gestão e Valorização (cf. *ibidem*, pp. 58-63). Desta observação inferimos situações das quais discordamos. Realce-se o excessivo contributo dado pelo parâmetro Oportunidades, incorrendo-se em considerações mais do que evidentes e por vezes replicadas.

¹⁶³ Cf. *ibidem*, pp. 64-65.

¹⁶⁴ Cf. *ibidem*, pp. 67-68.

«De igual modo, não existiu uma clara definição de materializar o que estava definido no Plano de Gestão. Até 2012, estava previsto recuperar um certo número de casas, melhorar o estado de conservação dos edifícios e formar jovens em distintas áreas – Empreendedorismo, Património Cultural e Turismo – o que não foi conseguido satisfatoriamente.»¹⁶⁵.

Opinião similar tem o antigo curador do Sítio Histórico da Cidade Velha, quando questionado acerca da mensuração da aplicabilidade deste documento:

«Em 60% sim, porque tinha quatro objetivos: a valorização do Património Arquitetónico e Arqueológico; o reforço da gestão do Sítio; a melhoria das condições de vida da comunidade; e a salvaguarda do Património Imaterial. Tirando este último item, os restantes foram satisfatoriamente alcançados. Por outro lado, trouxemos a Universidade Cambridge para trabalhar no subsolo da Cidade Velha; providenciámos a melhoria das condições de vida da população; concebemos escolas de formação profissional, atraindo investidores; e a nível de gestão do Sítio, criámos estruturas para o efeito.»¹⁶⁶.

Relativamente a esta questão, não existe pleno consenso quanto ao cumprimento de parte do preconizado para esse quadriénio, criticando-se a letargia em que o processo entrou a partir de dado momento:

«Em 2010, ainda preparei um relatório sobre o estado do Sítio, que deveria ser apresentado à UNESCO¹⁶⁷. Por essa altura, o Plano de Gestão estava precisamente a meio da sua vigência¹⁶⁸. Hoje, a alguns anos de distância desse momento, parece-me que não avançamos muito desde então. Se os dois primeiros anos foram de bastante dinamismo,

¹⁶⁵ Anexo 4.

¹⁶⁶ Anexo 3.

¹⁶⁷ Todos os bens inscritos com Património da Humanidade, um ano após esse momento, são sujeitos a um primeiro escrutínio por parte da UNESCO.

¹⁶⁸ Em 2010, foi feita a análise deste Plano de Gestão e do grau de execução dos quatro itens nele constantes. O balanço feito foi positivo inferindo-se que apenas um deles – o quarto – tinha um grau de concretização inferior aos restantes. Decorrente dessa constatação, considerava-se premente proximamente suprir essa lacuna (cf. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Relatório sobre Ponto de Situação da Cidade Velha – Património Mundial*. Praia: Ministério da Cultura, 2012).

nos dois últimos assistimos a alguma inércia. Podia fazer-se muito mais e melhor, mas infelizmente tal não aconteceu.»¹⁶⁹.

No ocaso do seu prazo de validade, realizou-se no Convento de São Francisco o “Atelier Plano de Gestão Cidade Velha”¹⁷⁰. Os participantes desse Encontro, oriundos alguns deles de sítios classificados Património da Humanidade, fizeram um conjunto de recomendações que deveriam ser colocadas em prática, com o objetivo de facilitar o processo de gestão na Ribeira Grande de Santiago¹⁷¹.

Cômputo geral podemos considerar este Plano de Gestão, cuja equipa redatorial abarcava especialistas das mais variadas áreas, que também participaram na composição da proposta de candidatura a Património da Humanidade, satisfatoriamente conseguido, atendendo ao alcance que se pretendeu atingir com a sua elaboração. Mas a parte mais importante deste documento – o “Plano de Ação 2008-2012” – está em alguns dos itens abordados desprovida de sustentação científica, o que coarta a sua efetiva aplicabilidade.

Entre 2013 e até 2019, a Ribeira Grande de Santiago não dispôs de nenhum Plano de Gestão, apesar das constantes advertências por parte da UNESCO¹⁷². Mas, ao longo desse período de tempo, tomaram-se algumas medidas que todavia não foram suficientes para corrigir essa falta¹⁷³:

«Durante estes seis anos, mesmo sem um Plano de Gestão, conseguimos fazer a gestão da Cidade Velha e com resultados visíveis. Foi neste tempo que se iniciou a “Norma Urbanística”, que está por aprovar pela Câmara Municipal e

¹⁶⁹ Anexo 2.

¹⁷⁰ Foi-nos somente facultado um pequeno resumo com as principais ilações advinda dessa ação. As conclusões por nós extraídas basearam-se nesse pequeno relatório.

¹⁷¹ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Atelier Plano de Gestão de Cidade Velha, Património Mundial: Património é Riqueza, Gerir é Criar*. Praia: Ministério da Cultura, 2012.

¹⁷² «O que eu sei é que todo o financiamento da Unesco para criar um novo Plano Gestão foi desbloqueado em novembro 2012, mas este nunca foi feito. Essa é a realidade. Consegui esse financiamento, mas a partir de dado momento, e como não fui mais interveniente direto no processo, não sei o que aconteceu.» (Anexo 6).

¹⁷³ No Plano de Gestão 2019-2022 estão descritos os projetos “Cidade Velha Emergente” e “Património é nós”, para além de outras ações desenvolvidas relacionadas com a investigação, valorização e divulgação patrimonial; reabilitação urbana e correção de outras dissonâncias; operacionalidade e funcionamento do Gabinete Técnico Conjunto; encontros com a comunidade; estudos de impacto do turismo; medidas para a melhoria da sanidade pública; trabalhos de mitigação de riscos na preservação patrimonial (cf. TAVARES, Adalberto [et.al.]. *Cidade Velha Património Mundial. Plano de Gestão 2019-2022*. Praia: Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas, 2019, p. 28). Sobre a “Cidade Velha Emergente”, observar o que disse a coordenadora do Plano de Gestão 2019-2022 (cf. Anexo 4)

que será homologada pelo Ministro do Ordenamento do Território; promovemos ações de sensibilização junto da comunidade; divulgámos o Sítio, por exemplo, nas universidades; e realizámos projetos de melhoria da qualidade de vida dos residentes, através da reabilitação da cobertura das suas casas em praticamente todos os bairros e na Rua da Banana. Por seu lado, a Câmara Municipal fez também várias ações: obras de requalificação em espaços públicos e privados; e a inauguração de infraestruturas culturais e lúdicas, entre outros.»¹⁷⁴.

3.2.2. Plano de Gestão 2019-2022

Este Plano de Gestão¹⁷⁵, que cumpriu determinadas orientações metodológicas¹⁷⁶, é em grande parte a continuação melhorada do anterior¹⁷⁷. A adição de um novo critério, assente no binómio turismo e desenvolvimento local está umbilicalmente correlacionado com os restantes, conferindo-lhe uma latitude de aplicação mais abrangente e incidente sobre vetores essenciais na administração de um espaço com estas características:

«O reforço da gestão e valorização do Sítio, transversal a todos os outros eixos; a gestão urbana: regulamentação, normas e inventário para uma melhor administração do Património Arquitetónico e Arqueológico; o envolvimento e participação da população: melhoria das suas condições de vida e a promoção de outras atividades que possam ter impacto no seu quotidiano (empreendedorismo social, iniciativas para a promoção da igualdade de género, empreendedorismo cultural,

¹⁷⁴ *Ibidem.*

¹⁷⁵ Que teve como arquétipos, em termos de definição dos eixos estruturantes, os Planos de Gestão de Évora, Lagos e do Porto. Mas foram igualmente analisadas outras realidades próximas às da Ribeira Grande de Santiago (*cf. ibidem*).

¹⁷⁶ Constituição de uma equipa pluridisciplinar; avaliação do Plano de Gestão 2008-2012; diagnóstico do Sítio; revisão de relatórios técnicos, consulta de instrumentos internacionais adotados pela UNESCO; consulta de planos de desenvolvimentos nacionais e internacionais; realização de workshops e formulação de questionários à comunidade e operadores locais; definição de um plano de ação e mecanismos de seguimento e valorização com vista à valorização do Sítio (*cf. TAVARES, Adalberto [et.al.], Cidade Velha..., op. cit., pp. 24-25*). Este Plano de Gestão conforma ajusta as diretrizes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Local do Município da Ribeira Grande de Santiago (*cf. ibidem*, p. 23.)

¹⁷⁷ Para evitar diferendo como os que aconteceram no passado, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e o MCIC acordaram as respetivas competências (*cf. Anexo 4*).

programas de boas práticas e incentivo à valorização patrimonial); valorização do Património Imaterial: já temos inventário e um catálogo quase a ser publicado, mas vamos, dentro deste Plano de Gestão, decidir o que é necessário fazer para valorizar e evidenciar esse Património na Cidade Velha, que não foi feito anteriormente); turismo e desenvolvimento local: sendo este segmento essencial para a Cidade Velha, queremos definir como vamos aproveitar todo o potencial patrimonial existente para promover um desenvolvimento harmonioso, por via de uma oferta turística qualificada.»¹⁷⁸.

Este documento estrutura-se em quatro partes: 1) apresentação do Sítio, sua História, significado patrimonial e análise de contextos sociodemográficos, económicos e culturais que influem na vida deste assentamento populacional¹⁷⁹; 2) dimensão normativa e legal relativa à proteção internacional, nacional e local¹⁸⁰; 3) dimensão estratégico operacional, com a exposição dos cinco eixos estruturantes¹⁸¹ subjacentes à sua conceção¹⁸²; 4) processo de gestão¹⁸³, com ênfase na participação da população e seguimento/avaliação, do qual faz parte uma Comissão para monitorizar as atividades planeadas e emitir uma apreciação final sobre os resultados alcançados¹⁸⁴.

Todavia, este Plano de Gestão patenteia debilidades concetuais e outras imprecisões terminológicas. Para as atestarmos basta examinar com atenção o proposto em cada um dos Eixos. Sumariamente podemos apontar algumas delas: no Eixo 2, Programa A, Projeto 1, para além da Paisagem Urbana Histórica, deveria também abranger o seu homólogo Ambiental; o Programa B, Projeto 1, faz somente alusão à inventariação do Património Imóvel; o Programa D, Projeto 2, apresenta um conceito – Cidade-Museu –

¹⁷⁸ Anexo 4

¹⁷⁹ Cf. TAVARES, Adalberto [et.al.], *Cidade Velha...*, op. cit., pp. 30-70.

¹⁸⁰ Cf. *ibidem*, pp. 71-75.

¹⁸¹ Envolvimento, Participação e Coesão Social; Gestão Urbana: Conservação e Valorização da Paisagem Urbana Histórica; Preservação e Valorização do Património Imaterial; Turismo e Indústrias Criativas; Investigação, Promoção e Valorização do Sítio.

¹⁸² Cf. *ibidem*, pp. 76-146.

¹⁸³ Comparativamente ao seu antecessor, denota-se uma melhor definição e atribuição de competências do Plano de Gestão 2019-2022, dividindo-se os organismos que o constituem em dois níveis: Planeamento e Execução, adstrito ao MCIC IPC e Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago; Seguimento e Avaliação, a cargo da Diocese de Santiago, Serviços Desconcentrados do Estado, Universidade Pública e Representantes Locais (cf. *ibidem*, pp. 150-155).

¹⁸⁴ Cf. *ibidem*, pp. 147-160.

que no nosso entendimento é desprovido de sustentação concetual, e propõe a musealização¹⁸⁵ dos principais monumentos e ruínas, mas não faz menção a outros bens naturais e culturais; o Programa D, Projeto 1, relativamente ao Património Arqueológico não cita o de génese Subaquática; no Eixo 3, Programa B, Projeto 2 propõe a constituição de um centro de interpretativo da língua cabo-verdiana, mas não sustenta a razão dessa opção em detrimento de um museu; Eixo 5, Programa B, Projeto 1 sugestiona a criação de um centro de pesquisa/investigação, o que não é entendível quando na Praia existe o AHN.

3.3. Outros documentos

A natureza do seu conteúdo é diversa, apresentando-se com distintos propósitos – carácter vinculativo/normativo, cariz meramente consultivo e de diagnóstico –, podendo considerar-se um barómetro para se aquilatar o grau de aplicabilidade das políticas patrimoniais e de gestão do Sítio.

3.3.1. PLADESVELHA

Desde 1998, a AECID financiou o PLADESVELHA, um projeto cujo principal objetivo era, pensando-se numa perspetiva de autossuficiência, assegurar um maior desenvolvimento económico da Cidade Velha e da sua área envolvente, valorizar os recursos patrimoniais – ambientais e culturais – envolver a população no projeto e melhorar as suas condições de vida¹⁸⁶.

Essa ação dividiu-se em quatro fases. Na primeira e na segunda, entre 1999 e 2000, a atenção centrou-se na recuperação da Fortaleza Real de São Filipe, melhoria dos acessos à mesma e construção de um centro interpretativo no seu exterior¹⁸⁷; na terceira e quarta, balizadas entre 2000 e 2005¹⁸⁸, e inseridas no “Programa para a Recuperação do

¹⁸⁵ Não obstante a sua frequente utilização, consideramos que esta terminologia se adequa mais a ações relacionadas com ativações patrimoniais de coleções visitáveis e a testemunhos não deslocalizados que não cumpram todas as funções consignadas às instituições museológicas.

¹⁸⁶ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA/INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CULTURAL. *Proposta de execução do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade Velha (PLADESVELHA)*. Praia: Ministério da Cultura/Instituto Nacional de Investigação Cultural, maio de 2002.

¹⁸⁷ Cf. INYPSA. *Informe relativo al proyecto de intervención en el recinto de la Fortaleza Real de San Felipe en Cidade Velha. República de Cabo Verde*. [S.l.]: AECID, febrero 1997.

¹⁸⁸ Que foi concomitante ao Plano de Salvaguarda da Cidade Velha delineado por Siza Vieira, centrado na reabilitação urbanística das ruas Banana e Carreira e na Pousada de São Pedro. Através de dois documentários audiovisuais, ambos produzidos nos primeiros anos do século XXI, é possível atestar o que foi desenvolvido no local por este arquiteto e pela sua equipa de colaboradores, sendo de realçar a sua

Património Histórico Arquitectónico e para o Desenvolvimento Turístico e Agrícola da Cidade Velha”, tratou-se do restauro de alguns monumentos¹⁸⁹, do inventário e catalogação do património arquitectónico e cultural, da requalificação de algumas áreas da cidade, da promoção turística do Sítio e do seu desenvolvimento agrícola¹⁹⁰.

Ainda dentro deste âmbito, estranhámos que atendendo à amplitude do acordo estabelecido entre a República de Cabo Verde e o Reino de Espanha, consubstanciado num protocolo de cooperação, e contrariamente ao que aconteceu no passado com outros países, este não tenha sido vertido para diploma-legal.

3.3.2. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Município da Ribeira Grande de Santiago

Datado do ano de 2008, dispôs-se por seis eixos estratégicos e está muito direccionado para vetores relacionados com a administração local, cidadania participativa, sustentabilidade economia e do meio-ambiente, mas também dá enfoque à importância do Património Ambiental e Cultural¹⁹¹.

3.3.3. Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande de Santiago

Este documento¹⁹² identificou um conjunto de testemunhos que embora não figurassem no rol de bens declarados Património Nacional, pertenciam à área de intervenção deste Plano Diretor Municipal, por representarem a Identidade e a História que importava preservar, e que por isso deveriam cumprir com o disposto na Lei n.º 102/III/90 e no

relação de proximidade estabelecida com a população local, que não raras vezes exprimiu a sua opinião acerca do que foi feito e do que se pensava vir a fazer (cf. SIZA VIEIRA – O ARQUITECTO E A CIDADE VELHA [ficheiro em vídeo]. Página consultada a 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jAuCJEW1-pw&t=26s>; COSTA, Catarina Alves da (realizadora). SIZA VIEIRA - O ARQUITECTO E A CIDADE VELHA. [documentário em vídeo]. Lisboa: Laranja Azul. Jour J. Productions. RTP. VOI Sénart, 2003. Página consultada a 20 de janeiro de 2019: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cNX-fVzThg>).

¹⁸⁹ Colocando-se placas nesses bens a informar que foram restaurados sob égide da AECID.

¹⁹⁰ Cf. MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN/SECRETARIA DE ESTADO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL. *Programa para la Recuperación del Patrimonio Histórico Arquitectónico y para el Desarrollo Turístico Y Agrícola de Cidade Velha en la República de Cabo Verde*. [S.l.]: Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación/Secretaria de Estado de Cooperación Internacional, [s.d.]; INYPSA. *Plan de Desarrollo Sostenido de Cidade Velha. República de Cabo Verde*. [S.l.]: Ministerio de Asuntos Exteriores – AECID/Ministério da Cultura/Instituto Nacional de Investigação Cultural, julio 2004.

¹⁹¹ Cf. CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Município da Ribeira Grande de Santiago*. Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago: Ribeira Grande de Santiago, 2008.

¹⁹² Datado de 2011, até hoje ainda não foi promulgado pelas instâncias superiores.

Decreto-lei n.º 3/2003¹⁹³. Decorrente desta situação, e até à elaboração de um Inventário e Programa de Gestão do Património, declararam-se como Património Municipal os monumentos naturais e culturais disseminados pelo concelho da Ribeira Grande de Santiago¹⁹⁴.

3.3.4. Estudo – Impactos do Turismo na Cidade Velha, Património Mundial

A sua publicação, no final de 2014, esteve relacionada com o cada vez maior fluxo de visitantes à Cidade Velha¹⁹⁵, sendo o objetivo desta pesquisa evidenciar os efeitos deste fenómeno no Sítio, entre 2009 e 2013, e avaliar os seus reflexos na melhoria de vida da população.

A realização deste estudo foi bastante profícua, permitindo obter-se um maior conhecimento da Cidade Velha enquanto destino turístico. Fazendo uma análise ao número de visitantes do Sítio desde 2009 – 12.000 – até 2017 – 60.000¹⁹⁶ –, atesta-se que essa cifra foi sempre em ascensão, mas com um incremento substantivo entre 2012 e 2015, passando de 15.916 para 40.000¹⁹⁷. Porém, essa dinâmica turística não tem sido acompanhada no desenvolvimento e melhoria de serviços e equipamentos¹⁹⁸.

Na avaliação dos impactos gerados por este setor na vida socioeconómica local, recolheram-se opiniões dos residentes na zona histórica e na zona tampão, dos operadores locais e representantes institucionais. Da análise desses dados deduziu-se que muito ainda estava por fazer, sobretudo no que respeita à melhoria do bem-estar dos moradores, no incremento das ofertas de emprego, na atração de investimento, na melhoria da qualidade de vida e autoestima da população, e aumento das rendas das famílias. Por outro lado,

¹⁹³ Para ambas as categorias foram elaboradas tabelas síntese assentes em parâmetros comuns (tipologia, interesse e localidade), variando apenas nos critérios (superfície/área e estado de conservação) relacionados com a sua especificidade (cf. CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. *Relatório do Plano Director Municipal – Volume I – Caracterização e Diagnóstico*. Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago: Ribeira Grande de Santiago, 2011, p. 48, p. 65). Igualmente apresentou indicadores relativos ao Património Imaterial, nomeadamente as festas religiosas que se celebram nas várias freguesias deste concelho.

¹⁹⁴ Cf. CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. *Regulamento*. Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago: Ribeira Grande de Santiago, 2011, pp. 4-6.

¹⁹⁵ Mas não apresenta número de visitantes, fazendo-o somente numa apreciação Arquipelágica e segmentada por ilhas.

¹⁹⁶ Apesar de termos feito todos os esforços para o conseguir, não temos dados que sustentem o fluxo de visitas à Ribeira Grande de Santiago nos anos de 2018 e 2019.

¹⁹⁷ Cf. TAVARES, Adalberto [et.al.], *Cidade Velha...*, op. cit., p. 64.

¹⁹⁸ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Estudo-Impacto do Turismo na Cidade Velha, Património Mundial*. Praia: Ministério da Cultura, 2014, pp. 23-24.

considerava-se que o turismo contribuiria para a preservação e valorização do Património Cultural, e para a melhoria da imagem e promoção da Ribeira Grande de Santiago¹⁹⁹.

Decorrente deste diagnóstico, recomendou-se para este Lugar de Memória a implementação um conjunto de ações²⁰⁰, mas passados alguns anos desde esse momento, constatamos que muitas delas ainda não foram iniciadas ou finalizadas.

3.3.5. Inventário de Recursos Turísticos do Município da Ribeira Grande de Santiago

Com este documento pretendeu-se apresentar os principais recursos e atrativos turísticos do concelho da Ribeira Grande de Santiago, com o intuito de contribuir para o planeamento do turismo dessa área geográfica. Depois de o analisar, podemos considerar o inventário produzido como um contributo residual para o conhecimento dos bens ambientais e culturais, em virtude de somente fazer uma sucinta descrição de cada um deles. Por sua vez, o diagnóstico e as propostas de atuação para a potenciação turística parecem-nos razoavelmente fundamentadas e passíveis de serem um ponto de partida para ações a desenvolver futuramente²⁰¹.

3.3.6. Projeto de Campo “Prevenção de Riscos para Sítios do Património Mundial dos PALOP”

Esta formação, realizada na Cidade Velha, entre os dias 15 de fevereiro e 5 de março de 2015, teve como principal objetivo complementar uma outra realizada na Ilha de Moçambique no ano anterior. Para além de se pretender estreitar a cooperação entre os profissionais dos Patrimónios Cultural e Natural dos PALOP, era expectável que no final desta iniciativa os participantes fossem capazes de saber lidar com aspetos inerentes à

¹⁹⁹ Cf. *ibidem*, pp. 57-68. Complementado com questionários apresentados em anexos (cf. *ibidem*, pp. 89-95).

²⁰⁰ Mapeamento cultural; elaboração de um Plano Operacional; atualização do Plano de Gestão do Sítio Histórico; infraestruturação sociocultural e turística; melhoria das diferentes componentes de saneamento; articulação entre os diferentes intervenientes do setor turístico; avaliação periódica ao desenvolvimento do turismo (cf. *ibidem*, pp. 72-73).

²⁰¹Cf. INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS. *Inventário de recursos turísticos da Ribeira Grande de Santiago*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, 2015.

gestão de riscos e sinistros para os bens patrimoniais e elaborar Planos de Gestão de Risco²⁰².

A metodologia adotada combinou a componente teórica²⁰³ e prática, alicerçando-se esta última nos trabalhos executados individualmente ou em grupo, na atividade e interação com a comunidade, no simulacro de um incêndio e nas visitas efetuadas²⁰⁴.

Os “Relatórios de Trabalho de Campo”²⁰⁵ incidiram sobre duas temáticas –identificação de riscos e identificação de medidas de mitigação de riscos –, e atenderam a três putativas situações causadas por fenómenos naturais, ocorridas em determinadas áreas deste aglomerado urbano e/ou em alguns dos seus monumentos religiosos²⁰⁶.

O simulacro de incêndio efetuado no edifício do Centro Cultural, sito na Rua Banana, deu aos intervenientes neste projeto e aos moradores da Ribeira Grande de Santiago²⁰⁷ a possibilidade de contactarem com esse hipotético cenário, e aquilataram a capacidade de resposta por parte das entidades competentes face ao sucedido²⁰⁸.

3.3.7. Manual para a Salvaguarda do Património Construído

Pretendeu-se com a sua apresentação facultar aos municípios cabo-verdianos um conjunto de diplomas legais e normativas que lhes possibilitassem estabelecer as orientações para a aplicação de políticas públicas de defesa, preservação e valorização patrimonial

Para atingir o proposto, o documento está estruturado em três partes: i) legislação nacional que regula a política cultural nacional²⁰⁹; ii) normativas internacionais que estabelecem

²⁰² Cf. ROMÃO, Xavier; PAUPÉRIO, Esmeralda; FERNANDES, Hamilton. *Projecto de Campo. Prevenção de Riscos para Sítios do Património Mundial dos PALOP*. Praia: Ministério da Cultura, 2015, pp. 5-6.

²⁰³ Salientar a comunicação proferida por um dos membros da equipa de coordenação deste Projeto – Charles Akibodé – que abordou a temática relativa aos problemas associados à pressão humana em sítios classificados Património da Humanidade (cf. *ibidem*, pp. 11-12)

²⁰⁴ Cf. *ibidem*, p. 7.

²⁰⁵ Os resultados obtidos foram apresentados oralmente e por escrito.

²⁰⁶ “Riscos, Cenários e Consequências na Rua Direita de São Sebastião e na Igreja Catedral – Bairro São Sebastião da Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde”; “Identificação de Riscos, Cenários e Consequências – Convento e Igreja de São Francisco e Rua Banana”; “Riscos, Cenários e Consequências – Rua Carreira e Igreja de Nossa Senhora do Rosário” (cf. *ibidem*, pp. 10-11).

²⁰⁷ A inclusão dos habitantes nesta ação, representados por várias associações comunitárias, foi muito importante porque os sensibilizou para diferentes aspetos decorrentes da eclosão de situações desta índole na Cidade Velha.

²⁰⁸ Cf. *ibidem*, p. 12, pp. 36-47.

²⁰⁹ Cf. CARVALHO, Carlos (coord). *Manual para a salvaguarda do Património Construído*. Praia: Instituto do Património Cultural/Direção de Monumentos e Sítios, 2016, pp. 8-15.

as linhas gerais dos procedimentos técnicos em matéria de preservação e conservação²¹⁰; iii) instrumentos de inventariação, apresentando-se dois modelos de fichas com vista a simplificar e facilitar o trabalho de terreno²¹¹.

3.3.8. Missão de avaliação do Sítio Património Mundial da Cidade Velha – Cabo Verde

Entre 22 e 29 de agosto de 2016, o IPC, em parceria com a Comissão Nacional de Cabo Verde para a UNESCO, convidou três arquitetos²¹² para avaliarem a gestão e o estado de conservação do Sítio da Cidade Velha, e para aferirem as mudanças ocorridas desde o momento da sua inscrição como Património da Humanidade.

No Diagnóstico constatou-se que a gestão não estava a ser efetuada de um modo proficiente²¹³; a conservação dos monumentos foi considerada satisfatória²¹⁴, o mesmo acontecendo com o Património Imaterial, mas o Património Urbano apresentava bons e maus exemplos de preservação²¹⁵, tal como o Património Natural²¹⁶; em relação à política de valorização do Sítio, a avaliação feita foi francamente negativa²¹⁷, sendo sinalizados e explicitados em cada um desses tópicos as falhas detetadas²¹⁸.

Nas Recomendações inferiu-se sobre a importância da partilha de papéis entre o IPC, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e o Ministério do Turismo²¹⁹; a revisão e preparação de um novo Plano de Gestão, considerando-se que este deveria retomar os procedimentos explicitados aquando da formulação desse primeiro documento, com enfoque para a gestão participativa; expuseram-se projetos de conservação e

²¹⁰ Cf. *ibidem*, pp. 16-22.

²¹¹ Cf. *ibidem*, pp. 23-32.

²¹² Nuria Sánchez Muñoz e Sébastian Morriset, ambos do CRAterre (Grenoble-França) e Mamadou Jean-Charles Tall, cofundador do Colégio Universitário de Arquitetura de Dacar.

²¹³ Era feita por atores institucionais e não institucionais que trabalhavam em conjunto para controlar a integridade do local, em especial, a nível arquitetónico. Todavia, a população não se sentia suficientemente envolvida na gestão do Sítio. Foi também dada nota da inexistência de um Plano de Gestão atualizado.

²¹⁴ Mas observou-se a falta de manutenção regular que poderá potenciar a eclosão de problemas mais sérios. De entre os testemunhos examinados – Fortaleza Real de São Filipe, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Sé Catedral –, são apresentadas algumas situações – estruturais e de mau uso dos espaços – merecedoras de virem a ser reparadas.

²¹⁵ No primeiro caso, as ruas Banana e Carreira e, no segundo, a urbanização galopante em alguns bairros.

²¹⁶ A área junto à baía continua pouco transformada, mas evidenciava-se a pressão urbanística no vale.

²¹⁷ Assente em distintos itens: estatuto de Património Mundial, acolhimento dos visitantes, orientações e circuito, documentação, sinalética, museus, produção local, hotéis e restaurantes, outros equipamentos.

²¹⁸ Cf. SÁNCHEZ MUÑOZ, Nuria; MORRISET, SÉBASTIAN. *Missão de avaliação do Sítio Património Mundial da Cidade Velha – Cabo Verde*. Grenoble: CRAterre, 2016, pp. 8-26.

²¹⁹ Atendendo à estreita relação neste Sítio entre o Património e o Turismo, é bastante profícua a colaboração deste Ministério com o IPC.

requalificação de alguns monumentos; elencaram-se algumas sugestões para se evitar o desvirtuamento da Paisagem Cultural e Natural²²⁰; e no contexto da valorização patrimonial e turística apresentaram-se medidas passíveis de serem aplicadas na Ribeira Grande de Santiago²²¹.

3.3.9. Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Ribeira Grande de Santiago

Em relação à área cultural está excessivamente difuso, com ideias avulsas, algumas delas descontextualizadas da realidade passada e presente do Sítio, e sem conexão com os projetos do IPC, demonstrativo da dessincronização entre o Poder Central e o Poder Local.

Apesar de apresentar algumas ideias interessantes para o Património Cultural – a promoção e revitalização do Batuque e da Tabanca ou o reuso social de alguns monumentos –, outras não têm a devida sustentação científica e concetual. Exemplo disso é a sugestão do parque temático Jardim dos Cinco Continentes, confinado à Pousada de São Pedro, e as propostas dos museus temáticos da escravatura e da arqueologia subaquática, ou as casas-museu do Padre António Vieira e de Charles Darwin, por evocarem pessoas que não tem uma ligação evidente com a História da Ribeira Grande de Santiago²²².

3.3.10. Cidade Velha: Guia de Normas Urbanísticas

Antes de mais, salientar que a sua publicação, em 2018, veio preencher um vazio no que respeita a este domínio. Este documento dá a conhecer os grandes princípios que sustentam as normas construtivas em vigor na Cidade Velha, nomeadamente as Medidas Preventivas que regulam a intervenção neste aglomerado populacional²²³.

²²⁰ Principalmente, devido à pressão urbanística, sendo importante salientar a proposta de declarar o vale como zona *non aedificandi*.

²²¹ Cf. *ibidem*, pp. 27-44.

²²² Cf. CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. *Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Ribeira Grande de Santiago*. Ribeira Grande de Santiago: Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago [s.d.], pp. 63-64.

²²³ Cf. Deliberação n.º 20/AM/2018..., de 13 de julho.

A primeira parte faz um enquadramento do Sítio, apresentando as características gerais das construções vernaculares – materiais²²⁴, tipologias e boas práticas – que ainda subsistem, sendo esta descrição suportada por desenhos, imagens e plantas. De igual modo, vinca-se o proveito que esses fundamentos podem configurar para a qualidade de vida seus habitantes. Finalmente, são identificados exemplos de trabalhos feitos recentemente, considerados como protótipo relativamente à integração e valorização do Património²²⁵.

Nas Normas Urbanísticas estão explicitadas o tipo de intervenções a efetuar²²⁶ – obras de conservação, restauro, reabilitação e/ou alteração, ampliação, demolição, reconstrução, construção nova –, que só podem ser realizadas após aprovação da Edilidade Local. Seguidamente, apresentam-se os casos, devidamente exemplificados e ilustrados, em que qualquer alteração nas residências particulares, de comércio ou serviços, e equipamentos turísticos, sociais, culturais ou outros, deve obedecer ao estipulado neste Guia de Normas Urbanísticas²²⁷.

Porém, sabemos que o estabelecimento desta regulamentação urbanística para colocar travão às estruturas dissonantes, através de medidas arquitetónicas e ações de reabilitação de habitações da área classificada e da zona tampão, nem sempre é bem vista pelos moradores do Sítio²²⁸, pois consideram que se coloca à frente do seu bem-estar um título atribuído pela UNESCO²²⁹. Dentro desta perspetiva de análise tem estado a possibilidade de se construir a “Cidade Nova”²³⁰, onde seria possível as pessoas erguerem as suas casas

²²⁴ Principalmente minerais e vegetais – pedra basáltica e pedra rolada do mar – provenientes dos recursos locais.

²²⁵ Cf. PATO, Ana. *Cidade Velha: Guia de Normas Urbanísticas*. Villefontaine: CRAterre Editions, 2018, pp. 7-20.

²²⁶ Incidente sobre a área declarada Património Nacional e da Humanidade, por via da Resolução 5/2009.

²²⁷ Cf. *ibidem*, pp. 20-38.

²²⁸ «Apesar de alguma resistência por parte da população, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago tem suspenso muitas obras que não estão conforme o estabelecido por lei. O IPC tem esse poder de embargo, mas regra geral são os municípios que o fazem. Conjuntamente com a Polícia Nacional, estamos a tentar demover os infratores no sentido de os alertar para o tipo de irregularidade cometida, e só em último caso demolimos o que foi feito ilegalmente. Se o Plano Diretor Municipal estivesse aprovado, tal como acontece noutros municípios, poder-se-ia atuar conforme o aí determinado. Os pareceres do IPC têm ajudado a Edilidade Local a impor algumas limitações nas regras de construção da Cidade Velha.» (Anexo 5).

²²⁹ Vários relatos na primeira pessoa comprovam esse mal-estar relativamente à política adotada pelas entidades competentes (cf. SANTOS, Flávia Lenira Gomes Marques dos, “Cidade Velha...”, *op. cit.*, pp. 49-56).

²³⁰ «Esse é um projeto da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, e pensado em virtude de não existirem lotes disponíveis para expansão das habitações já edificadas ou para se erguerem outras de raiz. Assim, pretende-se criar uma área alternativa para retirar ao Sítio a pressão urbanística bem evidente nos dias de hoje. Para colmatar esta situação foram atribuídos lotes no Bairro de Santo António, mas já estão

sem as restrições atrás mencionadas²³¹. Todavia, este assentamento populacional poderia ficar esventrado da sua essência, visto serem os seus habitantes a sua alma²³².

A finalizar, atente-se no parágrafo infra que nos elucida de que forma a elevação da Cidade Velha a Património da Humanidade consubstanciou a progressiva transformação do Sítio e dos testemunhos existentes, no estrito sentido do termo, em mercadoria cultural, derivando dessa alteração diferentes formas de apropriação do seu espaço público por parte de distintos atores:

«Se, por um lado, a nível político a Cidade Velha é considerada representativa do passado, para as empresas turísticas ela é apropriada como algo que pode ser consumido. Já os moradores locais interrogam-se sobre as mudanças que estão a acontecer nas suas vidas, onde os conflitos de interesses se resumem nos benefícios que todas as partes pretendem aferir, com algumas possibilidades públicas de se estabelecer zonas de contacto e negociação»²³³.

3.4. Pareceres veiculados pela UNESCO

A nível internacional, destacar as apreciações divulgadas por consultores técnicos da UNESCO com vista à formulação de uma política patrimonial para o novo país. Efetivamente, após a independência de Cabo Verde e durante aproximadamente uma década, vários foram os textos emitidos e que concorreram para uma cada vez maior tomada de consciência relativamente a esta temática.

todos entregues. A “Cidade Nova” surgirá na estrada a caminho do Salineiro, apesar de ter sido aventada a Achada Forte. Se repararmos, o foco de conflito entre os moradores com a Câmara Municipal e o IPC está sempre relacionado com a questão das construções. Este projeto, com início em 2013, neste momento está estagnado, depois de numa fase inicial ter existido algum entusiasmo para a sua execução.» (Anexo 4).

²³¹ *«Não estou totalmente contra a sua edificação, embora dependente de um critério coerente. Não devemos retirar massivamente as pessoas deste Lugar de Memória. Quando elaborámos a proposta de inscrição, a Cidade Velha tinha 642 habitantes e, atualmente, só a população recenseada ronda as 2000 [2016]. No meu entendimento, essa questão não ser prioritária. Porém, concebo a libertação do espaço para melhorar as infraestruturas, nomeadamente as escolas e o centro de saúde. Outra situação a controlar está relacionada com a especulação imobiliária ocorrida após a sua classificação, que pode contribuir para esse afastamento da população do seu centro histórico.» (Anexo 6).*

²³² E poderíamos falar, como aconteceu no Centro Histórico do Porto, de um Património que perdeu Humanidade (cf. PEREIRA, Ana Isabel. “O património que perdeu humanidade”. In. CAMÕES, Afonso (dir.). *Jornal de Notícias*, ano 129, n.º 300, 27 de março de 2016, pp. 18-19).

²³³ SANTOS, Flávia Lenira Gomes Marques dos, “A apropriação...”, *op. cit.*, pp. 20-21.

3.4.1. Institut National de la Culture

Entre 28 de dezembro de 1978 e 25 de janeiro de 1979, Orlando Garcia participou numa missão com caráter exploratório a Cabo Verde. Durante esse tempo, manteve contactos com as entidades governamentais e outros organismos ou pessoas ligadas à área da cultura, e visitou as Ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santiago e Fogo²³⁴.

Decorrente desse périplo, em relação ao Património Cultural Material e Imaterial, constatou que ainda não se havia iniciado um trabalho sistemático, como o comprova a falta de um inventário dos bens existentes. Segundo ele, a Comissão para a Defesa do Património surgida em 1978²³⁵, teria de promover a constituição de comissões regionais e coordenar as ações por elas efetuadas. A avaliação feita sobre o estado de conservação da Cidade Velha foi bastante negativa, enfatizando igualmente a não existência de qualquer museu em Cabo Verde²³⁶.

Resultante do explicitado, considerou de supra importância a criação do Instituto Nacional da Cultura²³⁷, que deveria, entre outras competências, contribuir para a promoção, orientação, coordenação e incentivo ao levantamento e pesquisas de todo esse legado ancestral, visto como um fator da identidade cultural e da consciência nacional; proporcionar condições favoráveis a uma ação cultural mais dinâmica; e colocar em prática uma política de formação de quadros culturais²³⁸.

3.4.2. Cabo Verde – a preservação da sua memória

Mas foi na década seguinte que essas missões foram mais incisivas e já sem o caráter exploratório da primeira. Em 1980, o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo produziu um relatório resultante da sua estada neste arquipélago, entre os dias 27 de novembro e 27 de dezembro.

A sua atenção centrou-se em vários conjuntos arquitetónicos urbanos – Ribeira Grande de Santiago, Praia, São Filipe e Mindelo –, na arquitetura rural – morgados, casas

²³⁴ Cf. GARCÍA, Orlando. *Institut National de la Culture*. Paris: UNESCO, 1980, pp. 1-2.

²³⁵ Da qual já falámos no início deste capítulo (cf. Despacho do Gabinete do Primeiro Ministro..., de 23 de dezembro de 1978).

²³⁶ Cf. *ibidem*, pp. 8-11.

²³⁷ Somente formalizado e instituído pelo Decreto-Lei n.º 99-A/90 (cf. Decreto-Lei n.º 99-A/90..., de 27 de outubro).

²³⁸ Cf. GARCÍA, Orlando. *Institut, op. cit.*, pp. 22-23.

populares²³⁹ e capelas das ilhas de Santiago e do Fogo –, nos bens culturais móveis – pinturas, imaginárias, alfaias e arte decorativa, artefactos, disseminados por Santo Antão, Fogo, São Vicente e Santiago²⁴⁰ –, no património documental – arquivos da Alfândega da Praia, do Fogo e dos Serviços da Administração Civil – e nas bibliotecas da Praia e do Mindelo²⁴¹.

Decorrente das anomalias detetadas, Paulo Ormindo de Azevedo elencou uma série de recomendações com vista a garantir a preservação dos bens culturais de Cabo Verde : promulgação medidas legislativas que deveriam ser complementadas com outras de cariz administrativo e técnico conducentes à defesa do património; realizar, numa primeira fase, somente inventários de identificação, em razão da inexistência de recursos humanos qualificados capazes de assegurar o cumprimento cabal de outros processos de inventariação; conservar os testemunhos patrimoniais urbanos e rurais através do seu reuso funcional; revitalização dos centros históricos, nomeadamente o da Ribeira Grande de Santiago, pois os restantes estavam razoavelmente conservados e detinham vida urbana; inventariação de bens móveis que deveriam ser alojados em museus; organização de um arquivo nacional para a salvaguarda da memória escrita²⁴².

3.4.3. Protection du Patrimoine Culturel et Naturel

Entre 29 de novembro a 13 de dezembro de 1983, o arquiteto Mester de Parajd deu prosseguimento aos estudos realizados. É interessante constatar que se por um lado muitas das deduções expressas replicaram as suas antecessoras, por outro, o relatório por ele produzido apresenta novos contributos para o âmbito em avaliação.

Na Ilha de Santiago a sua atenção centrou-se na Cidade Velha, observando ser premente proceder-se à sua revitalização com o intuito de se evitar a perda da sua autenticidade, e na Praia, onde era necessário acautelar-se a manutenção da homogeneidade arquitetural e urbanística no seu Centro Histórico, ameaçado por novas construções dissonantes²⁴³.

²³⁹ Atenção especial foi dada ao funco, construção circular tipicamente africana, que estava a ser substituída pela casa retangular, por esta ser mais ampla e cómoda.

²⁴⁰ Com destaque óbvio para o espólio existente na Ribeira Grande de Santiago, em especial, para as esculturas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

²⁴¹ Cf. AZEVEDO, Paulo Ormindo de. “Cabo Verde – a preservação da sua memória”. In. AA. VV.. *Em Cima do Joelho*, n.º 10. Coimbra: Universidade de Coimbra/Faculdade de Ciências e Tecnologia (Departamento de Arquitectura), agosto 2007, pp. 19-31.

²⁴² Cf. *ibidem*, pp. 31-37.

²⁴³ Cf. PARAJD, G. Mester de. *Protection du patrimoine culturel e naturel*. Paris: UNESCO, 1984, p. 9.

Dentro deste contexto, apresentou o caso do Mindelo, tido como o património arquitetónico e urbano mais interessante do arquipélago, mas que não estava a ser tratado devidamente, facto comprovado pela demolição, na sua praça central, de um edifício com acentuado valor intrínseco²⁴⁴.

É igualmente importante salientar que este documento, para além de replicar o que havia sido explicitado por Paulo Ormindo de Azevedo, facultou novos subsídios ao incluir na lista dos bens patrimoniais os de génese arqueológica (terrestre e subaquática)²⁴⁵ e naturais (formações geológicas, flora e fauna)²⁴⁶.

Nas Recomendações destaque-se a importância atribuída à necessidade de ser concedida assistência internacionais, com o intuito de ajudar o governo de Cabo Verde a fundamentar a sua política neste domínio; a criação de um Serviço Nacional do Património²⁴⁷; a inventariação imediata do Património Imóvel e Móvel; e a elaboração de medidas legislativas²⁴⁸, com vista à salvaguarda e valorização desse legado ancestral²⁴⁹.

3.4.4. Programme de sauvegarde du site de Cidade Velha

No final dessa década – de 29 maio a 21 de junho de 1989 – o arquiteto Jean-Pierre Wieczorek realizou uma outra missão, mas focalizando somente a sua atenção na Ribeira Grande de Santiago²⁵⁰. nesse momento listaram-se três objetivos principais para orientar esse trabalho: a sua preservação e recuperação²⁵¹; avaliação dos recursos humanos e

²⁴⁴ Cf. *ibidem*, p. 9.

²⁴⁵ Pouco tempo depois, através do Decreto-Lei 48-II/84, foi promulgada legislação para garantir a sua salvaguarda (cf. Decreto-Lei n.º 48/II/84..., de 31 de dezembro).

²⁴⁶ Cf. PARAJD, G. Mester de, *Protection, op. cit.*, pp. 5-8.

²⁴⁷ Um departamento dependente da Direcção Geral de Cultura.

²⁴⁸ Previa-se, numa primeira, produzir-se uma Lei-Quadro e posteriormente uma Lei que consubstanciasse o pensado para este domínio. Somente alguns anos depois, foi promulgada a Lei n.º 102/III/90 (cf. Lei n.º 102/III/90..., de 29 de dezembro).

²⁴⁹ Cf. PARAJD, G. Mester de, *Protection...*, pp. 10-12bis.

²⁵⁰ Desse mesmo ano existe um outro texto “Etude préliminaire pour le développement urbanistique de Cidade Velha”, elaborado por três investigadores – Johan Roels, Jorge Teixeira e Elmar Kuhlman –, ao qual não conseguimos aceder, apesar de enveredarmos todos os esforços para o conseguir, o mesmo acontecendo com um outro datado de 1986, da autoria de François Dugast “Conclusions et résultats principaux concernant la Sauvegarde de Cidade Velha”.

²⁵¹ Na parte final deste documento estão dispostas setenta e cinco fichas técnicas relativas à identificação patrimonial e observação de elementos urbanísticos (cf. WIECZOREK, Jean-Pierre. *Programme de sauvegarde du site de Cidade Velha*. Paris: UNESCO, 1990).

técnicos disponíveis no país; aferir se este Lugar de Memória preenchia os requisitos para uma futura candidatura a Património da Humanidade²⁵².

As considerações proferidas acerca do seu estado de conservação estão em consonância com as análises anteriores. Porém, o progressivo aumento populacional havia potenciado o surgimento de construções ilegais próximas dos monumentos, o que concorria para uma cada vez maior descaracterização da Cidade Velha. Para evitar tal fim, dever-se-ia pensar numa estratégia para estancar essa situação e adotar medidas tendentes a transformá-la num Sítio Cultural Vivo e não num Sítio desprovido de alma²⁵³.

Mediante o examinado, propôs-se a elaboração do Programa de Preservação²⁵⁴, incidente sobre o Património Cultural – Material²⁵⁵ e Imaterial – e Natural, partindo-se de uma premissa de divisão desse território em oito áreas²⁵⁶. Foram considerados quatro tarefas, com esta ordem de prioridade, para a sua execução: inventário de todas as construções subsistentes, em ruínas ou descaracterizados; consolidação dos principais edifícios ou parte do que ainda deles subsistisse; reabilitação de um imóvel que fosse representativo do que foi outrora esse assentamento urbano; criação de um Gabinete Local para a proteção do Património Cultural²⁵⁷.

3.4.5. Ribeira Grande a Cidade Velha...devenir d'une ville historique

No início da década de 1990, quando a primeira proposta de candidatura da Cidade Velha foi recusada pela UNESCO, o governo de Cabo Verde confiou a um outro consultor dessa instituição – o arquiteto Paul-Emile Simon – uma missão de avaliação, com o intuito de ser produzido um Plano Diretor para o Sítio²⁵⁸.

²⁵² Cf. *ibidem*, [s.p.] [p.1].

²⁵³ «*Il ne s'agira plus, par exemple, de refaire un site-musée proposant à quelques visiteurs privilégiés, la contemplation d'édifices savamment reconstitués, mais au contraire de créer un carrefour pédagogique où images, objets, morceaux d'architecture religieuse ou populaire, gens, gestes traditionnelles raconteront au jeune cap-verdien d'aujourd'hui – en un spectacle divertissant – le passé de son pays pour qu'il en prépare mieux l'avenir.*» (*Ibidem*, p. 5).

²⁵⁴ Foi certamente a pensar numa futura candidatura e posterior classificação da Cidade Velha a Património da Humanidade que estes preceitos foram enunciados.

²⁵⁵ Descriminando-se as intervenções a fazer nos principais testemunhos históricos e nas margens ribeira, apresentando-se igualmente uma estimativa desse custo (cf. WIECZOREK, Jean-Pierre. *Programme, op. cit.*, pp. 18-20).

²⁵⁶ Que confluem com os limites propostos para os espaços classificados como Centro Histórico e Zona Tampão, consignados no Decreto n.º 121/90 (cf. Decreto n.º 121/90..., de 8 de dezembro).

²⁵⁷ Cf. *ibidem*, pp. 16-17.

²⁵⁸ Foi a falta de um documento orientador da gestão desse espaço que permitiu a destruição da antiga cadeia civil da Cidade Velha, pois o Município da Praia iniciou as obras sem a anuência do Ministério da

Num primeiro momento, para além de ter sido feita uma breve análise das várias tipologias e bens patrimoniais, elencaram-se os fatores estiveram na origem do estado de deterioração em que se encontravam os vestígios ancestrais dispersos por este aglomerado urbano²⁵⁹.

Posteriormente, predicaram-se um conjunto de medidas passíveis de promover o crescimento deste secular aglomerado populacional: uma política urbana adaptada e eficaz, respeitadora da sua vetustez e da qualidade de vida dos seus habitantes²⁶⁰; o desenvolvimento sustentado dos três setores de atividade; uma estratégia de intervenção, cuja planificação incidia sobre o Sítio²⁶¹ e o Património²⁶²; a ação dos atores intervenientes – setor público, setor privado, população residente –; formulação de medidas urgentes focalizadas na elaboração de instrumentos de gestão e salvaguarda patrimonial, e da planificação urbana²⁶³.

Pelo disposto ao longo deste capítulo, deduz-se ser possível, futuramente, tornar a gestão deste Sítio ainda mais proficiente. A nível legal, após a obtenção da independência nacional, embora paulatinamente, conseguiu-se convergir para uma adequação às normas internacionalmente dispostas, pese o facto de só muito recentemente se ter promulgado o diploma substituto da Lei 102/III/90, que pela sua antiguidade e pelo facto de ter sido elaborada num determinado contexto espacial e temporal, já não se coadunava às necessidades atuais. No que respeita à componente científica e técnica consideramos que poderia ser melhor apurada, mormente no que respeita ao domínio concetual e promulgação de instrumentos de controlo e gestão. Vários exemplos dessa passividade podem ser listados, mas parece-nos que o hiato de tempo entre a publicação dos dois

Cultura, que ao saber do sucedido mandou de imediato parar essa intervenção (cf. SANTANA, Doralis Castillo. “Fim de semana cultural na Cidade Velha”. In: SOARES, Jorge (dir.). *A Semana*, ano I, n.º 70, 4 de setembro de 1992, p. 11.)

²⁵⁹Cf. SIMON, Paul-Emile. *Ribeira Grande a Cidade Velha...devenir d' une ville historique*. Paris: UNESCO, 1992, pp. 4-66.

²⁶⁰ Nesse tempo produziu-se a “Proposta de Ante-Projecto para a Reabilitação Integrada da Cidade Velha”, sendo o objetivo principal deste desígnio contribuir para a melhoria das condições socioeconómicas da população e evitar o seu êxodo (cf. FREIRE, Verónica dos Reis. “A Experiência Cabo-Verdiana no Domínio do Património”. In: CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, VII ano, número especial. Porto: Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 1993, p. 70).

²⁶⁰ Cf. SIMON, Paul-Emile, *Ribeira Grande...*, op. cit., pp. 31-37.

²⁶¹ Um Plano Diretor, um Plano de Ocupação dos Solos e um Plano de Desenvolvimento Urbano.

²⁶² Elaboração de um Plano de Salvaguarda adaptado à Cidade Velha e às características da área classificada como Património Nacional.

²⁶³ Cf. *ibidem*, pp. 70-89.

Planos de Gestão até agora produzidos, e a não promulgação do Plano Diretor Municipal, preparado desde 2011, são exemplos evidentes dessa inoperacionalidade.

A finalizar, atente-se nas recentes declarações do primeiro-ministro de Cabo Verde – Ulisses Correia e Silva, que resumem tudo o que foi dito:

«Está e vai estar mais valorizado, porque no nosso programa queremos que a Cidade Velha, como património mundial da humanidade, seja uma referência, não só para os cabo-verdianos, mas também a nível internacional e mundial como, aliás, é a classificação desse património. E como? Qualificando, preservando e restaurando todo esse património. Há acções que já estão em curso, investimentos que estamos a fazer directamente do Orçamento do Estado – requalificação de toda a envolvente da Cidade Velha para que este sítio histórico tenha boas acessibilidades, calçadas, lugares que permitam separar a convivência de animais com pessoas para termos um lugar bonito, em asseado, bem apresentado e que conte histórias para que se torne um forte ponto de atracção de turistas, cientistas e investigadores, para que possamos promover Cabo Verde a partir da Cidade Velha. Temos ali um produto muito forte e estamos a trabalhar de forma integrada para valorizá-lo e valorizá-lo economicamente, com impacto depois no rendimento das pessoas que vivem na Ribeira Grande. Não estou só a falar da Cidade Velha, mas de todo o município da Ribeira Grande de Santiago.»²⁶⁴.

²⁶⁴ MONTEIRO, António. *Ulisses – Governar Diferente*. Praia: Livraria Pedro Cardoso, 2019, pp. 138-139.

4. O PANORAMA MUSEOLÓGICO DE CABO VERDE

4.1. Desde a década de 1870 até ao final do período colonial

Em Cabo Verde, as referências mais distantes relativamente ao seu panorama museológico, tal como noutras possessões ultramarinas, remontam ao século XVIII, intensificando-se no sucedâneo¹. Subjacente a essas concretizações estiveram as viagens científicas realizadas a partir de 1783, organizadas por Domingos Vandelli², mas que comparativamente às pesquisas efetuadas por outros Estados Europeus – Espanha, França e Inglaterra –, tiveram um carácter residual³. João da Silva Feijó⁴ desempenhou um relevante papel nesse período⁵, por via da expedição por ele efetuada, entre 1784 e 1789⁶, daí resultando o “Ensaio Filosófico e Político sobre as Ilhas de Cabo Verde”⁷.

¹ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Museus de Cabo Verde. Continuidade e Inovação”. In. MARINS, Paulo César Garcez (edit.); BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (coedit.). *Anais do Museu Paulista*, vol. 21, n.º 1. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Jan./Jun. 2013, p. 64. Página consultada a 28 novembro 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S010147142013000100006&pid=S0101-47142013000100006&pdf_path=anaism/v21n1/a06v21n1.pdf

² Nos últimos anos do século XVIII, surgiu na Europa, principalmente na Península Itálica, a ideia de que a História Natural poderia contribuir para o progresso científico, económico e social, pois segundo Domingos Vandelli, um museu direcionado para essa tipologia deveria ser um espaço lúdico, pedagógico e estético na exibição das suas coleções (cf. BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 223). O universo museológico português foi bastante enriquecido pelas descrições dos viajantes estrangeiros que visitaram este país entre nos séculos XVIII e XIX, e que podem ser consideradas o primeiro e um importante contributo para o entendimento desta realidade (cf. BRIGOLA, João Carlos Pires. *Os viajantes e o “livro dos museus”. As coleções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros (1700-1900)*. Porto: Dafne Editora/ CHAIA, 2010).

³ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Aspectos das Relações entre Portugal e Angola no Domínio Museológico – as Viagens de Exploração Científica Setecentistas”. In. ICOM. *III Encontro de museus e comunidades de língua portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, p. 81; GUEDES, Maria Estela. “João da Silva Feijó – viagem filosófica a Cabo Verde”. In. CAMPOS MARÍN, Ricardo (dir.). *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. XLIX-1. Madrid: Instituto de Historia (CSIC) 1997, p. 133. Página consultada a 22 de março de 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/381-381-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/381-381-1-PB%20(3).pdf).

⁴ João da Silva terá adotado o sobrenome Feijó, em homenagem ao filósofo espanhol Benito Jerónimo Feijoo, pessoa muito valorizada pelos estudantes de ciências naturais (cf. ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO; Maria Manuel (coord.). *De Cabo Verde para Lisboa: Cartas e Remessas Científicas da Expedição Naturalista de João da Silva Feijó (1793-1796)*, vol.1 – Documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013, pp. 16-22).

⁵ Apesar de contratemos vários, com o seu labor contribuiu para se produzir um maior conhecimento científico sobre este arquipélago (cf. *ibidem*, 16-22).

⁶ GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 64.

⁷ Cf. GUEDES, Maria Estela, “João da Silva Feijó...”, *op. cit.*, p. 131.

A Portaria de 7 de fevereiro de 1859⁸, assinada por Sá da Bandeira, recomendava ao governador de Cabo Verde a instalação de um museu de “produtos naturais”⁹, que auxiliasse ao progresso científico, industrial e comercial deste território¹⁰. Apesar dos avanços verificados¹¹, este propósito não se concretizou – falta de colaboradores com conhecimentos na matéria e as dificuldades financeiras, sociais e económicas, para além de se contar somente com o orçamento da Província¹² –, o mesmo acontecendo com a tentativa do governador Carlos Augusto Franco de constituir uma biblioteca e um museu¹³, como o disposto na Portaria de 1857¹⁴.

A obstar a esta concretização, aluda-se à participação de Cabo Verde, entre 1862 e 1876, em exposições universais e internacionais¹⁵, e à posterior perda desses exemplares para instituições museológicas e de ensino portuguesas e internacionais; e a falta de determinação patenteada pela administração cabo-verdiana para praticar a Portaria supracitada, contrastando esta passividade com a rápida resposta aos pedidos de envio para Portugal desses produtos naturais, em vez de enriquecer as coleções locais¹⁶.

Em janeiro de 1871, o governador-geral da Província de Cabo Verde – Caetano de Almeida e Albuquerque – nomeou uma «[...] comissão directora da bibliotheca e museu

⁸ A publicação deste diploma foi o epílogo de um ciclo legislativo de natureza museológica, protagonizado pela Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar, iniciado em 1838 com a proposta de criação de bibliotecas, museus e jardins botânicos, e retomada em 1857, envolvendo o Estado da Índia, Angola e Moçambique, mas num modelo em que os jardins botânicos não eram incorporados nesse desígnio, culminando todo esse processo em 1959 com a formação de alguns museus (cf. ANTUNES, Luís Pequito. “A efêmera existência do Museu de Produtos Naturais da Cidade da Praia, Cabo Verde, 1859-1876”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, p. 21; GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Reconversão Museológica de Sítios em Cabo Verde. Estudo de caso – Chão Bom do Tarrafal. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, p. 90).

⁹ «Na prática estes museus estavam mais próximos dos museus comerciais do que dos museus de história natural no sentido em que se destinavam a divulgar junto dos comerciantes e industriais, os produtos naturais com potencial interesse para as suas atividades.» (ANTUNES, Luís Pequito. “A efêmera...”, *op. cit.*, p. 20).

¹⁰ Cf. *ibidem*, p. 21.

¹¹ A anuência da disposição de um orçamento para custos com essa instalação, remuneração de colaboradores e transporte dos objetos (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão ...”, *op. cit.*, p. 90).

¹² Cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efêmera...”, *op. cit.*, pp. 22-23).

¹³ Tinha como objetivo o progresso científico, industrial e do comércio da Colónia (cf. Portaria n.º 271, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 45, de 21 de novembro de 1863).

¹⁴ Cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efêmera...”, *op. cit.*, p. 23.

¹⁵ Cf. *ibidem*, p. 33-39. Duas investigações facultam-nos dados interessantes sobre estas e outras exposições (cf. PIMENTEL, Cristina. *O Sistema museológico Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005, pp. 122-147; RODRIGUES, Sandra Marília Monteiro. *Contributos para a História da Museologia em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2012, pp. 54-76).

¹⁶ Cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efêmera...”, *op. cit.*, p. 23.

*nacionaes*¹⁷[...]»¹⁸, inaugurados no dia 8 de abril desse ano¹⁹. Na legislação promulgada²⁰ é evidente o cuidado de dotar esta instituição de mecanismos conducentes ao seu bom funcionamento²¹, à contabilização dos visitantes²², ao seu apetrechamento com espólio capaz de potenciar o seu engrandecimento²³, nem que para tal fosse necessário lembrar a todos os administradores de concelho e à Junta de Saúde da Província para obrigatoriedade de contribuírem para o aumento do número de produtos zoológicos²⁴. É igualmente interessante notar o cuidado tido por essa comissão instaladora em agradecer a todos aqueles que contribuíram para o enriquecimento das coleções²⁵.

O espólio museológico era constituído por duas espingardas, uma bolsa de munições de guerra e objetos abandonados pelos gentios aquando das expedições efetuadas na Guiné²⁶. Do exposto, facilmente se percebe que a missão subjacente à sua constituição, direcionada para a História Natural, havia sido subvertida em favor da glorificação de feitos bélicos

¹⁷ Henrique Coutinho Gouveia lembra-nos de que a denominação “Nacionaes”, no contexto político-geográfico em questão, deve remeter-nos para o vocábulo “Provincial”, utilizado em situações similares, para designar uma infraestrutura de âmbito territorial (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 91). Segundo Luís Pequito Antunes, a denominação “nacional” reportava-se a todo o arquipélago e não somente ao contexto de Santiago (cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efêmera...”, *op. cit.*, p. 41).

¹⁸ Portaria n.º 15, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 2, de 14 de janeiro de 1871.

¹⁹ Cf. Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 14, de 8 de abril de 1871.

²⁰ Este assunto está devidamente escalpelizado por dois investigadores (cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efêmera...”, *op. cit.*, pp. 42-49; GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, pp. 91-93).

²¹ Cf. Regulamento da Bibliotheca e Museus Nacionais na Província de Cabo Verde (apenso à Portaria n.º 80), publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 10, de 11 de março de 1871.

²² Cf. Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 29, de 15 de julho de 1876; Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 45, de 28 de outubro de 1876.

²³ Cf. Bibliotheca e Museus Nacionaes, relatório realizado por Eduardo Augusto de Sá Pinto Balsemão [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 43, de 23 de outubro de 1875.

²⁴ Cf. Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 27, de 1 de julho de 1876; Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 42, de 11 de setembro de 1876.

²⁵ Cf. Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 3, de 15 de janeiro de 1876; Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 27, de 1 de julho de 1876; Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 49, de 4 de dezembro de 1876.

²⁶ Cf. FIGUEIREDO, Jaime de. *A Fundação da Biblioteca Pública da Praia*. Praia: Serviços de Propaganda/Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1951, p. 13.

da Pátria²⁷. Para colmatar essa debilidade expositiva, em 1875, propôs-se a aquisição de peças na Guiné e no Senegal²⁸. Do apresentado, mais uma vez se infere a inflexão do propósito da sua missão inicial, agora orientada para a vertente etnográfica, representativa da cultura material de uma região do continente africano²⁹.

Todavia, a partir de 1876, teve um processo contínuo de definhamento e, em 1892, a sua coleção passou a estar sob tutela da Escola Principal³⁰. A este colapso esteve umbilicalmente ligado a criação, em 1871, do Museu Colonial de Lisboa³¹, não fazendo sentido, face às obrigações legalmente estatuídas, Cabo Verde subvencionar duas instituições tipologicamente similares, embora geograficamente distantes³².

Se é certo que o seu tempo de vida foi curto, aproximadamente duas décadas, podemos considerar o estabelecimento em análise como o tubo de ensaio do contexto museológico cabo-verdiano, apesar das muitas dificuldades detetadas, resultantes da adversa conjuntura vivida no transcurso do século XIX³³. Nessa época, em Cabo Verde, os aspetos culturais foram mais valorizados do que nas outras colónias, o que contribuiu para o desenvolvimento do domínio em análise³⁴.

Neste período surgiram dois museus escolares fundados com fins complementares ao ensino formal³⁵. No Seminário-Liceu de São Nicolau foi criado um espaço com objetos de distinta índole e proveniências, entre estes, os que haviam estado à responsabilidade da Biblioteca e Museu da Praia e que se apresentavam melhor preservados³⁶. Na Escola

²⁷ Cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efémera...”, *op. cit.*, p. 45.

²⁸ Bibliotheca e Museus Nacionaes, relatório realizado por Eduardo Augusto de Sá Pinto Balsemão [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 43, de 23 de outubro de 1875.

²⁹ Cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efémera...”, *op. cit.*, p. 46.

³⁰ Cf. Portaria n.º 256, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 41, de 4 de outubro de 1892.

³¹ Em 1892, foi entregue à Sociedade de Geografia de Lisboa, formando-se um museu colonial e etnográfico (cf. Portaria n.º 256, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 41, de 4 de outubro de 1892).

³² Cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efémera...”, *op. cit.*, p. 57.

³³ Cf. ESTEVÃO; João. “Cabo Verde”. In. VALENTIM, Alexandre; DIAS, Jill (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa (O Império Africano, 1825-1890)*, vol. X. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp.169-185).

³⁴ Cf. REIS, Célia. “Cabo Verde”. In. MARQUES, António Henrique de Oliveira (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa (O Império Africano, 1890-1930)*, vol. XI. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, pp. 130-132.

³⁵ «Estar-se-ia portanto perante tentativas de diversificação da realidade [museológica] do território com alguma continuidade.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 64.

³⁶ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 94.

Principal desta Província³⁷, localizada na Praia, também se previa, tal como o expresso no seu regulamento, provê-la de uma biblioteca, de um gabinete de física, de uma coleção de história natural e de instrumentos planimétricos³⁸. Assim, o Museu e a Biblioteca Nacionais, que haviam sido fundados com fins educativos e de auxílio à instrução pública, viram surgir estabelecimentos auxiliares de ensino com as mesmas atribuições³⁹.

Contrariamente ao que acontecera em Angola e Moçambique, onde no advento da Primeira República já se havia constituído alguns museus, e com distintas tipologias⁴⁰, em Cabo Verde, somente na segunda década do século XX, por iniciativa do governador Filipe Dias de Carvalho, surgiu a ideia de se fundar uma valência desta índole⁴¹, na antiga cidade da Ribeira Grande⁴². Esta medida inseria-se na proteção das ruínas subsistentes, afetando-se um edifício próprio para a criação do Museu Arqueológico-Numismático, com bens provenientes de todas as ilhas do arquipélago, ao qual seriam alocados colaboradores e recursos⁴³.

Na década de 1930, certamente na gesta do que havia sido cogitado preteritamente, monsenhor António Bouças observava ser oportuno revitalizar os testemunhos existentes na Ribeira Grande de Santiago, muito deles em escombros ou jazentes no subsolo, considerando oportuno reuni-los, nomeadamente os móveis, para fazerem parte da coleção de um futuro museu de feição histórica⁴⁴. Este clérigo tinha a expectativa de que esse espaço tivesse muitos visitantes, suportando a sua constatação no interesse demonstrado por universidades estrangeiras neste legado⁴⁵. Porém, este texto não é explícito quanto ao propósito enunciado de se constituir esse museu com objetos oriundos de todas as ilhas, parecendo-nos mais plausível que o autor se estivesse a referir somente aos existentes na primeira capital de Cabo Verde.

³⁷ «Estar-se-ia aqui perante outra realização inovadora no tocante à museologia cabo-verdiana de oitocentos.» (*ibidem*, p. 94).

³⁸ Cf. ANTUNES, Luís Pequito, “A efêmera...”, *op. cit.*, p. 49.

³⁹ Cf. *ibidem*, p. 49.

⁴⁰ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ANTUNES, Luís Pequito. “Angola e Moçambique no contexto museológico da Primeira República”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 28-48.

⁴¹ Não na perspetiva Histórica e Natural como havia acontecido noutros territórios ultramarinos, mas de pendor patrimonial.

⁴² Henrique Coutinho Gouveia considera que este Sítio Cultural era já tido como um testemunho a privilegiar, devendo por isso direcionar-se todos os esforços para se concretizar o propósito pensado (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 90).

⁴³ Cf. Portaria n.º 40..., de 8 de abril de 1922.

⁴⁴ Cf. FUNDAÇÃO JOÃO LOPES, Cidade *Velha*..., *op. cit.*, p. 19.

⁴⁵ Cf. *ibidem*, p. 24.

Passou-se muito tempo sem que o assunto fosse novamente abordado, mas um diploma-legal de 1959, embora não falando explicitamente no contexto museológico, atribui importância aos bens *in situ*, considerando oportuno apresentá-los ao público. Para tal, foi indigitado um Grupo de Trabalho para prover a salvaguarda potencializar, sob o ponto de vista histórico-turístico, as ruínas daquele Lugar de Memória⁴⁶.

Atendendo-se a esta perspetiva global de valorização, no início da década de 1960, o padre António Brásio qualificou a Ribeira Grande de Santiago de Cidade Museu⁴⁷, intentando-se com a utilização desta terminologia relevar a importância da proteção do conjunto patrimonial existente⁴⁸.

Dentro deste período, merece ser feita ainda menção à proposta para a organização, na Ilha da Brava, da Casa-Museu Eugénio Tavares, ideia de José Pedro Godinho Gomes. Mas esse propósito não podia ser executado no imediato, em virtude de praticamente não existir acervo que pudesse retratar o quotidiano daquele escritor, sendo indispensável fazer-se a recolção e pesquisa de peças da época em Cabo Verde, Portugal e nos Estados Unidos da América⁴⁹.

Pelo exposto, denote-se que apesar das tentativas encetadas desde a década de 1920, algumas delas sustentadas legalmente, mas apresentadas de modo descontinuado, avulso e sem critério de cientificidade subjacente, não foi praticável desenvolverem-se as iniciativas projetadas, o que contribuiria para estancar essa destruição.

Com a ação desenvolvida por Luís Benavente em Cabo Verde⁵⁰, particularmente na Ribeira Grande de Santiago, procurou-se prover a recuperação dos bens móveis e imóveis subsistentes, sempre numa perspetiva de conceder uma maior notoriedade a este local,

⁴⁶ Cf. Despacho n.º 16..., de 5 de setembro de 1959.

⁴⁷ Cf. BRÁSIO, António, “Monumentos...”, *op. cit.*, p. 29.

⁴⁸ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Museologia e Arte Contemporânea em Cabo Verde. Valorização do Sítio Cultural da “Cidade Velha”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, p. 81.

⁴⁹ Cf. FUNDAÇÃO EUGÉNIO TAVARES. *Musealização da Casa Museu Eugénio Tavares*. Página consultada a 13 de janeiro de 2016. Disponível em: http://www.eugeniotavares.org/docs/pt/casa_museu/inauguracao_casa_museu.html. Salientar ainda uma investigação sobre o tema que nos elucidada sobre o processo de constituição desta casa-museu (cf. RODRIGUES, Sandra Marília Monteiro, *Contributos...*, *op. cit.*, pp. 80-81).

⁵⁰ Como será possível inferir nos parágrafos seguintes, pensamos que as propostas apresentadas se revestiam de acentuada pertinência, na medida em que conferiam várias tipologias museológicas, consideravam o enriquecimento do espólio recorrendo a várias formas de incorporação, e previam a descentralização destas valências culturais.

assim como gizar e implementar algumas ideias para a sua fruição, por via da exposição museográfica, que não tiveram prossecução⁵¹.

No final da década de 1960, destaque-se a ideia do inspetor superior da Administração Ultramarina – Fernando Pereira Bastos – em constituir-se um arquivo nacional e um museu histórico-didático⁵², cujo acervo seria constituído por documentos diversos, objetos de arte sacra e elementos arquitetónicos, com destaque para as cantarias, retiradas de alguns monumentos da Ribeira Grande de Santiago, que confeririam a esse edifício nobreza e um cunho histórico⁵³. A sua instalação foi outra das questões suscitadas, sugerindo-se São Vicente, com a ocupação da Alfândega, ou a Praia, sendo esta a hipótese melhor aceite, em virtude de estar mais próxima da antiga cidade da Ribeira Grande, de onde viria parte do espólio sacro⁵⁴.

Na apreciação a esta proposta, Luís Benavente criticou a ideia de aplicar nas paredes desse museu motivos decorativos extraídos dos ambientes originais⁵⁵, apresentando o Museu de Nápoles, onde foram inseridos muitos dos bens que se encontravam em Pompeia, e o Museu Machado de Castro, em Coimbra, que albergava espólio pertencente às ruínas de Conimbriga, como dois maus exemplos dessa política patrimonial⁵⁶. Neste contexto, demonstra sensibilidade para assuntos desta índole ao defender que nestes espaços devem estar apenas as peças que por questões de segurança não possam ficar no seu lugar original⁵⁷.

Alguns meses depois, Luís Benavente deu ênfase à necessidade de se constituir uma estrutura desta índole no arquipélago, para expor e guardar os objetos e documentos com

⁵¹ Em 1965, Mesquitela Lima, aquando da sua participação em conferências realizadas em São Vicente e na Praia, já havia sugestionado a ideia para a criação de um museu em Cabo Verde (cf. LIMA, A.G. Mesquitela. *Projecto para a criação de um Museu de Cabo Verde*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1979, pp. 12 -13 [documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia]).

⁵² Fernando Pereira Bastos fez uma longa descrição dos aspetos tidos como pertinentes enfatizar, correlacionados com a umbilical ligação da Metrópole com esta Colónia, e da importância desta nas relações transatlânticas e na gesta dos descobrimentos portugueses. Considerou igualmente importante dar a conhecer rostos que estiveram relacionados com factos e momentos desta Província Ultramarina (cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 3, março de 1969, fls. 39-41).

⁵³ Cf. *ibidem*, fl.19, fls. 37-39.

⁵⁴ Cf. *ibidem*, fl.41.

⁵⁵ «Não nos conformamos portanto com a proposta do Autor da Carta de serem deslocados da Ribeira Grande para serem aplicados no futuro edifício do Museu, pormenores arquitectónicos como pórticos, janelas ou outros, arrancados ao que resta dos edifícios em mau estado, em ruína ou arrancados nas demolições das casas modestas.» (ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 12, 20 de setembro de 1969, fl. 18).

⁵⁶ Cf. *ibidem*, fl. 9.

⁵⁷ Cf. *ibidem*, fl. 9.

eminente valor intrínseco, apresentado como hipótese para o acolher o edifício da Alfândega no Mindelo⁵⁸.

Noutros dois escritos tomámos conhecimento da intenção de transportar algumas lápides sepulcrais existentes dentro e fora da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para um futuro Museu Lapidar e Arqueológico⁵⁹. Do exposto, cotejamos uma outra proposta tipológica para acolher parte do acervo móvel, mas que no nosso entendimento faria sentido ficar como parte da coleção da unidade museológica anteriormente cogitada.

Por fim, aludir ao Projeto de Legislação para a salvaguarda do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde, elaborado em 1971, que relativamente a esta temática fala na necessidade de se constituírem um ou mais museus na Província para expor, guardar ou depositar os “Móveis Arrolados”⁶⁰. É interessante aferirmos que se considerava enriquecer o acervo com objetos pertencentes a particulares, que os poderiam reaver sempre que quisessem⁶¹, cabendo à direção dessa instituição, mediante o espaço disponível, a qualidade e o interesse daquele espólio, aceitar acolhê-lo⁶².

4.2. Museu Nacional – um desígnio nunca concretizado

Contrariamente ao que havia acontecido em Angola, na Guiné Bissau e em Moçambique, Cabo Verde, tal como São Tomé e Príncipe⁶³, não herdou do período colonial qualquer museu⁶⁴, arquivo histórico, ou biblioteca⁶⁵. Após a proclamação da independência, por causa da circunstância económica e social vigente⁶⁶, esta área não foi considerada

⁵⁸ Cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969, fl. 10, alínea 39; fl. 15, alínea 63; fl. 16, alínea 70.

⁵⁹ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 38, [s.d.] [c. 1969], fl. 2; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, doc. 1, 25 de novembro de 1971, p. 3.

⁶⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 81 pt. 1116, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971], fl. 15, Art.º 26.

⁶¹ Cf. *ibidem*, fl. 19, Art.º 36.

⁶² Cf. *ibidem*, fl. 19, Art.º 37.

⁶³ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 65, nota de rodapé n.º 8.

⁶⁴ Nélida Rodrigues considerou, mediante a constatação deste facto, existir «[...] um quadro museológico peculiar [...]» (RODRIGUES, Nélida Maria Lima. “Cabo Verde: O Quadro Museológico em Cabo Verde”. In. ICOM. *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM, 1994, p.23).

⁶⁵ O que foi enfatizado nos Encontros do ICOM de Museus de Países e Comunidades de Língua Oficial Portuguesa (cf. VEIGA, Manuel. “Museus de Cabo Verde”. In. ICOM. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, p. 122; RODRIGUES, Nélida Maria Lima. “Os Museus em Cabo Verde”. In. *III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, p. 62).

⁶⁶ Consideramos esta justificativa pouco sustentada, isto porque em Angola e em Moçambique, durante a guerra civil, fundaram-se museus tipologicamente diversificados. Alguns deles, nesse período de beligerância, foram saqueados e destruídos.

fundamental⁶⁷, não obstante a cultura popular ter tido bastante protagonismo, em razão da sua matriz eminentemente cabo-verdiana⁶⁸.

Todavia, este país tinha outros problemas impeditivos ao desenvolvimento deste domínio. Se por um lado, como vimos no capítulo anterior, a promulgação de legislação contribuiu para uma maior proteção dos testemunhos patrimoniais, por outro, havia falta de especialistas com formação na área capazes de efetuar os procedimentos inerentes à sua inventariação, classificação, conservação e restauro.

Como consequência desta fragilidade, em 1979, aquando da visita a Cabo Verde do secretário geral da UNESCO – Ahmadou Maktar M´Bow – solicitou-se-lhe o envio de técnicos capacitados para orientação de um inventário desses bens e a definição de um Plano de Ação Governamental a favor do Património Cultural⁶⁹.

Ainda nesse ano, Mesquitela Lima, apesar das dificuldades económicas vividas, considerou ser possível constituir-se um museu didático-pedagógico⁷⁰, ao qual estaria acoplado um centro de estudos⁷¹, com o objetivo de demonstrar toda a obra cultural de Cabo Verde⁷². Pensava-se que deveria também abarcar as realidades culturais da África continental e da Europa⁷³, ter réplicas, reproduções e materiais audiovisuais⁷⁴. Foi igualmente sugestionado que a sua morfologia se assemelhasse à forma de uma estrela⁷⁵.

⁶⁷ Ao longo do tempo, esse facto tem vindo insistentemente a ser salientado (cf. RODRIGUES, Nélida Maria Lima. “Site & Archaeological Heritage Conservation at Cidade Velha”. In. ARDOUIN, Claude Daniel; ARINZE, E.N.. *Museums & The Community in West Africa*. London: WAMP, 1995, p. 98; CARVALHO, Carlos. “A Herança Patrimonial e a Política de Conservação. Balanço e Perspectivas”. In. SILVA, Filinto Correia e (coord.). *Cabo Verde – 30 Anos de Cultura (1975-2005)*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005, p. 363; LOPES FILHO, João. “Sugestões para Museus em Cabo Verde”. In. RODRIGUES, Larissa; RODRIGUES, João B. *Artilheira – Jornal – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, ano XVI, n.º 79, novembro- dezembro 2006, p. 2; LOPES FILHO, João. “Por uma Política Museológica em Cabo Verde”. In. LOPES FILHO, João. *Crónicas do Tempo que Passou*. Praia: IBNL, 2009, p. 133.

⁶⁸ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, pp. 94-95.

⁶⁹ Cf. CARVALHO, Carlos; “A Herança Patrimonial...”, *op. cit.*, p. 363).

⁷⁰ Daí poder ser tido «[...] como um contributo precoce [...]» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 96). Porém, esta ideia não mereceu a atenção devida por parte do governo (cf. ESTRELA, Tiago. “Os museus de documentos especiais: uma inovação na Costa Ocidental Africana”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Africana*, número especial 5. Porto: Universidade Portucalense, setembro de 1998a, p. 54).

⁷¹ Museu Amílcar Cabral foi a denominação proposta (cf. LIMA, A.G. Mesquitela, *Projecto...*, *op. cit.*, p. 21).

⁷² Cf. LIMA, A.G. Mesquitela, *Projecto...*, *op. cit.*, p. 13.

⁷³ Cf. *ibidem*, p. 14.

⁷⁴ Cf. *ibidem*, p. 14.

⁷⁵ Cf. *ibidem*, [s.p.] [p. 22]. Neste documento é interessante analisarmos a justificação apresentada pelo autor para a implementação de um museu em Cabo Verde (cf. *ibidem*, pp. 12-21)

No início da década de 1980, o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo propôs a instalação, na Cidade Velha, de um museu de sítio no Convento de São Francisco⁷⁶, e a criação do Museu do Homem Cabo-Verdiano, de cariz etnográfico, composto por testemunhos socioculturais da nação⁷⁷.

Pouco tempo depois, João Lopes Filho reforçou a premência de se constituir um museu de tendência antropológica, representativo da cultura tradicional do arquipélago, suportando as considerações relativas às vertentes educacional, comunicacional, e da proveniência do acervo a expor⁷⁸.

No equador da década de 1980, este antropólogo acrescentou àquelas ideias a necessidade de se constituir o Museu de Cabo Verde⁷⁹, apetrechado de um Departamento Museológico⁸⁰ munido de colaboradores especializados, nomeadamente os coletores e conservadores, e de recursos materiais⁸¹. Mas este propósito esbarrava na falta de legislação estruturada e consignada ao tema e, para ultrapassar este entrave propôs a conjugação de esforços entre as entidades oficiais e particulares⁸².

Nesse mesmo ano, merece destaque a concretização de uma “Exposição Histórico Documental sobre a República de Cabo Verde”⁸³, organizada pelo Arquivo Histórico Ultramarino, e realizada no Centro Cultural do Mindelo. Para além da sua importância

⁷⁶ Que incluiria imagens e fragmentos de retábulos. Parece-nos que a terminologia utilizada – museu de sítio –, em virtude de conter elementos interpretativos deslocalizados de outros contextos, não é a mais indicada para o preconizado.

⁷⁷ Cf. AZEVEDO, Paulo Ormino de, “Cabo Verde...”, *op. cit.*, pp. 36-37.

⁷⁸ Cf. LOPES FILHO, João. *Cabo Verde. Subsídios para um levantamento cultural*. Lisboa: Plátano Editora, 1981, pp. 142-145.

⁷⁹ «Porém, dadas as características específicas do arquipélago, estamos em crer que aquele que melhor servirá o interesse de Cabo Verde será o “museu do tipo polivalente” e que, no conjunto, reúna o máximo de informações acerca do “Homem cabo-verdiano” como ser social e cultural, tendo sempre em conta o meio ambiente em que está inserido e todos os outros aspectos que poderão influenciar e determinar a selecção dos elementos culturais mais representativos dessa sociedade.» (*Ibidem*, p. 42).

⁸⁰ Entre as suas incumbências estaria a «[...] consecução de uma criteriosa recolha, selecção, estudo e conservação de peças com valor histórico, etnográfico, arqueológico e artístico, respeitantes a cada região, ou seja, a cada ilha, para servirem de “fundo” ao futuro “Museu de Cabo Verde”.» (*Ibidem*, p. 41).

⁸¹ Cf. *ibidem*, p. 41.

⁸² Cf. *ibidem*, *op. cit.*, p. 41.

⁸³ Foi a primeira ação desta índole realizada num país africano de língua oficial portuguesa, e integrou-se nas comemorações do 10.º Aniversário da Independência República de Cabo Verde, e nas iniciativas incluídas na inauguração do Centro Cultural Português do Mindelo.

científica e histórica, esta mostra de documentos manuscritos, cartografia, iconografia e postais ilustrados foi detentora de uma apreciável beleza plástica⁸⁴.

Em 1987, inserido no âmbito da cooperação estabelecida entre Cabo Verde e o Brasil, o arquiteto brasileiro Óscar Niemeyer gizou o projeto do futuro Museu Nacional, fronteiro ao Memorial Amílcar Cabral⁸⁵, cuja parte inferior seria dedicada ao Museu da Luta de Libertação Nacional⁸⁶. Pensava-se que esta unidade museológica deveria ter uma orientação etnográfica⁸⁷, tal como o usual em muitos países africanos⁸⁸. Todavia, considerava-se redutor cingir tipologicamente o Museu Nacional de História Cultural à Etnografia, em razão da riqueza da História, Cultura e Identidade do povo cabo-verdiano⁸⁹, pelo que outras disciplinas deveriam igualmente ser ponderadas.

O final da década de 1980 e o início da seguinte marcaram uma inflexão neste propósito, surgindo dúvidas se a ideia de um museu central era a mais adequada à realidade em questão, emergindo um progressivo carácter regionalista, conformado na descontinuidade territorial daquele país. Manuel Veiga defendeu esta nova corrente, assente na criação de pequenas extensões museológicas⁹⁰, e enfatizou o facto de alguns municípios estarem a pensar criar museus regionais e a reutilizarem edifícios históricos como centro culturais⁹¹ onde havia sempre espaço para um museu⁹². Pouco tempo depois, Nélida Rodrigues questionava se o modelo de Museu Nacional de História Cultural⁹³ deveria ser a única

⁸⁴ Cf. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Catálogo da Exposição Histórico-Documental sobre Cabo Verde*. Mindelo-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical; Arquivo Histórico Ultramarino, maio e julho de 1985.

⁸⁵ Intenção somente confirmada seis anos depois (cf. Despacho do Ministério da Cultura e da Comunicação, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 27, I Série, de 26 de julho de 1993). Foi inaugurado em 2000, e está próximo da Avenida de Lisboa, uma das principais artérias da Praia.

⁸⁶ Cf. VEIGA, Manuel, “Museus...”, *op. cit.*, p. 123.

⁸⁷ «E esperava-se que isso fosse “montado”, é o termo usado, rapidamente, indo-se buscar umas peças numa população aqui, outra ali, numa casa, numa pessoa [...]» (RODRIGUES, Nélida Maria Lima, “Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 23). Do exposto como concluiu Henrique Coutinho Gouveia: «Manifestar-se-ia portanto a intenção de se vir a organizar um Museu Etnográfico Nacional a concretizar de um modo expedito e sem grandes exigências metodológicas.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 98).

⁸⁸ Cf. *ibidem*, *op. cit.*, p. 98.

⁸⁹ Cf. RODRIGUES, Nélida Maria Lima, “Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 24.

⁹⁰ Como depreendeu Henrique Coutinho Gouveia, estaríamos perante «[...] iniciativas dotadas apenas com estruturas funcionais parcelares.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 105, nota de rodapé n.º 93).

⁹¹ Ideia já expressa na década de 1980 (cf. LOPES FILHO, João, *Cabo Verde...*, *op. cit.*, pp. 87-96).

⁹² Cf. VEIGA, Manuel, “Museus...”, *op. cit.*, p. 123.

⁹³ «A expressão “história cultural” deverá ser contraposta à de “história natural”, pelo que ficaria em aberto o problema da definição dos estabelecimentos em que se iria centrar esse segundo ramo do saber, emergindo aqui um prenúncio da secundarização que acabaria por prevalecer.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 99).

aposta neste domínio, propondo a disseminação de unidades museológicas pelo arquipélago⁹⁴, reveladores da realidade cultural desses territórios⁹⁵.

Entretanto, encontrou-se um ponto de equilíbrio entre ambas as intenções⁹⁶, sugerindo-se a implementação de um Museu Nacional de História Cultural, bem organizado e apetrechado técnica e cientificamente, constituindo-se concomitantemente pequenos museus locais e regionais especializados⁹⁷, que beneficiariam do apoio e aconselhamento daquela estrutura central, nomeadamente a nível de suporte material e capacitação de colaboradores⁹⁸.

Decorrente das debilidades assinaladas, a ideia da criação do Museu Nacional estava bloqueada, principalmente no que respeita ao seu acervo e espaço consignado para a sua instalação, mas também por falta de sustentação legislativa, pelo que se considerava premente suprir-se essa lacuna⁹⁹.

Em 1990, a constituição do INAC, a quem foram consignadas funções latas no domínio patrimonial, daí decorrendo a formação de alguns departamentos direcionados para áreas específicas, potenciou o aparecimento de novas propostas para o espectro em análise.

Pouco tempo depois, surgiu o Gabinete Museológico¹⁰⁰ destinado à conservação, estudo e preparação do acervo museológico. À época considerou-se que poderia ser a mola

⁹⁴ «A nossa aspiração era ter vários museus nacionais e temáticos espalhados pelas distintas ilhas. Para tal deveríamos ver qual o ponto forte de cada uma delas e a sua idiossincrasia cultural. Podemos dar como exemplos o Museu do Mar em São Vicente, e o Museu de Arte Sacra em São Nicolau, que continuam a marcar a vida daquelas ilhas. Esta ideia de museu de referência resultava do facto de dispormos de poucos recursos humanos e financeiros para estarmos a replicar iniciativas.» (Anexo 7).

⁹⁵ Cf. RODRIGUES, Nélida Maria Lima, “Os Museus...”, *op. cit.*, p. 63.

⁹⁶ «Todo este impasse conduziu a um sucessivo adiamento da proposta para a criação de um Museu Nacional.» (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 99).

⁹⁷ Mas que até hoje não foi conseguido: «Tal como sucede no plano nacional, depara-se a esse nível sobretudo com projectos de intenção ou apenas com um diminuto grau de organização, em que se pretendem documentar as realidades culturais existentes nas diversas ilhas. Uma vasta gama de propostas contrasta assim com uma percentagem concretizações mínimas.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 67).

⁹⁸ Cf. RODRIGUES, Nélida Maria Lima, “Cabo Verde...”, *op. cit.*, pp. 23-24.

⁹⁹ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 100.

¹⁰⁰ Que era parco em recursos humanos. Para além de Nélida Rodrigues, destacar a contribuição de dois técnicos cubanos – a arquiteta Lourdes Bedoya e o museólogo David Soler –, tendo este último elaborado textos importantes para um melhor entendimento das conceções museográficas vigentes naquele tempo (cf. SOLER MARCHÁN, Salvador David. *El Sistema de Documentación en la República de Cabo Verde*. Praia: INAC, 1993 [documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia]; SOLER MARCHÁN, Salvador David. *Manual de Conservación*. Praia: INAC, 1993-1994 [documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia]; SOLER MARCHÁN, Salvador David. *Acerca de la teoría de la exposición. Consideraciones técnicas*. Praia: INAC, 1993 [documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia]).

propulsora para a formação do futuro Museu Nacional, do qual poderia vir a fazer parte, visto que este não dispunha de área suficiente para acomodar laboratórios, reservas técnicas e gabinetes destinados ao trabalho de investigação¹⁰¹.

Após a constituição desse Gabinete Museológico¹⁰², no final de 1991, iniciaram-se os trabalhos de investigação e, em abril de 1992, efetuou-se a primeira recolha de bens, tendo-se conseguido reunir até março de 1993 cerca de seiscentos objetos¹⁰³ obtidos em Santiago, Santo Antão, Brava e Boavista, mas o objetivo era alargar essa pesquisa às restantes ilhas¹⁰⁴.

Julgava-se que o Museu Nacional, quando fosse inaugurado¹⁰⁵, compor-se-ia já da área central expositiva e do Gabinete Museológico¹⁰⁶ e, dependendo das necessidades e condições surgidas, expandir-se para outros locais do arquipélago¹⁰⁷. Numa das salas do INAC organizou-se um espaço para se instalar a reserva técnica e deu-se início à tarefa de localização de acervo que pudessem vir a compor esse museu¹⁰⁸. A par destas ações, a prioridade era a criação de uma base de dados documental de suporte a todo esse projeto¹⁰⁹. Todavia, este propósito de se erigir um Museu Nacional nunca passou de uma possibilidade¹¹⁰.

¹⁰¹Cf. RODRIGUES, Nélida. *Gabinete Museológico*. INAC, [s.d.], (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

¹⁰² «Começámos com uma pequena sala dentro desse edifício [Edifício INAC, na Fazenda], depois fomos para a Casa Padja, mas os problemas com a água das chuvas cedo se manifestaram. Então alugámos uma casa na Achadinha. O acervo era visitável, e éramos visitados principalmente por investigadores e escolas. Por fim, voltámos para o edifício do INAC, visto existirem algumas salas disponíveis, e aí funcionou o Gabinete Museológico.» (Anexo 7).

¹⁰³ A prevalência seria dada a testemunhos tidos como em perigo de desaparecimento, baseados em aspetos antropológicos e históricos, mas a intenção era distender a tipologia a outros domínios científicos e às artes plásticas (cf. RODRIGUES, Nélida. “Gabinete...”, *op. cit.*. Posteriormente, ocorreu uma inflexão nesse propósito, dando-se evidência à componente etnográfica (cf. Anexo 7).

¹⁰⁴ Cf. RODRIGUES, Nélida, “Gabinete...”, *op. cit.*.

¹⁰⁵ No início da década de 1990, a “Casa Padja Quadrangular” foi a escolhida para o sedear, tendo inclusive sofrido algumas adaptações com vista a esse fim, embora se pensasse em contruir um edifício de raiz para o efeito (cf. RODRIGUES, Nélida. “Área Museológica”. In. FREIRE, Verónica dos Reis. *Ciclo de sensibilização no domínio do Arquivo, da História e do Património*. Departamento de Monumentos e Sítios do INAC, 1993, [s.p.] [p. 2] [documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia]). Como constatámos numa nota de rodapé anterior, este imóvel tinha problemas estruturais. Certamente por isso, esse objetivo foi excluído.

¹⁰⁶ Destinado ao público especializado.

¹⁰⁷ Cf. *ibidem*.

¹⁰⁸ Cf. RODRIGUES, Nélida Maria Lima, “Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 24.

¹⁰⁹ Cf. *ibidem*, p. 25.

¹¹⁰ «Enquanto estive à frente do processo, não foi concretizado, mas posteriormente avançou embora fragmentado em várias categorias: Arqueologia e Etnográfico. O ministro da Cultura de então [António Jorge Delgado] tinha muita pressa para a sua inauguração, mas desde logo opus-me à ideia, pois não queríamos colocar somente os objetos nas vitrines. Tínhamos um conceito bem definido – Antropologia e Etnologia –, sustentado numa base eminentemente histórica, e não abrimos mão disso. A intenção sempre

Em 2004, para além de se planejar desenvolver infraestruturas museológicas em cada uma das ilhas¹¹¹, pensou-se criar a base do futuro Museu Nacional. Do seu acervo fariam parte objetos arqueológicos subaquáticos¹¹², colocados no Centro de Restauro e Museologia, que posteriormente passariam para o Quartel Jaime Mota¹¹³, uma construção colonial situada no Centro Histórico da Praia, próximo do Museu Etnográfico e do Palácio Ilda Lobo, duas outras valências culturais desta área¹¹⁴. Em 2005, o processo parecia em avançado estado de realização, pois a recolha de espólio estava praticamente concluída, e as negociações para a saída dos militares desse espaço estavam bastante adiantadas¹¹⁵.

Em 2009, esta decisão foi revertida, porque paralelamente ao processo de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade anunciava-se que o Museu Nacional seria aí erigido, e sugerindo-se igualmente a fundação de um Museu de Arte Contemporânea na Praia e de uma Galeria de Arte/Auditório no Mindelo¹¹⁶, o que pressupõe o início da

foi a constituição do Museu Nacional na Praia – permitia conhecer o Homem cabo-verdiano, enfocando as suas similitudes e diferenças existentes – e montar pequenos núcleos museológicos, como aconteceu na Brava, no Fogo, na Ribeira Grande de Santo Antão, em São Jorge dos Órgãos, em São Nicolau e em São Vicente. A nossa filosofia de trabalho contemplava a deslocação às ilhas. Colaborámos com as câmaras municipais e, em concertação com elas, formávamos uma pequena equipa local e iniciávamos o processo de montagem da exposição.» (Anexo 7).

¹¹¹ Foi uma bandeira política dos sucessivos governos constitucionais da República de Cabo Verde no advento do novo milénio. O seu estabelecimento seria concomitante a outros museus de génese temática (cf. Resolução n.º 5-A/2001, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 6, I Série, 2.º Suplemento, de 13 de março – publica o Programa do Governo para a VI Legislatura 2001-2005; Resolução n.º 16/2006, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 14, I Série, de 22 de maio – publica o Programa do Governo para a VII Legislatura 2006-2011).

¹¹² A salvaguarda e proteção do Património Subaquático tem sido ao longo dos anos colocada em causa, em razão de acordos feitos entre Cabo Verde e empresas estrangeiras vocacionadas para essa atividade com consequências nefastas para este arquipélago (cf. CARVALHO, Gonçalo de. “Património e Arqueologia Subaquática”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 68-73). Em alguns artigos jornalísticos é possível entender a razão pela qual muitos desses bens foram subtraídos ao património do país (cf. SOARES, Alexandre. “Arqueonautas. A odisséia de Nikolaus”. In. FERNANDES, José Manuel. REIS, Bárbara (dir.). *Público*, ano XIX, n.º 6706 (Suplemento Pública), 10 de agosto de 2008, p. 47; SILVA, Rita Vaz da. “Governo e Arqueonautas negociam destino do património marítimo”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XI, n.º 558, sexta-feira, 24 de maio 2002, p. 4; PINA, Constança de. “Achados Arqueológicos em Cabo Verde. Quatro navios e um canhão de bronze”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano VII, n.º 336, sexta-feira, 28 de agosto 1998, p. 2). Mas este problema não é novo, pois já na década de 1950, mergulhadores cabo-verdianos e estrangeiros recolheram do fundo do oceano objetos diversos (cf. OLIVEIRA, Emanuel Charles d’. “A experiência da exploração arqueológica subaquática em Cabo Verde”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XVI ano, número 24. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2002, p.46).

¹¹³ Cf. “PAÍS VAI TER UM MUSEU NACIONAL ÁLEM DE MUSEUS LOCAIS NAS NOVE ILHAS”. *Notícias Lusófonas*, 4 de fevereiro de 2004. Página consultada a 11 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=4992&category=Cabo%20Verde>

¹¹⁴ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 102.

¹¹⁵ Cf. CARDOSO, Pedro Miguel. “Tanto o Estado como os privados têm de fazer cedências”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XIV, n.º 716 (Suplemento Kriolidadi), sexta-feira, 3 de junho, 2005, p. 3.

¹¹⁶ Cf. FORTES, Teresa Sofia. “Vem aí o Museu Nacional”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XVIII, n.º 887 (Suplemento Kriolidadi), sexta-feira, 30 de janeiro de 2009, p. 6.

tentativa de descentralização neste âmbito¹¹⁷. Dentro desta perspetiva, mais recentemente, aventou-se a hipótese de se criar naquele ancestral assentamento populacional um museu do homem crioulo¹¹⁸.

Do exposto facilmente se deduz da inexistência de um propósito consistente para a concretização deste desígnio¹¹⁹, quase sempre alimentado por contributos cronologicamente espaçados, e sem a articulação necessária para o levar por diante¹²⁰. Relativamente ao acervo da sua coleção e respetiva política de incorporações, denote-se a tendência para uma orientação direcionada para o Património Material, observando-se a ausência de disciplinas intrinsecamente ligadas ao Património Imaterial¹²¹, hodiernamente parte integrante nos circuitos de visita dos museus, sendo por isso plausível e aconselhável pensar-se na sua inclusão num putativo futuro Museu Nacional¹²². Mas os sucessivos avanços e recuos, quer quanto ao seu ponto de fixação, à sua estrutura morfológica, ou até relativamente à tipologia a adotar, são evidências de que não existe uma ideia clarividente do que se pretende fazer desde finais da década de 1970¹²³.

4.3. Política Pública para os Museus – propostas e concretizações

Em 1977, surgiu no Mindelo uma galeria de exposição permanente tutelada pelo Centro Nacional de Artesanato¹²⁴, apresentando-se objetos de trabalho artesanal¹²⁵ e outros de

¹¹⁷ «[...] pelo que parecia inserir-se numa estratégia de compensações entre cidades no tocante às realizações de índole museológica.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 103).

¹¹⁸ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museologia e Arte...”, *op. cit.*, pp. 83-84.

¹¹⁹ Acresce o facto de as propostas apresentadas quase nunca discorreram acerca de qual o modelo a adotar, nomeadamente a sua organização funcional e instalações.

¹²⁰ Cf. *ibidem*, p. 103.

¹²¹ Língua, práticas sociais, rituais e atos festivos, tradições e expressões orais, gastronomia, literatura, música. Na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada em Paris, a 17 de outubro de 2003, a Alínea 3, do Art.º 2.º preconiza: «Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do património cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formação e não-formal – e revitalização deste património nos seus diversos aspectos.». Se fizermos o paralelismo com as funções museológicas expressas na Lei 47/2004, apuramos similitudes inequívocas (cf. Lei n.º 47/2004, publicada no Diário da República, I Série, n.º 195, de 19 de agosto – aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses).

¹²² Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 103.

¹²³ «Transparece contudo a inexistência de uma linha de continuidade na condução desse projecto, deparando-se sobretudo com contributos pontuais, cuja articulação não se torna claramente perceptível.» (*ibidem*, p. 103).

¹²⁴ Cf. Decreto n.º 103/77..., de 22 de outubro.

¹²⁵ Muito do espólio do Centro Nacional de Artesanato, que foi considerado o primeiro museu têxtil de Cabo Verde, foi emprestado para completar outras exposições no estrangeiro, mas nunca regressou à

índole etnográfica¹²⁶. Este estabelecimento, que teve o cuidado de implementar um padrão de processamento dos testemunhos existentes¹²⁷, poder-se-ia ter transformado no primeiro museu de Cabo Verde¹²⁸, caso não tivesse ocorrido uma estagnação originada por fatores diversos, entre os quais a falta de pessoas com formação adequada neste domínio patrimonial¹²⁹.

Em 1988, foi inaugurado em São Jorge dos Órgãos o Jardim Botânico Professor Luís Grandvaux Barbosa¹³⁰, tutelado pelo INIDA, dependente do Ministério do Desenvolvimento Rural e das Pescas¹³¹. Este projeto foi uma novidade, em virtude de exhibir em espaço aberto espécimes botânicos vivos, e com um critério expositivo arbitrário, conferindo a esta iniciativa especificidades que merecem ser ressaltadas¹³².

Com a sua implementação concretizava-se uma aspiração remontante ao período oitocentista e, aproveitando este momento, em 1993 surgiu a ideia de se criar em Santo Antão outras áreas com estas características, o que já havia sido preconizado por Luís Grandvaux Barbosa, no final da década de 1950¹³³. Desde então, a possibilidade de se formarem mais jardins botânicos no arquipélago, principalmente na Ilha do Fogo¹³⁴, é tida como uma possibilidade a considerar, antevendo-se como uma via para a conservação da flora endémica¹³⁵.

proveniência (cf. QUEIRÓS, Luísa. “Luísa Queirós responde ao Ministro da Cultura”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano X, n.º 487, sexta-feira, 5 de janeiro de 2001, p. 23).

¹²⁶ Cf. RODRIGUES, Nélida, “Área...”, *op. cit.*, [s.p.] [p. 1]; GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, pp. 105-106.

¹²⁷ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 106.

¹²⁸ «Se tivesse existido o devido acompanhamento museológico e museográfico, certamente poder-se-ia ter transformado verdadeiramente no primeiro Museu Nacional de Cabo Verde, pois tinha tudo para isso.» (Anexo 7).

¹²⁹ Cf. FREIRE, Verónica dos Reis. “A Experiência Cabo-Verdiana no Domínio do Património”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, VII ano, número especial. Porto: Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 1993, p.71.

¹³⁰ Doutorado em Fitogeografia, colaborou com os principais jardins botânicos africanos e europeus, especialmente, nas coleções de herbários. Para além de Cabo Verde, desenvolveu outros trabalhos em Angola e Moçambique (Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 106, nota de rodapé n.º 99).

¹³¹ Cf. TAVARES, L.. “Inauguração em S. Jorge dos Órgãos do Jardim Botânico Nacional”. In. SANTOS, Carvalho (dir.). *Voz di Povo*, ano XII, n.º 727, quarta-feira, 29 de junho 1988, p. 10.

¹³² Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 107.

¹³³ Cf. *ibidem*, pp. 106-107.

¹³⁴ Foi sugerido, mas não concretizado, tal como aconteceu noutras ilhas da Macaronésia, nomeadamente nos Açores e nas Canárias, a possibilidade de se constituir um parque temático subordinado a este tema (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ANTUNES, Luís Pequito. *Ilha do Fogo: Museologia e Património. Missão da UCCLA a Cabo Verde em janeiro de 2005*. Lisboa: UCCLA, 27 de janeiro 2005, pp. 2-3 [documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia]).

¹³⁵ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, pp. 106-107.

O advento do AHN¹³⁶, instalado no Edifício da Antiga Alfândega da Praia, potenciou o aparecimento nesse mesmo imóvel, embora em áreas separadas, do Museu de Documentos Especiais¹³⁷, que contou durante algum tempo com o apoio financeiro¹³⁸ e técnico do WAMP¹³⁹ e de outras organizações ligadas à Museologia e à Conservação e Restauro¹⁴⁰. No início da década de 1990, inscreveu-se no ICOM.¹⁴¹

A nível interno, de realçar o labor desenvolvido pelo então diretor do AHN, José Maria Almeida, pelo filatelista Tiago Estrela, pela museóloga Núria Santos e, mais recentemente, por Lígia Timas e por Ana Mafalda Moreira, sua atual gestora técnica¹⁴².

Do seu espólio fazem parte documentos filatélicos, monetários, numismáticos, cartográficos, e documentos fotográficos e iconográficos¹⁴³. Apesar de estar no mesmo edifício do AHN, o museu era dotado de autonomia financeira e funcional¹⁴⁴. Para começar a dispor de uma coleção, procurou-se sensibilizar pessoas individuais e entidades nacionais e estrangeiras a doarem objetos incluídos nas categorias deste museu¹⁴⁵. Para além da exposição permanente, que recebe a visita de escolas, realizam-se exposições temporárias e itinerantes, prática comum desde a sua criação¹⁴⁶, concebendo-se para esses momentos estratégias comunicacionais direcionadas sobretudo para os mais jovens¹⁴⁷. O Museu de Documentos Especiais cumpre os requisitos inerentes a qualquer museu. Por

¹³⁶ Cf. Decreto n.º 123/88..., de 31 de dezembro.

¹³⁷ Podemos questionar a razão para esta denominação: «*Acima de tudo, pela dimensão, fragilidade e não tridimensionalidade dos objetos.*» (Anexo 8).

¹³⁸ O WAMP financiou o projeto de controlo climático, no que respeita à melhoria do sistema de ventilação e diminuição do impacto da Humidade Relativa (cf. ESTRELA, Tiago. “Uma acção do WAMP”. In. *Revista Lóca*, n. 3. Praia: abril de 1998a, p. 6). Atualmente, as situações acima descritas são ainda tidas como condicionantes à prossecução das boas práticas de conservação do acervo desta Instituição.

¹³⁹ Cf. ESTRELA, Tiago. “O museu de documentos especiais: uma inovação na África Ocidental”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Africana*, número especial 5. Porto: Universidade Portucalense, setembro de 1998b, p. 55.

¹⁴⁰ Cf. Anexo 8.

¹⁴¹ Cf. *ibidem*.

¹⁴² Cf. *ibidem*.

¹⁴³ Cf. ALMEIDA, José Maria. “Patrimoine culturel et documents historiques, le cas du Musée des Documents Spécieux”. In. ICOM. *Quels musées pour l’Afrique? Patrimoine en devenir : Actes des Rencontres*. Paris: ICOM, 1992, p. 178. É interessante percebermos de que forma era delineada e executada esta política de incorporação de objetos na coleção do Museu de Documentos Especiais (cf. Anexo 8).

¹⁴⁴ Cf. ALMEIDA, José Maria, “Patrimoine...”, *op. cit.*, p. 180.

¹⁴⁵ Cf. *ibidem*, p. 178.

¹⁴⁶ É possível enumerar-se algumas delas, efetuadas na década de 1990 (cf. ESTRELA, Tiago, “O museu...”, *op. cit.*, pp. 55-57).

¹⁴⁷ «*Muitas vezes levávamos o Museu de Documentos Especiais até às escolas. O Tiago Estrela elaborou uma espécie de maleta pedagógica em cartão onde eram colocadas em folhas próprias do museu, sob a forma de fotocópias a cores, em tamanho A4, de cada selo ou nota. Aquando dessas visitas falava sobre os mais variados temas.*» (Anexo 8).

essa razão, é um modelo a seguir¹⁴⁸, tanto mais que a sua conceção remonta a uma fase tida como embrionária da museologia desse país, não obstante se denotarem alguns problemas estruturais e funcionais que têm de ser corrigidos¹⁴⁹.

Em 1993, surgiu no Mindelo, o Museu dos Correios e das Telecomunicações dos CTT, tido à época como uma novidade¹⁵⁰. O seu espólio¹⁵¹ era interessante e bem conservado¹⁵², mas por falta de técnicos capacitados¹⁵³, o Serviço Educativo não funcionava na plenitude, acrescentando a essa insuficiência a dimensão e características das instalações¹⁵⁴. Por fim, saliente-se o propósito inicial de dotar este museu de todas as funções museológicas, mas razões diversas, algumas delas referidas nas linhas anteriores, obstaram a tal, o que contribuiu para sua fugaz existência¹⁵⁵.

A concretização dos três exemplos citados, ocorrida entre o final da década de 1980 e o início da sucedânea, consignou à realidade museológica cabo-verdiana uma interessante diversidade de categorias: um Jardim Botânico composto essencialmente por espécimes vivos, um Museu de Documentos Especiais com coleções oriundas do Arquivo Nacional,

¹⁴⁸ «O museu de Documentos Especiais, no Arquivo Histórico Nacional, por aquilo que sabemos, é uma inovação na Costa Ocidental Africana.» (ESTRELA, Tiago, “O museu...”, *op. cit.*, p. 57). Atualmente, a nível mundial, esta tipologia museológica não é muito comum, o que evidencia ainda mais a visão dos mentores deste projeto.

¹⁴⁹ As deficitárias condições de controlo ambiental e os constrangimentos de acessibilidade para pessoas com dificuldades de locomoção.

¹⁵⁰ «O pioneirismo advinha aqui do facto de se estar perante um estabelecimento de empresa, revestindo simultaneamente uma feição especializada dada a sua incidência no domínio tecnológico considerado próximo da arqueologia industrial.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 108).

¹⁵¹ De salientar a existência de outros objetos correlacionados com os domínios da fotografia, rádio e cinema, que deveriam ser conservados e recuperados com vista a uma finalidade documental e interpretativa. Caso esta perspetiva tivesse sido concretizada, poder-se-ia falar num espaço interativo, próximo do conceito de “museu de ciência e tecnologia”, orientado essencialmente para os públicos mais jovens (*cf.* “Museologia e Património de Cabo Verde: relatório sumário da missão realizada por dois docentes da FCSH em setembro de 1998”. In: LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016 p. 394).

¹⁵² A sua coleção, datada entre 1894 e 1963, era constituída por aproximadamente duzentas peças, mas somente cinquenta estavam em exposição (*cf.* ANTUNES, Américo. “S. Vicente recebe primeiro museu de Cabo Verde”. In: CAVACO, Paulo (dir.). *Jornal Cabo Verde*, ano I, n.º 98, quarta-feira, 2 de fevereiro de 1994, p. 4).

¹⁵³ «Posso dizer que todos os atores, sem formação na área da museologia, estiveram envolvidos em todo o processo, assim como a empresa, que nos criou todas as condições para fazermos o nosso trabalho.» (Anexo 7).

¹⁵⁴ *Cf.* GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 108; GOUVEIA, Henrique Coutinho; LOPES FILHO, João, “Museologia e Património...”, *op. cit.*, p. 394.

¹⁵⁵ «Esteve funcional entre 1992 e 1995. A partir daí, começou lentamente a definir porque a equipa que lá estava aos poucos foi saindo e, apesar do esforço de outros colaboradores, jamais conseguiu retomar o ritmo anterior.» (Anexo 7).

e um Museu dos Correios e das Telecomunicações, de tutela empresarial, formado por testemunhos tecnológicos¹⁵⁶.

Em 1997, constituiu-se o Museu Etnográfico da Praia, localizado no Plateau, num edifício histórico e senhorial. O propósito da sua fundação foi o de acolher o acervo recolhido pelo INAC, entre os anos de 1992 a 1995, principalmente nas Ilhas de Santiago, Santo Antão, Boavista e Brava, correlacionados com as mais distintas atividades, assentando o critério de seleção no seu valor utilitário¹⁵⁷.

A sua construção foi uma alternativa ao tão propalado, mas nunca efetivado Museu Nacional¹⁵⁸, podendo considerar-se o Museu Etnográfico, conjuntamente com o seu homólogo de Arqueologia, como os principais sustentáculos da realidade museológica deste arquipélago¹⁵⁹. Mas ao longo do tempo tem sido evidentes lacunas obstantes ao seu bom funcionamento¹⁶⁰. Em 2005, o presidente do IIPC – Carlos Carvalho – falava na sua reabilitação¹⁶¹.

Atualmente, a sua subvenção não está vinculada ao Orçamento do Estado, recebendo diretamente participação do Fundo do Turismo, porque já é detentor de uma certa projeção, em muito potenciada por ser tido como um instrumento de valorização e propagação identitária e cultural.

Em meados desta década voltou a pensar-se num modelo museológico para a Ribeira Grande de Santiago, embora a terminologia adotada – Cidade Museu – seja desprovida

¹⁵⁶ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 65.

¹⁵⁷ Cf. INSTITUTO DA INVESTIGAÇÃO E DO PATRIMÓNIO CULTURAIIS. *Museu Etnográfico da Praia. Catálogo de Exposição*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, maio de 2007, p. 4.

¹⁵⁸ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 109.

¹⁵⁹ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 66.

¹⁶⁰ «No caso do Museu Etnográfico, avultam de imediato dois problemas de base que são os da falta de recursos humanos e da insuficiência de instalações. O primeiro reflecte-se claramente na dimensão científica deste organismo, tendo repercussões em aspectos fundamentais da sua actividade como os da política de incorporações e organização dos sistemas de documentação ou ainda na fundamentação do programa interpretativo. O segundo tem como principal consequência uma estrutura funcional desequilibrada, em que sobressai naturalmente o sector da exposição, aliás esteticamente bem concebido mas que se não encontram contemplados de modo conveniente sectores de importância equivalente como o de reserva.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho; LOPES FILHO, João – “Museologia e Património de Cabo Verde: relatório sumário da missão realizada por dois docentes da FCSH em setembro de 1998”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, p. 396)

¹⁶¹ Cf. CARDOSO, Pedro Miguel, “Tanto o Estado...”, *op. cit.*, p. 3.

de sustentação científica¹⁶². A ideia concetiva assentava na formação de três espaços – uma sala para mostra de materiais oriundos das escavações arqueológicas; um museu casa tradicional, que por falta de muitos materiais originais teria de ser reconstituída; e um centro de produção e venda de produtos artesanais¹⁶³.

Em 1997, realizou-se no Mindelo uma exposição itinerante denominada “A Arte de Trabalhar a Madeira”, apresentada no Palácio do Povo¹⁶⁴, da qual faziam também parte trabalhos de artistas cabo-verdianos, tendo este evento tido uma grande afluência de visitantes, sobretudo oriundos de instituições de ensino¹⁶⁵.

O novo milénio trouxe novidades no que se refere a tipologias e entidades tutelares, procurando-se igualmente efetivar a tão propalada descentralização territorial das infraestruturas desta índole, numa clara tentativa de definitivamente alavancar este segmento cultural.

No final do ano 2000¹⁶⁶, a reconversão museológica da Colónia Penal de Chão Bom¹⁶⁷ foi uma iniciativa impactante, por via da associação ao circuito de visita da componente interpretativa¹⁶⁸. Os anos subsequentes foram de alguma indefinição programática¹⁶⁹,

¹⁶² No passado, muitos projetos tinham a eles ligados esta denominação ou a de Vila-Museu, porque eram mais apelativos.

¹⁶³ Cf. FREIRE, Verónica dos Reis. “Protecção do Património Cultural Construído”. In: FERREIRA, Ondina (dir.). *Cultura: Revista Semestral*, ano 1, n.º 1. Cidade da Praia: Gabinete do Secretariado de Estado da Cultura, setembro de 1997, p. 23.

¹⁶⁴ Depois transferida para o Centro Nacional de Artesanato.

¹⁶⁵ Cf. BRANDÃO, Ana Maria. “Exposição “A Arte de Trabalhar a Madeira” – Mindelo, 1997: Primeira itinerância nos Países de Língua Oficial Portuguesa”. In: *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 167-174.

¹⁶⁶ A ideia de intervenção neste Lugar de Memória remonta à década de 1980, tendo sido escolhido o artista plástico Rogério Ribeiro para a formulação de um programa museológico preliminar (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 129). Nesse tempo, os trabalhos pareciam correr a bom ritmo, pois em 1989 fomos informados de que o Centro de Conservação do Tarrafal se transformaria em Museu da Resistência (cf. VEIGA, Manuel, “Museus...”, *op. cit.*, p. 123).

¹⁶⁷ Mencione-se dois trabalhos académicos sobre o tema (cf. MENDES, Carlos Jorge Silva. *Museu da Resistência: Um Museu Transnacional*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Página consultada a 5 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/55763/2/TESEMESCARLOSMENDES000126869.pdf>; BORGES, Claudino. *Uma Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal – Santiago de Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora, 2014. Página consultada a 12 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/12328/1/Tese%20Mestrado%20-%20Claudino%20Borges.pdf>).

¹⁶⁸ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 136.

¹⁶⁹ No final da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, o seu qualificativo sofreu constantes mutações: “Complexo Cultural e Museístico”, “Museu da Resistência-Centro Cultural”, “Museu Transnacional”, “Museu da Resistência Antifascista e de Luta Anticolonial”, Museu da Liberdade (cf. *ibidem*, pp. 149-151).

sobretudo devido a constrangimentos económicos, tendo sido preponderante para a continuação desta intenção, o apoio da Cooperação Portuguesa e a ação desenvolvida pelo Gabinete de Salvaguarda do Património, do Ministério da Cultura de Cabo Verde¹⁷⁰.

Em 2009, coincidindo com a realização de um “Simpósio Internacional sobre o Tarrafal”, foi reativado o processo de organização do então Museu da Resistência, orientando-se a sua perspetiva museológica para uma abrangência transnacional, conferida inserção no circuito expositivo de elementos relacionados com a vida de presos políticos angolanos, cabo-verdianos e guineenses¹⁷¹. As propostas apresentadas nesse Encontro extrapolaram essa ideia inicial e derivaram para a inclusão de outras valências nesse projeto, conferindo-lhe uma natureza iminentemente intramuros, o que fez cair por terra o conceito de Museu de Sítio, podendo acrescer-se a esta inflexão programática o encerramento do centro interpretativo que estava na antiga secretaria¹⁷².

Em janeiro de 2016, este Lugar de Memória foi rebatizado com o nome de Museu do Campo de Concentração do Tarrafal¹⁷³. A intervenção museológica cingiu-se ao interior desse espaço e a algumas partes das dependências exteriores, mas excluiu outras que tiveram uma importância superlativa na vida desta estrutura prisional, o que coarta a intenção de, na verdadeira aceção da palavra, o denominar Museu de Sítio. Para comprovar o que afirmámos, realçar a colocação, à entrada deste Complexo Prisional, de um mapa com a indicação de estruturas que dele faziam parte, mas sem que outras sejam referidas, assim como a falta de painéis interpretativos junto de testemunhos localizados fora do edifício principal desta Colónia Penal.

Já no decurso do ano de 2020, o Museu da Resistência foi encerrado, sendo intenção do MCIC recuperar, no âmbito do PRRA, os edifícios danificados, e a criação de um percurso de visita, estando este processo de reabilitação ligado ao dossiê de candidatura deste bem a Património da Humanidade.

O Museu da Tabanca, instalado no centro da Assomada, concelho de Santa Catarina de Santiago, foi inaugurado no ano 2000, estando desde junho de 2010 sediado em Chã de

¹⁷⁰ Cf. *ibidem*, pp. 133-134.

¹⁷¹ Cf. *ibidem*, pp. 137-139.

¹⁷² Cf. *ibidem*, pp. 140-142.

¹⁷³ As opiniões dividem-se quando à designação a atribuir-lhe – Colónia Penal ou Campo de Concentração –, apresentando-se justificações para ambas as denominações. Sem querermos extrapolar os limites da nossa investigação, deixamos esta questão para futuros fóruns, utilizando ao longo deste texto ambas as denominações, consoante o contexto da nossa narrativa.

Tanque, numa antiga casa senhorial, constituindo-se por objetos recolhidos pelo equipa do INAC, em 1993 e 1994 e, pelo IIPC, entre 2006 e 2010¹⁷⁴. Foi reaberto em novembro de 2018¹⁷⁵. A sua exposição permanente direciona-se para a descrição desta festividade e compõe-se de instrumentos musicais, trajes, utensílios e registos fotográficos.

Este é um protótipo de um museu comunitário, em virtude da apropriação desse espaço pela população, apesar de patentear algumas debilidades, sobretudo no campo da gestão, concetualização e planificação museológica, facto constatado numa investigação feita em 2013¹⁷⁶.

Em abril 2001, na cidade de São Filipe do Fogo, foi fundada a Casa da Memória¹⁷⁷, uma iniciativa privada, localizada numa habitação térrea assobradada, com pátio interior, cuja construção remonta às primeiras décadas do século XIX. A sua coleção – mobiliário e outros objetos –, disposta em três salas¹⁷⁸, relata a vida social nesta ilha entre 1800 e 1950¹⁷⁹.

Na gesta desta tipologia museológica, no dia 18 de outubro¹⁸⁰ de 2006, foi inaugurada em Vila Nova Sintra, na Ilha Brava, a Casa-Museu Eugénio Tavares¹⁸¹, uma residência

¹⁷⁴ Cf. IPC. *Museu da Tabanca*. Página consultada a 7 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/museologiae-e-museu/museus/museu-da-tabanca>

¹⁷⁵ Cf. IPC. *Reabertura do Museu da Tabanca*. Publicado em 17 de janeiro de 2018. Página consultada a 7 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/287-reabertura-do-museu-da-tabanca>

¹⁷⁶ Cf. BARROS, Denise Cristina Gonçalves de. *O Museu da Tabanca (Chã de Tanque, Santa Catarina) e a comunidade da Tabanca de Achada de Santo António (Praia): projeto de salvaguarda de património cultural e de desenvolvimento comunitário*, vol. I. Trabalho de Projeto. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2013, pp. 33-34. Página consultada a 12 de junho de 2018. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/11638/1/Vol%20I.pdf>

¹⁷⁷ Há algum tempo foi sugestionado, no âmbito no âmbito dos países da CPLP, constituir-se uma Rede de Casas Históricas da CPLP (cf. DORES, André Estrela Rodrigues de Soure. “Rede Museológica de Casas Históricas da CPLP”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, pp. 145-149).

¹⁷⁸ Com uma disposição expositiva próxima dos “conjuntos de época” (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 111).

¹⁷⁹ Cf. BARBOSA, Gilda; WIDMER, Monique. *Casa da Memória*. São Filipe: Edição da Casa da Memória, 2015, pp. 26-103.

¹⁸⁰ Eugénio Tavares nasceu neste mesmo dia, no ano de 1867.

¹⁸¹ Entre outras iniciativas cogitadas nesta categoria, citem-se: a Casa de Amílcar Cabral, em Achada Falcão, Município de Santa Catarina, na Ilha de Santiago; e a Casa de Memória Baltasar Lopes da Silva, em Lajedos, Santo António. Ainda nesta Ilha, aludir à possibilidade de se adaptarem museologicamente as casas de Manuel Lopes e Manuel Velosa, ambas em Lajedos, e a Casa de Roberto Duarte Silva, na Ribeira Grande. Num passado mais próximo, no Mindelo, intentou-se salvaguardar a casa de Adriano Duarte Silva, entretanto demolida (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 88, nota de rodapé n.º 13).

tradicional e senhorial datada do início do século XX¹⁸². O espólio – móveis e peças decorativas de época e réplicas – está exposto na sala de jantar, sala de estar e no quarto¹⁸³, tendo posteriormente sido concebido um novo plano museográfico para este espaço¹⁸⁴. No âmbito do PRRA está a ser efetuada a reabilitação da via pública envolvente e das áreas interiores e exteriores deste imóvel¹⁸⁵.

Ainda nesse ano, concretizou-se o Polo Museológico da Cidade Velha, composto por bens arqueológicos – terrestres e subaquáticos – e etnográficos. Alojado no edifício da Curadoria, a sua estrutura denotou sempre uma manifesta precariedade funcional. Em 2014, esta área expositiva foi desmantelada, e os objetos transferidos para o Museu de Arqueologia da Praia e para o Museu Etnográfico da Praia.

Foi por esta altura em que se começou a falar com mais insistência na necessidade de se conceber uma rede de museus, com diferentes tutelas e tematicamente complementares, com o objetivo de se apresentar de forma interligada os testemunhos ancestrais deste povo, sustentando-se essa conexão num sistema mais económico e eficaz¹⁸⁶. Passado algum tempo, de um modo mais consistente e fundamentado, ao sugerir-se o seu sistema de funcionamento, esse propósito foi reiterado¹⁸⁷.

Em 2008, o Museu Municipal de São Filipe do Fogo¹⁸⁸, instalado num antigo sobrado, conferiu uma novidade tutelar ao contexto museológico de Cabo Verde¹⁸⁹, incidindo o seu discurso expositivo sobre vários aspetos da História desta cidade¹⁹⁰. Mais

¹⁸² Retomando-se uma pretensão remontante à década de 1960.

¹⁸³ Cf. “CASA MUSEU EUGÉNIO TAVARES NA VILA NOVA DA SINTRA, ILHA BRAVA”. Página consultada a 21 de abril de 2018. Disponível em: http://www.eugeniotavares.org/docs/pt/casa_museu/index_casa_museu.html

¹⁸⁴ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Relatório de Gestão – 2011-2016*. Praia: Ministério da Cultura, 2016, p. 59.

¹⁸⁵ Cf. GABINETE DE GESTÃO DA CIDADE VELHA, PATRIMÓNIO MUNDIAL. *Projeto de Reabilitação da Casa Eugénio Tavares*. Ministério da Cultura e Indústrias Criativas: Praia, novembro de 2018.

¹⁸⁶ Cf. LOPES FILHO, João, “Sugestões...”, *op. cit.*, p. 17.

¹⁸⁷ LOPES FILHO, João, “Por uma Política...”, *op. cit.*, pp. 137-143.

¹⁸⁸ Cf. “INAUGURAÇÃO DO MUSEU DE S. FILIPE”, 09 de dezembro de 2008. Página consultada a 17 de março de 2016. Disponível em: <http://museumsaofilipe-fogo.blogspot.pt/2008/12/inaugurao-do-museu-municipal-de-s.html>

¹⁸⁹ Anos antes, dois investigadores haviam demonstrado a pertinência da realização desde intento, inserido num plano lato de salvaguarda e valorização patrimonial (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ANTUNES, Luís Pequito. *Cidade de São Filipe e Ilha do Fogo. Museu de iniciativa municipal – considerações*. Lisboa: UCCLA, outubro 2004 [documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia]).

¹⁹⁰ Num primeiro momento, a Câmara Municipal de São Filipe solicitou à UCCLA apoio para colaborar na organização dessa infraestrutura (cf. *ibidem*, p. 1). Posteriormente, o seu programa expositivo foi concebido por uma equipa da Autarquia de Palmela (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 113, nota de rodapé n.º 130). Efetivamente, o apoio prestado por este município, inserido num protocolo

recentemente, foi concebido um novo plano museográfico, tendo sido feitas algumas alterações ao seu acervo e à conceção expositiva,¹⁹¹.

O Sítio Museológico de Lajedos, assente sobretudo em torno da comunidade que lhe dá o nome e na região circunvizinha, em razão da sua especificidade, apresenta características aproximadas a um museu comunitário e a um museu de sítio. Expõe e interpreta a informação histórica, de génese material e imaterial, suportando-se a sua atividade num edifício que é, ao mesmo tempo, um centro de interpretação, um centro de recursos e um laboratório comunitário¹⁹².

O Centro de Restauro e Museologia foi o germe do Núcleo Museológico da Praia, inaugurado no ano de 2005¹⁹³. Em 2008, passou a designar-se Museu de Arqueologia¹⁹⁴. Para o sucesso desta remodelação, bem como do Museu Etnográfico, em muito contribuiu o apoio técnico e financeiro prestado pela Embaixada dos Estados Unidos da América¹⁹⁵ para a melhoria da sua estrutura funcional¹⁹⁶. Na exposição permanente podem fruir-se artefactos resultantes das escavações arqueológicas subaquáticas realizadas pela Afrimar, entre 1992 e 1996, e pela Arqueonautas *Worldwide*, de 1995 a 2002, algumas delas com acentuado valor histórico¹⁹⁷.

de cooperação, foi fundamental para a continuação deste intento (cf. “MUSEU MUNICIPAL DE S. FILIPE...A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO PARTILHADO”. *Fogo. Cabo Verde. Museu de S. Filipe*, 13 de janeiro de 2009. Página consultada a 18 de junho de 2017. Disponível em: <http://museumsaofilipe-fogo.blogspot.com/2009/01/museu-municipal-de-s-filipe-concretizao.html>).

¹⁹¹ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório...*, op. cit., p. 59.

¹⁹² Cf. LOPES, Leão. “Sítio museológico de Lajedos. Um projecto de desenvolvimento cultural”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 255-256.

¹⁹³ Nesse mesmo ano, realizou-se aí a Exposição “Nos Patrimóniu”, direcionada para as vertentes Etnográfica e Subaquática, importantes vetores da conformação histórica, socio-antropológica e cultural do Homem cabo-verdiano (cf. INSTITUTO DA INVESTIGAÇÃO E DO PATRIMÓNIO CULTURAI. “Nos Patrimóniu”. *Catálogo de Exposição*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, novembro de 2005, p. 6).

¹⁹⁴ «A atribuição do estatuto de museu ao Núcleo arqueológico, situado na capital, patenteia claramente um objectivo que era o de promover uma ampliação do leque de estabelecimentos existentes no país, intenção que se confirmaria com o aproveitamento do edifício do Antigo Centro Nacional de Artesanato, do Mindelo, para a instalação do Museu de Arte Tradicional.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, op. cit., p. 111).

¹⁹⁵ Cf. INAUGURAÇÃO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA. Praia, sexta-feira 24 de outubro de 2008, [documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia].

¹⁹⁶ Cf. NORMAN, Jane. *Conservation Assessment: Institute of Cultural Patrimony Museums*. Praia: Ministério da Cultura de Cabo Verde, 2007 (documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia).

¹⁹⁷ Cf. INSTITUTO DA INVESTIGAÇÃO E DOS PATRIMÓNIOS CULTURAI. *Catálogo Museu de Arqueologia*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, dezembro de 2011, p. 7.

Por essa altura, surgiu o Museu de Arte Tradicional do Mindelo, que em 2010 mudou a sua designação para Casa do Senador Vera-Cruz¹⁹⁸. O seu circuito de visita inicial estava disposto em cinco áreas representativas dos vários ciclos de vida deste imóvel¹⁹⁹. Em 2012, passou a designar-se Centro Nacional de Artesanato e Design.

O Museu de Educação, criado em 2009 e tutelado pela ASPPEC, está localizado no Edifício da Escola Grande, no Centro Histórico da Praia. Este espaço recria o contexto de uma sala de aula e apresenta objetos e outros materiais relacionados com o quotidiano escolar. Futuramente, pretende-se criar blocos expositivos, correspondentes aos vários níveis de ensino, e disseminar esta ideia por vários pontos do arquipélago (Rede de Museus de Educação de Cabo Verde). Prevê-se ainda estabelecer-se Núcleos de Memórias Educativas e, mais tarde, distender este desígnio aos outros PALOP²⁰⁰.

Constituído em 2012, o Museu Virtual da Educação²⁰¹, inserido num projeto patrimonial e educacional, é uma iniciativa conjunta entre várias instituições²⁰², estruturado por níveis de ensino, cada um deles organizado em três eixos temáticos – espaços e equipamentos, recursos didáticos e ensino-aprendizagem –, com o objetivo de resgatar e valorizar a cultura escolar cabo-verdiana²⁰³. Todavia, apesar de evidentes afinidades entre o Museu

¹⁹⁸ Um edifício do final do século XIX, onde viveu esse senador. Como constatou Henrique Coutinho Gouveia, recebeu este nome sem que tivesse havido o cuidado de a transformar numa casa histórica (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 111, nota de rodapé n.º 125).

¹⁹⁹ Cf. FORTES, Teresa Sofia. “Visita Guiada ao Museu de Arte Tradicional”. *A Semana*, 15 de novembro de 2008. Página consultada a 23 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article36969>

²⁰⁰ Informação facultada por Clara Marques, diretora do Museu da Educação, e por Sandra Marília Rodrigues, à época, colaboradora dessa instituição, no dia 18 de abril de 2016.

²⁰¹ Duas investigadoras produziram trabalhos sobre museus virtuais e sua aplicabilidade ao contexto cabo-verdiano (cf. RODRIGUES, Narizanda Tavares. *Museu Virtual da Cidade Velha*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010. Página consultada a 12 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/76/1/Tese%20Final%20-%20Museu%20Virtual%20da%20Cidade%20Velha.pdf>; MELLO, Georgina Benrós de. “O museu virtual de paisagens de Cabo Verde e o turismo”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 295-310). Anteriormente foram propostos projetos desta índole para dar a conhecer a Cidade Velha e os seus Patrimónios, que não tiveram a continuidade desejada (cf. FORTES, Ilda. “Cidade Velha: Património Mundial à distância de um clique”. *Expresso das Ilhas*, 6 de dezembro de 2011. Página consultada a 12 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2011/12/07/cidade-velha-patrimonio-mundial-a-distancia-de-um-clique/28577>

²⁰² Universidade de Cabo Verde, Universidade de Lisboa (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa) e Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Um texto de uma docente da Universidade de Cabo Verde dá-nos a conhecer este projeto (cf. CARVALHO, Adriana. *Projecto Património Cultural e Educação em Cabo Verde. Preservar materiais, desvendar práticas, divulgar patrimónios*. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2013. Página consultada a 22 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://mariaadrianacarvalho.files.wordpress.com/2009/11/projeto-patrimonio-cultural-e-educac3a7c3a3o-em-cabo-verde.pdf>).

²⁰³ Cf. MUSEU VIRTUAL DA EDUCAÇÃO/ CABO VERDE. Página consultada a 18 de julho de 2019. Disponível em: <http://mvecv.ie.ulisboa.pt/>

Virtual da Educação e o Museu de Educação, inexplicavelmente, não funcionam em complementaridade e parceria.

Em 2013, concretizou-se em Porto Novo, Ilha de Santo Antão, o Centro Interpretativo de São João²⁰⁴, sediado na Capela de São João Baptista, até então apenas utilizada anualmente aquando das festas do Santo Padroeiro do concelho. Exteriormente fez-se o levantamento dos principais pontos de paragem dessa romaria e colocação de sinalética com informação histórica e antropológica²⁰⁵. Em 2019, concluíram-se as obras de requalificação da rota de São João, entre a Ribeira das Patas e aquele pequeno templo, que para além de ser uma via de peregrinação, contém informação sobre esta manifestação cultural e religiosa.

Nesse mesmo ano, foi aberto o Museu de São Lourenço dos Órgãos, o pioneiro da Rede Nacional de Museus, mas que viria a encerrar em 2018 por já não poder dispor do imóvel em que estava alojado. A sua conceção era comunitária e etnográfica²⁰⁶, e as suas áreas expositivas – permanente e temporária – tinham como objetivo e aprofundar os conteúdos patrimoniais locais²⁰⁷.

O Museu do Mar²⁰⁸, inaugurado em 2014, ocupa três pisos da Capitania dos Portos²⁰⁹. O seu circuito museológico, composto de apresentações textuais e de objetos, e organizado

²⁰⁴ Porém, as estruturas desta índole existentes no arquipélago não têm sido direcionadas para os âmbitos adequados: «*Sucede que foram criados, em Cabo Verde, centros de interpretação em Chão Bom e na Cidade Velha, constituindo o primeiro uma componente do museu de sítio aí existente. O segundo prefigura-se como um elemento de iniciação da visita ao sítio, tendo sido integrado no programa de recuperação e valorização que vem sendo prosseguido. De sublinhar que nenhum desses centros se articula com uma interpretação in loco, implementada através da organização de itinerários para visitantes.*» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 69).

²⁰⁵ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório...*, *op. cit.*, p. 59.

²⁰⁶ Estes objetos provieram da população e da recolha feita pelo IIPC e pela Câmara Municipal (cf. “INAUGURADO NOS ÓRGÃOS O PRIMEIRO MUSEU DA REDE NACIONAL DE MUSEUS DE CABO VERDE”. *Expresso das Ilhas*, 15 de julho de 2013. Página consultada a 16 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/cultura/item/38432-inaugurado-nos-orgaos-o-primeiro-museu-da-rede-nacional-de-museus-de-cabo-verde>).

²⁰⁷ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório...*, *op. cit.*, p. 59.

²⁰⁸ A sua materialização é mais uma medida de dispersão museológica, com o intuito de não concentrar na Ilha de Santiago e na Praia a grande maioria dos museus de Cabo Verde. Recentemente, aventou-se a hipótese de se instituir o Museu/Centro Interpretativo do Porto Grande do Mindelo, que seria uma forma de valorizar este espaço de referência desta cidade e um complemento ao Museu do Mar (cf. MINISTÉRIO DA CULTURA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS. *Comunicado de Imprensa*. Praia: Governo de Cabo Verde, 20 de julho de 2017. Página consultada a 12 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php/destaques/8096-comunicado-transferencia-da-parte-do-espolio-do-museu-do-mar-para-museu-de-pesca>).

²⁰⁹ No final da década de 1990, já se havia inferido da possibilidade de aí se implementar esse equipamento cultural, tido como uma iniciativa de superlativo interesse, inserida num plano mais amplo de valorização patrimonial do Mindelo (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; LOPES FILHO, João, “Museologia e Património...”, *op. cit.*, pp. 394-395). Em 2002, o Museu do Mar continuava a ser tido como um projeto

por pisos temáticos, dá-nos a conhecer aspetos históricos do povoamento da ilha, do edifício que o acolhe, retrata a importância do Porto Grande para a evolução do Mindelo e apresenta exemplares de peças conexas à economia do mar, reforçando-se esse discurso com testemunhos de pessoas ligadas a essa atividade²¹⁰.

O Museu Norberto Tavares foi aberto no final desse ano, ficando instalado, depois das obras de reabilitação, no edifício onde anteriormente esteve o Museu da Tabanca. O seu leque tipológico é dual, posto abranger a coleção oferecida pelos familiares deste cantor, e dar a conhecer o Património Ambiental e Cultural do concelho de Santa Catarina²¹¹.

O Núcleo Museológico Cesária Évora²¹², uma iniciativa do Ministério da Cultura, da Câmara Municipal de São Vicente e da Associação Cesária Évora, é outra área expositiva do Mindelo, cuja conceção, com financiamento de parceiros publico privados internacionais, se preconizava distender por vários anos²¹³. Foi concebido com o intuito de transmitir o percurso da sua vida pessoal e artística desta cantora²¹⁴. Todavia, detetam-se vários problemas obstantes à sua gestão quotidiana²¹⁵. Futuramente, consideramos que se este projeto for concetual e cientificamente sustentado, é passível de ser englobado na tipologia Casa-Museu, podendo essa intenção passar pela aquisição da residência onde a “diva dos pés descalços” viveu parte da sua vida.

O Museu da Pesca do Tarrafal de São Nicolau, um projeto de interesse público proposto pelo proprietário da SUCLA²¹⁶, em parceria técnica e científica com a M_EIA e a Câmara Municipal do Tarrafal, e com o apoio institucional do Ministério da Cultura, foi

prioritário, mas que demorava a concretizar-se. A réplica da Torre de Belém, que estava num acentuado estado de degradação, foi a escolhida para o acolher (cf. BRITO, Kim Zé. “Museu do Mar Avança”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XI, n.º 558, sexta-feira, 24 de maio 2002, p. 4). Um ano depois, a segunda etapa desse processo, que passava por dotá-la de uma área museológica e de outros serviços, estagnou por causa da falta de apoios financeiros (cf. FORTES, Teresa Sofia. “Mais obras na réplica da Torre de Belém”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XII, n.º 619, sexta-feira, 25 de julho 2003, p. 16).

²¹⁰ Cf. “MUSEU DO MAR”. *Instituto do Património Cultural*, [s.d.]. Página consultada a 15 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/museologiae-e-museu/museus/museu-do-mar?glnophdbieknohln>

²¹¹ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório...*, op. cit., pp. 59-60.

²¹² Foi assim denominado porque houve a consciência de que no estádio de desenvolvimento em que estava, não podia ser classificado de museu.

²¹³ Cf. “NÚCLEO MUSEOLÓGICO CESÁRIA ÉVORA SERÁ INAUGURADO HOJE”. *Notícias do Norte*, 8 de maio de 2015. Página consultada a 4 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://noticiasdonorte.publ.cv/33326/nucleo-museologico-cesaria-evora-sera-inaugurado-hoje/>

²¹⁴ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório...*, op. cit., p. 60.

²¹⁵ « O Núcleo Museológico Cesária Évora, localizado na antiga casa dessa artista, está a funcionar, mas os textos inseridos nos painéis interpretativos contêm muita informação. A ideia do que se pretende comunicar está lá, mas é necessário fazer esse trabalho de síntese.» (Anexo 9).

²¹⁶ Fundada por António Cadório na década de 1930.

inicialmente uma experiência de tutela público-privada²¹⁷. Com o passar do tempo, e sem que fosse visível o apoio do Poder Central para dar prossecução ao que se preconizava para este equipamento cultural, a SUCLA decidiu tomar as rédeas desta iniciativa²¹⁸.

A sua missão científica, cultural e educativa sustenta-se em programas de investigação nos domínios da cultura baleeira e da pesca e indústria conserveira no em Cabo Verde, em exposições permanentes e temporárias, com um circuito de visita disperso por vários pontos da ilha²¹⁹, e em ações educativas propostas e geridas por um serviço específico, que trabalha em sintonia com as instituições de ensino próximas. Dispõe também de uma área comercial onde se podem adquirir produtos diversos, e uma outra com serviço de cafetaria. Salientar que o Museu da Baleia de New Bedford tem uma exposição de longa duração dedicada a Cabo Verde e à atividade dos cabo-verdianos na baleação americana²²⁰.

Em 2015, projetou-se o Museu do Sal²²¹, sito no Centro Cultural de Santa Maria²²². O seu circuito expositivo apresenta as salinas naturais, a população, vinda sobretudo de São Nicolau e da Boa Vista, mas também a presença de estrangeiros, que mudaram a fisionomia e quotidiano deste território²²³. Futuramente, aspira-se a que possam ser dispostos vários nós museológicos junto de testemunhos dispersos pela Ilha do Sal²²⁴. A concretizar-se será um excelente complemento aos produtos sol, praia e mar e funcionar como catalisador turístico.

²¹⁷ Cf. “M_EIA ABERTA 2014. MUSEU DA PESCA EM SÃO NICOLAU”. *M_EIA Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura*. [s.d.] [2014]. Página consultada a 20 de março de 2016. Disponível em: <http://meia.edu.cv/node/35>

²¹⁸ Informação facultada por José Cabral (Conselho Científico do Museu da Pesca de São Nicolau).

²¹⁹ A estrutura central é na residência daquele empresário português.

²²⁰ Informações facultadas por José Cabral (Conselho Científico do Museu da Pesca de São Nicolau).

²²¹ Este processo iniciou-se com um trabalho de investigação de conteúdos, recolha de acervo e redefinição das zonas escolhidas para acolher as funções de retaguarda do museu (cf. MINISTÉRIO DA CULTURA, *Relatório...*, op. cit., p. 60).

²²² Cf. *ibidem*, p. 60.

²²³ Cf. “REDE NACIONAL DE MUSEUS: ILHA DO SAL RECEBE O SEU PRIMEIRO MUSEU”. *Ministério da Cultura*, 5 de novembro de 2015. Página consultada a 20 de março de 2016. Disponível em: <http://www.cultura.cv/destaques/rede-nacional-de-museus-ilha-do-sal-recebe-o-seu-primeiro-museu/>

²²⁴ «As lacunas e deficiências estruturais estão a ser analisadas, e estamos atentos à renovação da linguagem expositiva. Quando o Museu de Arqueologia passar para o Plateau, primeiro, elaboraremos o projeto museográfico e só depois a estrutura física. No Museu do Sal, o conceito vai ser mudado, embora sempre predominantemente numa perspetiva da valorização etnográfica. Assim, em vez de termos um só espaço, vamos fazer estender esta perspetiva museológica a outros locais, não só vocacionada para as comunidades, mas também para os turistas. E essa intenção será possível, por exemplo, na Pedra de Lume, na Palmeira, no túmulo e na casa de Manuel António Martins, o principal responsável pelo povoamento dessa Ilha. O Museu do Sal será pivô deste projeto, com vários núcleos interligados em circuito.» (Anexo 9).

Como a intenção de constituir um museu dedicado a Amílcar Cabral não tinha tido até então desenvolvimentos concretos, no final do ano de 2015, foi inaugurado na Praia, o Museu Virtual Interativo Amílcar Cabral²²⁵. Complementarmente, as fotografias dispostas nas paredes descrevem a sua vida pública e privada. Para além dessa área museológica, pensa-se criar percursos turístico-culturais pioneiros, que levem em conta aspetos sociológicos, históricos, naturais e etnográficos deste Estado arquipelágico.

A exposição “Celebrar Cabo Verde, celebrar o legado de Amílcar Cabral no Mundo”, disposta no Memorial Amílcar Cabral, inaugurada no dia 5 de julho de 2020, aquando das comemorações do 45.º aniversário da independência de Cabo Verde²²⁶, complementa o propósito de evocar a memória desse estadista.

Em 2016, decorrente da constituição da Coleção Nacional de Artes²²⁷, a Galeria Nacional das Artes²²⁸ inaugurou salas de exposição na Praia, no Mindelo e no Sal²²⁹, numa clara tentativa de descentralização cultural. Algumas das suas atribuições eram consentâneas com as praticadas nas instituições museológicas²³⁰, apesar de não estarem contempladas todas as funções a elas inerentes, nomeadamente reservas, segurança e conservação²³¹.

Salientar o aparecimento, em 2018, no Laboratório de Engenharia Civil²³², de uma exposição permanente de cariz lúdico-pedagógico, rica em informações técnico-científicas, de apetrechos usados na construção civil, direcionada especialmente para a comunidade académica²³³. Decorrente da conversa tida com a sua responsável – Carla

²²⁵ Cofinanciado pela União Europeia e inserido no Programa para Atores não Estatais e Autoridades Locais no Desenvolvimento “Memórias Sem Confins. A Descoberta de Cabo Verde”.

²²⁶ Cf. “CELEBRAR CABO VERDE, CELEBRAR O LEGADO DE AMÍLCAR CABRAL NO MUNDO”. TCV, 4 de julho de 2020. Página consultada a 9 de julho de 2020. Disponível em: http://www.rtc.cv/index.php?paginas=47&id_cod=92475

²²⁷ Cf. Resolução n.º 30/2016..., de 16 de março.

²²⁸ Cf. Portaria n.º 64/2015, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 81, I Série, de 17 de dezembro – cria junto da Direção Nacional das Artes uma equipa de trabalho denominada Galeria Nacional de Artes.

²²⁹ « A sua instalação em Santiago, numa sala da Biblioteca Nacional e no Centro Cultural Ilda Lobo, em São Vicente, no Centro Nacional de Artesanato e na Ponta d’Areia Gallery, e no Sal, no Centro Cultural de Santa Maria, está relacionada com o facto de esses serem os locais mais adequados para esse projeto. Essas três ilhas apresentam particularidades passíveis desta efetivação: Santiago, por ser a capital de Cabo Verde e aqui existir uma assinalável produção artística; São Vicente, pela mesma razão; e o Sal, pela sua vocação para a circulação de pessoas oriundas de outros países.» (cf. Anexo 10).

²³⁰ «A Coleção tem como fim principal a inventariação, classificação, documentação, manutenção e gestão artística do acervo geral das obras do Estado.» (Resolução 30/2016..., Art.º 4.º, de 16 de março).

²³¹ Cf. Anexo 10.

²³² No bairro de Tira Chapéu, uma área periférica da Praia.

²³³ Cf. “INAUGURAÇÃO DO MUSEU”. Laboratório de Engenharia Civil, [s.d.] [maio de 2018]. Página consultada a 19 de junho de 2019. Disponível em: https://lec.cv/lecepe/museu_inauguracao/

Martins –, foi possível constatar o empenho patenteado pela instituição tutelar²³⁴ para que se cumpram os requisitos essenciais para o seu pleno e efetivo funcionamento.

O Centro Interpretativo do Território de Porto Novo foi inaugurado em março de 2019, inserindo-se esta iniciativa no projecto RAIZES-Redes Locais para o Turismo Sustentável e Inclusivo em Santo Antão, promovido pela Associação para a Defesa do Património de Mértola, e cuja concretização, concomitante à abertura do primeiro posto de turismo desta ilha, tem como objetivo servir os propósitos do turismo sustentável deste território, ligado às montanhas e à natureza²³⁵.

Passado pouco tempo foi inaugurada, em São Filipe do Fogo, no edifício da Casa das Bandeiras, uma sala-museu centrada na mostra de objetos relacionados com o ritual da bandeira e os seus protagonistas, mas que não teve o envolvimento do IPC, pelo menos na fase decisiva da sua conceção²³⁶.

No final desse ano, constituiu-se na Boa Vista²³⁷ o Museu dos Náufragos, uma iniciativa privada²³⁸ de cariz antropológico. A exposição permanente aborda três temas principais através de distintas abordagens: a História e a Cultura das Ilhas de Cabo Verde, a linguagem universal da arte, o caminho de um náufrago para a salvação. Futuramente, está também previsto realizarem-se exposições temporárias de artistas locais e internacionais²³⁹.

Pouco tempo depois, surgiu o Centro de Interpretação das Salinas do Porto Inglês, uma iniciativa inserida no âmbito do Projeto de Dinamização e Requalificação Turística na Ilha do Maio, que contou com a participação de múltiplos parceiros cabo-verdianos e portugueses e prevê criar condições para que o turismo seja desenvolvido numa base

²³⁴ O Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação.

²³⁵ PATOLA, Inês. “ADPM: Porto Novo já tem Centro de Interpretação do Território”. *Rádio Voz da Planície*, 13 de março de 2019. Página consultada a 20 de março de 2019. Disponível em: <https://www.vozdaplanicie.pt/noticias/adpm-porto-novo-ja-tem-centro-de-interpretacao-do-territorio>

²³⁶ “FOGO: INICIADA INSTALAÇÃO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA CASA DA BANDEIRA”. *Sapo Viajar*, 27 de março de 2019. Página consultada a 18 de julho de 2019. Disponível em: <http://viajar.sapo.cv/noticias/fogo-iniciada-instalacao-do-nucleo-museologico-da-casa-das-bandeiras>

²³⁷ O aproveitamento do Forte Duque de Bragança para fins interpretativos/museológicos, é outra possibilidade que se pondera executar num futuro próximo (cf. “FORTE DUQUE DE BRAGANÇA VAI SER TRANSFORMADO EM MUSEU”. *Expresso das Ilhas*, 19 de dezembro de 2019. Página consultada a 28 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/19/forte-duque-de-braganca-vai-ser-transformado-em-museu/67137>).

²³⁸ De uma associação formada por cabo-verdianos e italianos.

²³⁹ Cf. MUSEU DOS NÁUFRAGOS. Página consultada a 25 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.museudosnaufragos.com/>

solidária e comunitária. Para além desse espaço interpretativo que nos dá a conhecer a importância desse produto, exteriormente são facultados postos de observação de aves e trilhos para passeios nesta área protegida²⁴⁰.

A finalizar, referir as áreas expositivas da Assembleia Nacional, da Presidência da República. Apesar de não estarem apetrechadas com todas as funcionalidades museológicas, é plausível que futuramente tal venha a ocorrer. Todavia, será necessário efetuar-se um estudo preliminar para se pensar no que se quer desenvolver. Dado estarem alojados dentro de espaços consignados ao exercício da atividade dos respetivos órgãos de soberania, as visitas são sujeitas a marcação antecipada. Uma outra iniciativa que merece referência é a coleção do Banco de Cabo Verde, que não é de acesso público²⁴¹.

Do que escrevemos nesta parte deste capítulo, em Cabo Verde, é evidente uma certa ansiedade museológica, transparecendo por vezes que mais importante do que concretizar é anunciar o que se pensa vir a fazer. Assim acontece desde a década de 1990, quando o Ministério da Cultura e da Comunicação, propôs instalar vários museus neste país²⁴².

Mais recentemente surgiram outras propostas que sobremaneira ajudariam a conferir ao contexto em análise um leque tipológico distendido, fragmentação tutelar e uma mais equitativa distribuição territorial destes equipamentos²⁴³. Enquadrar-se-iam

²⁴⁰ Cf. AMARAL, André. "Porto Inglês: Centro Interpretativo das Salinas do Maio é oportunidade para desenvolvimento turístico". *Expresso das Ilhas*, 14 de dezembro de 2019. Consultado a 18 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/14/porto-ingles-centro-interpretativo-das-salinas-do-maio-e-oportunidade-para-desenvolvimento-turistico/67075>

²⁴¹ Em 2002, o museólogo e museógrafo Héctor Martínez desenvolveu para esta instituição bancária um Programa Museológico devidamente sustentado.

²⁴² O Museu do Mar, no Mindelo, o Museu de Arte Sacra, em São Nicolau, e o Museu Histórico, na Cidade Velha, e outros museus especializados, como o das Romarias, em Porto Novo, Santo Antão, o Museu de Arqueologia Industrial, em São Vicente, e o Museu da Cidade, em São Filipe do Fogo (cf. FREIRE, Verónica dos Reis, "A Experiência...", *op. cit.*, p. 71). Em 2005, João Lopes Filho deu-nos a conhecer os museus existentes, os projetados, e outras estruturas que até então não haviam atingido o estatuto de museu (cf. LOPES FILHO, João. "Museus de C.V." In. CRISTÓVÃO, Fernando (Dir. e Coord.) [et.al.]. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005, p. 744).

²⁴³ «[...] ter-se-á de reconhecer que a iniciativa regional não adquiriu ainda em Cabo Verde uma presença condizente com as potencialidades inerentes às suas características culturais e geográficas.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, "Reconversão...", *op. cit.*, p. 105).

perfeitamente no explicitado, o Oceanário²⁴⁴, os museus de cidade do Mindelo²⁴⁵ e da Praia²⁴⁶, o Museu da Música²⁴⁷, o Museu de História Militar²⁴⁸, o Museu do Carnaval, várias Casas-Museu e o Museu da Diáspora.

²⁴⁴ Pelo impacto que iria provocar, seria capaz de proporcionar ao Mindelo a notoriedade almejada (cf. LIMA, Carla. “Oceanário do Mindelo é uma obra arquitectónica virada para o futuro”. In. ARENA, Joaquim Rosário. *O Cidadão*, ano I, n.º 12, 5 de novembro de 1999, p. 4). Passados alguns anos considerava-se a sua não execução como uma oportunidade perdida para o arquipélago e para São Vicente, que ficariam de fora da rota do desenvolvimento do turismo científico-cultural mundial (cf. SILVA, Américo. “O oceanário, um projecto adiado!”. In. MONTEIRO, António (dir.). *Expresso das Ilhas* (Suplemento Cultura), n.º 537, 14 de março de 2012, p. 11).

²⁴⁵ A valorização e interpretação do Património Ambiental e Cultural do Mindelo e da Ilha de São Vicente foi sugestionada nos primeiros anos do século XXI (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Valorização do património de Cabo Verde. Sugestões apresentadas ao Atelier do Mar*. Lisboa, maio 2003, pp. 3-5 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia). Passado algum tempo, essa ideia foi reforçada (cf. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE. *Museu de São Vicente. Ante-Projecto/documento de trabalho*. São Vicente: Câmara Municipal de São Vicente, 2008, p. 3. Página consultada a 27 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/guiao_expo_seminario_mindelo.pdf).

²⁴⁶ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Um Museu de Cidade na Praia: perspectivas de renovação do panorama museológico de Cabo Verde”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 241-161. Este investigador sugeriu também museus e centros de ciência, museus de vizinhança e comunitários, um museu do desporto, e museus escolares (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus...”, *op. cit.*, pp. 72-73).

²⁴⁷ A Câmara Municipal do Mindelo tem procurado que esse museu seja em São Vicente, mas a falta de técnicos capacitados tem obstado a essa vontade (cf. FORTES, Teresa Sofia. “CM quer museu da música em S. Vicente”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XIII, n.º 675, sexta-feira, 20 de agosto 2004, pp. 14). Nos últimos anos, a hipótese da sua criação na Praia é tida como eminente.

²⁴⁸ O projeto pensado afigura-se como inovador e descentralizado visto contemplar as três regiões militares de Cabo Verde, sendo igualmente interessante a perspectiva de que se pretende criar um Museu da História Militar e não um Museu das Forças Armadas (cf. Anexo 11).

5. OS PATRIMÓNIOS DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. O PROCESSO DE CANDIDATURA A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

5.1. O Património Cultural e a sua evolução concetual ao longo dos séculos

«Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjectivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório.»¹.

Balizar terminologicamente este vocábulo não é um exercício fácil, visto poderem ser-lhe atribuídas diferentes aceções. Património Cultural² são todos os testemunhos que um ser individual ou um grupo de indivíduos marca como seu³. Este conceito é uma construção social idealizada para um determinado contexto espacial e temporal, para servir determinados fins, que pode ser historicamente mutável, de acordo com novos critérios ou interesses⁴. Neste processo de legitimação do Património Cultural considera-se a natureza, a história e a genialidade/inspiração criativa os critérios constituintes, que são firmes e estáveis, e a obsolescência, a escassez e a nobreza os critérios concomitantes, que dependem de valores hegemónicos voláteis, que só adquirem o estatuto de referentes patrimoniais se forem conectados aos critérios constituintes⁵. Em virtude de representar – material e imaterialmente – o que para nós tem verdadeiro significado, é indissociável da identidade, dos valores simbólicos e da memória⁶.

Do ponto de vista internacional, distinguem-se quatro etapas principais para a consolidação deste conceito: de 1790 a 1794, surgimento do sentido atual do termo da palavra na língua francesa; do início do século XIX até à década de 1920, período atinente à sua lenta institucionalização; entre 1930 e 1945, correspondente à sua

¹ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 11.

² Excluindo o de génese intergeracional, podemos segmentá-lo em sete áreas: natureza, paisagem, monumentos, artefactos, atividades, pessoas e sítios (cf. ASHWORTH, Gregory; HOWARD, Peter. *European Heritage. Planning and Management*. Exeter: Intellect Books, 1999, pp. 11-15).

³ Cf. BALLART, Josep. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel Patrimonio, 1997, p. 17.

⁴ Cf. PRATS, Llorenç. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel Antropología, 1997, pp. 19-20.

⁵ Cf. *ibidem*, pp. 27-28.

⁶ Cf. JORGE, Vítor Oliveira. *Arqueologia, Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, pp. 19-21; SILVA, Elsa Peralta da. “Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural”. In: TRIGO, Salvato (dir.); ROSA, Victor Pereira da (dir. edit.). *Antropológicas*, n.º 4. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2000, p. 219; PINTO, Helena. *Educação Histórica e Patrimonial: conceções dos alunos e professores sobre o passado em espaços presentes*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2016, pp. 21-22.

internacionalização; desde a década de 1980 até à atualidade, quando esse conceito se alargou para o domínio imaterial e ocorreu a sua integração dentro da lógica de mercado⁷.

Apesar de ao longo dos séculos ter sempre existido uma preocupação com a salvaguarda dos bens patrimoniais⁸, mormente a partir do Renascimento Italiano⁹, quando se começou a formatar uma cada vez maior consciência histórica do passado¹⁰, terá sido Leibniz, em 1690, que pela primeira vez utilizou o vocábulo Património Cultural¹¹, somente institucionalizado após a Revolução Francesa. A partir de então, o Estado tomou a seu cargo uma sistemática atividade de conservação dos monumentos históricos nacionais e outros de testemunhos – castelos, mosteiros, abadias – que embora representativos do Antigo Regime¹², serviam para apelar à ancestralidade e aos feitos passíveis de evocar os acontecimentos mais marcantes dessa Nação¹³, e sentidos como uma forma de apropriação coletiva¹⁴. Ainda bem dentro deste fervor revolucionário, em 1790, surgiu o conceito de Monumento Histórico¹⁵, e foram elaborados os instrumentos de preservação – museus, inventários, classificação e reutilização – que lhe são inerentes¹⁶.

A década de 1820¹⁷ foi a da afirmação do Monumento Histórico. O advento da Revolução Industrial¹⁸ contribuiu para lhe ser prestada uma maior notoriedade ao seu valor estético e à conservação, isto porque essa sociedade não consignava espaço aos tecidos urbanos antigos e aos monumentos. A partir de 1850, grande parte dos países europeus, independentemente do seu grau de industrialização, devotaram especial atenção ao

⁷ Cf. DESVALLÉES, André; MAIRISSE, François (dir.). *Dictionnaire Encyclopédique de la Muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011, p. 424.

⁸ O que pode ser constatado num conjunto de textos escritos entre os séculos XII e XX (cf. CHOAY, Françoise. *As questões do Património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 59-214).

⁹ Remonta a esse tempo as primeiras medidas de salvaguarda patrimonial emanadas pelas cidades-estado italianas que, com exceção da França de Francisco I, não tiveram ressonância na Europa (cf. GUILLAUME, Marc. *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras – Editores, 2003, pp. 101-102).

¹⁰ A Primeira Revolução Cultural Europeia (cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria...*, op. cit., pp. 21-26).

¹¹ Cf. DESVALLÉES, André; MAIRISSE, François (dir.), *Dictionnaire...*, op. cit., p. 421.

¹² Anteriormente, a sua tutela era estritamente privada, daí se falar em objetos e lugares de génese religiosa, monárquica e familiar. Após a queda do Antigo Regime, esse legado passou a ser pertença de todos os cidadãos (um bem coletivo da nação francesa) e a estar sob proteção legislativa (cf. BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994, pp. 13-70).

¹³ À época havia a consciência de que romper com o passado feudal não significava abolir a sua memória tangível e intangível, pois fazê-lo era apagar uma parte da História da França (cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria...*, op. cit., p. 96).

¹⁴ Cf. *ibidem*, p. 85.

¹⁵ Mas que só apareceu nos dicionários na segunda metade do século XIX.

¹⁶ Cf. *ibidem*, pp. 23-24.

¹⁷ Tome-se como ponto de partida a publicação da obra “Voyages pittoresques et romantiques dans l’ancienne France”, publicada nesse ano por Charles Nodier e pelo barão Taylor (cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria...*, op. cit., p. 111).

¹⁸ A Segunda Revolução Cultural Europeia (cf. CHOAY, Françoise, *As questões...*, op. cit., pp. 26-29).

Monumento Histórico¹⁹. Podem evocar-se dois textos como as alavancas desse processo: um relatório apresentado, a 21 de outubro de 1830, por Guizot²⁰ ao rei, através do qual considerava oportuno criar-se o cargo de inspetor dos monumentos nacionais²¹; e o panfleto crítico publicado por John Ruskin em 1854 acerca da inauguração em Londres do Crystal Palace²².

A acolitar este processo de consagração do Monumento Histórico podem referir-se outras conjunturas ocorridos nesse século XIX, que ajudaram a essa consolidação: o recrudescimento dos nacionalismos²³; o Romantismo²⁴; o aparecimento da fotografia²⁵; e o turismo da arte²⁶.

Esse século foi também marcado pelo surgimento das teorias de restauro anti intervencionista (John Carter, John Ruskin e William Morris)²⁷, intervencionista (Viollet-le-Duc)²⁸ e, mais tarde, do método do restauro moderno inspirado nas duas doutrinas anteriores (Camillo Boito influenciado por Alfredo d'Andrade)²⁹. Alöis Riegl³⁰, incumbido da reorganização legislativa dos monumentos austríacos, estabeleceu princípios para a preservação histórica com base em valores³¹ atribuídos aos monumentos³².

Por essa altura, arqueólogos, expedicionários e homens da cultura consideravam não ser possível à Grécia e à Turquia salvaguardarem devidamente os seus legados, o que foi

¹⁹ Cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria...*, *op. cit.*, pp. 112-113.

²⁰ Ministro do Interior de França.

²¹ Surgindo, nesse mesmo ano, a Inspeção dos Monumentos Nacionais e, em 1838, a Comissão dos Monumentos Nacionais (cf. DESVALLÉES, André; MAIRISSE, François (dir.), *Dictionnaire...*, *op. cit.*, p. 427).

²² Cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria...*, *op. cit.*, p. 113.

²³ Que elevou à categoria de monumento muitos edifícios sem carga memorial, mas tidos como importantes para a afirmação da História Nacional (cf. CHOAY, Françoise, *As questões...*, *op. cit.*, pp. 27-28).

²⁴ Procurou resgatar uma nova sensibilidade em relação à natureza e às reminiscências ancestrais, nomeadamente as da Idade Média e da Arte Gótica, estando por isso a fruição desses bens mais focalizada no patamar do hedonismo do que relacionada com o seu valor estético (cf. *ibidem*, p. 28).

²⁵ Demonstrou ser um importante veículo de captação da essência dos monumentos e da sua valorização (cf. *ibidem*, p. 28).

²⁶ Karl Baedeker editou os primeiros guias turísticos centrados nos monumentos antigos e nos museus (cf. *ibidem*, p. 29).

²⁷ Cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria...*, *op. cit.*, p. 130; VAZ, Pedro, *Edificar no património: pessoas e paradigmas na conservação & restauro*. Lisboa: Edições 70, 2019, pp. 155-171.

²⁸ Cf. *ibidem*, p. 133; *ibidem*, pp. 141-153.

²⁹ Cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria...*, *op. cit.*, pp. 136-138; VAZ, Pedro, *Edificar...*, *op. cit.*, 176-189.

³⁰ Filósofo, jurista e historiador austríaco.

³¹ Valores de Rememoração (Valor de Antiguidade, Valor Histórico e Valor de Rememoração Intencional) e Valores de Contemporaneidade (Valor de Uso e Valor Artístico [de Novidade e de Arte Relativo]).

³² Cf. RIEGL, Alöis. *O Culto dos Monumentos Modernos e outros ensaios estéticos*. Lisboa: Edições 70, 2013, pp. 27-65; VAZ, Pedro, *Edificar...*, *op. cit.*, pp. 243-247.

razão suficiente para a sua recolha e entrega a museus de Londres, Paris ou Viena³³, capazes de os tratar devidamente³⁴. Hodiernamente, esta questão está na ordem do dia, sendo recorrente ouvirmos reclamações de muitos Estados, sobretudo os que durante séculos foram colonizados, com destaque para os do continente africano, a reclamarem a restituição de bens subtraídos do seu contexto original.

No início do século XX, a arquitetura passou a conhecer linguagens mais modernas, em consequência da recusa dos arquitetos pelas arquiteturas históricas e decorações revivalistas, decorrendo dessa mudança o desprezo pela conservação e pelo restauro, e a consequente valorização da condição original do testemunho. Todavia, esta teoria não teve repercussão prática, em virtude de muitos desses arquitetos continuarem a seguir o preceituado pelo movimento romântico³⁵.

Igualmente importante foi a adoção da proposta de divisão entre “monumentos mortos” e “monumentos vivos”, apresentada em 1893, mas só institucionalizada no Congresso Internacional dos Arquitetos, ocorrido em Madrid, no ano de 1904. A partir desse momento, estabeleceu-se que os monumentos com utilidade social seriam conservados ou restaurados, enquanto nas ruínas arqueológicas se evitaria apenas o seu desaparecimento e proceder-se-ia ao seu aproveitamento museológico³⁶.

Apesar do emanado naquele Congresso ter sido largamente aceite, houve quem propusesse novas reflexões sobre este tema. Realçar a ação desenvolvida por Luca Beltrami³⁷, que discordava dessa dicotomia, pois para ele o valor artístico deveria sobrepor-se aos demais, propondo que a reconstrução dos edifícios teria de ser baseada em documentos históricos credíveis, nos projetos dos seus autores originais ou em fontes escritas e iconográficas³⁸.

A partir da década de 1930 e até aos dias de hoje, o explicitado nas Cartas, Recomendações e Convenções objetiva um conjunto de preceitos e observâncias, incidentes sobre vários parâmetros, tendentes a garantir uma profícua gestão, conservação

³³ Entre muitos exemplos, cite-se o caso dos frisos do Pártenon de Atenas que ainda não foram devolvidos por Inglaterra à procedência.

³⁴ Cf. VAZ, Pedro, *Edificar...*, *op. cit.*, pp. 189-190.

³⁵ Cf. *ibidem*, pp. 237-238.

³⁶ Cf. *ibidem*, pp. 238-239.

³⁷ Aluno de Camillo Boito.

³⁸ Cf. *ibidem*, 240-243.

e valorização desses legados ancestrais³⁹. Apesar da relevância de todas elas, a Carta de Atenas (1931), a Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios (1964), a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), são aquelas cuja importância é mais vincada, e que em algumas situações serviram de arquétipo a outros documentos produzidos⁴⁰.

Como bem refere uma investigadora, apesar do seu superlativo interesse, estes textos estão longe de se constituírem como um conjunto monolítico, em virtude de terem sido elaborados em períodos distintos, por entidades/grupos diversos, com diferentes finalidades e com resultados diversos. Segundo ela, o aí aclarado não pode ser visto como um normativo legal, devendo ser reajustado às idiossincrasias culturais de cada país e conseqüentemente vertido para legislação nacional⁴¹.

No final da II Guerra Mundial, os vestígios da antiguidade, os edifícios religiosos e os castelos continuavam a ser as três grandes categorias de monumentos históricos prevalentes⁴². A jusante desse acontecimento assistiu-se na Europa⁴³ à propagação de novas arquiteturas – menor, vernacular, industrial⁴⁴ – e ao alargamento do segmento patrimonial aos conjuntos construídos e ao tecido urbano. Como resultado desta metamorfose, podemos considerar a primeira metade da década de 1960 como a do fim da consagração do Monumento Histórico⁴⁵.

Nas últimas décadas temos assistido à propagação vertiginosa de tentativas para rentabilizar e dar a conhecer os distintos valores patrimoniais⁴⁶, tanto por parte de

³⁹ Embora já desde a década de 1870 se realizassem em várias cidades europeias congressos e conferências internacionais subordinadas a este tema (cf. *ibidem*, 195-196).

⁴⁰ A Carta de Veneza renova alguns princípios fundamentais da Carta de Atenas, mas inserindo enunciações mais dilatadas e adaptadas ao seu tempo. Se observarmos cada uma delas, a Recomendação de Nairobi, a Carta de Washington, a Carta de Lausanne, a Declaração de Nara e a Carta de Cracóvia estão umbilicalmente correlacionadas com a Carta de Veneza, podendo ser tidas como complementares desta e adaptadas ao tempo em que foram produzidas, mas nunca suas substitutas.

⁴¹ Cf. KÜHL, Beatriz Mugayar. “Notas sobre a Carta de Veneza”. In. MARINS, Paulo César Garcez (edit.); BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (coedit.). *Anais do Museu Paulista*, vol. 18, n.º 2. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, jul./dez. 2010, p. 289, pp. 291-292.

⁴² Cf. CHOAY, Françoise, *A Alegoria...*, *op. cit.*, p. 12.

⁴³ Sendo nativa deste continente, a noção de Monumento Histórico e as práticas de conservação que lhe estão relacionadas expandiram-se para outras latitudes (cf. *ibidem*, p. 13).

⁴⁴ Esse leque tende a expandir-se à medida que os referentes do passado se vão perdendo.

⁴⁵ Cf. *ibidem*, p. 111.

⁴⁶ Daí falar-se na proliferação de «[...] iniciativas propatrimoniais [...]» ALARCÃO, Adília. “Sobre Património ainda não foi tudo dito?” In. COELHO, Ana Maria Sarmiento (dir.). *Turismo e Património. Êxedra – Revista Científica*. Coimbra: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra,

particulares como do Estado⁴⁷, através da sua reconversão, não só numa perspetiva de valoração histórico-artístico, mas igualmente num prisma económico⁴⁸. Esta dedução é refletida no crescente número de empresas vocacionadas para a atividade turístico-cultural⁴⁹, potenciando-se a sua fruição numa dupla perspetiva: a sua contemplação e interpretação por via sensorial⁵⁰; e através do recurso a novas tecnologias de comunicação de realidade aumentada⁵¹, para muitos um interessante apelo ao consumo desse produto⁵².

Nesta era pós-industrial, tudo, ou quase tudo, é aproveitado para ser convertido em Património⁵³, independentemente de possuir as credenciais que validem esses bens como merecedores de ostentarem essa denominação⁵⁴. Este sentimento de orfandade espoleta o surgimento da relação Património/Turismo sob o prisma da valorização comercial, que pode conduzir ao desvirtuamento da realidade somente para satisfazer as necessidades de consumo, tornando espúrios os factos históricos e os testemunhos exibidos⁵⁵.

2009, pp. 9-14. Página consultada a 12 de fevereiro 2014. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/01-Adilia-Alarcao-16.pdf>

⁴⁷ Muitos Estados, aproveitando-se da fobia generalizada de que com o desaparecimento dos referentes patrimoniais se poderá perder a memória e a identidade, criam “máquinas de memória” (arquivos, monumentos, museus, sítios históricos), vistas como valores-refúgio, com o intuito de combater os fatalismos da contemporaneidade (cf. GUILLAUME, Marc, *A Política...*, *op. cit.*, 41).

⁴⁸ Um renomado investigador na área da Economia da Cultura considera o Património um importante recurso para as cidades, escalpelizando as vantagens resultantes dessa opção, mas também alerta para as consequências da não existência de um devido planeamento com vista a esse propósito (cf. GREFFE, Xavier. “Le Patrimoine comme ressource pour la ville”. In. *Les annales de la recherche urbaine*, n.º 86. Cachan: Lavoisier Abonnements, junho de 2000. Página consultada a 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/aru_0180-930x_2000_num_86_1).

⁴⁹ Três autores abordam esta temática sob a perspetiva da mercantilização da cultura e do turismo de massas (cf. PRATS, Llorenç, *Antropologia...*, *op. cit.*, pp. 39-56; GONÇALVES, Guimarães. “A problemática do património”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, VII ano, número especial. Porto: Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 1993, pp. 54-55).

⁵⁰ O Património Cultural, em especial o Imóvel, é uma “experiência de passagem”, quer no tempo quer no espaço, que pode ser apreciada sob o ponto de vista de um exercício racional ou de afetividade. Todavia, é relevante enfocar a “quarta dimensão do património”, que consiste na passagem da interpretação do aspeto material desse bem cultural (tridimensional), para um outro patamar desse processo sustentado na sua imaterialidade (cf. PEREIRA, Paulo. “Lugares de passagem e o resgate do tempo”. In. CALADO, Luís Ferreira (dir.). *Estudos/Património*, n.º 1. Lisboa: IPPAR, 2001).

⁵¹ Terceira Revolução Cultural, de génese electro-telemática (cf. CHOAY, Françoise, *As questões...*, *op. cit.*, pp. 38-44).

⁵² Não estando contra esta nova forma de abordagem interpretativa e de interpretação patrimonial, paremos de todo pertinente, antes de se tomar qualquer opção quanto ao veículo comunicacional a utilizar, inferir as potencialidades de cada um desses veios de transmissão e, quando possível, procurar apresentar esse conteúdo cultural recorrendo-se com parcimónia a ambas as estratégias.

⁵³ Daí se poder aplicar com propriedade o vocábulo «[...] *patrimoniomania* [...]» (MENDES, J. Amado. *Estudos do Património. Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 9).

⁵⁴ «E no contexto desta corrente social nostálgica, o património surge como uma forma de recuperação especialmente eficaz.» (SILVA, Elsa Peralta da, “Património...”, *op. cit.*, p. 220).

⁵⁵ Tomemos como exemplo as terminologias utilizadas por duas autoras para definir este processo: «A *disneylização do património é sempre cabível;*» (BENHAMOU, Françoise. *Economia do Patrimônio*

Decorrente desta constatação, há a necessidade de se criarem mecanismos que conduzam a uma proveitosa parceria entre os atores intervenientes, para que se estabeleça uma profícua administração desse legado ancestral, cabendo ao gestor patrimonial, cuja formação deve ser disciplinarmente o mais transversal possível, definir os procedimentos a seguir com vista a permitir esse desiderato⁵⁶.

5.2. Patrimónios da Ribeira Grande de Santiago

5.2.1. Património Cultural Material – Edificado

O Património Arquitetónico de Cabo Verde pode como manifestamente singelo, a maior parte das vezes com carácter vincadamente tradicional, como o comprovam os materiais – alvenarias, estuques, madeiras, telha e chapa metálica – utilizados em muitas das suas construções⁵⁷.

Os exemplos não são abundantes, podendo citar-se as edificações dos primeiros séculos do seu povoamento, sobretudo na Ribeira Grande de Santiago e na Praia, mas igualmente, embora de forma mais residual, noutras parcelas deste território; do período oitocentista subsistem alguns imóveis ligados a equipamentos e habitação – alfândegas, hospitais, liceus, estruturas industriais isoladas, fortes e santuários –; e, do século XX, reminiscências do modernismo *art déco*, do Estado Novo, e do moderno, na Praia e no Mindelo e, em pequenas povoações, o património popular vernáculo e religioso⁵⁸.

No âmbito do PRRA foi pensada a regeneração de alguns centros históricos e a reabilitação/restauro de edifícios patrimoniais tipologicamente diversificados, dispersos pelo arquipélago⁵⁹, fundamentando-se essa escolha na sua importância, valor intrínseco e estado de conservação⁶⁰.

Recentemente foi disponibilizado, através de uma plataforma digital, o “Inventário Nacional do Património Cultural Imóvel”, tido como um instrumento de gestão de carácter

Cultural. São Paulo, Edições Sesc, 1997, p. 67); «[...] são representações plásticas do passado [...]» (SILVA, Elsa Peralta da, “Património...”, op. cit., p. 221).

⁵⁶ Cf. SILVA, Elsa Peralta da, “Património...”, op. cit., p. 222.

⁵⁷ Cf. FERNANDES, José Manuel; FERNANDES, Sérgio. “Cabo Verde”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 279.

⁵⁸ Cf. *ibidem*, pp. 280-281.

⁵⁹ Mas nenhum deles na Ribeira Grande de Santiago,

⁶⁰ Cf. Anexo 5.

normativo, estratégico e operacional. Até ao momento, catalogaram-se seiscentos e quarenta e oito imóveis de génese diversa, disseminados por todo o arquipélago. Na Ribeira Grande de Santiago estão sinalizados quarenta e sete testemunhos, com grande prevalência da arquitetura religiosa e militar⁶¹. A este respeito, consideramos que as fichas de inventário apresentadas num trabalho académico defendido num passado recente, serão um importante complemento dessas descrições⁶².

Mas se a nível monumental muito tem sido feito para garantir a sua preservação e acautelar o seu possível desaparecimento, o mesmo não pode ser dito em relação ao espólio resultante da atividade arqueológica, sobretudo na Fortaleza Real de São Filipe e na Sé Catedral, situação que deve ser revista para que se possa entender na plenitude o significado deste secular assentamento urbano⁶³.

Arquitetura Religiosa

Com o objetivo de facultar assistência espiritual aos habitantes de origem europeia, e de permitir um mais fácil processo de formação-transformação-aculturação dos escravos, entre os séculos XV e XVIII, erigiram-se na Ribeira Grande de Santiago um conjunto de templos de dimensão variável e espalhados por vários pontos dessa urbe, que foram uma marca indelével na sua paisagem.

Com o tempo, esses indicadores da cultura material, atestadores da profunda religiosidade do Sítio, foram desaparecendo⁶⁴. Atualmente, existem poucos exemplos de imóveis em bom estado de conservação, mas não faltam outros em ruína ou completamente descaracterizados. Pena é que não tivesse sido possível manter todos esses edifícios em

⁶¹ A 9 de outubro de 1999, foi assinado um protocolo de cooperação entre o Gabinete de Salvaguarda do Ministério da Cultura da República da República de Cabo Verde e a DGEMN, procurando-se através desta simbiose de sinergias incorporar a metodologia desenvolvida em Portugal, aplicando-a no Inventário do Património Arquitectónico do arquipélago, em especial na Ribeira Grande de Santiago, em razão de à época este Sítio estar a ser alvo de um projeto de reabilitação urbana (cf. MATIAS, Cecília, [et. al.]. “Inventário do Património Arquitectónico da Cidade Velha (Santiago, Cabo Verde)”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XV ano, número 6 especial. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2001, p. 141).

⁶² Cf. TAVARES, Nireide Pereira. *Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta e gestão e valorização do Património Cultural*, volume II. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Página consultada a 10 de janeiro de 2019. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28730/1/ulfl234009_tm_Vol-%20I.pdf

⁶³ Cf. ÉVORA, José Silva. *O Futuro da Arqueologia em Cabo Verde & Outras Reflexões Sobre a História e Património das Ilhas*. Praia: Arquivo Nacional de Cabo Verde, 2015, p. 40.

⁶⁴ Em 1838, ao fazer uma descrição do estado das igrejas desta Província, não se citou uma única localizada na Ribeira Grande de Santiago como ainda estando num estado de conservação aceitável (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...* vol. III, parte IV, *op. cit.*, p. 199).

estado de uso ou de fruição para conferir a este Lugar de Memória⁶⁵ uma reminiscência capaz de nos permitir perceber a sua importância como centro religioso.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Foi o Infante D. Fernando quem a mandou edificar sob a evocação do Espírito Santo⁶⁶, possivelmente, entre os anos de 1466 e 1470⁶⁷. Nas primeiras décadas do século XVI era certamente o templo mais importante desse povoado, construído maioritariamente com as doações dos seus habitantes, e estava satisfatoriamente bem ornamentado e tratado⁶⁸. Hoje em dia, subsiste a dúvida de a partir de quando se passou a denominar Igreja de Nossa Senhora da Conceição⁶⁹.

No ano de 1502, estava prevista a anexação de uma capela a esta igreja, que ainda não havia sido feita na primeira vintena de anos deste século XVI, como o comprovam dois documentos datados de 1515⁷⁰ e 1520⁷¹. Em 1778, estando num acentuado de degradação, o governador considerava ser possível reconstruí-la, pedindo que o dinheiro obtido nas missas de sufrágio do Infante D. Henrique fosse utilizado para esse fim⁷².

Em 2005 e 2006, investigadores da Universidade de Cambridge efetuaram escavações arqueológicas em três áreas do seu perímetro, colocando-se a descoberto alguns espaços

⁶⁵ Os Lugares de Memória podem ser de génese Material e Imaterial e são possuidores de aura especial, passível de gerar em grupos ou povos um sentimento identitário e de pertença bem vinculados. Porém, é necessário estar-se investido de uma intenção memorial para se poder adquirir esse estatuto. O que os constrói é uma dialética entre a Memória e a História, sem a qual esses locais são só Lugares de História. Todavia, Memória e História são antagónicos, pois enquanto a primeira é aquilo que é vivido pelas pessoas, a segunda é uma reconstrução intelectual dos factos de algo que já aconteceu (cf. NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire*, vol. I. Paris: Editions Gallimard, 1984).

⁶⁶ Denominação comum em todas as ilhas ultramarinas assistidas pela Ordem de Cristo (cf. RICHTER, Konstantin Alexander. *The historic religious buildings of Ribeira Grande. Implementation of Christian models in the early colonies, 15th till 17th century, on the example of Cape Verde Islands*. Tese de Doutoramento. Funchal: Universidade da Madeira, 2008, p.144). Ao que parece, desenvolveu-se também aí o culto a Santo António, cuja imagem havia sido trazida para Cabo Verde pelo corregedor Pêro de Guimarães (cf. SANTOS, Maria Emília Madeira; SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João. “Igreja, Missionação e Sociedade”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, p. 378).

⁶⁷ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 42.

⁶⁸ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.), *História...*, corpo documental, vol. I, pp. 219-223.

⁶⁹ Várias hipóteses têm sido aventadas, mas sabemos que em fevereiro 1533 ainda se denominava Igreja do Espírito Santo (cf. SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João, “Igreja...”, *op. cit.*, p. 382).

⁷⁰ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 31, pp. 99-102 [p. 99].

⁷¹ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.), *História...*, corpo documental, vol. I, pp. 303-304.

⁷² Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. II, parte III, *op. cit.*, p. 74.

e objetos, sobretudo pedaços de azulejos, datados dos séculos XV e XVI⁷³. Em 2015, procedeu-se ao seu arejamento, ficando a descoberto as suas divisões, lápides sepulcrais, fianças e azulejos⁷⁴. Na parte virada a sudeste são visíveis os restos de uma janela que perdeu parte da sua estrutura de calcário⁷⁵.



Figura 10 Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição
© José Filipe Silva (abril 2019)

Igreja de Nossa Senhora do Rosário

A sua construção remonta ao final do século XV, tendo sido concluída provavelmente em 1495⁷⁶. É por isso a igreja mais antiga aberta ao culto a sul do Trópico de Câncer⁷⁷. Como noutras possessões ultramarinas, a Nossa Senhora do Rosário era a padroeira dos homens pretos da cidade⁷⁸. É relevante frisar que as igrejas com esta invocação ainda hoje, por

⁷³ Cf. EVANS, Christopher [et. al.]. *Cidade Velha, Cape Verde, Archeological Excavations. The Season 2006*, pp. 1-14 (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do Instituto do Património Cultural); EVANS, Christopher; SØRENSEN, Marie Louise Stig. “First Church of the Tropics”. In. SELKIRK, Andrew (edit. chefe); SYMONDS, Matthew (edit.). *World Archaeology*, issue 70. London: Current World Archaeology, pp. 26-27.

⁷⁴ Cf. GERSCHENFELD, Ana. “Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos”. In. REIS, Bárbara. *Público*, ano XXVI, n.º 9341, 11 de novembro de 2015, p. 28-29.

⁷⁵ Cf. JUAN ARES, Jorge; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina E.. “Excavaciones arqueológicas en Cidade Velha (Cabo Verde). Balance de tres años de investigación”. In. DÍAZ GARCÍA, Fructuoso (dir.). *Anejos de Nailos. Estudios Interdisciplinares de Arqueología*, n.º 4. Oviedo: Asociación de Profesionales Independientes de la Arqueología de Asturias, octubre de 2018, pp. 130-131.

⁷⁶ Também é aventada a hipótese de que tal tenha ocorrido em 1493 (cf. REBOCHO, Nuno, “Irmandade...”, *op. cit.*, p. 29). Subsistem dúvidas sobre quem a mandou erigir. Daniel Pereira atribui esse feito à Irmandade dos Homens Pretos, ideia refutada por Nuno Rebocho, consubstanciando essa constatação no facto desta instituição só ter surgido no continente africano (São Tomé e Príncipe), no ano de 1526 (cf. PEREIRA, Daniel A., “A importância...”, *op. cit.*, p. XXIII; REBOCHO, Nuno, “Irmandade...”, *op. cit.*, p. 30).

⁷⁷ O seu valor simbólico para os habitantes negros e crioulos deste Sítio pode ter sido a razão para essa longevidade (cf. RICHTER, Konstantin Alexander, *The historic...*, *op. cit.*, p.133).

⁷⁸ Tem igualmente relação umbilical com os aforamentos dos escravos por parte dos seus proprietários (cf. *ibidem*, p.132).

exemplo no Brasil, são designadas como Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Elas ostentam elementos decorativos de fusão entre o ritual católico e os rituais tradicionais de origem africana.

Nos primeiros tempos era uma pequena capela, com capela-mor de aproximadamente 4,5 m /4,5 m internos e nave com interior de 9,00 metros/5,00 metros internos, disposta no sentido nascente-poente (altar-entrada), sendo posteriormente ampliada e elevada ao estatuto de igreja em 1652⁷⁹. Apesar de os seus elementos mais antigos corresponderem, quase com toda a certeza, à obra de 1495, são visíveis estilos arquitetónicos de épocas subsequentes: o tardo-gótico/manuelina, na torre de base quadrangular, na escada cilíndrica nela encaixada e na capela abobadada; e elementos clássicos/chãos, no portal principal e no nascente, e nos pares de vãos de volta perfeita, na parte superior da torre⁸⁰.

É uma igreja de nave única (9,00 metros/25,00 metros), orientada sensivelmente no sentido sul/norte, localizando-se aquela pequena capela do lado esquerdo lateral de quem entra, e sobre a qual se ergue o corpo quadrangular da torre, mantendo-se coberta com abóbodas de arestas nervurada de fechos policromáticos, estando também aí uma pia batismal que no passado, possivelmente, pertenceu à Sé Catedral⁸¹.

É plausível que tenha tido função de torre militar ou posto de vigia. Esta hipótese sustenta-se no facto de nunca ser feita menção à residência do capitão, pelo que este templo pode ter assumido tal função. Naquela capela, para além dos símbolos manuelinos e da Ordem de Cristo, é visível um escudo que, presumivelmente, representa as armas do senhor da torre⁸². Esta torre sineira tinha algumas similitudes com a sua congénere da Igreja de Santiago de Palmela, principalmente no que respeita à sua estrutura quadrangular e

⁷⁹ FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO; Ana Vaz, *Cabo Verde...*, op. cit., p. 94.

⁸⁰ Cf. *ibidem*, p. 94.

⁸¹ Cf. *ibidem*, p. 96.

⁸² Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos. “*A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*”. Tese de Doutoramento: Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Departamento da História da Arte, 2015, p. 69. Página consultada a 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/16285>

A observação de imagens coevas de 1655 e de 1699, igualmente consultadas por este autor, reforça esse indução, em virtude de a torre representada ser composta por ameias (cf. SÁNCHEZ RUBIO, Rocío; NUÑEZ TESTÓN, Isabel; SÁNCHEZ RUBIO, Carlos M. (eds.). *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*. [Mérida], Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004, imagem 55; DUPLESSIS. *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 par M. de Beauchesne aux îles du Cap-Vert*. Rennes : Pédagogie, Cultures, Littératures Lusographes, [s.d.], p. 59).

orientação das ventanas, pelo menos num dos lados⁸³. Por sua vez, a igrejinha-capela original apresenta elementos formais e espaciais similares, embora com diferenças, aos da Igreja do Priorado do Rosário, em Goa⁸⁴.

A sua localização, no Bairro de São Pedro, que era habitado pelas pessoas com mais posses, é prova da notoriedade adquirida por esta igreja, atestada pela presença nos seus espaços interiores e exteriores de lápides tumulares epigrafadas, pertencentes a várias famílias nobres⁸⁵.

No início da sua missão a Cabo Verde, Luís Benavente, após o levantamento topográfico e plantas de várias partes do edifício⁸⁶, deu nota de algumas ações que se deveriam efetuar na parte exterior deste edifício⁸⁷. Uma “Memória Descritiva” ajuda-nos a perceber a visão que ele tinha acerca deste testemunho, preceituando as correções a fazer para lhe devolver a fisionomia original e criticando as correções efetuadas⁸⁸. Este arquiteto consagrou grande atenção à falta de azulejos na sua estrutura parietal interna, sendo estes mais tarde repostos, mas somente na parte inferior das paredes laterais da nave central⁸⁹.

No final da década de 1960 e início da subsequente, foi elaborada uma nota para o início dos trabalhos no edifício/área circundante⁹⁰, e o governo da Província consignou mil contos para o restauro dos seus monumentos⁹¹, sendo esta igreja, conjuntamente com a

⁸³ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, *A Cidade...*, *op. cit.*, p. 71.

⁸⁴ Cf. FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO; Ana Vaz, *Cabo Verde...*, *op. cit.*, pp. 95-96.

⁸⁵ Aquando das obras de restauro foram daí retiradas e colocadas no Museu de Arqueologia (cf. Anexo 5).

⁸⁶ Segundo Vera Mariz, para além da sua vetustez, é plausível que outras razões tenham contribuído para a atenção que lhe foi concedida. Uma delas prende-se com o facto de a tradição assinalar o seu púlpito como o local de onde o Padre António Vieira fez a sua pregação aquando da sua passagem por Cabo Verde. Mas esta investigadora, sustentando-se em documentos da época e contrariando uma tese profusamente defendida, questiona se esse momento ocorreu na Ribeira Grande de Santiago (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império”...*, *op. cit.*, pp. 320-321).

⁸⁷ Cf. ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962 (1.ª parte), fl. 4; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, docs. 26 a 40 [excluindo o doc. 33], setembro e outubro de 1962.

⁸⁸ Cf. ANTT, FLB cx. 67, pt. 459, doc. 16, 6 de maio de 1969.

⁸⁹ 14.375 peças, cópia do século XVI, com custo total de 190.700\$80 (cf. ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 21, 12 de setembro de 1972). No início do ano de 1973, esses azulejos já estariam prontos para embarcar com destino a Cabo Verde (cf. ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 15, 15 de fevereiro de 1973, fl. 1). Vera Mariz concluiu que o padrão dos azulejos colocados na década de 1960 era distinto dos pré-existentes, resultante de um deficiente assentamento dos mesmos ou um certo libertinismo na conceção desse projeto (cf. MARIZ, Vera Félix, “Cabo Verde...”, *op. cit.*, [s.p.] [p. 8]. Daniel Pereira criticou veementemente a operação executada e informa-nos de que aquando da intervenção de Luís Benavente foi retirada do seu interior a lápide de António da Noli para ser colocada como degrau de escadas de acesso à igreja (cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 67).

⁹⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 38, [s.d.] [c. dezembro de 1969], [s.f.] [fls. 1-2].

⁹¹ Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 41, 28 de janeiro de 1970, fl. 2. Em relação às dotações, é interessante observarmos que em 1969 o orçamento previsto para essas obras era de 670.722\$00, enquanto o valor proposto em 1967 era de 430.000\$00 (cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 534, doc. 1, 6 de maio de 1969,

de Nossa Senhora da Luz e a Capela de São Roque, contemplada com obras de beneficiação/reconstrução⁹². À época produziram-se plantas com medições, cortes e alçados do edifício⁹³. Fazendo a comparação com as congéneres de 1962⁹⁴, são visíveis as modificações em várias das suas partes, nomeadamente o aumento da volumetria da torre sineira, transformações na fachada principal e lateral (virada à Rua Banana), janelas com melhor abertura e portas com maior sobriedade, o mesmo acontecendo com a nave central.

Em 1989, no âmbito de um programa de salvaguarda preconizado pela UNESCO, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi sinalizada como um dos monumentos a intervir, considerando-se premente fazer-se a consolidação do seu espaço interior e exterior, a delimitação de uma área arqueológica, e a inventariação e acondicionamento das imagens existentes⁹⁵. Todavia, este propósito nunca chegou a ser executado.

Nos primeiros anos do século XXI, com o respaldo financeiro da Cooperação Espanhola, efetuaram-se obras de restauro que lhe permitiram reapropriar-se da dignidade devida. Posteriormente, passou por um paulatino e acentuado estado de degradação, ao ponto de ficar pouco funcional para a celebração do culto, executando-se apenas arranjos pontuais para se evitar maiores estragos na sua estrutura.

No âmbito do Plano Nacional de Reabilitação de Edifícios e Monumentos Históricos e Religiosos, em dezembro de 2018, iniciou-se a requalificação desta igreja⁹⁶. Os principais objetivos desta ação, depois de recolhida informação proveniente de diversas fontes⁹⁷,

fl. 11; ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967, fl. 6). Ao compararmos essas cifras, verificamos uma diferença de 240,722\$00. Não nos sendo possível aferir a razão de tal discrepância, pensamos que a mesma possa estar relacionada com um maior conhecimento do que era necessário executar.

⁹² Cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 8, 2 de março de 1970.

⁹³ Cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 532, docs. 1-10, 1969. Ao analisarmos dois desenhos, podemos aferir como era a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o projeto para ela pensado (cf. ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 31, 1969; ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 44, 1969). Alguns documentos descrevem outras ações efetuadas (cf. ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 10, 30 de novembro de 1971, [s.f.] [fl. 2]; ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 16, 12 de março de 1973; PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Missão a Cabo Verde para início das obras de restauro dos monumentos da Província”, 15 de dezembro de 1971, fl. 3).

⁹⁴ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, docs. 26-40 [excetuando o 33], set-out de 1962.

⁹⁵ Cf. WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme...*, op., cit., pp. 19-20, pp. 53-57.

⁹⁶ Com o apoio técnico da Cooperação Portuguesa, e financiada pelo governo de Cabo Verde e pelo Fundo de Turismo.

⁹⁷ Oraís, iconográficas e escritas.

foram a substituição do piso interior e do telhado, e o revestimento das paredes da nave central⁹⁸.

Nas prospeções realizadas, referir a descoberta, na parte noroeste deste templo, de uma capela de arco ogival⁹⁹ que conserva a sua área de oração e do altar, sendo também possível descortinar dois níveis de pavimento, várias reformulações do reboco da parede e fases da sua construção¹⁰⁰. Recentemente, na capela gótica exumaram-se imagens de santos em madeira e cerâmica, em evidente estado de degradação e de datação desconhecida¹⁰¹. Em julho de 2020, o governo de Cabo Verde entregou à população e à Diocese de Santiago este templo completamente reabilitado.



Figura 11 Igreja de Nossa Senhora do Rosário (década de 1920)
BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*



Figura 12 Igreja de Nossa Senhora do Rosário
© José Filipe Silva (janeiro 2013)

⁹⁸ Cf. “ARRANCARAM AS OBRAS DE RESTAURO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, ORÇADAS EM 50 MIL CONTOS”. *Televisão de Cabo Verde Radio*, 11 de dezembro de 2018. Página consultada a 29 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.rtc.cv/desporto/index.php?paginas=13&id_cod=73911

⁹⁹ Entaipada na década de 1940 (cf. FERNANDES, José Manuel; PIRES, Fernando. “Igreja de Nossa Senhora do Rosário”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 311). Numa imagem do FLB, datada da década de 1960, é visível esse entaipamento (cf. ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 23 [s.d.] [década de 1960]). Não se sabe se Luís Benavente desobstruiu essa entrada. Não encontramos qualquer documento que sustente essa ação, mas pesquisas recentes sugerem que essa capela foi desentulhada e posteriormente tapada.

¹⁰⁰ Cf. “ARQUEÓLOGOS CONFIRMAM EXISTÊNCIA DE UMA CAPELA INSTALADA NO LADO NORDESTE DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO”. *Instituto do Património Cultural*, 21 de janeiro de 2019. Página consultada a 25 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/546-arqueologos-confirmam-existencia-de-uma-capela-no-lado-nordeste-da-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario>

¹⁰¹ “ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO”. *Instituto do Património Cultural*, 22 de maio de 2020. Página consultada a 24 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/patrimoniocultural.caboverde/>

Igreja e Hospital da Misericórdia

Em Cabo Verde, esta instituição¹⁰² teve a sua existência desde 1497¹⁰³, quando por ordem de D. Manuel I se construiu o Hospital Real¹⁰⁴, com o intuito de prestar apoio a uma população que não estava adaptada às inóspitas condições climáticas¹⁰⁵. Somente em 1556, no tempo do Bispo D. Francisco da Cruz¹⁰⁶, se edificou a Igreja/Casa da Misericórdia¹⁰⁷, que estava completamente concluída em 1574¹⁰⁸, muito se devendo essa concretização as generosas esmolas dos moradores¹⁰⁹.

Tinha assim início o seu período de maior pujança¹¹⁰, sendo uma das mais privilegiadas confrarias ultramarinas¹¹¹ e com benefícios similares à sua congénere de Lisboa¹¹², como

¹⁰² Em Portugal, a sua origem remonta ao ano de 1485, fruto da ação benemérita da rainha D. Leonor – esposa de D. João II –, que estabeleceu em Óbidos um hospital para os pobres, disseminando-se rapidamente por outras localidades do reino e pelas possessões ultramarinas. Na génese da sua fundação esteve o propósito de prestarem assistência aos mais necessitados (cf. CORREIA, Fernando da Silva. “Misericórdias”. In. SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 312-314).

¹⁰³ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 60-61; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. I, *op. cit.*, doc. 94, pp. 584-586.

¹⁰⁴ A astenia de fontes impede-nos de saber de que forma se processava a sua organização/funcionamento, e qual o seu destino após a construção do Hospital da Misericórdia (cf. NEVES, Baltazar Soares. “Hospital da Ribeira Grande de Santiago: Facho da Solidariedade Social em Cabo Verde (1497-1834)”. In. SILVA, António Correia e (dir.). *Revista de estudos Cabo-Verdianos (Especial Património e Museologia)*. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2013, p. 6. Página consultada a 4 de dezembro 2014. Disponível em: <http://www.revista-patmus.org/ojs/index.php/RPM/issue/view/>

¹⁰⁵ Cf. *ibidem*, p. 5.

¹⁰⁶ O papel por ele desempenhado foi de extrema devoção à causa para a qual foi escolhido (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 119-121).

¹⁰⁷ Até à conclusão das obras da Sé Catedral, a sede de bispado foi a Igreja da Misericórdia, que já havia substituído nessas funções a de Nossa Senhora do Rosário (cf. FUNDAÇÃO JOÃO LOPES, *Cidade Velha...*, *op. cit.*, p. 49). Em razão de ter sido Catedral e Igreja da Confraria da Misericórdia, podemos considerar que durante esse período de tempo a sua natureza foi híbrida, não se sabendo qual a função prevalecente (cf. RICHTER, Konstantin Alexander, *The historic...*, *op. cit.*, p. 125).

¹⁰⁸ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade...*”, *op. cit.*, p. 74.

¹⁰⁹ Cf. *NOTÍCIA COROGRÁFICA...*, *op. cit.*, p. 24.

¹¹⁰ Essa implementação foi prematura, concorrendo para essa situação o facto de a Ribeira Grande de Santiago ter sido, em meados do século XVI, um importante porto de escala e entreposto comercial de escravos, e de já ser sede de bispado (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade...*”, *op. cit.*, p. 74, nota de rodapé n.º 221).

¹¹¹ Esse reconhecimento advinha da circunstância de os seus provedores e mesários serem figuras proeminentes. Todavia, em razão desse estatuto e poder, muitos deles esqueciam-se das suas obrigações e agiam em benefício próprio, mas outros desempenharam o seu cargo com a máxima dignidade e retidão possíveis. Saliente-se a ação desenvolvida nas primeiras duas décadas do século XIX pelo governador D. António Coutinho de Lencastre, que também foi administrador desta Misericórdia (cf. NEVES, Baltazar Soares. “D. António Coutinho de Lencastre e a administração da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande (1805-1818)”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 103-127).

¹¹² Por via de um alvará régio datado de 19 de outubro de 1594 (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 157-158; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*, doc. 90, pp. 223-224).

o comprova o regimento para ela elaborado¹¹³. Esse conjunto de pequenas dimensões¹¹⁴, mas de inestimável valor no apoio prestado aos viajantes e navegadores, estava localizado no centro cívico do aglomerado populacional¹¹⁵, próximo das principais instituições políticas e comerciais da cidade¹¹⁶.

Entre o último quartel do século XVI e a primeira metade do sucedâneo, recebeu várias subvenções reais, e a sua Confraria arrecadou consideráveis somas em dinheiro¹¹⁷, algumas delas resultantes de isenção de direitos a pagar à Coroa¹¹⁸. Estas contribuições possivelmente estariam em parte relacionadas com desgaste dos ornamentos da igreja, sendo por isso necessário efetuarem-se obras e reparos¹¹⁹. Esta Santa Casa foi também recetora de testamentos particulares, podendo tomar-se como exemplo o que foi feito por Diogo Ximenes Vargas, que entre outras oferendas, lhe legou cerca de 100.000 reis¹²⁰.

Em 1612, existiam na Ribeira Grande de Santiago sete confrarias¹²¹, sendo a Santa Casa da Misericórdia a mais prestigiada¹²². Não obstante as dificuldades sentidas ao longo do século XVII, falta de condições para celebrar ofícios, estar num estado miserável de ruína

¹¹³ Cf. SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João, “Igreja...”, *op. cit.*, p. 469.

¹¹⁴ A falta de documentação consistente – escrita e iconográfica – não possibilita fazer a reconstrução da sua estrutura física. Alguns investigadores, socorrendo-se das fontes disponíveis, fizeram curtas narrativas imagéticas do que teria sido este complexo (cf. NEVES, Baltazar Soares, “Hospital...”, *op. cit.*, p. 3; SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, *A Cidade...*, *op. cit.*, pp. 77-78).

¹¹⁵ Estava num terreiro cercado de edifícios com muitas janelas e era contíguo à cadeia, à qual se acedia através de escadas (cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 18, pp. 41-49 [p. 45]).

¹¹⁶ Cf. FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz, *Cabo Verde...*, *op. cit.*, p. 100; SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade...*”, *op. cit.*, p. 79.

¹¹⁷ Era incumbência do administrador do Hospital arrecadar os bens e rendas dos indivíduos falecidos que não deixassem testamento, e aplicá-los nas obras dessa instituição, caso não aparecessem herdeiros legítimos (cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. I, *op. cit.*, doc. 94, pp. 584-586). Em 1575, o rei ordenou que se apresentasse ao escrivão da Misericórdia os testamentos ou verbas dos defuntos para se saber quanto deixaram à Confraria (cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...* vol. III, *op. cit.*, doc. 28, pp. 70-71).

¹¹⁸ Em 1584, foram oferecidos à Santa Casa da Misericórdia 200 cruzados e concedidas, durante três anos, benesses fiscais na importação de cera vinda da Guiné (cf. *ibidem*, doc. 46, pp. 123-124; doc. 47, pp. 125-126). A partir da década de 1620, essas doações continuaram, mas no valor de 100 cruzados (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 192; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 167, pp. 656-657; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 64, pp. 211-212).

¹¹⁹ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 160, pp. 645-646.

¹²⁰ Cf. SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João, “Igreja...”, *op. cit.*, p. 499. Este capitão deu também à Companhia de Jesus 24.000 cruzados e deixou-a como sua herdeira universal (cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 17, pp. 42-44 [p. 42]).

¹²¹ Da Santa Casa da Misericórdia, da Santíssima Trindade, do Nome de Jesus, do Santíssimo Jácome, de Nossa Senhora do Rosário, do Bem-aventurado São Jacinto, e a da Cruz. Era obrigação de todas elas participarem nas procissões e acompanhar os funerais e respetivos ofícios, mediante o pagamento de uma esmola, variando esse valor em função da importância da pessoa.

¹²² Cf. SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João, “Igreja...”, *op. cit.*, pp. 472-473.

e os seus devedores falidos¹²³, no final da década de 1670 o seu rendimento aumentou bastante, em virtude de ter tomado posse de várias propriedades na Ilha de Santiago¹²⁴. Na década de 1690, aquando da transferência da Catedral para a Sé Nova, foram para aí levados grande parte dos seus ornamentos e alfaias litúrgicas¹²⁵.

Mas foi no século XVIII que a situação se degradou, não havendo dinheiro para o culto, assim como para assistência médica e social aos pobres¹²⁶. A sua administração estava num estado caótico, ao ponto de ninguém querer aceitar os cargos de provedor e tesoureiro, não obstante esse mandato ser apenas de um ano¹²⁷.

Em 1819, o governador António Pusich propôs a trasladação para a vila da Praia do Hospital da Misericórdia, o que foi anuído pelos irmãos¹²⁸. Algum tempo depois, aquando da vigência do governador João da Mata Chapuzet, essa hipótese foi novamente ventilada, mas após auscultar algumas opiniões preferiu reconstruí-lo¹²⁹. Apesar destes protelamentos, em 1833 ou 1834¹³⁰, não sem a resistência dos habitantes da Ribeira Grande de Santiago, efetuou-se essa mudança¹³¹.

Durante a permanência de Luís Benavente em Cabo Verde, este edifício não foi objeto de qualquer beneficiação, apesar de ter feito um levantamento das medidas da Torre, de ter elaborado uma planta da igreja¹³², e de em meados da década de 1960 ter atribuído uma dotação para obras de beneficiação¹³³.

Em 1989, no âmbito do um programa alvitado pela UNESCO, propôs-se fazer uma zona de segurança em torno desta ruína, e a consolidação/reforço das partes

¹²³ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios para a História...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 453; PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 165.

¹²⁴ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 283.

¹²⁵ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 48, p. 165; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VII, *op. cit.*, doc.66, pp. 200-201; doc. 67, pp. 202-203.

¹²⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 453.

¹²⁷ Cf. *ibidem*, vol. II, parte III, *op. cit.*, p. 10.

¹²⁸ Cf. *ibidem*, p. 214.

¹²⁹ Cf. *ibidem*, p. 278.

¹³⁰ À época tinha um rendimento de 1.200.000 réis, recebia algumas esmolas, dava abrigo a seis doentes, mas não dispunha de médico nem de botica.

¹³¹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios ...*, vol. III, parte IV, *op. cit.*, p. 15. É interessante seguirmos a cronologia das sucessivas tentativas para essa transferência (cf. NEVES, Baltazar Soares, "Hospital...", *op. cit.*, pp. 13-15).

¹³² Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, docs. 53-54, outubro de 1962.

¹³³ No valor de 10.000\$00 (cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de setembro de 1967, fl. 7).

subsistentes¹³⁴. Contudo, o determinado não teve execução, potenciando-se desta forma, durante mais alguns anos, o seu agonizante e cada vez mais saliente arruinamento.

No limiar da primeira década do século XXI, foi reabilitada com o auxílio da Cooperação Espanhola e, entre 2005 e 2006, foi objeto de intervenção arqueológica por parte de investigadores da Universidade de Cambridge, colocando-se a descoberto alguns artefactos, sobretudo ossos, cerâmicas e azulejos¹³⁵.

Atualmente, daquilo que outrora foi esse conjunto edificado¹³⁶, construído com cantaria, alvenaria de pedra e tijolo, apenas subsiste a torre sineira¹³⁷, de planta quadrada, com cunhais em cantaria, sendo visível a marcação dos degraus de acesso às janelas¹³⁸.

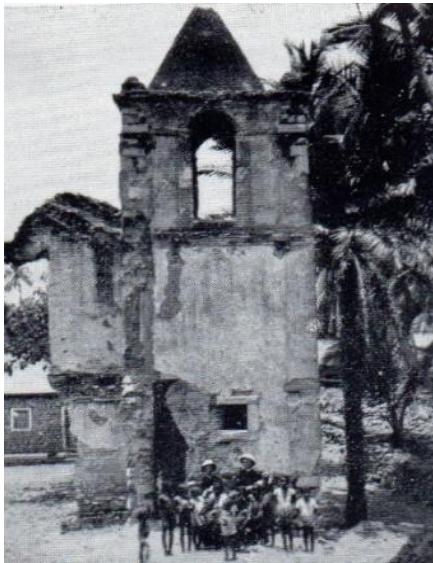


Figura 13 Ruínas da Igreja da Misericórdia (década 1920)

BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*



Figura 14 Ruínas da Igreja da Misericórdia
© José Filipe Silva (dezembro 2017)

¹³⁴ Cf. WIECZOREK, Jean-Pierre. *Programme...*, *op. cit.*, p. 19, pp. 59-60.

¹³⁵ Cf. EVANS, Christopher [et. al.], *Cidade Velha... The Season 2006*, *op. cit.*, p. pp. 14-29.

¹³⁶ Que mediria, segundo informações do bispo D. Frei de São Dionísio, 76,5 palmos de comprimento e 35,5 palmos de largo (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 121; BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1651-1684)*, segunda série, vol. VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Academia Portuguesa de História, 1991, doc. 199 pp.465-468 [p. 465]).

¹³⁷ Consolidada em 2012 por iniciativa dos “Conservadores sem Fronteiras”.

¹³⁸ Cf. PIRES, Fernando; FERNANDES, José Manuel. “Torre da Misericórdia”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 312.

Sé Catedral

Foi D. Francisco da Cruz que, na década de 1550¹³⁹, mandou iniciar a sua edificação, mas após a sua morte, ocorrida provavelmente em 1571, este desígnio sofreu uma inflexão, e os trabalhos só retomariam na segunda metade do século XVII, sob o impulso, principalmente, de D. Frei Vitorino Portuense.

Decorrente dessa dilatação temporal¹⁴⁰, para a qual contribuíram motivações de ordem económica, política e social, o seu projeto, que tinha como arquétipos as sés Leiria, Miranda do Douro, Portalegre e Angra do Heroísmo, passou por várias metamorfoses arquitetónicas¹⁴¹. Era uma igreja com características do Renascimento tardio, de nave única, planta retangular com a proporção do duplo quadrado, transepto duplo, capela-mor e com duas torres sineiras¹⁴².

Inicialmente, as obras pareciam decorrer a bom ritmo. O seu arranque ocorreu em 1556¹⁴³, mas a sua dimensão e localização suscitaram desde logo relutância do Cabido que, somente após a morte de D. Francisco da Cruz, conseguiu embargá-la¹⁴⁴. Em 1558, D. Sebastião atribuiu, durante três anos, uma esmola de 10.000 réis anuais para a sua construção¹⁴⁵. Em 1564, foram-lhe concedidas mais verbas, por igual período de tempo, advindas do valor das penas pecuniárias pagas pelos moradores das ilhas de Santiago e do Fogo¹⁴⁶. Em 1568, aquele monarca deu outros 100.000 réis anuais, também por três

¹³⁹ Não existindo acordo relativamente a esse momento, optamos por fazer este balizamento cronológico.

¹⁴⁰ Distinguem-se quatro fases na sua vida: a primeira está relacionada com a fundação, em 1533, da Diocese de Cabo Verde e da conseqüente necessidade de haver uma Sé Catedral; a segunda é marcada pela grande interrupção na sua ereção; a terceira, a sua efetiva edificação; a quarta correspondente ao seu curto tempo de uso, abandono e arruinamento (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, p. 112-134).

¹⁴¹ Cf. MIMOSO, Alexandre Braz, “Interpretação...”, *op. cit.*, pp. 134-139. Porém, ao passo que aquelas estruturas metropolitanas se adaptavam às escalas dos respetivos espaços urbanos, no caso da Ribeira Grande de Santiago, a Sé Catedral destacava-se pelas suas exageradas medidas e sumptuosidade (cf. SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João, “Igreja...”, *op. cit.*, p. 374). Os responsáveis pela sua construção presumivelmente procuraram que, tal como aconteceu na Europa medieval, transmitisse a ideia de estarmos perante uma cidade-catedral (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, p. 130).

¹⁴² Cf. FERNANDES, José Manuel; PIRES, Fernando. “Sé Catedral”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 310-311.

¹⁴³ FAGUNDES, João. “Ribeira Grande. A cidade velha”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, p. 83.

¹⁴⁴ Cf. NOTÍCIA COROGRÁFICA..., *op. cit.*, p. 41.

¹⁴⁵ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 142, pp. 464-465.

¹⁴⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios ...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, pp. 136-137; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 156, pp. 516-519.

anos, para se continuar esta empresa, e dispôs que fossem pagos os ordenados, subtraídos à Fazenda Régia, ao cura, ajudador e porteiro da Sé¹⁴⁷. No tempo da União Dinástica, Filipe II ordenou que se desse 3.000 mil cruzados, novamente por três anos, para a sua construção¹⁴⁸. À parte destas subvenções estatais, em 1577, um morador da Ilha de Santiago, além de outras dádivas as igrejas da Ilha de Santiago, deixou à Sé em testamento 20.000 réis¹⁴⁹.

A partir da década de 1580, o projeto sofreu uma inflexão¹⁵⁰. Em 1586, Filipe I de Portugal reafirmava que a Sé Catedral se construiria no local estipulado¹⁵¹, reiterando-se esse propósito numa missiva do cardeal D. Alberto dirigida àquele soberano¹⁵². Mas em 1592, Filipe II de Portugal, presumivelmente pressionado pelas pessoas importantes da ilha, que não queriam patrocinar esta obra¹⁵³, ordenou a sua interrupção, evocando a sua grande dimensão, o facto de estar longe do centro cívico da cidade, e de se dispor numa zona elevada, atreita a ser atacada por corsários e piratas¹⁵⁴.

Esse interregno durou aproximadamente cem anos, correspondendo, grosso modo, a todo o século XVII. Ao longo de todo esse processo, é interessante percebermos os avanços e recuos pelos quais passou. Das leituras efetuadas, cotejámos que se nas primeiras décadas essa intenção se mantinha firme, principalmente por parte de Filipe II, por razões diversas, as obras nesse período de tempo não avançaram significativamente¹⁵⁵.

O ano de 1645 é um marco importante em todo este processo, pois o numerário até então depositado reverteu para a edificação da Fortaleza de Cacheu¹⁵⁶. A segunda metade desse século foi, em parte, de alguma estagnação na continuidade deste objetivo. Não obstante,

¹⁴⁷ Cf. *ibidem*, doc. 165, pp. 545-546, doc. 166, pp. 547-548; SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, "A Cidade...", *op. cit.*, p. 113.

¹⁴⁸ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 149.

¹⁴⁹ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 33, pp. 78-79.

¹⁵⁰ A dimensão desta obra acarretava uma disponibilidade financeira que não era possível comportar, e a população tampouco tinha possibilidade de a patrocinar (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, *A Cidade...*, *op. cit.*, p. 114).

¹⁵¹ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*, doc. 54, pp. 138-139.

¹⁵² Cf. *ibidem*, *op. cit.*, doc. 52, pp. 133-135.

¹⁵³ Manter a Sé na Misericórdia daria a esses notáveis, que eram concomitantemente vereadores e irmãos-mesários, a possibilidade de exercer maior pressão sobre o bispo e o Capítulo.

¹⁵⁴ Cf. *ibidem*, doc. 85, pp. 213-214.

¹⁵⁵ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 175, p. 193; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 120, p. 493; doc. 166, p. 655; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 48, p. 165; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VII, *op. cit.*, doc. 209, p. 643.

¹⁵⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios para a História...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 230; BRÁSIO, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 142, p. 395.

em 1663, havia em caixa aproximadamente 1894 réis¹⁵⁷ e, dez anos depois, 4.000 cruzados, quantia muito inferior aos 80.000 cruzados necessários para a sua conclusão¹⁵⁸. Em 1679, este imóvel estava em ruínas, subsistindo apenas parte das suas paredes, o que levou o guardião e os religiosos dos capuchos a pedirem para se lhes dar parte dessa pedraria¹⁵⁹.

Em 1681, numa reunião em que participaram o bispo, o Cabido, a Câmara Municipal, a Irmandade do Rosário e a população, inferiu-se que com mais 5.000 cruzados se concluiria a Sé Catedral, mas diminuindo-se ao seu tamanho, uma melhor solução do que ampliar a Igreja da Misericórdia¹⁶⁰. Considerava-se esta proposta mais consentânea com a conjuntura económica vigente, e as dimensões pensadas – 110 palmos de comprimento e 50 de largo –, e só com uma nave, eram mais do que suficientes, ultrapassando essas medidas as da Misericórdia¹⁶¹. Todavia, do reino ordenou-se ao governador que avaliasse se era viável a Sé ficar na Igreja de Nossa Senhora do Rosário ou na Misericórdia, propondo-se o alargamento de uma delas para cumprir a função de igreja mãe, mas que consultasse o ouvidor e os irmãos da Santa Casa para saber o que pensavam acerca dessa decisão¹⁶². Em 1688, foi concedida ao bispo D. Frei Vitorino Portuense a licença para diminuir o tamanho do plano primitivo da Sé, e se continuasse essa construção¹⁶³.

Em 1690, no reinado de D. Pedro II (1683-1706) e na vigência do bispo D. Frei Vitorino Portuense (1686-1705), a miséria grassava no Sítio, mas as obras prosseguiram¹⁶⁴. Um ano depois, o cruzeiro já estava coberto com telha e a capela-mor terminada, contribuindo para tal o apoio monetário obtido¹⁶⁵. Em 1693, o Cabido transferiu-se para a Sé Catedral, deixando-se de celebrar ofícios divinos na Misericórdia¹⁶⁶. Em 1698, estavam por finalizar as torres, a fachada principal e o coro, faltando igualmente cobrir a nave da igreja¹⁶⁷, situação parcialmente resolvida com a utilização de materiais existentes no

¹⁵⁷ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 84, p. 167.

¹⁵⁸ Cf. *ibidem*, doc. 140, pp. 349-350.

¹⁵⁹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 283; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc., 192, p. 455.

¹⁶⁰ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 285.

¹⁶¹ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 199, pp. 465-468.

¹⁶² Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 287.

¹⁶³ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VII, *op. cit.*, doc. 33, pp. 104-105.

¹⁶⁴ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 306; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VII, *op. cit.*, doc. 58, pp. 181-182.

¹⁶⁵ Cf. *ibidem*, *op. cit.*, p. 309; *ibidem*, doc. 59, pp. 183-184.

¹⁶⁶ Cf. *ibidem*, p. 310; *ibidem*, doc. 66, pp. 200-201.

¹⁶⁷ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade...*”, *op. cit.*, p. 127.

Maio¹⁶⁸ e em Santiago, ficando o edifício praticamente acabado¹⁶⁹. Contemporânea, a descrição de Duplessis confirma que este templo estava inacabado¹⁷⁰.

Em 1700, numa carta do bispo D. Frei Vitorino Portuense, ficamos a saber que faltariam colocar as torres e executarem-se outras pequenas intervenções, mas a escassez de ornamentos condignos para as celebrações era igualmente notada¹⁷¹. Numa gravura do início desse século¹⁷², da autoria de Joannes Van Keulen, a imagem da Sé Catedral aí representada deve corresponder ao preconizado por aquele clérigo. A sua morte foi o início do fim desse edifício¹⁷³, que teve uma vida curta, pois posteriormente assistiu-se ao seu contínuo definhamento, apesar de ainda ser um elemento distintivo na paisagem¹⁷⁴. Em 1712, o ataque feito por Jacques Cassard contra a cidade atingiu-a¹⁷⁵, sendo daí subtraídos objetos de valor¹⁷⁶, apesar de a sua estrutura não parecer ter sido substancialmente abalada. Subsequentemente, e durante muito tempo, poucas foram as informações acerca do seu estado de conservação, mas em 1744 foi reedificada e composto o teto da igreja¹⁷⁷.

O século XIX veio acentuar ainda mais a sua degradação, numa época em que este aglomerado urbano tinha perdido praticamente toda a sua funcionalidade e estava quase desabitado. Em 1808, o bispo D. Frei Silvestre expunha a pouca utilidade desta Sé Catedral, apresentando três argumentos para essa justificativa: a falta de homens para serem ordenados e para ocuparem lugares nas paróquias; estando ele a prestar assistência noutra ilha, o Cabido opunha-se às suas determinações; e a pouca moral dos clérigos

¹⁶⁸ Essa mesma pedra de cantaria que seria utilizada aquando da missão do arquiteto Luís Benavente nas décadas de 1960 e 1970.

¹⁶⁹ Cf. *ibidem*, p. 127.

¹⁷⁰ Cf. DUPLESSIS, *Relation...* *op. cit.*, p. 62.

¹⁷¹ Cf. PEREIRA, Daniel A., *A Situação da Ilha...*, *op. cit.*, pp. 117-122.

¹⁷² Alexandre Brás Mimoso considera-a desse período e não de meados da década de 1630 como erradamente foi veiculado, apresentando argumentos histórico-factuais irrefutáveis para sustentar esta afirmação (cf. MIMOSO, Alexandre Braz, “Interpretação ...”, *op. cit.*, nota de rodapé n.º 77, p. 353).

¹⁷³ Apesar de em data incógnita, a zona esquerda de uma parede da capela-mor ter recebido beneficiações, observadas aquando das intervenções mais recentes (cf. *ibidem*, pp. 358-359).

¹⁷⁴ Como comprova o relato de Charles Darwin (cf. KEYNES, R.D., *Charles Darwin...*, *op. cit.*, p. 30).

¹⁷⁵ Daí a dedução de um investigador, com quem concordamos, de que aquando da morte de D. Frei Vitorino Portuense, se a Sé Catedral não estava rematada, dificilmente tal aconteceu depois, pelo menos nos seus acabamentos e adereços (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, p. 128).

¹⁷⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios ...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 409, p. 422.

¹⁷⁷ Cf. NOTÍCIA COROGRÁFICA..., *op. cit.*, p. 57.

vindos do reino¹⁷⁸. Em 1824, outro bispo tinha opinião contrária e recomendava que os officios divinos continuassem a ser aí celebrados com a decência exigida¹⁷⁹.

Em 1836, o governador solicitou ao vigário geral que lhe entregasse o relógio da Sé Catedral, mas este recusou-se a dar-lho porque se devia conservar aquele templo como um dos melhores exemplos da Ilha de Santiago¹⁸⁰. Na senda desta veia destruidora, referir a proposta feita para a sua demolição e a trasladação das suas pedras para se construir uma Sé Catedral no Mindelo, onde se pensava construir a nova capital de Cabo Verde¹⁸¹.

Na década de 1840, apesar de o seu estado de conservação não ser o melhor, é aludida a beleza desse edifício¹⁸², o mesmo acontecendo pouco tempo depois, não obstante ser necessário fazerem-se beneficiações¹⁸³. Em meados do século, este templo estava quase derribado e o Cabido desorganizado, tendo o governador-geral da Província remetido para a Metrópole várias peças de prata que ali estavam para serem convertidas em moeda¹⁸⁴. Do exposto, é para nós enigmático que em 1864 se tenha aludido ao seu bom estado de conservação, suportando-se essa descrição com uma imagem¹⁸⁵.



Figura 15 Sé Catedral
MIMOSO, Alexandre Braz, “Interpretação ...”, *op. cit.*, p. 358

¹⁷⁸ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios ...*, vol. II, parte III, *op. cit.*, p. 160.

¹⁷⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 325-326.

¹⁸⁰ Cf. *ibidem*, vol. III, parte IV, *op. cit.*, p. 113.

¹⁸¹ Cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, pp. 167-168.

¹⁸² Cf. CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografia ...*, *op. cit.*, p. 67

¹⁸³ Cf. BRÁSIO, António. “Monumentos...”, *op. cit.*, p. 28.

¹⁸⁴ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. IV, parte IV, 2.^a Edição Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003, p. 24.

¹⁸⁵ «O pouco que ainda é [Ribeira Grande de Santiago], deve-o unicamente á conservação da Sé, simples mas bonito edificio, que causa ali um tal ou qual movimento, em rasão da residencia do clero respectivo.» (VALDEZ, Francisco Travassos, *Africa Occidental...*, *op. cit.*, p. 239).

Uma carta endereçada ao bispo de Cabo Verde¹⁸⁶, em janeiro de 1875, pelo secretário geral desta Província, contém uma proposta do diretor de Obras Públicas para o arrasamento da Sé Catedral, e conseqüente aproveitamento dos seus materiais na execução de outras obras na Praia, propósito recusado e devidamente justificado, com a expectativa de que pudesse vir a ser restaurada¹⁸⁷.

No início do século XX, estava de tal forma arruinada que os ofícios divinos já quase já quase não se podiam celebrar¹⁸⁸. Tal como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi local de enterramentos¹⁸⁹ até meados do século XX, momento em que o cemitério foi inaugurado, mas nas décadas de 1920-1930, a sua capela-mor foi utilizada como vacaria¹⁹⁰.

Apesar de a Sé Catedral ter sido a grande paixão de Luís Benavente¹⁹¹, nunca foi objeto de significativas intervenções¹⁹², aquando da sua missão em Cabo Verde, não obstante alguns levantamentos executados¹⁹³, e terem sido consignados 50.000\$00 para a fixação das suas ruínas¹⁹⁴. Sabendo-se da existência de azulejos numa capela lateral¹⁹⁵, é bem possível que tenham sido removidos aquando da sua estada na Ribeira Grande de Santiago¹⁹⁶.

Em 1988, no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a República de Cabo Verde e a República de Portuguesa, o IPPC executou algumas plantas e levantamentos do

¹⁸⁶ Que como constatámos no capítulo I, desde meados do século XVII, já não residia na Ilha de Santiago.

¹⁸⁷ Cf. BRÁSIO, António, “Monumentos Sacros...”, *op. cit.*, pp. 29-30.

¹⁸⁸ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios ...*, vol. III, parte V, *op. cit.*, p. 402.

¹⁸⁹ Tal como na Misericórdia e na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Em todas elas estavam sepultadas pessoas que exerceram cargos políticos e religiosos (cf. RICHTER, Konstantin Alexander, *The historic...*, *op. cit.*, pp. 123-124, pp. 129-130, pp. 132-133, pp. 137-138).

¹⁹⁰ Cf. AMARO, Clementino. “Sé da Cidade Velha, República de Cabo Verde. Resultados da 1.ª fase de campanhas arqueológicas”. In. TEIXEIRA, André; BETTENCOUT, José António (coords.). *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa/Universidade do Açores, dezembro de 2012, p. 458.

¹⁹¹ «[...] quis reconstruí-la, mas, segundo o mesmo testemunho [de sua esposa], seis anos depois dessa intenção começaram a desmontar muitas pedras das ruínas, inviabilizando o projecto.» (cf. FERNANDES, José Manuel, “Arquitecto Luís Benavente...”, *op. cit.*, p. 34).

¹⁹² «[...] tendo-se limitado a, aparentemente, efetuar pequenas consolidações pontuais de zonas mais frágeis.» (MIMOSO, Alexandre Braz, “Interpretação ...”, *op. cit.*, p. 361).

¹⁹³ Cf. ANTT, FLB, pt. 2083, docs. 16 e 17 [s.d.] [c. 1962]; ANTT, cx. 126, pt. 873, docs. 1 e 2 [s.d.] [c. 1962].

¹⁹⁴ Cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de setembro de 1967, fl. 9.

¹⁹⁵ Cf. MECO, José, “A Expansão...”, *op. cit.*, p. 11.

¹⁹⁶ Cf. MARIZ, Vera Félix, A “Memória do Império”..., *op. cit.*, p. 312.

edifício¹⁹⁷. Em 1989, a UNESCO, dando grande enfoque na sua investigação a este monumento, gizou medidas tendentes à sua salvaguarda e valorização¹⁹⁸.

Realçar dois textos da autoria do arquiteto João Bento d'Almeida relativos ao seu projeto de reabilitação¹⁹⁹, que foram o mote para o início das três campanhas arqueológicas²⁰⁰ superintendidas por Clementino Amaro, com vista à sua recuperação, resultando desta ação a identificação de várias tampas sepulcrais de bispos de Cabo Verde e a recolha de espólio diverso, com destaque para os azulejos que existiam numa capela lateral²⁰¹. Para garantir que o interior desse espaço fosse protegido e deste modo garantir o normal desenrolar dos trabalhos arqueológicos, procedeu-se à vedação da Sé Catedral²⁰². Mas este intento não teve prossecução em virtude de as entidade cabo-verdianas competentes, segundo Ana Carvalho Dias²⁰³, considerarem que o mesmo desvirtuaria o que restava²⁰⁴. Talvez por esse facto, supomos que a cobertura de alguns espaços e a criação de uma área expositiva não foram por diante²⁰⁵.

No final dessa década, o IPPC, num projeto dirigido por Alexandre Braz Mimoso, fizeram-se obras de consolidação nesse testemunho²⁰⁶. Decorrente dessa ação foram descobertas as fundações de um pequeno edifício²⁰⁷, possivelmente uma ermida dedicada a São Sebastião, erigida presumivelmente no século XVI, numa plataforma afastada da cidade, o que poderá estar associado ao facto de este ser o santo protetor contra a peste,

¹⁹⁷ Cf. FAGUNDES, João. *Ribeira Grande – A Cidade Velha*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português do Património Cultural/Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, 1989.

¹⁹⁸ Cf. WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme...*, *op. cit.*, p. 18, pp. 39-52.

¹⁹⁹ Cf. ALMEIDA, João Bento de. *Objetivos*. Lisboa, setembro de 1989 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia); ALMEIDA, João Bento de. *Projecto de reabilitação das ruínas da Sé Velha – Ribeira Grande – Cabo Verde*. Lisboa, outubro de 1990 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

²⁰⁰ Entre outubro de 1989 e outubro de 1993 (cf. AMARO, Clementino, “Sé da Cidade Velha, República de Cabo Verde. Resultados da 1.ª fase de campanhas arqueológicas”, *op. cit.*, p. 455). Nesse mesmo período foi feita uma proposta para a definição dos elementos estruturais outrora existentes (cf. ALMEIDA, João Bento de. “A Sé da Ribeira Grande: Proposta de Recuperação”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, p. 88).

²⁰¹ Cf. AMARO, Clementino. “Escavações Arqueológicas na Cidade Velha”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, p. 87; AMARO, Clementino, “Sé...”, *op. cit.*, pp. 459-462.

²⁰² Cf. FREIRE, Verónica dos Reis, “A Experiência...”, *op. cit.*, p. 69.

²⁰³ Responsável da equipa, da qual faziam também parte Isabel Inácio, Sandra Lopes e José Évora, que efetuou as escavações arqueológicas no local.

²⁰⁴ Cf. TAVARES, Nereide Pereira, *Inventário...*, volume I, *op. cit.*, p. 44.

²⁰⁵ Cf. FREIRE, Verónica dos Reis, “A Experiência...”, *op. cit.*, pp. 68-69.

²⁰⁶ Cf. MIMOSO, Alexandre Braz, “Interpretação ...”, *op. cit.*, pp. 369-378.

²⁰⁷ Cf. *ibidem*, *op. cit.*, p. 361.

reforçando-se esta suposição com a presença de um conjunto de azulejos hispano-árabes e uma tampa sepulcral ²⁰⁸. Somente em 2003, novamente sob a supervisão daquele arquiteto, se efetuou um consistente plano de consolidação das suas ruínas e da área envolvente²⁰⁹.

Em janeiro de 2010, executaram-se algumas exumações junto ao transepto, advindo dessa prospeção a descoberta de ossadas²¹⁰. No seu interior realizam-se, com a anuência da Diocese de Santiago, sua entidade tutelar, cerimónias religiosas, espetáculos culturais e atividades lúdico-pedagógicas com crianças.

Em abril de 2018 foi vedada²¹¹, decorrendo esta decisão da necessidade de proteger esta estrutura do uso indevido do seu espaço pela população, em muito potenciado pela falta de um plano para a sua manutenção²¹².



Figura 16 Ruínas da Sé Catedral (década de 1920)
BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit*

²⁰⁸ Cf. AMARO, Clementino. “Sé...”, *op., cit.*, p. 459.

²⁰⁹ Cf. *ibidem*, p. 361.

²¹⁰ EVANS, Christopher; SØRENSEN, Marie Louise Stig. *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Fieldwork, Dec. 2009-Feb. 2010* (documento não editado. facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

²¹¹ Uma parceria entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, a Diocese de Santiago e a Paróquia do Santíssimo Nome de Jesus.

²¹² Cf. “CIDADE VELHA – IPC DÁ INÍCIO À VEDAÇÃO DA SÉ”. *Instituto do Património Cultural*, 2 de abril de 2018. Página consultada a 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/417-cidade-velha-ipc-da-inicio-a-vedacao-da-se>

Palácio Episcopal

A residência privada dos bispos em Cabo Verde²¹³ foi mandado construir em meados do século XVI por D. Francisco da Cruz²¹⁴. É possível que nas décadas seguintes se tenha deteriorado, porque Filipe I, em 1589, concedeu uma verba 100\$000 reis para o seu reparo²¹⁵.

Não se notabilizada pela sua arquitetura, mas pela sua volumetria, tanto em comprimento como em altura, que o tornavam, conjuntamente com a Sé Catedral, ambos localizados no bairro de São Sebastião e praticamente contíguos, elementos distintivos na paisagem. Por razões de segurança havia um túnel, segundo João Lopes visível em 1929, que o conectava ao vizinho Forte de São Veríssimo²¹⁶.

No final do século XVII foi reedificado, mas o tamanho da sua área habitacional foi diminuído para, possivelmente, ser ocupado pelo futuro seminário²¹⁷. Algum tempo depois, D. Frei Francisco de Santo Agostinho, que residia na Trindade, foi obrigado a fazer melhorias em partes da sua estrutura, mas a falta de verbas e de pessoas capacitadas para fazer esse trabalho obstaram ao seu normal decurso²¹⁸. A situação agravou-se a partir da década de 1750, quando o bispo D. Pedro Jacinto Valente transferiu a sede de bispado para a Ilha de São Nicolau, mas em 1774, o Marquês de Pombal providenciou a sua reedificação²¹⁹, tal como o bispo D. Frei Jerónimo da Barca, em 1824²²⁰. No primeiro quartel do século XIX, já estaria bastante arruinado, pois o bispo D. Frei Jerónimo da Barca vivia no Convento de São Francisco²²¹. Em 1864, este testemunho era ainda um elemento conformador da paisagem, apesar do mau estado de conservação de algumas das suas partes.

²¹³ Mas foi-o somente em escassas ocasiões (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, p. 207).

²¹⁴ Cf. NOTÍCIA COROGRÁFICA..., *op. cit.*, p. 41.

²¹⁵ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*, doc. 68, p. 176.

²¹⁶ Cf. FUNDAÇÃO JOÃO LOPES, *Cidade Velha...*, *op. cit.*, p. 50.

²¹⁷ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, p. 209.

²¹⁸ Cf. *ibidem*, p. 208.

²¹⁹ Cf. *ibidem*, p. 162.

²²⁰ Cf. *ibidem*, p. 167.

²²¹ Cf. BRÁSIO, António. “Seminário de Cabo Verde”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano XI, n.º 133. Praia: Imprensa Nacional, outubro de 1960b, pp. 3-4.



Figura 17 Ruínas do Palácio Episcopal
VALDEZ, Francisco Travassos, *Africa Occidental...*, op. cit..

Na década de 1920, eram visíveis as suas ruínas. Hoje em dia, nada subsiste da sua estrutura, e futuras investigações estão comprometidas, em virtude de sobre ele estarem assentes residências particulares. Na década de 1980, um ateliê de arquitetura e planeamento – Grupo do Mercado – fez a reconstituição de alguns dos seus alçados²²².



Figura 18 Ruínas do Paço Episcopal (década de 1920)
BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, op. cit.

Capela de São Roque

Está na parte alta do Bairro de São Sebastião. É um edifício do final do século XVI – da segunda metade da década de 1580²²³ – ou do início do seguinte²²⁴, de pequena dimensão, planta retangular, traça renascentista portuguesa e com uma sacristia anexa à sua capela-mor²²⁵. A sua devoção é a São Roque de Montpellier, estando por isso associada às pestes

²²² Cf. WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme...*, op. cit., p. 68.

²²³ Cf. RICHTER, Konstantin Alexander, *The historic...*, op. cit., p. 115.

²²⁴ Cf. EVANS, Christopher [et. al.]. *Cidade Velha, Cape Verde 2014 – Church Excavations*, p. 16 (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

²²⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 39, 25 de janeiro de 1967, fl. 1.

e outras doenças²²⁶. Deduziram-se duas fases na sua construção, e pode ter substituído, nesse local, um templo muito próximo morfologicamente da Capela de Santa Luzia/São Miguel, situada na achada a oeste da ribeira²²⁷. Num documento redigido em 1643, sabe-se que o seu sino havia custado 10.300 reis²²⁸. Em 1769, a sua estrutura ainda estava intacta²²⁹.

Na década de 1960, estava num acentuado estado de degradação, resultante da ação inexorável do tempo e da imprudência do homem, que dela extraiu materiais, em especial, cantarias²³⁰. Em 1966, executaram-se várias plantas²³¹ com vista à sua reconstrução/reconstituição²³², concluindo-se nesse ano o projeto de reconstituição²³³. No período pós-independência criticou-se essa intervenção por causa da forma como foi feita e pelos materiais utilizados²³⁴.

A Capela de São Roque está parcialmente desafeta ao culto. O seu interior, desprovido de qualquer mobiliário, está bem conservado, o mesmo acontecendo com a sua parte exterior, caiada de branco, o que a torna num elemento distintivo na achada onde está inserida. O acesso a este templo é pedonal, através de um ingreme caminho.



Figura 19 Capela de São Roque (década 1920)
BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*



Figura 20 Capela de São Roque
© José Filipe Silva (abril 2019)

²²⁶ Cf. EVANS, Christopher [et. al.]. *Cidade Velha...* *op. cit.*, p. 16.

²²⁷ Cf. *ibidem*, p. 16.

²²⁸ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, p. 141.

²²⁹ Cf. EVANS, Christopher [et. al.], *Cidade Velha...* *op. cit.*, p. 16.

²³⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 39, 25 de janeiro de 1967, fl. 1.

²³¹ «No intuito de obter um restauro tão perfeito quanto possível, foi elaborado o seu projeto a escala de modo a permitir reconstruí-lo em todos os seus pormenores.» (*Ibidem*, fl. 2).

²³² Cf. ANTT, FLB, docs. 1-31, 1966.

²³³ Cf. “Obra executada e programa em realização e em estudo, referente a objectos, imagens religiosas e monumentos do Ultramar”, 10 de dezembro de 1966, PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, fl. 1.

²³⁴ Cf. FREIRE, Verónica dos Reis, “A Experiência...”, *op. cit.*, p. 65.

Seminário

Em 1570, D. Sebastião doou 200\$000 reis anuais para o seminário que se iria criar na Ribeira Grande de Santiago²³⁵. Os primeiros jesuítas só aí chegaram em 1604²³⁶, e tudo parecia decorrer dentro do previsto, pois um Alvará Régio datado de 1608 anuía à sua fundação²³⁷. Pouco tempo depois, o padre Baltazar Barreira informou o provincial da Ordem, a respeito dos locais que julgava serem os melhores para a construção dessa Casa/Colégio²³⁸. Várias cartas régias reiteravam esse propósito²³⁹, mas as hipóteses aventadas para o sedear em Lisboa, Coimbra, Évora²⁴⁰ ou Luanda²⁴¹ contribuíram para o adiamento dessa decisão.

Devido aos constantes atrasos, estes religiosos pensaram abandonar Cabo Verde²⁴². Em 1629, foi-lhes feito um ultimato para assinarem o contrato para a oficialização dessa residência²⁴³, caso contrário, seriam nomeados outros para essa missão²⁴⁴. Nesse mesmo ano, o padre Sebastião Gomes apresentou motivos a favor e contra esse estabelecimento²⁴⁵. Em 1630, foi apresentado o projeto desse edifício, situado no Bairro de São Brás²⁴⁶, que nunca foi iniciado. Em 1642, os três últimos jesuítas que permaneciam na Ribeira Grande de Santiago foram embora²⁴⁷.

D. Frei Vitorino Portuense, no final do século XVII, tentou reativar esta intenção²⁴⁸. Por sua vez, D. Pedro II ordenou que se apurasse as pensões pagas a outras ilhas desta

²³⁵ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*, doc. 3, pp. 7-11.

²³⁶ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 18, pp. 41-49.

²³⁷ Cf. *ibidem*, doc. 88, pp. 329-330.

²³⁸ Cf. *ibidem*, doc. 90, pp. 335-338. Outras missivas demonstram a importância dada a este tema (cf. *ibidem...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 92, pp. 342-345 [pp. 343-344]; *ibidem*, doc. 95, pp. 348-353 [pp. 348-350]).

²³⁹ Cf. *ibidem*, doc. 50, pp. 182-186; doc. 82, pp. 317-318; doc. 88, pp. 329-330; doc. 120, pp. 293.

²⁴⁰ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 51, pp. 187-189 [p.187]; doc.81, pp. 312-316 [p. 315], doc. 82, pp. 317-318; doc. 91, pp. 339- 341 [p. 340].

²⁴¹ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade...*”, *op. cit.*, p. 212.

²⁴² Cf. *ibidem*, doc. 176, pp. 696-697.

²⁴³ Se até à década de 1620 viviam em sã convivência com a população, partir daí tudo se alterou. Um documento datado de 1626, expõe as queixas dos moradores contra os padres da Companhia de Jesus (cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 42, pp. 154-155).

²⁴⁴ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 66, p. 216; *ibidem*, doc. 67, pp. 217-218; *ibidem*, doc. 68, pp. 219-223.

²⁴⁵ Cf. *ibidem*, doc. 72, pp. 231-243. Algum tempo depois, o padre António Dias expôs ao padre geral da Companhia essa situação (cf. *ibidem*, doc. 80, pp. 258-260).

²⁴⁶ Cf. *ibidem*, doc. 76, pp. 244-249. Pedro Canavarro apresentou as plantas dos pisos inferior e superior dessa planta (cf. CANAVARRO, Pedro, “Uma «traça» ...”, *op. cit.*, p. 392, p. 396).

²⁴⁷ Cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 142.

²⁴⁸ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VII, *op. cit.*, doc. 140, pp. 447-448; *ibidem*, doc. 151, pp. 472-473.

Província para as utilizar nesta obra²⁴⁹. Uma planta datada de 1706²⁵⁰, da autoria de José Soares da Rocha²⁵¹, é a evidência dessa vontade. Estamos certos de que a morte de D. Frei Vitorino Portuense e o ataque de Jacques Cassard adiaram essa obra.

No século XIX, D. Frei Jerónimo da Barca planeou continuar a sua construção, nunca concluída. Na década de 1840, já estava bastante destruída²⁵². Um relato do ano de 1960, da autoria do padre António Brásio, relata-nos essa mesma situação, sinalizando esse Seminário entre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Convento de São Francisco²⁵³.

Casa da Janela Gótica

Está relacionada com a Casa da Companhia de Jesus, erigida possivelmente nos primeiros anos do século XVII para acolher aqueles religiosos. As poucas informações de que dispomos não permitem saber muito sobre a sua morfologia, dimensão, tipo de uso, utilidade, ou quando deixou de ter valor circunstancial.

A fixação das suas ruínas foi um objetivo de Luís Benavente, como o comprova a atribuição de um orçamento para esse fim²⁵⁴. Apesar da verba a despender ser residual se comparada com outros orçamentos, este desígnio nunca foi concretizado, podendo deduzir-se dessa constatação o facto de não ser uma das prioridades desse programa.

No final da década de 1980, mereceu a atenção por parte da UNESCO, que sugeria a proteção, reconstituição e consolidação dessa janela e de alguns elementos que interferiam no seu suporte²⁵⁵. Mas nada foi feito para reter o que dela restava, concorrendo esta incúria para o seu contínuo estado de degradação, bem visível nos dias de hoje.

Em 2007, esta área foi objeto de intervenção arqueológica, advindo dessa ação a descoberta das suas fundações. Nesse estudo concluiu-se que, em razão dos materiais empregues na sua construção, este imóvel significasse mais pelo seu valor funcional do

²⁴⁹ Cf. *ibidem*, VII, doc. 156, p. 483.

²⁵⁰ No nosso entendimento, esta planta era relativa a uma das dependências do Paço Episcopal. O facto de se apresentar uma das partes da sua estrutura de dois pisos danificada, reforça esta nossa convicção.

²⁵¹ Cf. PT/AHU/CARTM/024/00118.

²⁵² Cf. CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografia ...*, *op. cit.*, p. 67.

²⁵³ Cf. BRÁSIO, António, “Seminário...”, *op. cit.*, pp. 3-4. Suspeitamos que este relato esteja relacionado com a Casa da Janela Gótica. Não encontramos nenhuma fonte que nos esclarecesse acerca desta afirmação. Será interessante futuramente indagar-se o porquê desse investigador situar o Seminário nesse local.

²⁵⁴ Cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de setembro de 1967 fl. 10.

²⁵⁵ WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme...*, *op. cit.*, p. 18, p. 58.

que pela excelência arquitetural²⁵⁶. Da janela que deu o nome a este edifício subsiste apenas a ombreira e parte dos panos de muro, de alvenaria de pedra argamassada e com vestígios de reboco²⁵⁷. Próximo está um suporte informativo denominando este testemunho de “Colégio dos Jesuítas – século XVIII”, o que é uma distorção da verdade histórica do Sítio²⁵⁸.

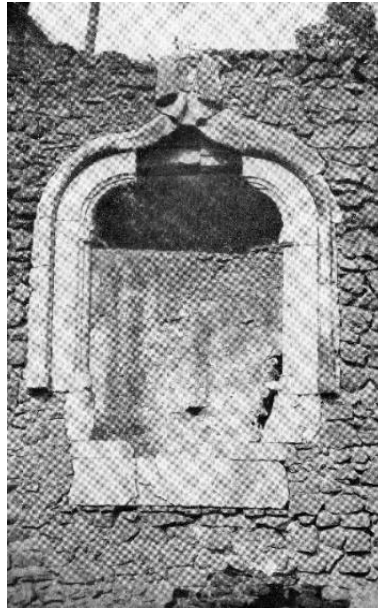


Figura 21 Janela gótico-manuelina (década de 1920)
BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*

Igreja e Convento de São Francisco

A primeira tentativa para a sua edificação remonta ao ano de 1636, quando três franciscanos²⁵⁹ foram para Cabo Verde com instruções para a construção desse convento²⁶⁰, que passados três anos ainda não se havia iniciado²⁶¹. Numa carta redigida em 1638, um deles expressou as dificuldades sentidas para a concretização deste propósito por causa do estado miserável em que estava este lugar²⁶². Em 1640, Joana

²⁵⁶ Cf. EVANS, Christopher [et. al.]. *Cidade Velha, Cape Verde, Archeological Excavations. The Season 2007*, pp. 17-22, p. 62 (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

²⁵⁷ Cf. PIRES, Fernando. “Casa da Janela Gótica”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 313.

²⁵⁸ Cf. FUNDAÇÃO JOÃO LOPES, *Cidade Velha...*, *op. cit.*, p. 66.

²⁵⁹ Relembrar que, em 1466, os primeiros religiosos a chegar a Cabo Verde foram os franciscanos Frei Rogério e Frei Jaime.

²⁶⁰ Que ficaria na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (cf. SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João, “Igreja...”, *op. cit.*, p. 412).

²⁶¹ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 102, pp. 303-310 [303].

²⁶² Cf. *ibidem*, doc. 102, pp. 303-310 [303].

Coelha, uma nobre natural da Ilha de Santiago, fez uma doação para a sua fundação e sustento²⁶³.

Somente quase no ocaso do reinado de D. João IV é que se deu o efetivo impulso para essa edificação, tendo este monarca dado 4000 cruzados para esse fim²⁶⁴. Subjacente a esta decisão parece ter estado a informação veiculada pelo padre António Vieira ao príncipe D. Teodósio da necessidade de se enviarem religiosos para doutrinar e ministrar os sacramentos aos habitantes deste território ultramarino²⁶⁵. Após a morte do seu marido, D. Luísa de Gusmão ordenou que todos os trabalhos fossem feitos consoante as decisões por ele deliberadas²⁶⁶. Em 1657, partiram para Santiago oito religiosos da Província da Piedade, que foram bem recebidos pelo governador e pela população²⁶⁷. Inicialmente, estes padres ficaram instalados nas casas que haviam pertencido ao Morgado dos Mosquitos, mas a insalubridade dessa área –próxima da costa, do porto e do abastecimento dos barcos – fez com que se pensasse num outro local para o Convento²⁶⁸. Nesse mesmo ano, o ouvidor e provedor da Fazenda das ilhas pediu ao rei que lhes fosse entregue o púlpito da Sé para a ajuda ao seu sustento²⁶⁹.

Este complexo religioso, localizado no interior do vale e relativamente distante do aglomerado urbano, começou a ser erigido em 1661²⁷⁰, sob a denominação de Convento de Nossa Senhora da Piedade, passando a ostentar a designação atual a partir de 1674²⁷¹. Em 1662, desembarcaram na Ribeira Grande de Santiago mais doze religiosos da Província da Piedade, que quase de imediato foram acometidos de febres²⁷². Foi-lhes entregue a quantia de 25.000 réis ano, para além dos 8.000 réis do direito de pescado²⁷³.

No início da década de 1670, já estavam em dificuldades financeiras e o governador, por ordem de D. Afonso VI, concedeu-lhes uma esmola de 65.000 reis anuais²⁷⁴. Em 1674, chegaram à capital de Cabo Verde mais dez capuchos²⁷⁵ e, três anos depois, já se falava

²⁶³ Cf. *ibidem*, pp. 303-310 [305-309].

²⁶⁴ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 252.

²⁶⁵ Cf. *ibidem*, p. 252; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 56, pp. 111-112 [111].

²⁶⁶ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 60, p. 120.

²⁶⁷ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios ...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 252.

²⁶⁸ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 56, pp. 111-112, doc. 63, pp. 124-125.

²⁶⁹ Cf. *ibidem*, vol. VII, doc. 35, p.110.

²⁷⁰ Cf. *ibidem*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 61, p. 121-122.

²⁷¹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios ...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 271.

²⁷² Cf. *ibidem*, p. 260.

²⁷³ Cf. *ibidem*, p. 260; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 80, p. 161.

²⁷⁴ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade*” ..., *op. cit.*, p. 96.

²⁷⁵ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 271; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 144, p. 357.

na necessidade de reedificar o edifício²⁷⁶. Certamente com esse intuito, um decreto real ordenou que se retirasse, durante seis anos, 100.000 reis a todos os navios que entrassem em Cabo Verde, para as obras desse Convento²⁷⁷. Em 1678, o príncipe D. Pedro fez-lhes esmola nos direitos reais dos castelhanos que fossem a Santiago comprar escravos, para que pudessem construir dormitórios, capítulo e enfermaria²⁷⁸. Quase de seguida pediram que lhes fosse dada pedra das paredes da Sé para reconstruir o Convento²⁷⁹.

Em 1683, reclamavam contra a falta de pagamento e pediram ajuda pecuniária para a sua conclusão²⁸⁰. Em 1693, D. Pedro II, em missiva enviada ao guardião do Convento de São Francisco, congratulou-se com o trabalho desenvolvido e pediu ao provincial que enviasse mais religiosos para aquela missão²⁸¹

A igreja, de planta longitudinal, com 8,53 metros de largura, por 16,50 metros de comprimento, é de traçado bastante simples, de uma só nave²⁸² e com a capela-mor destacada. A fachada principal, de pano único com frontão triangular²⁸³, encimado por um janelão com grades de ferro. As paredes laterais, de pano único, com janelas no corpo da nave e na capela-mor, que media 6,65 metros de comprimento por 5,45 metros de largura²⁸⁴. Este templo era uma estrutura simples com três altares, sacristia e coro²⁸⁵.

A parte conventual era formada por dois espaços: o interior, com um dormitório composto por doze celas, um lavatório, uma livraria, uma cozinha e duas salas de aula²⁸⁶; e o exterior, dentro da área da cerca, com uma fonte de água e um grande bosque que

²⁷⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 279.

²⁷⁷ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VI, *op. cit.*, doc. 166, pp. 402-403.

²⁷⁸ Cf. *ibidem*, doc. 174, pp. 417-418.

²⁷⁹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios ...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 283.

²⁸⁰ Cf. *ibidem*, p. 291. Um relato de 1693 informa-nos que ainda não estava acabado (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade*”..., *op. cit.*, pp. 100). Talvez por isso, em 1699, Duplessis tenha julgado este templo como uma construção recente (cf. DUPLESSIS, *Relation...*, *op. cit.*, p. 62).

²⁸¹ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VII, *op. cit.*, doc. 63, pp. 191-192.

²⁸² Coberta com uma falsa abóboda de berço que se estende desde a fachada principal até ao princípio da capela-mor.

²⁸³ O campanário aí adossado, feito em tijolo, é posterior à construção inicial, facto comprovado pela utilização desse material, contrariamente ao sucedido no restante da fachada.

²⁸⁴ Cf. PIRES, Fernando. “Convento e Igreja de São Francisco”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 311-312; SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade*”..., *op. cit.*, pp. 103-104.

²⁸⁵ Cf. CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografia ...*, *op. cit.*, p. 256.

²⁸⁶ Uma de Teologia Moral e outra de Gramática Latina.

dispunha de quase tudo o que era indispensável para a vida dos frades²⁸⁷. Fora do perímetro da cerca, relativamente afastado, havia uma horta²⁸⁸.

No final do século XVII, a posição e influência dos franciscanos na Ribeira Grande de Santiago reforçou-se, em virtude de dois bispos – D. Frei António de São Dionísio e D. Frei Vitorino Portuense – pertencerem a essa Ordem²⁸⁹, mas com o passar do tempo essa preponderância esbateu-se²⁹⁰. Em 1722, o Convento de São Francisco alojava somente quatro frades²⁹¹.

Nessa centúria, este complexo clerical foi-se degradando por via das pilhagens, nomeadamente o ataque contra este Sítio perpetrado por Jacques Cassard, em 1712²⁹², que marcou irremediavelmente o declínio desta urbe²⁹³. Em 1754, um grande temporal destruiu parte do seu dormitório²⁹⁴. No início da década de 1760, seria dos poucos edifícios subsistentes neste aglomerado populacional²⁹⁵.

No século XIX, após a extinção das ordens religiosas, foi pretendido para outros fins: em 1823, o bispo D. Frei Jerónimo pedia ao Soberano Congresso que este Convento e suas dependências lhe fossem entregues para se constituir um seminário, bem como as ordinárias e demais emolumentos que todos os anos a Fazenda Real dava para a sua conservação e sustento dos religiosos²⁹⁶; possivelmente em 1838, o governador da Província queria transformá-lo em residência transitória dos governadores de Cabo Verde²⁹⁷; e, pouco tempo depois, o governador requisitou que fossem extraídas pedras deste edifício para a construção do novo hospital²⁹⁸. Dada a incúria a que havia estado votado, temos relatos de que próximo de meados desse século, a sua estrutura estava

²⁸⁷ Cf. *ibidem*, pp. 254-255.

²⁸⁸ Cf. *ibidem*, p. 256.

²⁸⁹ Foram alguns os bispos da Ordem de São Francisco que serviram em Cabo Verde entre 1675 e 1774, o que certamente contribuiu para a relação de proximidade com os frades que aí estavam (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade...*”, *op. cit.*, p. 99, nota de rodapé n.º 319).

²⁹⁰ Cf. RICHTER, Konstantin Alexander, *The historic...*, *op. cit.*, p. 134

²⁹¹ Cf. *ibidem*, p. 134.

²⁹² Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 409. Apesar de nunca se fazer menção ao Convento de São Francisco, estamos certos de que não escapou a essa investida.

²⁹³ Cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos ...*, *op. cit.*, p. 152.

²⁹⁴ Cf. *ibidem*, p. 158.

²⁹⁵ Cf. *ibidem*, p. 159.

²⁹⁶ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. II, parte III, *op. cit.*, pp. 277-278.

²⁹⁷ Cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos ...*, *op. cit.*, p. 168.

²⁹⁸ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. III, parte IV, *op. cit.*, p. 237.

bastante danificada e havia perigo de derrocada²⁹⁹. Porém, continuava a ser um elemento distintivo na paisagem³⁰⁰.

Luís Benavente considerou possível recuperar as ruínas do “Conventinho”³⁰¹, o que não foi feito, apesar de no programa de dotações a atribuir para a recuperação dos monumentos da antiga cidade da Ribeira Grande estar contemplado a fixação das suas ruínas, limpeza da área envolvente e estudo para o seu reuso³⁰².

No final da década de 1980, inserido no plano de recuperação do Sítio, a UNESCO considerou a sua reabilitação como uma das prioridades, enfocando essa proposta na delimitação de uma área arqueológica e em ações tendentes a proteger/consolidar as estruturas subsistentes³⁰³.

Somente no dealbar do século XXI, na sequência do acordo estabelecido entre a AECID e o Ministério da Cultura da República de Cabo Verde, se efetivou essa intervenção³⁰⁴, com o intuito de lhe ser devolvido o aspeto que teve outrora³⁰⁵. Inserido nesse propósito, procurou-se prover a sua reabilitação, conservação e constituir-se um circuito museológico *in situ*, não efetivado até à data, tendo-se igualmente procedido à escavação do presbitério, do corpo principal da igreja e das áreas exteriores (armazém, claustro, capela de D. Manuel de Cerda, locutório, cisterna, corredor de acesso ao claustro)³⁰⁶.

²⁹⁹ Cf. CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografía ...*, *op. cit.*, p. 256; BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. III, parte V, *op. cit.*, p. 309.

³⁰⁰ «No fundo a bordo da ribeira se levanta o modesto convento dos frades capuchos [...] porém ainda bello pela verdura, que o cerca e abundante agoa que o banha, lá está solitário no meio das ruinas [...]» (CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografía...*, *op. cit.*, p. 67).

³⁰¹ Cf. ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962, (1.ª parte), fl. 13.

³⁰² Cf. ANTT, FLB, cx. 97, pt. 493, doc. 11, 8 de setembro de 1967, fl. 9.

³⁰³ Cf. WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme...*, *op. cit.*, p. 19, pp. 61-66.

³⁰⁴ Numa planta desse espaço é possível verificar quais as áreas intervencionadas (cf. JUAN ARES, Jorge; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina E.; “Excavaciones...”, *op. cit.*, p. 124).

³⁰⁵ Na sua reabilitação denotaram-se algumas debilidades que poderiam a coartar a sua futura utilização para os fins consignados (cf. MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN/SECRETARIA DE ESTADO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL, *Programa...*, *op. cit.*, p. 37).

³⁰⁶ Cf. CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina E.; JUAN ARES, Jorge de. “La Historia de Cabo Verde a través uno de sus edificios emblemáticos: la excavación del Convento de San Francisco (Cidade Velha, Cabo Verde)”. In. *Actas del IV coloquio internacional de estudios sobre África y Asia*. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert/Disputación Provincial de Alicante, 2002, pp. 212-228.

Atualmente, a igreja está num razoável estado de conservação e é utilizada para diversas atividades culturais, sobretudo congressos e exposições. A parte relativa ao Convento está em ruína estabilizada. Todavia, constatarmos que os preceitos recomendados aquando da beneficiação imediatamente acima descrita, não estão de todo implementados neste local. Aquando das recentes obras de beneficiação na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, os ofícios religiosos eram aqui celebrados.



Figura 22 Convento de São Francisco
(década de 1920)

BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*



Figura 23 Convento de São Francisco
© José Filipe Silva (dezembro de 2017)

Outros templos religiosos

Entre os séculos XV e XVIII, surgiram outros testemunhos desta tipologia arquitetural, mas com pouco impacto histórico-artístico³⁰⁷. Atualmente, estão desaparecidos ou impercetíveis, em razão de terem sido sobrepostas por outras construções ou camufladas pela vegetação. Assim, mencione-se a Ermida de São Brás³⁰⁸ e a Capela de Santa Luzia/São Miguel³⁰⁹, localizadas no Bairro de São Brás; a Ermida de São Pedro e a Igreja de Monte Alverne³¹⁰, no Bairro de São Pedro; a Capela de São Sebastião, no Bairro de São Sebastião; a Capela São João e a Ermida de Santo António, junto dos fortes como

³⁰⁷ Atente-se numa descrição feita na década de 1780: «Também há bastantes ermidas neste sítio; mas a maior parte delas se acham hoje arruinadas, e algumas caídas de todo por terra.» (NOTÍCIA COROGRÁFICA..., *op. cit.*, p. 25).

³⁰⁸ Já evocada em 1542 (*cf.* BRÁSIO, António, *Monumenta...* vol. II, *op. cit.*, doc. 103, pp. 343-346).

³⁰⁹ Intervencionada arqueologicamente em 2014 (*cf.* EVANS, Christopher [*et. al.*], *Cidade Velha.... The Season 2006, op. cit.*).

³¹⁰ Esta situada próximo das ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e do Convento de São Francisco. Pensa-se que a sua construção foi contemporânea a este último, pois está associado à ordem dos franciscanos. Apresentava uma planta em L, estando atualmente parte do que resta da sua estrutura relativamente conservada (*cf.* JUAN ARES, Jorge; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina E.. “Excavaciones...”, *op. cit.*, p. 129).

esse mesmo nome; a Ermida de Santa Marta, próximo do Forte de São Lourenço; e a Ermida de São Gonçalo, no interior da Fortaleza Real de São Filipe³¹¹.

Arquitetura Militar

Até 1540 não houve necessidade de se desenvolver um apurado sistema de defesa na Ribeira Grande de Santiago, constituindo-se este por atalaias instaladas no alto das achadas, de onde os facheiros observavam as movimentações de embarcações³¹². A partir de então ocorreram as primeiras incursões de corso e pirataria ao largo da ilha e contra o Sítio, que se estenderam até à segunda metade da década de 1560³¹³.

Em 1567, o corregedor Manuel Andrade considerou premente a mudança da vigia para uma área de vistas mais amplas sobre o mar e a construção de uma edificação de madeira suficientemente forte e funcional³¹⁴. Em 1582, já existiam os baluartes da Ribeira, de São Brás e da Vigia, estrategicamente localizados, mas estavam mal apetrechados e a necessitarem de munições³¹⁵.

Desta primeira linha de defesa é possível que também tenham feito parte os fortes de Santa Marta, embora a sua capacidade de defesa fosse residual, em virtude de estar desarmado e mal artilhado, do Presídio e, algum tempo depois, os de São Brás e de São Veríssimo, localizados em pontos estratégicos³¹⁶, na desembocadura da ribeira e ao longo

³¹¹ Cf. FERNANDES, José Manuel. “Outras Igrejas”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 312; SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, pp. 139-142.

³¹² Cf. LOBO, Francisco de Sousa. “Técnica, Engenharia e Artilharia na Cidade Velha”. In. GARCÍA PEÑA, Carlos (coord.). *Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao: Agencia Española de Cooperación Espanola, 2000, pp. 112-113.

³¹³ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 253; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 128, pp. 420-425; *ibidem*, vol. V, *op. cit.*, doc. 146, pp. 402-404; PEREIRA, Daniel António, *Marcos ...*, *op. cit.*, p. 150.

³¹⁴ Cf. BALENO, Ilídio Cabral. “Pressões...”, *op. cit.*, pp. 147-148.

³¹⁵ Cf. BRÁSIO, António. *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*, doc. 42, pp. 97-107 [p. 99, p. 101].

³¹⁶ Uma imagem do século XVII permitem-nos visualizar a sua disposição ao longo da linha de costa (cf PT/AHU/CARTI/024/00178).

da costa³¹⁷. Mais tarde construíram-se os fortes de São João dos Cavaleiros e de Santo António, no lado sudoeste da cidade³¹⁸.

Em 1583, após os ataques executados pelos partidários de D. António Prior do Crato, comandados por Emanuel Serradas e, dois anos depois, por Francis Drake³¹⁹, em 1586, o cardeal Alberto propôs a Filipe I de Portugal a fortificação do porto, levantar os baluartes que estavam à entrada deste, e construir um forte num ponto elevado para impedir as investidas inimigas³²⁰.

Fortaleza Real de São Filipe

Obra iniciada em 1587 e concluída em 1593³²¹, corresponde a um modelo muito difundido na Metrópole e nos territórios de além-mar, num estilo eminentemente renascentista e de traça italiana³²². A muralha tem um perímetro de 474 metros e uma superfície de aproximadamente 6000 m². A planta³²³ é poligonal de traça abaluartada, com duas fachadas e duas frentes muradas, com parapeito de tiro, voltadas para o aglomerado urbano, com um baluarte central e dois meios baluartes, existindo no seu centro uma reserva de armas e uma cisterna³²⁴. Por via das plantas executadas no século XVIII, pode ser feita a reconstituição do seu interior – um grande pário com todas as

³¹⁷ «Nos séculos XVI e XVII, todo o complexo militar da povoação [...] constituía uma barreira física, contudo, com pouca dimensão, resultado da sua adaptação ao espaço que era excessivamente acidentado e, por isso, com uma reduzida presença.» (SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, p. 182).

³¹⁸ Ao longo do tempo, o seu afinamento foi gradual. O relatório do governador D. António Salgado, do início do século XVIII, comprova-o (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, pp. 362-364).

³¹⁹ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. III, *op. cit.*, doc. 44, pp. 111-118 [111-116]; *ibidem*, doc. 51, pp. 131-132 [131].

³²⁰ Cf. *ibidem*, doc. 52, pp. 133-135 [134].

³²¹ Desde logo deu provas da sua funcionalidade ao dispersar piratas ingleses que estavam a tentar saquear cinco barcos fundeados no porto (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 167).

³²² Apresenta muitas similitudes de desenho e localização com as fortalezas de São Filipe, em Setúbal, do Pico de São João, no Funchal, de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, e da Aguada, em Goa (cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...”, *op. cit.*, pp. 174-175). Enquadra-se no protótipo de obras militares feitas na Península Ibérica e no continente americano, protagonizadas por arquitetos e engenheiros italianos para os reis espanhóis na segunda metade do século XVI e em parte do sucedâneo (cf. GARCÍA PEÑA, Carlos; ROS LARENA, Rosario. “El sistema defensivo de Felipe II en Cabo Verde”. In. *Cuadernos de Historia Moderna*, vol. 27. Madrid: Departamento de Historia Moderna de la Universidad Complutense, 2002, pp. 34-35).

³²³ Atribuída a Filipe Terzi, mas a sua construção é outorgada ao mestre de obras João Nunes.

³²⁴ Cf. PIRES, Fernando. “Fortaleza Real de São Filipe e sistema de fortificação da cidade”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 309.

dependências do lado sul – mas não há evidências de que anteriormente a disposição fosse essa³²⁵.

Concebida como uma fortificação inteiramente terrestre e cumprindo o papel de cidadela, conferiu uma nova dinâmica a esse sistema defensivo, rompendo com o frugal dispositivo de vigilância anterior, passando a constituir-se como uma importante base de fogos rasantes sobre investidas terrestres oriundas da parte nascente da cidade³²⁶. Não disparava sobre o oceano³²⁷, podendo dar indicações aos fortes costeiros e servir de refúgio aos habitantes do Sítio³²⁸ em caso de ataque³²⁹.

Nos primeiros anos do século XVII, muito pelo empenho de Filipe II de Portugal, manteve-se bem apetrechada e cuidada como o comprova o facto de ter acolhido a missão da Companhia de Jesus que havia chegado à Ribeira Grande de Santiago³³⁰. Um outro relato produzido dois anos depois, descreve-a como de bom tamanho, bem equipada e com casas de pedra e cal³³¹. A partir de meados da década de 1610, passou a necessitar constantemente de obras³³², acrescentando a este problema a consequente inoperacionalidade da sua estrutura e artilharia³³³. A consulta de representações iconográficas coevas permitem-nos comprovar o explicitado³³⁴. No final desse século, Duplessis, atendendo à sua decrépita condição, tem dúvidas acerca da sua eficácia para responder a qualquer ofensiva³³⁵.

Em 1702, o governador D. António Salgado tentou recompor a muralha e dotá-la com novos dispositivos de defesa³³⁶. O ataque perpetrado por Jacques Cassard em 1712 foi

³²⁵ Cf. GARCÍA PEÑA, Carlos; ROS LARENA, Rosario, “El sistema...” *op. cit.*, p. 32.

³²⁶ Cf. LOBO, Francisco de Sousa, “Técnica...” *op. cit.*, p. 121.

³²⁷ A localização elevada conferia-lhe características similares a um castelo medieval.

³²⁸ Mas por pouco tempo, em razão de dispor de pouca capacidade para armazenamento de água.

³²⁹ Cf. *ibidem*, pp. 121-122.

³³⁰ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 18, pp. 41-49 [p. 42].

³³¹ Cf. *ibidem*, doc. 55, pp. 208-217 [p. 209].

³³² Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 193; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 156, pp. 631-635 [p. 631]; BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 6, pp. 14-17 [p. 16].

³³³ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. V, *op. cit.*, doc. 109, pp. 330-332 [pp. 330-331]; BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 238; PT/AHU/MU/DGOPC/DSU, cx. 28/A1/Processo n.º 609, “Fortaleza Real de São Filipe”, 7 de fevereiro de 1960, fls. 8-9.

³³⁴ Cf. OGILBY, John. *America being the latest, and most accurate description of the New World*. London, [s.n.], 1671, p. 111. Página consultada a 10 de outubro de 2019. Disponível em: <https://archive.org/details/America00Ogil/page/n7/mode/2up>

³³⁵ Cf. DUPLESSIS, *Relation...*, *op. cit.*, p. 62.

³³⁶ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “A Cidade...” *op. cit.*, pp. 159.

assolador, ficando esta fortaleza ainda mais destruída³³⁷. Em 1718, as suas dependências estavam por terra³³⁸. Em 1722, ficou completa com a construção da cisterna, ordenando D. João V apetrechá-la com novas peças de artilharia e repará-la³³⁹.

Na segunda metade do século XVIII, a sua decrepitude, falta de manutenção e vulnerabilidade foram realçadas por diferentes governadores³⁴⁰. Na década de 1770, António Carlos Andrea elaborou várias plantas da Fortaleza Real de São Filipe que nos permitem observar a sua morfologia e disposição das dependências³⁴¹. Em 1832, Charles Darwin realçou a sua ruína³⁴² e, algum tempo depois, José Carlos Chelmicki e Francisco Adolfo Varnhagen sublinharam o seu derribamento e a disfuncionalidade de algum armamento, que não era reparado desde o tempo do saque feito pelos franceses³⁴³. Esta situação de contínua decadência manteve-se inalterável até 1922, quando o governador Filipe Carvalho proibiu o arrasamento do que dela restava³⁴⁴.

No final da década de 1950 e início da seguinte, aquando da visita do ministro do Ultramar – Adriano Moreira – à Província de Cabo Verde, efetuaram-se ligeiras correções³⁴⁵. Por essa altura, havia a intenção de se constituir aí um museu arqueológico, composto por elementos arquitetónicos das construções da Cidade Velha³⁴⁶, e instalar um Abrigo-Café³⁴⁷. Benavente denotou interesse na sua reconstituição³⁴⁸, apesar de poucos anos depois observar ser mais premente a canalização de verbas para a reparação de outros monumentos³⁴⁹. Não obstante essa retração, elaboraram-se plantas, medições e

³³⁷ «Deitaram fogo á casa da pólvora e inflammaram tres forninhos praticados em cada um dos baluartes da fortaleza de S. Filippe, ficando ainda dois por incendiar.» (BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 379).

³³⁸ Cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 153.

³³⁹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 423.

³⁴⁰ Cf. *ibidem*, vol. II, parte III, p. 41, p. 47, p. 73, p. 119.

³⁴¹ Cf. PT/AHU/CARTM/024/00120; PT/AHU/CARTM/024/00125/PT/AHU/CARTM/024/00127.

³⁴² KEYNES, R.D., *Charles Darwin...*, *op. cit.*, p. 29.

³⁴³ Cf. CHELMICKI, José Conrado Carlos de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografia...*, *op. cit.*, p. 66.

³⁴⁴ Cf. Portaria n.º 40..., de 8 de abril de 1922.

³⁴⁵ Estamos em crer que a consignação de uma verba para o seu restauro, especificada num diploma-legal datado de 1958, pode estar relacionada com as beneficiações efetuadas (cf. “Orçamento da receita ordinária e extraordinária da província de Cabo Verde para o ano de 1959”, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n. 53 – suplemento – I Série, de 31 de dezembro de 1958). Num documento redigido em 1960, alertava-se para a necessidade de serem reparadas algumas das suas partes (cf. PT/AHU/MU/DGOPC/DSU, cx. 28/A1/Processo n.º 609, “Fortaleza Real de São Filipe”, 7 de fevereiro de 1960, fl. 19).

³⁴⁶ Cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Projecto de restauro da Fortaleza Real de S. Filipe”, 30 de janeiro de 1960, fls. 3-4.

³⁴⁷ Cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Projecto de restauro da Fortaleza Real de S. Filipe”, 30 de janeiro de 1960, fl. 4; ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 1, fevereiro de 1962.

³⁴⁸ Cf. ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962, (1.ª parte), fl. 11.

³⁴⁹ Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 18, 14 de agosto de 1965, fls. 3-4.

orçamentos para intervenções em algumas das suas áreas interiores³⁵⁰. Nas memórias descritivas sobre cada uma delas foram feitas sugestões de reconstrução/beneficiação e atribuição de novas funcionalidades³⁵¹, correlacionadas com a sua utilização anterior³⁵². A descoberta da estrutura da Capela de São Gonçalo, dentro do perímetro da Casa do Governador, obrigou a refazer-se o projeto³⁵³. Na década de 1970, aconselhou-se executar apenas a rampa de artilharia³⁵⁴.

Em 1989, no âmbito do programa de salvaguarda para o Sítio, propôs-se a delimitação de uma área arqueológica em redor desse monumento e a consolidação de algumas das suas partes³⁵⁵. No início da década de 1990, era visível o restauro da muralha e dos baluartes, presumivelmente efetuados entre 1969 e 1973, utilizando-se pedras brancas recolhidas na Ilha do Maio, mas o seu interior estava em completa ruína, apenas se reconhecendo a volumetria da cisterna, o que não permitiu saber se esse programa foi executado³⁵⁶.

De 1995 a 1996, uma equipa de arqueólogos cabo-verdianos descobriu pavimentos de algumas divisões e efetuou uma limpeza desse espaço, mas o maior contributo para o seu estudo só foi conseguido com a prospeções feitas entre 1999 e 2000³⁵⁷, daí advindo a consolidação dos vestígios arquitetónicos, o reconhecimento/descoberta de várias áreas, a exumação de inúmeros objetos e a reabilitação dos acessos a este local³⁵⁸.

³⁵⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de setembro de 1967, fl. 8; ANTT, FLB, cx. 76, pt. 533, docs.1-37, 1968-1970.

³⁵¹ Como já salientámos em pretérito capítulo, Vera Mariz percecionou uma aproximação evidente entre estes projetos e o transcrito no Art.º 5.º da Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória do Império”...*, op. cit., p. 309).

³⁵² Cf. ANTT, FLB, cx. 66, pt. 450, doc. 11, 30 de dezembro de 1969; *ibidem*, doc. 14, 30 de dezembro de 1969; *ibidem*, doc. 16, 30 de dezembro de 1969; *ibidem*, doc. 19, 30 de dezembro de 1969; *ibidem*, doc. 21, 30 de dezembro de 1969.

³⁵³ Cf. ANTT, LB, cx. 104, pt. 669, doc. 14, 18 de dezembro de 1972, fls. 3-4. Segundo Vera Mariz, com quem concordamos, este impasse condenou o seguimento das obras previstas (cf. MARIZ, Vera Félix, *A “Memória...”, op. cit.*, p. 308).

³⁵⁴ Cf. PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Missão a Cabo Verde para início das obras de restauro dos monumentos da Província”, 15 de dezembro de 1971, fl. 3.

³⁵⁵ Cf. WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme...*, op. cit., pp. 19-20, pp. 69-79.

³⁵⁶ Cf. FERNANDES, José Manuel, “Luís Benavente ...”, op. cit., p. 90.

³⁵⁷ Ao abrigo do acordo subscrito entre a AECID e o Ministério da Cultura da República de Cabo Verde.

³⁵⁸ Cf. JUAN ARES, Jorge de; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmína. “Restabelecimento do Passado: I. Investigações Arqueológicas na Fortaleza Real de São Filipe”. In. GRACÍA PEÑA, Carlos (coord.). *Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao; Agencia Española de Cooperación Española, 2000, pp. 133-160.

O seu estado de conservação é bom, mas o circuito de visita deve ser bastante melhorado, assim como os conteúdos do Centro Interpretativo, que funciona num edifício contíguo a este testemunho, direcionando-os para a História Militar da Ribeira Grande de Santiago.



Figura 24 Interior da Fortaleza Real de São Filipe
© José Filipe Silva (abril 2019)

Outras fortificações

A par da Fortaleza Real de São Filipe levantaram-se ao longo da linha da costa os restantes fortes³⁵⁹, sendo possível hoje em dia encontrarem-se, mais ou menos visíveis, esses³⁶⁰. Concomitantemente ao definhamento da urbe, essas edificações degradaram-se com consequências inequívocas para eficácia patenteada pelo seu valor circunstancial³⁶¹.

Aquando da investida de Jacques Cassard foram atacados³⁶², mas mesmo antes desse momento já estavam desprovidos de apetrechos³⁶³. Algum tempo depois, todas essas estruturas defensivas estavam desprovidas de soldados, armas, mantimentos, pólvora, e as peças incapazes de fazerem fogo, em virtude de estarem partidas³⁶⁴.

Esta constatação era bem evidente na década de 1760, como o comprova o testemunho de dois governadores de Cabo Verde: em 1764, Bartolomeu Tigre alertava para o facto

³⁵⁹ A morfologia e tamanho de alguns deles pode ser visualizada em representações cartográficas da década de 1770 (cf. PT/AHU/CARTM/024/00120; *ibidem*/00121; *ibidem*/00122; *ibidem*/00124; *ibidem*/00126; *ibidem*/00128; *ibidem*/00129).

³⁶⁰ O sistema defensivo implementado foi construído de forma gradativa e de acordo com as necessidades sentidas (cf. LOBO, Francisco de Sousa, “Técnica...”, *op. cit.*, p. 120).

³⁶¹ A sua capacidade de resposta era residual, em virtude de só possuírem frente marítima e de alguns deles terem uma área exígua, logo, a nível militar, poucas atribuições lhes poderiam ser conferidos para além de plataformas de tiro sobre o mar (cf. *ibidem*, p. 127).

³⁶² É interessante constatar que o Forte de São Lourenço foi poupado ao vandalismo, porque os atacantes tiveram de fugir (cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte II, *op. cit.*, p. 382).

³⁶³ Cf. *ibidem*, p. 397.

³⁶⁴ Cf. *ibidem*, p. 424.

de todas elas estarem, a nível estrutural e de meios defensivos, em estado de esvaecimento funcional³⁶⁵; em 1767, Baena Henriques fez praticamente os mesmos reparos do seu antecessor, sustentado o seu parecer com uma relação das poucas peças de artilharia existentes em cada um deles³⁶⁶.

A sua disposição³⁶⁷, tomando como orientação o sentido oeste/este, era o seguinte: Muralha da Cidade e Forte de São Lourenço (para defesa do flanco sudoeste); Forte de São Brás³⁶⁸; Forte do Presídio; Muralha do Mar; Porta do Mar; Forte de São Veríssimo e Muralha do Mar (todos localizados na zona da baía); Forte de São João e Forte de Santo António (ambos para defesa do seu flanco sueste)³⁶⁹.

Numa planta de Luís Benavente, excetuando esta última estrutura, as restantes estão representadas³⁷⁰. À época pensava-se recuperar algumas delas, atribuindo-se verbas para o efeito³⁷¹, intento que não teve prossecução³⁷². É igualmente interessante verificar num outro documento as ações pensadas desenvolver na Muralha do Mar³⁷³

No final da década de 1980, a UNESCO aconselhou a realização de trabalhos arqueológicos, estabilização e consolidação nos fortes de Santo António, São Veríssimo e de São Lourenço, com o intuito de se reconstituir a sua traça original³⁷⁴.

Atualmente, essas marcas são pouco significativas, o que torna difícil fazer a sua leitura: no de Santo António, depois uma intervenção efetuada há uns anos³⁷⁵, está delimitada a área por ele ocupada e alguns canhões refletem a sua anterior função; o Forte de São João está completamente descaracterizado e ocupado por um outro edifício; no de São

³⁶⁵ Cf. *ibidem*, vol. II, pp. 41-42.

³⁶⁶ Cf. *ibidem*, pp. 47-48.

³⁶⁷ Posicionados em locais onde era possível observar os pontos de desembarque próximo da Ribeira Grande de Santiago e a entrada da enseada que servia de ancoradouro (cf. Francisco de Sousa, “Técnica...”, *op. cit.*, p. 126).

³⁶⁸ Conjuntamente com a Muralha do Mar, foi objeto de intervenção arqueológica em 2014 (cf. EVANS, Christopher [et. al.]. *Cidade Velha, Cape Verde 2014 – Church Excavations, op. cit.*, pp. 20-21 [(documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

³⁶⁹ É possível encontrar descrições mais pormenorizadas sobre cada uma delas noutras pesquisas (cf. LOBO, Francisco de Sousa, “Técnica...”, *op. cit.*, p. 127; PIRES, Fernando. “Arquitectura Militar”, *op. cit.*, p. 310; SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, *A Cidade..., op. cit.*, pp. 154-155).

³⁷⁰ ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 2B [s.d.] [c. 1962].

³⁷¹ Cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de setembro de 1967, fls. 7-8.

³⁷² Cf. desenhos de alguns deles (cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, docs.11 a 15, [s.d.] [c. 1962]).

³⁷³ Cf. ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 8, [s.d.] [c. 1970].

³⁷⁴ Cf. WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme..., op. cit.*, p. 20, pp. 80-86).

³⁷⁵ Cf. LOPES, Virgílio; GAGO, Pedro. *Relatório: projeto de intervenção arqueológica no Forte de S. António, Cidade Velha, Cabo Verde*. Mértola: ALSUD, 2015.

Veríssimo³⁷⁶, invadido por uma propriedade privada, subsistem alguns tramos de muro e canhões; o do Presídio está bem delimitado e foi transformado em parque infantil; o de São Brás é atualmente um miradouro; e o de São Lourenço está quase impercetível. Em relação aos panos de muralha, o remate que está do lado oeste do Sítio ainda é bem visível. Mais dissimulados estão os postos de vigia, sendo necessária alguma atenção para os detetar no topo das achadas.



Figura 25 Ruínas do Forte de São Veríssimo
© José Filipe Silva (abril 2019)

Arquitetura Civil

Outrora na paisagem da Ribeira Grande de Santiago pontificavam os edifícios destinados a funções administrativas, comerciais e políticas, o Almojarifado, a Feitoria – as residências particulares e os espaços públicos. Nos dias de hoje, apenas perduram o Pelourinho, as ruínas da Casa da Janela Gótica/Companhia de Jesus e da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e o conjunto urbanístico das ruas Banana e da Carreira, o que não nos permite ter a perceção plena daquilo que foi outrora a vida na primeira capital de Cabo Verde.

³⁷⁶ Uma planta do ano de 1970 permite-nos conferir a sua morfologia (*cf.* ANTT, FLB, pt. 2090, doc. 1, 1970).

Pelourinho

Nos primeiros anos do século XVI³⁷⁷, este símbolo da autoridade municipal³⁷⁸ foi instalado próximo da Misericórdia e da Câmara Municipal³⁷⁹, e mais tarde trasladado para o largo principal. A sua morfologia é similar a tantos outros exemplares metropolitanos e ultramarinos, com 4,20 metros de altura, feito em pedra calcária e mármore, de estilo renascentista³⁸⁰, composto por quatro partes – plataforma, base, coluna e remate –, e por uma esfera armilar encimada com a Cruz de Cristo³⁸¹.

Foi completamente abandonado em finais do século XVIII, situação que se manteve até à segunda metade do século XX³⁸². Alguns documentos iconográficos produzidos a partir da década de 1920, permitem-nos visualizar essa decrepitude³⁸³. No final da década de 1930, era salientado o seu depauperado estado³⁸⁴.

³⁷⁷ Concomitante ao momento em que D. Manuel I concedeu uma nova Carta Régia aos habitantes da ilha.

³⁷⁸ Interessantes estudos sobre os pelourinhos portugueses permitem-nos compreender melhor os seus particularismos (cf. ROSA, António Amado. *O Pelourinho Português. Do vandalismo oitocentista à reabilitação pelo Estado Novo (1820-1974)*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2015; CHAVES, Luís. *Os Pelourinhos Portugueses*. Gaia: Edições Apolino, 1930; CHAVES, Luís. “Os Pelourinhos de Portugal nos domínios do seu Império de Além-Mar (3.ª série)”. In. CUNHA, Augusto. *O Mundo Português. Revista de Cultura e Propaganda Arte e Literatura Coloniais*, número 5. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938; TORRES, Ruy d’Abreu. “Pelourinho”. In. SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. V. Porto: Livraria Figueirinha, 1999, pp. 43-44.

³⁷⁹ Embora não hajam certezas, é a localização mais óbvia.

³⁸⁰ Concebido em Portugal, julga-se que por Marco Pires, em razão da sua similitude com o Pelourinho da Guarda, também atribuído a este arquiteto. Ambos datam do reinado de D. Manuel I.

³⁸¹ Cf. CHAVES, Luís. *Pelourinhos do Ultramar Português*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1938, p. 50; RODRIGUES, Adriano Vasco. “Pelourinho da Cidade Velha”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XV ano, número 6 especial. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2001, p. 156; LOPES FILHO, João. “O Pelourinho da Cidade Velha”. In. LOPES FILHO, João. *Crónicas do Tempo que Passou*. Praia: IBNL, 2009, pp. 53-54; PIRES, Fernando; FERNANDES, José Manuel. “Pelourinho”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 312; BRITO, Martinho Robalo de. “A Interpretação do Património Cultural. Pelourinho ou Picota da Cidade Velha. Património da Humanidade”. In. SPÍNOLA, Danny. *Cultura – Revista do Ministério da Cultura*, n.º 1. Praia: Ministério da Cultura, 2010 pp. 17-20).

³⁸² «Tendo em consideração os séculos que passaram entre 1511 e 1962, [...] e a suposta inexistência de intervenções durante esse longo período de tempo, a sobrevivência deste elemento é, de facto, notável.» (MARIZ, Vera Félix, “O restauro...”, *op. cit.*, pp. 235).

³⁸³ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, pp. 64-65; GOMES, Lourenço Conceição. “O Símbolo de Autoridade na Obra de Arte Colonial. O Caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde”. In. ZANNOTI, Cláudio (coord.). *Ciências Sociais em Revista*, vol. 4, n.º 2. São Luís do Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, dez. 2006, p. 176; MARIZ, Vera Félix, “O restauro...”, *op. cit.*, p. 236.

³⁸⁴ Ao ponto de se o considerar como «[...] em ruína simbólica [...]» (CHAVES, Luís, *Pelourinhos do Ultramar...*, *op. cit.*, p. 49).

Em 1962, Luís Benavente executou plantas e desenhos deste monumento³⁸⁵, e observou ser necessário intervencioná-lo com o propósito de se reporem os elementos em falta³⁸⁶, sugestionado a sua remoção para a Metrópole³⁸⁷, ocorrida nesse ano³⁸⁸. Todavia, apenas no início da década seguinte é que este trabalho ficou concluído.

Para entendermos a razão desta dilatação temporal é interessante percebermos a forma como decorreu esse longo processo. Apesar de em 1963 ter sido proposto um orçamento para o seu arranjo³⁸⁹, somente dois anos depois é que estava em fase de execução bastante adiantada³⁹⁰. Em 1966, estava concluído o seu restauro no que tangia à cantaria, faltando apenas a execução do necessário em ferro forjado, argola e grimpa³⁹¹, tarefa posteriormente realizada pelo custo de 800\$00³⁹². Em agosto de 1970³⁹³, o Pelourinho restaurado foi finalmente devolvido à procedência³⁹⁴. Algum tempo antes, atendendo à sua proximidade com a vida pública, enunciaram-se os procedimentos a aplicar aquando do momento do seu assentamento e as normas para garantir a manutenção da sua integridade e consequente bom estado de conservação³⁹⁵.

A importância dada ao regresso deste testemunho ao seu habitat natural era bem evidente, pois era intenção das autoridades da Província, aquando da visita de Marcelo Caetano a Cabo Verde, atendendo ao seu grau académico de mestre em Direito Administrativo,

³⁸⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, docs. 1-4, 1962; ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, doc. 9, [s.d.] [c. 1962]. Já munido da informação recolhida *in situ* elaborou a respetiva Memória Descritiva (cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 532, doc. 13, 15 de novembro de 1962).

³⁸⁶ Conforme o descrito, estava em mau estado de conservação (cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 10, 24 de junho de 1965, fl. 2, fl. 5).

³⁸⁷ Cf. ANTT, FLB, cx. 76, pt. 532, doc. 13, 15 de novembro de 1962, fls. 2-3.

³⁸⁸ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 11, [c. dezembro 1962], [s.f.] [fl. 4].

³⁸⁹ No valor de 28,650\$00 (cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 27, 6 de fevereiro de 1963. Em 1965, esse valor era de 27.050\$00 (cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 10, 24 de junho de 1965, [s.f.], [fl. 24]).

³⁹⁰ Cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 19, 4 de outubro de 1965, fl. 1.

³⁹¹ Cf. PT/AHU/UM/DGOPC-IPAD 07366, “Obra executada e programa em realização e em estudo, referente a objectos, imagens religiosas e monumentos do Ultramar”, 10 de dezembro de 1966, fls. 1-2.

³⁹² Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 3, 18 de junho de 1965.

³⁹³ Tal como deduziu Vera Mariz, com que mais uma vez concordamos, a explicação para o prolongar da situação pode estar relacionada com a intenção de se promover na Metrópole uma mostra expositiva nunca concretizada (cf. ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 13, abril de 1969, fl. 2). A mesma iniciativa foi pensada para a Província de Cabo Verde, mas também não teve prossecução (cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de fevereiro de 1970). Interessante constatarmos que em 1963 se pensava em fazer essa exposição na Ilha de Santiago (cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 24, 6 de fevereiro de 1963).

³⁹⁴ ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 15, 5 de agosto de 1970; *ibidem*, doc. 26, 28 de outubro de 1970; *ibidem*, doc. 27, 10 de novembro de 1970. O valor apresentado pelos adjudicatários dessa intervenção foi de 26,250\$00 (cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 24, 25 de setembro de 1970, fl. 1). Em 1967, Luís Benavente preconizava despende no seu restauro 30.000\$00 (cf. ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de Setembro de 1967, fl. 8). Como referimos anteriormente, em 1963 o valor estimado era de 28,650\$00 (cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 27, 6 de fevereiro de 1963).

³⁹⁵ Cf. ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 38, [s.d.] [c. dezembro de 1962] [s.f.] [fl. 3].

convidá-lo para estar presente na recolocação deste símbolo da organização administrativa municipal, no centro da antiga cidade da Ribeira Grande³⁹⁶.

No período pós-independência, e num assomo revolucionário nada conducente com a salvaguarda patrimonial, a sua esfera armilar, símbolo da epopeia marítima e do ecumenismo de Portugal no Mundo, foi retirada³⁹⁷, talvez por se considerar o Pelourinho uma marca do período colonial³⁹⁸.

Em 2005, no âmbito da quarta fase do programa desenvolvido pela AECID, foi-lhe restituída a esfera armilar, até então sob custódia do IIPC, protegeu-se o seu perímetro com correntes suspensas por suportes de ferro, efetuou-se a sua limpeza com jato de areia³⁹⁹, refez-se parcialmente o seu fuste, procedeu-se à reparação da pinha superior, recolocaram-se os ferros em cruz e foi encaixada uma esfera armilar no topo, substituíram-se os degraus de base quadrangular por três octogonais⁴⁰⁰.

Hoje em dia, apesar de já não ter a função de uso de outrora, símbolo da justiça e poder local, e apesar dos sofrimentos humanos que lhe estão associados, é um importante marco histórico e identitário da Ribeira Grande de Santiago, sobressaindo igualmente pela sua expressão arquitetónica⁴⁰¹.



Figura 26 Pelourinho (década de 1920)
BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, op. cit.



Figura 27 Pelourinho
© José Filipe Silva (abril de 2016)

³⁹⁶ Cf. ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de fevereiro de 1970, fl. 2.

³⁹⁷ Cf. GOMES, Lourenço Conceição, “O Símbolo...”, *op. cit.*, pp. 177-178.

³⁹⁸ Cf. LOPES FILHO, João, “O Pelourinho...”, *op. cit.*, p. 55.

³⁹⁹ Ação contraproducente atendendo à natureza de alguns materiais do Pelourinho (cf. MARIZ, Vera Félix, “O restauro...”, *op. cit.*, p. 243).

⁴⁰⁰ Cf. BRITO, Martinho Robalo de “A Interpretação...”, *op. cit.*, p. 17.

⁴⁰¹ Cf. LOPES FILHO, João. “O Pelourinho...”, *op. cit.*, p. 55.

Alfândega

Quando foi instituída, em 1533, foram nomeados o escrivão e guarda, embora antes dessa data já existissem contadores, corregedores, almoxarifes e feitores⁴⁰². Treze anos depois, André Rodrigues demonstra a sua insatisfação pelo facto de a alfândega e a feitoria estarem instaladas em casas alugadas e modestas⁴⁰³.

Escavações arqueológicas efetuadas na primeira década deste século no Largo do Pelourinho, evidenciaram vestígios de uma construção que se pensa poderem ser desse edifício, tendo sido encontrados vários objetos e utensílios, entre os quais, cento e cinquenta bolas de canhão⁴⁰⁴.

Deve ter funcionado normalmente até ao final do século XVII, como o atesta uma provisão feita em 1662 aos seus oficiais⁴⁰⁵ e um pedido feito, em 1688, para que dela fossem retirados 1000 cruzados para dar ao bispo⁴⁰⁶. Nas plantas de António Carlos Andrea, de 1769 e de 1778, já não aparece representada⁴⁰⁷, podendo ter sido destruída aquando do ataque de Jacques Cassard⁴⁰⁸.

Cadeia

A prisão de Frei Jaime, em 1466, acusado injustamente por Bartolomeu da Noli de ter cometido um homicídio⁴⁰⁹, indicia a sua existência. Estaria no largo principal da urbe, contígua à Misericórdia⁴¹⁰, mas não temos qualquer dado que nos possa fazer a descrição desse edifício. Somente no início do século XVI, no âmbito de uma devassa que se estava a efetuar, que coincidiu com a estada do inquiridor Lopo Rodrigues em Cabo Verde, é que temos novamente alguma, embora pouca, informação sobre ela⁴¹¹. Em 1718, uma

⁴⁰² Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 106.

⁴⁰³ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. II, *op. cit.*, doc. 120, pp. 395-397.

⁴⁰⁴ Cf. EVANS, Christopher. *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Fieldwork, 2009* (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPI). Escavações arqueológicas realizadas entre 2009 e 2010 colocaram a descoberto os seus possíveis muros (cf. EVANS, Christopher. *Cidade Velha, Cape Verde...*, 2009, *op. cit.*; EVANS, Christopher; SØRENSEN, Marie Louise Stig, *Cidade Velha...*, *op. cit.*, Dec. 2009-Feb. 2010).

⁴⁰⁵ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. VII, *op. cit.*, doc. 62, pp. 189-190.

⁴⁰⁶ Cf. *Ibidem*, doc. 31, pp. 101-102.

⁴⁰⁷ Cf. PT/AHU/CARTM/24/00119; PT/AHU/CARTM/024/00123.

⁴⁰⁸ Cf. EVANS, Christopher; SØRENSEN, Marie Louise Stig, *Cidade Velha...*, Dec. 2009-Feb. 2010, *op. cit.*, p. 2.

⁴⁰⁹ Cf. BARCELLOS, Cristiano José Senna, *Subsídios...*, vol. I, parte I, *op. cit.*, p. 40.

⁴¹⁰ Cf. BRÁSIO, António, *Monumenta...*, vol. IV, *op. cit.*, doc. 18, pp. 41-49 [p. 45].

⁴¹¹ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.), *História...*, corpo documental, vol. I, *op. cit.*, p. 137.

ordem régia proveu a sua remodelação, tendo sido enviados materiais para esse fim⁴¹². É difícil saber se essa intervenção foi realmente feita, porque em 1762 já estava sem parte das grades, janelas e telhado⁴¹³. Segundo o depoimento dos vereadores da Câmara, já não havia cadeia em 1764⁴¹⁴.

Casa da Câmara

A estrutura municipal das ilhas de Cabo Verde germinou ao mesmo tempo da fixação dos primeiros moradores neste território⁴¹⁵. A sua implementação pode ser vista num duplo sentido: funcionar como um incentivo para a vinda de colonos e cercear os poderes dos capitães, que passaram a ter quase somente funções militares⁴¹⁶. O desempenho de cargos camarários interessava às elites por uma questão de prestígio e para a obtenção de vantagens económicas⁴¹⁷.

A primeira menção que lhe é feita data de 1497⁴¹⁸, mas a sua oficialização somente ocorreu em finais de 1503, quando Lopo Rodrigues reuniu todos os oficiais da então vila da Ribeira Grande de Santiago⁴¹⁹. Em 1512 já deveria funcionar em pleno⁴²⁰. Não se sabe onde se localizava, mas certamente seria no seu centro cívico.

Ruínas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão estabeleceu-se nesta urbe em 1757 e, por via do exclusivo comercial obtido, foi uma força de bloqueio ao desenvolvimento do arquipélago, estando presente em toda a sua atividade económica, dominando-a a seu bel-prazer, coartando a iniciativa dos seus moradores e promovendo a especulação de preços⁴²¹.

⁴¹² Cf. PEREIRA, Daniel A., *Marcos...*, *op. cit.*, p. 158.

⁴¹³ Cf. *ibidem*, p. 159.

⁴¹⁴ Cf. SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos, “*A Cidade...*”, *op. cit.*, pp. 203-204.

⁴¹⁵ Cf. CABRAL, Maria Iva. “Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2001, p. 238.

⁴¹⁶ Cf. *ibidem*, p. 238.

⁴¹⁷ Cf. *ibidem*, p. 241.

⁴¹⁸ Cf. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.), *História...*, corpo documental, vol. I, *op. cit.*, p. 109.

⁴¹⁹ Cf. *ibidem*, p. 137.

⁴²⁰ Cf. *ibidem*, pp. 213-214.

⁴²¹ Cf. SILVA, António Leão Correia e, “Dinâmicas...”, *op. cit.*, pp. 57-66; BALENO, Ilídio. “Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão”. In.

Foi um dos edifícios civis mais importantes da cidade, com uma estrutura em “L”, paredes de 7 metros de comprimento e 5,5 metros de altura, sendo também visível do seu lado norte vestígios de outras dependências deste complexo⁴²². Era marginado a oeste e a sul pela ribeira do Convento⁴²³. Sobre a evolução da sua construção, parece que o seu lado sudeste foi o primeiro a ser erigido⁴²⁴.

Após ter sido abandonado, foi em parte destruído com a alteração do curso da ribeira do Convento e, não obstante os trabalhos realizados em 1996 para repor o seu leito, esses vestígios estavam já muito degradados, realizando-se então alguns trabalhos de limpeza e reparação⁴²⁵. Em 2007, efetuou-se uma sondagem estratigráfica ao que dele ainda subsiste, daí se extraindo informações acerca das suas áreas e suportes estruturais⁴²⁶.



Figura 28 Ruínas do edifício da Companhia do Grão-Pará e Maranhão
© José Filipe Silva (abril 2019)

Casa do Governador e Casa de Dona Violante Freire de Andrade

A Casa do Governador situava-se a Este da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, junto das últimas casas do Sítio em direção a norte, mas dela quase nada se pode ver porque está por baixo de outras habitações⁴²⁷. A Casa de Dona Violante Freire de Andrade, uma influente mulher da Ribeira Grande de Santiago⁴²⁸, era simples e de formato tradicional, localizada na Rua da Carreira, e da qual também pouco subsiste, tendo essas evidências

SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). História Geral de Cabo Verde, vol. III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2001, pp. 218-233.

⁴²² Cf. EVANS, Christopher [et. al.], *Cidade Velha.... The Season 2007*, op. cit., p. 23.

⁴²³ Cf. JUAN ARES, Jorge; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina E., “Excavaciones...”, op. cit., p. 130

⁴²⁴ Cf. *ibidem*, p. 130.

⁴²⁵ Cf. *ibidem*, p. 130.

⁴²⁶ Cf. EVANS, Christopher [et. al.], *Cidade Velha.... The Season 2007*, op. cit., pp. 23-32.

⁴²⁷ Cf. JUAN ARES, Jorge; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina E.; “Excavaciones...”, op. cit., p. 131

⁴²⁸ Irmã do coronel João Freire de Andrade e esposa do coronel Manuel Gonçalves de Carvalho.

sido descobertas em 2007⁴²⁹. Ambas as casas estão assinaladas na planta de António Carlos Andrea, de 1778⁴³⁰.

Casas das ruas da Banana e da Carreira (Bairro de São Pedro)

Em razão das sucessivas alterações à sua traça original, estão muito descaracterizadas e já não refletem os tempos iniciais da urbanização do Sítio, em que esta área era ocupada pelas pessoas mais ricas da cidade e por funcionários régios⁴³¹. Atualmente, constitui-se por um conjunto de casas em banda⁴³², maioritariamente de um só piso, com duas janelas, planta de base quadrangular simples, feitas em pedra e com telhado de colmo⁴³³.

No âmbito das investigações arqueológicas feitas na primeira década do século XXI, foi escolhida uma dessas casas⁴³⁴ para se entender a evolução e transformações aí ocorridas ao longo do tempo⁴³⁵.



Figura 29 Habitação tradicional (Rua Carreira)
© José Filipe Silva (abril 2019)

Base Aerpostal

As reminiscências da mítica companhia aérea francesa *Aéropostale*, que era ponto de escala obrigatório nas rotas aéreas entre a Europa e a América do Sul, estão na freguesia de Calheta de São Martinho, meio caminho entre a Ribeira Grande de Santiago e a

⁴²⁹ Cf. EVANS, Christopher [et. al.], *Cidade Velha.... The Season 2007*, op. cit., p. 1.

⁴³⁰ Cf. PT/AHU/CARTM/024/00124.

⁴³¹ Cf. FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz, *Cabo Verde....*, op. cit., p. 102.

⁴³² Construídas no século XIX e requalificadas pelo arquiteto Siza Vieira nos primeiros anos do século XXI.

⁴³³ Cf. *ibidem*, p. 102.

⁴³⁴ Situada na rua Banana e propriedade de D. Rosalina Barreto.

⁴³⁵ Cf. EVANS, Christopher [et. al.], *Cidade Velha.... The Season 2007*, op. cit., pp. 35-38.

Praia⁴³⁶. A indiferença das entidades competentes têm obstado à sua valorização enquanto ativo patrimonial e, se nada for feito, os seus vestígios tenderão a desaparecer. Do que outrora foi essa hidrobases subsiste apenas um suporte da grua, que deslocava os hidroaviões para terra, partes da maquinaria e algumas residências dos engenheiros daquela empresa europeia, não havendo junto desses testemunhos qualquer painel informativo/interpretativo. Em 1981, a Cooperação Francesa colocou aí uma placa comemorativa. Mais recentemente, foi tornado público um projeto da Embaixada de França, em parceria com a Universidade Piaget, para a sua reabilitação e posterior inclusão nos circuitos turísticos, o que até hoje não foi concretizado.

5.2.2. Património Cultural Subaquático

Ao longo dos séculos ocorreram nestas ilhas muitos naufrágios, resultantes de várias circunstâncias: imprecisão dos instrumentos de navegação; anomalias magnéticas; baixios; ausência de faróis; pirataria; sabotagens provocadas por marinheiros; e desvios provocados involuntariamente por populares com falsas indicações vindas de terra com iluminações movidas por burros⁴³⁷.

Ciente da existência desse valioso espólio e em razão de internamente não existirem recursos humanos e materiais capazes de efetuar essa investigação, na década de 1990 e primeiros anos do século XXI, o governo de Cabo Verde concessionou essa atividade a duas empresas estrangeiras – a Afrimar e a Arqueonautas *Worldwide*⁴³⁸. Destes contratos resultaram nefastos prejuízos para aquele país. Em relação à atividade da Arqueonautas, para além da pouca informação facultada acerca das escavações efetuadas, poucos artefactos deixaram⁴³⁹ e apropriaram-se indevidamente desse espólio para depois o vender em leilões *online*, como aconteceu com um astrolábio de Passa Pau, datado de 1645, agora propriedade do Mariners Museum, de Newport, nos Estados Unidos⁴⁴⁰.

⁴³⁶ Note-se a ausência de sinalética rodoviária para se chegar até este local.

⁴³⁷ Cf. OLIVEIRA, Emanuel Charles d'. "A experiência da exploração arqueológica subaquática em Cabo Verde". In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XVI ano, número 24. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2002, p. 45.

⁴³⁸ Já na década de 1950, mergulhadores cabo-verdianos, franceses, portugueses e italianos haviam recolhido do fundo do oceano objetos diversos (cf. *ibidem*, p. 46).

⁴³⁹ São parte da exposição permanente do Museu de Arqueologia.

⁴⁴⁰ CARVALHO, Gonçalo de. "Património e Arqueologia Subaquática". In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 72-73. Alguns artigos de jornal mostram-nos como se estabeleceram as negociações para essa exploração e o destino dado aos achados descobertos (cf. PINA, Constança de. "Achados Arqueológicos em Cabo Verde. Quatro navios e um canhão de bronze". In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano VII, n.º 336, sexta-feira, 28 de agosto 1998, p. 2; SILVA, Rita Vaz da. "Governo e Arqueonautas negociam destino do

As decisões menos acertadas, ou não tomadas no tempo devido, recorde-se que só recentemente Cabo Verde ratificou a Convenção do Património Subaquático, têm tido repercussões evidentes e prejudiciais para o contexto em questão. Em relação à Ribeira Grande de Santiago, inexplicavelmente, a sua área marítima não foi inscrita no perímetro declarado Património da Humanidade, situação posteriormente retificada.

Atendendo à importância que tem sido dada à Arqueologia Subaquática, releve-se ainda a adesão de Cabo Verde a dois projetos: o CONCHA⁴⁴¹, que centra a sua atividade na investigação, formação e sensibilização sobre esta tipologia patrimonial, sendo a Paisagem Marítima da Cidade Velha um ponto focal dessa pesquisa⁴⁴²; e o MARGULLAR, que visa a promoção do Património Cultural Subaquático da Macaronésia, com vista ao desenvolvimento turístico diversificado e sustentado⁴⁴³.

Com o intuito de se prover um efetivo conhecimento conservação e salvaguarda deste legado, o IPC pretende iniciar brevemente a sua inventariação *in situ*, por via da aplicação de uma base de dados georreferenciados⁴⁴⁴; a trasladação do Museu de Arqueologia para um edifício com condições para se prover um melhor acondicionamento desses objetos; e, para evitar a sua delapidação em contexto natural, estabelecer uma cooperação mais profícua com as autoridades policiais⁴⁴⁵.

património marítimo”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XI, n.º 558, sexta-feira, 24 de maio 2002, p. 4; SOARES, Alexandre. “Arqueonautas. A odisseia de Nikolaus”. In. FERNANDES, José Manuel; REIS, Bárbara (dir.). *Público*, ano XIX, N.º 6706 (Suplemento Pública), 10 de agosto de 2008, p.47).

⁴⁴¹ É um projeto da Universidade Nova de Lisboa, através da cátedra UNESCO (Património Cultural dos Oceanos), que explica como as cidades portuárias atlânticas se desenvolveram no final do século XV e no início do séc. XVI (cf. “CONCHA – UM CASO DE SUCESSO DO HORIZONTE 2020”. *Instituto do Património Cultural*, 22 de novembro de 2018. Página consultada a 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/529-concha-um-caso-de-sucesso-do-horizonte-2020>).

⁴⁴² Cf. “ARRANCA MISSÃO PREPATÓRIA DO CONCHA EM CABO VERDE”. *Instituto do Património Cultural*, 16 de abril de 2018. Página consultada a 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/428-arranca-missao-preparatoria-do-concha-em-cabo-verde>; “INVESTIGADORES ENCANTADOS COM VESTÍGIOS DE EMBARCAÇÃO DO SÉCULO XVIII EM CABO VERDE”. *Lusa*, 28 de agosto de 2018. Página consultada a 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/investigadores-encantados-com-vestigios-de-embarcacao-do-seculo-xviii-nas-aguas-de-cabo-verde--9771984.html>

⁴⁴³ Cf. MARGULLAR. Página consultada a 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.margullar.com/index.php/proyecto-margullar>

⁴⁴⁴ Tal como foi feito com o Património Material Imóvel.

⁴⁴⁵ Cf. Anexo 5.

5.2.3. Património Cultural Imaterial

No caso concreto do nosso objeto de estudo, essas demonstrações são abundantes: a língua crioula⁴⁴⁶; manifestações sincrético-religiosas, cujo expoente máximo é a devoção ao Santo Nome de Jesus; a gastronomia; o fabrico de produtos locais, com destaque para o grogue, existindo neste momento alguns trapiches em laboração; e as criações musicais, nomeadamente o batuque e a tabanca⁴⁴⁷.

Numa sociedade em que, entre outras circunstâncias, a massificação turística, o desenvolvimento urbano e os conflitos armados são ameaças veladas à manutenção do Espírito do Lugar⁴⁴⁸, no dealbar do século XXI, o ICOMOS decidiu promover e proteger essa especificidade intrínseca ao Património Imaterial⁴⁴⁹, consubstanciando-se essas ações na formulação de declarações relativas a esta matéria: a de Xi'an, em 2005⁴⁵⁰, e a de Foz do Iguaçu⁴⁵¹ e do Québec⁴⁵², em 2008.

Podemos considerar a Ribeira Grande de Santiago provida desse *genius loci*⁴⁵³, porque este atributo correlaciona os testemunhos tangíveis – sítios, edifícios, elementos paisagísticos e objetos – e intangíveis – memórias, narrativas, documentos escritos,

⁴⁴⁶ Surgida na Ribeira Grande de Santiago, daí acompanhou os escravos até ao continente americano, estabelecendo-se aí os dialetos regionais e locais, com parametrização linguística do castelhano, francês e inglês.

⁴⁴⁷ Cf. CARVALHO, Carlos; AKIBODÉ, Charles, *Cidade Velha...*, op. cit., pp. 40-41; CARDOSO, Elisabeth dos Santos. *Promoção do Turismo Cultural em Cidade Velha*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve, 2012, pp. 29-35. Na entrevista feita a José Maria Semedo, esta temática, embora de forma sucinta, foi abordada (cf. Anexo 1).

⁴⁴⁸ «A expressão “espírito do lugar” anuncia, ela própria, os dois elementos fundamentais dessa relação: o Espírito que retoma ao pensamento, aos humanos e aos elementos imateriais, e Lugar que evoca uma localização geográfica, um ambiente físico, quer sejam, os elementos materiais.» (TOURGEON, Laurier. “Do material ao imaterial. Novos desafios, novas questões”. In. MATOS, Fábio de Oliveira. *Geosaberes*, v. 5, número especial (1). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, dez. 2014, p. 72). Página consultada a 3 de dezembro de 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/J%C3%B3se%20Filipe%20Silva%20/Downloads/298-1-1389-1-10-20150301.pdf>

⁴⁴⁹ «O interesse da Cidade Velha está muito para além do seu Património Edificado, vale acima de tudo pelo seu Património Imaterial.» (Anexo 6)

⁴⁵⁰ Cf. ICOMOS. *Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do património cultural*. Xi'an: ICOMOS, 2005. Página consultada a 27 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf>

⁴⁵¹ Cf. ICOMOS. *Declaration of Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: ICOMOS, 2008. Página consultada a 31 de julho 2017. Disponível em: http://www.icomos.org/centre_documentation/declaration-igua%C3%A7u-eng.pdf

⁴⁵² Cf. ICOMOS. *Déclaration de Québec sur la sauvegarde de l'esprit du lieu*. Québec: ICOMOS, 2008. Página consultada a 31 de julho 2017. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_FR.pdf

⁴⁵³ «As pessoas são a alma dos lugares, no caso da Cidade Velha, para além do ruído mágico do mar, existem outros predicados, de cariz mais humanizado – a música, o ritmo do trabalho, as vozes das crianças –, que lhe conferem uma aura especial e que são a essência do Espírito do Lugar.» (Anexo 6).

festivais, comemorações, conhecimento tradicional, valores, sensações táteis, olfativas, visuais – de um Sítio Ambiental e/ou Cultural.

5.2.4. Património Ambiental

Este conceito⁴⁵⁴ foi durante muito tempo conotado com o aspeto científico das questões respeitantes ao meio ambiente. As iniciativas estatais de proteção à natureza remontam ao ano de 1872, com a constituição, nos Estados Unidos da América, do Parque Natural de Yellowstone⁴⁵⁵. Precisamente um século depois, foi instituída a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.

O Património Ambiental da Ribeira Grande de Santiago compreende dois ecossistemas: as falésias e os planaltos rochosos circundantes, que são inóspitas e praticamente desprovidas de qualquer manifestação de vida vegetal; e o profundo vale, verdejante e frondoso, que foi ao longo dos séculos, e graças às excecionais condições climáticas existentes, um espaço de adaptação de plantas⁴⁵⁶ e árvores de fruto, oriundas de outros continentes, e que hoje fazem parte da sua paisagem⁴⁵⁷.

5.3. O processo de candidatura a Património Mundial

5.3.1. Antecedentes da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural

A intenção de realçar as obras artísticas e arquitetónicas mais importantes produzidas pelo Homem remonta à Antiguidade Clássica, quando foi anunciada a lista das “Sete Maravilhas do Mundo”, composta por monumentos localizados na Grécia, na Ásia Menor, na foz do rio Nilo e no Crescente Fértil.

⁴⁵⁴ «*Ensemble des biens patrimoniaux, mobiliers et immobiliers, matériels, constituant l'environnement humain [...]. C'est le cas de la faune et de la flore, ainsi que des ensembles géologiques particuliers.*» (DESVALLÉES, André; MAIRISSE, François (dir.), *Dictionnaire...*, op. cit., p. 646).

⁴⁵⁵ Cf. BO, João Batista Lanari. *Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significado*. Brasília: UNESCO, 2003, p. 30.

⁴⁵⁶ A cana-de-açúcar, uma das primeiras espécies vegetais introduzidas, é utilizada no fabrico de açúcar e aguardente de cana-de-açúcar (grogue).

⁴⁵⁷ «*A Ribeira Grande de Santiago foi um laboratório de aclimação, uma incubadora e placa giratória de difusão de plantas e de animais entre o Velho e o Novo Mundo. Entre outros exemplos, recebemos o primeiro coqueiro vindo de Ceilão, depois exportado para o Brasil.*» (Anexo 1).

Em 1950, aquando da 5.^a sessão da Conferência Geral da UNESCO⁴⁵⁸, foi proclamada uma resolução alusiva à salvaguarda do Património Cultural e Natural⁴⁵⁹. No final dessa década, a ameaça ao conjunto patrimonial de Abu Simbel, no Egito, a propósito da construção da Barragem de Assuão, teve o condão de sensibilizar a comunidade internacional para a sua preservação. Consequentemente, outras ações foram efetuadas, nomeadamente em Veneza (Itália) e no Sítio Arqueológico de Moenjodaro (Paquistão).

A segunda metade da década de 1960 foi profícua em avanços neste domínio: em 1965, na “Conferência da Casa Branca”, realizada em Washington DC, foi proposta a constituição de uma “Fundação do Património Mundial”, com o objetivo de estimular a cooperação internacional para a proteção de áreas naturais e sítios histórico-patrimoniais⁴⁶⁰; e, em 1966, a “Declaração dos Princípios da Cooperação Internacional”, estabeleceu os princípios base para uma futura política cultural⁴⁶¹. Por seu lado, a IUCN elaborou, em 1968, proposições similares para o Património Natural.

Este trajeto culminou, em 16 de novembro de 1972, com a adoção da Convenção para a Proteção e Salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural⁴⁶², vinte e sete anos após ter sido instituída a UNESCO⁴⁶³. Todavia, para a Convenção do Património Mundial

⁴⁵⁸ Fundada a 16 de novembro de 1945. Um dos princípios subjacentes ao seu aparecimento foi o reconhecimento do valor e fragilidade dos legados ancestrais. Na memória de todos estavam as irreparáveis e significativas perdas que a II Guerra Mundial tinha provocado. Mas as preocupações com os crimes culturais em contexto de beligerância remontam ao ano de 1758, quando o jurista suíço Emmerich Vattel defendeu o conceito de Património “da sociedade humana” (VAZ, Pedro, *Edificar...*, *op. cit.*, p.78). Em 1954, foi assinada em Haia a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (ratificada em 1999), que se inspirou nas anteriores convenções da Haia, de 1889 e de 1907, e no Pacto de Washington, de 1935 (cf. UNESCO. *Convención para la Protección de los Bienes Culturales en caso de Conflicto Armado*. Haia: UNESCO, 1954. Página consultada a 18 de fevereiro de 2019. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

⁴⁵⁹ Em 1926, foi criado o Serviço Internacional de Museus, com o intuito de proteger os monumentos de arte e história mundiais.

⁴⁶⁰ Cf. BO, João Batista Lanari, *Proteção...*, *op. cit.*, p. 30. No caso português referir as intervenções feitas na Torre de Belém na segunda metade da década de 1990 e, mais recentemente, nos jardins do Palácio Nacional de Queluz (cf. CHAROLA, A. Elena [coord. Edit.]. *Torre de Belém – Intervenção de Conservação*. Lisboa: Ministério da Cultural/IPPAR, junho 2000; CHAROLA, A. Elena; RODRIGUES, José delgado [coord. Edit.]. *Os Jardins do Palácio Nacional de Queluz: Intervenção de Conservação*. [S.l.]: Associação World Monuments Fund/ World Fund Monuments, 2012).

⁴⁶¹ Cf. UNESCO. *Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional*. Paris: UNESCO, 1966. Página consultada a 21 de junho de 2018. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-coopcultural.pdf>

⁴⁶² Algumas Recomendações produzidas antes e depois desta Convenção, mas sem um caráter jurídico obrigatório, concitaram os Estados a adotar medidas legislativas, administrativas, técnicas, financeiras ou científicas, que teriam apenas um caráter nacional (cf. PUREZA, José Manuel. *O Património Comum da Humanidade. Rumo a um direito internacional de solidariedade?* Lisboa: Edições Afrontamento, 1998, p. 262).

⁴⁶³ Atualmente estão classificados 1121 bens: Culturais (869), Naturais (213) e Mistos (39). Os principais contribuintes desta lista são: a China (55), a Itália (55), a Espanha (48), a Alemanha (46) e a França (45).

ficar definitivamente institucionalizada era necessário a ratificação ou a adesão de, pelo menos, vinte Estados-parte. Decorrente deste facto, a Convenção do Património Mundial só foi oficialmente instituída em 1975 e, no ano seguinte, constituiu-se o Comité do Património Mundial. Em 1978, e efetuaram-se as primeiras inscrições na Lista do Património Mundial⁴⁶⁴.

5.3.2. Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural

O documento produzido neste Encontro visou, entre outras considerações explicitadas no Preâmbulo, combater a destruição do Património Mundial e consequente empobrecimento da Humanidade⁴⁶⁵. Todavia, não distingue tipologicamente o Património Cultural, estando implícita a proteção do Material, mas é omissa quanto ao Imaterial⁴⁶⁶.

A definição de Património Cultural plasmada no seu Art.º 1.º é a seguinte:

«Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico,

⁴⁶⁴ Que tem como órgãos coadjuvadores, o ICCROM, o ICOMOS e a IUCN. A partir de 1977, o Comité do Património Mundial, através das Diretrizes Operacionais (Operational Guidelines), passou a definir as linhas orientadoras e programáticas para a implementação da Convenção do Património Mundial. Num trabalho de investigação efetuado num passado não muito distante, é interessante aferirmos a evolução dos conteúdos das Diretrizes Operacionais publicadas (cf. CAMPOS, Joana Capela de; MURTINHO, Vítor. “Património Mundial: Democracia e Diversidade”. In. PITA, António Pedro (dir.); RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; MARTINS, Rui Cunha (coord.). *Estudos do século XX*, n.º 17: democracias, pp. 146-61. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017 pp. 153-159).

⁴⁶⁵ «Constatando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas suas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes;» (UNESCO. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: UNESCO, 1972. Página consultada a 21 de julho de 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>).

⁴⁶⁶ Foi percorrido um longo caminho até ao seu efetivo reconhecimento por parte da UNESCO. A sua não inclusão na Convenção de 1972 é disso prova, isto porque era tido como uma manifestação eminentemente não ocidentalizada, cabendo aos países asiáticos, em particular ao Japão e à Coreia do Sul, a partir da segunda metade do século XX, prover legalmente a sua proteção. Em 2003, foi adotada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Anteriormente já haviam sido publicados outros textos sem a força vinculativa da Convenção. É necessário salientar um trabalho de investigação que, para além de abordar diacronicamente toda esta evolução, interligou a importância deste segmento patrimonial com a atividade museológica (cf. CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues. *Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento das boas práticas*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora, 2011). Após a legitimação da Convenção de 2003, podemos evocar um novo paradigma para o Património Imaterial. O modelo de gestão preconizado passou a ser feito de baixo para cima, com o envolvimento total dos grupos interessados na promoção de uma dada manifestação cultural viva, em contraponto ao preconizado na Convenção de 1972, que tinha um modelo de gestão de cima para baixo, tendente a privilegiar os pareceres formulados pelos especialistas (cf. TOURGEON, Laurier, “Do material...”, *op. cit.*, pp. 69-70).

inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.»⁴⁶⁷.

No que respeita ao seu homólogo Natural, explicitasse no Art.º 2.º:

«Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.»⁴⁶⁸.

Mediante o clausulado⁴⁶⁹, o sistema instituído pressupõe que os Estados-parte que não disponham de meios científicos, económicos e técnicos suficientemente capazes para a salvaguarda desses bens com Valor Universal Excepcional, terão de se socorrer da UNESCO para colmatar essas lacunas⁴⁷⁰. No entanto, subliminarmente, está expresso na

⁴⁶⁷ UNESCO, *Convenção...*, *op. cit.*, Art.º 1.º.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, Art.º 2.º.

⁴⁶⁹ *Cf. ibidem*, Art.º 22.º.

⁴⁷⁰ «[...] estabelecendo em correspondência o princípio da subsidiariedade como critério regulador da actividade da comunidade internacional [...]» (PUREZA, José Manuel, *O Património...*, *op. cit.*, p. 260).

Convenção que os Estados, apesar de esses bens estarem nos seus territórios, são meros depositários desse legado, pois a sua gestão é da competência da UNESCO⁴⁷¹.

Ao analisarmos essa Lista⁴⁷² comprova-se uma acentuadíssima predominância do Património Cultural⁴⁷³, localizado maioritariamente na Europa e em determinadas partes da Ásia⁴⁷⁴, e também na América Central e do Sul, em detrimento do seu congénere Natural e do Misto⁴⁷⁵, mais manifesto em África, na América do Norte e na Oceânia.

Os bens inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO são os mais belos exemplos do trabalho da Natureza e do Homem. Mas à atribuição desse estatuto está subjacente a responsabilização de os legarmos convenientemente às gerações futuras. Neste parâmetro pode aludir-se à “Lista do Património Mundial em Perigo”⁴⁷⁶, direcionada para aqueles exemplares que, resultante de fatores naturais ou influência humana⁴⁷⁷, necessitam de grandes intervenções⁴⁷⁸. Se os primeiros são contingências que não podem ser, pelo menos diretamente, controladas pelo Homem, no segundo caso, a ignorância, a negligência, ou a necessidade de se sobrepor valores ideológicos ou

⁴⁷¹ «O Estado territorialmente competente não age como proprietário absoluto dos bens mas como trustee da comunidade internacional relativamente a eles.» (PUREZA, José Manuel, *O Património... op. cit.*, p. 263).

⁴⁷² Cf. UNESCO. *World Heritage Centre*. Página consultada a 10 de janeiro 2020. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/interactive-map/>

⁴⁷³ «Para o cidadão comum é mais fácil ligar-se aos grandes monumentos do passado, com os quais de certo modo se identifica, do que à paisagem natural que o viu nascer ou na qual vive.» (GUIMARÃES, Gonçalves, “A Problemática...”, *op. cit.*, p. 52).

⁴⁷⁴ Nesta distribuição geográfica podemos destacar, por esta ordem, dois conjuntos: a civilização ocidental, e as civilizações chinesa e indiana. Num patamar inferior, as civilizações Inca, Maia e Asteca (cf. FERNANDES, João Luís Jesus. “Património Mundial e globalização: uma leitura geográfica”. In. GAMA, Rui (dir.). *Cadernos de Geografia*, n.º 24/25 – 2005/2006. Coimbra: Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, 2005/2006, p. 231. Página consultada a 15 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo24_25).

⁴⁷⁵ A paisagem também tem a sua componente cultural, isto porque para além das suas idiossincrasias naturais, apresenta metamorfoses ambientais potenciadas pela ação humana. A Carta de Siena alude para o papel dos museus na protecção das paisagens culturais (cf. ICOM. *La Carta de Siena. Museos y paisajes culturales*. Siena: ICOM, 2014. Página consultada a 29 de novembro 2016. Disponível em: http://icom.museum/uploads/media/Carta_di_Siena_ES_final.pdf).

⁴⁷⁶ Atualmente cinquenta e três bens estão em perigo (quase metade deles no continente africano) e dois foram desclassificados.

⁴⁷⁷ a) sismos, erosão, avanço das areias do deserto, incêndios; b) exploração intensiva de recursos, projetos de desenvolvimento, aumento demográfico, conflitos/distúrbios, deficiências de gestão (cf. FERNANDES, João Luís Jesus, “Património...”, *op. cit.*, pp. 236-239). A este rol acresce-se a subida do nível do mar.

⁴⁷⁸ «O Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir, sempre que as circunstâncias o exijam, sob o nome de “lista do património mundial em perigo”, uma lista dos bens que figurem na lista do património mundial para a salvaguarda dos quais sejam necessários grandes trabalhos e para os quais tenha sido pedida assistência, nos termos da presente Convenção.» (cf. UNESCO – *Convenção...*, *op. cit.*, Art.º 11.º, alínea 4).

religiosos, potenciam a execução de verdadeiros atentados contra seculares testemunhos⁴⁷⁹.

Para estarem incluídos na Lista do Património Mundial, os bens têm de corresponder a pelos menos um dos critérios emanados pela UNESCO. Somente a partir de 2005 passou a existir uma Lista única de dez critérios – os primeiros seis relativos ao Património Cultural e os restantes ao Património Natural⁴⁸⁰. A este respeito, é forçoso é salientar a volatilidade das definições dos critérios que, entre 1976 e 2005, foram objeto de revisão por parte do Comité⁴⁸¹.

Atualmente, os Estados-parte têm-se interessado mais nos proveitos políticos e económicos adveniente da classificação dos bens como Património da Humanidade⁴⁸².

⁴⁷⁹ Tome-se como exemplo, em 1991, o bombardeamento do exército sérvio contra a cidade velha de Dubrovnik na Croácia; em 2013, a danificação da Fortaleza de Crac des Chevaliers, na Síria, durante a guerra civil ocorrida naquele país; e em 2015, a assolação de Hatra, no Iraque, e de Palmira, na Síria, perpetrados pelo Estado Islâmico. Por outro lado, estas hediondas ações têm o condão de despertar consciências para a salvaguarda de vetustos exemplares. Veja-se os casos das esculturas dos Budas de Bamyan (Afeganistão), destruídos, em 2001, pelos Talibã; e o arrasamento, em 1993, da Ponte de Mostar pelo exército sérvio, classificados como Património da Humanidade, respetivamente, em 2003 e em 2005. Em janeiro de 2019, os Estados Unidos da América ameaçaram devastar o Património Cultural do Irão (dos cinquenta e dois alvos assinalados, vinte e dois são classificados pela UNESCO).

⁴⁸⁰ i) *to represent a masterpiece of human creative genius; ii) to exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape design; iii) to bear a unique or at least exceptional testimony to a cultural tradition or to a civilization which is living or which has disappeared; iv) to be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage (s) in human history; v) to be an outstanding example of a traditional human settlement, land-use, or sea-use, which is representative of a culture (or cultures), or human interaction with the environment especially when it has become vulnerable under the impact of irreversible change; vi) to be directly or tangibly associated with events or living traditions, with ideas, or with beliefs, with artistic and literary works of outstanding universal significance. (The Committee considers that this criterion should preferably be used in conjunction with other criteria; vii) to contain superlative natural phenomena or areas of exceptional natural beauty and aesthetic importance; viii) to be outstanding examples representing major stages of earth's history, including the record of life, significant on-going geological process in the development of landforms, or significant geomorphic or physiographic features; ix) to be outstanding examples representing significant on-going ecological and biological process in the evolution and development of terrestrial, fresh water, coastal and marine ecosystems and communities of plants and animals; x) to contain the most important and significant natural habitats for in-situ conservation of biological diversity, including those containing threatened species of outstanding universal value from the point of view of science or conservation.» (UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO, 2019, pp. 25-26, parágrafo 77. Página consultada a 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>*

⁴⁸¹ Cf. JOKILEHTO, Jukka [et.al.]. *The World Heritage List. What is OUV? Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties*. Berlin: Hendrik Bäbler Verlag, 2008, pp. 16-35. Nesta mesma publicação é apresentado um quadro síntese de todas essas mutações terminológicas (cf. *ibidem*, pp. 75-78).

⁴⁸² «The notion that World Heritage properties are commodities that mobilise national and international flows is not surprising.» (MESKELL, Lynn. “Transacting UNESCO World Heritage: gifts and exchanges on a global stage”. In. BERLINER, David; MAGUIRE, Mark (edit.). *Social Anthropology/Antropologie Sociale*, n. 23. London: European Association of Social Anthropologists, 2015, p. 4. Página consultada 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1469-8676.12100>).

Decorrente desta subversão completa do espírito da Convenção de 1972, vários países trabalham sob uma determinada forma e na confluência de interesses comuns, constituindo-se desta forma vários *lobbies* dentro da UNESCO⁴⁸³. Prova evidente desta inflexão é a predominância, no Comité do Património Mundial, de embaixadores e políticos nomeados para este órgão pelas respetivas delegações nacionais, em detrimento de técnicos com conhecimento nesta matéria⁴⁸⁴.

A evidência do exposto observou-se na posição tomada pelos Estados Unidos da América e por Israel, que deixaram de fazer parte da UNESCO no dia 1 de janeiro de 2019. Essa deliberação decorreu das opções tomadas por aquela organização que, por via de uma Resolução, criticou o Estado hebraico pelos danos causados à herança muçulmana e limitações ao direito de culto, nomeadamente na mesquita de al-Aqsa⁴⁸⁵. A inscrição da Cidade Velha de Hebron, na Palestina, como Património da Humanidade, foi outro motivo para essa decisão.

O âmbito em análise direciona-nos para um conjunto de premissas que devem ser ponderadas no momento da apresentação da candidatura de um bem a Património da Humanidade. Se casos houve, e tome-se como paradigma o contexto português, em que essa intenção foi retirada por se saber que seria liminarmente recusada pela UNESCO, noutras latitudes ocorreram classificações controversas – Praça Real do Québec, no Canadá, e a Cidade Fortificada de Carcassonne, em França –, que não ostentavam o critério de autenticidade determinado⁴⁸⁶. Porém, uma grande maioria das classificações corresponderem a testemunhos cujo Valor Universal Excecional se sobrepõe ao consumo turístico. Por outro lado, a quantidade exacerbada de pré-candidaturas anunciadas, e tome-se novamente como exemplo a realidade portuguesa, pode, mediante a metodologia adotada, os propósitos e o momento da sua apresentação, espoletar um conjunto de condicionantes obstantes ao posterior sucesso da mesma.

⁴⁸³ «*The past in the service of intercultural understanding and peace building – synonymous with the invention of UNESCO – has been eclipsed by politico-economic leverage and advantage on a global stage.*» (MESKELL, Lynn. “Gridlock: UNESCO, global conflict and failed ambitions”. In. GUTTORMSEN, Torgrim Sneve; HEDEAGER, Lotte (edit.). *World Archaeology*, vol. 47. Abingdon-on-Thames: Routledge, junho de 2015, p. 226. Página consultada a 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rwar20/47/2?nav=toCList>

⁴⁸⁴ Cf. MESKELL, Lynn, “Transacting...”, *op. cit.*, p. 6.

⁴⁸⁵ Cf. UNESCO. *Palestina Ocupada*. Paris: UNESCO, 18 de agosto de 2016. Página consultada a 18 de outubro de 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245634_spa

⁴⁸⁶ Cf. BRIGOLA, João Carlos Pires. *Museus, Património e Ciência. Ensaio de História da Cultura*. Évora: Universidade de Évora/CIDEHUS, 2012, pp. 135-140.

O que é o Valor Universal Excepcional?

O conceito focal da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural é o vocábulo Valor Universal Excepcional⁴⁸⁷, que não está aí definido, apesar de enunciada dez vezes nesse texto e ser de transcendente importância para o explicitado⁴⁸⁸.

As primeiras propostas para definir o Valor Universal Excepcional remontam ao ano de 1976, aquando de uma reunião realizada pelo Comité do Património Mundial, em Morges, na Suíça. O ICOMOS apresentou a definição dos seis critérios do Património Mundial e a sua aplicação nos diferentes segmentos patrimoniais – Monumentos, Conjuntos de Edifícios, e Sítios⁴⁸⁹–, e o ICCROM expôs a definição de Valor Universal Excepcional⁴⁹⁰, à qual estavam agregados valores históricos, artísticos e tipológicos⁴⁹¹.

Decorreram aproximadamente duas décadas sem que fossem dados novos contributos para a elaboração de uma aceção completa para este conceito. Em 1998, no âmbito de um Encontro da UNESCO, realizado em Amesterdão, foi dado um importante impulso nesse sentido:

*«The requirement of outstanding universal value characterising cultural and natural heritage should be interpreted as an outstanding response to issues of universal nature common to or addressed by all human cultures. In relation to natural heritage, such issues are seen in bio-geographical diversity; in relation to culture in human creativity and resulting cultural diversity.»*⁴⁹².

Em 2005, o Comité do Património Mundial solicitou ao Centro do Património Mundial que, aquando da realização da sua 28.ª reunião, o tema fosse abordado, tendo sido possível

⁴⁸⁷ Excepcional significa que, comparativamente ao restante Património Cultural, os bens inscritos na Lista são os melhores exemplos e os mais representativos; Universal significa que esses valores são reconhecidos por toda a Humanidade (cf. JOKILEHTO, Jukka [et.al.], *The World...*, op. cit., p. 8).

⁴⁸⁸ O Preâmbulo e os Art.ºs 1.º, 2.º, 11.º, alínea 2, são as maiores evidências dessa constatação (cf. *ibidem*, p. 71).

⁴⁸⁹ Cf. *ibidem*, pp. 58-60.

⁴⁹⁰ Que era bastante minimalista: «The fact that such a value be recognized to an object or a cultural ensemble cannot be justified except when referred to specialized scientific literature on the subject, which is considered the most up-to-date expression of the universal consciousness on the issue.» (*ibidem*, p. 57).

⁴⁹¹ Cf. *ibidem*, p. 11.

⁴⁹² UNESCO. *Report of the World Heritage Global Strategy Natural and Cultural Heritage Expert Meeting*. Paris: UNESCO, 1998, p. 15. Página consultada a 28 de novembro de 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/amsterdam98.pdf>

chegar-se a um consenso relativamente à sua definição, expressa no parágrafo 49 das Diretrizes Operativas⁴⁹³:

*«Outstanding universal value means cultural and/or natural significance which is so exceptional as to transcend national boundaries and to be of common importance for present and future generations of all humanity. As such, the permanent protection of this heritage is of the highest importance to the international community as a whole. The Committee defines the criteria for the inscription of properties on the World Heritage List.»*⁴⁹⁴.

A Declaração de Valor Universal Excepcional é desde 2007 adotada pelo Comité do Património Mundial aquando da inscrição de bens na Lista do Património Mundial⁴⁹⁵, sendo igualmente de transcendental importância para o Estado-parte e para os outros intervenientes envolvidos na sua gestão⁴⁹⁶. Todavia, para muitos deles, inscritos antes de 2005, não existe uma Declaração de Valor Universal Excepcional⁴⁹⁷ aprovada pelo Comité do Património Mundial, nem uma declaração da justificação da aplicação dos critérios, o que não significa que sem esse predicado não tivessem esse valor devidamente reconhecido⁴⁹⁸. Para contornar esta lacuna, foi formulada uma Declaração de Valor Universal Excepcional retroativa⁴⁹⁹ para aqueles que foram inscritos na Lista do Património Mundial, antes de 2005.

⁴⁹³ Posteriormente aceite aquando da reunião de peritos da UNESCO realizada em Kazan, na Rússia, nesse ano.

⁴⁹⁴ UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO, 2005, p. 14, parágrafo 49. Página consultada a 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>

⁴⁹⁵ «*Que justifica as razões pelos quais o bem é considerado de Valor Universal Excepcional, como satisfaz os critérios pertinentes, as condições de integridade e autenticidade (para bens culturais), e como satisfaz os requisitos de protecção e gestão para manter o valor Universal Excepcional a longo prazo.*» (UNESCO. *Orientação para a elaboração de Declaração de valor universal excepcional para bens do Património Mundial*. Paris: UNESCO, 2010, p. 4).

⁴⁹⁶ «*Ela permite não só uma clara compreensão do bem quando este foi inscrito na Lista do Património Mundial, e porque é considerado de Valor Universal Excepcional, mas também pode orientar a uma gestão, indicando quais os atributos do bem que precisam de ser mantidos para que o Valor Universal Excepcional seja mantido.*» (Ibidem, p. 4).

⁴⁹⁷ «*Os atributos abrangem os elementos físicos do bem, e podem incluir as relações entre os elementos físicos, a essência, o significado e, por vezes, os processos relacionados, que precisam de ser protegidos e geridos de forma a manter o Valor Universal Excepcional.*» (ibidem, p. 6).

⁴⁹⁸ «*[...] pelo contrário, significa que o seu Valor Universal Excepcional foi reconhecido pelo Comité no acto da inscrição, mas não foi articulado no formato acordado.*» (Ibidem, p. 5).

⁴⁹⁹ Cf. ibidem, p. 5.

Conforme o explicitado no parágrafo 78 das Diretrizes Operativas, outros atributos estão alocados ao Valor Universal Excepcional:

«To be deemed of outstanding universal value, a property must also meet the conditions of integrity and/or authenticity and must have an adequate protection and management system to ensure its safeguarding.»⁵⁰⁰.

Relativamente à Integridade⁵⁰¹, *leitmotiv* do processo de restauro, é fundamental para a identificação do significado de um lugar e para as definições do limite desse testemunho, apesar de, contrariamente ao Património Natural, em que foi sempre um atributo exigido aquando de um processo de classificação, somente desde 1994 passou a ser um requisito para o Património Cultural⁵⁰². A Integridade pode também ser reconhecida através dos atributos: social-funcional, sobretudo em espaços industriais; histórico-estrutural, atendendo à sua dimensão histórica e ao estado de conservação desses elementos; e estético-visual do Sítio, levando em consideração a condição dentro da área indicada, bem como sua relação com o entorno⁵⁰³.

A Autenticidade, intrinsecamente relacionado com o Património Cultural⁵⁰⁴, está patente nas Diretrizes Operativas de 2005, nos seus parágrafos 80 a 82⁵⁰⁵, que em muito plasmaram o disposto na Declaração de Nara sobre a Autenticidade. Sucintamente, podemos definir os critérios atinentes à Autenticidade em três itens principais: criatividade-artística, direcionada para o designe e técnicas; histórico-material, relativo ao que é tangível; e social-cultural, reportando-se às tradições e aspetos intangíveis⁵⁰⁶.

⁵⁰⁰ UNESCO – *Operational ...*, 2019, *op. cit.*, p. 26.

⁵⁰¹ «Integrity is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes. Examining the conditions of integrity, therefore requires assessing the extent to which the property: a) includes all elements necessary to express its outstanding universal value; b) is of adequate size to ensure the complete representation of the features and processes which convey the property's significance; c) suffers from adverse effects of development and/or neglect. » (*Ibidem*, p. 22, parágrafo 88).

⁵⁰² Cf. JOKILEHTO, Jukka [*et.al.*], *The World...*, *op. cit.*, pp. 43-44.

⁵⁰³ Cf. *ibidem*, p. 44.

⁵⁰⁴ « Properties nominated under criteria (i) to (vi) must meet the conditions of authenticity. » (UNESCO – *Operational...*, 2019, *op. cit.*, p. 26, parágrafo 79). Requisito já expresso na primeira sessão do Comité do Património Mundial, realizada em 1977.

⁵⁰⁵ Cf. UNESCO – *Operational...*, 2005, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁰⁶ Cf. JOKILEHTO, Jukka [*et.al.*], *The World...*, *op. cit.*, p. 43.

Dos melhores exemplos aos exemplos mais representativos – a mudança de paradigma

«En este contexto, la cuestión que se plantea inmediatamente es si el criterio de valor universal excepcional, no así el de autenticidad, sigue teniendo vigencia, de igual forma que sucede con la Lista del Patrimonio Mundial, que, tarde o temprano, perderá su carácter exclusivo si se prolonga ilimitadamente en el tiempo, dejando de ser representativa de la excepcionalidad, para atender a criterios, como la representatividad geográfica o regional, cada vez más alejados de la propia filosofía que inspiró la Convención.»⁵⁰⁷.

Do anteriormente exposto, aferimos que a Autenticidade é um conceito volátil, definida em função de determinismos culturais, históricos, geográficos ou temporais, capazes de consubstanciar o grau de credibilidade e/ou veracidade de um determinado bem, podendo nesta perspetiva de abordagem falar-se em valores locais, globais e universais⁵⁰⁸.

Se nos primeiros anos a Lista era composta por testemunhos considerados icónicos⁵⁰⁹ e com latente valor intrínseco, a partir de meados da década de 1980, possivelmente em razão do sucesso adquirido pela Convenção, comprovado pela adesão de um cada vez maior número de Estados-parte, este padrão modificou-se, gerando no seio do Comité preocupações relativamente ao conceito de Valor Universal Excepcional⁵¹⁰. A partir de então assistimos a uma mudança relativamente ao modelo de seleção, não cabendo somente neste espectro os exemplos mais excepcionais, alargando-se esse crivo para os

⁵⁰⁷ MARTÍNEZ YAÑEZ, Celia. “La redefinición del valor universal excepcional y el futuro de la Lista del Patrimonio Mundial”. In. CABRERA GARCÍA, María Isabel; CASTILLO RUIZ, José (dir.). *Revista Electrónica de Patrimonio Histórico*, n.º 6, p. 10. Granada: Dpto. H.^a del Arte – Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Granada. Página consultada a 28 de novembro de 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/J%20C3%B3se%20Filipe%20Silva%202/Downloads/e-rph6%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/J%20C3%B3se%20Filipe%20Silva%202/Downloads/e-rph6%20(1).pdf)

⁵⁰⁸ « [...] mientras que durante las primeras décadas la evaluación de los bienes se realizó sobre todo en función de valores estéticos y conforme a una interpretación de la autenticidad restringida a su acepción occidental de integridad física, como hemos visto, a partir de la Conferencia de Nara se introducen nuevos criterios provenientes de mentalidades y cultural diversas, que se relacionan, sobre todo, con el modo como se establece la continuidad de los bienes con la vida de las comunidades en las que se enclavan [...]» (MARTÍNEZ YAÑEZ, Celia, “La redefinición...”, *op. cit.*, p. 8).

⁵⁰⁹ Ngorongoro (Tanzânia), Memphis e as Pirâmides de Gizé (Egito), Vale de Katmandu (Nepal), Centro Histórico de Roma (Itália), Fortes e Jardins de Shalimar (Paquistão), Medina de Fez (Marrocos), Galápagos (Ecuador), Grande Barreira de Coral (Austrália), Grande Canyon (Estados Unidos da América) e o Serengeti (Tanzânia).

⁵¹⁰ Cf. JOKILEHTO, Jukka [et.al.], *The World ...*, *op. cit.*, p. 73.

mais representativos, sobrevivendo desta mudança o risco de tornar esse momento mais um ritual do que um ato solene, distintivo e de aclamação⁵¹¹.

Com o intuito de manter o rigor do explicitado na Convenção de 1972 em observância ao Valor Universal Excepcional, foi aprovado pelo Comité, em 1992, o Plano Estratégico Patrimonial. Neste Encontro realizado em Santa Fé, nos Estados Unidos da América, para além de outras deliberações manifestadas, realce-se a necessidade de se proceder a um maior reequilíbrio geográfico da Lista do Património Mundial e à avaliação dos critérios que regem o Património Cultural e dos os atributos de autenticidade/integridade⁵¹².

Em 1994, foi formulada a “Estratégia Global e Estudos Temáticos para a Representatividade da Lista do Património Mundial”⁵¹³, procurando-se obter uma Lista mais representativa, equilibrada e estável, assente num alargamento tipológico dos bens a apresentar na formulação das futuras candidaturas⁵¹⁴. Como consequência, assistimos a uma dilatação das nomeações provenientes de díspares civilizações e regiões⁵¹⁵, com manifesta influência na metamorfose concetual – dos melhores exemplos para os exemplos mais representativos.

Em 2002, a Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial, no trigésimo aniversário da Convenção de 1972, reforçou o perspectivado naquela última década do século XX, concitando os países que ainda não o haviam feito a ratificarem essa

⁵¹¹ «É claro que esta quantidade de bens presume a existência de um risco real: o da banalização do Património Mundial.» (PEREIRA, Paulo. “Introdução”. In. ESCARTÍN, Rosa (coord.). *Descobrir o Mundo. Portugal Património da Humanidade* (vol. 4). Amadora: EDICLUBE, [s.d.], p. 10).

⁵¹² Cf. UNESCO. *Convenção Relativa à Protecção do Património Cultural e Natural*. Paris: UNESCO, 1992, p. 9. Página consultada a 27 de novembro de 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1992/whc-92-conf002-4e.pdf>

⁵¹³ Redigida aquando da realização da 18.ª Sessão do Comité do Património Mundial, suscitada num Encontro da UNESCO, realizada na Tailândia. Nesse momento, reconheceu-se o superlativo domínio conferido aos sítios e conjuntos monumentais arquitetónicos, elitistas e urbanos, dos edifícios religiosos relativos ao catolicismo em detrimento de outras confissões, e a subvalorização das culturas vivas, nomeadamente as tradicionais (cf. UNESCO. *Global Strategy and thematic studies for a representative World Heritage List*. Phuket: UNESCO, 1994. Página consultada a 28 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.unesco.de/sites/default/files/2018-02/Global%20Strategy%20-%20Ergebnisse%20Expertentreffen%201994_0.pdf).

⁵¹⁴ Cf. *ibidem*.

⁵¹⁵ Ao longo dos anos, foram concebidos instrumentos para a implementação desta medida (cf. ICOMOS. *The World Heritage List: Filling the Gaps – an Action Plan for the Future*. Paris: ICOMOS, 2004. Página consultada a 26 de novembro de 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/J%C3%B3se%20Filipe%20Silva%20/Downloads/activity-590-1%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/J%C3%B3se%20Filipe%20Silva%20/Downloads/activity-590-1%20(4).pdf); UNESCO. *Global Strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List: Report on the Follow-up to Resolution 19 GA 9*. Paris: UNESCO, 2015. Página consultada a 26 de novembro de 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2015/whc15-20ga-9-en.pdf>

Convenção⁵¹⁶, e os Estado-parte a proporem os bens Culturais e Naturais passíveis de serem representativos dessa Lista⁵¹⁷.

Mediante o constatado, é superlativo cotejar se os efeitos resultantes desta redefinição do Valor Universal Excepcional são conducentes a afetar a Lista do Património Mundial. Sem dúvida que este novo critério, ancorado numa maior paridade geográfica, retirou a substância do princípio norteador da Convenção – o seu valor icónico – em detrimento de novas aceções patrimoniais, de génese identitária e econométrica.

5.3.3. Propostas de candidatura do Sítio da Ribeira Grande de Santiago a Património da Humanidade

O processo de candidatura a Património Mundial é moroso, envolve o cumprimento de dez etapas linearmente sequenciadas⁵¹⁸ e tem de ser pensado numa perspetiva investigacional transdisciplinar para melhor sustentar a proposta apresentada pelo Estado-parte ao Comité do Património Mundial.

Primeira tentativa de inscrição da Cidade Velha como Património Mundial

O interesse na inscrição da Cidade Velha como Património da Humanidade começou a ganhar forma em 1989, quando foi produzido um documento, composto por cinco partes⁵¹⁹, com esse objetivo⁵²⁰. Todavia, e como já falámos em capítulo anterior, este

⁵¹⁶ Apenas as Bahamas, Liechtenstein, Nauru, Somália, Sudão do Sul e Tuvalu ainda não a ratificaram.

⁵¹⁷ Por outro lado, foram identificados um conjunto de objetivos estratégicos do Comité do Património Mundial: credibilidade, conservação, competências, comunicação e comunidade (*cf.* UNESCO. *Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial*. Budapeste: UNESCO, 2002. Página consultada a 26 de novembro de 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2002/whc-02-conf202-5e.pdf>).

⁵¹⁸ O Estado-parte, através da assinatura da Convenção, assume o compromisso de proteger o seu Património Cultural e Natural; o Estado-parte prepara uma lista de bens que considera passíveis de possuírem Valor Universal Excepcional; cada Estado-parte pode propor, por ano, somente um bem da sua Lista Indicativa para candidatura à Lista do Património Mundial; o dossiê completo é enviado para o Centro de Património Mundial da UNESCO; esta instituição confere se o processo está completo e envia-o para o ICOMOS e/ou o IUCN para avaliação; os especialistas deslocam-se ao Sítio para examinarem os parâmetros de proteção e gestão utilizados; o ICOMOS e/ou o IUCN fazem a apreciação das candidaturas com base nos critérios propostos; o ICOMOS e/ou o IUCN elaboram o respetivo relatório de apreciação; os sete membros constituintes do Gabinete do Património Mundial fazem a revisão das candidaturas e emitem recomendações ao Comité do Património Mundial; a decisão final (inscrição, indeferimento ou rejeição) é tomada pelos vinte e um membros deste organismo.

⁵¹⁹ A proposta de inscrição e respetivos anexos, uma carta da Cidade Velha à escala de 1/2500, uma planta datada de 1900, fotografias com legenda e reproduções de gravuras antigas, e um documentário audiovisual intitulado “Cidade Velha, ex-vila da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde”.

⁵²⁰ *Cf.* WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme...*, *op. cit.*, p. 21.

procedimento antecedeu o trabalho de casa que deveria ter sido executado a montante desta intenção, ou seja, elaborar a nível nacional legislação consignada para esse efeito⁵²¹.

Em 1992, Cabo Verde viu indeferida a primeira proposta de candidatura da Cidade Velha a Património Mundial⁵²², em virtude de o ICOMOS, não obstante ter reconhecido a importância deste Lugar de Memória, a ter liminarmente recusado⁵²³.

«The Bureau considered that in spite of its indisputable historic value, the property did not meet the criteria for inscription on the World Heritage List.»⁵²⁴.

Essa proposta foi indeferida por três ordens de razão:

«First, the historic monuments had either been excessively restored or were in a state of advanced disrepair. Secondly, the historic monuments are in scattered locations in a modern town of mediocre architectural quality. Finally, there was no management plan for the site. The ICOMOS recommendation was that ‘the property should not be recommended for inscription on the World Heritage List.»⁵²⁵.

Passadas três décadas, entre os técnicos e investigadores cabo-verdianos que participaram nesse momento, existe a plena consciência de que essa candidatura não foi suficientemente sustentada para ser aceite pelo Comité do Património Mundial:

«A primeira proposta foi pessimamente executada, porque não foi dada a devida importância ao critério correspondente ao Património Imaterial, realçando-se outros direcionados para o Património Material, que não eram passíveis de por si só serem suficientes para

⁵²¹ Cf. Decreto n.º 31/90..., de 5 de maio; Decreto-Lei n.º 121/90; Decreto-Lei n.º 121/90..., de 8 de dezembro; Lei n.º 102/III/90..., de 29 de dezembro.

⁵²² Não conseguimos aceder a esse documento, o que nos impossibilitou fazer uma análise sustentada sobre essa proposta e compará-la com a de 2008. Para esbater essa debilidade bibliográfica socorremo-nos de depoimentos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas nesse processo, o que nos ajudou a entender melhor as razões que conduziram à não aceitação dessa candidatura pelo Comité do Património Mundial.

⁵²³ Quando um bem não é imediatamente inscrito na Lista, passa por uma das seguintes fases: é remetido novamente para o Estado-parte, é indeferido, ou não recomendado para inscrição. Se no primeiro e segundo caso a decisão pode ser revertida favoravelmente, sendo necessário proceder-se a melhorias das propostas apresentadas, no último caso, o veredito é definitivo (cf. JOKILEHTO, Jukka [*et.al.*], *The World... op. cit.*, p. 45; MESKELL, Lynn, “Transacting...”, *op. cit.*, p. 9). Transpondo esta análise para o nosso objeto de estudo, facilmente se afere que prevaleceu a não recomendação para inscrição.

⁵²⁴ UNESCO. *Advisory Body Evaluation. Cidade Velha (Cape Verde) n.º 1310*. Paris: UNESCO, 2009, p. 29. Página consultada a 12 de setembro de 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2009/whc09-33com-inf8B1e.pdf>

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 29.

garantir essa classificação. Mediante o que foi apresentado, a UNESCO não a levou em consideração. Atualmente, o processo de candidatura da Morna está a correr o mesmo risco, pois no meu entendimento estão a cometer-se alguns erros e imprecisões.»⁵²⁶.

«Tínhamos a consciência de que dificilmente poderíamos atingir o título de Património da Humanidade, mas no fundo existia essa esperança. Posso mesmo dizer que fomos um pouco levianos nesse momento, em virtude de não termos bem a noção de como deveríamos fazer a sugestão de candidatura. Para nós – IIPC e país – só interessava a História e pensávamos que era suficiente. Mas confesso que à época a Cidade Velha ainda não estava preparada para ostentar esse galardão. A forma como foi elaborado o dossiê é a prova disso.»⁵²⁷.

«Na década de 90 houve uma tentativa de classificação de Cidade Velha como património mundial. Se quisermos, a apresentação de 2008 é reincidente, uma segunda vez. Da primeira vez, com a falta de experiência, o governo incidiu mais sobre a história da escravatura, o povoamento, a contribuição que Cabo Verde deu no surgimento de um novo mundo, sobretudo as Américas e as ilhas atlânticas. Entendeu, na altura, e ainda entende, que essa contribuição de Cabo Verde no surgimento do crioulo no mundo deve ser reconhecida a nível mundial.»⁵²⁸.

Efetivamente, desde o início que esta intenção estava tolhida de bases válidas para que pudesse ter o final desejado, tendo vários fatores contribuído para esse desenlace: o pouco tempo de preparação e maturação devotado a esta proposta; o depauperamento – autenticidade e integridade – do que restava do seu conjunto monumental, que ficou à mercê da negligência humana e da inevitabilidade da ação do tempo; a falta de rigor técnico/investigacional com que a mesma foi conduzida, ao dar uma excessiva

⁵²⁶ Anexo 1.

⁵²⁷ Anexo 2.

⁵²⁸ Excerto de uma entrevista feita ao então diretor de Salvaguarda do Património do IIPC, Martinho Brito (cf. SANTOS, Flávia Lenira Gomes Marques dos, “Cidade Velha...”, *op. cit.*, p. 44).

importância ao legado material, em detrimento do imaterial, a verdadeira essência deste Lugar de Memória.

Consagração como Património da Humanidade

«Mais do que o Património Material, existente na Cidade Velha o Património Imaterial, incorporado na CRIOULIDADE. É o indicador de primeira ordem como fundamento da declaração pretendida. Com efeito, toda a história social, cultural e antropológica de que resultou a Crioulidade contribuiu, de forma inequívoca, para o enriquecimento do Património da Humanidade. Ora, a Crioulidade como produto antropológico (língua, cultura, tradições, filosofia de vida, fauna e flora introduzidas e adaptadas) e toda a História do Sítio Histórico da Cidade Velha (monumentos e respetivas funções) são indicadores mais do que suficientes para a fundamentação da candidatura.»⁵²⁹.

A segunda proposição de inscrição remetida para a UNESCO foi muito melhor elaborada⁵³⁰, como o comprova a capacitação dos recursos humanos utilizados; a deteção atempada dos erros anteriormente cometidos; o facto de ter sido dado o devido valor à interpretação espacial do Sítio, correlacionando-se este tópico com uma abordagem patrimonial holística (Material, Imaterial e Ambiental); e ter tido um período de maturação investigacional mais distendido no tempo⁵³¹.

O documento produzido para apreciação e consequente avaliação conducente à atribuição do epíteto de Património da Humanidade à Ribeira Grande de Santiago, sustentou convenientemente cada um dos itens solicitados, indo ao encontro da realidade então existente, como o comprova o relatório emitido pela UNESCO⁵³² aquando da deliberação final sobre a pretensão deste Estado-parte.

⁵²⁹ Anexo 12.

⁵³⁰ A montante e durante o processo de classificação foi feito um trabalho intenso de sensibilização da comunidade internacional para o acolhimento desta causa (cf. *ibidem*).

⁵³¹ Cf. Anexos 1, 2 e 5.

⁵³² Na sequência da 33.ª Sessão do Comité do Património Mundial, realizada em Sevilha, em junho de 2009.

O Valor Universal Excepcional do Sítio⁵³³, assente em seis premissas incidentes sobre aspetos transversais correlativos a aspetos de índole civilizacional, económica, geográfica, histórica e patrimonial⁵³⁴, foi considerado válido pelo Comité do Património Mundial⁵³⁵. Os atributos Integridade⁵³⁶ e Autenticidade⁵³⁷ foram avaliados como aceitáveis, não obstante a fragilidade de ambos. Decorrente desta constatação, observou-se ser essencial dar continuidade às políticas de reabilitação até então executadas⁵³⁸. De igual modo, deve salientar-se a importância conferida a outras variáveis tidas como de transcendente importância para a uma efetiva gestão do Sítio e sua consequente profícua salvaguarda, considerando-se que o Estado-parte estava a cumprir satisfatoriamente com as suas obrigações⁵³⁹.

Na proposta de inscrição apresentada por Cabo Verde à UNESCO, os critérios nomeados, devidamente suportados em textos explicativos, foram o II, III, IV e VI⁵⁴⁰, tendo o Comité do Património Mundial aceite o II⁵⁴¹, III⁵⁴² e VI⁵⁴³, e recusado o IV⁵⁴⁴. Numa análise comparativa, aferimos que esses três critérios são iguais a onze outros bens classificados

⁵³³ «[...] neste caso, definido a partir da sua História e da análise espacial, alocada a três tipos de arquitetura: civil, primeira urbe construída pelos europeus a sul do Trópico de Câncer; militar, em razão da sua importância estratégica e das suas estruturas defensivas; e religiosa, por via do grande número de templos católicos, de maior ou menor dimensão, existentes.» (Anexo 6).

⁵³⁴ Cf. UNESCO – *Advisory...*, op. cit., p. 33.

⁵³⁵ Cf. *ibidem*, p. 33.

⁵³⁶ Comparativamente à proposta apresentada em 1992, foi feito um considerável esforço para prover uma significativa melhoria, reforçada com a promulgação de medidas legislativas.

⁵³⁷ O mesmo acontecendo neste caso, como o demonstra o aspeto do conjunto edificado monumental, contribuindo para tal os trabalhos de beneficiação e restauro efetuados.

⁵³⁸ Cf. *ibidem*, p. 32.

⁵³⁹ Itens 4 a 6 (cf. *ibidem*, pp. 34-37).

⁵⁴⁰ Cf. CARVALHO, Carlos; AKIBODÉ, Charles, *Cidade Velha...*, op. cit., pp. 54-57.

⁵⁴¹ «ICOMOS considers that, despite the incomplete urban and architectural heritage, the monuments, the remains that survive, and the maritime and agri-urban landscapes of Ribeira Grande bear witness to its considerable role in the development of European colonial domination in Africa and America, the development of the black slave trade, the genesis and organisation of the first intercontinental maritime interchanges, and the acclimatisation and dissemination of many plant species between the various continents via maritime trade.» (UNESCO – *Advisory...*, op. cit., p. 33).

⁵⁴² «ICOMOS considers that Ribeira Grande provides an important testimony to the history of slavery during the modern era, notably in its maritime organisation and the experiments with slave management for agricultural development. The intermingling of human races and the meeting between African and European cultures gave rise to the first developed Creole society.» (*ibidem*, p. 34).

⁵⁴³ «ICOMOS considers that, in association with criteria (ii) and (iii), this criterion has been justified.» (*ibidem*, p. 34).

⁵⁴⁴ «ICOMOS considers that the points raised concerning urban planning and the town's monuments are more closely related to the previous criteria than to criterion (iv). Furthermore, although the urban planning and the monuments of Ribeira Grande are at an early stage of the timeline of European colonisation, and although they have some notable architectural aspects, they are not sufficiently unique or in an appropriate state of conservation and authenticity/integrity to justify outstanding universal architectural and urban value.» (*ibidem*, p. 34).

como Património da Humanidade⁵⁴⁵. Em relação aos estudos de caso comparativos expostos na proposta de candidatura⁵⁴⁶, somente a Cidade de Pedra de Zanzibar é confluyente em todos eles, e Santo Domingo, na República Dominicana, difere no critério III⁵⁴⁷. Por sua vez, a Ilha de Gorée, no Senegal, paradigma da primeira proposta de inscrição da Cidade Velha apresentada na década de 1990⁵⁴⁸, coincide apenas no critério VI.

Quanto aos bens classificados nos países lusófonos⁵⁴⁹ assinala-se a enorme disparidade entre o Brasil, com vinte e dois (catorze culturais, seis naturais e um misto), e Portugal com dezassete (dezasseis culturais e um natural) e o catalogado no continente africano: um cultural em Angola (M'Banza Congo), Cabo Verde (Ribeira Grande de Santiago) e Moçambique (Ilha de Moçambique). A Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste⁵⁵⁰ não têm qualquer bem classificado, embora a Reserva da Biosfera do arquipélago dos Bijagós, na Guiné Bissau, esteja na Lista Indicativa.

Relativamente ao Património Imaterial, o Brasil tem nove bens registados, Portugal oito e Cabo Verde um. A proclamação da Morna⁵⁵¹ em dezembro de 2019⁵⁵² foi um acontecimento importante para aquela nação arquipelágica, pois conseguiu ver ser reconhecida uma manifestação genuinamente cabo-verdiana, capaz de refletir a

⁵⁴⁵ Sítio de Cartago (Tunísia, 1979), Cidade Antiga de Jerusalém e seus Muros (Israel, 1981), Sítio Arqueológico de Cirene (Líbia, 1982), Cidade Sagrada de Anuradhapura (Sri Lanka, 1982), Bosque Sagrado de Osun-Osogbo (Nigéria, 2005), Arco Geodésico de Struve (candidatura transnacional, 2005), Conjunto do Forte Vermelho (Índia, 2007), Conjuntos Monásticos Arménios (República Islâmica do Irão, 2008), Cidade Imperial de Thang Long Hanói (Vietname, 2010), Longobardos na Itália – Locais de Poder (Itália, 2011), Zona do Templo de Sambor Prei Kuk – Sítio Arqueológico da Antiga Ishanapura (Camboja, 2017).

⁵⁴⁶ Cf. CARVALHO, Carlos; AKIBODÉ, Charles, *Cidade Velha...*, op., cit., p. 65.

⁵⁴⁷ Naquele caso é disposto o Critério IV.

⁵⁴⁸ Cf. Anexo 2.

⁵⁴⁹ De sublinhar a criação em 2006 da WHPO, cuja ideia é promover a cooperação entre sítios portugueses do Património Mundial e sítios do Património Mundial que sofreram influências portuguesas ao longo do tempo. Dentro deste âmbito, referir um projeto em que a Ribeira Grande de Santiago participou, através do qual foi possível aferir as políticas patrimoniais desenvolvidas em alguns desses locais (Cf. ALÇADA, Margarida; LISITZIN, Katri; MANZ, Kerstin (edit.). *Turismo e Património Mundial: seleção de abordagens e experiências de gestão em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa*. [S.l.]: Turismo de Portugal/UNESCO – World Heritage Centre, 2013. Página consultada a 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/news/documents/news-1008-2.pdf>

⁵⁵⁰ Apenas ratificou a Convenção em outubro de 2016.

⁵⁵¹ O género musical mais emblemático deste país, tendo sido o dia 3 de dezembro instituído como o Dia Nacional da Morna.

⁵⁵² Aquando da 14.ª reunião anual do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, realizada em Bogotá, na Colômbia.

identidade desse povo⁵⁵³. Futuramente, São Tomé e Príncipe cogita avançar com a proposta de inscrição do teatro popular Txilôli⁵⁵⁴.

Lista Indicativa de Cabo Verde a Património da Humanidade

«A Tentative List is an inventory of those properties situated on its territory which each State Party considers suitable for inscription on the World Heritage List. States Parties should therefore include, in their Tentative Lists, the names of those properties which they consider to be cultural and/or natural heritage of outstanding universal value and which they intend to nominate during the following years.»⁵⁵⁵.

Como o próprio nome induz, a Lista Indicativa respeita a todos aqueles bens que são passíveis de verem o seu Valor Universal Excecional Reconhecido⁵⁵⁶. Desde março de 2016, Cabo Verde tem inscrito nesta Lista quatro bens Culturais (o Campo de Concentração do Tarrafal⁵⁵⁷, o Centro Histórico da Praia, o Centro Histórico de São Filipe e o Centro Histórico de Nova Sintra); três Naturais (o Parque Natural do Fogo, o Parque Natural da Cova, Paul e Ribeira da Torre, e as Áreas Protegidas da Ilha de Santa Luzia e dos Ilhéus Branco e Raso); e um Misto – as Salinas de Pedra de Lume⁵⁵⁸.

Em fevereiro de 2019, fomos informados de que Cabo Verde e Portugal vão avançar com uma candidatura transnacional do Campo de Concentração do Tarrafal. Este processo, iniciado há vários anos, será, ao que tudo indica, entregue na UNESCO em 2021. Sem termos conhecimento deste processo, parece-nos que o mesmo poderá ser questionado quando na Proposta de Inscrição se dispuserem os casos comparativos que a sustentam. Por outro lado, se o Tarrafal de São Nicolau – a primeira colónia penal criada por Portugal

⁵⁵³ Notar a opinião pessimista de dois investigadores relativamente a este processo (cf. Anexos 1 e 5).

⁵⁵⁴ Espetáculo tradicional que relata o romance medieval “A Tragédia do Imperador Carloto Magno e do Marquês de Mântua”.

⁵⁵⁵ UNESCO – *Operational...*, 2019, *op. cit.*, p. 17, parágrafo 62.

⁵⁵⁶ «[...] constituem uma espécie de estágio preliminar para uma possível candidatura a PM [...]» (CAMPOS, Joana Capela de; MURTINHO, Vítor, “Património Mundial...”, *op. cit.*, p. 151).

⁵⁵⁷ O seu nome original é Colónia Penal de Chão Bom, embora seja por muitos denominado de Campo de Concentração do Tarrafal.

⁵⁵⁸ Cf. UNESCO. *World Heritage Centre*. Página consultada a 10 de janeiro de 2020. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/tentativelists/?action=listtentative&pattern=Cabo+Verde&state=&theme=&criteria_restriction=&date_start=&date_end=&order=

em Cabo Verde, no início da década de 1930 –, não for incluído neste propósito, somos da opinião de que a História fica contada apenas pela metade.

Atualmente, atendendo às fragilidades detetadas na Ribeira Grande de Santiago, parece-nos extemporâneo Cabo Verde tentar inscrever mais algum bem como Património da Humanidade, visto pensarmos ser necessário proteger o legado patrimonial desse Sítio, para que seja possível memorá-lo como o primeiro lugar global do mundo.

A sua valorização tem de ser um desígnio nacional e um compromisso incontornável para as futuras gerações. As várias ações formuladas até ao momento tem em parte convergido para esse propósito, consubstanciando-se na recuperação e salvaguarda de monumentos, reabilitação e requalificação urbanas, e na vivificação das práticas e saberes imateriais, mas sem se dar a devida atenção ao Património Ambiental.

Neste contexto, será necessário um maior aprofundamento científico em vários domínios, alavancado em parcerias com instituições académicas e de investigação cabo-verdianas e estrangeiras. Só assim se alcançará um conhecimento cada vez maior deste vetusto aglomerado urbano, daí decorrendo uma mais proficiente gestão do mesmo, que terá de ser desenvolvida numa perspetiva pan-patrimonial.

6. SÍTIO PATRIMONIAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO: UMA PROPOSTA PARA O SEU PROGRAMA MUSEOLÓGICO

Este capítulo estrutura-se em quatro partes, cuja sequência nos conduz ao tema central desta investigação. Inicialmente, faremos uma avaliação à realidade museológica nos PALOP, com destaque óbvio para o contexto cabo-verdiano. Posteriormente, direcionaremos a nossa análise para a Ribeira Grande de Santiago, avaliando a forma como a interpretação dos seus valores patrimoniais tem sido feita. A finalizar, apresentaremos uma proposta de reconversão patrimonial e museológica para este Sítio.

6.1. Panorama Museológico dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

A evolução da museologia nesses territórios não tem sido uniforme, contribuindo para essa disparidade um conjunto de circunstâncias que potenciaram, em diferentes momentos, os respetivos avanços. Nesta perspetiva, podemos formar distintos blocos de apreciação: Angola e Moçambique, países de dimensão considerável, com interessantes concretizações museológicas, tipologicamente diversificadas e disseminadas por várias regiões; Guiné Bissau, que se apresenta como um caso de estudo pertinente, em virtude de ter desenvolvido nos últimos anos vários projetos, conciliando a vertente cultural e ambiental; por fim, os arquipélagos Cabo Verde e São Tomé e Príncipe que, em razão do seu isolamento oceânico, pateteiam um considerável distanciamento da realidade continental. c

«*Que Museus para os países africanos de Língua Portuguesa?*»¹. Esta foi uma questão formulada em 1991, e que passados todos esses anos continua por responder². A seguinte

¹ GUEDES, Maria Natália Correia. «*Que Museus para os Países Africanos de Língua Portuguesa?*». In. *III Encontro de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 193-195. Este artigo suscita outras interrogações interessantes.

² Extrapolando o âmbito geográfico em análise, no final da década de 1980 já se considerava formar uma rede de museus de países da CPLP (cf. “PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MUSEUS DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, pp. 211-212). Recentemente, essa ideia ganhou força aquando II Reunião da CPC da CPLP, realizada em Lisboa, em fevereiro de 2019, reforçando-se esse propósito na XI Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, ocorrida na Praia, em abril de 2019 (cf. “II REUNIÃO DA COMISSÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL DA CPLP”. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, 20 de fevereiro de 2019. Página consultada a 12 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=8255&M=NewsV2&PID=10872>; DECLARAÇÃO DA XI REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA DA CPLP”. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, 13 de abril de 2019. Página consultada a 12 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=8320&M=NewsV2&PID=10872>). Com a sua constituição, todos os Estados, em especial os mais debilitados em termos de capacitação profissional e com carências

descrição ajudar-nos-á a perceber a dificuldade existente em responder a esta interrogação pertinente.

6.1.1. Angola³

Apesar do início do relacionamento museológico entre Portugal e esta possessão ultramarina⁴ remontar ao período setecentista com as viagens de exploração científica do naturalista Joaquim José da Silva⁵, este desígnio não teve a devida continuidade e consolidação no século seguinte, muito por força de os interesses metropolitanos neste domínio⁶ se sobreporem aos dos seus territórios além-mar⁷.

Entre 1882 e 1886, surgiu a ideia para a fundação do Museu Provincial de Angola, mas não obstante esta iniciativa, continuavam a ser remetidos para várias instituições académicas e científicas da Metrópole produtos dessa Colónia, prolongando-se esta atividade até ao início da segunda década do século XX⁸. Todavia, saliente-se a inauguração, em 1907, do Museu Colonial de Luanda⁹, estabelecimento que perdurou até ao ano de 1910¹⁰.

científico/técnicas, beneficiariam desta congregação de esforços tendente a uniformizar, ou pelo menos esbater as assimetrias detetadas, daí resultando uma melhor robustez organizacional.

³ De realçar a produção científico-bibliográfica sobre este tópico, consubstanciada sobretudo ao longo do século XX, compilada num trabalho de pesquisa devidamente compartimentado por secções, que nos permite entender o que foi produzido para o âmbito em análise (cf. CARVALHO, Margarida Chorão de. “Bibliografia Analítica da Museologia Angolana”. In. DIAS, Jill R.. *Revista de Estudos Africanos*, n.º 16-17. Lisboa: Instituto de Investigação Científico Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1992-1994, pp. 291-351). Cogitamos como premente que esta investigação possa futuramente alargar-se aos restantes países africanos de língua portuguesa.

⁴ Sendo a mais rica dos demais domínios portugueses em África, foi pioneira na experimentação científica (cf. SANTOS, Garcia Simão. *O sistema de informação arquivística. O caso do Museu Regional da Huíla*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, p. 15. Página consultada a 12 de julho de 2019. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18313/1/ulfl181041_tm.pdf).

⁵ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Aspectos das relações entre Portugal e a Angola no domínio museológico – as viagens de exploração científica setecentistas”. In. *III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 77-118.

⁶ «É de salientar que a evolução histórica das coleções etnográficas da população angolana remonta à década de 70 do século XIX, quando os governadores da antiga província do ultramar preocupados com a riqueza cultural de Angola, bem como a sua conservação, levavam os objectos de valores Etnográficos, Zoológico, Antropológicos, etc., para Portugal.» (SANTOS, Garcia Simão, *O sistema...*, op. cit., p. 13).

⁷ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, op. cit., p. 64.

⁸ Cf. MARTINS DOS SANTOS. *Cultura, Educação e Ensino em Angola* (edição digital, 1998), pp. 297-298. Página consultada a 13 de julho de 2019. Disponível em: [http://www.info-angola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20em%20Angola%20\(%20Per%20C3%ADodo%20Colonial\).pdf](http://www.info-angola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20em%20Angola%20(%20Per%20C3%ADodo%20Colonial).pdf).

⁹ Oficializado aquando da visita do Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança.

¹⁰ Num trabalho académico de clarividente valor, é-nos apresentada esta valência cultural e respetivo acervo, podendo este espaço ser visto como representação simbólica de Poder Político Colonial e de Poder

Após a implantação da República em Portugal, pensou-se instituir em Luanda um museu do Museu Etnográfico e Arqueológico de Angola e do Congo, onde as pessoas interessadas podiam contactar com a cultura das populações semicivilizadas da Província ou das regiões a que pertencessem. Neste contexto, concitava-se todos os cidadãos a oferecerem ou simplesmente depositarem nessa instituição, objetos de valor etnográfico, pré-histórico ou arqueológico¹¹.

A vontade em concretizar essa ideia revestia-se de um interesse suplementar, visto inserir-se num plano de estudo etnográfico dessa Província, procurando-se diminuir a evidente assincronia relativamente à situação vivida nas possessões alemãs, francesas, holandesas e inglesas, que estavam bastante avançadas na investigação deste domínio disciplinar¹².

Assim, diligenciou-se no sentido de se conseguir recolher informação para que esse anseio pudesse ser concretizado rapidamente, considerando-se que esse estabelecimento se prefigurava como uma iniciativa inovadora no plano científico, ao conjugar a museologia e um modelo disciplinar assente na etnografia e na arqueologia¹³.

Não sendo possível este desígnio, em 1926 foi erigido outro museu com características equivalentes àquele, de perspectiva diacrónica e pluridisciplinar – Arqueologia, Etnografia e História –, tutelado pelo Conselho Inspector de Instrução Pública¹⁴.

Também em 1912, e numa perspectiva afim daquela que estamos a comentar, foi pensada conceberem-se mostruários ou exposições permanentes de produtos agrícolas deste território¹⁵, evoluindo essa ideia em 1919 para a organização de um museu com essa tipologia, tendo tido ambas as iniciativas existência efémera¹⁶.

Político Imperial (cf. GONÇALVES, António Fernando Lino. *Museu Colonial de Luanda, 1907-1910: sustentáculo de reprodução e apologia da soberania imperial*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidade se Tecnologias/Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, 2017. Página consultada a 13 de julho de 2019. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/9227>).

¹¹ Cf. MARTINS DOS SANTOS, *Cultura...*, *op. cit.*, pp. 299-230.

¹² Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ANTUNES, Luís Pequito, “Angola e Moçambique...”, *op. cit.*, p. 28.

¹³ Cf. *ibidem*, p. 29.

¹⁴ Cf. *ibidem*, pp. 30-31.

¹⁵ Inserindo-se esta iniciativa, já difundida na Metrópole, na ideia de atribuir aos museus um papel de relevo no desenvolvimento das áreas onde estavam instalados.

¹⁶ Cf. *ibidem*, pp. 31-33.

Ainda no período de vigência da República, referência para duas realizações que permitiram a abertura do leque disciplinar da museologia angolana¹⁷: o Museu de História Natural e o Museu Pedagógico, domínios disciplinares em que o suporte concetual museológico se tornava mais premente¹⁸.

Durante o Estado Novo, evidenciar o surgimento em 1936 do Museu do Dundo¹⁹. O seu espólio compunha-se de peças de cariz antropológico, mas desenvolvendo também campanhas de recolha e investigação²⁰, podendo ainda referir-se à existência de um Jardim Botânico e de um pequeno Jardim Zoológico²¹. Em 1938, criou-se em Luanda, na Fortaleza de São Miguel, o Museu de Angola. Era uma valência de cariz multidisciplinar²², estando igualmente apetrechada de uma biblioteca e de um arquivo histórico colonial²³.

Nas décadas de 1950 e 1960, regista-se a constituição do Museu Regional da Huíla²⁴, do Museu Etnográfico de Arte Indígena do Congo Português, no Uíje, o Museu de Nova Lisboa e o Museu do Café²⁵. Por seu lado, as câmaras municipais dos principais distritos reuniam coleções naturais de etnologia que eram expostas com base no modelo museográfico da época²⁶.

Do exposto depreende-se que foi intenção das autoridades disseminar por esta Província valências museológicas com tipologias diferenciadas, sustentadas na ideologia colonial²⁷,

¹⁷ «A criação conjunta destes dois organismos de índole educativa, conferindo-lhes um enquadramento idêntico na orgânica provincial, tornava também perceptível a intenção de vir a colocar, na tutela da Direcção dos Serviços de Instrução Pública, os museus oficiais angolanos.» (Ibidem, p. 34).

¹⁸ Cf. *ibidem*, pp. 33-34.

¹⁹ Um dos maiores da África Negra, localizado na região com o mesmo nome, em edifício próprio, financiado pela empresa DIAMANG. À época, esta concretização foi uma novidade tutelar no contexto português.

²⁰ Inferindo-se desta ação a preocupação em desenvolver outras funções museológicas que não somente centradas no contacto com os públicos.

²¹ Cf. SANTOS, José António dos. “Museus de Angola”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, p. 116; ABRANCHES, Henrique. “Museus de A.”. In. CRISTÓVÃO, Fernando (Dir. e Coord.) [et. al.]. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, p. 739; SANTOS, Garcia Simão, *O sistema...*, *op. cit.*, pp. 17-18.

²² Arte, Botânica, Economia, Etnografia, Geologia, História e Zoologia.

²³ Cf. SANTOS, José António dos, “Museus ...”, *op. cit.*, p. 116; ABRANCHES, Henrique. “Museus...”, *op. cit.*, pp. 739-740; SANTOS, Garcia Simão, *O sistema...*, *op. cit.*, p. 18.

²⁴ Que mais tarde se transformou no Museu do Artesanato Português.

²⁵ Cf. SANTOS, José António dos, “Museus...”, *op. cit.*, p. 117; SANTOS, Garcia Simão, *O sistema...*, *op. cit.*, p. 18.

²⁶ Cf. SANTOS, José António dos, “Museus...”, *op. cit.*, p. 117.

²⁷ Cf. VALONGO, Paulo. “Percurso dos museus de Angola, as perspectivas e a sua contribuição para o desenvolvimento do país”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, p. 29.

capazes de preencher culturalmente os habitantes dessas regiões, algumas delas isoladas do resto mundo.

Obtida a emancipação política, em 1976, foi publicado um importante diploma legal relativo à conservação e proteção do Património Histórico-Cultural²⁸. Nele, entre outras prerrogativas, explicita-se a nacionalização desses bens, pertencentes ao povo angolano²⁹, e impulsionou-se a criação de novos museus.

Nos anos subsequentes, inauguraram-se ou foram reabertas várias instituições museológicas³⁰, a maior parte delas ainda hoje persistentes³¹: o Museu Nacional de Antropologia, o Museu Nacional de Arqueologia, o Depósito Central de Etnografia e de Artes Plásticas, o Museu Regional do Dundo, o Museu Nacional de História Natural, o Museu da Escravatura³², o Museu das Forças Armadas³³, o Museu Etnográfico do Lobito, o Museu Rural do Soio, o Museu do Reino do Congo, o Museu Regional do Planalto

²⁸ Cf. Decreto n.º 80/76, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 244, de 3 de setembro – Regulamento sobre a Protecção do Património Histórico e Cultural do Povo Angolano.

²⁹ Por essa razão, e contrariamente ao período colonial e mesmo em relação a outros países africanos de língua portuguesa, em Angola não existem museus de tutela privada.

³⁰ Não obstante, entre 1975 e 2002, quase ininterruptamente, este país ter vivido uma fratricida guerra civil, daí resultando a destruição e a pilhagem de alguns museus.

³¹ Pode por isso falar-se em diversidade e descentralização (cf. ANGOLA: UN BREVE BOSQUEJO DE LOS MUSEOS EN 1988”. In. GILETTE, Arthur (redator). *Museum – el mundo de habla portuguesa*, n.º 161, vol. XLI, n.º 1. Paris: UNESCO, 1989, pp. 35-36).

³² Esta iniciativa insere-se na tipologia de museu de sítio. Em relação aos sítios musealizados, a Mulemba Waxa Ngola, um testemunho evocativo da resistência angolana, afigura-se como um exemplo dessa intenção, e o mesmo poderia ter acontecido com os fornos de cal do Cacuaco. Também no âmbito do aproveitamento museológico de espaços exteriores, salientar as propostas apresentadas para zonas históricas de várias cidades e para monumentos religiosos (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ALARCÃO, Adília. “Museus e Património Cultural de Angola”. In. DIAS, Jill R. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 12-13. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, janeiro-dezembro de 1990, pp. 440-444).

³³ Instalado na Fortaleza de São Miguel, apresenta algumas particularidades: tem peças do antigo Museu de Angola; entre 1992 e 1996 esteve encerrado por causa da guerra civil, retomando a sua atividade em 1997; a sua gestão é bicéfala, porque metodologicamente depende do Instituto Nacional do Património Cultural (Ministério da Educação e Cultura) e administrativa e financeiramente do Estado Maior das Forças Armadas Angolanas (cf. FRANCISCO, Silvestre António. “O que é o Museu Central das Forças Armadas?”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 253-257). Em abril de 2013, após um algum tempo de inatividade, foi reaberto, passando desde então a designar-se Museu Nacional de História Militar de Angola (cf. MACHADO, Miguel. “Museu Nacional de História Militar – Angola”. *Operacional: defesa, forças armadas e segurança*, 2 de junho de 2013. Página consultada a 3 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.operacional.pt/museu-nacional-de-historia-militar-angola/>

Central do Huambo, o Museu Regional de Cabinda, a Casa Óscar Ribas³⁴, algumas extensões museológicas e um Laboratório de Restauro³⁵.

Marco importante para a evolução do espectro em análise foi a realização, em 1984, do I Simpósio sobre Cultura Nacional, que recomendou a consolidação e a revitalização imediatas dessas unidades museológicas, e o estudo do alargamento da rede de museus³⁶. Somente a partir de 1989, com o surgimento do Instituto Nacional do Património³⁷ e do Centro Nacional de Museologia, é que este domínio se consolidou e começou a dar passos mais firmes³⁸.

Aluda-se à importância do Decreto Presidencial n.º 44/11³⁹ que define as atribuições adstritas aos museus no exercício da sua atividade, sustentadas num conjunto de ações subjacentes à aplicação das boas práticas inerentes a estes equipamentos culturais, dividindo-os em Museu Nacional, Museu Regional, Museu Local e Museu Público Especial⁴⁰. Dois anos depois, o Museu Nacional de História Natural, o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Nacional da Escravatura⁴¹ foram legalmente instituídos e aprovados os respetivos estatutos orgânicos⁴².

³⁴ Algum tempo antes da sua inauguração, expuseram-se alguns princípios que deveria seguir para se afirmar no panorama museológico angolano (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ALARCÃO, Adília, “Museus...”, *op. cit.*, pp. 436-437). Depois de alguns anos de inatividade, foi reaberta no final da primeira década deste século. Também foi sugestionado fazer-se o aproveitamento museológico da Casa do MPLA e de algumas casas populares, o que não veio a acontecer (cf. *ibidem*, pp. 437-438).

³⁵ Cf. SANTOS, José António dos, “Museus...”, *op. cit.*, pp. 117-119; GOUVEIA, Henrique Coutinho; ALARCÃO, Adília, “Museus...”, *op. cit.*, pp. 424-434; ABRANCHES, Henrique. “Museus de A.”, *op. cit.*, p.740. Fernando Batalha elaborou uma descrição do panorama museológico angolano desde o seu início até ao final da década de 1980. Esse texto abrangeu todos os quadrantes do domínio em análise, elencando as estruturas subsistentes e outras extintas com a eclosão da independência, projetos cogitados, mas não concretizados, dando igualmente destaque às coleções visitáveis (estatais e privadas), rematando esta explanação com imagens de alguns desses museus (cf. BATALHA, Fernando. “Breve notícia sobre os museus em Angola”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 261-281).

³⁶ Cf. SANTOS, José António dos, “Museus...”, *op. cit.*, p. 119.

³⁷ Principal entidade tutelar dos museus de Angola, embora outros organismos de âmbito central (Direção Nacional de Museologia das Forças Armadas, Universidade de Luanda e Instituto de Desenvolvimento Florestal) desempenhassem o seu papel neste setor (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ALARCÃO, Adília, “Museus e Património...”, *op. cit.*, p. 422).

³⁸ Cf. GUIMARÃES, Óscar. “Panorama dos museus angolanos”. In. *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM, 1994, p. 18.

³⁹ Cf. Decreto Presidencial n.º 44/11, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 44, de 7 de março – estabelece o regime jurídico, bem como as normas relativas à organização e funcionamento dos museus em todo o território nacional.

⁴⁰ Cf. SANTOS, Garcia Simão, *O sistema....*, *op. cit.*, pp. 20-21.

⁴¹ Superintendidos pelo Ministério da Cultura, através da Direção Nacional dos Museus.

⁴² Decreto Executivo n.º 196/13, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 104, de 4 de junho – cria o Museu Nacional de História Natural e aprova o seu Estatuto Orgânico; Decreto Executivo n.º 197/13, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola),

Consideramos relevante referir outros espaços que ajudam a enriquecer a museológica angolana, sendo as tipologias apresentadas bastante apelativas para os seus visitantes: o Museu da Fazenda Tentativa⁴³, o Museu da Força Aérea Nacional⁴⁴ e o Museu da Moeda⁴⁵.

Angola contabiliza um número razoável de museus públicos, sendo mais residuais os regionais e os locais. A sua dispersão territorial é a evidência da intenção de os transformar num veículo de desenvolvimento cultural e de integração das comunidades onde se inserem. Desde 2009, a sua gestão está sob jurisdição da Direção Nacional de Museus, diretamente dependente do Ministério da Cultura⁴⁶, que tem a incumbência de supervisionar as instituições museológicas e similares que dele dependem⁴⁷.

Todavia, há ainda um longo caminho a percorrer, em virtude de a rede museológica instituída carecer de se consolidar e renovar para melhor responder às exigências atuais – necessidades de colaboradores especializados, condições técnicas, de restauro e de peças em exposição –, complementando-se esta disfunção com a falta de formação técnico-profissional a nível do ensino superior⁴⁸. Nos últimos anos, as entidades governativas

I Série, n.º 104, de 4 de junho – cria o Museu Nacional de Arqueologia e aprova o seu Estatuto Orgânico; Decreto Executivo n.º 198/13, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 104, de 5 de junho – cria o Museu Nacional da Escravatura e aprova o seu Estatuto Orgânico.

⁴³ Cf. SITAK, Rufino Borges José; BUMBA, Pedro Fernandes; DORADO SANTANA, Yanara. “Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do património cultural: os museus públicos de Angola”. In. MENDONZA, Patricia (coord.); GONZÁLEZ AROCHA, Jorge (edit.). *Revista Publicando. Educación: Estudios Socio-Culturales y Ciencias de la Información*, vol. 5, n.º 16. Quito: Corporación Educativa SER, jul-sept 2018, p. 280. Página consultada a 3 de junho de 2019. Disponível em: https://revistapublicando.org/revista/index.php/crv/article/viewFile/1431/pdf_1099

⁴⁴ Cf. INAUGURADO NOVO MUSEU DA FORÇA AÉREA NACIONAL. *Jornal de Angola*, 29 de janeiro de 2012. Página consultada a 18 de outubro de 2019. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/inaugurado_novo_museu_da_forca_aerea_nacional

⁴⁵ Cf. SANTOS, Simão Garcia. “Visão holística dos museus e arquivos em Angola: uma abordagem histórica. In. WANDERLEY, Sônia Maria Ignatiuk [et. al.]. *Revista Transversos – reflexões sobre e de Angola – inscrevendo saberes e pensamentos*, n.º 15. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pp. 346-347. Página consultada a 12 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/issue/view/1963/showToc>

⁴⁶ Recentemente, o debate internacional em torno da restituição de bens patrimoniais por parte dos países europeus às suas colónias voltou a ser falado com insistência, aproveitando Angola esse momento para pedir a Portugal e a outros Estados a devolução desse acervos (cf. CANELAS, Lucinda. “Angola vai pedir a Portugal que lhe devolva património”. *Público*, 8 de dezembro de 2018. Página consultada a 26 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/12/08/culturaipilon/noticia/angola-vai-pedir-portugal-devolva-patrimonio-1854049>). Por outro lado, relativamente a esta matéria, a posição de Cabo Verde é bastante mais moderada (HORTA, Bruno. “Cabo Verde não pensa pedir a Portugal a restituição das obras de arte”. *Observador*, 19 de fevereiro de 2019. Página consultada a 19 de outubro de 2019. Disponível em: <https://observador.pt/2019/02/19/cabo-verde-nao-pensa-pedir-a-portugal-a-restituicao-de-obras-de-arte/>).

⁴⁷ VALONGO, Paulo, “Percurso...”, *op. cit.*, p. 29.

⁴⁸ Situação já prevista no início da década de 1990, apresentando-se à época propostas para se debelar essas carências (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ALARCÃO, Adília, “Museus ...”, *op. cit.*, pp. 445-447).

daquele país e os organismos responsáveis pela área da museologia tem convergido o seu discurso para evolução progressiva do contexto em análise, propondo algumas medidas para se alcançar esse desiderato⁴⁹.

6.1.2. Moçambique

Comparativamente a Angola, Moçambique, se por um lado apresenta similitudes – tem um considerável número de museus, que em alguns casos são a continuação de estruturas fundadas durante o período colonial –, por outro tem os seus particularismos: desde sempre teve uma ligação muito estrita com os países vizinhos de língua inglesa, nomeadamente, a África do Sul; em razão da sua situação geográfica detém um vasto conjunto de peças indo-europeias e chinesas em alguns museus moçambicanos⁵⁰; a tutela privada é uma realidade relativamente consolidada.

Na segunda metade da década de 1830 tentou-se criar um jardim botânico e um museu⁵¹. Em 1889, foi inaugurado um museu na Ilha de Moçambique⁵² e, alguns anos mais tarde, um outro em Manica, que permanece em atividade, expondo amostras mineralógicas e geológicas⁵³. Em 1885, surgiu em Lourenço Marques de um jardim com espécimes vegetais e animais, cuja atividade perdura até hoje⁵⁴.

No século XX, esta dinâmica continuou e, em 1913, nasceu o Museu Provincial de Moçambique/Museu Dr. Álvaro de Castro⁵⁵, anexo à Escola Prática Comercial e

⁴⁹ Cf. “ANGOLA: REDE MUSEOLÓGICA NO PAÍS DEVE SER CONSOLIDADA – DIRECTOR NACIONAL DOS MUSEUS”. *ANGOP*, 25 de agosto de 2015. Página consultada a 27 de julho de 2019. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2015/7/35/Angola-Rede-museologica-pais-deve-consolidada-director-Nacional-dos-Museus.3992819f-f61a-4491-9f51-cfdbda613a84.html?utm_medium=twitter&utm_source=twitterfeed; “MUSEUS ANGOLANOS DEVEM SER MODERNIZADOS – VICE PRESIDENTE”. *Diário de Notícias*, 13 de junho 2019. Página consultada a 29 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/museus-angolanos-devem-ser-modernizados---vice-presidente-11007963.html>

⁵⁰ Um apurado trabalho investigativo informa-nos onde estão e quais são esses objetos (cf. COSTA, Alda. “Património Oriental em Moçambique: Património a conhecer e a construir”. In. *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM, 1994, pp. 37-40).

⁵¹ Cf. COSTA, Alda. “Museus de Moçambique: na encruzilhada de tempos, tradições e práticas”, In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão nacional Portuguesa do ICOM, 2012, p. 44.

⁵² «[...] o museu “conservatório” ou “repositório” de objectos do século XIX fazia a sua entrada na então colónia de Moçambique.» (*Ibidem*, p. 44).

⁵³ Cf. *ibidem*, p. 44.

⁵⁴ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; ANTUNES, Luís Pequito, “Angola e Moçambique...”, *op. cit.*, p. 25, pp. 39-40.

⁵⁵ «Os objectivos visados pelo Museu conjugavam uma linha de actuação que pretendia divulgar as potencialidades dos produtos moçambicanos com uma outra que procurava através da inclusão do ensino profissional, dar a conhecer a utilização comercial e industrial.» (*Ibidem*, p. 43).

Industrial 5 de outubro, supervisionado pelos professores daquele estabelecimento de ensino, que a pouco a pouco conseguiu ocupar novos espaços e enriquecer as suas coleções⁵⁶. Nas décadas de 1940 e 1950, formaram-se três museus: em Maputo, o Museu Geológico Freire de Andrade⁵⁷ e o Museu Histórico-Militar e, em Nampula, o Museu Comandante Ferreira de Almeida para dar a conhecer o espaço físico e biológico da região norte desta Colónia⁵⁸. Posteriormente, entre o final da década de 1960 e início da seguinte, estabeleceram-se na Ilha de Moçambique, o Museu de Arte Sacra, o Museu de Artes Decorativas e o Museu da Marinha⁵⁹, o Museu Histórico da Cidade de Maputo e o Museu Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ambos na capital da Colónia; o Museu e Estação Biológica Marítima da Ilha de Inhaca⁶⁰; e o Museu da Municipal da Beira⁶¹.

No período pós-independência adotou-se uma nova política para este setor. À época, constatou-se a falta de museus que documentassem e estudassem a História de Moçambique, a História da Luta da Libertação que conduziu à independência, e o Património Nacional, objetivando-se ser possível atingir-se esse intento através da constituição e difusão de coleções representativas da cultura e das artes⁶². No entanto, e apesar de se enfatizar a função educativa destas instituições, estas continuaram a ser vistas como depósitos, e a sua finalidade parecia esvaziar-se com a organização de uma exposição, que passou a denominar-se museu, sem que tenham sido estabelecidas condições⁶³ para ocorrer essa efetiva mudança⁶⁴.

⁵⁶ Cf. COSTA, Alda. “Mozambique: los museos, fuentes permanentes de enseñanza y aprendizaje”. In. GILLETTE, Arthur (redator). *Museum – el mundo de habla portuguesa*, n. ° 161, vol. XLI, n. ° 1. Paris: UNESCO, 1989, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁷ Atual Museu Nacional de Geologia.

⁵⁸ Cf. COSTA, Alda, “Mozambique...”, *op. cit.*, p. 32.

⁵⁹ Cf. *ibidem*, pp. 32-33; NAUAI TO, Silvério João; JORGE, Mafalda da Nova; ANDRADE, José. “Imperativa necessidade de formação de profissionais para o Museu da Ilha de Moçambique”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, pp. 277-278.

⁶⁰ De realçar uma investigação que comparou as coleções naturais da Estação Biológica Marítima da Ilha de Inhaca e de zoologia do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Eduardo Mondlane (cf. MUATINTE, Bernardo. “Análise qualitativa das coleções naturais da Ilha de Inhaca e de zoologia do Departamento de Ciências Biológicas”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 175-178).

⁶¹ Cf. COSTA, Alda, “Mozambique...”, *op. cit.*, p. 33; COSTA, Alda, “Museus de Moçambique: na encruzilhada...”, *op. cit.*, p. 46.

⁶² Cf. COSTA, Alda, “Mozambique...”, *op. cit.*, p. 33.

⁶³ Recursos humanos qualificados e outros meios.

⁶⁴ Cf. COSTA, Alda, “Museus de Moçambique: na encruzilhada ...”, *op. cit.*, p. 46.

Nesse tempo, dentro da orgânica do Direção Nacional da Cultura⁶⁵, foi instituído o Serviço Nacional de Museus, cuja incumbência era organizar museus e exposições em todo o território nacional, incidentes, em particular, sobre a História das Sociedades e a História Natural⁶⁶.

Apesar dessas condicionantes, entre 1978 e 1982, a “Campanha de Preservação e Valorização Cultural”⁶⁷ facultou formação a investigadores e reuniu informações sobre vários tipos de manifestações materiais e imateriais, daí advindo a criação de pequenos arquivos e pequenas coleções históricas e etnográficas⁶⁸, contribuindo estas ações para a melhoria do setor cultural moçambicano⁶⁹.

Aproveitando este balanço, fundou-se o Museu da Revolução, o Museu Arqueológico de Manyikeni⁷⁰, o Museu Nacional da Moeda e o Museu de História Natural⁷¹, que beneficiou de obras de melhoramento⁷². Por essa altura, assistiu-se também a vários projetos de remodelação ou reorganização de museus já instalados, como foi o caso do Museu de Geologia e do Museu Militar⁷³.

⁶⁵ Integraram-se nesta estrutura os Museus da Ilha de Moçambique e de Nampula, que não dispunham de colaboradores profissionalmente capacitados, nem de instrumentos que permitissem o seu funcionamento de modo autónoma. A partir de então, dentro das possibilidades, estas estruturas, principalmente a última, começaram a desenvolver a sua atividade (Cf. COSTA, Alda. “Museus de Moçambique: situação e história da organização do setor”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, p. 77).

⁶⁶ Cf. Portaria n.º 39/76, publicada no Boletim da República (Publicação Oficial da República Popular de Moçambique), I Série, n.º 18, de 14 de fevereiro – cria no Ministério da Educação e Cultura várias Direções Nacionais e define atribuições.

⁶⁷ Supervisionada pelo Serviço Nacional de Museus.

⁶⁸ Anos mais tarde, esta mesma investigadora já não as considerou coleções, mas antes: «[...] depósitos museológicos onde aguardavam, num futuro que se imaginava próximo, tratamento e destino.» (COSTA, Alda, “Museus de Moçambique na encruzilhada...”, *op. cit.*, p. 47.)

⁶⁹ Cf. COSTA, Alda, “Mozambique...”, *op. cit.*, pp. 33-34;

⁷⁰ Que está a repensar a sua forma de gestão e a indagar formas de captar visitantes, em razão da fraca afluência destes ao local. A estratégia passará por resgatar parte do seu espólio enviado para Maputo durante a guerra civil, e cooperar com o Parque Nacional de Zinave, no distrito de Mabote, para impulsionar o turismo nessa região (cf. VICTORINO, Xavier. “Museu Arqueológico de Manyikeni: um polo turístico e cultural adormecido”. In. MANJATE, Júlio (dir.). *Notícias online*, 13 de novembro de 2018. Página consultada a 7 de junho de 2019. Disponível em:

<https://jornalnoticias.co.mz/index.php/1-plano/83665-museu-arqueologico-de-manyikeni-um-polo-turistico-e-cultural-adormecido>).

⁷¹ Anteriormente denominado Museu Provincial de Moçambique/Museu Dr. Álvaro de Castro.

⁷² De entre estes quatro museus, foi o único que manteve uma atividade institucional regular e contínua (cf. SOARES, Paulo. “A protecção do Património Cultural em Moçambique e o programa do Museu Nacional de Etnologia”. In. *III Encontro de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, p. 67).

⁷³ Cf. COSTA, Alda. “Museus e desenvolvimento: perspectivas para os anos 90 – a situação de Moçambique”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, p. 84.

Em dezembro de 1985, aquando da realização da 1.^a Reunião Geral da Secretaria de Estado da Cultura, ao ser feita uma análise dos museus sob a tutela daquele organismo constataram-se várias lacunas – a nível de recursos humanos, formativo⁷⁴, legislativo e de infraestruturas e equipamento –, decorrendo dessa avaliação a posterior formulação de recomendações e definições de base para esse setor⁷⁵.

Entre o final da década de 1980 e o início da sucedânea deu-se um novo incremento à política museológica daquele país⁷⁶ com o aparecimento do Museu Regional de Inhambane⁷⁷, do Museu Nacional de Arte⁷⁸ e do Museu Nacional de Etnologia⁷⁹. Através desta enumeração, conclui-se a importância dada à dispersão geográfica destas estruturas. A nível de apoios recebidos, destaque-se a consultadoria prestada, desde 1987 e durante algum tempo, pelo SAMP ao Departamento de Museus de Moçambique⁸⁰.

Ao longo do tempo têm surgido diversas iniciativas de carácter público, como o Museu dos Caminhos de Ferro de Moçambique⁸¹ e o Museu das Pescas, devendo igualmente

⁷⁴ Já se haviam efetuado, ou estavam ainda a decorrer, formações e estágios em Portugal e na Suécia (cf. COSTA, Alda, “Museus de Moçambique: situação...”, *op. cit.*, p. 80)

⁷⁵ Cf. *ibidem*, p. 79.

⁷⁶ Cf. COSTA, Alda, “Museus de Moçambique: na encruzilhada...”, *op. cit.*, p. 47.

⁷⁷ Sublinhe-se o papel que este espaço pode representar para o estudo da comunidade hindu desta região, situação já preceituada no início do século XX (cf. TEIXEIRA, Cândido. “Inhambane: O museu regional e a comunidade hindu”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 51-57).

⁷⁸ Refira-se um interessante texto publicado há vinte anos acerca da problemática, espoletada na década de 1980, da inclusão de obras portuguesas do período colonial neste museu, intento que não se concretizou em razão de uma deliberação governativa (cf. COSSA, Gilberto Paulino. “O desenvolvimento do Museu Nacional de Arte e a problemática da preservação do nosso legado cultural”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 59-65).

⁷⁹ Localizado em Nampula, constituiu-se a partir do museu já existente. Num estudo comparativo feito entre ele e outros museus da Dinamarca e da Zâmbia, foi considerado como um modelo a seguir pelos seus congéneres (cf. ROSENQUIST, Ulla. “Experiência comparativa sobre interpretação cultural”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 113-120). A preocupação em direcionar atividades para os públicos mais novos foi sempre uma prioridade (cf. PILALE, Rosa dos Anjos Lourenço. “O Museu e as Crianças: Experiência do Museu Nacional de Etnologia de Nampula”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 233-245).

⁸⁰ Cf. OLOFSSON, Elisabet. “Redes Profissionais – algumas considerações e reflexões”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 79-80.

⁸¹ Inaugurado em junho de 2015. Este propósito já havia sido considerado, sendo apresentadas algumas diretrizes para a sua conceção (cf. MASSIMBE, Julieta. “O Projecto do Museu do CFM: Para que a memória permaneça viva”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*.

mencionar-se propostas de cariz privado de artistas moçambicanos ou de seus familiares (Malangatana, Chissano⁸², Eugénio de Lemos ou José Craveirinha)⁸³.

A criação, em 2005, do Museu do Chai, na Província de Cabo Delgado, é um marco na história dos museus em Moçambique, na medida em que a partir de então a reconversão museológica e a criação de centros interpretativos em locais relacionados com a vida de homens ligados à libertação nacional passou a ser uma realidade⁸⁴.

Porém, outras categorias poderiam ser pensadas, o que certamente enriqueceria ainda mais o quadro em análise⁸⁵. Observando as características naturais do país, consideramos que o conceito de ecomuseu seria uma mais-valia⁸⁶, o mesmo acontecendo, atendendo ao papel desempenhado por esse fenómeno neste território durante muitos séculos, com um museu dedicado à escravatura⁸⁷. Há pouco anos essa ideia foi reiterada⁸⁸, mas até ao momento não se concretizou.

No contexto dos países africanos de língua portuguesa, a política museológica de Moçambique constitui um modelo a seguir. Para o comprovar, basta atender ao facto de a privatização tutelar ser uma realidade bem sedimentada, podendo neste caso falar-se na ação desenvolvida pela Universidade Eduardo Mondlane. Se após 1975 e durante

Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 213-215).

⁸² Foi pensado e idealizado por este escultor para ser um museu, uma fundação e um espaço educativo, propósito que não teve a repercussão pretendida (cf. NGWENYA, Malangatana. “Museu privado em Moçambique?”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 127-130).

⁸³ Cf. COSTA, Alda, “Museus de Moçambique: na encruzilhada...”, *op. cit.*, p. 49.

⁸⁴ Cf. *ibidem*, p. 49.

⁸⁵ Brevemente, o Museu das Comunicações de Moçambique poderá ser uma realidade. Para já, está acessível apenas virtualmente (cf. MUSEU DAS COMUNICAÇÕES DE MOÇAMBIQUE. Página consultada a 20 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.mcm.org.mz/index.php/pt/o-museu/sobre-o-museu>).

⁸⁶ Essa ideia foi alvitada no início do século XXI (cf. CHUQUELA, Lucília. “Ecomuseu para a Ilha de Inhaca”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 179-182).

⁸⁷ Considerando-se à época que a análise a fazer se deveria centrar essencialmente sobre o tipo de acervo a selecionar para essa futura coleção e não no edifício que o iria albergar, não obstante terem sido alvitadas três hipóteses – Inhambane, Ilha de Moçambique e Ibo – para acolher três extensões desse museu cf. MUTAQUILHA, Januário. “Criação de um Museu de Escravatura em Moçambique – Fundamentos e perspectivas de uma proposta”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 247-251).

⁸⁸ Cf. “NAMPULA TERÁ MUSEU DE ESCRAVATURA”. *Notícias online*, 24 de agosto de 2018. Página consultada a 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/recreio/81083-nampula-tera-museu-de-escravatura>

aproximadamente duas décadas, o panorama museológico moçambicano passou por dificuldades intrínsecas⁸⁹, às quais podemos juntar a destruição patrimonial causada pela guerra civil, a partir de meados da década de 1990⁹⁰, tudo se alterou. Para tal concorreu a elaboração, num primeiro momento, de legislação específica relativa à Política Cultural de Moçambique⁹¹ e, posteriormente, para o setor dos museus⁹². Salientar a ação efetuada pelo Museu da Ilha de Moçambique, que tem imprimido uma nova dinâmica ao seu funcionamento, especialmente, a nível do aperfeiçoamento das funções museológicas e da formação dos seus colaboradores⁹³.

6.1.3. Guiné Bissau

Em 1947, foi criado o Museu da Guiné⁹⁴, uma valência de cariz pluridisciplinar⁹⁵, com o objetivo de recolher acervo que pudesse reconhecer e dar a conhecer a evolução do Homem Africano Guineense⁹⁶.

⁸⁹ Apesar de se terem formulado interessantes propostas: promover uma maior participação dos historiadores no tratamento dos materiais dos museus de cariz histórico; criar um Museu da História de Moçambique, secundado por museus satélite direcionados para áreas específicas; potenciar um contributo ativo do Museu de História Natural na valorização do Património Natural; desenvolver uma rede de museus (cf. SOARES, Paulo, “A protecção...”, *op. cit.*, p.68).

⁹⁰ E também em resultado dos contributos externos. Pode dar-se como exemplo a intervenção de reabilitação efetuada na Ilha de Moçambique com o apoio da Embaixada do Reino da Noruega (cf. RILEY, James. “Museus da Ilha de Moçambique (The Museums of Mozambique Island)”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 136-137).

⁹¹ Cf. Resolução n.º 12/97, publicada no Boletim da República (Publicação Oficial da República Popular de Moçambique), I Série, n.º 23, 10 de junho – aprova a Política Cultural e a estratégia para a sua implementação.

⁹² Cf. Resolução n.º 11/2010, publicada no Boletim da República (Publicação Oficial da República Popular de Moçambique), I Série, n.º 22, 2 de junho – aprova a Política de Museus.

⁹³ Cf. SOFIO, Joana Roque; JORGE, Mafalda da Nova; NAUAITO, Silvério João. “Experiência nos museus da Ilha do Moçambique, algumas reflexões e considerações”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, pp. 151-157; NAUAITO, Silvério João; JORGE, Mafalda da Nova; ANDRADE, José, “Imperativa necessidade...”, *op. cit.*, pp. 278-280.

⁹⁴ Era à época um dos poucos museus ultramarinos portugueses (cf. TCHOBA, Armando. “Contribuição para o estudo da Museologia na Guiné-Bissau”. In. *III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 32-33).

⁹⁵ Composto pelas secções de História, Etnografia e Economia. Também dispunha de uma Biblioteca e de um Centro de Arquivo Histórico (cf. *ibidem*, p. 33; CARDOSO, Fernando. “Museus da G.B.”. In. CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.) [et. al.]. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005, p.745).

⁹⁶ Cf. DIALLO, Maria Eveline. “A realidade museológica na Guiné-Bissau”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, p. 41.

Obtida a emancipação política, apesar de se ter idealizado o projeto de um museu nacional, este propósito caiu no esquecimento, em virtude de o governo estar mais preocupado com a recuperação económica do país. Como consequência deste absentismo⁹⁷, assistiu-se à constante movimentação do seu acervo de um lado para o outro e consequente perda de grande parte dessa coleção⁹⁸, até ao início da década de 1980⁹⁹. Apenas em maio 1988¹⁰⁰, e depois de anos de intenso trabalho¹⁰¹, foi inaugurado em Bissau¹⁰² o Museu Etnográfico Nacional¹⁰³, que para além da sua coleção permanente promovia exposições temporárias e itinerantes¹⁰⁴.

Durante a guerra civil, entre 1998-1999, o Museu Etnográfico e o edifício vizinho onde estavam os arquivos nacionais perdeu objetos¹⁰⁵ e documentos, incluindo um importante tomo fotográfico, que desde o início tinha sido um alicerce para a formatação do seu discurso expositivo¹⁰⁶.

⁹⁷ Prova dessa inação foi a não promulgação, nas duas décadas subsequentes à independência, de legislação para salvaguarda dos bens patrimoniais (cf. CARDOSO, Leonardo. “As coleções do Museu Etnográfico da Guiné-Bissau. Política de aquisição e natureza”. In. *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM, 1994, p. 33).

⁹⁸ O edifício onde esteve anteriormente sediado o Museu foi ocupado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, originando a dispersão do espólio (cf. CARDOSO, Leonardo. “A Museologia na Guiné-Bissau”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, p. 72).

⁹⁹ Cf. TCHOBA, Armando, “Contribuição...”, *op. cit.*, p. 34.

¹⁰⁰ Desde esse ano e até 1991, Portugal desenvolveu com a Guiné-Bissau um conjunto de ações de cooperação incidentes sobre vários domínios do Património Cultural e da Museologia, com vista sobretudo a facultar aos técnicos guineenses uma maior capacitação de competências em áreas transversais a essas disciplinas (cf. MOUTINHO, Mário; NABAIS, António. “Missões de cooperação com a República da Guiné-Bissau nas áreas do património Cultural e da Museologia”. In. *III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 37-39).

¹⁰¹ A Comissão Instaladora do Museu Nacional, empenhada em demonstrar que este seria um espaço dinâmico, recolheu peças em várias localidades da Guiné-Bissau e no estrangeiro. Por outro lado, realizou exposições itinerantes nesse país e nos Estados vizinhos (cf. TCHOBA, Armando, “Contribuição...”, *op. cit.*, pp. 34-35. Salientar a promulgação de um Despacho Presidencial que instituiu uma Comissão para recuperar, nas casas dos membros do governo, tudo o que era passível de ter interesse museológico e que havia sido propriedade do Museu da Guiné Portuguesa (cf. DIALLO, Maria Eveline, “A realidade...”, *op. cit.*, p. 41).

¹⁰² Entre 1987 e 1995, teve diversos apoios internacionais da SIDA e do WAMP), tendo sido através desta que posteriormente se conseguiram subvenções da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller (cf. MENDES, Albano; SARRÓ, Ramon, TEMUDO, Ana. *Museu Etnográfico Nacional da Guiné-Bissau: imagens para uma história*. [S.l.], [s.n.], 2018, p. 22).

¹⁰³). No Guião publicado aquando da sua inauguração, explicitava-se os seus objetivos: Recolher, Estudar, Preservar e Divulgar (cf. MENDES, Albano; SARRÓ, Ramon, TEMUDO, Ana, *Museu Etnográfico...*, *op. cit.*, pp. 16-17).

¹⁰⁴ Cf. CARDOSO, Fernando, “Museus...”, *op. cit.*, p. 745.

¹⁰⁵ Muitos deles tinham feito parte da coleção do Museu Colonial (cf. MENDES, Albano; SARRÓ, Ramon, TEMUDO, Ana, *Museu Etnográfico...*, *op. cit.*, pp. 23-24).

¹⁰⁶ Cf. SOUMAH, Victorine Lopes. “Documentação dos objectos do Museu Etnográfico Nacional”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos

Foi reaberto em 2001, mas em 2009 foi transferido para imóvel que havia sido sede do Museu da Guiné Portuguesa¹⁰⁷. Após anos de espera¹⁰⁸, foi inaugurado em novembro de 2017 com a exposição “Museu Etnográfico Nacional – 30 anos de História”¹⁰⁹. As suas salas estão dispostas por temáticas relativas a vários parâmetros da vida quotidiana na Guiné-Bissau¹¹⁰.

Na primeira década do século XXI, deve ser realçado o papel desempenhado por Carlos Schwarz da Silva. A sua ação foi essencial para o incremento da realidade museológica da Guiné-Bissau, sobretudo no que respeita a novas soluções interpretativas, expositivas, tutelares, topológicas, gestão participativa e valorização do Património Ambiental e do Património Cultural¹¹¹.

No Parque Nacional de Cantanhez¹¹², sob as ruínas de vários quartelamentos portugueses em Guileje, foi formada uma estrutura bivalente: o “Memória de Guileje”, um museu de sítio histórico-militar, que suporta o seu discurso na recolha de depoimentos orais dos combatentes do movimento de libertação, na recuperação do material de guerra permanente no local e na doação por parte de militares portugueses de fotografias, aerogramas, símbolos militares e textos coevos¹¹³; e o “Centro de Referência sobre o Ambiente e Cultura”¹¹⁴, para divulgar a riqueza biológica e a diversidade étnica da Floresta de Cantanhez, tendo na sua conceção participado caçadores, escolas, escultores e homens grandes conhecedores dessa realidade¹¹⁵.

Museus, 2000, p. 131-132; MENDES, Albano; SARRÓ, Ramon, TEMUDO, Ana, *Museu Etnográfico...*, *op. cit.*, pp. 24-25.

¹⁰⁷ Cf. *ibidem*, p. 25.

¹⁰⁸ Durante esse tempo, esse espólio era mostrado uma vez por ano no Centro Cultural Franco-Guineense (cf. *ibidem*, p. 25).

¹⁰⁹ Cf. *ibidem*, pp. 28-32.

¹¹⁰ Organização social e territorial, atividades económicas, lugares com significação histórica, música, religião, arte e jogos tradicionais (cf. *ibidem*, pp. 100-249).

¹¹¹ Como complemento ao explanado seguidamente, salientar um texto que nos ajuda a entender o esse engenheiro agrónomo guineense queria implementar no seu país (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Os Museus de Carlos Schwarz”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 165-185.

¹¹² Dentro do espaço geográfico africano, os parques nacionais são realidade interessante de investigar. Em Angola e Moçambique são muitos os exemplos da tipologia apresentada, mas somente em Cantanhez é que se fez, recorrendo-se ao processamento de testemunhos, à simbiose interpretativa entre o Património Ambiental e o Património Cultural.

¹¹³ Cf. *ibidem*, p. 193.

¹¹⁴ Cf. SCHWARZ, Carlos. “Museus na Guiné-Bissau, uma componente do desenvolvimento”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, p. 192.

¹¹⁵ Cf. *ibidem*, pp. 193-196.

Em Cacheu foi edificado o Memorial da Escravatura e do Tráfico de Escravos, que se constitui como um centro difusor de conhecimento histórico-cultural, composto por uma unidade central¹¹⁶ e várias extensões museológicas, contando também com a participação ativa das comunidades para quem são direcionadas algumas das atividades desenvolvidas¹¹⁷.

Todo este projeto seria reforçado com as Escolas de Verificação Ambiental, tidas como um bom complemento para o processo ensino-aprendizagem nos primeiros anos de escolaridade, reforçando-se esta intenção com uma rede museológica suportada em museus comunitários: o Museu do Mar, o Museu da Fauna Selvagem e o Museu das Plantas Medicinais¹¹⁸

Em 2017, depois de muitos anos de espera¹¹⁹, foi inaugurado o Museu Militar de Luta de Libertação da República da Guiné Bissau¹²⁰, localizado numa das dependências da Fortaleza de São José d'Amura. O seu contexto expositivo direciona-se para a reconstituição histórica desse conflito armado, suportando-se essa interpretação em objetos de Amílcar Cabral¹²¹ e armamento utilizado durante a guerra¹²².

¹¹⁶ A reabilitação de um edifício histórico de Cacheu – a Casa Gouveia – destinou-se a esse fim, sendo-lhe dado reuso multifuncional: arquivo, conservação, restauro, produção multimédia, biblioteca e exposição (cf. BARRETO, Antónia; SANTOS, Filipe. “Memória culturais e históricos como promotores do desenvolvimento: os memoriais de Guiledje e Cacheu na Guiné-Bissau. In. *5th European Conference on African Studies*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2014, p. 412. Página consultada a 18 de maio de 2019. Disponível em: <https://cei.iscte-iul.pt/publicacao/african-dynamics-in-a-multipolar-world-5th-european-conference-on-african-studies-conference-proceedings/>

¹¹⁷ Cf. SCHWARZ, Carlos, “Museus...”, *op. cit.*, pp. 196-200.

¹¹⁸ Cf. *ibidem*, pp. 200-202.

¹¹⁹ Em 2005 e 2012, já se antevia como próximo esse propósito, considerando-se que a sua formação iria permitir a reconstituição histórica da luta armada neste território (cf. CARDOSO, Fernando, “Museus...”, *op. cit.*, p. 745; DIALLO, Maria Eveline, “A realidade...”, *op. cit.*, p. 41).

¹²⁰ Esse intento foi equacionado em 1975 (cf. CORREIA, Vicente. A política de implementação de um Museu de Luta de Libertação Nacional na Guiné-Bissau”. In. *III Encontro de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 41-42).

¹²¹ Vários pertences deste líder histórico foram entregues às Forças Armadas da Guiné-Bissau pelas autoridades da Guiné-Conacri (cf. “GUINÉ-CONACRI ENTREGA A MUSEU MILITAR GUINEENSE OBJETOS QUE PERTENCERAM A AMÍLCAR CABRAL”. *Observador*, 6 de maio de 2018. Página consultada a 11 de junho de 2019. Disponível em: <https://observador.pt/2018/05/06/guine-conacri-entrega-a-museu-militar-guineense-objetos-que-pertenceram-a-amilcar-cabral/>).

¹²² Cf. “INAUGURADO MUSEU MILITAR DE LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU”. *Intelectuais Balantas na Diáspora*, 12 de outubro de 2017. Página consultada a 11 de junho de 2019. Disponível em: <http://tchogue.blogspot.com/2017/10/inaugurado-museu-militar-de-luta-de.html>

6.1.4. São Tomé e Príncipe

Contrariamente ao que aconteceu em Angola, Moçambique e Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, tal como havia acontecido em Cabo Verde, não herdou qualquer estrutura museológica do período colonial.

Em 1976, a Fortaleza de São Sebastião foi transformada em Museu Nacional de São Tomé e Príncipe, compondo-se a sua área expositiva de várias temáticas¹²³. Para a sua concretização pode evocar-se a vontade de resgatar testemunhos reveladores da cultura e identidade deste Povo, dispersos por várias instituições públicas e propriedades agrícolas deste arquipélago¹²⁴.

A sua evolução tem sido bastante lenta, contribuindo para tal a falta de espaço, de colaboradores e de recursos financeiros, situação aferida no início da década de 1990¹²⁵. Atualmente, essas lacunas mantêm-se e subsidiam várias não conformidades detetadas e obstantes ao seu pleno funcionamento: o pouco desenvolvimento das áreas do estudo e investigação da coleção e do edifício, a inexistência de um programa museológico coerente e de uma política regular de incorporações, a falta de um inventário sistematizado e a exiguidade da área de reservas¹²⁶.

Durante aproximadamente vinte anos, esta foi a única infraestrutura desta natureza existente neste país, apesar de anteriormente se ter alvitado a criação do Museu de Histórias e Memórias das Roças de São Tomé, de Arte Sacra e História Natural¹²⁷.

¹²³ Cf. AGUIAR, Armindo. “A situação do Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe”. In. *III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 157-158; CASTAÑO, Inês Filipa Abreu de. *São Tomé e Príncipe: Cultura (s), Património (s), Museus (s)*, vol. I. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, pp. 79-83; *ibidem*, vol. II, pp. [A-22-A-35]).

¹²⁴ Cf. CASTAÑO, Inês Filipa Abreu de *São Tomé e Príncipe...*, vol. I, *op. cit.*, pp. 72-73.

¹²⁵ Cf. AGUIAR, Armindo, “A situação...”, *op. cit.*, p. 158.

¹²⁶ Cf. CASTAÑO, Inês Filipa Abreu de. *São Tomé e Príncipe...*, *op. cit.*, pp. 81-84; CASTAÑO, Inês Filipa Abreu de. *São Tomé e Príncipe: Cultura (s), Património (s), Museus (s)*, vol. II. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, pp. [A-22-A-35].

¹²⁷ Cf. AGUIAR, Armindo, “A situação...”, *op. cit.*, p. 158; ESPÍRITO SANTO, Marisa. “Museus de S.T.P.”. In. CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.) [et.al.]. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005, p. 750.

Em 1997, foi inaugurado no Bom Sucesso¹²⁸ o Jardim Botânico ECOFAC¹²⁹, que era parte integrante da Roça Monte Café. Hoje alberga centenas de plantas florestais, ornamentais e medicinais, maioritariamente endémicas, e outras para aí trazidas. Este espaço acolhe também o Herbário Nacional que serve de referência na atividade científica ligada à botânica¹³⁰.

Recentemente, surgiram outros espaços que conferem à realidade cultural e museológica são-tomense uma maior variedade tipológica e descentralização tutelar¹³¹. Em algumas destas iniciativas têm-se procurado obter outras fontes de subvenção, através dos produtos aí produzidos e de outros bens não preferenciais¹³².

A Casa-Museu Almada Negreiros¹³³, localizada na Roça Saudade¹³⁴, procura contextualizar *in situ* aquele local tal como foi outrora¹³⁵. Para além da sua coleção permanente relacionada com a vida daquele escritor, disponibiliza também uma galeria de arte e um restaurante¹³⁶.

O Museu do Café, que ocupa parte das antigas instalações da Roça Monte Café ainda em funcionamento, é um projeto social impulsionado por agricultores de uma cooperativa. O seu circuito expositivo, orientado por jovens voluntários, é composto por máquinas antigas, fotografias e outros utensílios ligados a esta atividade.¹³⁷

¹²⁸ Ocupa 1 ha. de área, está a 1200 metros de altitude e às portas do Parque Nacional de Obô (que se reparte pelas Ilhas de São Tomé e do Príncipe).

¹²⁹ Ecosystèmes Forestières d’Afrique Centrale.

¹³⁰ “SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DA FÁBRICA DE CHOCOLATE À CASA ONDE NESCEU ALMADA NEGREIROS”. *Sapo Viagens*, 5 de junho de 2018. Página consultada a 26 de junho de 2019. Disponível em: <https://viagens.sapo.pt/planejar/roteiros-planejar/artigos/sao-tome-e-principe-da-fabrica-de-chocolate-a-casa-onde-nasceu-almada-negreiros>

¹³¹ Embora na verdadeira aceção da palavra não possam ser considerados museus por não incorporarem nos seus projetos todas as funções a eles consignadas.

¹³² A Fábrica de Chocolate e a Fábrica de Cerveja Rosema, apesar de não terem aéreas expositivas, permitem visitas e contacto com a realidade produtiva (*cf. ibidem*).

¹³³ Inserida no Parque Nacional de Ôbo.

¹³⁴ Propriedade de seu pai e onde viveu aquele poeta os três primeiros anos da sua vida. Durante muito tempo o imóvel esteve devoluto.

¹³⁵ O acervo interior não é o original, mas aproximado do que existiu à época.

¹³⁶ *Cf.* LOPES, Mário. “São Tomé – A Casa Museu de Almada Negreiros”. *Conexão Lusófona*, [s.d.]. Página consultada a 26 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.conexaolusofona.org/sao-tome-a-casa-museu-de-almada-negreiros/>

¹³⁷ *Cf.* “SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DA FÁBRICA DE CHOCOLATE À CASA ONDE NASCEU ALMADA NEGREIROS”. *Sapo Viagens*, 5 de junho de 2018. Página consultada a 26 de junho de 2019. Disponível em: <https://viagens.sapo.pt/planejar/roteiros-planejar/artigos/sao-tome-e-principe-da-fabrica-de-chocolate-a-casa-onde-nasceu-almada-negreiros>

A Casa CACAU¹³⁸, situada numa antiga oficina de obras públicas, para além de outros produtos e serviços, disponibiliza aos seus visitantes uma exposição permanente¹³⁹ constituída por fotografias e um filme produzidos nas primeiras décadas do século XX, com destaque para a demonstração do funcionamento da vida nas roças, complementando-se esse acervo com obras de arte contemporânea de artistas são-tomenses. Um café, um restaurante e um espaço para música e dança ao vivo complementam a oferta ¹⁴⁰.

O Espaço Ciência Sundy¹⁴¹ possibilita várias experiências interativas que, em conexão com a Natureza, permite a quem aí se desloca familiarizar-se com a herança científica e percorrer os Trilhos da Ciência. É expectável que num futuro próximo sejam incluídas cenas de época, recorrendo-se a modelos que enquadrem historicamente o Património Industrial subsistente¹⁴².

Apesar de estarmos a falar de um arquipélago composto por duas pequenas ilhas, é de louvar o facto das iniciativas mencionadas terem tido a participação da sociedade civil. Atendendo às potencialidades patrimoniais de São Tomé e Príncipe, é possível dar continuidade ao propósito da sua salvaguarda e valorização. Nesse contexto, os centros de interpretação da paisagem e as unidades museológicas são as melhores estratégias comunicacionais para se atingir esse fim.

6.2. Situação atual e os desafios da museologia em Cabo Verde

O panorama museológico cabo-verdiano tem paulatinamente vindo a sofrer uma inflexão positiva, embora sem a cadência desejada. Essa evolução mais efetiva tem esbarrado num conjunto de condicionantes herdadas e obstantes ao desenvolvimento das infraestruturas existentes, e que urge saber extirpar para que o âmbito em estudo possa equiparar-se a outras realidades e adotar as boas práticas preceituadas para este setor.

¹³⁸ A Casa das Artes, Cultura, Criação, Ambiente, Utopias.

¹³⁹ “Um olhar sobre São Tomé no início do século XX”.

¹⁴⁰ Cf. “CACAU CASA DAS ARTE, CRIAÇÃO AMBIENTE UTOPIAS”. CACAU/BUALA, [s.d.]. Página consultada a 27 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/cacau-casa-das-artes-criacao-ambiente-utopias>

¹⁴¹ Localizado na Roça Sundy, era um importante centro de produção de café e cacau. Em 1919, foi aqui comprovada a Teoria da Relatividade de Einstein.

¹⁴² Cf. “ESPAÇO CIÊNCIA SUNDY”. *100 years@ Eddington*, [s.d.]. Página consultada a 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://esundy.org/index.php/no-principe/espaco-ciencia-e-historia-sundy/>

Numa primeira análise saliente-se a presença de museus com diferentes tutelas. De entre estas, a central é a mais representativa, sobretudo na Ilha de Santiago que alberga grande parte dessas estruturas, enquanto as restantes – municipal e privada – já têm alguma expressão¹⁴³, contrariamente ao que acontecia num passado não muito distante¹⁴⁴. Por essa razão, é de esperar que no futuro o seu papel possa ser fulcral para alavancar esse processo de diversificação tutelar e tipológica.

As categorias disciplinar e temática estão distribuídas quase equitativamente¹⁴⁵, sendo as tipologias dos acervos diversificadas, com destaque para a Etnográfica, bastante vincada nos museus de tutela central. Como salientou um investigador, denota-se um leque disciplinar curto, não existindo segmentos da História Natural e das Ciências Exatas¹⁴⁶, Museus de Sítio, Casas-Museu¹⁴⁷, Centros de Ciência e Museus de Cidade, revelando este comportamento pouca propensão para a inovação e diversificação, pensando-se apenas na salvaguarda dos testemunhos com relevante valor intrínseco¹⁴⁸.

Um número considerável desses museus estão em edifícios com significação histórica e quase metade deles localizam-se na Ilha de Santiago, repartindo-se os restantes pelas outras ilhas¹⁴⁹. Porém, em muitos casos estas estruturas não cumprem com todos os requisitos inerentes às instituições museológicas, sendo por isso mais correto denominá-las de coleções visitáveis.

Em 2018¹⁵⁰ e 2019¹⁵¹, os museus de Cabo Verde tutelados pelo IPC receberam, respetivamente, cerca de 22.000 e 32.000 visitantes, sendo esse incremento resultante das medidas implementadas pelo IPC no quadro do projecto Museus de Cabo Verde. Em

¹⁴³ Cf. Anexo 13.

¹⁴⁴ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 67.

¹⁴⁵ Cf. “Museus de Cabo Verde: caracterização”, Anexo 13

¹⁴⁶ «[...] *malgrado as potencialidades que essas áreas do conhecimento patenteiam no plano educativo.*» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 194).

¹⁴⁷ Apesar das hipóteses já aventadas e por nós referidas neste trabalho (cf. p. 167, nota de rodapé n.º 181).

¹⁴⁸ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, pp. 194-195.

¹⁴⁹ Cf. Anexo 13

¹⁵⁰ Cf. “MUSEUS EM CABO VERDE REGISTAM EM 2018 UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DE VISITANTES”. *Instituto do Património Cultural*, 28 de janeiro de 2019. Página consultada a 17 de março de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/550-22026-pessoas-visitaram-os-museus-em-2018>

¹⁵¹ ALMEIDA, Sara. “Museus de Cabo Verde com aumento de visitantes em 2019”. *Expresso das Ilhas*, 3 de fevereiro de 2010. Página consultada a 8 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2020/02/03/museus-de-cabo-verde-com-aumento-de-visitantes-em-2019/67809>

ambos os anos o Museu da Resistência foi, de longe, o mais visitado, seguido do Museu Etnográfico e do Museu do Mar.

De entre as várias interpretações que podem ser feitas dos dados disponibilizados, a disparidade entre o número de ingressos no Museu Etnográfico e no Museu de Arqueologia, ambos localizados na Praia, e relativamente próximos¹⁵², tem de ser salientada, tal como a diminuição do número de visitantes, de um ano para o outro, no Museu de Arqueologia. Tratando-se de categorias afins¹⁵³, esta diferença substancial merece ser devidamente examinada¹⁵⁴, o mesmo sucedendo na Ilha de São Vicente, entre o Museu do Mar e o Núcleo Museológico Cesária Évora¹⁵⁵. Por outro lado, em razão de esta ilha acolher muitos turistas estrangeiros e de estes serem os que mais frequentam os museus de Cabo Verde¹⁵⁶, deve questionar-se o porquê de poucas pessoas visitarem o Museu do Sal¹⁵⁷.

As visitas parecem ter um carácter essencialmente induzido, porque se inserem nos pacotes de turismo de cruzeiro ou nas atividades extracurriculares dos estabelecimentos de ensino. A este respeito considerámos que, apesar dos números, o impulso dado a este tipo de ações é pouco significativo, atendendo à grande franja de população escolar do arquipélago. Por outro lado, as potencialidades educativas e comunicacionais não são devidamente aproveitadas, como o comprova o facto de o Museu de Arqueologia, cujo discurso expositivo está muito relacionado com os conteúdos letivos, ser pouco procurado.

¹⁵² Distam sensivelmente dez minutos a pé um do outro.

¹⁵³ Não esquecer que no passado, aquando da ideia de Museu Nacional, estas duas disciplinas perfilavam-se como traves-mestras desse propósito.

¹⁵⁴ O facto de o Museu Etnográfico se localizar no Centro Histórico da Praia, de os excursionistas dos navios de cruzeiro serem para aí encaminhados e de o acervo exposto ser mais significativo para a cultura cabo-verdiana, são variáveis explicativas dessa evidência (cf. Anexo 9).

¹⁵⁵ De salientar que este espaço não está ainda dotado de todas as funções museológicas, nomeadamente as de retaguarda (cf. *ibidem*).

¹⁵⁶ Cf. “MUSEUS EM CABO VERDE REGISTAM EM 2018 UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DE VISITANTES”. *Instituto do Património Cultural*, 28 de janeiro de 2019. Página consultada a 17 de março de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/550-22026-pessoas-visitaram-os-museus-em-2018>

¹⁵⁷ Em 2018, o número de visitantes do Museu do Sal diminuiu por causa das obras de beneficiação efetuadas nesse edifício. Mediante este condicionalismo procurou-se dar continuidade à sua atividade, através da realização de exposições itinerantes e conferências noutros locais desta Ilha (cf. *ibidem*).

Esta é também uma leitura parcelar da realidade museológica cabo-verdiana, visto não facultar dados sobre as instituições de tutela municipal e privada¹⁵⁸. Mas mesmo sem números, não é difícil deduzir que nesses casos o panorama deve ser muito idêntico ao anteriormente apresentado, ainda para mais localizando-se parte deles em ilhas periféricas. Do exposto é evidente a necessidade de se delinearem estratégias conjuntas para debelar, ou pelo menos, esbater essa tendência.

Para a situação descrita em muito contribui a falta de diálogo entre os setores cultural e turístico. As iniciativas isoladas promovidas por algumas agências de viagens são a evidência dessa falta de coordenação, obstante à valorização deste segmento patrimonial¹⁵⁹ e à formulação de uma estratégia de marketing cultural¹⁶⁰ devidamente sustentada¹⁶¹. Se esta coordenação funcionasse, seria possível antever situações, auscultando as necessidades dos turistas e gizar um plano de ação complementar à oferta existente, ainda muito sustentada nos produtos sol e mar¹⁶².

Um sistema informatizado do número de entradas, segmentado em distintos indicadores de aferição – proveniência, idade, habilitações escolares ou as expectativas culturais a fruir nesse destino, entre outros –, ajudaria a fazer um diagnóstico mais rigoroso e a colmatar determinadas lacunas, como a ausência de um estudo de públicos¹⁶³. Porém, esta ação concertada e contínua não pode ser feita com base na ditadura estatística, sendo

¹⁵⁸ « *Sempre que somos solicitados vamos ao encontro dessas instituições e partilhamos com elas os nossos conhecimentos técnicos e científicos neste domínio, orientando e acompanhando esses projetos, nomeadamente a conceção expositiva.* » (Anexo 9).

¹⁵⁹ Deve salientar-se o papel desempenhado pelos parques naturais cabo-verdianos no relacionamento com os visitantes. O seu plano interpretativo, consubstanciado na elaboração de módulos introdutórios, centros de interpretação e de itinerários de visita, articula-se com estratégias comerciais. A vertente educativa é outra faceta visível nos parques naturais de Cabo Verde, manifestando-se sobretudo através da atividade editorial (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 70).

¹⁶⁰ « *Por essa razão estamos em contacto com uma pessoa que fez um mestrado na área do Marketing Cultural para nos ajudar a desenvolver esse conceito. Temos a perceção de que já fizemos muita coisa, não sabemos é como comunicar. Para suprir essa lacuna, o IPC possui um Gabinete de Comunicação e Marketing. A nível expositivo, a temática “A peça do mês”, a realizar em cada museu, vai ao encontro dessa intenção. Outro aspeto importante a desenvolver e a melhorar relaciona-se com as parcerias. Neste contexto, o diálogo com as agências de viagens será muito importante.* » (Anexo 9).

¹⁶¹ Que não pode ser igual para todas as ilhas, em virtude de as necessidades dos seus residentes temporários – emigrantes e turistas – são diferentes. .

¹⁶² O turismo em Cabo Verde vive ainda muito deste binómio e os investimentos efetuados pouco têm contribuído para o incremento da oferta dos seus patrimónios natural e cultural (cf. GUERREIRO, Alberto. “A etnopaísagem do museus cabo-verdianos: economia, globalização e desenvolvimento integrado”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 233-234).

¹⁶³ Esta prática era até há pouco tempo inusual em Cabo Verde, pois somente alguns museus (Arqueologia, Etnográfico, Documentos Especiais e o Municipal de São Filipe), embora este último somente contabilizasse o número de entradas, é que tinham esses dados.

possível obterem-se os dados desejados mediante o cruzamento de informação com as agências de viagem ou hotéis, mas nunca de uma forma quase impositiva, aquando da visita ao museu.

Sabendo-se que entre os públicos nacionais, o escolar¹⁶⁴, desde o ensino primário ao universitário, pode contribuir para reverter essa situação de inflexão, há que delinear estratégias para se alcançar esse objetivo¹⁶⁵. Nos últimos anos realizaram-se algumas iniciativas para se esbaterem essas distâncias, sendo de destacar as ocorridas no dia 18 de maio – Dia Internacional dos Museus¹⁶⁶ – e os programas de férias de verão destinados aos mais jovens, que conjuga a vertente lúdica com a educacional.

A abertura dos museus de tutela central aos sábados está em sintonia com o propósito de contribuir para aumentar a frequência do número de visitantes, na medida em que estas instituições têm de direcionar o seu enfoque para a comunidade envolvente. Sabendo-se que nem sempre é possível essa afluência em dias de semana, em razão dos afazeres profissionais, esta decisão é acertada. Todavia, é necessário estabelecerem-se conexões comunicacionais com esses públicos para que ao visitarem esses espaços encontrem sempre novidades na sua programação. A opção passará por investir nas exposições temporárias e itinerantes, que não são prática corrente, apesar de já implementadas no Museu de Etnografia e no Museu de Documentos Especiais¹⁶⁷. Por outro lado, a elaboração de melhores conteúdos expositivos, em particular no que respeita à aplicação de uma linguagem mais apelativa, tanto a nível de textos como de suportes, deve ser melhor apurada.

¹⁶⁴ «A criação do serviço educativo surge no âmbito da reestruturação do Instituto de Investigação e do Património Culturais que, doravante, propõe uma melhor gestão, acção pedagógica dos “equipamentos” culturais sob sua tutela (Museus, Centros Culturais, monumentos e sítios etc.).» (INSTITUTO DA INVESTIGAÇÃO E DO PATRIMÓNIO CULTURALS. *Serviços Educativos*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2011 [documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia]).

¹⁶⁵ No futuro, o Plano Estratégico de Educação Patrimonial contribuirá para os museus comunicarem melhor com os públicos (cf. Anexo 9).

¹⁶⁶ Tome-se como exemplo a ação realizada em 2019 (cf. “SEMANA NACIONAL DOS MUSEUS – MUSEUS COMO CENTROS CULTURALS: FUTURO E TRADIÇÃO”. Instituto do Património Cultural, 29 de maio de 2019. Página consultada a 20 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/662-semana-nacional-dos-museus-museus-como-centros-culturais-o-futuro-da-tradicao>).

¹⁶⁷ «A estratégia tem sido trabalhar as exposições temporárias, mas também já fizemos exposições itinerantes. Até ao momento, estas iniciativas não têm tido um sentido programado, são ações mais reativas e avulso, mas queremos mudar esta linha de atuação e planificar estas atividades para o próximo ano. Neste sentido, nomeamos um coordenador técnico para cada um dos museus, coadjuvados por um técnico da Direção de Museologia e Museus, com quem estão em permanente contacto.» (Anexo 9).

A exiguidade de recursos financeiros¹⁶⁸ é outro dos pontos focais da gestão quotidiana dos museus cabo-verdianos¹⁶⁹, pois a sua dotação anual é manifestamente insuficiente para tantas necessidades, e os proveitos provenientes da bilhética e da venda de outros bens¹⁷⁰ não cobrem as despesas¹⁷¹, esperando-se que a situação reverta nos próximos anos.

A sinalização e a propaganda são igualmente lacunas evidentes. No caso concreto da Praia, não se descortina qualquer indicação sobre a localização do Museu Etnográfico. Por seu lado, a que existe para o Museu de Arqueologia está num acesso secundário e já muito próximo daquele edifício, e não onde deveria estar, na via estruturante que liga o Plateau à Achada de Santo António. De igual modo, em ambos os casos tão pouco é veiculada pela cidade qualquer informação sobre as exposições e coleções em exibição.

A falta de colaboradores apetrechados com as competências para as suas funções é outro dos problemas a solucionar¹⁷². De entre os que estão adstritos ao IPC, somente um pequeno número deles possui habilitação na área da Museologia e Património, e os restantes têm formação em domínios científicos complementares, como a Antropologia, a Arqueologia ou a História¹⁷³.

A realização de jornadas técnicas ou ações de formação para transmitir cada vez mais conhecimentos e o contacto com outras realidades, nomeadamente a portuguesa e a espanhola, dirigida a técnicos das várias instituições museológicas cabo-verdianas, têm

¹⁶⁸ «Ao institucionalizarmos legalmente os museus, estes podem concorrer a editais para obter fundos, o que não acontece atualmente.» (Ibidem).

¹⁶⁹ Há algum tempo, a então diretora da Direção de Museologia e Museus do IPC considerou ser necessário dar maior autonomia e orçamento próprios aos museus cabo-verdianos para que possam funcionar corretamente e deixem de ser um serviço anexo ao IPC (cf. “MUSEUS NACIONAIS PRECISAM DE AUTONOMIA E ORÇAMENTO PRÓPRIOS”. Expresso das Ilhas, 7 de janeiro de 2017. Página consultada a 2 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2017/01/07/museus-nacionais-precisam-de-autonomia-e-orcamento-proprios-directora/51588>).

¹⁷⁰ Nomeadamente, os que estão na loja do museu.

¹⁷¹ «Atualmente pautamos a nossa atuação neste domínio por um modelo de gestão integrada, isto é, se o Museu do Sal consegue obter mais lucros do que o de Arqueologia, se este necessitar de verba para qualquer atividade, aquele suporta-o.» (Anexo 9).

¹⁷² Situação já percebida anteriormente e que potencia uma excessiva dependência de apoios externos (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, op. cit., p. 113).

¹⁷³ «Muitos de nós temos a prática, mas é urgente fazermos uma reciclagem para nos prepararmos melhor, com o intuito de estarmos aptos para concebermos as melhores práticas museológicas e museográficas. Só assim será possível pensarmos em museus que possam ir para além da exposição. A Conservação e Restauro é talvez a lacuna mais premente a suprir, podendo ser atenuada por via de ações formativas em Cabo Verde ou no estrangeiro.» (Anexo 9).

ajudado a alavancar uma cada vez melhor otimização de competências, sobretudo a nível da gestão, planificação, conservação, restauro, marketing e comunicação.

Na década de 1990, para ajudar a esbater esta debilidade, a nível do ensino superior, foi criado um curso na vertente patrimonial e museológica como complemento à licenciatura em História¹⁷⁴. Em 2006, o polo da Praia da Universidade de Cabo Verde instituiu o curso de mestrado em Património e Desenvolvimento, mais tarde denominado Património, Turismo e Desenvolvimento¹⁷⁵. À época considerava-se que estas duas inovações curriculares contribuiriam para dar resposta aos desafios da museologia neste arquipélago, capacitando-se um corpo docente qualificado, passível de ministrar conteúdos aos futuros gestores patrimoniais, com conseqüente incremento da sua capacitação profissional. Denote-se o interesse demonstrado por muitos decisores políticos¹⁷⁶, quer enquanto participantes nessa formação, quer incentivando os seus quadros municipais a especializarem-se nestas áreas. Porém, após apenas um par de edições, este plano de estudos foi desativado por falta de verbas, tolhendo-se deste modo qualquer possibilidade de valorização dos recursos humanos adstritos a estas áreas.

Nas várias instituições de ensino superior existentes somente na Universidade de Cabo Verde, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, são ministrados cursos de licenciatura em História (Praia e Mindelo) e Gestão do Património Cultural (Praia). O Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, na Praia e no Mindelo, disponibiliza cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento em domínios umbilicalmente relacionados com o turismo, como a Gestão e o Planeamento e o Marketing. Na Universidade de Santiago, na Assomada e na Praia, e a Universidade

¹⁷⁴ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 73). Alguns anos antes, dois docentes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que aí lecionavam no curso de mestrado em Museologia e Património, propuseram a dinamização deste setor em Cabo Verde, com a extensão dos currículos da Museologia e Património ao ensino secundário, mas também a alguns cursos universitários com conexão a essas duas disciplinas (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; LOPES FILHO, João. “Que ensino para Cabo Verde na área da Museologia e do Património?” *In*. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 387-390).

¹⁷⁵ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 74.

¹⁷⁶ Através do Seminário “Património, Museologia e Autarquias” pretendeu-se alargar o domínio patrimonial e museológico aos municípios, facultando-se aos responsáveis autárquicos uma perspetiva abrangente do tema, quer do ponto de vista político, quer técnico (cf. UNIVERSIDADE DE CABO VERDE; ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. *Património, Museologia e Autarquias. Panorâmica patrimonial e museológica dos Municípios de Cabo Verde: diagnóstico da situação actual e perspetivas de desenvolvimento*). Praia: Universidade de Cabo Verde/Associação para o Estudo do Desenvolvimento Económico e Social, 2010 [documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia]).

Lusófona, no Mindelo, há cursos relacionados com a Gestão Hoteleira e o Turismo e a Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras.

Em 2010, a ANMCV procurou obter a descentralização museológica ao elaborar um documento sustentador dessa pretensão, validado num conhecimento cientificamente comprovado das realidades desses municípios, mas que não teve prossecução, apesar do empenho inicial manifestado¹⁷⁷. Atualmente, existe uma tentativa de aproximação entre o IPC e a ANMCV, tendo sido efetuadas algumas reuniões para esclarecer as autarquias do que se pretende, conferindo-lhes responsabilidades e competências neste domínio¹⁷⁸.

Momento importante foi a realização, em outubro de 2011, na Ilha de Santiago, no concelho de Santa Catarina, da XIV Conferência Internacional do MINOM-ICOM. Até então, a ligação do MINOM-ICOM com os países de língua portuguesa cingia-se essencialmente a Portugal e ao Brasil, sendo bastante residual em relação aos países africanos, daí a relevância desta iniciativa, que permitiu a reaproximação de Cabo Verde às organizações internacionais da especialidade¹⁷⁹. Este evento permitiu também a divulgação do MINOM no arquipélago e a criação do MINOM Cabo Verde, não existindo a jusante desta iniciativa qualquer intenção de dar prosseguimento a este processo de creditação¹⁸⁰. Desta conferência resultou a redação da “Declaração da Assomada” um texto que explicita alguns elementos de diagnóstico, considerações e recomendações direcionadas para o panorama museológico cabo-verdiano.¹⁸¹

Conectada a esta dinâmica esteve a proposta de implementação da Rede Museológica de Santa Catarina, perspetivando-se esta iniciativa como um impulso à iniciativa municipal¹⁸². Neste contexto, propunha-se disseminar estruturas museológicas

¹⁷⁷ Cf. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS CABOVERDIANOS. *Programa patrimonial e museológico de Cabo Verde: diagnóstico da situação actual e perspectivas de desenvolvimento*. Praia: Associação Nacional de Municípios Cabo-Verdianos, 2010 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

¹⁷⁸ «Daqui a alguns anos, não queremos ter uma realidade museológica centrada somente no IPC, queremos ter também um cunho de iniciativa municipal bem vincado e com um forte traço identitário. Não se podem cometer erros como aconteceu no passado, veja-se o caso do Museu do Sal, onde o discurso expositivo não retrata a vivência dessa comunidade. O mesmo aconteceu no espaço expositivo dedicado a Cesária Évora.» (Anexo 9).

¹⁷⁹ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Conferência Internacional do MINOM em Cabo Verde”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 404-405).

¹⁸⁰ Cf. *ibidem*, p. 408.

¹⁸¹ Cf. *ibidem*, p. 412.

¹⁸² Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Rede Museológica Municipal de Santa Catarina”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, p. 413.

tipologicamente diversificadas pelo concelho, considerando-se este projeto um instrumento de inovação patrimonial no contexto nacional, capaz de desempenhar um papel social inequívoco, em razão do envolvimento e participação das populações urbanas e rurais¹⁸³.

Os vários Encontros de Museus dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, realizados desde o final da década de 1980 até 2012, foram bastante importantes para se obter um maior conhecimento da temática em análise. Todavia, e contrariamente ao que fizeram os restantes países africanos, que procuraram sempre diversificar as suas intervenções, o discurso de Cabo Verde assentou sempre na ideia do Museu Nacional e do aproveitamento museológico da Cidade Velha, decorrendo esta situação do facto de à época existirem em Cabo Verde pouquíssimos museus instalados¹⁸⁴.

Em 2013, foi criada a plataforma digital da Rede Nacional de Museus. O Museu Municipal Etnográfico de São Lourenço dos Órgãos foi o pioneiro deste propósito, que teve uma existência efémera, porque algumas das instituições museológicas aderentes não dispunham de condições humanas e materiais para o fazer¹⁸⁵. Por outro lado, em virtude de o Ministério da Cultura querer ficar com a gestão científica e técnica da Rede Nacional de Museus, e querer delegar nos municípios a quase totalidade da gestão financeira, que consideraram injusta essa distribuição de competências, foi outra condicionante para a sua concretização.

Todavia, denominar esta iniciativa de Rede Nacional de Museus desvirtuou o conceito subjacente a esta intenção, não se explicitando devidamente os seus propósitos, em virtude de os mesmos serem iguais aos enunciados na Lei n.º 47/2004¹⁸⁶, que tem um alcance e objetivos diametralmente opostos da que foi empregue na legislação em Cabo Verde¹⁸⁷.

¹⁸³ Cf. *ibidem*, pp. 415- 429.

¹⁸⁴ Importa salientar que desde o final da década de 1980, o Museu de Documentos Especiais, no âmbito em análise, foi um paradigma a seguir. Estanhámos que em nenhum desses momentos se tenha feito qualquer referência a ele referênciando-o ou lhe ter sido dedicado um texto.

¹⁸⁵ Cf. Anexo 9

¹⁸⁶ Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo VIII, Secção I, Art.º 103.º.

¹⁸⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo IV, Art.º 35.º a 38.º.

Atendendo a esses condicionalismos, repensou-se o que se deveria fazer. Neste momento, o projeto Museus de Cabo Verde¹⁸⁸, o Programa Museológico e o Plano Nacional Estratégico dos Museus de Cabo Verde, desde que operando em sintonia, serão os suportes do incremento deste setor no arquipélago¹⁸⁹. Não obstante, e apesar da importância do seu cumprimento, continuamos a considerar redutor para a sequência desse objetivo, pois carece de outros suportes legais subjacentes a estruturas deste tipo. Por isso, é premente levar por diante um profundo trabalho de desenvolvimento concetual relativamente a algumas terminologias ainda não muito bem definidas e assimiladas¹⁹⁰.

Como já referimos, após se ter conseguido obter a emancipação política, a ideia de se constituir um Museu Nacional foi reiteradamente alimentada. Mas hoje, e contrariamente ao que durante muito tempo foi defendido, esse anseio tem perdido consistência¹⁹¹, devendo antes pensar-se na consolidação dos estabelecimentos existentes e na criação de outros de caráter iminente regional¹⁹². Dentro deste critério de análise vinque-se a importância de se evitar querelas desnecessárias, podendo tomar-se como exemplo a indignação dos são-vicentinos relativamente a uma notícia veiculada de que o Museu do Mar seria transferido para São Nicolau¹⁹³.

¹⁸⁸ Assente em três pilares: «[...]desenvolver um trabalho de identificação e diagnóstico dessas estruturas museológicas; fomentar e desenvolver as competências dos seus recursos humanos; fazer com que essas estruturas cumpram o seu papel junto da sociedade.» (Anexo 9). Este projeto é considerado como uma continuidade da Rede Nacional de Museus (cf. *ibidem*).

¹⁸⁹ Relativamente a este tópico, Adilson Dias coloca uma questão pertinente: «[...] como aplicar o financiamento no projeto Museus de Cabo Verde se não existem estratégias bem delineadas?» (*Ibidem*).

¹⁹⁰ «O IPC tem a consciência da necessidade de clarificar, principalmente, os conceitos de Museu Nacional e Museu Regional, não só a nível de abrangência territorial da exposição, mas igualmente em relação à tutela.» (*Ibidem*).

¹⁹¹ «Não faz sentido criar um Museu Nacional de Arqueologia ou um Museu Nacional Etnográfico, mas ainda não aventamos essas possibilidades, em virtude de as querermos desenvolver depois de termos produzido legislação adequada para o setor museológico.» (*Ibidem*).

¹⁹² A ideia do então diretor da Direção de Museologia e Museus, no que respeita ao Museu Nacional das Romarias, conflui com o por nós ponderado. A sua construção numa das ilhas fazia com que as restantes se sentissem discriminadas, julgando-se mais lógico criarem-se pequenos museus ou centros interpretativos consentâneos com as realidades locais (cf. *ibidem*).

¹⁹³ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS. *Comunicado de Imprensa*. Praia: Governo de Cabo Verde, 20 de julho de 2017. Página consultada a 12 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php/destaques/8096-comunicado-transferencia-da-parte-do-espolio-do-museu-do-mar-para-museu-de-pesca>

O não cumprimento de todas as funções museológicas¹⁹⁴, sobretudo as relacionadas com as estruturas de retaguarda¹⁹⁵, mas também as de contacto direto com os públicos¹⁹⁶, é outra insuficiência detetada em quase os museus de Cabo Verde¹⁹⁷, que na maior parte dos casos não são mais do que salas de exposição¹⁹⁸. Mesmo os museus tidos como protótipos para os restantes – o de Arqueologia e o Etnográfico – apresentam manifestas insuficiências estruturais e funcionais, que poderiam ser esbatidas caso se concretizasse a mudança do primeiro, como está pensado, para um edifício no Plateau, ficando as instalações onde está sediado para albergar as valências de retaguarda de ambos¹⁹⁹. Por vezes, aparecem ideias avulsas e sem sustentação científica, que em nada contribuem para a memoração pretendida, como foi o caso do Museu da Água do Torno, em São Nicolau²⁰⁰, instalado num espaço exíguo entretanto encerrado.



Figura 30 Edifício escolhido para albergar o Museu de Arqueologia
© José Filipe Silva (abril 2019)

¹⁹⁴ Estudo e Investigação; Incorporação; Inventário e Documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e Exposição; Educação, às quais se acrescentam outros parâmetros relacionados com esta atividade (recursos humanos, recursos financeiros e instalações).

¹⁹⁵ Realçar o interesse da Direção de Museus e Museologia em suprir essas lacunas (cf. Anexo 9).

¹⁹⁶ Muito ainda está por fazer, em especial, no que se refere a situações relacionadas com acessibilidade/mobilidade para pessoas com necessidades especiais e à forma como a informação é veiculada no decurso do circuito de visita.

¹⁹⁷ Em contraciclo com essa realidade, temos o Museu de Documentos Especiais, a Casa da Memória e o Museu da Pesca.

¹⁹⁸ «Nós, técnicos do IPC, temos a plena consciência dessa diferença. Porém também sabemos que em Cabo Verde, muitas vezes, utiliza-se a palavra museu inadequadamente, quando na realidade não passam de coleções visitáveis, em razão de não possuírem estruturas de retaguarda e de se cingirem somente ao contexto expositivo. Temos museus onde as funções a eles inerentes são em número apreciável e desenvolvidas satisfatoriamente, como são os casos dos museus de Arqueologia e Etnográfico da Praia, o Museu do Mar e o Museu do Sal, mas onde a vertente Investigação ainda é bastante incipiente e a Educação pode e deve ser aperfeiçoada.» (ibidem).

¹⁹⁹ Caso essa intenção vá por diante, será necessário tomarem-se algumas providências, principalmente no que se refere ao sistema de vigilância. Lembrar que 2017 este local foi assaltado, resultando desse ato a subtração de várias peças de inestimável valor.

²⁰⁰ COELHO, Gisela; MOREIRA, Karina. “Ribeira Brava tem o primeiro Museu da Água em Cabo Verde”. In. COELHO, Gisela (edit.). *Revista da Câmara Municipal da Ribeira Brava – São Nicolau*, n.º 3. São Nicolau: Câmara Municipal da Ribeira Brava de São Nicolau, abril 2010, p. 19.

Deteta-se igualmente a falta de muitos documentos orientadores da atividade, programação e gestão – o Programa Museológico, as Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva, o Plano de Segurança, o Regulamento Interno, o Plano e Relatório de Atividades, assim como as Normas de Incorporação – que já deveriam estar produzidos e adaptados para todos os museus de tutela central, local e privada.

Parece-nos relevante sobressair as constantes trocas de diretor na direção de Museologia e Museus ocorridas nos últimos anos, evidência da indefinição no rumo que se pretender dar a este setor. Esta situação é propícia a provocar nas pessoas escolhidas para o cargo alguma ansiedade, porque sentem que poderão ser substituídas a qualquer momento, sem sequer terem tempo para se inteirarem dos projetos em curso ou para proporem outros que considerem pertinentes.

Durante muito tempo, a inexistência, de um diploma-legal direcionado única e exclusivamente para este domínio patrimonial²⁰¹ condicionou em muito o propósito de o dinamizar. Em 2012, considerou-se imperativa a conceção de uma lei que validasse a sua institucionalização, para que estes estabelecimentos pudessem ter autonomia financeira e estivessem dotados de colaboradores qualificados²⁰².

Anos depois, por via do Decreto-Lei n.º 30/2016, o Ministério da Cultura tentou prover a regulamentação desta atividade. Ao analisá-lo, considerámo-lo insuficiente, em virtude de enfermar de vincadas carências que o tornam praticamente inoperacional para a correta gestão e evolução da política museológica cabo-verdiana²⁰³. Para a sua elaboração, o legislador suportou-se essencialmente nas homólogas portuguesa – Lei 47/2004 – e brasileira – Lei n.º 11/904²⁰⁴. Destas duas realidades, e sem que fossem salvaguardadas as especificidades do espectro em análise, foi plasmado um documento sem o devido

²⁰¹ «A existência de legislação de enquadramento do processo a impulsionar era tida como uma questão prioritária, pelo que seria objecto de desenvolvimentos determinantes nos começos da década de noventa. Preenchia-se desse modo um quesito de base, passando a dispor-se de condições mais apropriadas para que se pudessem operar avanços mais concretos na construção da política museológica a implementar no país.» (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 100).

²⁰² Cf. LIMA, Humberto Elísio da Cruz; SILVA, Ana Samira Semedo. “Museus em Cabo Verde: perspectivas e desafios”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro. de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, p. 39.

²⁰³ Podemos, partindo da constatação dessas insuficiências, questionar porquê das mesmas: falta de tempo para a sua execução, querendo o ministro da cultura – Mário Lúcio –, antes do termo da legislatura, promulgar um documento com este teor? a sua elaboração não foi acompanhada e orientada cientificamente?

²⁰⁴ Cf. Lei n.º 11/904, publicada no Diário Oficial da União, Secção 1, de 15 de janeiro 2009.

aprofundamento científico, metodológico e concetual, mal estruturado²⁰⁵, com bastantes lacunas²⁰⁶, sem sequência lógica²⁰⁷, com conceitos imprecisos²⁰⁸, apresentando igualmente contributos acessórios²⁰⁹. O IPC já pensa na sua reformulação, devendo o grupo de trabalho incumbido dessa tarefa estar consciente de que, se é possível inspirar-se noutros diplomas legais com o mesmo conteúdo, terá de atender aos particularismos deste país, como por exemplo, a sua descontinuidade territorial.

Apesar de todas as entropias detetadas, verificaram-se alguns avanços que determinam suscitar duas questões: serão suficientes para a prossecução de uma política museológica coerente em Cabo Verde? ou será mais um paliativo tendente a atrasar o aparecimento de uma patologia? Independentemente das dúvidas suscitadas, é necessário a formulação de estratégias bem delineadas, assentes em pressupostos universalmente válidos, para uma cada vez maior e melhor afirmação deste vetor cultural no arquipélago.

Aqui incide o nó górdio do panorama museológico cabo-verdiano resultante, por um lado, da prevalência de museus de génese disciplinar/pluridisciplinar nas instituições de tutela central e temáticos nas iniciativas de carácter local e, por outro, da necessidade de se adaptarem à hodiernidade, através de novos modelos organizativos, expositivos, diversificação tipológica, planeamento e gestão de espaços; capacitação dos seus recursos humanos e formas de comunicação com os seus públicos²¹⁰; e estratégias de envolvimento das comunidades nesses projetos²¹¹.

Se nos parece que esse é efetivamente o princípio do caminho a percorrer, centrando-se o enfoque em problemáticas concretas e nucleares para seu o desenvolvimento²¹², também consideramos que se não se romper com algumas não conformidades assinaladas

²⁰⁵ Atente-se à disposição dos capítulos e dos seus conteúdos.

²⁰⁶ Não menciona o conceito de “Coleção Visitável” e é omissa quanto à Interpretação/Exposição e Educação e nada refere relativamente a Recursos Humanos, Financeiros, Instalações e Acesso Público.

²⁰⁷ Retalha a definição de Inventário e Documentação retirando-lhe inteligibilidade, abrevia e aglutina na mesma disposição a Conservação e a Segurança.

²⁰⁸ Suprime partes do “Conceito de Museu”, não englobando nele as espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, que são indissociáveis dos Sítios Patrimoniais e dos Parques Naturais.

²⁰⁹ Como as propostas da Rede Nacional de Museus e da Credenciação dos Museus, que neste momento são inexecutáveis em Cabo Verde.

²¹⁰ Quer a nível de Marketing Cultural, quer de conceção expositiva.

²¹¹ «Residirá aqui por certo um dos aspectos da contraposição entre inovação e continuidade, apontada como factor de caracterização do panorama museológico cabo-verdiano.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museus de Cabo Verde...”, *op. cit.*, p. 66).

²¹² Para breve está prevista a elaboração do Plano Estratégico dos Museus, horizonte 2020 – 2024, cujos pilares assentam em cinco eixos: Gestão Administrativa, Gestão do Acervo, Difusão e Comunicação, Ação Educativa e Cultural, e Acessibilidade.

ao longo desta parte do nosso trabalho, o panorama museológico cabo-verdiano dificilmente poderá evoluir para outros patamares.

A finalizar, parece-nos relevante aludir ao projeto “Património 360º”, lançado no Dia Internacional dos Museus (18 de maio de 2019), que possibilita aos visitantes conhecerem virtualmente quatro museus –Etnográfico, Tabanca, Resistência e Sal – tutelados pelo IPC. Num mundo cada vez mais global e glocal, julgamos que este terá de ser um dos caminhos a trilhar. Prova disso é o considerável numero de internautas que já acederam a esta plataforma. Porém, pensamos que os conteúdos desta aplicação devem ser melhorados e alargar-se esta iniciativa a todos os museus de Cabo Verde, como foi feito com coleção de Arte Contemporânea exposta no Palácio Ilda Lobo.

6.3. Avaliação às medidas aplicadas e às ações praticadas com repercussões para a interpretação dos valores patrimoniais da Ribeira Grande de Santiago

O conhecimento que temos do Sítio permite-nos afirmar que ao longo dos anos, nos limites da sua área classificada e da zona tampão, a gestão paisagística, urbanística e a valorização patrimonial nem sempre foram executadas convenientemente, com consequências óbvias para o aproveitamento museológico pensado, cuja execução seria certamente benéfica para este Lugar de Memória.

Após as obras de reabilitação ocorridas na primeira década deste século na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Convento de São Francisco e nas ruínas da Torre da Misericórdia, feitas com o apoio técnico e financeiro da AECID, foi adereçada na parede destes templos informação relativa ao momento da sua inauguração e evocação à entidade promotora desses melhoramentos, sendo omitida informação histórica sobre eles.



Figura 31 Placa na fachada principal do Convento de São Francisco
© José Filipe Silva (abril 2016)

Somente em 2015 foi reparada essa lacuna ao colocar-se junto dos principais monumentos mobiliário interpretativo. No entanto, noutros testemunhos de génese civil, militar e religiosa, cuja ruínas ainda são manifestas ou nos casos em que as evidências dessa presença já não são visíveis, não são facultados quaisquer dados, quando muito, simples esclarecimentos sobre a sua localização. Casos há em que sob esses vestígios foram erigidas novas construções, tolhendo-se assim a possibilidade de se verem as suas estruturas e se efetuarem exumações arqueológicas.

Recentemente, foi requalificada a ancestral via estruturante que liga a Fortaleza Real de São Filipe à Sé Catedral, o que permitirá uma maior mobilidade pedonal desde o alto da Achada onde se localiza esta estrutura militar e o aglomerado populacional, inserindo-se igualmente nesta iniciativa o melhoramento das calçadas, a pintura das fachadas das casas e a limpeza das encostas.



Figura 32 Ruínas do Forte do Presídio ocupadas por um parque infantil
© José Filipe Silva (abril 2019)

O mobiliário interpretativo, colocado junto do Pelourinho, foi retirado e não mais se repôs a situação. Próximo, junto da Muralha do Mar, uma estrutura indica-nos apenas o seu ano de construção, mas sem mais qualquer dado explicativo sobre a sua funcionalidade. Ao seu lado está um painel evocativo da classificação da Ribeira Grande de Santiago como Património da Humanidade, mas o texto aí inserido está quase impercetível.



Figura 33 Painéis informativos junto à Muralha do Mar
© José Filipe Silva (abril 2019)

O mobiliário interpretativo subsistente carece de um apuramento científico mais objetivo e conciso²¹³. A informação disponibilizada é parca e muitas vezes acessória, em detrimento de *inputs* verdadeiramente importantes para se fazer a significação desse testemunho²¹⁴. Mas se esta situação é deficitária para o reconhecimento dos bens imóveis, no que respeita aos de génese ambiental, principalmente no interior do vale, ela é inexistente.

No total contabilizam-se seis desses dispositivos com narrativas multilingues²¹⁵: junto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, da Torre da Misericórdia, do Convento de São Francisco, da Rua Banana/Carreira, Sé Catedral e da Fortaleza Real de São Filipe. Parte deles já estão muito desgastados, principalmente os que se situam próximos da orla marítima, tornando-se difícil a sua leitura.

²¹³ «O sítio constitui hoje em dia num destino de visita obrigatório no contexto patrimonial do país, sendo por isso de sublinhar as insuficiências de índole interpretativa detectáveis nos principais testemunhos que o integram.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museologia e Arte...”, *op. cit.*, p. 79).

²¹⁴ Este material informativo existe desde 2015, mas o preconizado a nível de sinalética, tanto para os vestígios arqueológicos como para os monumentos ou suas ruínas não foi executado (*cf.* “CABO VERDE: CIDADE VELHA CONTARÁ COM CIRCUITO MUSEOLÓGICO AINDA ESTE ANO”. *União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa*, 13 de outubro de 2015. Página consultada a 20 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.uccla.pt/noticias/cidade-velha-contara-com-circuito-museologico>).

²¹⁵ Português, inglês e francês.



Figura 34 Painel informativo erodido
© José Filipe Silva (abril 2019)

Na placa disposta junto às ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, para além do seu evidente estado de degradação, que obsta a que se consiga ler o que está escrito, de ser inestética e nada condizente com um bem classificado pela UNESCO, contém informação errada ao datar a fundação desse templo no século XVI.



Figura 35 Placa informativa junto às ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição
© José Filipe Silva (abril 2019)

No Sítio não há qualquer mapa com a indicação da localização dos monumentos e com uma sugestão do trajeto para os visitar, sendo esta lacuna em parte atenuada por um pequeno desdobrável facultado pelo IPC. Esta situação pode originar nos visitantes desorientação, caso decidam fazer esse percurso sem solicitarem o acompanhamento de um orientador de visita.

É de notar também a falta de um centro de acolhimento e de informação turística. Anteriormente, esse serviço era prestado pela PRIOMTUR, mas com o encerramento das

instalações dessa empresa, esse apoio deixou de ser prestado. A Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago projeta vir a instalar uma valência desta natureza no Centro Cultural da Cidade Velha e um quiosque interativo no Largo do Pelourinho.

As placas de orientação poderiam auxiliar os visitantes, mas as que existem pouca utilidade têm, em virtude de não estarem estrategicamente dispersas pelo aglomerado urbano e somente fazerem menção a alguns testemunhos. Esteticamente são pouco apelativas e não seguem um modelo uniforme. A elaboração de um Manual de Sinalização do Património Mundial, tal como existe noutros sítios classificados, deverá ser uma das prioridades das entidades responsáveis pela gestão deste Lugar de Memória²¹⁶.

Na Cidade Velha, as visitas orientadas são realizadas pelos técnicos do IPC e por alguns residentes, que todavia não têm habilitação específica neste domínio. Em razão de a UNESCO considerar fundamental existirem recursos humanos devidamente qualificados para exercerem esta atividade, é premente que em Cabo Verde esta questão comece a ser devidamente trabalhada.



Figura 36 Placas de orientação
© José Filipe Silva (abril 2019)



Figura 37 Placa de orientação
© José Filipe Silva (abril 2019)

A Fortaleza Real de São Filipe, por tudo o que representa para a evolução da Ribeira Grande de Santiago, teria de ser contemplada com uma abordagem comunicacional diferente²¹⁷. No passado, aproveitando-se o trabalho arqueológico desenvolvido, foi

²¹⁶ No portal do IPC existe um exemplar publicado no Brasil, que poderia ser adaptado à realidade de Cabo Verde.

²¹⁷ Uma proposta de interpretação museológica da Fortaleza Real de São Filipe, embora muito sumária, está veiculada num trabalho académico consignado ao tema (cf. BRITO, Martinho Robalo de, *Reconversão Patrimonial do Sítio Histórico da Cidade Velha – Interpretação Museológica da Fortaleza Real de São Filipe*. Dissertação de Mestrado. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2012, pp. 92-95).

formulado um circuito de visita interior que nunca chegou verdadeiramente a concretizar-se. O que hoje em dia é facultado aos visitantes, que tem de pagar bilhete de ingresso, é bastante redutor e não permite perceber o seu valor intrínseco e circunstancial. No entanto, em breve, esta estrutura militar estará adaptada para receber pessoas com mobilidade reduzida.

O vazio interpretativo é latente, a começar pela não sinalização das dependências interiores que a compunham e conseqüente perceção da sua localização, apesar de no solo existirem marcas indiciadoras dessas construções. São disponibilizados quadros interpretativos no interior da cisterna e das guaritas viradas para o Sítio, embora com conteúdos pouco substanciais.

Num passado não muito distante, por causa da visão panótica que desde aí se tem da cidade e das restantes posições fortificadas, próximo daqueles postos de sentinela havia um painel textual, colocado quase ao nível do solo²¹⁸, que ajudava a fazer a leitura da paisagem. Julgamos oportuno aproveitar esta potencialidade e conceber mobiliário descritivo e interpretativo dos elementos patrimoniais e ambientais dispostos no horizonte²¹⁹.

O centro interpretativo contíguo à Fortaleza Real de São Filipe é um espaço multifuncional, composto por uma área expositiva, auditório, loja e cafetaria. É considerado um elemento preliminar da visita ao Sítio, embora pensemos que seria mais lógico articulá-lo com a história e funcionalidade desta e das restantes estruturas militares, transformando-se num de vários centros interpretativos especializados, dispersos por este vetusto assentamento urbano.

A finalizar esta apreciação referir a presença de uma barraca, colocada junto à muralha, que funciona como bar. Atendendo ao seu aspeto é fácil depreender que não está em harmonia com a área envolvente, e esbate a relação visual e de complementaridade funcional que se procurou estabelecer entre a Fortaleza Real de São Filipe e o centro interpretativo.

²¹⁸ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museologia e Arte...”, *op. cit.*, p. 75, fig. 12.

²¹⁹ Tal como é feito no Castelo de Onda, na Comunidade Valenciana, que está apetrechado de um centro monográfico e de um museu (cf. ESTALL I POLES, Vicent. “El Centro Monográfico del Castillo de Onda como museo de sitio”. In. AA.VV. *Revista Museo. Museos de Sitio*, n.º 4. Madrid: Asociación Profesional de Museólogos de España, 1999, pp. 123-132. Página consultada a 18 de março de 2016: Disponível em: http://www.apme.es/html/revista_4).



Figura 38 Bar próximo da Fortaleza Real de São Filipe
© José Filipe Silva (abril 2016)

Os fortes da linha de costa, cuja importância é acentuada para entendermos como se processava o sistema defensivo, estão praticamente todos eles descaracterizados, transformados ou imperceptíveis na paisagem. O caso mais flagrante foi a tentativa de construir um restaurante sobre as ruínas do Forte de São João, sendo incompreensível a decisão de não se prover a salvaguarda desse legado²²⁰. Os fortes de São Veríssimo e de São Lourenço, não raras vezes, são locais de despejo de entulho. Como já dissemos, outro fator que contribui para o não reconhecimento de todas essas estruturas é a falta, junto delas, de suportes comunicacionais.



Figura 39 Construção sobre o Forte de São João dos Cavaleiros
© José Filipe Silva (abril 2016)

Da cintura muralhada e das portas de acesso à antiga urbe pouco subsiste, sendo as reminiscências ainda visíveis o *Porton di Nos Ilha*, no caminho entre a Fortaleza de São

²²⁰ Em 2015, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago anunciou que se iriam proceder a trabalhos de requalificação para posterior visita pública (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museologia e Arte ...”, *op. cit.*, p. 74, nota de rodapé n.º 13). Porém, até ao momento nada foi feito.

Filipe e o Bairro de São Sebastião, e um troço de muralha na parte norte deste aglomerado populacional, com indicação do portão de entrada.



Figura 40 Sinalização do portão da entrada norte da cidade
© José Filipe Silva (abril 2019)

Os trabalhos de prospeção no subsolo da Cidade Velha não têm tido a cadência desejada, o que obsta à continuidade dos estudos que poderiam contribuir para desvendar um pouco mais do seu passado. Os resultados obtidos não são visíveis no circuito de visita, devendo essa lacuna ser suprida com a colocação de informação junto das zonas intervencionadas²²¹. Correlacionado com este assunto está a necessidade de se elaborarem ferramentas de gestão para o espaço urbano com o objetivo de salvaguardar esse legado. Daqui decorre uma dicotomia entre conservação patrimonial e desenvolvimento urbanístico que é necessário saber gerir²²². A Carta Arqueológica recentemente apresentada, incidente sobre o legado imóvel e móvel disposto na área classificada pela UNESCO, concorrerá para esse objetivo²²³.

O uso que as pessoas, principalmente os residentes, dão aos testemunhos em ruínas, tem latente influência na manutenção do seu bom estado de conservação e asseio, não tendo este pressuposto sido devidamente acautelado. Essa situação foi manifesta na Sé Catedral,

²²¹ A única ação promovida neste sentido foi a realização de uma exposição com os despojos arqueológicos da ruína da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (cf. *ibidem*, p. 78).

²²² O arquiteto Adalberto Fernandes abordou este tema e julgou exequível essa convivência: «[...]o *estilo tradicional e identitário da Cidade Velha, deveria ser preservado, não somente pelo valor acrescentado que confere à cidade, mas pelas vantagens que comporta a nível de durabilidade e até mesmo por serem construções que não agridem a natureza. Muito embora acredite também na possibilidade de se pautar pela adaptação da arquitetura vernacular, aos novos tempos.*» (“CIDADE VELHA: ATÉ QUE PONTO A ARQUITETURA VERNACULAR SATISFAZ A COMUNIDADE HOJE?”. Instituto do Património Cultural, 21 de março de 2018. Página consultada a 12 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/414-cidade-velha-ate-que-ponto-a-arquitetura-vernacular-satisfaz-a-comunidade-hoje-adalberto-tavares>).

²²³ «Quando se fala na Carta Arqueológica da Cidade Velha, urge salvaguardar os espaços terrestre e marítimo, porque aqui a Arqueologia Subaquática é imensamente rica.» (Anexo 3).

aproveitada muitas vezes para atividades pouco consentâneas com a sua sacralidade. Entretanto, todo o seu perímetro foi vedado para marcar o edifício e zelar pela sua integridade espiritual. Contrariamente, na superfície exumada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição não existe qualquer barreira de persuasão para a sua invasão, podendo quem quiser andar livremente no local e danificar as partes que dela restam, o mesmo acontecendo junto às ruínas Torre da Misericórdia, da Igreja de Monte Alverne, da Capela de Santa Luzia/São Miguel, na parte exterior do Convento de São Francisco e em todos fortes dispersos pela linha de costa.



Figura 41 Ruínas da Sé Catedral
© José Filipe Silva (abril 2019)



Figura 42 Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição
© José Filipe Silva (abril 2019)

Em alguns casos, este controlo é mais difícil de efetuar porque algumas áreas onde estão localizados esses bens não são propriedade pública, veja-se os exemplos da Sé catedral e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Diocese de Santiago) e das ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Privada). Por isso, o MCIC/IPC tem de saber usar de diplomacia para contornar essas divergências obstantes às boas práticas de salvaguarda e valorização patrimonial.

No passado era usual vermos animais, sobretudo caprinos, canídeos, galinhas e porcos, a deambularem pelas ruas ou dentro de espaços patrimoniais²²⁴ e assistirmos ao despejo de resíduos domésticos e dejetos na via pública, o que pode tornava a visita à Ribeira Grande de Santiago numa experiência pouco agradável e não consentânea para os padrões exigidos pela UNESCO²²⁵. A homologação do Código de Postura Municipal contribuirá

²²⁴ Junto da Torre da Misericórdia estava uma pocilga. Esta situação ainda não foi completamente debelada, apesar do esforço das entidades competentes em reverter esta prática.

²²⁵ O mesmo foi referido pela coordenadora do Plano de Gestão 2019-2022 (cf. Anexo 4).

para erradicar de vez todas essas não conformidades, como já acontece em alguns municípios de Cabo Verde.



Figura 43 Animais no espaço do outrora Forte de São Lourenço
© José Filipe Silva (abril 2019)

Sendo este um Sítio Cultural Vivo, é necessário um controlo mais efetivo sobre zona classificada e a zona tampão, isto porque as intervenções feitas em imóveis particulares tem sido, em muitos casos, lesivas para a manutenção da pureza arquitetural do espaço²²⁶. Facilmente detetamos construções espúrias ao seu ADN²²⁷, o que havia sido já assinalado aquando do processo de candidatura da Ribeira Grande de Santiago a Património da Humanidade²²⁸. Foi necessário esperar uma década para que legalmente se disciplinassem essas dissonâncias urbanísticas²²⁹.

²²⁶ «Numa perspectiva prática o controlo da área classificada prefigura-se claramente como um aspecto particularmente frágil, decorrendo daí situações claramente comprometedoras da política patrimonial que se devia implementar.» (*Ibidem*, p. 79).

²²⁷ Num estudo efetuado, detetou-se que em 273 casas, 54 são clandestinas, correspondendo esta cifra a 19,7% do total edificado (cf. “UMA EM CADA CINCO CASA NA CIDADE VELHA É CLANDESTINA”. *Expresso das Ilhas*, 28 de janeiro 2018. Página consultada a 20 de junho de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/01/28/uma-em-cada-cinco-casas-na-cidade-velha-e-clandestina/56369>

²²⁸ Cf. CARVALHO, Carlos; AKIBODÉ, Charles Samson, *Plano de Gestão*, op. cit., p. 29 (imagens), p. 31.

²²⁹ Cf. Deliberação n.º 20/AM/2018..., de 13 de julho.



Figura 44 Dissonância urbanística e cromática
© José Filipe Silva (abril 2019)

A Pousada de São Pedro, idealizada por Siza Vieira, e inserida entre a frondosa vegetação do vale, é um bom exemplo dessa incúria, mas também um paradigma de reabilitação urbanística coerente, embora antes da sua construção o seu subsolo não tenha sido examinado para se saber da existência de vestígios arqueológicos. Erigida para ser uma unidade hoteleira, a sua gestão foi entregue à PRIOMTUR que nunca soube retirar dela o devido proveito. Esteve durante muito tempo praticamente abandonada, tendo inclusivamente sido vandalizada. Como resultado desse desleixo por parte daquela empresa, em 2018, a sua tutela passou para a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago²³⁰. Recentemente, depois de recuperada, foi devolvida à comunidade, sendo agora um espaço destinado a alojamento, eventos/conferências e formação²³¹.

No que ao circuito de visita tange, o trajeto estabelecido não tem início onde efetivamente deveria ocorrer – no Largo do Pelourinho – embrião no processo de ocupação deste território, mas sim, e por uma questão logística, na Fortaleza Real de São Filipe, uma construção do final do século XVI. Deste modo desvirtua-se a perceção da evolução diacrónica da História da Cidade Velha.

²³⁰ Cf. “CABO VERDE: VANDALIZADA POUSADA DESENHADA POR SIZA VIEIRA”. *Jornal de Notícias*, 6 de setembro de 2016. Página consultada a 21 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.jn.pt/mundo/interior/vandalizada-pousada-deseenhada-por-siza-vieira-5380907.html>; “CIDADE VELHA: POUSADA DE SÃO PEDRO PASSOU PARA A GESTÃO MUNICIPAL”. *Sapo Viajar*, 7 de agosto de 2018. Página consultada a 21 de junho de 2019. Página consultada em: <http://viajar.sapo.cv/noticias/cidade-velha-pousada-de-sao-pedro-passou-para-gestao-municipal>

²³¹ Cf. “POUSADA HISTÓRICA DE SÃO PEDRO REABILITADA PARA RECEBER APOIO À FORMAÇÃO”. *TCV*, 26 de julho de 2019. Página consultada a 27 de julho de 2019. Disponível em: http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=13&id_cod=81528

À entrada da Ribeira Grande de Santiago, na estrada que a liga à Praia, foi colocado um *outdoor* alusivo à sua classificação como Património da Humanidade. Posteriormente, sobre ele, foi afixada uma tela alusiva à “I Viagem pela História”, realizada em setembro de 2018, e que aí ainda permanecia em abril do ano seguinte. Parece-nos boa ideia a divulgação de eventos, mas terá de haver o cuidado de, no fim dessas iniciativas, retirar essa informação, pois a sua permanência no local é sintoma de desleixo por parte das entidades que gerem o Sítio.



Figura 45 *Outdoor* alusivo à classificação da Cidade Velha como Património da Humanidade
© José Filipe Silva (novembro 2014)



Figura 46 O mesmo *outdoor* com informação relativa a um evento realizado seis meses antes
© José Filipe Silva (abril 2019)

Os focos de luz colocados à volta do Pelourinho, no exterior da fachada principal da Fortaleza Real de São Filipe e no interior da Sé Catedral foram danificados pouco tempo depois da sua inauguração, ocorrida em janeiro de 2015²³², por ocasião da abertura da cerimónia de “Cidade Velha, Capital da Cultura”²³³. O mesmo aconteceu com os painéis solares colocados no Sítio em 2010, daí decorrendo um claro défice de iluminação pública, perfeitamente evidente aquando da aterragem noturna no aeroporto da Praia. Tal compromete o bem-estar e segurança da população e dos visitantes que aí pernoitam, podendo comprometer o seu desenvolvimento turístico²³⁴.

De igual modo, é necessário atender ao binómio Turismo/Herança Cultural e daí retirar as devidas ilações. O princípio do utilizador-pagador em alguns desses monumentos – Fortaleza Real da São Filipe e Convento de São Francisco –, tem gerado polémica e deve

²³² Desde então e até hoje, não obstante os reiterados anúncios de que a situação seria reposta, estes monumentos estão votados à escuridão.

²³³ Cf. “CIDADE VELHA: SISTEMA DE ILUMINAÇÃO NOS MONUMENTOS HISTÓRICOS VANDALIZADO”. *A Nação*, 24 de janeiro de 2016. Página consultada a 19 de junho de 2019. Disponível em: <https://anacao.cv/cidade-velha-sistema-de-iluminacao-nos-monumentos-historicos-vandalizado/>

²³⁴ Situação prevista no Plano de Gestão 2019-2022, no Eixo 2, Programa A, Projeto 2. (cf. TAVARES, Adalberto [et.al.], *Cidade Velha...*, op. cit., p. 98).

ser repensado. Esse valor é de quinhentos escudos (cinco euros) para estrangeiros e de trezentos escudos (três euros) para nacionais e grátis para estudantes ou delegações que aí se desloquem a convite do Presidente da República, Governo, IPC ou Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago. Futuramente, há que começar a pensar num modelo harmonioso de consolidação daquele binómio para catapultar definitivamente a Cidade Velha com vista a potenciar o seu coerente desenvolvimento²³⁵, evitando a sua descaracterização e mantendo a sua identidade, devendo esse desígnio assentar na convergência de atuação entre os vários atores envolvidos nesse processo²³⁶.

Como exemplos dessa perfeita consonância entre Turismo/Herança Cultural aluda-se aos casos de Mértola e Colónia de Sacramento, que pela confluência de várias categorias patrimoniais tem similitudes evidente com a Ribeira Grande de Santiago. Em ambas as situações, o seu aproveitamento museológico foi feito com base nos testemunhos subsistentes, mantidos maioritariamente no seu *habitat* original ou alojados em vetustos edifícios, na maior parte dos casos correlacionados com a temática apresentada²³⁷.

²³⁵ Para já, a questão da capacidade de carga não se coloca.

²³⁶ «*Todos os esforços empreendidos até então, para a valorização do “território cultural” deverão passar pela afirmação das mais-valias da Cidade Velha, posicionando a como um claro chamariz de valor acrescentado para um turismo que se quer sustentável, evitando desta forma a sua descaracterização, afastando das uniformizações massivas e globais dos espaços. Isto num momento em que Cabo Verde aposta no turismo como principal motor de desenvolvimento do arquipélago. Finalmente, para que seja efetivado é importante que haja uma estratégia intersectorial que priorize a comunicação, o planeamento e políticas comuns entre todos os intervenientes no território: autoridade local e central, privados e associações, e toda a comunidade.*» (FERNANDES, Jair. “Cidade Velha, Património Mundial: ARQUEOLOGIA, MEMÓRIA E TERRITÓRIO”, p. 18. Página consultada a https://www.academia.edu/23762900/Cidade_Velha_Patrim%C3%B3nio_Mundial_ARQUEOLOGIA_MEMORIA_E_TERRITÓRIO

²³⁷ Vários artigos e trabalhos académicos publicados sobre aquela vila do Baixo-Alentejo permitem-nos entender a dinâmica de desenvolvimento do seu projeto desde a sua génese até à atualidade (cf. MATEUS, Rui. “Trazer o Passado para o Presente é planejar o Futuro”. In. PINTO, Paulo Costa (coord. edit.). *Encontros do Património de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2003, pp. 171-186; TORRES, Cláudio. “Mértola Vila Museu. Um projecto cultural de desenvolvimento integrado”. In. CAMACHO Clara Frayão (dir.). *Museologia.pt*, n.º 1. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007, pp. 2-11; GÓMEZ MÁRTINEZ, Susana. “Mértola Vila Museu: patrimonio, rentabilidad y ciudadanía”. In. DOMINGUEZ ARRANZ, Almudena (edit.). *El patrimonio arqueológico a debate. Su valor cultural y económico*. Huesca: Gobierno de Aragón/ Diputación de Huesca/Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2008, pp. 83-99; RAFAEL, Lígia Isabel da Silva. *Os Trinta Anos do Projecto Mértola Vila Museu: Balanço e Perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora, 2010. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1761/1/Trinta_anos_projecto_vila_museu_balan%C3%A7o_perspectivas.pdf).

6.4. Proposta de reconversão patrimonial e museológica da Ribeira Grande de Santiago

6.4.1. Considerações sobre o seu enquadramento tipológico

O duplo estatuto – Património Nacional e Património da Humanidade – adquirido por este Sítio Histórico²³⁸, são condicionantes para qualquer intervenção a executar dentro da área do seu perímetro classificado e da sua zona tampão. Caso os mecanismos de controlo desse espaço não atuem convenientemente, competência do MCIC/IPC e da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, há o risco de surgirem construções dissonantes e espúrias contributivas para a perda da Autenticidade e da Integridade, dois predicados inerentes à manutenção do Espírito de Lugar²³⁹.

Na ótica do seu reconhecimento e valorização, a formulação de um plano museológico é tida como parte integrante desse processo. Todavia, esse propósito terá de ser devidamente sustentado, constituindo-se esse pressuposto como um alicerce para a sua aplicabilidade no terreno²⁴⁰. Se tal não acontecer, corre-se o risco de surgirem iniciativas avulsas e mal estruturadas, como foram os casos do Museu de Arte Sacra, cogitado para a Capela de São Roque, localizada numa zona de difícil aceso, e do Museu da Escravatura.

Estes dois exemplos suportam as considerações expressas por um investigador que desde já há muito tempo é um profundo conhecedor deste Sítio e de todas as questões que o envolvem, sendo sua convicção que as propostas de âmbito museológico não foram convenientemente trabalhadas, em virtude de carecerem de fundamentação científica²⁴¹.

Atendendo ao facto de este Lugar de Memória ser dotado de condições patrimoniais plenas, visto abranger todos os segmentos do Património Cultural e o seu congénere

²³⁸ «[...] la notion de site historique a été retenue pour désigner des sites ayant la même qualité patrimoniale [...]. L'adjectif « historique » distingue le site historique du site naturel, évoquant le lien plus spécifiquement culturel (naturel ou immatériel) qui lui est rattache.» (DESVALLÉES, André; MAIRISSE, François (dir.), *Dictionnaire...*, op. cit., p. 663).

²³⁹ «A concepção de um sítio como espaço testemunho implica necessariamente a conservação dos valores patrimoniais que o identificam, devendo ser dado a conhecer o seu significado e coerência globais mediante processamento adequado. Integrará portanto todo o conjunto de valores que sustentam e justificam a sua condição de lugar de memória.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museologia e Arte ...”, op. cit., p. 65).

²⁴⁰ «A definição dessa política terá de ter como base o conhecimento desse lugar de memória e das capacidades que lhe são inerentes. Conforme foi dito, estar-se-á desse modo perante a necessidade de elaboração de um documento condutor a designar por programa de reconversão museológica, tendo sido assinalado que advém desse ramo do saber a fundamentação teórica de que a sua elaboração carece.» (*Ibidem*, p. 66).

²⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 79.

Ambiental, e de ser um aglomerado populacional com fixação humana ininterrupta desde a década de 1560²⁴², sendo-lhe por essa razão atribuído o estatuto de Sítio Cultural Vivo²⁴³, estamos de acordo com a ideia de que a constituição de um Museu de Sítio²⁴⁴ é uma possibilidade viável de vir a ser adotada²⁴⁵.

Em Cabo Verde, até ao momento, apenas no Museu da Resistência foram aplicados alguns princípios desta tipologia, não obstante se detetarem incoerências e insuficiências funcionais e conceituais, principalmente no seu discurso expositivo, muito voltado para a interpretação do contexto intramuros, negligenciando-se os testemunhos da sua área exterior, que fizeram parte da vida da Colónia Penal de Chão Bom.

Porém, e como foi já salientado num estudo anterior²⁴⁶, em Cabo Verde, o conceito de Museu de Sítio não é ainda objeto de ponderada reflexão²⁴⁷, como o comprova a parca utilização dessa terminologia para intitular o projeto acima descrito. O mesmo acontece com outros Sítios Históricos, como é o caso da Cidade Velha, para a qual tem sido apresentada expressões – Cidade-Museu, Vila-Museu, Ecomuseu²⁴⁸ – pouco consentâneas com a sua realidade.

²⁴² Apesar de no século XIX ter tido um período de ocupação residual.

²⁴³ Em contraponto ao Sítio Natural e ao Sítio Cultural “Morto” (cf. RIVIÈRE, Georges Henri. *Essai sur le Musée de Site*. Paris: 1978, p. 3).

²⁴⁴ «Un musée de site est un musée conçu et réalisé pour sauvegarder des biens naturels ou culturels, meubles et immeubles, in situ, c’est à dire conservés à l’endroit où ils ont été soit créés, soit découverts.» (ICOM. *Musées de site archéologique*. Paris : UNESCO, 1982, p. 3). Uma outra definição permite-nos complementar a anterior e ampliar a interpretação/significado deste conceito: «Catégorie de musées généralement couvert, voisin d’un site archéologique, ou sont souvent regroupés les éléments issus d’une fouille qui doivent être protégés (notamment ceux qui ne peuvent rester à l’aire libre). I intègre souvent un centre d’interprétation.» (DESVALLÉES, André; MAIRISSE, François (dir.), *Dictionnaire...*, op. cit., p. 628). Vários estudos sobre este tema, identificados na bibliografia final, têm sido publicados, permitindo-nos obter um conhecimento mais aprofundado sobre ele.

²⁴⁵ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museologia e Arte ...”, op. cit., p. 65.

²⁴⁶ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, op. cit., p. 86

²⁴⁷ Apesar de desde há muitos anos ser recorrente o uso de termos e expressões – conjuntos históricos, sítios, aproveitamento museológico, musealização de sítios – que lhe são afins (cf. LOPES FILHO, João, *Defesa...*, op. cit., pp. 33-34; LOPES FILHO, João. “Museus...”, op. cit., p. 743; LOPES FILHO, João, “Sugestões...”, op. cit., p. 8; ..., op. cit., LOPES FILHO, João. “Musealização da Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde”. In. LOPES FILHO, João. *Crónicas do Tempo que Passou*. Praia: IBNL, 2009 [1989], pp. 37-38; SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. *Cidade Velha: Património, Musealização e Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2010. Dissertação de Mestrado. Página consultada a 21 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/browse?type=author&value=Semedo%2C+Natalino+Lopes+V.az>. Esta constatação já havia sido deduzida por outro investigador (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão ...”, op. cit., pp. 86-87, nota de rodapé n.º 10).

²⁴⁸ Cf. BRÁSIO, António, “Monumentos...”, op. cit., p. 229; VEIGA, Manuel, “Museus...”, op. cit., p. 123; RODRIGUES, Nélida Maria Lima, “Os Museus...”, op. cit., p. 64; FREIRE, Verónica dos Reis, “Protecção...”, op. cit., p. 23; SEMEDO, Natalino Lopes Vaz, *Cidade Velha...*, op. cit., pp. 121-127.

Por outro lado, pensamos que o Ecomuseu, um museu do homem e da natureza e do espaço e do tempo, e em que os membros da comunidade onde se insere se tornam atores do processo de formulação, execução e manutenção do mesmo e nele se reveem²⁴⁹, pode, embora mais residualmente, fornecer contributos para esse propósito. Os casos que visitámos em Portugal, nomeadamente o Ecomuseu do Barroso e o Ecomuseu do Seixal, são evidências dessa possibilidade.

A aceitação de um Sítio como espaço testemunho requer obrigatoriamente a conservação dos valores patrimoniais que o identificam, devendo a sua significação ser dada a conhecer aos públicos mediante a formulação de um processamento museológico adequado²⁵⁰, abrangendo todos os bens que sustentem e justifiquem a sua condição de Lugar de Memória²⁵¹. Todavia, para além dessa componente interpretativa, deve também atender-se ao relacionamento desses bens com o meio envolvente em que se inserem²⁵².

A realidade em análise reveste-se de algumas particularidades às quais é importante atender: por um lado, a sua dimensão, o vasto período temporal a abordar e a variedade de testemunhos a enquadrar, são as características dominantes do Sítio; por outro, a presença de população residente, em constante crescimento e a conseqüente pressão urbanística resultante desse fenómeno, tornarão mais exigentes os desafios inerentes à sua futura gestão.

Neste contexto, a valorização a propor passará por uma perspetiva pan-patrimonial, incluindo o Património Cultural Material, Património Imaterial e Património Ambiental²⁵³, resultando desta confluência um processo de inventariação bastante

²⁴⁹ Cf. RIVIÈRE, Georges Henri. *La Muséologie selon Georges Henri Rivière*. Paris: Dunod, 1989, pp. 140-165.

²⁵⁰ Desse procedimento resulta a diferença concetual ente Museu de Sítio e Sítio Musealizado (cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Musealização de Sítios – questões relativas à formulação do programa interpretativo”. In. JORGE, Vítor Oliveira (coord.). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, ano 74.º, vol. XXXII, fasc. 1-4. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1992, pp. 87-99; ARIAS VILAS, Felipe. “Sitios musealizados e museos de sitio. Notas sobre los modos de utilización del patrimonio arqueológico”. In. AA.VV. *Revista Museo. Museos de Sitio*, n.º 4. Madrid: Asociación Profesional de Museólogos de España, 1999, pp. 39-57; GOUVEIA, Henrique Coutinho; CARVALHO, Margarida Chorão de. *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego. Conjuntos de moinhos de vento da Portela de Oliveira e de fornos de cal do Casal de Santo Amaro, no concelho de Penacova*. Penacova: Município de Penacova, 2003, pp. 19-38).

²⁵¹ Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museologia e Arte ...”, *op. cit.*, p. 66.

²⁵² Cf. GOUVEIA, Henrique Coutinho; CARVALHO, Margarida Chorão de, *Musealização...*, *op. cit.*, p. 9, nota de rodapé n.º 1.

²⁵³ No início da década de 1990, Paul-Emile Simon sugestionou a criação do “Jardins d’Essai”, que permitiria recuperar práticas ancestrais do início do povoamento deste território (cf. SIMON, Paul-Emile. *Ribeira Grande...*, *op. cit.*, p. 75). Duas décadas depois, José Maria Semedo propôs à Câmara Municipal

heterogéneo. Por esse motivo, a formação dessa coleção deverá ser muito bem pensada e terá de existir consciência de que nem tudo é passível de nela ser integrado, tornando-se necessário, antes da sua inclusão nessa lista, questionar se o seu valor intrínseco é suficientemente manifesto para ser incorporado no circuito expositivo.

No que ao Património Edificado respeita, a falta de evidências tangíveis ou o seu deficitário estado de conservação das suas ruínas²⁵⁴ são condicionantes a atender. Assim, tornar-se-á necessário desenvolverem-se estratégias para se esbater essa astenia²⁵⁵. Estas devem ser capazes de colmatar essas lacunas, incluindo-se neste propósito a criação de uma rede de módulos museológicos e centros interpretativos²⁵⁶. Nas visitas que efetuámos a alguns desses equipamentos²⁵⁷, foi possível assimilar os vários conteúdos disponibilizados, passíveis de serem aplicados na nossa proposta.

Nesta perspetiva, podemos também aludir à *Living History*, que se devidamente validada a nível científico, sustentará o disposto no circuito museológico e inclusive utilizá-lo-á como cenário. Em 2018 e 2019, realizaram-se as duas primeiras edições da “Viagem pela História”, subordinadas respetivamente às temáticas da Crioulização e do ataque de

da Ribeira Grande de Santiago a construção do jardim botânico dos cinco continentes (cf. Anexo 1). A concretização desta intenção poderia ter servido vários propósitos: «*Estar-se ia perante uma iniciativa de cariz museológico, susceptível de vir a desempenhar um papel de apoio ao turismo, à formação profissional ou mesmo de índole interpretativa.*» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Reconversão...”, *op. cit.*, p. 125).

²⁵⁴ «[...] o que dificulta a recuperação do seu valor como testemunhos ilustrativos do cenário da época urbana em que surgiram.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho, “Museologia e Arte...”, *op. cit.*, p. 67).

²⁵⁵ Tomemos como modelos dois casos para entendermos de que forma pode ser feita a reconstituição de testemunhos já desaparecidos (cf. CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de; BOTELHO, Maria Leonor. “Criar e recriar o desaparecido. O Sítio e a Igreja Românica de Santa Justa de Coimbra, na cidade de hoje”. In. GARCÍA GARCÍA, Francisco; ALVES, Luís Alberto (org.). *V Congresso Internacional Cidades Criativas*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 25-27 de janeiro de 2017, pp. 284-295. Página consultada a 20 de setembro de 2019. Disponível em: <http://cidadescriativas2017.citcem.org/pt/>; CRUZ, Tiago Trindade. “Convento de Monchique no Porto: hipótese de reconstituição digital”. In. GARCÍA GARCÍA, Francisco; ALVES, Luís Alberto (org.). *V Congresso Internacional Cidades Criativas*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 25-27 de janeiro de 2017, pp. 441-452. Página consultada a 20 de setembro de 2019. Disponível em: <http://cidadescriativas2017.citcem.org/pt/>).

²⁵⁶ «*Espace muséal qui se propose d’expliquer un lieu de mémoire, une unité écologique, un site naturel (paysage), ou culturel (monument, village, site archéologique, site ou cité historique). Il peut s’appliquer à toute une région archéologique. Le sens du discours y revêt plus d’importance que la valorisation des vraies choses, mais en même temps il peut accueillir à la fois des ateliers d’expérimentation et des ateliers pédagogiques.*» (DESVALLÉES, André; MAIRISSE, François (dir.), *Dictionnaire...*, *op. cit.*, p...). Apesar de terem similitudes com os museus, outros aspetos distinguem-nos destes: «[...] but are clearly distinguished by their outward-looking role in addition to the absence of permanent collections and the need for object-centred curial activities.» (DAVIS, Peter. *Ecomuseums: a sense of place*. Leicester: Leicester Museum Studies, 1999, p. 14). Na bibliografia final assinalam-se outras obras de referência sobre o tema.

²⁵⁷ Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota, na Batalha, Centro Interpretativo da Batalha de Atoleiros, em Fronteira, centro Interpretativo do Mundo Rural, no Vimieiro/Arraiolos, Centro Interpretativo da História Militar, em Ponte de Lima, Centro Interpretativo do Território “Fernão de Magalhães”, em Ponte da Barca e Centro Interpretativo da Rota do Românico, em Lousada.

Jacques Cassard à Ribeira Grande de Santiago. É de salientar a transdisciplinaridade da pesquisa efetuada, que envolveu vários organismos políticos – nacionais e locais –, instituições culturais e de ensino e renomados investigadores²⁵⁸.

Em razão dos condicionalismos elencados, facilmente se depreende que o projeto pensado para o Sítio terá de saber disponibilizar veículos comunicacionais – lúdicos, científicos e pedagógicos – capazes de tornar os bens patrimoniais dispersos pelo território de fácil interpretação para os visitantes. A proposta a seguir apresentada procurará dar a resposta a esse desafio, através de um modelo cientificamente validado, de acordo com o preceituado pelas boas práticas museológicas.

6.4.2. Programa Museológico

O Plano Museológico²⁵⁹ é um documento de superior importância para qualquer museu. Subjacente à sua elaboração está a finalidade de impulsionar a sua gestão e de integrar as diversas áreas do seu funcionamento, de acordo com as leis museológicas vigentes, podendo ser redigido quer no processo de requalificação de um museu, quer no de implementação. Neste último caso, esse programa servirá apenas como um indicador do projeto preconizado, sendo alterado e adaptado à medida que essa valência cultural desenvolver a sua atividade.

Em razão do seu caráter político, técnico e administrativo, é um instrumento fundamental para a identificação da vocação da instituição, para a definição dos seus objetivos e das ações de cada uma das suas áreas funcionais, bem como para a sistematização do trabalho interno e para a forma como se pretende veicular mensagem para o exterior.

A sua elaboração tem de fundamentar-se em sete critérios: focalizar-se sempre nas questões estratégicas essenciais; integrar as atividades essenciais dos museus; ser sintético; definir os objetivos para cada ano e cotejar o seu grau de concretização; limitar

²⁵⁸ Cf. MINISTÉRIO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS. *Viagem pela História – Ribeira Grande de Santiago. “No berço da crioulização”*. Praia: Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas, 2018.

²⁵⁹ Se é verdade que muitas definições lhe podem ser consignadas, parece-nos que a veiculada pelo “The Council for Museums, Archives and Libraries”, que incorpora três princípios básicos subjacentes a um ato de planificação, apresenta-se como uma síntese perfeita do que se pretende com a redação deste texto: «Estabelecer uma visão clara a respeito de para onde se dirige o museu e como chegar até lá.» (STUART, Davis. *Museologia – Roteiros Práticos. Plano Diretor*, n.º 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação Vitae, 2001, p. 15).

as metas e os objetivos somente ao que pode ser concretizável; ser internamente coerente; abranger um prazo temporal específico, preferencialmente, entre três a cinco anos.

Do seu conteúdo devem constar os seguintes itens:

1. Diagnóstico museológico

É um barómetro da situação atual, baseando a sua análise em aspetos endógenos e exógenos do museu (número de visitantes, número de colaboradores/funções/categorias ou níveis, orçamento, quantidade e variedade do acervo, localização das extensões museológicas), podendo igualmente ser um indicador para ações futuras. Tal como acontece noutras organizações, na maior parte dos casos, a metodologia utilizada baseia-se na análise SWOT, adaptada à tipologia e características do museu em causa. A elaboração de um roteiro de diagnóstico, sustentado em questões intrinsecamente correlacionadas com a atividade museológica, deve ser considerada nesta fase de avaliação.

2. Missão do Museu

A sua definição está expressa em palavras ou frases que de uma forma sucinta expressam a finalidade, as metas e as estratégias da instituição, relacionando-se com atividades que permitam aos visitantes ficar a saber da importância deste Lugar de Memória, que potenciem a investigação de diferentes domínios patrimoniais do Sítio, esperando-se também que esta valência museológica seja um indicador identitário para todos os ribeirão-grandenses.

3. Visão

É uma ideia sobre o futuro desta valência museológica, perspetivando-se o papel de relevo que possa vir a ter no futuro. Deseja-se que o Museu da Ribeira Grande de Santiago seja uma referência para o panorama museológico e turismo cultural de Cabo Verde, com forte ligação à comunidade, que se constitua como um centro de conhecimento capaz de promover a articulação da educação formal com a não formal, e que funcione como uma plataforma de encontro, participação e intercâmbio de opiniões.

4. Objetivos Estratégicos

Devem ser pouco numerosos e exequíveis, não necessariamente a breve trecho, estando cada uma destas metas relacionadas com as principais áreas, funções e atividades museológicas.

5. Objetivos Específicos

São mais detalhados do que os explicitados anteriormente, correspondendo muitas vezes ao desdobramento daqueles. Regra geral objetiva-se a sua concretização a curto/médio prazo, sendo o período de doze meses tido como o razoável para serem atingidos.

6. Indicadores de desempenho

Incidentes sobre critérios correlacionados com as suas atividades: número de visitantes; escolas e outras instituições que programaram visitas; número de peças inventariadas; número de peças expostas; relação entre o custo de manutenção e o número de visitantes; taxa de retorno dos visitantes; número de exposições temporárias e itinerantes; percentagem de avaliações positivas por parte do público. Sobre os resultados obtidos, trabalhar-se-á para que os itens apreciados negativamente ou de um modo não plenamente satisfatório possam ser revertidos.

7. Parâmetros funcionais para o Programa Museológico

No Museu da Ribeira Grande de Santiago pretender-se-á correlacionar de um de modo pleno os testemunhos de génese cultural e ambiental, mediante um modelo de gestão patrimonial holístico que permitirá fazer-se uma leitura antropológica, arqueológica, biológica, etnográfica, geológica, histórica e patrimonial do Sítio.

No documento seguinte daremos a conhecer o nosso propósito, suportando-nos no Decreto-Lei n. 30/2016, seguindo o preceituado para as atividades e funções museológicas aí expressas. Porém, em razão de esse diploma legal ter, como vimos anteriormente, várias debilidades concetuais e omissões, consideramos, sem querer sobrepor legislação de um país soberano sobre outro, recorrer à Lei Quadro dos Museus Portugueses para melhor sustentar a nossa proposta.

Para começar, atentemos nas considerações relativas ao Conceito de Museu que o Decreto-Lei n.º 30/2016 consagra:

«1-Consideram-se museus, para os efeitos do presente diploma, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

2 – São igualmente considerados museus as instituições e os projetos museológicos voltados para o trabalho com o património [património] cultural e o território, visando o desenvolvimento cultural e socioeconómico e a participação comunitária. »²⁶⁰.

Se a compararmos com as homólogas portuguesa e brasileira²⁶¹, verificamos que copiou, quase na íntegra, trechos desses dois diplomas, conseguindo apresentar um conceito parcialmente enquadrado à realidade em questão. Todavia, o legislador não demonstrou sensibilidade para extrair da Lei n.º 47/2004 preceitos perfeitamente enquadáveis ao contexto cabo-verdiano:

2 – Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.»²⁶².

O transcrito está em consonância com a nossa intenção, pois assenta numa perspetiva holística, permitindo a diversos estabelecimentos ostentarem o estatuto de museu,

²⁶⁰ Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo I, Art.º 3.º.

²⁶¹ Referir que por vezes o texto vertido da legislação brasileira e portuguesa foi transcrito sem se alterar a ortografia e denominações específicas àquelas realidades (Cf. Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo VI, Art.º 45.º).

²⁶² Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo I; Art.º 3.º. Este diploma-legal define-nos “Coleção Visitável” (cf. *ibidem*, Capítulo I, Art.º 4.º). Relativamente a esta matéria, a legislação cabo-verdiana é omissa.

conferindo a esta definição uma perspetiva holística bastante alargada e flexível. Não tendo sido vertida para o Decreto-Lei n.º 30/2016, pode originar a não correlação direta dos Sítios Histórico/Patrimoniais, Parques Naturais²⁶³ e Jardins Botânicos²⁶⁴ na categoria de museus²⁶⁵, o que desde logo reduz substancialmente o número dessas instituições nesse país.

Estudo e Investigação

«O estudo e a investigação fundamentam as ações desenvolvidas no âmbito das restantes funções do museu, designadamente para estabelecer a política de incorporações, identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis e para fins de documentação, de conservação, de observação, de interpretação e exposição e educação.»²⁶⁶.

Por via do exposto, é evidente que o estudo e a investigação são essenciais para a prossecução das outras funções museológicas, decorrendo dessa dupla ação a produção de informação, quer para as atividades de retaguarda, quer para as de contacto direto com os públicos, nomeadamente através de exposições²⁶⁷.

O ANCV, situado na Praia, é o local indicado para albergar um Centro de Documentação²⁶⁸ consignado à Ribeira Grande de Santiago, em virtude de já ser uma estrutura montada para o efeito, dispor de recursos humanos habilitados e de estar próxima do Sítio²⁶⁹. Alguns condicionalismos funcionais – a falta de salas devidamente estruturadas e a inexistência de um fundo documental composto por documentos

²⁶³ Em Cabo Verde, ambas as tipologias, consagradas legalmente, são em número considerável.

²⁶⁴ Lembrar que o Jardim Botânico de São Lourenço dos Órgãos, constituído em 1988, foi das primeiras concretizações museológicas desse país.

²⁶⁵ Circunstância em parte atenuada com a utilização do substantivo “território” e “participação comunitária”, que, no entanto, não nos remetem diretamente para essas duas conceções museológicas (cf. Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de março, Capítulo I, Art.º 3.º).

²⁶⁶ Cf. *ibidem*, Capítulo III, Secção II, Art.º 20.º.

²⁶⁷ «La recherche savante constitue en principe la finalité des acquisitions, des expositions et de toute l'activité documentaire qui les entoure.» (POULOT, Dominique. *Musée et muséologie*, nouvelle édition. Paris : Éditions La Découverte, 2009, p. 13).

²⁶⁸ Apenas destinado, mediante marcação prévia, a investigadores e estudantes. Não estando contemplado o empréstimo domiciliário, é importante que lhes seja disponibilizada a reprodução e digitalização de documentos.

²⁶⁹ Daqui poderá resultar um de conflito de interesses relativamente à sua tutela (Direção de Museologia e Museus e ANCV), competindo ao MCIC, que superintende ambos, arbitrar essa possível disputa.

coevos²⁷⁰ e contemporâneos²⁷¹ – são limitações que terão de ser devidamente precavidas, caso contrário, obstarão ao seu pleno e eficaz funcionamento.

Para que essa informação esteja metodicamente organizada, permitindo aos técnicos e utilizadores localizarem com maior facilidade e rapidez qualquer documento²⁷², disponibilizado em suporte papel ou em formato digital, poderá fazer-se a divisão desse acervo nas seguintes categorias: História da Ribeira Grande de Santiago e seus Patrimónios (fontes primárias e secundárias); instrumentos de gestão do Sítio (período colonial e pós-independência); dossiês de candidatura a Património da Humanidade; fotografias, filmes e imagens cartográficas.

É expectável o Museu da Ribeira Grande de Santiago, para além do seu dever de investigar e de apresentar os resultados obtidos aos seus públicos²⁷³, estabeleça formas de cooperação com museus de temáticas conexas, com organismos vocacionados para a investigação (estabelecimento de investigação e de ensino superior). Por outro lado, deve proporcionar aos estabelecimentos de ensino superior, que lecionem cursos na área da museologia, conservação e restauro e de outras áreas disciplinares afins, oportunidades de prática profissional e pedagógica aos seus alunos²⁷⁴.

Incorporação

«1 – O museu deve formular e aprovar, ou propor para aprovação da entidade de que dependa, uma política de incorporações, definida de acordo com a sua vocação e consubstanciada num programa de atuação que permita imprimir coerência e dar continuidade ao enriquecimento do respetivo acervo de bens culturais.»²⁷⁵.

Pelo transcrito depreendemos que nos museus deverá sempre haver uma prática de incorporação concordante com os propósitos preconizados com a sua missão, sendo por

²⁷⁰ Recentemente, soube-se que o Instituto Camões vai ajudar o ANCV a digitalizar e a resgatar cerca de oito mil documentos históricos, relativos ao período colonial, existentes no AHU e no ANTT.

²⁷¹ O desconhecimento do paradeiro de pareceres e relatórios sobre a Ribeira Grande de Santiago produzidos sobretudo no período posterior à independência nacional, anteriormente depositados no ANCV, contribui para essa debilidade.

²⁷² Todos eles têm de estar inseridos numa base de dados para que se possa fazer essa pesquisa. Os procedimentos de busca utilizados no AHU e no ANTT são passíveis de serem replicados em Cabo Verde.

²⁷³ Por via de exposições, edições, ação educativa e das tecnologias de informação.

²⁷⁴ Cf. Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo III, Secção II, Art.º 21.º a 24.º.

²⁷⁵ *Ibidem*, Capítulo III, Secção II, Art.º 25.º.

essa razão expectável que se concentre unicamente na aquisição de objetos referentes à/as categoria(s) que formam esse acervo²⁷⁶.

A Incorporação é um processo contínuo e dinâmico dentro de qualquer museu. Cessar essa ação é o prenúncio de que este cristalizou no tempo, se tornou conformista e revela falta de dinâmica para atingir os objetivos a que se propôs. A sua interligação com o Estudo e a Investigação é manifesta e tem de ser devidamente articulada, em virtude de estes conferirem àquela a indispensável sustentação científica para a integração dos bens na coleção do museu.

A incorporação pode ser feita de diferentes formas²⁷⁷, embora algumas delas sejam mais comuns de serem praticadas do que outras²⁷⁸. Mas, independentemente de como essa operação se realize, cada uma dessas modalidades inclui procedimentos e cuidados que devem ser tidos em atenção a montante e a jusante dessa ação²⁷⁹.

Transpondo o explicitado para o nosso caso de estudo, desde logo se podem suscitar a seguinte interrogação: quais os testemunhos a incorporar? quais as modalidades de incorporação escolhidas para a aquisição do acervo? dentro destas, existem segmentos preferenciais?

Em razão da proposta museológica se centrar, em especial, nos testemunhos não deslocalizados, de génese cultural e ambiental, grande parte da sua coleção será constituída por esta tipologia de bens²⁸⁰. Porém, para os objetos móveis, outras modalidades de incorporação serão certamente utilizadas, sobretudo a recolção resultante das prospeções arqueológicas terrestres e subaquáticas²⁸¹, a doação, o legado, a transferência e a compra.

²⁷⁶ Independentemente de como estes sejam adquiridos, existem componentes éticos e legais que têm de ser cumpridos, que estão expressos no “ICOM Code of Ethics for Museums” (cf. BOYLAN, Patrick J. *Running a Museum: A Practical Handbook*. Paris: UNESCO, 2004, p. 20).

²⁷⁷ Compra, doação, legado, herança, recolha, achado, transferência, permuta, afetação permanente, preferência, dação em pagamento (cf. Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo III, Secção II, Art.º 26.º).

²⁷⁸ Compra, doação, achado ou transferência.

²⁷⁹ Cf. EDSON, Gary; DEAN, David. *The Handbook for Museums*. London/New York: Routledge, 1994, pp. 30-32.

²⁸⁰ Neste caso concreto, o MCIC/IPC, apesar de ser a entidade tutelar do Museu da Ribeira Grande de Santiago, não é o proprietário de alguns desses espaços/imóveis contemplados no circuito de visita, daí decorrendo a inevitabilidade de diálogo entre diferentes atores. O que acontece em Mértola é paradigmático do que dissemos, em virtude de a Ermida/Capela de São Sebastião, tutelada pelo Município, estar localizada no pátio da Escola Secundária, que é tutelada pelo Ministério da Educação.

²⁸¹ Situação salvaguardada na legislação cabo-verdiana (cf. Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo III, Secção, Art.º 27.º).

Inventário e Documentação

O conceito de inventário foi evoluindo ao longo do tempo, daí decorrendo um alargamento da sua definição, ao ponto de atualmente corresponder a uma das funções inerentes ao conceito de museu. Relativamente a este assunto, a legislação consigna:

«1 – O inventário museológico é a relação exaustiva dos bens culturais que constituem o acervo do próprio museu, independentemente da modalidade de incorporação.

2 – o inventário museológico visa a identificação e individualização de cada bem cultural e integra a respetiva documentação de acordo com as normas técnicas mas adequadas à sua natureza e características.»²⁸².

A inventariação²⁸³, parte componente do processo de documentação²⁸⁴, para além de permitir a localização e identificação/reconhecimento de um objeto, é um dos recursos essenciais para a investigação, gestão do acervo, acesso público, exposição, educação e segurança. A efetivação plena da inventariação museológica só é possível alcançar se forem utilizados instrumentos, critérios, métodos, práticas e linguagens normalizados²⁸⁵, compactando-se e estruturando-se esses registos em categorias ou campos específicos²⁸⁶.

²⁸² Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo III, Secção II, Art.º 29.º. Visto a legislação cabo-verdiana ser incompleta relativamente a esta matéria, não escalpelizando convenientemente todos os padrões a considerar aquando desse momento de identificação dos bens museológicos, sentimos a necessidade de nos sustentar em partes da homóloga lusa (cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo II, Secção IV, Art.º 15.º a Art.º 26.º).

²⁸³ O CIDOC, constituído em 1950 como um dos comités internacionais do ICOM, tem ao longo dos anos procurado sensibilizar a comunidade museológica acerca da importância da documentação para museus e para as suas coleções. Em 1995, foi publicado um texto para agilizar o cumprimento de princípios básicos relacionados com este domínio. Recentemente, foi editada a “Declaração de Princípios de Documentos em Museus”, cujo teor os compromete a respeitar um conjunto de normas que, apesar de já conhecidas, não estavam formalmente implementadas.

²⁸⁴ «La documentación de las obras en un museo resulta una labor compleja que incluye múltiples aspectos desde el tratamiento legal que se les otorga hasta los aspectos descriptivos que las caracterizan. Comprende las funciones de registro, inventario, control de los movimientos de los objetos y catalogación (documentación científica) de las piezas.» (ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. *Museología y museografía*, 3.ª ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2006, p. 159).

²⁸⁵ Numa investigação relativa a este tema, foi demonstrada a pertinência da utilização do SPECTRUM (The UK Museum Collections Management Standard), tida como uma das mais bem elaboradas normas de procedimento para a gestão de coleções (cf. MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro. *SPECTRUM: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras/Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2012. Página consultada a 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67304?locale=pt>).

²⁸⁶ Cf. BOYLAN, Patrick J, *Running...*, op. cit., pp. 31-50.

O atual sistema de inventariação dos museus de Cabo Verde é feito através de um ficheiro manual, dele constando normas comuns e indicadores direcionados para determinados segmentos²⁸⁷. Apesar de reiteradamente se considerar conveniente adaptá-lo às práticas museológicas vigentes, tal propósito tem sido constantemente adiado, evocando-se para tal a falta de disponibilidade financeira para a aquisição de uma plataforma informática e a necessidade de capacitar técnicos para a gestão desta ferramenta de trabalho.

Num futuro próximo, há a intenção de rever esta situação, estando prevista para breve a formulação de sistemas de registo personalizados para os vários grupos do Património Cultural, estando a sua conclusão prevista para 2021. Por outro lado, atendendo à expressividade do Património Ambiental, consubstanciada na grande quantidade de parques naturais dispersos por várias ilhas, objetivamos ser necessário inventariarem-se esses bens, cabendo essa tarefa ao Ministério da Agricultura e Ambiente.

Na proposta a apresentar constata-se, em razão do ecletismo dos bens dispersos pelo Sítio, a pertinência de se conceberem registos setoriais através de ficheiros metodológicos ou classificatórios. Se para todas as categorias existem itens transversais, é necessário atender às particularidades de cada uma delas e adereçar-lhes os respetivos parâmetros distintivos. Esta dicotomia é evidente entre os diferentes segmentos – Material e Imaterial –, do Património Cultural, mas é ainda mais vincada entre este e o Património Ambiental.

Todo o acervo do Museu da Ribeira Grande de Santiago terá um número de inventário sequencial e irrepetível, composto por um número de série com cinco dígitos, antecedido do nome da instituição, da classe patrimonial e da tipologia específica desse acervo. Para aclarar o explicitado, vejamos dois exemplos: MRGS²⁸⁸. PCE²⁸⁹. REL²⁹⁰.00001; MRGS. PCM²⁹¹. ESC²⁹². 00002. Próximo desses testemunhos deverão estar, colocados em suportes acrílicos amovíveis²⁹³, dados históricos relevantes dessa peça, com o número de registo e de inventário.

²⁸⁷ Anteriormente, foram elaborados modelos para o Património Edificado e para alguns domínios do Património Imaterial (morna, tabanca e festas de São João). De realçar as fichas de inventário do Museu de Documentos Especiais preparadas para diferentes tipos de acervos.

²⁸⁸ Museu da Ribeira Grande de Santiago.

²⁸⁹ Património Cultural Edificado.

²⁹⁰ Religioso.

²⁹¹ Património Cultural Móvel.

²⁹² Escultura.

²⁹³ A escolha deste mobiliário deve-se ao facto de esteticamente ser mais apelativo e de os textos explicativos puderem ser mudados ou retirados do lugar, caso seja necessário.

Esses bens serão registados num Livro de Tombo²⁹⁴, que terá de ser atualizado periodicamente, estando nele incluída informação completa, precisa e sucinta sobre cada um daqueles²⁹⁵, ter papel de suporte de boa qualidade e fixo, em tamanho A4, ser escrito a lápis e apresentar as páginas numeradas e rubricadas. Na página inicial deve apresentar-se o “Termo de Abertura”²⁹⁶ e na última o “Termo de Encerramento”²⁹⁷.

A Ficha de Inventário tem por objetivo arrolar todos os elementos considerados pertinentes para o conhecimento dos testemunhos. Atendendo à latitude da nossa proposta, sugerimos a utilização do sistema de gestão de coleções – *o in patrimonium* –, em virtude de conseguir combinar num mesmo programa diferentes aplicações – *in doc*, *in natura*, *in memoria* –, o que permite uma melhor gestão e integração patrimonial.

Um registo fotográfico acompanhará este procedimento²⁹⁸, com o intuito de identificar esse acervo, fundamentar o descrito e enfatizar os detalhes mais significativos. O nome do ficheiro dessa imagem coincide com o número de inventário, identificando-se as restantes imagens desse testemunho com o mesmo número e em sequência abecedária, conseguindo-se deste modo identificar a que bens pertencem: MRGS. PCE. REL. 00001; MRGS. PCE. REL. 00001a. Importa igualmente aludir à conveniência da datação desses ficheiros e definir a sua localização permanente. O formato e dimensão das imagens na base de dados é outro tema a considerar futuramente.

Conservação²⁹⁹

As coleções são o principal ativo dos museus, sendo por isso necessário atuar profilaticamente para que seja possível acautelar e evitar que estas se danifiquem. A tarefa de preservação/conservação³⁰⁰ está adstrita a um conservador, que deve antever as

²⁹⁴ Também designado por Livro Geral de Inventário ou Livro de Registo.

²⁹⁵ Variável consoante a tipologia patrimonial, embora em relação ao Património Cultural, principalmente o Material, muitos campos sejam similares.

²⁹⁶ Onde se indica o número do livro, o número total de páginas, a identificação da instituição, a data de registo e a assinatura do responsável do Museu.

²⁹⁷ Estando nele inserido o número total de folhas, a identificação do livro subsequente, a identificação do Museu e a assinatura do seu responsável.

²⁹⁸ Para dispormos de um termo de comparação, devem ser incluídas imagens reveladoras da sua funcionalidade e estado de conservação ao longo do tempo.

²⁹⁹ No Decreto-Lei n.º 30/2016, este item não está devidamente desenvolvido, agrupando-se com a Segurança, denominando-se essa rubrica de “Responsabilidades”. O redigido verteu partes do legislado no Brasil e em Portugal, não apresentando sequência lógica e conclusiva (cf. Lei n.º 47/2004... de 19 de agosto, Capítulo II, Secção V e VI; Lei n.º 11/904..., de 15 de janeiro 2009, Capítulo II, Secção II, Subsecção I).

³⁰⁰ «The essential difference between preventive and remedial conservation is that good preventive conservation should avoid to need for remedial conservation. Preventive conservation is about ensuring that the museum's collection are stored displayed, handled and maintained in ways which do not lead to

situações para evitar a sua deterioração e conseqüente restauro, recorrendo-se a esta última operação só quando for estritamente necessário³⁰¹.

Atendendo à polivalência do acervo pensado para o Museu da Ribeira Grande de Santiago, será necessária uma constante monitorização das causas que o podem danificar irremediavelmente³⁰². No caso do nosso projeto, relativamente ao Património Imóvel, os fatores humanos e os desastres naturais serão os que contribuirão de uma forma mais evidente para que tal possa vir a acontecer. No que tange ao Património Móvel, os cuidados a ter deverão ser transversais aos quatro grupos citados. Em ambos os casos, a elaboração das Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva³⁰³ assume-se como um instrumento válido para garantir a efetiva a salvaguarda desses testemunhos.

Os vários nós museológicos e as estruturas de apoio terão de ser abrangidos por estes mesmos critérios de conservação, quer os que forem construídos de raiz, que já devem contemplar soluções para se evitar a manifestação de alguns desses agentes deteriorantes, quer os que forem abrangidas por um processo de requalificação, devendo-se neste caso saber como congregar a vetustez e a originalidade do edifício com os princípios recomendados para a sua preservação.

Ainda em relação a este ponto, consideramos imperioso constituir-se na Praia um laboratório de conservação e restauro para que todos os bens móveis pertencentes a instituições museológicas cabo-verdianas possam ser para aí enviados. Porém, atendendo às fragilidades patentes neste domínio, pensamos ser indispensável o estabelecimento de acordos com instituições estrangeiras para ajudar a suprir essas lacunas, seja através do envio de material para Cabo Verde, ou da participação de técnicos desse país em formações por elas ministradas.

deterioration. Remedial conservation is about repairing damage or decay to collections, using techniques which are reversible. » (AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin. *Museum Basics*. London/New York: Routledge, 1993, p. 162).

³⁰¹ «A conservation plan will help to provide a framework for establishing and maintaining appropriate standards of collections care and for setting priorities for remedial conservation work.» (*Ibidem*, p. 158).

³⁰² Os agentes de deterioração dividem-se em quatro grupos: fatores naturais (humidade relativa, temperatura, luz e poluição atmosférica), agentes biológicos (insetos, micro-organismos e pragas), fatores humanos (fogo, assaltos, vandalismo, manuseamento descuidado, uso impróprio e negligência), desastres naturais (inundações, tempestades, manifestações sísmicas, erupções vulcânicas e avalanches) (cf. EDSON, Gary; DEAN, David, *The Handbook...*, *op. cit.*, p. 94).

³⁰³ Sequenciadas por várias etapas até à sua efetiva formalização (cf. AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin, *Museum ...*, *op. cit.*, pp. 158-160).

Segurança

«Os museus devem dispor de condições de segurança e de um plano indispensável para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob a sua guarda, bem como dos usuários, dos respetivos funcionários e das instalações.»³⁰⁴

Para o efeito consignam-se colaboradores, dispositivos mecânicos e eletrónicos, atividades de limpeza, monitorização ambiental, alarmes/vigilância, práticas de gestão de coleções e um plano de segurança³⁰⁵, com o propósito de se precaverem crimes contra a propriedade e acidentes naturais³⁰⁶ que possam colocar em risco instalações e acervo³⁰⁷.

Mais do que formação neste domínio, o eficaz cumprimento desta função museológica depende muito da ação e do comportamento das pessoas – técnicos, vigilantes e públicos –, na medida em que uma atitude menos oportuna pode colocar em causa a eficácia do equipamento, enquanto uma atuação profilática pode contribuir para suprir a lacuna de um ineficiente sistema de deteção³⁰⁸. Assim, é necessário que todos os que trabalham num museu tenham um conhecimento profundo do acervo que o compõe. Assim como dos procedimentos utilizados na sua locomoção interna³⁰⁹.

No caso do Museu da Ribeira Grande de Santiago, em razão da sua expansão territorial, e do facto de na proposta por apresentada se considerar a readaptação de alguns edifícios ou a construção de outros, este item terá de ser muito bem equacionado, daí resultando a inevitabilidade de se otimizar todos os recursos e meios para assegurar a monitorização e salvaguarda dos continentes e conteúdos museológicos.

³⁰⁴ Decreto-Lei n.º 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo III, Art.º 33.º.

³⁰⁵ Cf. EDSON, Gary; DEAN, David, *The Handbook...*, *op. cit.*, pp. 54-62.

³⁰⁶ No caso da Ribeira Grande de Santiago estes são, caso venha a ocorrer qualquer manifestação desta índole, os fenómenos mais prováveis de acontecer.

³⁰⁷ Este tópico não foi devidamente aclarado no Decreto-Lei n.º 30/2016, contrariamente ao formulado na legislação portuguesa (cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo II, Secção VI, Art.º 32.º a 38.º).

³⁰⁸ Cf. CASANOVAS, Luís Efreim Elias. “Conservação Preventiva e Condições Ambiente. Segurança”. In. ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.). *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 173.

³⁰⁹ Cf. ROMÁN, Juan José. “Seguridad”. In. RICO, Juan Carlos. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 321-322.

Interpretação e Exposição

Sendo esta função a mais visível da atividade museológica, consideramos estranho não ter sido contemplada no Decreto-Lei 30/2016, pelo que para sustentar o recomendado suportar-nos-emos na legislação portuguesa:

«*Conhecimento dos bens culturais*

1 – A interpretação e a exposição constituem as formas de dar a conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu de forma a propiciar o seu acesso pelo público.

2 – O museu utiliza, sempre que possível, novas tecnologias de comunicação e informação, designadamente a Internet, na divulgação dos bens culturais e das suas iniciativas.»³¹⁰.

Em linguagem museológica, a interpretação³¹¹ concretiza-se através da explicação que nos é dada acerca do significado de um objeto, podendo esse ato revestir-se de maior ou menor complexidade e ser transmitido de diferentes formas³¹². No entanto, decidir como veicular essa informação por via interpretativa obedece ao reconhecimento de três pressupostos que ditarão a forma como essa mensagem vai ser transmitida: identificar o público-alvo, o que visa alcançar essa interpretação, qual a técnica de comunicação mais adequada³¹³.

Uma exposição, à qual estão associadas quatro funções³¹⁴ e que é fruída de diferentes formas³¹⁵, tem como objetivo colocar à disposição do público os bens culturais pertencentes a uma instituição. Para tal utilizam-se estratégias comunicacionais, com o

³¹⁰ Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo II, Secção VII, Art. 39.º.

³¹¹ No âmbito patrimonial podemos buscar a génese deste conceito aos parques nacionais e aos sítios históricos da América do Norte.

³¹² Cf. AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin, *Museum...*, op. cit., p. 67.

³¹³ Cf. *ibidem*, pp. 68-71.

³¹⁴ Simbólica – centrada na glorificação religiosa ou política; comercial – focalizada nessa vertente; documental – relacionada com aspetos informativos e científicos das obras; e estética – direcionada para o valor artístico (cf. ALONSO FERNÁNDEZ, Luis; GARCÍA FERNÁNDEZ, Isabel. *Diseño de exposiciones. Concepto, instalación y montaje*. Madrid: Alianza Editorial, 1999, p. 18).

³¹⁵ Contemplação – percepção individual e por vezes emocional dos objetos expostos; compreensão – identificação relacional do acervo num determinado contexto ou em relação a um tema específico; descoberta – exploração intelectual e visual de um grupo de bens; interação – aferição através da utilização dos vários sentidos de um ou vários testemunhos que fazem parte de uma coleção (Cf. LORD, Barry; LORD, Gail Dexter. *The Manual of Museum Exhibitions*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2002, pp. 20-21).

intuito de provocar sensações, potenciar momentos reflexivos e transmitir conhecimento³¹⁶.

Conseguindo-se conciliar estes fatores, é possível transformar algum aspeto dos interesses, atitudes ou valores afetivos do visitante, através da descoberta, por parte dele, de significados nos testemunhos expostos, descoberta essa estimulada e sustentada pela confiança que deposita na autenticidade do acervo exibido³¹⁷. Esta é a função que de um modo mais visível³¹⁸ permite ao museu manifestar o seu papel cultural e educativo³¹⁹.

Ainda dentro desta perspetiva de análise, é frequente sobrecarregarem-se as exposições – excesso de dados, informação e objetos –, concorrendo para esta circunstância o facto da equipa responsável pela sua conceção não ter bem definidos os seus objetivos, o que obviamente influi na qualidade do que é mostrado³²⁰. Daqui se depreende a necessidade de se privilegiar a qualidade do espólio, em detrimento da quantidade.

Atualmente, vivemos numa sociedade em que as tecnologias são uma poderosa ferramenta de comunicação, permitindo que a mensagem veiculada seja difundida de um modo mais assertivo e próximo do visitante³²¹, tornando os circuitos expositivos mais dinâmicos, interativos e inteligíveis³²². Porém, terá sempre de existir a consciência de que aquelas são, apenas e só, elementos de apoio à exposição, sem nunca substituir o objeto real, mas antes auxiliar à sua significação³²³. Estes dispositivos, apesar das evidentes vantagens que podem trazer ao processo interpretativo, têm de ser utilizados com a devida

³¹⁶ «[...] exhibition is more than simply a process of presenting things. It is also a collective creative activity with an overall goal of communicating a message or messages – that is the medium of channel of expression.» (EDSON, Gary; DEAN, David, *The Handbook...*, op. cit., p. 151).

³¹⁷ Cf. LORD, Barry; LORD, Gail Dexter, *The Manual...*, op. cit., p. 18.

³¹⁸ Ideia reiterada por vários autores (cf. RIVIÈRE, Georges Henri, *La Muséologie...*, op. cit., p. 265; EDSON, Gary; DEAN, David, *The Handbook...*, op. cit., p. 148; SPENCER, Hugh A D. “Exhibition Development”. In. LORD, Gail Dexter; LORD, Barry. *The manual of museum planning*, 2.nd edition. Altamira Press: Walnut Creek, 2001, p. 155).

³¹⁹ Cf. NABAIS, António José C. Maia; CARVALHO, José Maria da Cruz de. “O discurso expositivo”. In. ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.). *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 138.

³²⁰ Cf. HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Los museos y sus visitantes*. Gijón: Ediciones Trea, 1998, p. 211.

³²¹ Cf. LORD, Barry; LORD, Gail Dexter, *The Manual...*, op. cit., p. 214.

³²² «[...] los lenguajes audiovisuales suscitarán emociones que a su vez son portadoras de significaciones.» (JIMENEZ MARTÍNEZ, García. “Los medios audiovisuales”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, p. 466).

³²³ Cf. ALONSO FERNÁNDEZ, Luis; GARCÍA FERNÁNDEZ, Isabel, *Diseño...*, op. cit., p. 104.

parcimónia³²⁴, embora cada vez mais a necessidade da sua utilização em contexto museológico seja manifesta³²⁵.

O *website* será um privilegiado meio de divulgação do Museu da Ribeira Grande de Santiago³²⁶, visto poder ser consultado em qualquer parte do mundo³²⁷, disponibilizando produtos³²⁸ e serviços³²⁹ a quem ele aceder.

Ainda sobre este tema, está expresso na Lei n.º 47/2004:

«Exposição e divulgação

1 – O museu apresenta os bens culturais que constituem o respectivo acervo através de um plano de exposições que contemple, designadamente, exposições permanentes, temporárias e itinerantes.

2 – O plano de exposições deve ser baseado nas características das colecções e em programas de investigação.

*3 – O museu define e executa um plano de edições, em diferentes suportes, adequado à sua vocação e tipologia e desenvolve programas culturais diversificados.»*³³⁰.

A proposta expositiva permanente/longa duração³³¹ de cariz científico e didático por nós enunciada para o Museu da Ribeira Grande de Santiago, tendo em conta o conhecimento que temos do Sítio, é adequada àquele contexto, dada a sua significância para a História Cultura e Identidade de Cabo Verde. Assim, parece-nos pertinente fazer confluir nesse

³²⁴ «A tentação de substituir o objecto que não se tem por uma réplica digital, de fazer uma espectacular reconstrução sem uma sólida base científica ou de sufocar a informação pela mera experiência sensorial, são perigos reais que deverão ser considerados pelos profissionais dos museus.» (GARCIA, Nuno Guina. *O museu entre a cultura e o mercado: um equilíbrio instável*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003, p. 100).

³²⁵ Cf. *ibidem*, p. 98.

³²⁶ Decorrente desta vantagem, tem de se considerar alargar a informação disponibilizada à língua inglesa, e francesa, seguindo-se o mesmo critério do utilizado no mobiliário do circuito expositivo.

³²⁷ No passado, o projeto “Cidade Velha Virtual”, que facultava conteúdos diversificados de cariz pedagógico, científico, cultural, turístico e lúdico, serviu esse propósito.

³²⁸ Visitas ao Sítio, às suas extensões museológicas e imagens do seu acervo.

³²⁹ Compra de ingressos para visita – presencial ou virtual – ao museu e merchandising.

³³⁰ Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo II, Secção VII, Art.º 40.º.

³³¹ Embora essas edições tenham sido publicadas há bastante tempo, dois autores apresentam-nos considerações bastante pertinentes sobre este tema e as terminologias acima assinaladas (cf. BELCHER, Michael. *Exhibitions in Museums*. Leicester: Leicester University Press, 1991, pp. 44-47; BOYLAN, Patrick J, *Running ...*, op. cit., p. 99).

vetusto assentamento urbano uma unidade museológica composta por testemunhos culturais e ambientais não deslocalizados, diversas extensões tipologicamente distintas e centros interpretativos direcionados para temáticas específicas³³².

Todavia, há que ter sempre em atenção que esses bens só conseguem adquirir verdadeiramente um discurso lógico e inteligível quando interrelacionados uns com os outros, conseguindo-se esse propósito através da formulação de um circuito de visita com uma sequência temporal, espacial e factual. De igual modo, saber calcorrear devidamente as fases de processo de uma exposição – pesquisa, proposta, formação do grupo de trabalho, planeamento e *design*, produção, operacionalização e avaliação – é condição essencial para que esta possa ser devidamente preparada e apresentada³³³.

Centro de Acolhimento e de Informação Turística

Instalado numa casa antiga casa senhorial localizada em frente ao que outrora foi o Forte do Presídio e não muito distante do Pelourinho, espera-se que possa cumprir as funções direcionadas para este tipo de estruturas: orientar, informar e apoiar. Em razão de sero ponto de partida desse percurso, é importante que aí seja exibido, com a duração máxima de dez minutos, um documentário que retrate fielmente a evolução da cidade desde a sua fundação até à atualidade.

A disponibilização de um mapa interativo do Sítio e do concelho a indicar o posicionamento geográfico dos testemunhos patrimoniais não deslocalizados, das extensões museológicas e dos centros interpelativos, acompanhado de pequenos textos explicativos (com opção de som) e imagens sobre os mesmos, é outra estratégia pensada.

Este local servirá igualmente para a venda de ingressos, mapas, livros e outras edições em papel, aluguer de dispositivos audiovisuais ou virtuais multilingue³³⁴, distribuir o fluxo de visitantes e fazer a sua contabilização para fins estatísticos.

³³² Ideia comungada por Nélide Rodrigues (cf. Anexo 7)

³³³ Cf. SPENCER, Hugh A D., “Exhibition...”, *op. cit.*, pp. 157-162.

³³⁴ Português, Inglês, Francês.



Figura 47 Casa senhorial em frente ao Forte do Presídio
© José Filipe Silva (abril 2019)

Centros de Interpretação

Atendendo à tipologia museológica pensada e às características e condicionantes do Sítio, a implementação destas estruturas com conteúdos direcionados para temáticas específicas é de superlativa importância para nos ajudar a fazer a significação desses segmentos patrimoniais.

Como recursos interpretativos preconizamos a reconstrução/ilustração imagética simples ou digital em 2D e 3D, essencial para atenuar a ausência da integralidade construtiva de muito desse legado, documentários audiovisuais, maquetes, painéis descritivos e modelos tridimensionais.

Estas estruturas devem estar localizadas perto dos monumentos mais representativos dessa categoria ou que melhor permitam a posterior inteligibilidade dos mesmos. Assim propomos: Centro Interpretativo de Arqueologia Subaquática, próximo do Largo do Pelourinho; Centro de Interpretação Ambiental, na Pousada de São Pedro; Centro Interpretativo do Património Religioso, junto da Sé, no imóvel ocupado pelo Gabinete Técnico do IPC³³⁵, e onde se preconiza instalar a respetiva extensão museológica; Centro Interpretativo do Património Militar, no edifício contíguo à Fortaleza Real de São Filipe, que por ser a última etapa do circuito de visita deverá estar apetrechado de uma cafetaria e de uma loja.

³³⁵ Decorrendo desta situação a sua transferência para um outro espaço.

Parque Arqueológico Subaquático

No fundo do oceano, próximo e ao largo da Ribeira Grande de Santiago, jazem verdadeiras cápsulas do tempo – muitos navios e outros objetos a eles pertencentes –, que guardam vestígios atestadores da sua importância estratégica ao longo dos séculos. Esta proposta permitirá a todos os que o quiserem fazer, entrar em contacto com esse espólio.

Perspetivamos que essa experiência possa ser feita através de mergulho, desde que devidamente acompanhado e monitorizado³³⁶, ou de um barco revestido de fundo transparente³³⁷. A nível comunicacional sugestiona-se colocar junto a esses bens mobiliário expositivo concebido para o efeito e disponibilizar um dispositivo eletrónico de georreferenciação.



Figura 48 Atividades de mergulho junto à costa
© José Filipe Silva (novembro 2016)

Património Edificado

A leitura *in situ* dos testemunhos dispersos pelo território, em razão do seu estado de conservação, merecerá abordagens interpretativas diferenciadas. Os que permanecem completamente legíveis bastará colocar junto deles textos multilingues³³⁸ claros e concisos. Para os que estão em ruína parcial ou total e os já desaparecidos, para além dessas descrições, a inserção de um painel transparente, colocado nas imediações desses

³³⁶ Em agosto e setembro de 2019, no quadro do projeto MARGULLAR foi facultada formação neste domínio aos técnicos do IPC e da Comissão Nacional para Proteção e Valorização do Património Cultural Subaquático.

³³⁷ Metodologia expositiva já aplicada no arquipélago do Açores, onde existem vários parques arqueológicos subaquáticos visitáveis. O primeiro foi criado em 2005, na baía de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, local onde, similarmente ao ocorrido na Ribeira Grande de Santiago, se conhece a existência muitos naufrágios.

³³⁸ Português, inglês e francês.

vestígios, com desenho de perspetiva à escala, servirá para nos dar uma perspetiva do que foi outrora a sua morfologia e dimensão.



Figura 49 Testemunho parcialmente legível (Sé)
© José Filipe Silva (abril 2019)



Figura 50 Testemunho legível (Pelourinho)
© José Filipe Silva (abril 2019)

Extensão da Escravatura

Porque estamos a falar de um tema propenso a ferir suscetibilidades, parece-nos que a constituição de um museu de consciência/memorial, muito direcionado para a abordagem multissensorial, em detrimento de um museu somente histórico-diacrónico, será a via mais coerente a considerar. A falta de objetos para sustentar o discurso expositivo colmatar-se-á, como acontece em museus de referência³³⁹ com esta abordagem interpretativa.

Se for possível, julgamos adequado que esta extensão fique situada num edifício próximo ao porto, em virtude de ter sido aí o local de desembarque dos escravos, estabelecendo-se deste modo uma estreita conexão entre o apresentado e o imaginário dos visitantes, que ao olharem para o mar poderão recriar mentalmente esse momento.

Extensão do Património Imaterial

Estruturado em vários domínios para que seja possível perceber as várias componentes que fazem parte da essência deste Lugar de Memória e que ajudam a consubstanciar a aura que o envolve. A este respeito, lembrar que o Critério VI³⁴⁰ foi muito valorado

³³⁹ O Museu da Escravatura de Liverpool e o Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana dos Estados Unidos da América são dois bons exemplos do que se possa vir a fazer na Ribeira Grande de Santiago. Realidades próximas ao nosso objeto de estudo – Museu da Escravatura de Luanda e a Casa dos Escravos de Gorée e o Mercado de Escravos de Lagos – devem igualmente ser examinadas.

³⁴⁰ Estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, ideias ou crenças, trabalhos artísticos e literários com proeminente importância para a Humanidade.

aquando da classificação da Ribeira Grande de Santiago como Património da Humanidade.

A música e a dança, com destaque para os grupos de tabanca e as batucadeiras, a rica e variada gastronomia e a língua crioula³⁴¹ são temáticas que merecem ser abordadas. Atendendo à especificidade de cada uma delas fará sentido conceber-se um circuito expositivo independente que, para além da mostra de objetos, utilize suportes audiovisuais e interativos como complemento dessa estratégia comunicacional.

A participação da comunidade nas atividades promovidas é fundamental para imprimir genuinidade e realismo a esse discurso, e também para que se sintam parte integrante e fundamental deste projeto. A parceria com restaurantes locais será uma boa opção para proporcionar aos visitantes a degustação de comida típica do concelho da Ribeira Grande de Santiago, acompanhada de música e dança, conseguindo-se assim reunir todos os tópicos abordados nesta extensão museológica³⁴².

Extensão de Arte Sacra

No passado, a ideia de se constituir um museu para este segmento patrimonial foi aventada, mas sem nunca ter tido a devida sustentação científica, como o comprova a hipótese para a sua inclusão na Capela de São Roque, um templo de dimensões diminutas e de difícil acesso.

Atendendo ao explicitado, a sua localização deverá suscitar ponderada reflexão³⁴³. O ideal, tal como acontece com outros museus tipologicamente similares, seria instalá-lo num espaço parcialmente desafeto ao culto³⁴⁴, mas essa hipótese é pouco viável, pelo que é necessário considerar outras alternativas. Alojá-lo no edifício atualmente ocupado pelos técnicos do IPC, onde coabitaria com o Centro Interpretativo do Património Religioso, é a possibilidade que vislumbramos como mais plausível. Porém, o facto de esse local ser escondido e de poder vir a receber espólio de valor considerável, são variáveis a considerar no plano de segurança a elaborar.

³⁴¹ Recordar que no Plano de Gestão 2019-2022, uma das medidas preconizadas é a constituição do Centro Interpretativo da Língua Cabo-Verdiana.

³⁴² Ideia comungada por Charles Akibodé (cf. Anexo 6).

³⁴³ «Penso que em Cabo Verde é perfeitamente viável criar um Museu de Arte Sacra, não como um depósito do espólio da Igreja, mas como um espaço expositivo e didático. Nesse sentido, o diálogo com as autoridades eclesiais será fundamental para se atingir esse propósito.» (Ibidem).

³⁴⁴ Veja-se o caso do Museu de Arte Sacra de Mértola, alojado na Igreja da Misericórdia.

É de igual modo premente começar a pensar na sua coleção. No nosso entendimento, objetos³⁴⁵, imagens, alfaias litúrgicas e pinturas pertencentes à Diocese de Santiago, dispersos por várias igrejas e capelas do concelho da Ribeira Grande de Santiago e da Ilha de Santiago, encaixariam na perfeição no sugerido.

A visualização de várias procissões que se realizam na Ribeira Grande de Santiago, com destaque para a do Santíssimo Nome de Jesus, e a “História de Vida” do padre Custódio Ferreira de Campos³⁴⁶, suportada em depoimentos e imagens, são outras possibilidades a observar.



Figura 51 Pia batismal acondicionada em cima de um pneu no Museu de Arqueologia
© José Filipe Silva (abril 2019)

Reconstituição de uma casa tradicional

Sendo esta proposta museológica focalizada numa perspetiva diacrónica, julgamos que esta extensão, inserida numa das casas tradicionais subsistentes na Rua Banana ou Carreira³⁴⁷, poderá mostrar o modo de vida atual da sua população. Em todos os seus compartimentos deverão ser adereçados elementos constitutivos do seu dia-a-dia, relacionados com aspetos da vida familiar, vicinal e laboral. Para que este espaço seja o mais autêntico possível, a coleta do seu acervo terá de ser feita junto dos habitantes locais ou nas comunidades rurais do concelho da Ribeira Grande de Santiago.

³⁴⁵ No Museu de Arqueologia está, fora do circuito expositivo uma pia batismal, provavelmente do século XVII, que pode ser recrutada para essa extensão.

³⁴⁶ Durante mais de cinquenta anos foi o pároco da Ribeira Grande de Santiago.

³⁴⁷ Notar que estas habitações nos remetem para um tipo de construção do século XIX.



Figura 52 Aspeto exterior de uma casa tradicional na Rua Carreira
© José Filipe Silva (abril 2019)

Património Ambiental

O verdejante vale e as achadas circundantes conferem à Ribeira Grande de Santiago uma paisagem singular, pouco alterada desde os primórdios da ocupação populacional desta ilha. Por essa razão, consideramos importante a existência de um centro interpretativo da paisagem, orientado para conhecimento das espécies da fauna e da flora que aí habitam³⁴⁸, e de algumas atividades ligadas ao Património Imaterial, como é o caso da fabricação do grogue, nos vários trapiches dispersos pelo vale.



Figura 53 Perspetiva do interior do vale,
visto desde a Fortaleza Real de São Filipe
© José Filipe Silva (abril 2019)

³⁴⁸ A ideia “Cidade Velha Verde” é uma hipótese a considerar (cf. Anexo 6).

Através de exposições temporárias³⁴⁹ intentar-se-á dar a conhecer obras de pintura, escultura, artesanato e fotografia de artistas cabo-verdianos, de preferência naturais do concelho da Ribeira Grande de Santiago. A evocação de acontecimentos ou datas importantes³⁵⁰ também se inclui nesse segmento expositivo. Pelo exposto, consideramos que o Centro Cultural da Cidade Velha³⁵¹, situado na confluência entre o Largo do Pelourinho e dos bairros de São Brás e de São Pedro, onde se realizam iniciativas deste género, seja o espaço ideal para a sua realização.



Figura 54 Interior do Centro Cultural da Cidade Velha
© Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago

As exposições itinerantes³⁵² e as coleções de estudo³⁵³ constituirão outro tipo de ações a realizar, principalmente em algumas escolas e instituições (lares, centros de dia ou hospitais). Em virtude dessa deslocação poder danificar esses bens, é necessário observar-se um conjunto de condicionantes a ter em conta desde eles saem do seu local origem até ao seu regresso³⁵⁴. Todavia, atendendo à especificidade da coleção do Museu da Ribeira Grande de Santiago, essa escolha será reduzida. Por essa razão, julgamos importante a

³⁴⁹ «[...] posee una duración limitada, se concibe como un proyecto más concreto y circunstancial, y es el medio más habitual de proyección sociocultural tanto de los museos para su programa de actividades periódicas, como de los demás espacios e instituciones de actividad expositiva.» (ALONSO FERNÁNDEZ, Luis, *Museología...*, op. cit., p. 207).

³⁵⁰ Dia da Independência Nacional, Dia Nacional da Cultura, Dia Internacional dos Museus, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.

³⁵¹ Que pode igualmente ser utilizado como auditório.

³⁵² «In general, travelling exhibitions aim to offer the opportunity to see them to a greater and more diverse population, in different locations.» (BOYLAN, Patrick J, *Running...*, op. cit., p. 93).

³⁵³ Tal como as galerias de estudo tem uma função pedagógica e utilizam objetos provenientes das reservas.

³⁵⁴ Cf. MORENO MARTÍNEZ, Jesús; DELGADO IGLESIAS, Francisco Javier. “Gestión económica y producción”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 106-107.

produção *kits* e/ou maletas pedagógicas contendo réplicas à escala do Património Edificado³⁵⁵, imagens fotográficas, gravações audiovisuais e jogos didáticos.

As questões técnicas – iluminação e suportes expositivos – e de conteúdo – texto e legendagem – deverão merecer atenção especial, isto porque, se estes elementos não estiverem adequadamente dispostos, fazem eclipsar a eficácia comunicacional de uma exposição.

A iluminação se não for devidamente controlada, causará graves danos no espólio museológico. Este mecanismo terá de ser usado com a quantidade de radiação certa para se descobrirem nitidamente os aspetos estéticos das obras de modo a não prejudicar a mensagem a transmitir. Os dispositivos luminotécnicos deverão estar apetrechados com sensores automáticos de presença, para se evitar o bombardeamento incessante de radiações sobre os testemunhos³⁵⁶. Atendendo a estas circunstâncias, aquando da planificação deste projecto museológico, esta questão terá de merecer especial atenção³⁵⁷.

Os suportes expositivos – vitrinas, painéis, plintos e plataformas – requererão a mesma atenção que os restantes itens. Atendendo à sua natureza, deverão ser dispostos de um modo clarividente, sendo expectável que a sua conceção esteja em consonância com o *design* dos espaços, conferindo-lhe homogeneidade. Por sua vez, os materiais utilizados na sua construção – estruturais, de controlo ou de decoração – terão de ser de boa qualidade³⁵⁸.

Num circuito museológico, quando explicitadas convenientemente, as tabelas³⁵⁹ são um importante instrumento de apoio para os públicos, tornando a interpretação dos objetos

³⁵⁵ Esta atividade deverá ser executada preferencialmente por artesãos locais. Nesse sentido, promover-se-ão oficinas práticas direcionadas para este tipo de trabalhos.

³⁵⁶ Julgamos que as energias renováveis, nomeadamente a eólica e a solar, seriam uma boa opção para abastecer esta rede museológica.

³⁵⁷ Parece-nos relevante destacar alguns trabalhos que dão ênfase a esta rubrica (cf. THOMSON, Garry, *The Museum Environment*. Oxford: Butterworth-Heinemann Ltd., 1986, pp. 164-209; ALONSO FERNÁNDEZ, Luis; GARCÍA FERNÁNDEZ, Isabel, *Diseño...*, op. cit., pp. 81-95; LATOVA FERNÁNDEZ -LUNA, José. “Iluminación de museos”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 127-154; PUENTE GARCÍA, Raquel; RODRIGUEZ LORITE, Miguel Angel. “Iluminación, tecnología y diseño”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 155-203).

³⁵⁸ Cf. RICO, Juan Carlos. “Soportes y materiales”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 525-640.

³⁵⁹ Os textos em exposição podem ser títulos e títulos secundários, painéis introdutórios, comentários de grupo, painéis interpretativos e comentários dos objetos. (Cf. HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Los museos...*, op. cit., pp. 178-179).

mais fácil³⁶⁰. Nesse sentido, é essencial ter em atenção um conjunto de premissas que devem ser acauteladas para que este importante veículo comunicacional seja o mais escorreito possível³⁶¹.

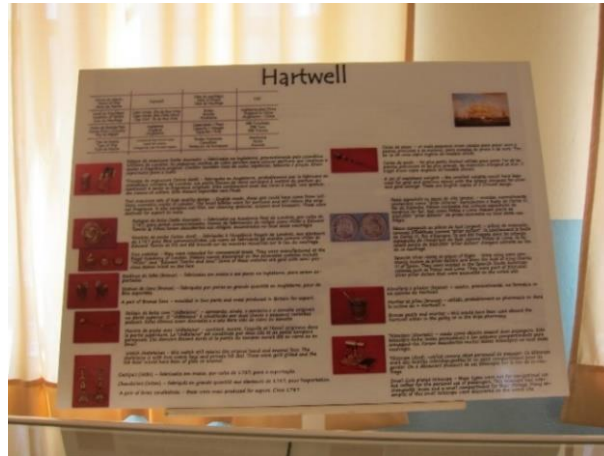


Figura 55 Mobiliário informativo do Museu de Arqueologia (destaque-se o excesso de texto)
© José Filipe Silva (abril 2019)

A crescente afluência de públicos aos museus faz com que estes, cada vez mais, tenham de entender o contexto económico e social envolvente³⁶² para cotejarem se o que estão a oferecer se adequa às necessidades e expectativas de quem o visita³⁶³. Por outro lado, há que considerar o facto de estas valências culturais terem de competir com outras instituições que disponibilizam produtos e serviços mais atrativos. Deste modo, os museus têm de adaptar-se às exigências e necessidades dos consumidores, tendo igualmente de analisar as razões do sucesso da concorrência³⁶⁴.

³⁶⁰ «Interpretative labels are part of interpretative exhibitions, which are displays that tell stories contrast point of view, present challenging issues or strive to change people's attitudes. Interpretative exhibitions are found in all types of museums where visitors engaged in the subject of exhibition toward a particular end result: realizing the communication objectives selected by the exhibit developers.» (SERRELL, Beverly. *Exhibit labels. An interpretive approach*. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996, p. 9).

³⁶¹ Cf. BELCHER, Michael, *Exhibitions...*, *op. cit.*, pp. 160-168; HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Los museos...*, *op. cit.*, pp. 170-178; TRENCH, Lucy. "O texto nas exposições do V&A". In. CAMACHO, Clara Frayão (coord.). *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, n.º 26. Lisboa: Instituto dos Museus e Conservação, 2007, pp. 10-13.

³⁶² Mas para se conhecer esse mercado é necessário analisar externamente um conjunto de dados para ajudar os museus a alcançarem o sucesso almejado (cf. AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin, *Museum...*, *op. cit.*, pp. 18-25).

³⁶³ Os museus têm de entender como é que as origens, atitudes e percepções das pessoas influenciam o seu comportamento aquando da visita àqueles espaços, convergindo para essa análise fatores culturais, étnicos, pessoais e sociais (cf. KOTLER, Neil; KOTLER, Philip. *Museum Strategy and Marketing*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998, pp. 115-119). Após terem sido assinalados os públicos-alvo, os museus têm de conceber um conjunto de estratégias tendentes a captar a sua atenção para ganhar vantagem face a outros concorrentes (cf. *ibidem*, pp. 123-144).

³⁶⁴ Cf. GARCIA, Nuno Guina, *O museu...*, *op. cit.*, p. 80.

Neste contexto, o Museu da Ribeira Grande de Santiago terá de promover, através do seu plano de marketing³⁶⁵, sólida e coerentemente sustentado, um conjunto de ações tendentes a torná-lo numa marca distinta, para lhe ser possível captar a atenção e reconhecimento dos vários segmentos de públicos³⁶⁶.

Face ao explicitado, consideramos essencial, em primeiro lugar, apelar à perfeita conjugação da marca com o logotipo escolhido, podendo este basear-se numa imagem fotográfica ou desenhada com evidente carga histórica e patrimonial, capaz de captar a essência do Sítio, e de remeter quase intuitivamente para o Museu da Ribeira Grande de Santiago. De igual modo, o *lettering* e, eventualmente, o slogan para reforçar a mensagem a veicular, serão outros elementos a considerar.

Posteriormente, terá de se pensar como desenvolver as estratégias do *Marketing Mix* – um conjunto de variáveis capazes de influenciar a forma como os consumidores respondem à oferta do mercado –, assente em quatro pressupostos: Produto (central, tangível e alargado)³⁶⁷, Preço, Canais de Distribuição³⁶⁸ e Canais de Comunicação³⁶⁹.

Educação

Mais uma vez, contrariamente que acontece em Cabo Verde, em Portugal, a legislação consigna à educação a devida importância:

«Educação

1 – O museu desenvolve de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuam

³⁶⁵ A formulação deste documento obedece ao cumprimento de uma série de etapas (cf. KOTLER, Neil; KOTLER, Philip. *Museum...*, *op. cit.*, pp. 324-325).

³⁶⁶ Jair Fernandes considera o modelo seguido por Gorée, que anualmente recebe cerca de quatro milhões de turistas, e onde já foram quase todos os presidentes dos Estados Unidos da América, uma estratégia de marketing bem delineada, que poderia ser transposta para a Cidade Velha (cf. Anexo 3).

³⁶⁷ Produto Central – o Sítio; Produto Tangível – valor intrínseco e arquitetónico dos edifícios, o espólio subaquático, as coleções de Património Móvel e as espécies animais e vegetais; Produto alargado – serviços disponibilizados e venda de bens não preferenciais.

³⁶⁸ a) exclusivo – *website*, *email-marketing* (apresenta vantagens inerentes à sua utilização: proatividade – vai ao encontro do público; interatividade – o recetor da mensagem interage no imediato com ela; segmentação – é possível encaminhar a mensagem para diferentes públicos e adaptar o discurso ao que se pretende veicular) e da loja; b) intensivo – utilizando canais externos ao museu (agências de viagens, postos de turismo, hotéis, outros museus e instituições culturais); c) seletivo – a incidir sobre o público-alvo com quem deseja comunicar, levando em linha de conta, entre outros, critérios geográficos, nível cultural e idade.

³⁶⁹ a) *website*; b) publicações periódicas (com regularidade periódica a definir), brochuras e panfletos; c) anúncios promocionais na comunicação social audiovisual e escrita.

para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais.

2 – O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e a diversidade dos públicos.

3 – Os programas referidos no n.º 1.º do presente artigo são articulados com as políticas públicas sectoriais respeitantes à família, juventude, apoio às pessoas com deficiência, turismo e combate à exclusão social.»³⁷⁰.

Historicamente, os museus são instituições focalizadas na cultura, mas durante muito tempo eram locais elitistas restritos a um pequeno grupo de pessoas³⁷¹. Apesar de no século XIX se ter tentado diversificar os seus públicos, a situação somente se alterou ao longo do século XX, primeiro no Estados Unidos da América e depois na Europa, sobretudo após a II Guerra Mundial, nomeadamente nas décadas de 1960 e 1970³⁷², quando a sua função educativa se propagou e se transformaram em espaços democráticos³⁷³.

Tendo os museus do século XXI de dialogar com os seus visitantes, é indispensável saber como veicular essa mensagem, que pode ser de maior proximidade, estabelecendo-se uma relação direta e interpessoal entre o emissor e o recetor, ou pode ser distante, passiva e unidirecional³⁷⁴. Dentro desta linha de raciocínio mencionem-se três tipos de museus consoante a sua intencionalidade comunicativa: contemplativo, informativo-transmissor e didático³⁷⁵.

³⁷⁰ Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo II, Secção VIII, Art.º 42.º.

³⁷¹ Cf. RIVIÈRE, Georges Henri, *La Muséologie...*, op. cit., pp. 47-88; POULOT, Dominique, *Musée...*, op. cit., pp. 39-76.

³⁷² Em 1971, a Conferência Geral do ICOM, realizada em Grenoble e Paris, intitulou-se: “O Museu ao Serviço do Homem – Hoje e Amanhã”.

³⁷³ «[...] para combater a exclusão social, promover a cidadania activa, o desenvolvimento pessoal e a inovação, sempre e quando oferecerem diferentes oportunidades, dirigidas a todas as pessoas, quer o visitem, individualmente, ou em grupo.» (PADRÓ, Carla. “Educación en museos: representaciones y discursos”. In. SEMEDO, Alice; LOPES, João Teixeira (coords.). *Museus, discursos e representações*. Porto: Edições Afrontamento, 2005, p. 55).

³⁷⁴ Cf. HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Los museos ...*, op. cit., pp. 191-192; BOYLAN, Patrick J, *Running...*, op. cit., p. 122.

³⁷⁵ Cf. GARCÍA BLANCO, Ángela. *Didáctica del Museo. El descubrimiento de los objetos*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1988, pp. 58-65.

Sendo esta última a que mais se coaduna com a contemporaneidade museológica, a criação de um Serviço Educativo³⁷⁶ no Museu da Ribeira Grande Santiago será de extrema importância para acolher os diversos públicos que têm necessidades³⁷⁷ comuns e específicas³⁷⁸. Conhecê-los é um precioso auxílio para dar seguimento ao preconizado nesse domínio e gizar convenientemente essas políticas educativas. Esta ação poderá ser conferida de várias formas. Todavia, os inquéritos efetuados no Museu da Ribeira Grande de Santiago³⁷⁹ ou nas unidades hoteleiras do Sítio e da Praia³⁸⁰ são o processo mais fácil para se obter a informação desejada. A partir dos resultados deduzidos poder-se-ão delinear estratégias no sentido de fidelizar os que já visitaram o museu e cativar os que ainda não o fizeram. Decorrente do explicitado, preconiza-se a realização de várias atividades educativas³⁸¹ ajustadas aos diferentes visitantes³⁸² que aí afluirão³⁸³.

Para mais assertivamente fazerem face a essa diversidade, os museus têm de ter colaboradores devidamente habilitados para exercerem a função educativa³⁸⁴, com

³⁷⁶ A terminologia “Serviço Educativo”, usualmente denominado “Serviço de Extensão Cultural”, «[...] corresponde a uma estrutura organizada, dotada de recursos mínimos, designadamente pessoal, inscrita organicamente no museu em que se insere, mesmo que de maneira informal, que desenvolve ações dirigidas ao público, com objetivos educativos.» (CAMACHO, Clara Frayão. “Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus: Panorâmica e Perspectivas”. In BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes da (coords.). *Serviços Educativos na Cultura*. Coleção Públicos, n.º 2. Porto: SETEPÉS, 2007, p. 28). Em 1965, aquando da Conferência Geral do ICOM, atendendo à perspectiva do aumento significativo do seu papel cultural e educativo, recomendou-se que os museus se apetrechassem de especialistas nessa área (cf. BOYLAN, Patrick J, *Running...*, op. cit., p. 120). Mas passados mais de cinco décadas desde esse momento, verificamos que em muitos deles o departamento educativo não tem a proeminência que deveria ter.

³⁷⁷ É necessário descortiná-las, podendo o museu utilizar vários métodos para as entender melhor (cf. SOREN, Barbara J.. “Meeting the Needs of Museum Visitors”. In. LORD, Gail Dexter; LORD, Barry. *The manual of museum planning*, 2.ª edição. Altamira Press: Walnut Creek, 2001, pp. 55-67).

³⁷⁸ Cf. HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Los museos ...*, op. cit., p. 117.

³⁷⁹ Com o intuito de se recolherem informações dessa visita e propostas de melhoria.

³⁸⁰ Para se aferir os seus hábitos e expectativas culturais.

³⁸¹ Cf. BOYLAN, Patrick J, *Running...*, op. cit., pp. 122-132. Neste âmbito insere-se também a formulação de um Plano de Ação Educativa, com o objetivo de, entre outras atribuições, planificar as atividades e identificar as competências do seu Serviço Educativo (cf. BARRIGA, Sara. “Plano de Ação Educativa: Alguns Contributos para a sua Elaboração”. In. BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes da (coords.). *Serviços Educativos na Cultura*. Coleção Públicos, n.º 2. Porto: SETEPÉS, 2007, pp. 43-56).

³⁸² Crianças, grupos escolares, famílias, adultos (especializados/profissionais, generalistas e interessados), turistas, pessoas com necessidades especiais (permanentes ou temporárias) e públicos potenciais. Salientar que a legislação cabo-verdiana não contempla apoio específico às pessoas com necessidades especiais, contrariamente ao que acontece na congénere portuguesa (cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo IV, Art.º 59.º).

³⁸³ Escolher o método como essa informação é veiculada é um processo que deve ser muito bem pensado, existindo pelo menos três técnicas passíveis de serem aplicadas aquando desse momento: interação direta, interação emocional, interação com o meio envolvente (cf. EDSON, Gary; DEAN, David, *The Handbook...*, op. cit., pp. 195-196).

³⁸⁴ O quesito relativo ao número e capacitação de pessoas a ele alocadas, liderança e contacto com os públicos são questões a considerar (cf. BOYLAN, Patrick J, *Running...*, op. cit., pp. 120-121).

enfoque para as competências didáticas e comunicacionais, para veicularem a informação essencial sobre os objetos da sua coleção.

Em finais de 2017, o IPC criou o Gabinete de Educação Patrimonial com a finalidade de, através de processos educativos formais e não formais, sensibilizar a população, sobretudo as crianças e as comunidades, acerca da necessidade de salvaguardar e valorizar o legado histórico, patrimonial e cultural de Cabo Verde. Por essa altura, realizou-se a primeira Conferência Nacional de Educação Patrimonial³⁸⁵, daí resultando a ideia para a formulação do Plano Estratégico de Educação Patrimonial, elaborado em parceria com a Fundação Amílcar Cabral. A primeira versão foi apresentada em junho de 2019, mas será necessário esperar pela sua versão definitiva para que seja possível articulá-lo com outras iniciativas protagonizadas pelas instituições museológicas. Embora não tenhamos ainda um conhecimento sustentado do aí redigido, parece-nos que a exclusão do Património Ambiental desse projeto retira amplitude a esse propósito.

Como explicitado na legislação portuguesa, é dever dos museus estabelecerem colaboração com o sistema de ensino.

«Colaboração com o sistema de ensino

1 – O museu estabelece formas regulares de colaboração e de articulação institucional com o sistema de ensino no quadro das acções de cooperação geral estabelecidas pelos Ministérios da Educação, da Ciência e do Ensino Superior e da Cultura, podendo prover também autonomamente a participação e frequência dos jovens nas suas actividades.»

«2 – A frequência do público escolar deve ser objecto de cooperação com escolas em que se definam actividades educativas específicas e se estabeleçam os instrumentos de avaliação da receptividade dos alunos.»³⁸⁶.

A frequência do público escolar será fulcral para o Museu da Ribeira Grande de Santiago colocar em prática alguns dos desígnios expressos na sua declaração de missão e nos seus objetivos estratégicos e específicos. Porém, essa simbiose só será alcançada se entre esta

³⁸⁵ Na qual participamos como oradores a convite do IPC.

³⁸⁶ Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo II, Secção VIII, Art.º 43.º

valência cultural e os estabelecimentos de ensino existirem estratégias consonantes e ajustadas em conjunto³⁸⁷, não obstante, e como bem percebeu uma investigadora, possam haver de ambos os lados fatores condicionantes à qualidade dessa visita³⁸⁸.

Uma deslocação ao museu tenderá a potenciar a aquisição de novos saberes e experiências³⁸⁹. Todavia, a verdadeira aprendizagem só é conseguida através da atividade e participação³⁹⁰, mormente através da abordagem lúdica que promova vários modos de interação com os testemunhos e que espolete diferentes maneiras de assimilar conteúdos disponibilizados³⁹¹.

Antecedendo a ida de um grupo de estudantes a um museu, o modo como na sala de aula o professor fala da importância que aquele tem para a sociedade enquanto veículo de transmissão de conhecimento, condicionará a atitude e a forma de abordar o tema pelos alunos. Essa primeira abordagem condicionará, com toda a certeza, o tipo de visita que será feita, podendo esta ser o mais passiva possível ou sustentar-se essencialmente na aprendizagem por descoberta³⁹².

Atendendo aos pressupostos e condicionantes enunciados, o Museu da Ribeira Grande de Santiago deverá procurar, quando contactado pelas escolas para uma visita, reunir-se antecipadamente com os professores destacados para esse momento. Desse encontro espera-se que os técnicos educativos deste equipamento cultural consigam sensibilizá-los para se inteirarem da sua história e realidade expositiva e, antecipadamente, em contexto de ensino formal, transmitirem essas informações. Por sua vez, os professores terão de

³⁸⁷ Todos os anos, por ocasião da celebração da festa do Santo Nome de Jesus e da comemoração do dia do Município, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago convida os alunos das escolas básicas do concelho para participarem numa atividade lúdico-pedagógica intitulada “Pintar” Cidade Velha”. Nesses desenhos, as crianças tentam representar o que a sua memória guardou dos locais e monumentos visitados.

³⁸⁸ Cf. GARCÍA BLANCO, Ángela, *Didáctica...*, op. cit., p. 36.

³⁸⁹ Cf. HOOPER-GREENHILL, Eilean, *Los museos...*, op. cit., p. 193.

³⁹⁰ Ler um livro de receitas do século XVI tem muito menos impacto e proficiência cognitiva do que se prepararmos esse prato numa cozinha replicada desse tempo (cf. *ibidem*, p. 194). Segundo esta autora, existem três formas/níveis de aprendizagem: simbólica, icónica e ativa, considerando-se estas duas últimas as mais usadas em contexto museológico (cf. *ibidem*, pp. 194-195).

³⁹¹ «A utilização de elementos lúdicos é uma estratégia de desenvolvimento da curiosidade e sentido de descoberta potenciadora de aprendizagens efectivas. A aprendizagem lúdica tem efeitos duradouros e propicia memórias significativas na experiência dos participantes, estimulando a sua criatividade e capacidade de responder aos desafios. Associada ao universo do prazer, a abordagem lúdica permite a construção de uma relação de familiaridade que potencia a inteligência emocional. uma estratégia de desenvolvimento da curiosidade e sentido de descoberta potenciadora de aprendizagens afectivas.» (SILVA, Susana Gomes da. “Enquadramento Teórico para uma Prática Educativa nos Museus”. In BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes da (coords.). *Serviços Educativos na Cultura*. Coleção Públicos, n.º 2. Porto: SETEPÉS, 2007, p. 61).

³⁹² Cf. GARCÍA BLANCO, Ángela, *Didáctica...*, op. cit., pp. 38-42.

facultar dados sobre os seus alunos para, se for necessário, o museu ajustar os materiais didáticos às áreas curriculares lecionadas.

As publicações didáticas são consideradas um complemento muito importante para num primeiro momento os professores tomarem contacto com a informação científica disponibilizada³⁹³. Por sua vez, o material didático, produzido pelo Serviço Educativo, distribuído aos alunos aquando da visita, contribuirá para reforçar o processo de aprendizagem por descoberta baseada na observação pessoal e objetiva da realidade, em lugar da transmissão exclusivamente verbal³⁹⁴.

Recursos Humanos

«1 – O museu deve ter um director, que o represente tecnicamente, sem prejuízo dos poderes da entidade pública ou privada de que o museu dependa.

2 – Compete especialmente ao director do museu dirigir os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas, propor e coordenar a execução do plano anual de actividades.»³⁹⁵.

A pessoa nomeada pelo MCIC/IPC para exercer esse cargo superintenderá toda a atividade deste Museu. Todavia, terá de ter uma perspetiva de gestão abrangente, pois para além da sua vertente académica, deverá ser um líder, um gestor de expectativas, promover um sadio relacionamento interpessoal entre todos os que aí trabalham, saber escolher colaboradores com competências na sua área profissional e auscultar as suas opiniões e recomendações.

«1 – O museu dispõe de pessoal devidamente habilitado nos termos de diploma regulador específico.»³⁹⁶.

Em razão desta infraestrutura museológica se constituir por várias extensões e centros interpretativos, a distribuição dos recursos humanos a ele alocados terá de ser

³⁹³ Cf. *ibidem*, pp. 104-108.

³⁹⁴ Cf. *ibidem*, pp. 108-110.

³⁹⁵ Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo III, Secção I, Art.º 44.º.

³⁹⁶ *Ibidem*, Art.º 45.º.

devidamente considerada. Nesse contexto, para além dos seus colaboradores, a participação de estudantes estagiários, oriundos de alguns estabelecimentos de ensino superior e de escolas profissionais³⁹⁷, e da população residente objetiva-se como pertinente e necessária.

Mas, independentemente da tarefa que lhes estiver consignada e de possuírem capacitação para o exercício cabal das suas funções, será essencial proporcionar-lhes novas competências. Por essa razão, o Museu da Ribeira Grande deverá sempre que for possível proporcionar-lhes formação nas áreas a que estão adstritos³⁹⁸.

Atualmente, os museus incentivam a criação de associações de amigos do museu, de grupos de interesse especializado, voluntariado ou de quaisquer outras formas de colaboração, disponibilizado um espaço próprio para as atividades que tenham por objetivo contribuir para o desempenho das funções do museu³⁹⁹. Em Cabo Verde denota-se a falta destas estruturas de defesa, proteção e valorização patrimonial. No caso concreto do nosso objeto de estudo⁴⁰⁰, essa proatividade poderá passar pela constituição do Grupo dos Amigos do Museu da Ribeira Grande de Santiago, que deverá ser criado e impulsionado pela comunidade local, mas obviamente aberto a todos os que o queiram integrar.

Recursos Financeiros

A legislação cabo-verdiana relativa às atividades museológicas é omissa quanto a esta rubrica, pelo que mais uma vez temos de aludir à Lei n.º 47/2004:

*«1 – O museu deve dispor de recursos financeiros especialmente consignados, adequados à sua vocação, tipo e dimensão, suficientes para assegurar a respectiva sustentabilidade e o cumprimento das funções museológicas.»*⁴⁰¹.

³⁹⁷ Relativo ao Estudo e Investigação, consignados no Decreto-lei 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo III, Art.º 20.º

³⁹⁸ Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo III, Secção I, Art.º 46.º

³⁹⁹ Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo III, Secção I, Art.º 47.º

⁴⁰⁰ O Manifesto Histórico “Apelo em Pró das Ruínas da Antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago”, elaborado em 1933, foi um bom exemplo dessa resiliência para a salvaguarda deste Lugar de Memória.

⁴⁰¹ Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo III, Secção II, Art.º 48.º

Os recursos financeiros consignados ao Museu da Ribeira Grande de Santiago terão, primeiramente, de provir do MCIC, sua entidade tutelar, embora consideremos que futuramente a Edilidade Local e o Ministério da Agricultura e Ambiente possam também ser órgãos de gestão daquela instituição.

Mas sabendo-se que em Cabo Verde a verba entregue aos museus, apesar de nos últimos anos ter aumentado, ser escassa para atender às necessidades, é premente procurar resposta para a seguinte interrogação: como agir para equilibrar as receitas e os encargos financeiros?

É inequívoco que urgirá alcançar-se outras formas de subvenção que lhe permitam um maior desafogo orçamental, seja externamente, através de fundos estatais⁴⁰², de organizações supranacionais⁴⁰³, ou de mecenato e patrocínio⁴⁰⁴, seja através da loja do Museu⁴⁰⁵, da cedência de espaços⁴⁰⁶, filmagens, fotografias, desenhos e pinturas⁴⁰⁷, edição e publicação de livros⁴⁰⁸, da Associação dos Amigos do Museu da Ribeira Grande de Santiago⁴⁰⁹ ou de outras fontes⁴¹⁰.

Instalações

Para o cumprimento cabal de todas as funções museológicas, quer as de contacto com os públicos, quer as de retaguarda⁴¹¹, assim como as relacionadas com a atividade

⁴⁰² Especialmente através do Fundo de Turismo de Cabo Verde (Resolução nº 94/2013, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 42, I Série, de 14 de agosto – cria o Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo).

⁴⁰³ O ICOM, ICOMOS, UNESCO ou o WAMP.

⁴⁰⁴ Só será viável se forem feitas parcerias estratégicas e complementares com o que se pretende veicular. Tome-se como exemplo a possibilidade de se vir a apetrechar as várias extensões e centros interpretativos com energias renováveis. Neste caso, a ELECTRA (Empresa de Eletricidade e Água de Cabo Verde) poderia participar esse investimento.

⁴⁰⁵ Venda de objetos (t-shirts, canetas, lápis, canecas, marcadores de livros, entre outros) com o logotipo do Museu da Ribeira Grande de Santiago inserido e de artigos de artesanato local (à consignação).

⁴⁰⁶ Para a realização de programas não diretamente correlacionadas com a atividade do Museu.

⁴⁰⁷ Documentário em DVD sobre os patrimónios do concelho da Ribeira Grande de Santiago, postais atuais e antigos (elaborados a partir de imagens dos primeiros anos do século XX), litografias e pinturas.

⁴⁰⁸ Com a temática direcionada ao conhecimento do Museu e da História da Ribeira Grande de Santiago e com conteúdos adaptados a distintas faixas etárias.

⁴⁰⁹ Oriundas da quotização dos seus associados e de outras iniciativas a promover, principalmente, passeios culturais ou palestras.

⁴¹⁰ Oficinas Pedagógicas, quer enquanto apoio aos pais na visita destes ao museu, quer nos períodos de férias escolares.

⁴¹¹ «*Museums are much like an iceberg – most of the mass lies below the surface, hidden away from public views.*» (EDSON, Gary; DEAN, David, *The Handbook...*, op. cit., p. 148).

profissional dos seus colaboradores, de serviços técnicos e administrativos, o museu deve dispor de instalações adequadas⁴¹².

Atendendo à amplitude territorial do Museu da Ribeira Grande de Santiago, é precoce discorrer sobre como se poderá processar espacialmente a distribuição dos edifícios que dele farão parte. Todavia, essa disposição terá de ser feita de forma racional, de modo a otimizar o máximo possível as superfícies existentes, quer no que respeita à sua organização, quer quanto à circulação de acervo nas salas de exposição e na reserva.

A finalizar, referir que inicialmente cogitámos acerca da possibilidade das áreas de acesso público ou controlado ficarem sedeadas na Ribeira Grande de Santiago. Porém, quase de imediato abandonámos essa ideia, porque se por um lado há falta de imóveis no Sítio que as pudessem albergar, por outro existem na Praia locais adaptados para o efeito, apesar de carecerem de uma melhor organização técnica e funcional.

Estrutura orgânica

Qualquer museu tem de dispor de um conjunto de normas que contemple determinadas matérias essenciais para o seu funcionamento:

«O regulamento do museu contempla as seguintes matérias:

- a) Vocação do museu;*
- b) Enquadramento orgânico;*
- c) Funções museológicas;*
- d) Horário e regime de acesso;*
- e) Gestão dos recursos humanos e financeiros.»⁴¹³.*

Pelo exposto, afere-se que nele estão consignados todos os pressupostos considerados relevantes para um pleno exercício dessa atividade, em particular no que se refere ao seu funcionamento interno e acesso público. Todas essas alíneas estão interligadas, podendo-se desta forma avaliar se os objetivos e políticas preconizados estão em consonância com o preceituado.

⁴¹² Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo III, Secção III, Art.ºs 50.º e 51.º.

⁴¹³ Decreto-Lei 30/2016..., de 16 de abril, Capítulo III, Art.º 34.º.

Acesso Público

Contrariamente ao modelo seguido noutros museus de Cabo Verde, considera-se, seguindo o instituído em grande parte dos países do mundo, que o Museu da Ribeira Grande de Santiago deverá estar aberto de terça-feira a domingo⁴¹⁴. No entanto, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, por ser um templo com valor circunstancial, terá de ter um horário diferente dos restantes, visto as visitas ao seu interior serem condicionadas aquando das celebrações religiosas.

Esta parece-nos ser a melhor opção, atendendo às várias franjas de públicos que se pretende captar, conseguindo-se satisfazer as necessidades de todos eles, tal como o estatuído na Lei Quadro dos Museus Portugueses⁴¹⁵.

Questão pertinente e que deve ser desde já abordada, relaciona-se com o custo de ingresso. Este item também não está disposto no Decreto-Lei n.º 30/2016, pelo que consideraremos o explicitado na Lei n.º 47/2204.

« 1 – A gratuidade ou onerosidade do ingresso no museu é estabelecida por este ou pela entidade de que dependa.

« 3 – Devem ser estabelecidos custos de ingresso diferenciados e mais favoráveis, nomeadamente, a jovens, idosos, famílias e estudantes.»⁴¹⁶.

Em razão da existência de vários espaços de exposição permanente e temporária no Museu da Ribeira Grande de Santiago, alguns deles inovadores para o contexto cabo-verdiano⁴¹⁷ e com custos de manutenção mais elevados, consideramos que o valor ingresso deve ser ligeiramente superior ao que é pago hoje⁴¹⁸, e escalonado consoante a tipologia de públicos e o número de extensões a visitar.

⁴¹⁴ Encerraria à segunda-feira, mas se esse dia coincidir com algumas datas evocativas – o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, o Dia Internacional dos Museus ou o Dia da Cultura – ou com marcações efetuadas previamente terá de estar aberto.

⁴¹⁵ Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo IV, Art.º 54.º.

⁴¹⁶ *Ibidem*, Capítulo IV, Art.º 55.º.

⁴¹⁷ O barco submergível com fundo transparente e os centros interpretativos.

⁴¹⁸ Quinhentos escudos (cinco euros) para estrangeiros e trezentos escudos (três euros) para cidadãos nacionais, que é excessivo, atendendo ao serviço prestado pela PROIMTUR e pelos conteúdos comunicacionais disponibilizados.

Para melhor se conhecerem os públicos, é importante ter um livro de registo informatizado e um livro de sugestões. O registo de visitantes no museu – das suas áreas de exposição, reservas e centro de documentação –, tem de ser uma prática habitual, sendo possível por via desse procedimento obter-se um conhecimento mais pormenorizado de quem o frequenta. Posteriormente, essas estatísticas devem ser enviadas para os organismos com competência para as analisar e avaliar⁴¹⁹.

Com esta contagem poder-se-á levar a cabo estudo comparativos de afluência⁴²⁰ e, a partir dessa observação proceder-se a uma reflexão para corrigir o que estiver menos bem nesta matéria. A elaboração de “Estudos de público e de avaliação”⁴²¹ será uma excelente ferramenta de trabalho para melhorar o atendimento, aquilatar as necessidades dos visitantes, suprir as lacunas existentes e melhorar a oferta dos produtos e serviços disponibilizados⁴²².

Todas as instituições museológicas devem prestar aos seus visitantes as informações necessárias para garantir a qualidade dessa visita e o cumprimento da sua função educativa⁴²³, sendo esse objetivo alcançado através da mensagem veiculada pelo seus colaboradores e pelos textos ou dispositivos digitais facultados. No caso do Museu da Ribeira Grande de Santiago, em razão da quantidade de extensões e centros interpretativos pensados para o circuito museológico, esses esclarecimentos terão de ser capazes de interligar os diferentes conteúdos, reforçando-se esse apoio com roteiros e catálogos de coleções.

A acessibilidade é condição essencial para qualquer museu ser considerado inclusivo⁴²⁴. No entanto, obstáculos arquitetónicos e deficientes formas de comunicação impedem parte da população, em razão da sua incapacidade cognitiva, motora ou visual de poderem interpretar convenientemente o que está exposto no circuito de visita. Neste contexto,

⁴¹⁹ Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo IV, Art.º 56.º.

⁴²⁰ Por dias, semanas, meses.

⁴²¹ Cf. *ibidem*, Capítulo IV, Art.º 57.º.

⁴²² Baseados em inquéritos – suporte papel ou digital – elaborados para o efeito ou por via da análise dos livros de reclamação e de opinião.

⁴²³ Cf. *ibidem*, Capítulo IV, Art.º 58.º.

⁴²⁴ Num texto consignado a este tema, são-nos apresentadas várias soluções para que as pessoas com esse tipo de necessidades possam fruir e circular nos museus mais facilmente (cf. THOMPSON, Phillip. “Visitor with Special Needs”. In. LORD, Gail Dexter; LORD, Barry. *The manual of museum planning*, 2nd edition. Altamira Press: Walnut Creek, 2001, pp. 73-83).

essas pessoas devem ter apoio específico do museu⁴²⁵ para conseguirem fruir plenamente os conteúdos apresentados.

Para que esta situação não venha a ocorrer no Museu da Ribeira Grande de Santiago⁴²⁶, tornar-se-á imperioso apetrechá-lo de dispositivos e mecanismos que ajudem os visitantes a atenuar as dificuldades sentidas no decurso do circuito museológico. O estabelecimento de parcerias com associações ou organismos que representem estas pessoas será de extrema utilidade para aferir as suas necessidades e auscultar sugestões para melhorar o serviço prestado.

As reservas e a documentação que lhe está associada, tal como o expresso na legislação portuguesa⁴²⁷, podem constituir-se como um recurso pedagógico de grande importância para os museus. Esse acesso é permitido especialmente nos casos relacionados com trabalhos de investigação⁴²⁸. Como já dissemos, no caso do Museu da Ribeira Grande de Santiago, julga-se que parte das suas estruturas de retaguarda deverão ficar sedeadas na Praia, como é o caso do Centro de Documentação, que se julga conveniente ficar no ANCV.

A informação para uso interno do Museu reportar-se-á a itens considerados de fulcral relevância para o seu funcionamento. Neste âmbito, importa salientar o Programa Museológico, as Normas e Procedimentos de Conservação Preventiva, o Plano de Segurança, o Regulamento Interno, o Plano e Relatório de Atividades, assim como as Normas de Incorporação. O acesso público a esses documentos, pelo menos a alguns deles, depende do parecer do(s) responsável(eis) da instituição.

Sendo o Museu da Ribeira Grande de Santiago dependente da tutela central, terá de facultar um livro de sugestões e reclamações, anunciado em local visível na área de acolhimento dos visitantes⁴²⁹. Este tipo de registo promoverá a democraticidade e livre expressão dos seus públicos. Pretende-se também com este tipo de atuação, e analisando

⁴²⁵ Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo IV, Art.º 59.º.

⁴²⁶ A orografia acidentada do Sítio é um fatores a considerar.

⁴²⁷ Cf. Lei n.º 47/2004..., de 19 de agosto, Capítulo IV, Art.º 60.º.

⁴²⁸ «Muito embora obedecendo a uma concepção diferente daquela que é proposta pelas “reservas visitáveis”, a criação de “galerias de estudo” ou de “coleções de estudo” tem implicações tanto nas finalidades atribuídas às reservas como no critério de organização, tratando-se igualmente de iniciativas com acentuado potencial educativo.» (GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Museu Etnográfico da Madeira. Estudo de um modelo de avaliação*. Praia/Tomar: Universidade de Cabo Verde/Instituto Politécnico de Tomar, 2009, p. 186).

⁴²⁹ Situação prevista na legislação portuguesa (cf. *ibidem*, Capítulo IV, Art.º 62.º).

as opiniões veiculadas, melhorar aspetos relacionados com a atividade desenvolvida por este equipamento cultural.

As ideias expressas nesta parte deste capítulo consubstanciaram-se na produção da proposta de um programa museológico para a Ribeira Grande de Santiago. Com o exposto, devidamente sustentado concetual e cientificamente, esperamos vir a contribuir para o desenvolvimento do espectro em apreciação, tornando-se esta estrutura num modelo para os outros museus de Cabo Verde.

Como foi notório, e como referimos várias vezes ao longo explicitado, socorremo-nos diversas vezes da Lei Quadro dos Museus Portugueses, porque a sua congénere cabo-verdiana, que foi verter muito do aí preceituado àquela, é limitado em muitas matérias essenciais para a elaboração de um documento desta amplitude. Decorrente desta lacuna, é urgente que o MCIC/IPC considere a revisão desse diploma legal⁴³⁰, podendo fazê-lo sustentando-se na homóloga lusa ou noutra qualquer que considere pertinente, mas adaptando-a à realidade museológica daquele país, para que esta possa começar a dar passos sustentados.

.

⁴³⁰ O que já está a ser feito, buscando-se conseguir um quadro jurídico mais consentâneo com a realidade museológica cabo-verdiana, sem descurar o emanado internacionalmente neste domínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada parte deste trabalho foi redigida de forma escorreita e clarividente, para que os leitores pudessem fazer intuitivamente a interpretação do que haviam lido. Decidimos também fugir ao parametrizado, não consagrando este momento a uma trivial síntese do que foi dito. Se o fizéssemos estaríamos a assumir que não tínhamos confiança no que escrevemos, ou que duvidávamos da capacidade dos leitores em assimilar essa informação. Com isto não queremos dizer que não se sintetize as suas ideias principais, sim fá-lo-emos, mas essa apreciação será residual e de complemento ao resto do explanado. Optámos por executar uma reflexão global, muito sustentada na autocrítica, dando a conhecer as várias fases desta tese, como decorreu a sua formulação, como a preparámos, o que dela se extraiu, para o que serviu e, acima de tudo, o que se poderá ainda fazer para se dar prossecução ao pesquisado.

A nível da escrita procurou-se sempre, apesar do seu aparato erudito e transversal a vários domínios das Ciências Sociais, utilizar um discurso inteligível, terminológica e concetualmente corretos, perceptível a todos aqueles que o lerem, mas mantendo o rigor científico exigido, sem nunca cair na tentação de banalizar o discurso. À primeira vista, o redigido pode parecer dispor de excessivas notas de rodapé, mas por estarmos perante uma narrativa com características de descrição histórica ou factual, esta tem de ser devidamente sustentada, sendo essas próteses essenciais.

Posto isto, importa assinalar que o primeiro destinatário desta produção investigativa é o júri universitário, que procederá à sua avaliação, e a quem competirá examinar e elencar as insuficiências detetadas, as quais teremos de rebater assertiva e objetivamente, para que os elementos que o compõe fiquem totalmente esclarecidos acerca das considerações por nós formuladas. Precavendo essa eventualidade tivemos de ter em atenção a solidez das fontes referenciadas e a coerência metodológica da sua utilização, assente num conjunto de procedimentos basilares – citações, confrontações, imagens, relatos na primeira pessoa – inerentes a esse sistema de legitimação do explicitado.

A jusante deste crivo, o texto poderá ser consumido pelos seus leitores, sendo obviavente os seus públicos-alvo os especialistas e a comunidade científica. Desses quadrantes advirão os comentários e as críticas ao corporizado nas páginas deste estudo, bem como a sua pertinência. Neste contexto, pelo facto de pela primeira vez se efetuar uma averiguação de tão vasto alcance ao espectro patrimonial e museológico da Ribeira

Grande de Santiago, estamos certo de que esta investigação será um preciso contributo para o Estado da Arte destas temáticas.

As fontes documentais aferidas permitiram-nos consubstanciar o relatado. Todas elas, primárias ou secundárias, serviram esse propósito. Todavia, foi nossa intenção ir para além do que já havia sido examinado e correr em busca de outros contributos que reforçassem essas leituras. O perscrutado, sobretudo no Arquivo Nacional Torre do Tombo (Fundo Luís Benavente), nos Boletins de Propaganda e Informação e na legislação, permitiu-nos, para além de conferir o que outros investigadores haviam deduzido, acrescentar mais subsídios à questão da salvaguarda do Património Histórico Artístico de Cabo Verde. Deste modo, tratámos domínios que ainda não haviam sido devidamente escalpelizados, que conferiram um cariz de novidade à nossa pesquisa.

As entrevistas efetuadas foram igualmente um precioso aporte para aclarar os itens em observação, pois possibilitou-nos auscultar relatos na primeira pessoa de alguém que, num passado mais ou menos distante, esteve envolvido numa investigação ou projeto patrimonial e/ou museológico. Dentro deste âmbito, é também necessário aludir a uma cada vez maior produção de dissertações de mestrado e teses de doutoramento, direcionadas para o nosso objeto de estudo, e que foram úteis para o nosso trabalho.

Para sustentar o vertido das fontes documentais e dos testemunhos orais, socorremo-nos de um considerável número de plantas e fontes iconográficas, de autoria de outrem ou própria, que nos ajudaram a reforçar o que foi inferido. A utilização que lhes demos foi diferente consoante o assunto abordado. Se as primeiras serviram para explicar de que forma se efetuou o crescimento urbanístico da Ribeira Grande de Santiago, as segundas constituíram um precioso *corpus* para nos apoiar na descrição dos monumentos desse vetusto aglomerado populacional e para reforçarmos algumas considerações que veiculamos sobre como tem vindo a ser feita a valorização patrimonial e museológica dos testemunhos existentes nesse Sítio.

Como referimos na Introdução quando aludimos ao Estado da Arte, algumas das matérias versadas estão ainda pouco apuradas naquele arquipélago, em particular as de cariz museológico, não obstante alguns autores cabo-verdianos e portugueses lhe terem dedicado algumas obras e artigos. Neste contexto, a *Revista Sumara* tem contribuído para que novas abordagens sobre este tema sejam divulgadas. Inversamente, o facto do IPC e as instituições de ensino superior não lhe consagrarem publicações científicas regulares,

obsta a esse avanço e realça essa astenia. Situação a rever no futuro estando nós, se esse for o entendimento, interessados em colaborar e participar nesse propósito.

A distância física do epicentro da nossa pesquisa obstou, em certa medida, ao seu decurso normal, pelo que quando aí nos deslocávamos era premente otimizar o nosso tempo, repartindo-o pela Ribeira Grande de Santiago, visitas a museus do arquipélago, ao ANCV e o contacto direto com pessoas ligadas às áreas diretamente relacionadas com esta investigação. Porém, não raras vezes, a demora na resposta de alguns esclarecimentos que pedíamos via email para Cabo Verde contribuiu sobremaneira para atrasos na redação do nosso texto

Este estudo perpassou várias áreas disciplinares e problemáticas. O que foi desenvolvido obedeceu a um plano previamente delineado, procurando-se ao longo de toda a sua redação aclarar consistentemente as respetivas rubricas, havendo o cuidado de se estabelecer uma linha sequencial que nos facultasse uma perspetiva do todo e das partes desta tese.

No que à nossa proposta tange, pensámos que o discorrido é passível de ser aplicado à Ribeira Grande de Santiago. As reflexões expostas na Introdução, na parte relativa à Problemática, foram devidamente tratadas, pelo que esse é um bom indicador para reiterar o que foi dito no período anterior. É forçoso lembrar que já haviam sido formuladas outras intenções, que todavia careciam de sustentação científica e concetual, como sejam os casos do Museu de Arte Sacra e do Museu da Escravatura. Tendo perceção disso, tínhamos a plena consciência de que era necessário apresentar um produto que fosse realmente diferenciador e contemplador do preceituado ao nível das boas práticas museológicas. E assim foi, alicerçando o cogitado na teoria adveniente da legislação consignada ao tema, na bibliografia examinada e nas visitas feitas a museus, cuja tipologia se aproximasse ao por nós preconizado, e a centros interpretativos, demos forma este nosso desígnio, que aquilatamos para a alvancar cultural e turisticamente este Lugar de Memória. Caberá às Entidades competentes avaliá-la e considerar a conveniência da sua exequibilidade.

Um contributo que modestamente pensamos ter facultado, relaciona-se com a abordagem ao processo de candidatura da Ribeira Grande de Santiago a Património da Humanidade, que no passado já havia sido abordado, embora enveredando-se por uma interpretação muito direcionada para o âmbito sociológico. Sabendo dessa lacuna, resolvemos ir ao

cerne da questão, detalhando as várias fases que culminaram na instituição, em 1972, da Convenção do Património Mundial, discorremos a respeito dos seus mecanismos de funcionamento, comparámos as duas proposições entregues pelos governos de Cabo Verde junto da UNESCO para que a Cidade Velha foi reconhecida com esse estatuto, e apurámos quais os bens ostentadores do mesmo galardão que obedeceram aos mesmos critérios de classificação.

Porque a nenhuma investigação deve ser dada o rótulo de arquivada, fazê-lo seria coartar a chance de se acrescentar novos conhecimentos nessa(s) área(s) do saber, é expectável que alguns estudos aqui expostos mereçam futuramente ponderada e profunda análise. Por por razões diversas – economia na narrativa do texto, volatilidade dessas matérias, dificuldade na consulta de fontes, por não se enquadrar plenamente no preconizado para esta pesquisa, ou por não estarmos preparados para os apurar –, esses temas não foram devidamente apurados, pelo que a nossa incursão nesses domínios requererá novas indagações e interpretações.

Se por um lado pouco ou quase nada se pode acrescentar ao escalpelizado em relação à História e conformação urbana da Ribeira Grande de Santiago, a menos que as futuras atividades arqueológicas nos forneçam dados até agora desconhecidos, e à evolução de panorama museológico cabo-verdiano, parece-nos pertinente indagar alguns outros conteúdos em razão da sua dinâmica, pertinência e contemporaneidade.

O primeiro deles está relacionado com a salvaguarda e valorização do Património Cultural de Cabo Verde. Esta é uma rubrica em contínuo progresso que deve ser constantemente observada, face à regular promulgação/edição de documentos de diversa índole. Em 2005 foi apresentada uma dissertação de mestrado sobre legislação cabo-verdiana, relativa aos Patrimónios Cultural e Natural, promulgada desde a proclamação da independência até esse momento. Atendendo a que já passaram quinze anos e se produziram outros diplomas legais, alguns deles de transcendente importância, pensámos que é o momento de voltar a pegar neste assunto e atualizá-lo, correlacionando o aí emanado e interligando-o com o publicado em textos de cariz científico-técnico.

Apesar de já terem sido dadas à estampa muitas investigações relativas aos monumentos farol da Ribeira Grande de Santiago, os de menor amplitude e importância continuam pouco conhecidos e até mesmo incógnitos, caso de alguns templos religiosos, dos fortes da linha de costa e de alguns edifícios destinados às funções civis. Neste último grupo

destacar os vestígios da Base Aerpostal, que pelo seu pretérito valor circunstancial e atual valor intrínseco deverá merecer uma maior atenção por quem de direito, nomeadamente o MCIC/IPC, que inclusive poderá sensibilizar o Estado francês a cooperar nesse projeto. O mesmo procedimento deverá ser feito para os restantes segmentos patrimoniais de génese cultural e ambiental.

A proposta sugestionada está adaptada à realidade do Sítio. Todavia, houve necessidade de antever ao que se pensou para ele no passado, inferindo-se desse diagnóstico a falta de um plano coerente consignado para esse fim. Várias não conformidades podem ser elencadas para sustentar o explicitado, mas as que são manifestas relacionam-se com a descontinuidade temporal das escavações efetuadas, muitas delas na parte central da cidade, onde por baixo das habitações jazem pedaços da sua História que foram negligenciados, tal como aconteceu, por exemplo, aquando da construção da Pousada de São Pedro. Inversamente, parece-nos excessiva a atenção concedida às casas das ruas Banana e Carreira, projetadas pelo arquiteto Siza Vieira, cuja construção remonta ao século XIX.

Dentro desta perspetiva de valorização deste vetusto aglomerado populacional, a criação de um complexo de museus, superintendidos por uma estrutura principal, é uma hipótese viável para a gestão de um território tão amplo, conseguindo-se com esta solução a otimização de recursos humanos e financeiros. São várias as vantagens decorrentes desta opção, mas a que se nos afigura mais evidente é a de os vários nós museológicos disseminados pelo território partilharem unidades funcionais de apoio, podendo esta prática estender-se às restantes instituições museológicas de Cabo Verde.

Sabendo-se que os testemunhos ancestrais são cronologicamente diferentes e que muitos deles não podem ser fruídos e entendidos na sua plenitude em virtude do seu mau estado de conservação, é premente pensar-se em soluções para colmatar essa falta. O recurso a estratégias cénicas/museológicas e a recriações históricas, desde que devidamente validadas cientificamente, são recursos a considerar para colmatar essas omissões. A par destas concretizações surge a imprescindibilidade de se efetivar uma consistente política editorial para os visitantes.

Contrariamente ao que acontece na Colónia Penal de Chão Bom, em que a reconversão museológica formulada não carece do elemento humano para ser fidedigno – a atual situação vivida assim o comprova, pois a população residente nada tem de relacional com

ele – , no caso da Ribeira Grande de Santiago é diferente, pois o seu Espírito do Lugar não subsiste sem a presença dos seus habitantes. Torna-se por isso necessário evitar o seu esvaziamento e conseqüente fuga daqueles para locais mais atrativos, conseguindo-se esse intento oferecendo-lhes condignas condições para que aí continuem a viver.

Por fim, é forçoso salientar a necessidade de entrecruzar os estudos do panorama museológico dos PALOP, com o objetivo de os aprofundar e prover uma efetiva e profícua troca de experiências, constituindo-se uma equipa transnacional que possa trabalhar em conjunto e espoletar o seu desenvolvimento. Seria interessante, dentro dos museus existentes neste contexto geográfico lato, aferir-se quais os que contemplam todas as prerrogativas para ostentar este epíteto e os que são apenas coleções visitáveis. Circunscrevendo esta análise ao caso cabo-verdiano, julgamos que a proposta formulada poderá ser parcelarmente tida como modelo para as restantes valências culturais desta índole, que dela poderão assimilar o que pode ser replicado e readaptá-lo à sua realidade específica.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Fundos Documentais

PT/AHU/MU/DGOPC/DSU, cx. 28/A1/Processo n.º 609, “Fortaleza Real de São Filipe”, 7 de fevereiro de 1960.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Projecto de restauro da Fortaleza Real de S. Filipe”, 30 de janeiro de 1960.

PT/AHU/MU/DGOPC – IPAD 07366, “Conservação e Restauro da Cidade da Ribeira Grande de S. Tiago/Cabo Verde”, 14 de janeiro de 1961.

PT/AHU/MU/DGOPC – IPAD 07366, “Elementos de trabalho necessários para o restauro de monumentos de Cabo Verde”, 20 de agosto de 1966.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Estimativa do custo do restauro das imagens e objectos religiosos pertencentes à Província de Cabo Verde”, 25 de agosto de 1966.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Imagens para restauro vindas da Província de Cabo Verde”, 25 de agosto de 1966.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Obra executada e programa em realização e em estudo referente a objectos, imagens e monumentos do Ultramar”, 10 de dezembro de 1966.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Exposição de imagens e outros objectos pertencentes à Província de Cabo Verde, enviadas à Metrópole para restauro, antes da sua remessa à Província”, 30 de abril de 1968.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Restauro do Património Histórico-Artístico de Cabo Verde”, 2 de fevereiro de 1970.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Restauro dos Monumentos de Cabo Verde”, 9 de julho de 1970.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Resposta ao Parecer n.º 48/71 do Inspector Superior Dr. Pereira Bastos referente ao projecto de Legislação para a protecção do Património Histórico-Artístico da Província de Cabo Verde”, 10 de agosto de 1971.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Projecto de Legislação para Protecção do Património Histórico-Artístico de Cabo Verde”, 31 de agosto de 1971.

PT/AHU/MU/DGOPC-IPAD 07366, “Missão a Cabo Verde para início das obras de restauro dos monumentos da Província”, 15 de dezembro de 1971.

PT/AHU_CU_024, cx. 5, doc. 388, 23 de setembro de 1664.

PT/AHU_CU_024, cx. 9, doc. 777, 14 de novembro de 1699.

Cartografia Impressa

PT/AHU/CARTI/024/00178.

Cartografia Manuscrita

PT/AHU/CARTM/024/00118.

PT/AHU/CARTM/024/00120.

PT/AHU/CARTM/024/00121.

PT/AHU/CARTM/024/00122.

PT/AHU/CARTM/024/00123

PT/AHU/CARTM/024/00124.

PT/AHU/CARTM/024/00125.

PT/AHU/CARTM/024/00126.

PT/AHU/CARTM/024/00127.

PT/AHU/CARTM/024/00128.

PT/AHU/CARTM/024/00129.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Fundo Documental

ANTT, FLB, cx. 66, pt. 450, doc. 11, 30 de dezembro de 1969.

ANTT, FLB, cx. 66, pt. 450, doc. 14, 30 de dezembro de 1969.

ANTT, FLB, cx. 66, pt. 450, doc. 16, 30 de dezembro de 1969.

ANTT, FLB, cx. 66, pt. 450, doc. 19, 30 de dezembro de 1969.

ANTT, FLB, cx. 66, pt. 450, doc. 21, 30 de dezembro de 1969.

ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 16, 6 de maio de 1969.

ANTT, FLB, cx. 67, pt. 459, doc. 39, 25 de janeiro 1967.

ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 1, [s.d.] [c. 1962].

ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 2, [s.d.] [c. 1962].

ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 2A, [s.d.] [c. 1962].

ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 2B, [s.d.] [c. 1962].

ANTT, FLB, cx. 71, pt. 493, doc. 11, 8 de setembro de 1967.

ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 1, 1962.

ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 2, 1962.

ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 3, 1962.

ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 4, 1962.

ANTT, FLB, cx. 72, pt. 497, doc. 10, setembro de 1962

ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 38, 12 de agosto de 1970.

ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 39, 27 de agosto de 1970.

ANTT, FLB, cx. 72, pt. 501, doc. 47, 2 de fevereiro de 1971.

- ANTT, FLB, cx. 76, pt. 532, docs. 1-10, 1969.
- ANTT, FLB, cx. 76, pt. 532, doc.13, 15 de novembro de 1962.
- ANTT, FLB, cx. 76, pt. 533, docs. 1-37, 1968-1970.
- ANTT, FLB, cx. 76, pt. 534, doc. 1, 6 de maio de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 1, 25 de setembro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 2, 18 de julho de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 76, pt. 535, doc. 3, março de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 77, pt. 541, doc. 1, 6 de maio de 1960.
- ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1166, doc. 2, [s.d.] [c. abril de 1971].
- ANTT, FLB, cx. 81, pt. 1173, doc. 8, [s.d.] [c. 1967].
- ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 9, [s.d.].
- ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 10, 30 de novembro de 1971.
- ANTT, FLB, cx. 86, pt. 1210, doc. 11, [s.d.] [c. 1972].
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 1, fevereiro de 1962.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 8, 10 de fevereiro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 10, 24 de fevereiro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 13, abril de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 19, 24 de abril de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 21, 24 de maio de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 23, 12 de agosto de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 27, 18 de setembro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 28, 15 de outubro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 29, 13 de outubro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 41, 28 de janeiro de 1970.

- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 603, doc. 33, 15 de dezembro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 13, 12 de novembro de 1962.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 16, 14 de julho de 1965.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 18, 14 de agosto de 1965.
- ANTT, FLB, cx. 94, pt. 605, doc. 19, 4 de outubro de 1965.
- ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 5, 22 de dezembro de 1967
- ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 8, 22 de dezembro de 1967.
- ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 9, 22 de dezembro de 1967.
- ANTT, LB, cx. 96, pt. 627, doc. 10, 1 de março de 1957.
- ANTT, FLB, cx. 96, pt. 627, doc. 13, [s.d.] [depois de 1975].
- ANTT, FLB, cx. 97, pt. 493, doc. 11, 8 de setembro de 1967.
- ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 2, 25 de março de 1960.
- ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 12, 20 de setembro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 16, [s.d.] [c. 1983].
- ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 20, 20 de setembro de 1969.
- ANTT, FLB, cx. 98, pt. 639, doc. 23, 11 de abril de 1983.
- ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 8, [s.d.] [c. 1970]
- ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 14, 18 de dezembro de 1972.
- ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 15, 15 de fevereiro de 1973.
- ANTT, FLB, cx. 104, pt. 669, doc. 16, 12 de março de 1973.
- ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 3, 18 de junho de 1965.
- ANTT, FLB, cx. 105, pt. 670, doc. 10, 24 de junho de 1965.
- ANTT, FLB, cx. 105, pt. 672A, doc. 3, 17 de novembro de 1960.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, doc. 1, 25 de novembro de 1971.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, doc. 9, [s.d.] [c.1962].

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, docs. 11-15, [s.d.] [c. 1962].

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, docs. 26-40, setembro e outubro de 1962 (excluindo o 33).

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, docs. 53, outubro de 1962.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 674, doc. 54, outubro de 1962.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 1, 21 de junho de 1966.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 3, 21 de junho de 1966.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 4, 6 de abril de 1967.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 5, 7 de abril de 1967.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 6, 7 de abril de 1966.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 7, 17 de outubro de 1967.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 8, 20 março de 1968.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 9, 21 de março de 1968.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 11, [s.d.] [c. dezembro de 1962].

ANTT, LB, cx. 105, pt. 675, doc. 17, 15 de novembro de 1962.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 18, 19 de dezembro de 1962.

ANTT, LB, cx. 105, pt. 675, doc. 19, 24 de dezembro de 1962.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 24, 6 de fevereiro de 1963.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 27, 6 de fevereiro de 1963.

ANTT, FLB, cx. 105, pt. 675, doc. 38, [s.d.] [c. dezembro de 1969].

ANTT, FLB, cx. 108, pt. 698, doc. 7, 8 de março de 1932.

ANTT, FLB, cx. 111, pt. 728, doc. 187, 20 de maio de 1936.

ANTT, FLB, cx. 111, pt. 728, doc. 196, 14 de julho de 1936.

ANTT, FLB, cx. 115, pt. 770, doc. 52, 8 de junho de 1964.

ANTT, FLB, cx. 116, pt. 773, doc. 18, 15 de junho de 1963.

ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 14, 25 de março de 1971.

ANTT, FLB, cx. 116, pt. 777, doc. 23 [s.d.] [década de 1960].

ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 21, 12 de setembro de 1972.

ANTT, FLB, cx. 117, pt. 800, doc. 25, 30 de novembro de 1972.

ANTT, FLB, cx. 118, pt. 805, doc. 7, [s.d.] [c. 1960, após março].

ANTT, FLB, cx. 126, pt. 873, doc. 1, [s.d.] [c. 1962]

ANTT, FLB, cx. 126, pt. 873, doc. 2, [s.d.] [c. 1962]

ANTT, FLB, cx. 130, pt. 908, doc. 3, maio de 1962.

ANTT, FLB, cx. 130, doc. 909, doc. 2, [s.d].

ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 3 [s.d.] [1931-1932].

ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 5, [s.d.].

ANTT, FLB, cx. 130, pt. 909, doc. 35, 8 de janeiro de 1936.

ANTT, FLB, cx. 132, pt. 935, doc. 5, 18 de fevereiro de 1935.

ANTT, FLB, cx. 132, pt. 935, doc. 6, 27 de fevereiro de 1935.

ANTT, FLB, cx. 134, pt. 958, doc. 1, 20/24 de setembro de 1968.

ANTT, FLB, cx. 134, pt. 958, doc. 3, 20/24 de setembro de 1968.

ANTT, FLB, cx. 134, pt. 959, doc. 1, [s.d.] [c. outubro de 1937].

ANTT, FLB, cx. 134, pt. 959, doc. 5, 10 de outubro de 1937.

ANTT, FLB, cx. 134, pt. 959, doc. 6, 19 de outubro de 1937.

ANTT, FLB, cx. 134, pt. 959, doc. 8, 12 de novembro de 1937.

- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 3, 31 de janeiro de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 6, 5 de fevereiro de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 7, 14 de fevereiro de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 8, 2 de março de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc.13, 10 de julho de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc.14, 22 de julho de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 15, 5 de agosto de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 18, 13 de agosto de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 21, 8 de setembro de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 24, 25 de setembro de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt.1221, doc.25, 25 de setembro de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 26, 28 de outubro de 1970.
- ANTT, FLB, cx. 152, pt. 1221, doc. 27, 10 de novembro de 1970.
- ANTT, FLB, pt. 2081, docs. 1-31, 1966.
- ANTT, FLB, pt. 2083, doc. 16, [s.d.] [c. 1962].
- ANTT, FLB, pt. 2083, doc. 17, [s.d.] [c. 1962].
- ANTT, FLB, pt. 2090, doc. 1, 1970.
- ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 31, 1969.
- ANTT, FLB, pt. 2092, doc. 44, 1969.

CONSTITUIÇÕES DA REPÚBLICA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, de 13 de outubro de 1980

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2.^a Revisão Ordinária, 2010

DIPLOMAS LEGAIS

ANGOLA

Decreto n.º 80/76, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 244, de 3 de setembro – Regulamento sobre a Protecção do Património Histórico e Cultural do Povo Angolano.

Decreto Presidencial n.º 44/11, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 44, de 7 de março – estabelece o regime jurídico, bem como as normas relativas à organização e funcionamento dos museus em todo o território nacional

Decreto Executivo n.º 196/13, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 104, de 4 de junho – cria o Museu Nacional de História Natural e aprova o seu Estatuto Orgânico.

Decreto Executivo n.º 197/13, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 104, de 4 de junho – cria o Museu Nacional de Arqueologia e aprova o seu Estatuto Orgânico.

Decreto Executivo n.º 198/13, publicado no Diário da República (Órgão Oficial da República de Angola), I Série, n.º 104, de 5 de junho – cria o Museu Nacional da Escravatura e aprova o seu Estatuto Orgânico.

BRASIL

Lei n.º 11/904, publicada no Diário Oficial da União, Secção 1, de 15 de janeiro 2009 – Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

CABO VERDE

Portaria n.º 271, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 45, de 21 de novembro de 1863.

Portaria n.º 15, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 2, de 14 de Janeiro de 1871.

Regulamento da Bibliotheca e Museus Nacionais na Província de Cabo Verde (apenso à Portaria n.º 80), publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 10, de 11 de março de 1871.

Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 14, de 8 de abril de 1871.

Bibliotheca e Museus Nacionaes, relatório realizado por Eduardo Augusto de Sá Pinto Balsemão [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 43, de 23 de outubro de 1875.

Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 3, de 15 de janeiro de 1876.

Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 27, de 1 de julho de 1876.

Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 29, de 15 de julho de 1876.

Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 42, de 11 de setembro de 1876.

Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 45, 28 de outubro de 1876.

Bibliotheca e Museus Nacionais [incluído na parte não oficial], publicado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 49, de 4 de dezembro de 1876.

Portaria n.º 256, publicada no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Cabo Verde, n.º 41, de 4 de outubro de 1892.

Portaria n.º 40, publicada no Boletim Oficial da Província de Cabo Verde, n.º 14, de 8 de abril de 1922.

Portaria n.º 5538, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 23, de 27 de setembro de 1958.

Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52 – suplemento, I Série, “Orçamento da receita ordinária e extraordinária da província de Cabo Verde para o ano económico de 1959”, de 31 de dezembro de 1958.

Portaria n.º 5725, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 89, de 6 de junho de 1959

Despacho n.º 16, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 36, de 5 de setembro de 1959.

Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 53, suplemento, I Série, “Orçamento da receita ordinária e extraordinária da província de Cabo Verde para o ano económico de 1961”, de 31 de dezembro de 1960.

Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária para o ano de 1962”, de 30 de dezembro de 1961.

Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, suplemento, I Série, “Tabela da despesa ordinária e extraordinária para o ano de 1963”, de 31 de dezembro de 1962.

Decreto-Lei n.º 45/75, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 24, de 24 de maio – cria, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, uma Comissão de Investigação e Divulgação Cultural e define a sua competência.

Decreto-Lei n.º 3/75, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 3, de 19 de julho – extingue o Presídio e o Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal.

Decreto n.º 103/77, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 34, de 22 de outubro – cria, na Direção-Geral do Turismo e Artesanato, o Centro Nacional de Artesanato e define as suas atribuições.

Despacho do Gabinete do Primeiro-Ministro, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, 4.º Suplemento, n.º 51, I Série, de 23 de dezembro de 1978 – cria uma Comissão Nacional para Promover o Restauro e Reabilitação, a Defesa e a Conservação dos Monumentos Nacionais e de outros valores do Património Artístico e Cultural do País.

Decisão de Força de Lei n.º 8/79, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 15, de 14 de abril – ratifica o acordo cultural assinado entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa.

Decreto-Lei n.º 48/II/84, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, de 31 de dezembro – declara os achados e os despojos históricos submarinos como propriedade do Estado.

Portaria n.º 45/86, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, de 29 de novembro – institui prémios, para galardoar obras e atividades no sector da cultura, define a sua atribuição e estipula o seu montante.

Decreto n.º 146/87, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 52, de 26 de dezembro – aprova a Convenção relativa à Protecção do Património Cultural e Natural.

Decreto n.º 123/88, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 53, de 31 de dezembro – cria o Arquivo Histórico Nacional.

Lei n.º 68/III/89, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 53, 2.º Suplemento, de 30 de dezembro – autoriza a adesão da Cabo Verde à Carta Cultural de África.

Decreto n.º 28/90, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 17, de 28 de abril – aprova o protocolo de cooperação cultural entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República de Cuba.

Decreto n.º 31/90, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 18, de 5 de maio – aprova o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para a recuperação da Cidade Velha de Cabo Verde.

Decreto-Lei n.º 99-A/90, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 43, de 27 de outubro – cria o Instituto Nacional da Cultura – INAC.

Decreto-Lei n.º 101-C/90, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 46, Suplemento, de 23 de novembro – cria no Ministério da Educação, Cultura e Desportos um serviço designado Direcção Geral dos Assuntos Culturais.

Decreto n.º 121/90, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 49, de 8 de dezembro – atribui à Cidade Velha, o estatuto de Sítio Histórico.

Lei n.º 102/III/90, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 52, I Série, de 29 de dezembro – estabelece as bases do património cultural.

Resolução n.º 6/II/91, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 31, de 8 de agosto – vota o Programa do Governo Constitucional da II República.

Edital n.º 4/93, publicado pela Câmara Municipal da Praia, 27 de abril.

Despacho do Ministério da Cultura e da Comunicação, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 27, I Série, de 26 de julho de 1993 – designando uma Comissão Nacional para erigir um monumento nacional a favor daquele que foi um insigne fundador da nossa nacionalidade, o imortal Amílcar Cabral.

Lei n.º 86/IV/93, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 27, I Série, de 26 de julho – define as bases da política do ambiente.

Lei n.º 134/IV/95, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 21, I Série, de 3 de julho – que aprova o Estatuto dos Municípios.

Resolução 87/95, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 28, I Série, 2.º Suplemento, de 13 de setembro – criação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Prospeção Arqueológica Subaquática.

Resolução n.º 8/96, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 12, I Série, de 30 de abril – manda publicar o Programa do II Governo Constitucional da II República.

Decreto n.º 11/97, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 15, I Série, de 21 de abril – aprova o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa na área do Património Arquitectónico e Recuperação do Património Histórico.

Decreto n.º 13/97, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 15, I Série, de 21 de abril – aprova o Protocolo entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa, na área da cultura.

Resolução n.º 63/97, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – cria o Instituto de Promoção Cultural – IPC.

Resolução n.º 64/97, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – cria o Instituto Nacional de Investigação Cultural – INIC.

Resolução n.º 100/97, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – aprova os estatutos do Instituto de Promoção Cultural – IPC.

Resolução n.º 101/97, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – aprova os estatutos do Instituto Nacional de Investigação Cultural – INIC.

Decreto-Lei n.º 97/97, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 50, I Série, de 31 de dezembro – adita um novo artigo ao Diploma Orgânico do Ministério da Educação, Ciência e Cultura.

Decreto-Lei n.º 67/98, publicado no Boletim Oficial, n.º 48, 5.º Suplemento, de 31 de dezembro – bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-Verdiano.

Lei n.º 108/V/1999, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 27, I Série, de 9 de agosto – estabelece o regime de incentivos fiscais e apoios do Estado no âmbito do Mecenato Cultural, Social, Desportivo, Juvenil, Científico ou Tecnológico.

Resolução n.º 70/99, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 44, I Série, de 29 de novembro.

Resolução n.º 5-A/2001, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 6, I Série, 2.º Suplemento, de 13 de março de 2001 – publica o Programa do Governo para a VI Legislatura 2001-2005.

Decreto-Lei n.º 3/2003, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 5, I Série, de 24 de fevereiro – estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela, sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse sócio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma atenção especial e integrar-se na Rede Nacional das Áreas Protegidas.

Decreto n.º 7/2003, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 8, I Série, de 17 de março – aprova o Protocolo de Cooperação nos domínios da Educação e da Cultura entre a República de Cabo Verde e a República de Angola.

Decreto-Regulamentar n.º 7/2003, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 34, I Série, de 13 de outubro – aprova os estatutos do Instituto do Arquivo Histórico Nacional.

Decreto-Lei n.º 67/2003, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 44, I Série, de 30 de dezembro – cria o Grande Prémio Cidade Velha.

Decreto-Regulamentar n.º 2/2004, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 14, I Série, de 17 de maio de 2004 – aprova os Estatutos do Instituto da Investigação e do Património Culturais.

Lei n.º 45/VI/2004, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 20, I Série, de 12 de julho – regime jurídico do mecenato.

Decreto-Regulamentar n.º 8/2004, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 31, I Série, 25 de outubro – regulamenta o regime de Mecenato previsto na Lei 45/VI/2004, de 12 de julho, em ordem a permitir a sua aplicação ao domínio da cultura.

Decreto-Lei n.º 22/2005, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 12, I Série, de 21 de março – estabelece as bases gerais do regime de concessão da exploração do circuito integrado da Cidade Velha, na Ilha de Santiago.

Lei n.º 62/VI/2005, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 19, I Série, de 9 de maio – devolve o estatuto de Cidade à Povoação de Cidade Velha, sede de Freguesia do Santíssimo Nome de Jesus.

Lei n.º 63/VI/2005, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 19, I Série, de 9 de maio – cria o Município da Ribeira Grande de Santiago.

Decreto-Lei n.º 29/2006, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 10, I Série, de 6 de março – estabelece o regime jurídico da avaliação do impacto ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente.

Resolução n.º 16/2006, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 14, I Série, de 22 de maio – publica o Programa do Governo para a VII Legislatura 2006-2011.

Resolução n.º 33/2006, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 25, I Série, de 14 de agosto – reconhecendo o ex-Campo de Concentração do Tarrafal e suas respectivas dependências como Património Nacional da República de Cabo Verde e consagrando 29 de outubro como Dia da Resistência Antifascista.

Resolução n.º 39/2007, publicada no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 42, I Série, de 19 de novembro – promovendo a candidatura da Cidade de Santiago de Cabo Verde “Cidade Velha” a Património da Humanidade.

Decreto n.º 4/2008, publicado no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 22, I Série, de 16 de junho – aprova, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada em outubro de 2003, na 32.ª Sessão da Assembleia-Geral da UNESCO.

Decreto n.º 6/2008, publicado no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 28, I Série, de 28 de julho – aprova, a Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático e respectivo Anexo, adoptada em Paris, em 31 de novembro de 2001, na 31.ª Sessão da Assembleia-Geral da UNESCO.

Decreto-Lei n.º 8/2009, publicado no Boletim Oficial, n.º 11, I Série, de 16 de março – institui o Alfabeto cabo-verdiano (ALUPEC), aprovado em regime experimental pelo Decreto-Lei n.º 67/78, de 31 de dezembro, como Alfabeto Cabo-Verdiano.

Resolução n.º 5/2009, publicada no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 11, In Série, de 16 de março – altera os limites constantes do mapa anexo ao Decreto n.º 121/90, de 8 de dezembro (que delimita, a actual Zona Histórica e a Zona Tampão).

Resolução n.º 6/2009, publicada no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 11, I Série, de 16 de março – declara Património Nacional de Cabo Verde, monumentos históricos sitos na “Cidade Velha”.

Resolução n.º 7/2009, publicada no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 11, I Série, de 16 de março – cria o Comité de Gestão e o Comité Consultivo do Sítio Histórico da Cidade Velha.

Resolução n.º 14/2009, publicada no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 22, I Série, de 2 de junho – declara como Zona Protegida Subaquática do Sítio Histórico “Cidade Velha”, a área, cujos limites e coordenadas se indica.

Resolução n.º 54/2010, publicada no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 40, I Série, de 18 de outubro – classifica como património histórico nacional a Vila da Ribeira Brava de ilha de S. Nicolau.

Decreto-Lei n.º 2/2011, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 1, I Série, de 3 de janeiro – aprova o regime da reabilitação urbana.

Lei n.º 85/VII/2011, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 2, I Série, de 10 de janeiro – estabelece as bases das políticas públicas de turismo.

Decreto Regulamentar n.º 11/2011, publicado no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 28, I Série, de 22 de agosto – alteração à Lei do Mecenato.

Resolução n.º 4/2012, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 4, I Série, de 25 de janeiro – cria a Alta Curadoria para o Sítio Histórico da Cidade Velha, Património Mundial, e o Gabinete Técnico Conjunto, como órgãos com competência política e técnica, respectivamente, na gestão do sítio Património Mundial.

Resolução n.º 6/2012, publicada no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 6, I Série, de 31 de janeiro – classifica como património histórico e cultural nacional o Centro Histórico do Mindelo.

Resolução n.º 21/2012, publicado no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 24, I Série, de 24 de abril – classifica como património natural, histórico e cultural nacional o sítio de Pedra de Lume, Ilha do Sal.

Resolução n.º 33/12, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 36, I Série, de 21 de junho – classifica como património histórico e cultural nacional o Centro Histórico de Nova Sintra, Ilha Brava.

Resolução n.º 36/12, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 36, I Série, de 21 de junho – classifica como património histórico e cultural nacional o Centro Histórico de São Filipe, Ilha do Fogo.

Resolução n.º 101/2012, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 71, I Série, de 28 de dezembro.

Decreto-lei n.º 14/2013, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 7, I Série, de 1 de abril – estabelece a estrutura, a organização e as normas e funcionamento do Ministério da Cultura.

Resolução n.º 67/2013, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 26, I Série, de 17 de maio – classifica como Património Cultural Nacional o Centro Histórico da Praia.

Resolução n.º 94/2013 publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 42, I Série, de 14 de agosto – cria o Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo.

Decreto-Lei n.º 30/2013, publicado no Boletim Oficial do Cabo Verde, n.º 47, I Série, de 12 de setembro – cria a Curadoria da Cidade do Mindelo.

Decreto-lei n.º 22/2014, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 20, I Série, de 18 de março – altera o n.º 3 do artigo 6.º e o artigo 18.º do Decreto-lei n.º 14, de 01 de abril, que aprova a Orgânica do Ministério da Cultura.

Decreto-Regulamentar n.º 24/2014, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 40, I Série, de 17 de junho – regula a organização, competência e o modo de funcionamento das Curadorias.

Decreto-Regulamentar n.º 26/2014, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 41, I Série, de 27 de junho – aprova os estatutos do Instituto do Património Cultural (IPC).

Decreto-Regulamentar n.º 25/2014, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 41, I Série, de 27 de junho – aprova o estatuto do Arquivo Nacional de Cabo Verde.

Decreto-Regulamentar n.º 27/2014, publicado no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 41, I Série, de 27 de junho de 2014 – aprova o estatuto da Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

Resolução n.º 62/2014, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, I Série, de 12 de agosto – cria a Curadoria de Pedra de Lume, património natural, histórico e cultural nacional.

Resolução n.º 63/2014, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, I Série, de 12 de agosto – cria a Curadoria do Centro Histórico da cidade de São Filipe, património natural, histórico e cultural nacional.

Resolução n.º 64/2014, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 48, I Série, de 12 de agosto – cria a Curadoria do Sítio do campo de Concentração de Chão Bom, Tarrafal, Património Nacional.

Portaria n.º 61/2014, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 79, I Série, de 17 de dezembro – Cria, junto do Instituto do Património Cultural, o Centro de Estudos da Morna.

Resolução n.º 19/2015, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 19, I Série, de 19 de março – cria o Comité Nacional para Rota do Escravo.

Decreto-Regulamentar n.º 4/2015, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 21, I Série, de 27 de março – aprova o estatuto do Fundo Autónomo de Apoio à Cultura.

Decreto-Lei n.º 25/2015, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 27, I Série, de 21 de abril – cria a representação regional do Ministério da Cultura em São Vicente.

Portaria n.º 46/2015, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 59, I Série, de 9 de outubro – cria junto da Direcção Nacional das Artes, o Centro Nacional de Artesanato e Design, adiante designado CNAD.

Portaria n.º 64/2015, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 81, I Série, de 17 de dezembro – cria junto da Direcção Nacional das Artes uma equipa de trabalho denominada Galeria Nacional de Artes.

Resolução n.º 30/2016, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 15, I Série, de 16 de março – cria a Coleção Nacional de Artes.

Aviso n.º 01/2016, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 24, I Série, de 31 de março – torna público que, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada a 17 de outubro de 2003, na 32.ª sessão da UNESCO, entrará em vigor para Cabo Verde a 6 de abril de 2016.

Decreto-Lei n.º 30/2016, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde, n.º 16, I Série, de 16 de março – aprova o regime jurídico das instituições e actividades museológicas, e estabelece o estatuto dos museus.

Resolução n.º 55/2016, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 37, I Série, de 9 de junho – racionaliza, simplifica e enquadra a estrutura institucional do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas.

Decreto-lei n.º 36/2016, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 38, I Série, de 17 de junho – extingue a Curadoria da Cidade do Mindelo.

Resolução n.º 66/2018, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 42, I Série, de 13 de julho – cria a Comissão para a proteção e valorização do património cultural subaquático.

Deliberação n.º 20/AM/2018, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 47, II Série, de 13 de julho – medidas preventivas que regulam as intervenções no sítio histórico da RGS.

Lei n.º 85/IX/2020, publicada no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 49, I Série, de 20 de abril – aprova o Regime Jurídico de Proteção e Valores do Património Cultural.

MOÇAMBIQUE

Portaria n.º 39/76, publicada no Boletim da República (Publicação oficial da República Popular de Moçambique), I Série, n.º 18, de 14 de fevereiro – cria no Ministério da Educação e Cultura várias Direções Nacionais e define atribuições.

Resolução n.º 12/97, publicada no Boletim da República (Publicação Oficial da República Popular de Moçambique), I Série, n.º 23, 10 de junho – aprova a Política Cultural e a estratégia para a sua implementação.

Resolução n.º 11/2010, publicada no Boletim da República (Publicação Oficial da República Popular de Moçambique), I Série, n.º 22, 2 de junho – aprova a Política de Museus

PORTUGAL

Diário de Governo, n.º 56, I Série, Decreto n.º 20:9852, 7 de março de 1932.

Diário de Governo, n.º 125, I Série, Lei n.º 2:032, 11 de junho de 1949.

Diário do Governo, n.º 172, I Série, Decreto n.º 41 787, 7 de agosto de 1958.

Lei n.º 13/74, publicada no Diário do Governo n.º 293, I Série, de 17 de dezembro. – aprova o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde.

Lei n.º 13/85, publicada no Diário da República, n.º 153, I Série, de 6 de julho.

Decreto-Lei n.º 74/99, publicado no Diário da República, n.º 63, I Série-A, de 16 de março de 1999 – estatuto do mecenato.

Lei n.º 107/2001, publicada no Diário da República n.º 209, I Série-A, de 8 de setembro – estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Lei n.º 47/2004, publicada no Diário da República, I Série, n.º 195, de 19 de agosto – aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.

BOLETIM DE PROPAGANDA E INFORMAÇÃO

BRÁSIO, António. “Seminário de Cabo Verde”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano XI, n.º 133. Praia: Imprensa Nacional, outubro de 1960b, pp. 1-7.

“COMEMORAÇÃO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DA ELEVAÇÃO DA VILA DE SANTA MARIA DA PRAIA À CATEGORIA DE CIDADE DA PRAIA DE SANTIAGO, CAPITAL DA PROVÍNCIA DE CABO VERDE”. In. LEVY, Bento (dir.). Cabo Verde. *Boletim de Propaganda e Informação*, ano IX, n.º 106. Praia: Imprensa Nacional, 1 de julho de 1958, pp. 4-31.

FIGUEIREDO, Jaime de. “A Fortaleza Real de S. Filipe e o seu restauro”. *In*: LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano X, n.º 113. Praia: Imprensa Nacional, 1 de fevereiro de 1959a, pp. 13-17.

_____. “A Fortaleza Real de S. Filipe e o seu restauro”. *In*. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano X, n.º 117. Praia: Imprensa Nacional, junho de 1959b, pp. 15-19.

GRUPO DOS AMIGOS DA CIDADE VELHA. “O último Governador na Ribeira Grande”. *In*. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano IX, n.º 98. Praia: Imprensa Nacional, 1 de novembro de 1957, pp.11-13.

MONTEIRO, Júlio. “Ribeira Grande, a cidade que desapareceu”. *In*. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano I, n.º 4. Praia: Imprensa Nacional, 1 de janeiro de 1950, pp. 8-9.

SOUSA, Henrique Teixeira de. “Cidade Velha, cidade esquecida”. *In*. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano VIII, n.º 90. Praia: Imprensa Nacional, 1 de março de 1957, p. 3.

CARTAS PATRIMONIAIS E OUTROS RELATÓRIOS

CIAM. *Carta de Atenas. Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Atenas: CIAM, 1931. Página consultada a 8 de janeiro 2016, p.p. 1-5. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

UNESCO. *Convención para la Protección de los Bienes Culturales en caso de Conflicto Armado*. Haia: UNESCO, 1954. Página consultada a 18 de fevereiro de 2019. Disponível em: http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13637&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

ICOMOS. *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*. Veneza: ICOMOS, 1964. Página consultada a 8 de janeiro 2016. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

UNESCO. *Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional*. Paris: UNESCO, 1966. Página consultada a 21 de junho de 2018. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-coopcultural.pdf>

UNESCO. *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: UNESCO, 1972. Página consultada a 21 de julho de 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO. *Recomendação Sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na Vida Contemporânea*. Nairobi, 1976. Página consultada a 10 de janeiro 2016], pp. 1-9. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/salvaguadaconjuntoshistoricos1976.pdf>

ICOMOS. *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*. Washington D.C.: ICOMOS, 1987. Página consultada a 10 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobresalvaguadacidadeshistoricas1987.pdf>

ICOMOS/ICAHM. *Carta de Lausanne*. Lausanne: ICOMOS/ICAHM, 1990. Página consultada a 14 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>

ICOMOS. *Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*. Cracóvia: ICOMOS, 2000. Página consultada a 18 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

UNESCO. *Convenção Relativa à Protecção do Património Cultural e Natural*. Paris: UNESCO, 1992. Página consultada a 27 de novembro de 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1992/whc-92-conf002-4e.pdf>

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. *Documento de Nara sobre a Autenticidade*. Nara: UNESCO; ICCROM; ICOMOS, 1994. Página consultada a 20 de janeiro 2016. Disponível em: https://www.culturante.pt/fotos/editor2/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf

UNESCO. *Global Strategy and thematic studies for a representative World Heritage List*. Phuket: UNESCO, 1994. Página consultada a 28 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.unesco.de/sites/default/files/2018-02/Global%20Strategy%20-%20Ergebnisse%20Expertentreffen%201994_0.pdf

UNESCO. *Report of the World Heritage Global Strategy Natural and Cultural Heritage Expert Meeting*. Paris: UNESCO, 1998, p. 15. Página consultada a 28 de novembro de 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/amsterdam98.pdf>

UNESCO. *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático*. Paris: UNESCO, 2001. Página consultada a 15 de janeiro 2016. Disponível em: http://www.unesco.org/culture/por/heritage/laws/conv_patsubaqu_portu.pdf

UNESCO. *Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial*. Budapeste: UNESCO, 2002. Página consultada a 26 de novembro de 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/2002/whc-02-conf202-5e.pdf>

UNESCO. *Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2003. Página consultada a 30 de novembro de 2018. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

ICOMOS. *The World Heritage List: Filling the Gaps – an Action Plan for the Future*. Paris: ICOMOS, 2004. Página consultada a 26 de novembro de 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/J%C3%B3se%20Filipe%20Silva%20/Downloads/activity-590-1%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/J%C3%B3se%20Filipe%20Silva%20/Downloads/activity-590-1%20(4).pdf)

ICOMOS. *Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do património cultural*. Xi'an: ICOMOS, 2005. Página consultada a 27 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf>

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO, 2005, p. 14, parágrafo 49. Página consultada a 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>

ICOMOS. *Declaration of Foz do Iguaçu*. Foz do Iguaçu: ICOMOS, 2008. Página consultada a 31 de julho 2017. Disponível em: http://www.icomos.org/centre_documentation/declaration-igua%C3%A7u-eng.pdf

ICOMOS. *Déclaration de Québec sur la sauvegarde de l'esprit du lieu*. Québec: ICOMOS, 29 de setembro a 4 de outubro de 2008. Página consultada a 31 de julho 2017.

Disponível em:

https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Qu%C3%A9bec_Declaration_Final_FR.pdf

UNESCO. *Advisory Body Evaluation. Cidade Velha (Cape Verde) n.º 1310*. Paris: UNESCO, 2009, p. 29. Página consultada a 12 de setembro de 2018. Disponível em:

<http://whc.unesco.org/archive/2009/whc09-33com-inf8B1e.pdf>

UNESCO. *Orientação para a elaboração de Declaração de valor universal excepcional para bens do Património Mundial*. Paris: UNESCO, 2010. Página consultada a 20 de novembro de 2018. Disponível em:

<https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/whouvpt.pdf>

UNESCO. *Global Strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List: Report on the Follow-up to Resolution 19 GA 9*. Paris: UNESCO, 2015. Página consultada a 26 de novembro de 2018. Disponível em:

<http://whc.unesco.org/archive/2015/whc15-20ga-9-en.pdf>

ICOM. *La Carta de Siena. Museos y paisajes culturales*. Siena: ICOM, 2014. Página consultada a 29 de novembro 2016. Disponível em:

http://icom.museum/uploads/media/Carta_di_Siena_ES_final.pdf

UNESCO. *Palestina Ocupada*. Paris: UNESCO, 18 de agosto de 2016. Página consultada a 18 de outubro de 2019. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245634_spa

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO, 2019. Página consultada a 20 de novembro de 2019.

Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>

LITERATURA CONSULTADA

AA.VV. *Revista Museo. Museos de Sitio*, n.º 4. Madrid: Asociación Profesional de Museólogos de España, 1999.

AA.VV. *The site museum. Museum International*, vol. LVI, n.º 3/223. Paris: UNESCO, 2004

AA.VV. *Archaeological sites and site museums. Museum International*, vol. L, n.º 2. Paris: UNESCO, 1998.

ABRANCHES, Henrique. “Museus de A.”. In. CRISTÓVÃO, Fernando (Dir. e Coord.) [et. al.]. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005, pp. 739-740.

AGUIAR, Armindo. “A situação do Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe”. In. *III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 155-159.

ALARCÃO, Adília. “Os museus monográficos e os sítios arqueológicos – uma opinião”. In. DARGENT, Georges Silveira (dir.); RIBEIRO, Rui (edit.). *Boletim Cultural do Município de Cascais*, n.º 7. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1988, pp. 269-274.

ALARCÃO, Adília. “Sobre Património ainda não foi tudo dito?” In. COELHO, Ana Maria Sarmiento (dir.). *Turismo e Património. Êxedra – Revista Científica*. Coimbra: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, 2009, pp. 9-14. Página consultada a 12 de fevereiro 2014. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/01-Adilia-Alarcao-16.pdf>

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.). *História Geral de Cabo Verde*, corpo documental, vol. I. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988.

ALBUQUERQUE, Luís. “As ilhas que estavam lá...”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 52-67.

ALÇADA, Margarida; LISITZIN, Katri; MANZ, Kerstin (edit.). *Turismo e Património Mundial: seleção de abordagens e experiências de gestão em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa*. S.l.: Turismo de Portugal/UNESCO – World Heritage Centre, 2013. Página consultada a 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/news/documents/news-1008-2.pdf>

ALMEIDA, João Bento de. “A Sé da Ribeira Grande: Proposta de Recuperação”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 88-89.

ALMEIDA, José Maria. “Patrimoine culturel et documents historiques, le cas du Musée des Documents Spécieux”. In. ICOM. *Quels musées pour l’Afrique? Patrimoine en devenir : Actes des Rencontres*. Paris: ICOM, 1992, pp. 177-180.

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis; GARCÍA FERNÁNDEZ, Isabel. *Diseño de exposiciones. Concepto, instalación y montaje*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. *Museología y museografía*, 3.ª ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2006.

AMARAL, Ilídio do. “Cabo Verde: permanências e Rupturas”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XV ano, número 6 especial. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2001, pp. 13-48.

AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. Lisboa: Associação das Universidade de Língua Portuguesa/Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa/Instituto de Investigação Científica e Tropical/Universidade do Algarve/Universidade de Cabo Verde, 2007.

AMARO, Clementino. “Escavações Arqueológicas na Cidade Velha”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 85-87.

_____. “Sé da Cidade Velha, República de Cabo Verde. Resultados da 1.ª fase de campanhas arqueológicas”. In. TEIXEIRA, André; BETTENCOUT, José António (coords.). *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa/Universidade do Açores, dezembro de 2012, pp. 452-464.

AMBROSE, Timothy; PAINE, Crispin. *Museum Basics*. London/New York: Routledge, 1993.

“ANGOLA: UN BREVE BOSQUEJO DE LOS MUSEOS EN 1988”. In. GILLETTE, Arthur (redator). *Museum – el mundo de habla portuguesa*, n.º 161, vol. XLI, n.º 1. Paris: UNESCO, 1989, pp. 35-36.

ANTUNES, Luís Pequito (coord.). *Musealização de um Sítio Arqueológico: programas e projectos*. Almada: Museu Municipal de Almada, 2000.

_____. “A efémera existência do Museu de Produtos Naturais da Cidade da Praia, Cabo Verde, 1859-1876”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 17-58.

ARIAS VILAS, Felipe. “Sitios musealizados e museos de sitio. Notas sobre los modos de utilización del patrimonio arqueológico”. In. AA.VV. *Revista Museo. Museos de sitio*. Madrid: Asociación Profesional de Museólogos de España, 1999, pp. 39-57.

ASHWORTH, Gregory; HOWARD, Peter. *European Heritage. Planning and Management*. Exeter: Intellect Books, 1999.

AZEVEDO, Paulo Ormindio de. “Cabo Verde – a preservação da sua memória”. In. AA.VV. *Em Cima do Joelho*, n.º 10. Coimbra: Universidade de Coimbra/Faculdade de Ciências e Tecnologia (Departamento de Arquitectura), agosto 2007, pp. 15-38.

BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.

BALLART, Josep. *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel Patrimonio, 1997.

BALENO, Ilídio. “Subsídios para a História Geral de Cabo Verde: A necessidade das fontes locais através dos vestígios materiais”. In. *Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Série Separatas*, 219. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, pp. 3-5.

_____. “Povoamento e formação da sociedade”. In. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, pp. 125-177.

_____. “Pressões externas. Reações ao corso e à pirataria”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, pp. 125-188.

_____. “Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). História Geral de Cabo Verde, vol. III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2001, pp. 157-233.

BARBOSA, Gilda; WIDMER, Monique. *Casa da Memória*. São Filipe: Edição da Casa da Memória, 2015.

BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. I, partes I e II, 2.^a edição. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. II, parte III, 2.^a edição. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. III, partes IV e V, 2.^a edição. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

BARCELLOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. IV, parte IV, 2.^a edição. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

BARRETO, Antónia; SANTOS, Filipe. “Memória culturais e históricos como promotores do desenvolvimento: os memoriais de Guiledje e Cacheu na Guiné-Bissau. In. *5th European Conference on African Studies*. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2014, pp. 405-417. Página consultada a 18 de maio de 2019. Disponível em: <https://cei.iscte-iul.pt/publicacao/african-dynamics-in-a-multipolar-world-5th-european-conference-on-african-studies-conference-proceedings/>

BATALHA, Fernando. “Breve notícia sobre os museus em Angola”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 261-281.

BELCHER, Michael. *Exhibitions in Museums*. Leicester: Leicester University Press, 1991.

BENAVENTE, Luís. “Biografia do Arquitecto Luís Benavente ao Serviço da Nação”. In. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 51-59.

_____. “Curriculum Vitae do Arquitecto Luís Benavente no respeitante a algumas das suas Missões no Campo Histórico e ao Serviço do Ultramar”. In. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 61-63.

BENHAMOU, Françoise. *Economia do Patrimônio Cultural*. São Paulo, Edições Sesc, 1997.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significado*. Brasília: UNESCO, 2003.

BOYLAN, Patrick J. *Running a Museum: A Practical Handbook*. Paris: UNESCO, 2004.

BRANDÃO, Ana Maria. “Exposição “A Arte de Trabalhar a Madeira” – Mindelo, 1997: Primeira itinerância nos Países de Língua Oficial Portuguesa”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 167-174.

BRÁSIO, António. “Monumentos Sacros de Santiago”. In. LEVY, Bento (dir.). *Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação*, ano XI, n.º 130. Praia: Imprensa Nacional, 1 de julho de 1960a, pp. 28-31.

_____. “Descobrimto/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde”. *Separata de STVDIA*, n.º 10. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, julho de 1962, pp. [1-49].

_____. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1500-1569)*. segunda série, vol. II. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.

_____. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1570-1600)*, segunda série, vol. III. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

_____. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1600-1622)*, segunda série, vol. IV. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

_____. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1623-1650)*, segunda série, vol. V. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969.

_____. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1651-1684)*, segunda série, vol. VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Academia Portuguesa de História, 1991.

_____. *Monumenta Missionária Africana (1685-1699) e suplemento aos séculos XV, XVI e XVII*, segunda série, vol. VII. Lisboa: Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

_____. *Os viajantes e o “livro dos museus”. As colecções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros (1700-1900)*. Porto: Dafne Editora/ CHAIA, 2010.

_____. *Museus, Património e Ciência. Ensaios de História da Cultura*. Évora: Universidade de Évora/CIDEHUS, 2012.

BRITO, Martinho Robalo de. “A Interpretação do Património Cultural. Pelourinho ou Picota da Cidade Velha. Património da Humanidade”. In. SPÍNOLA, Danny. *Cultura – Revista do Ministério da Cultura*, n.º 1. Praia: Ministério da Cultura, 2010 pp. 4-22.

CABRAL, Iva. “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, pp. 225-273.

_____. “Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2001, pp. 235-339.

CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina E.; JUAN ARES, Jorge de. “La Historia de Cabo Verde a través uno de sus edificios emblemáticos: la excavación del Convento de San Francisco (Cidade Velha, Cabo Verde)”. In. *Actas del IV coloquio internacional de estudios sobre África y Asia*. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert/Disputación Provincial de Alicante, 2002, pp. 209-229.

CALADO, Maria. “Luís Benavente. Exposição EBAL 1900-1930. Dez Alunos/Dez Arquitectos”. In. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 73-75.

CAMACHO, Clara Frayão. “Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus: Panorâmica e Perspectivas”. In BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes da (coords.). *Serviços Educativos na Cultura*. Coleção Públicos, n.º 2. Porto: SETEPÉS, 2007, pp. 26-41.

CAMPOS, Joana Capela de; MURTINHO, Vítor. “Património Mundial: Democracia e Diversidade”. In. PITA, António Pedro (dir.); RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; MARTINS, Rui Cunha (coord.). *Estudos do século XX*, n.º 17: democracias. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017, pp. 146-161.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de; BOTELHO, Maria Leonor. “Criar e recriar o desaparecido. O Sítio e a Igreja Românica de Santa Justa de Coimbra, na cidade de hoje”. In. GARCÍA GARCÍA, Francisco; ALVES, Luís Alberto (org.). *V Congresso Internacional Cidades Criativas*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 25-27 de janeiro de 2017, pp. 284-295. Página consultada a 20 de setembro de 2019. Disponível em: <http://cidadescriativas2017.citcem.org/pt/>

CANAVARRO, Pedro. “Uma «traça» jesuíta para a antiga cidade de S. Tiago de Cabo Verde”. In. SARAIVA, António José (coord.). *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, IV série. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, 1976-77, pp. 385-403.

CARDOSO, Fernando. “Museus da G.B.”. In. CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.) [et. al.]. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005, pp. 744-745.

_____. “A Museologia na Guiné-Bissau”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, pp. 71-75.

_____. “As colecções do Museu Etnográfico da Guiné-Bissau. Política de aquisição e natureza”. In. *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM, 1994, pp. 33-36.

CARREIRA, António. *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2.^a edição. Lisboa/Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1983.

_____. “Conflitos Sociais em Cabo Verde no Século XVIII”. In. GODINHO, Vitorino Magalhães (dir.). *Revista Económica e Social*. n.º 16, julho-dezembro de 1985. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 63-88.

CARVALHO, Adriana. *Projecto Património Cultural e Educação em Cabo Verde. Preservar materiais, desvendar práticas, divulgar patrimónios*. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2013. Página consultada a 22 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://mariaadrianacarvalho.files.wordpress.com/2009/11/projeto-patrimonio-cultural-e-educac3a7c3a3o-em-cabo-verde.pdf>

CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues. *Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento das boas práticas*. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora, 2011.

CARVALHO, Carlos. “A Herança Patrimonial e a Política de Conservação. Balanço e Perspectivas”. In. SILVA, Filinto Correia e (coord.). *Cabo Verde – 30 Anos de Cultura (1975-2005)*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005, pp. 359-374.

_____. (coord). *Manual para a salvaguarda do Património Construído*. Praia: Instituto do Património Cultural/Direção de Monumentos e Sítios, 2016.

CARVALHO, Carlos; AKIBODÉ, Charles Samson. *Plano de Gestão 2008-2012 da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande*. Praia: Ministério da Cultura, 2008.

_____. *Cidade Velha. Centre Historique de Ribeira Grande (Cap-Vert). Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial*. Praia: Ministério da Cultura/IIPC, 2008. Página consultada a 25 de outubro de 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1310.pdf>

CARVALHO, Gonçalo de. “Património e Arqueologia Subaquática”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 59-79.

CARVALHO, Margarida Chorão de. “Bibliografia Analítica da Museologia Angolana”. In. DIAS, Jill R.. *Revista de Estudos Africanos*, n.º 16-17. Lisboa: Instituto de Investigação Científico Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1992-1994, pp. 291-351.

CASANOVAS, Luís Efreim Elias. “Conservação Preventiva e Condições Ambiente. Segurança”. In. ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.). *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 161-187.

CHAVES, Luís. *Os Pelourinhos Portugueses*. Gaia: Edições Apolino, 1930.

_____. *Pelourinhos do Ultramar Português*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1938.

_____. “Os Pelourinhos de Portugal nos domínios do seu Império de Além-Mar (3.^a série)”. In. CUNHA, Augusto. *O Mundo Português. Revista de Cultura e Propaganda Arte e Literatura Coloniais*, número 5. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1938.

CHAROLA, A. Elena [coord. Edit.]. *Torre de Belém – Intervenção de Conservação*. Lisboa: Ministério da Cultural/IPPAR, junho 2000;

CHAROLA, A. Elena; RODRIGUES, José delgado [coord. Edit.]. *Os Jardins do Palácio Nacional de Queluz: Intervenção de Conservação*. [S.l.]: Associação World Monuments Fund/ World Fund Monuments, 2012.

CHELMICKI, José Carlos Conrado de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Corografia Cabo-Verdiana ou Descrição Geográfica-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo I. Lisboa: Tipografia L. C. da Cunha, 1841.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. *As Questões do Património. Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70, 2011.

CHUQUELA, Lucília. “Ecomuseu para a Ilha de Inhaca”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 179-182.

COELHO, Gisela; MOREIRA, Karina. “Ribeira Brava tem o primeiro Museu da Água em Cabo Verde”. In. COELHO, Gisela (edit.). *Revista da Câmara Municipal da Ribeira Brava – São Nicolau*, n.º 3. São Nicolau: Câmara Municipal da Ribeira Brava de São Nicolau, abril 2010, p. 19.

CORREIA, Fernando da Silva. “Misericórdias”. In. SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 312-314.

CORREIA, Vicente. “A política de implementação de um Museu de Luta de Libertação Nacional na Guiné-Bissau”. In. *III Encontro de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 41-42.

COSSA, Gilberto Paulino. “O desenvolvimento do Museu Nacional de Arte e a problemática da preservação do nosso legado cultural”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 59-65.

COSTA, Abel Fontoura. *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1939.

COSTA, Adelino Rodrigues. “A Fundação Oriente e a salvaguarda do património português no Oriente”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 283-296.

COSTA, Alda. “Mozambique: los museos, fuentes permanentes de enseñanza y aprendizaje”. In. GILLETTE, Arthur (redator). *Museum – el mundo de habla portuguesa*, n.º 161, vol. XLI, n.º 1. Paris: UNESCO, 1989, pp. 32-34.

_____. “Museus de Moçambique: situação e história da organização do setor”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, p. 77, pp. 77-81.

_____. “Museus e desenvolvimento: perspectivas para os anos 90 – a situação de Moçambique”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, pp. 82-86.

_____. “Património Oriental em Moçambique: Património a conhecer e a construir”. In. *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM, 1994, pp. 37-40.

_____. “Museus de Moçambique: na encruzilhada de tempos, tradições e práticas”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão nacional Portuguesa do ICOM, 2012, pp. 43-50.

CRUZ, Tiago Trindade. “Convento de Monchique no Porto: hipótese de reconstituição digital”. In. GARCÍA GARCÍA, Francisco; ALVES, Luís Alberto (org.). *V Congresso Internacional Cidades Criativas*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 25-27 de janeiro de 2017, pp. 441-452. Página consultada a 20 de setembro de 2019. Disponível em: <http://cidadescriativas2017.citcem.org/pt/>

DAVIS, Peter. *Ecomuseums: a sense of place*. Leicester: Leicester Museum Studies, 1999.

DELGADO, António Jorge. “A semana da defesa do Património reactiva a ideia de pré-associação de defesa do património cultural do Mindelo”. In. ALMEIDA, Germano; LOPES, Leão; FIGUEIREDO, Rui. *Ponto & Vírgula*, n.º 15. Mindelo: Alternativa, outubro/dezembro 1985, pp. 42-46.

DESVALLÉES, André; MAIRISSE, François (dir.). *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011.

DIALLO, Maria Eveline. “A realidade museológica na Guiné-Bissau”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, p. 41.

DORES, André Estrela Rodrigues de Soure. “Rede Museológica de Casas Históricas da CPLP”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, pp. 145-149.

DUPLESSIS. *Relation journalière d'un voyage fait en 1699 par M de Beauchesne aux îles du Cap-Vert*. Présentation, notes et bibliographie Françoise et Jean-Michel Massa. Rennes: PCLL. Pédagogie, cultures, littérature lusographes, 2004.

EDSON, Gary; DEAN, David. *The Handbook for Museums*. London/New York: Routledge, 1994.

ESPÍRITO SANTO, Marisa. “Museus de S.T.P.”. In. CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.) [et.al.]. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005, p. 750.

ESTALL I POLES, Vicent. “El Centro Monográfico del Castillo de Onda como museo de sitio”. In. AA.VV. *Revista Museo. Museos de Sitio*, n.º 4. Madrid: Asociación Professional de Museólogos de España, 1999, pp. 123-132. Página consultada a 18 de março de 2016. Disponível em: http://www.apme.es/html/revista_4

ESTEVIÃO, João. “Cabo Verde”. In. VALENTIM, Alexandre; DIAS, Jill (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa (O Império Africano, 1825-1890)*, vol. X. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 169-210.

ESTRELA, Tiago. “Uma acção do WAMP”. In. *Revista Lóca*, n. 3. Praia: abril de 1998a.

_____. “O museu de documentos especiais: uma inovação na Costa Ocidental Africana”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Africana*, número especial. Porto: Universidade Portucalense, setembro de 1998b, pp. 53- 57.

ÉVORA, José Silva. *O Futuro da Arqueologia em Cabo Verde & Outras Reflexões Sobre a História e Património das Ilhas*. Praia: Arquivo Nacional de Cabo Verde, 2015.

FAGUNDES, João. *Ribeira Grande – A Cidade Velha*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português do Património Cultural/Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, 1989.

_____. “Ribeira Grande. A cidade velha”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 78-84.

FARIÑA BUSTO, Francisco. “Os museos de sitio en Galicia”. In. GARCIA IGLESIAS, José M.. *Presente e futuro dos museos en Galicia*. Santiago de Compostela: Fundación Alfredo Brañas, 1996, pp. 63-97.

FEIJÓ, João da Silva. *Ensaio e memórias económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde (século XVIII)*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1986.

FERNANDES, João Luís Jesus. “Património Mundial e globalização: uma leitura geográfica”. In. GAMA, Rui (dir.). *Cadernos de Geografia*, n.º 24/25 – 2005/2006. Coimbra: Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, 2005/2006, pp. 227-240. Página consultada a 15 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo24_25

FERNANDES, José Manuel. *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1996.

_____. “Luís Benavente e as Fortalezas de África (1956-1973)” In. HESPANHA, António Manuel (dir.). *Oceanos. Fortalezas da Expansão Portuguesa*, n.º 528. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, out-dez. 1996, pp. 41-52.

_____. “Arquitecto Luís Benavente, Uma Obra e Uma Época”. In. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 11-49.

_____. “Antologia. Luís Benavente”. In. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, p. 76.

_____. “Antologia. Luís Benavente: Uma Obra Singular”. In. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 82-84.

_____. “Luís Benavente, Arquitecto. Trabalhos em África nos anos 1950-60”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 89-108.

_____. “Outras Igrejas”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 312.

FERNANDES, José Manuel; FERNANDES, Sérgio. “Cabo Verde”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 279-287.

FERNANDES, José Manuel; PIRES, Fernando. “Sé Catedral”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 310-311.

_____. “Igreja de Nossa Senhora do Rosário”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 311.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; MILHEIRO, Ana Vaz. *Cabo Verde – Cidades, Territórios e Arquitecturas*. [S.l.]: [s.n.], 2014.

FERREIRA, Manuel. *Hora di Bai*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987.

FIGUEIREDO, Jaime de. *A Fundação da Biblioteca Pública da Praia*. Praia: Serviços de Propaganda/Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1951.

FILIFE, Graça; VARINE, Hugues de. “Que Futuro para os Ecomuseus? In. RAPOSO, Jorge (dir.). *al madam*, II Série, n.º 19. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, janeiro de 2015, pp. 21-36.

FRANCISCO, Silvestre António. “O que é o Museu Central das Forças Armadas?”. *In. V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 253-257.

FRANCO, Matilde Sousa. “Antologia. O Arquitecto Luís Benavente e o Património Cultural. Acção e Pioneirismo”. *In. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997, pp. 77-81.

FREIRE, Verónica dos Reis. “A Experiência Cabo-Verdiana no Domínio do Património”. *In. CUNHA, J. da Silva (dir.). Revista Africana, VII ano, número especial*. Porto: Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 1993, pp. 65-73.

_____. “Protecção do Património Cultural Construído”. *In: FERREIRA, Ondina (dir.). Cultura: Revista Semestral, ano 1, n.º 1*. Cidade da Praia: Gabinete do Secretariado de Estado da Cultura, setembro de 1997, pp. 18-24.

FUNDAÇÃO JOÃO LOPES. *Cidade Velha. Ribeira Grande de Santiago*. [S.l.]: Publicom, 2015.

GARCÍA PEÑA, Carlos. “A Fortaleza Real de São Filipe, chave da defesa do Arquipélago de Cabo Verde”. *In. GARCÍA PEÑA, Carlos (coord.). Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao: Agencia Española de Cooperación Espanola, 2000, pp. 80-107.

GARCÍA PEÑA, Carlos; ROS LARENA, Rosario. “El sistema defensivo de Felipe II en Cabo Verde”. *In. ...Cuadernos de Historia Moderna, vol. 27*. Madrid: Departamento de Historia Moderna de la Universidad Complutense, 2002, pp. 11-48.

GARCÍA BLANCO, Ángela. *Didáctica del Museo. El descubrimiento de los objetos*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1988.

GARCIA, Nuno Guina. *O museu entre a cultura e o mercado: um equilíbrio instável*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003.

GARCÍA, Orlando. *Institut National de la Culture*. Paris: UNESCO, 1980.

GOMES, Lourenço Conceição. “O Símbolo de Autoridade na Obra de Arte Colonial. O Caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde”. In. ZANNOTI, Cláudio (coord.). *Ciências Sociais em Revista*, vol. 4, n.º 2. São Luís do Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, dez. 2006, p.p.169-183.

GÓMEZ MÁRTINEZ, Susana. “Mértola Vila Museu: patrimonio, rentabilidad y ciudadanía”. In. DOMINGUEZ ARRANZ, Almudena (edit.). *El patrimonio arqueológico a debate. Su valor cultural y económico*. Huesca: Gobierno de Aragón/Disputación de Huesca/Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2008, pp. 83-99.

GONÇALVES, Guimarães. “A problemática do património”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, VII ano, número especial. Porto: Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 1993, pp. 49-63.

GOUVEIA, Henrique Coutinho. “Aspectos das Relações entre Portugal e Angola no Domínio Museológico – as Viagens de Exploração Científica Setecentistas”. In. *III Encontro de Museus e Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, p. 77-118.

_____. “Musealização de Sítios – questões relativas à formulação do programa interpretativo”. In. JORGE, Vítor Oliveira (coord.). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, ano 74.º, vol. XXXII, fasc. 1-4. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1992, pp. 87-99.

_____. *Museu Etnográfico da Madeira. Estudo de um modelo de avaliação*. Praia/Tomar: Universidade de Cabo Verde/Instituto Politécnico de Tomar: 2009.

_____. “Museus de Cabo Verde. Continuidade e Inovação”. In. MARINS, Paulo César Garcez (edit.); BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (coedit.). *Anais do Museu Paulista*, vol. 21, n.º 1. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Jan./Jun. 2013, pp. 63-76. Página consultada a 28 novembro 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S010147142013000100006&pid=S0101-47142013000100006&pdf_path=anaismp/v21n1/a06v21n1.pdf

_____. “Museologia e Arte Contemporânea em Cabo Verde. Valorização do Sítio Cultural da “Cidade Velha”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 63-101.

_____. “Os Museus de Carlos Schwarz”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 165-185.

_____. “Um Museu de Cidade na Praia: perspectivas de renovação do panorama museológico de Cabo Verde. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 241-161.

_____. “Reconversão Museológica de Sítios em Cabo Verde. Estudo de caso – Chão Bom do Tarrafal. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 81-220.

_____. “Conferência Internacional do MINOM em Cabo Verde”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 403-411.

_____. “Rede Museológica Municipal de Santa Catarina”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 413-434

GOUVEIA, Henrique Coutinho; ALARCÃO, Adília. “Museus e Património Cultural de Angola”. In. DIAS, Jill R. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 12-13. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, janeiro-dezembro de 1990, pp. 421-449.

GOUVEIA, Henrique Coutinho; ANTUNES, Luís Pequito. “Angola e Moçambique no contexto museológico da Primeira República”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 21-61.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, CARVALHO, Margarida Chorão de. *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego. Conjuntos de moinhos de vento da Portela de Oliveira e de fornos de cal do Casal de Santo Amaro, no concelho de Penacova*. Penacova: Município de Penacova, 2003.

GOUVEIA, Henrique Coutinho; LOPES FILHO, João. “Que ensino para Cabo Verde na área da Museologia e do Património?” In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 387-390.

_____. “Museologia e Património de Cabo Verde: relatório sumário da missão realizada por dois docentes da FCSH em setembro de 1998”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 391-400.

GRACIAS, J. B. Amâncio. *Monografia sobre a Província de Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional, 1922.

GREFFE, Xavier. “Le Patrimoine comme ressource pour la ville”. In. *Les annales de la recherche urbaine*, n.º 86. Cachan: Lavoisier Abonnements, junho de 2000. Página consultada a 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/aru_0180-930x_2000_num_86_1

GUEDES, Maria Estela. “João da Silva Feijó – viagem filosófica a Cabo Verde”. In. CAMPOS MARÍN, Ricardo (dir.). *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. XLIX-1. Madrid: Instituto de Historia (CSIC), 1997, pp. 131-137. Página consultada a 22 de março de 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/381-381-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/381-381-1-PB%20(3).pdf)

GUEDES, Maria Natália Correia. «*Que Museus para os Países Africanos de Língua Portuguesa?*». In. *III Encontro de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 193-195.

GUERREIRO, Alberto. “A etnopaísagem do museus cabo-verdianos: economia, globalização e desenvolvimento integrado”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 221-244.

GUILLAUME, Marc. *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras – Editores, 2003.

GUIMARÃES, Óscar. “Panorama dos museus angolanos”. In. *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM, 1994, pp. 17-20.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. *La Museología ante los retos del siglo XXI*. In. CABRERA GARCÍA, María Isabel; CASTILLO RUIZ, José (dir.). *Revista Electrónica de Património Histórico*. Granada: Universidad de Granada: Departamento de Historia del Arte - Facultad de Filosofía y Letras, 2007, pp. 333-358. Página consultada a 22 de março de 2017. Disponível em: <https://revistadepatrimonio.es/index.php/erph/issue/view/4/showToc>

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Los museos y sus visitantes*. Gijón: Ediciones Trea, 1998.

KEYNES, R.D. *Charles Darwin – Beagle Diary*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

KOTLER, Neil; KOTLER, Philip. *Museum Strategy and Marketing*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

ICOM. *Musées de site archéologique*. Paris: UNESCO, 1982.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Catálogo da Exposição Histórico-Documental sobre Cabo Verde*. Mindelo-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical; Arquivo Histórico Ultramarino, maio e julho de 1985.

INSTITUTO DA INVESTIGAÇÃO E DO PATRIMÓNIO CULTURAIIS. “*Nos Patrimóniu*”. *Catálogo de Exposição*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, novembro de 2005.

_____. *Museu Etnográfico da Praia. Catálogo de Exposição*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, maio de 2007.

_____. *Catálogo Museu de Arqueologia*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, dezembro 2011.

INYPSA. *Informe relativo al proyecto de intervención en el recinto de la Fortaleza Real de San Felipe en Cidade Velha. República de Cabo Verde*. [S.l.]: AECID, febrero 1997.

_____. *Plan de Desarrollo Sostenido de Cidade Velha. República de Cabo Verde*. [S.l.]: Ministerio de Asuntos Exteriores/Ministério da Cultura/Instituto Nacional de Investigação Cultural, julio 2004.

ISAR, Yudhishtir Raj (edit.). *Museum. Images de l'écomusée*, n.º 148 (vol. XXXVII, n.º 4). Paris: UNESCO, 1985.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. *Luís Benavente/arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1997.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS. *Inventário de recursos turísticos da Ribeira Grande de Santiago*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, 2015.

JIMENEZ MARTÍNEZ, García. “Los medios audiovisuales”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 463-501.

JORGE, Vítor Oliveira. *Arqueologia, Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

JUAN ARES, Jorge de; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina. “Restabelecimento do Passado: I. Investigações Arqueológicas na Fortaleza Real de São Filipe”. In. GRACÍA PEÑA, Carlos (coord.). *Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao; Agencia Española de Cooperación Española, 2000, pp. 133-162.

_____. “Excavaciones arqueológicas en Cidade Velha (Cabo Verde). Balance de tres años de investigación”. In. DÍAZ GARCÍA, Fructuoso (dir.). *Anejos de Nailos. Estudios Interdisciplinares de Arqueología*, n.º 4. Oviedo: Asociación de Profesionales Independientes de la Arqueología de Asturias, octubre de 2018, pp. 111-141.

JOKILEHTO, Jukka [et.al.]. *The World Heritage List. What is OUV? Defining the Outstanding Universal Value of Cultural World Heritage Properties*. Berlin: Hendrik Bäbler Verlag, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. “Notas sobre a Carta de Veneza”. In. MARINS, Paulo César Garcez (edit.); BORREGO, Maria Aparecida de Menezes (coedit.). *Anais do Museu Paulista*, vol. 18, n.º 2. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, jul./dez. 2010, pp. 287-320.

LATOVA FERNÁNDEZ -LUNA, José. “Iluminación de museos”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 127-154

LIMA, Humberto Elísio da Cruz; SILVA, Ana Samira Semedo. “Museus em Cabo Verde: perspectivas e desafios”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, pp. 38-39.

LOBO, Francisco de Sousa. “Técnica, Engenharia e Artilharia na Cidade Velha. In. GARCÍA PEÑA, Carlos (coord.). *Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao: Agencia Española de Cooperación Espanola, 2000, pp. 109-132.

LOBO, Pedro de Sousa. “A originalidade humana de Cabo Verde”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 9. São Vicente: Grupo “Claridade”, dezembro de 1960, pp. 64-69.

LOPES, Baltazar. “Notas para o estudo da linguagem das ilhas”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 2. São Vicente: Grupo “Claridade”, agosto de 1936, p. 5, p. 10.

_____. “Uma experiência românica nos trópicos, I”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 4. São Vicente: Grupo “Claridade”, janeiro de 1947, pp. 15-22.

_____. “Uma experiência românica nos trópicos, II”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 5. São Vicente: Grupo “Claridade”, setembro de 1947, pp. 1-10.

LOPES, Leão. “Sítio museológico de Lajedos. Um projecto de desenvolvimento cultural”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 245-261.

LOPES FILHO, João. *Cabo Verde. Subsídios para um Levantamento Cultural*. Lisboa: Plátano Editora, 1981.

_____. *Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde*. Lisboa: Ulmeiro, 1985.

_____. “Museus de C.V.”. In. CRISTOVÃO, Fernando (Dir. e Coord) [et.al.]. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005, pp. 743-744.

_____. “Sugestões para Museus em Cabo Verde”. In. RODRIGUES, Larissa; RODRIGUES, João B. *Artiletra – Jornal – Revista de Educação, Ciência e Cultura*, ano XVI, n.º 79, novembro- dezembro 2006, p. 2, p. 8, p. 17.

_____. “Musealização da Ribeira Grande de Santiago de Cabo Verde”. In. LOPES FILHO, João. *Crónicas do Tempo que Passou*. Praia: IBNL, 2009 [1989], pp. 37-48.

_____. “O Pelourinho da Cidade Velha”. In. LOPES FILHO, João. *Crónicas do Tempo que Passou*. Praia: IBNL, 2009, pp. 51-57.

_____. “Por uma Política Museológica em Cabo Verde”. In. LOPES FILHO, João. *Crónicas do Tempo que Passou*. Praia: IBNL, 2009, pp. 133-148.

LOPES, Virgílio; GAGO, Pedro. *Relatório: projeto de intervenção arqueológica no Forte de S. António, Cidade Velha, Cabo Verde*. Mértola: ALSUD, 2015.

LORD, Barry; LORD, Gail Dexter. *The Manual of Museum Exhibitions*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2002.

MARQUES, António Henrique de. “A expansão no Atlântico”. In. SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de (dir.); MARQUES, António Henrique de (coord. vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. A expansão quatrocentista*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 33-139.

MARIZ, Vera Félix. “O restauro do pelourinho da Cidade Velha – Cabo Verde (1962-1970). Um processo de legitimação e consagração da memória”. In. SANTOS, Maciel Morais. *Africana Studia (Revista Internacional de Estudos Africanos)*, n.º 18. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, pp. 225-248.

_____. “Cabo Verde no Programa de Salvaguarda do Património Português Ultramarino – o caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1962-1974)”. In. ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vítor Rosado. *Atas do Colóquio Internacional Cabo verde e Guiné Bissau: percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa: IICT, 2012, [s.p.] [pp.1-12]. Página consultada a 12 de maio de 2014. Disponível em: <https://coloiuocvgb.files.wordpress.com/2013/06/vera-mariz-final.pdf>

_____. “Inventário, classificação, conservação, restauro e divulgação de monumentos nacionais em Angola e Moçambique (1922-1974)”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópico, 2017, pp. 67-87.

MARTÍNEZ YAÑEZ, Celia. “La redefinición del valor universal excepcional y el futuro de la Lista del Patrimonio Mundial”. In. CABRERA GARCÍA, María Isabel; CASTILLO RUIZ, José (dir.). *Revista Electrónica de Patrimonio Histórico*, n.º 6. Granada: Dpto. H.^a del Arte – Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Granada. Página consultada a 28 de novembro de 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/J%C3%B3se%20Filipe%20Silva%202/Downloads/e-rph6%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/J%C3%B3se%20Filipe%20Silva%202/Downloads/e-rph6%20(1).pdf)

MASSIMBE, Julieta. “O Projecto do Museu do CFM: Para que a memória permaneça viva”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 213-215.

MATEUS, Rui. “Trazer o Passado para o Presente é planear o Futuro”. In. PINTO, Paulo Costa (coord. edit.). *Encontros do Património de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2003, pp. 171-186.

MATIAS, Cecília, [et. al.]. “Inventário do Património Arquitectónico da Cidade Velha (Santiago, Cabo Verde)”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XV ano, número 6 especial. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2001, pp. 141-154.

MATIAS, Maria Fernanda. “A experiência da Fundação Calouste Gulbenkian na preservação do património de origem portuguesa no mundo”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 271-282.

MATOS, Artur Teodoro de. “Rotas portuguesas do Atlântico”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Portugal e o Mar*, n.º 10. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1992, pp. 80-86.

MATOS, Madalena Cunha. “Amador que quer ser da coisa amada”. Alfredo Viana de Lima e o Brasil”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 37-66.

MECO, José. “A Expansão da Azulejaria Portuguesa”. In. HESPANA, António Manuel. *Oceanos. Azulejos Portugal e Brasil*, n.º 36/37. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, outubro de 1998/março de 1999, pp. 8-17.

MELLO, Georgina Benrós de. “O museu virtual de paisagens de Cabo Verde e o turismo”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 295-310.

MELO, António Amaro de. “Claridosas influências”. In. VIEGAS, Francisco José (dir.). *Ler. Livros & Leituras*, n.º 148, terceira série. Lisboa: Círculo de Leitores, inverno 2017-2018, pp. 63-68.

MENDES, Albano; SARRÓ, Ramon, TEMUDO, Ana. *Museu Etnográfico Nacional da Guiné-Bissau: imagens para uma história*. [S.l.], [s.n.], 2018.

MENDES, J. Amado. *Estudos do Património. Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

MESKELL, Lynn. “Transacting UNESCO World Heritage: gifts and exchanges on a global stage”. In. BERLINER, David; MAGUIRE, Mark (edit.). *Social Anthropology/Antropologie Sociale*, n. 23. London: European Association of Social Anthropologists, 2015, pp. 3-21. Página a consultada 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1469-8676.12100>

_____. “Gridlock: UNESCO, global conflict and failed ambitions”. In. GUTTORMSEN, Torgrim Sneve; HEDEAGER, Lotte (edit.). *World Archaeology*, vol. 47. Abingdon-on-Thames: Routledge, junho de 2015, pp. 225-238. Página consultada a 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rwar20/47/2?nav=tocList>

MIMOSO, Alexandre Braz. “Interpretação e consolidação da Sé da Cidade Velha”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano II, n.º 2. Praia: Fundação João Lopes, 2016, pp. 311-384.

MONTEIRO, António. *Ulisses – Governar Diferente*. Praia: Livraria Pedro Cardoso, 2019.

MONTEIRO, Félix. “Tabanca. Evolução Semântica”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 6, julho de 1948, pp. 14-18.

_____. “Tabanca. Uma lenda”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 7. São Vicente: Grupo “Claridade”, dezembro de 1949, pp. 19-26.

_____. “Bandeira da Ilha do Fogo – O senhor e o escravo divertem-se”. In. LOPES, João (dir.). *Claridade: revista de artes e letras*, n.º 8. São Vicente: Grupo “Claridade”, maio de 1958, pp. 9-22.

MOOLMAN, Hermanus Johannes. “Site Museums: Their Origins, Definition and Categorisation”. In. BRADBURN, James M. (edit.). *Museum Management and Curatorship*, vol. 15, n.º 4. Abingdon: Routledge/Taylor & Francis, 1996, pp. 387-400.

MORENO MARTÍNEZ, Jesús; DELGADO IGLESIAS, Francisco Javier. “Gestión económica y producción”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp.105-123.

MORISSET, Sébastien; SÁNCHEZ MUÑOZ, Nuria. *Missão de avaliação do sítio do Património Mundial da Cidade Velha – Cabo Verde*. Praia: IPC, 2016.

MOUTINHO, Mário; NABAIS, António. “Missões de cooperação com a República da Guiné-Bissau nas áreas do património Cultural e da Museologia”. *In. III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 37-39.

MUATINTE, Bernardo. “Análise qualitativa das colecções naturais da Ilha de Inhaca e de zoologia do Departamento de Ciências Biológicas”. *In. V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 175-178.

MUTAQUILHA, Januário. “Criação de um Museu de Escravatura em Moçambique – Fundamentos e perspectivas de uma proposta”. *In. V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 247-251.

NABAIS, António José C. Maia; CARVALHO, José Maria da Cruz de. “O discurso expositivo”. *In. ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.). Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 136-143.

NAUAITO, Silvério João; JORGE, Mafalda da Nova; ANDRADE, José. “Imperativa necessidade de formação de profissionais para o Museu da Ilha de Moçambique”. *In. FILIPE, Graça (coord. edit.). Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, pp. 273-281.

NETO, Maria João Baptista. *Memória, Propaganda e Poder*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.

_____. “A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos”. *In. LACERDA, Manuel. Revista Estudos/Património*, n.º 9. Lisboa: IPPAR, 2006, pp. 91-99.

NEVES, Baltazar Soares. “Hospital da Ribeira Grande de Santiago: Facho da Solidariedade Social em Cabo Verde (1497-1834)”. In. SILVA, António Correia e (dir.). *Revista de estudos Cabo-Verdianos (Especial Património e Museologia)*. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2013, p. 6. Página consultada a 4 de dezembro 2014. Disponível em: <http://www.revista-patmus.org/ojs/index.php/RPM/issue/view/>

_____. “D. António Coutinho de Lencastre e a administração da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande (1805-1818)”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 103-127.

NEVES, Maria Teresa Avelino Pires C.. “O exercício do poder na Ilha de Santiago entre 1767 e 1796”. In. ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vítor Rosado. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau: percursos do saber e da ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2012, pp. s/p. [1-11]. Página consultada a 18 de fevereiro 2018. Disponível em: <https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/p01c04-teresa-avelino.pdf>

NGWENYA, Malangatana. “Museu privado em Moçambique?”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 127-130.

NOLI, Marcello Ferrada (edit). *Antonio de Noli and the beginning of the new world discoveries*. Sweden: Libertarian Books, 2013. Página consultada a 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://libertarianbooks.files.wordpress.com/2013/12/antonio-de-noli-the-beginning-of-the-new-world-discoveries5.pdf>

NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire*, vol. I. Paris: Editions Gallimard, 1984.

NOTÍCIA COROGRÁFICA E CHRONOLÓGICA DO BISPADO DE CABO VERDE DESDE O SEU INÍCIO ATÉ AO ESTADO PRESENTE (apresentação, notas e comentários por António Carreira). Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro, 1985.

OGILBY, John. *America being the latest, and most accurate description of the New World*. London, [s.n.], 1671. Página consultada a 10 de outubro de 2019. Disponível em: <https://archive.org/details/America00Ogil/page/n7/mode/2up>

OLIVEIRA, Emanuel Charles d'. "A experiência da exploração arqueológica subaquática em Cabo Verde". In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XVI ano, número 24. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2002, pp. 45-48.

OLOFSSON, Elisabet. "Redes Profissionais – algumas considerações e reflexões". In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 79-80.

PADRÓ, Carla. "Educación en museos: representaciones y discursos". In. SEMEDO, Alice; LOPES, João Teixeira (coords.). *Museus, discursos e representações*. Porto: Edições Afrontamento, 2005, pp. 49-59.

PARAJD, G. Mester de. *Protection du patrimoine culturel e naturel*. Paris: UNESCO, 1984.

PATO, Ana. *Cidade Velha: Guia de Normas Urbanísticas*. Villefontaine: CRAterre Editions, 2018.

PEREIRA, Daniel A.. "As insolências do capitão Domingos Pereira Viegas e do seu irmão Belchior Monteiro de Queiroz contra as autoridades da Ilha de Santiago (1653-1655)". In. GODINHO, Vitorino Magalhães (dir.). *Revista Económica e Social*, n.º 16, julho-dezembro de 1985. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pp. 31-61.

_____. *A importância histórica da Cidade Velha*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004a.

_____. *A Situação da Ilha de Santiago no 1.º Quartel do Século XVIII* (2.ª edição). Praia: Alfa-Comunicações, 2004b.

_____. *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 2009.

PEREIRA, Paulo. "Lugares de passagem e o resgate do tempo". In. CALADO, Luís Ferreira (dir.). *Estudos/Património*, n.º 1. Lisboa: IPPAR, 2001.

_____. “Introdução”. In. ESCARTÍN, Rosa (coord.). *Descobrir o Mundo. Portugal Património da Humanidade* (vol. 4). Amadora: EDICLUBE, [s.d.], pp. 9-23.

PESSOA, Fernando Santos. *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

PILALE, Rosa dos Anjos Lourenço. “O Museu e as Crianças: Experiência do Museu Nacional de Etnologia de Nampula”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 233-245.

PIMENTEL, Cristina. *O Sistema Museológico Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2005.

PINTO, Helena. *Educação Histórica e Patrimonial: conceções dos alunos e professores sobre o passado em espaços presentes*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2016.

PIRES, Fernando. “Fortaleza Real de São Filipe e sistema de fortificação da cidade”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 309-10.

_____. “Convento e Igreja de São Francisco”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pp. 311-312.

_____. “Casa da Janela Gótica”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 313.

PIRES, Fernando; FERNANDES, José Manuel. “Torre da Misericórdia”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.). *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 312.

_____. “Pelourinho”. In. MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo; FERNANDES, José Manuel (coord. vol.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo – arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 312

POULOT, Dominique. *Musée et muséologie*, nouvelle édition. Paris : Éditions La Découverte, 2009.

PUENTE GARCÍA, Raquel; RODRIGUEZ LORITE, Miguel Angel. “Iluminación, tecnología y diseño”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 155-203.

PUREZA, José Manuel. *O Património Comum da Humanidade. Rumo a um direito internacional de solidariedade?* Lisboa: Edições Afrontamento, 1998.

PRATS, Llorenç. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel Antropología, 1997.

“PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MUSEUS DE PAÍSES E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, pp. 211-212.

RAMOS, Adilson Dias. *Cidade Velha Património Mundial – as políticas públicas para uma efetiva preservação e gestão participativa*. Rio de Janeiro: Centro Lúcio Costa-IPHAN, 2017.

REBOCHO, Nuno. “Irmandade dos Homens Pretos de Ribeira Grande – contributos para a sua história”. In. CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. *Pelourinho*, ano III, n.º 3. Ribeira Grande de Santiago: Câmara da Ribeira Grande de Santiago, Lda., maio 2015, pp. 29-33.

REIS, Célia. “Cabo Verde”. In. MARQUES, António Henrique de Oliveira (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa (O Império Africano, 1890-1930)*, vol. XI. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p.p. 95-144.

RIBEIRO, Orlando. *A Ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 1997.

RICHTER, Konstantin Alexander. *The historic religious buildings of Ribeira Grande. Implementation of Christian models in the early colonies, 15th till 17th century, on the example of Cape Verde Islands*. Tese de Doutoramento. Funchal: Universidade da Madeira, 2008.

RICO, Juan Carlos. “Soportes y materiales”. In. RICO, Juan Carlos [et. al.]. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 525-640

RIEGL, Alöis. *O Culto dos Monumentos Modernos e outros ensaios estéticos*. Lisboa: Edições 70, 2013.

RILEY, James. “Museus da Ilha de Moçambique (The Museums of Mozambique Island)”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 133-139.

RIVIÈRE, Georges Henri. *Essai sur le Musée de Site*. Paris: 1978.

_____. *La Muséologie selon Georges Henri Rivière*. Paris: Dunod, 1989.

RODRIGUES, Adriano Vasco. “Pelourinho da Cidade Velha”. In. CUNHA, J. da Silva (dir.). *Revista Africana*, XV ano, número 6 especial. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, 2001, pp. 155-158

RODRIGUES, Nélida Maria Lima. “Os Museus em Cabo Verde”. In. *III Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão portuguesa do ICOM, 1991, pp. 61-64.

_____. “Cabo Verde: O Quadro Museológico em Cabo Verde”. In. *IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM, 1994, pp. 21-25.

_____. “Site & Archaeological Heritage Conservation at Cidade Velha”. In. ARDOUIN, Claude Daniel; ARINZE, E.N.. *Museums & The Community in West Africa*. London: WAMP, 1995, pp. 98-104.

ROMÁN, Juan José. “Seguridad”. In. RICO, Juan Carlos. *Los Conocimientos técnicos: Museos, Arquitectura y Arte*. Madrid: Sílex Ediciones, 1999, pp. 321-377

ROMÃO, Xavier; PAUPÉRIO, Esmeralda; FERNANDES, Hamilton. *Projecto de Campo. Prevenção de Riscos para Sítios do Património Mundial dos PALOP*. Praia: Ministério da Cultura, 2015.

ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO; Maria Manuel (coord.). *De Cabo Verde para Lisboa: Cartas e Remessas Científicas da Expedição Naturalista de João da Silva Feijó (1793-1796)*, vol.1 – Documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2013.

ROSA, António Amado. *O Pelourinho Português. Do vandalismo oitocentista à reabilitação pelo Estado Novo (1820-1974)*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2015.

ROSENQUIST, Ulla. “Experiência comparativa sobre interpretação cultural”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 113-120.

SALLA, Thiago Mio. “A revista claridade e o discurso freyreano: regionalismo e aproximação entre a elite letrada cabo-verdiana e a metrópole portuguesa nos anos 1930”. In. CARELLI, Fabiana Buitor; LUGARINHO, Mário César; Garmes, Helder (com. edit.). *Via Atlântica*, n.º 25. São Paulo: Universidade de São Paulo, julho 2014, pp.103-117. Página consultada a 16 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/issue/view/4775>

SÁNCHEZ MUÑOZ, Nuria; MORRISET, SÉBASTIAN. *Missão de avaliação do Sítio Património Mundial da Cidade Velha – Cabo Verde*. Grenoble: CRAterre, 2016.

SÁNCHEZ RUBIO, Rocío; NÚÑEZ TESTÓN, Isabel; SÁNCHEZ RUBIO, Carlos M. (eds.). *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y las Indias*. [Mérida], Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004.

SANTOS, Flávia Lenira Gomes Marques dos. “A apropriação do espaço público da Cidade Velha, Cabo Verde: o papel dos agentes políticos, das empresas turísticas e a manifestação de novas formas identitárias”. In. *12.ª Assembleia Geral Governar o Espaço Público Africano*. Yaoundé: CODESRIA, 2008, pp. 14-15. Página consultada a 25 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.codesria.org/spip.php?article634&lang=en>

_____. “Cidade Velha, Património Mundial e Medidas Arquitectónicas”. In. LOPES, Amália de Melo (edit.) *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, n.º 4. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2012, pp. 41-57. Página consultada a 30 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/Revista4/rec4.pdf>

SANTOS, Simão Garcia.. “Visão holística dos museus e arquivos em Angola: uma abordagem histórica”. In. WANDERLEY, Sônia Maria Ignatiuk [et. al.]. *Revista Transversos – reflexões sobre e de Angola – inscrevendo saberes e pensamentos*, n.º 15. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019, pp. 336-355. Página consultada a 12 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/issue/view/1963/showToc>

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. “A salvaguarda do Património Arquitectónico no Estado da Índia Portuguesa: dos anseios de preservação à instrumentalização ideológica”. In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). *Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 2017, pp. 109-143.

SANTOS, José António dos. “Museus de Angola”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, pp. 115-120

SANTOS, Maria Emília Madeira; CABRAL, Iva Maria. “Um laboratório expedito para uma sociedade crioula (Cabo Verde – séculos XVI-XVII)”. In. GARCÍA PEÑA, Carlos (coord.). *Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao: Agencia Española de Cooperación Espanola, 2000, pp. 19-33.

SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João. “Igreja, Missionação e Sociedade”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, pp. 359- 508.

SANTOS, Maria Emília Madeira [et. al.]. “Cabo Verde: Uma Experiência Colonial Acelerada (Séculos XVI-XVII). In: CUNHA, Joaquim da Silva (dir.) *Africana – Actas das IV.^{as} Jornadas Luso-Cabo-verdianas sobre Documentação, História e Património (Cabo Verde – do século XV ao fim do segundo milénio: permanências e rupturas numa sociedade em transformação)*, n.º 6 especial, XV ano. Porto: Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, 2001, pp. 49-78.

SCHWARZ, Carlos. “Museus na Guiné-Bissau, uma componente do desenvolvimento”. In. LOPES FILHO, João (dir.). *Sumara: Revista da Fundação João Lopes*, ano I, n.º 1. Praia: Fundação João Lopes, 2015, pp. 187-202.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. “Afonso, D.”. In. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1. Porto: Figueirinhas, 1999, pp. 35-36.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. “Fernando, D.”. In. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. Porto: Figueirinhas, 1999, p. 555.

SERRELL, Beverly. *Exhibit labels. An interpretive approach*. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996.

SHAFERNICH, Sandra M. “On-Site Museums, Open-Air Museums, Museum Villages and Living History Museums: Reconstructions and Period Rooms in the United States and the United Kingdom”. In. BRADBURN, James M. (edit.). *Museum Management and Curatorship*, vol. 25, n.º 1. Abingdon: Routledge/Taylor & Francis, 1993, pp. 43-61.

SILVA, Aníbal Barbosa da [et. al.]. *Catálogo da Exposição do documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga cidade da Ribeira Grande de Santiago*. Lisboa: Edições Henriquinas, 1960.

SILVA, António Leão Correia e. “Os fundamentos do povoamento”. In. FERREIRA, António Mega (dir.). *Oceanos. Sagres/Cabo Verde*, n.º 5. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 69-75.

_____. “Espaço, Ecologia e Economia Interna”. In. ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, pp. 179-236.

_____. “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/ Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1995, pp. 1-17.

_____. *Histórias de um Sahel Insular*. Praia: Spleen Edições, 1995.

_____. *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O Tempo das Cidades-Porto*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1998.

_____. “Dinâmicas de decomposição e recomposição de espaços e sociedades”. In. SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*, vol. III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2001, pp. 1-66.

_____. *Combates pela História*. Praia: Spleen Edições, 2003.

SILVA, Susana Gomes da. “Enquadramento Teórico para uma Prática Educativa nos Museus”. In. BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes da (coords.). *Serviços Educativos na Cultura*. Colecção Públicos, n.º 2. Porto: SETEPÉS, 2007, pp. 57-66.

SILVA, Elsa Peralta da. “Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural”. In. TRIGO, Salvato (dir.); ROSA, Victor Pereira da (dir. edit.). *Antropológicas*, n.º 4. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2000, pp. 217-224.

SIMON, Paul-Emile. *Ribeira Grande a Cidade Velha...devenir d' une ville historique*. Paris: UNESCO, 1992.

SITAK, Rufino Borges José; BUMBA, Pedro Fernandes; DORADO SANTANA, Yanara. “Breve abordagem do papel dos museus públicos na preservação do patrimônio cultural: os museus públicos de Angola”. In. MENDONZA, Patricia (coord.); GONZÁLEZ AROCHA, Jorge (edit.). *Revista Publicando. Educación: Estudios Socio-Culturales y Ciencias de la Información*, vol. 5, n. ° 16. Quito: Corporación Educativa SER, jul-sept 2018, pp. 265-286. Página consultada a 3 de junho de 2019. Disponível em: https://revistapublicando.org/revista/index.php/crv/article/viewFile/1431/pdf_1099

SOARES, Paulo. “A protecção do Património Cultural em Moçambique e o programa do Museu Nacional de Etnologia”. In. *III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 65-72.

SOFIO, Joana Roque; JORGE, Mafalda da Nova; NAUAITO, Silvério João. “Experiência nos museus da Ilha do Moçambique, algumas reflexões e considerações”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, pp. 151-157.

SOREN, Barbara J.. “Meeting the Needs of Museum Visitors”. In. LORD, Gail Dexter; LORD, Barry. *The manual of museum planning*, 2nd edition. Altamira Press: Walnut Creek, 2001, pp. 55-67.

SPENCER, Hugh A D.. “Exhibition Development”. In. LORD, Gail Dexter; LORD, Barry. *The manual of museum planning*, 2nd edition. Altamira Press: Walnut Creek, 2001, pp. 155-173.

SOUMAH, Victorine Lopes. “Documentação dos objectos do Museu Etnográfico Nacional”. In. *V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, p. 131-132.

STUART, Davis. *Museologia – Roteiros Práticos. Plano Diretor*, n.º 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação Vitae, 2001.

TAVARES, Adalberto [et.al.]. *Cidade Velha Património Mundial. Plano de Gestão 2019-2022*. Praia: Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas, 2019.

TCHOBA, Armando. “Contribuição para o estudo da Museologia na Guiné-Bissau”. *In. III Encontro de Museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Bissau: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau/Comissão Portuguesa do ICOM, 1991, pp. 31-36.

TEIXEIRA, André. “O Arquipélago de Cabo Verde”. *In. SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dir.); MATOS, Artur Teodoro de (coord. do vol. III – tomo II). Nova História da Expansão Portuguesa. A Colonização Atlântica*, vol. III – tomo II. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, pp. 11-236.

TEIXEIRA, André; CORREIA, Jorge. “Conservação e restauro do património indo-português: conceitos, soluções de intervenção e desafios para o futuro. Honrado Miguel Mateus, conservador-restaurador (1957-2015)”. *In. SANTOS, Joaquim Rodrigues dos (coord.). Preservar o património português além-mar. Portugueses e a salvaguarda do património edificado português no mundo*. Vale de Cambra: Caleidoscópico, 2017, pp. 197-223.

TEIXEIRA, Cândido. “Inhambane: O museu regional e a comunidade hindu”. *In. V Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Maputo: Ministério da Cultura de Moçambique – Departamento de Museus/Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus, 2000, pp. 51-57.

TEIXEIRA, Manuel C.. “As invariantes e as especificidades das fundações urbanas portuguesas. Praia, Ribeira Grande, S. Filipe, Bissau, Cacheu”. *In. ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vítor Rosado. Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau: percursos do saber e da ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, junho de 2012, [s.p.] [pp. 1-16]. Página consultada a 11 de maio 2014. Disponível em: <https://coloiocv.gb.files.wordpress.com/2013/06/p05c02-manuel-teixeira.pdf>

THOMSON, Garry. *The Museum Environment*. Oxford: Butterworth – Heinemann Ltd., 1986.

THOMPSON, Phillip. “Visitor with Special Needs”. *In. LORD, Gail Dexter; LORD, Barry. The manual of museum planning*, 2nd edition. Altamira Press: Walnut Creek, 2001, pp. 69-83.

TORRES, Cláudio. “Mértola Vila Museu. Um projecto cultural de desenvolvimento integrado”. In. CAMACHO Clara Frayão (dir.). *Museologia.pt*, n.º 1. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007, pp. 2-11.

TORRES, Ruy d’Abreu. “Vizinhos”. In. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. 6. Porto: Figueirinhas, 1999, pp. 340-341.

TOURGEON, Laurier. “Do material ao imaterial. Novos desafios, novas questões”. In. MATOS, Fábio de Oliveira. *Geosaberes*, v. 5, número especial (1). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, dez. 2014, pp. 67-79. Página consultada a 3 de dezembro de 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/J%C3%B3se%20Filipe%20Silva%20/Downloads/298-1-1389-1-10-20150301.pdf>

TRENCH, Lucy. “O texto nas exposições do V&A”. In. CAMACHO, Clara Frayão (coord.). *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, n.º 26. Lisboa: Instituto dos Museus e Conservação, 2007, pp. 10-13.

VALDEZ, Francisco Travassos. *Africa Occidental. Noticias e considerações*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1864.

VALLADARES RAMÍREZ, Rafael. “Escravos de Passagem. O Tráfico Negreiro e a Economia de Cabo Verde”. In. GARCÍA PEÑA, Carlos (coord.). *Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem*. Bilbao: Agencia Española de Cooperación Espanola: Bilbao, pp. 35-51.

VALONGO, Paulo. “Percurso dos museus de Angola, as perspectivas e a sua contribuição para o desenvolvimento do país”. In. FILIPE, Graça (coord. edit.). *Atas do VI Encontro. de museus de Países de Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, 2012, p. 29.

VARINE, Hugues de. *L’écomusée singulier et pluriel : un témoignage sur cinquante ans de muséologie communautaire dans le monde*. Paris: L’Harmattan, 2017.

VAZ, Pedro. *Edificar no património: pessoas e paradigmas na conservação & restauro*. Lisboa: Edições 70, 2019.

VEIGA, Manuel. “Museus de Cabo Verde”. In. *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa do ICOM, 1989, pp. 115-120.

VERLINDEN, Charles. “Cabo Verde”. In. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 413-414.

VERLINDEN, Charles. “Cà da Mosto”. In. SERRÃO, Joel (coord.). *Dicionário de História de Portugal*, vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, p. 425.

WIECZOREK, Jean-Pierre. *Programme de sauvegarde du site de Cidade Velha*. Paris: UNESCO, 1990.

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS E MUNICIPAIS

CONSELHO DE MINISTROS. *Programa do Governo para a I legislatura (1975-1980)*. Praia: Gabinete do Primeiro-Ministro, 1975.

CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Município da Ribeira Grande de Santiago*. Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago: Ribeira Grande de Santiago, 2008.

_____. *Relatório do Plano Director Municipal – Volume I – Caracterização e Diagnóstico*. Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago: Ribeira Grande de Santiago, 2011.

_____. *Regulamento*. Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago: Ribeira Grande de Santiago, 2011.

_____. *Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável da Ribeira Grande de Santiago*. Ribeira Grande de Santiago: Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago [s.d.]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE. *Museu de São Vicente. Anteprojecto/documento de trabalho*. São Vicente: Câmara Municipal de São Vicente, 2008. Página consultada a 27 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/guiao_expo_seminario_mindelo.pdf

GABINETE DE GESTÃO DA CIDADE VELHA, PATRIMÓNIO MUNDIAL. *Projeto de Reabilitação da Casa Eugénio Tavares*. Ministério da Cultura e Indústrias Criativas: Praia, novembro de 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA/INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CULTURAL. *Proposta de execução do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade Velha (PLADESVELHA)*. Praia: Ministério da Cultura/Instituto Nacional de Investigação Cultural, maio de 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Atelier Plano de Gestão de Cidade Velha, Património Mundial: Património é Riqueza, Gerir é Criar*. Praia: Ministério da Cultura, 2012.

_____. *Relatório sobre Ponto de Situação da Cidade Velha – Património Mundial*. Praia: Ministério da Cultura, 2012

_____. *Estudo-Impacto do Turismo na Cidade Velha, Património Mundial*. Praia: Ministério da Cultura, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Relatório de Gestão – 2011-2016*. Praia: Ministério da Cultura, 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS. *Comunicado de Imprensa*. Praia: Governo de Cabo Verde, 20 de julho de 2017. Página consultada a 12 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php/destaques/8096-comunicado-transferencia-da-parte-do-espolio-do-museu-do-mar-para-museu-de-pesca>

MINISTÉRIO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS. *Viagem pela História – Ribeira Grande de Santiago. “No berço da crioulização”*. Praia: Ministério da Cultura e Indústrias Criativas, 2018.

MINISTERIO DE ASUNTOS EXTERIORES Y DE COOPERACIÓN/SECRETARIA DE ESTADO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL. *Programa para la Recuperación del Patrimonio Histórico Arquitectónico y para el Desarrollo Turístico Y Agrícola de Cidade Velha en la República de Cabo Verde*. [S.1]: Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación/Secretaria de Estado de Cooperación Internacional, [s.d.].

DOCUMENTOS NÃO EDITADOS

ALMEIDA, João Bento de. *Objectivos*. Lisboa, setembro de 1989 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

_____. *Projecto de reabilitação das ruínas da Sé Velha – Ribeira Grande – Cabo Verde*. Lisboa, outubro de 1990 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS CABOVERDIANOS. *Programa patrimonial e museológico de Cabo Verde: diagnóstico da situação actual e perspectivas de desenvolvimento*. Praia: Associação Nacional de Municípios Cabo-Verdianos, 2010 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

DELGADO, António Jorge; SANTOS, Manuel Spencer Lopes dos. *Operação Cidade Velha*. Praia, 1987, (documento não editado, facultado pelo ANCV).

EVANS, Christopher [et. al.]. *Cidade Velha, Cape Verde, Archeological Excavations. The Season 2006*, (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

_____. *Cidade Velha, Cape Verde, Archeological Excavations. The Season 2007*, (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

_____. *Cidade Velha, Cape Verde 2014 – Church Excavations*, (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

EVANS, Christopher. *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Fieldwork, 2009*, (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

EVANS, Christopher; SØRENSEN, Marie Louise Stig. *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Fieldwork, Dec. 2009-Feb. 2010*, (documento não editado, facultado por Jaylson Monteiro – técnico do IPC).

_____. “First Church of the Tropics”. In. SELKIRK, Andrew (edit. chefe); SYMONDS, Matthew (edit.). *World Archaeology*, issue 70. London: Current World Archaeology, pp. 26-27.

_____. *Finding Alcatrazes and early Luso-African settlement on Santiago Island, Cabo Verde*. [S.l.]: Antiquity Publications, 2017. Página consultada a 25 de agosto 2017. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/8339B945BB080CA4CFE0C8D84E6ED78A/S0003598X17001041a.pdf/finding_alcatrazes_and_early_lusoafican_settlement_on_santiago_island_cape_verde.pdf

GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Valorização do património de Cabo Verde. Sugestões apresentadas ao Atelier do Mar*. Lisboa, maio 2003 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

GOUVEIA, Henrique Coutinho; ANTUNES, Luís Pequito. *Cidade de São Filipe e Ilha do Fogo. Museu de iniciativa municipal – considerações*. Lisboa: UCCLA, outubro 2004 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

_____. *Ilha do Fogo: Museologia e Património. Missão da UCCLA a Cabo Verde em janeiro de 2005*. Lisboa: UCCLA, 27 de janeiro 2005 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

INAUGURAÇÃO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA. Praia, sexta-feira 24 de outubro de 2008 (documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia).

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DOS PATRIMÓNIOS CULTURAIS. *Serviços Educativos*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2011 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

_____. *Um Museu para cada Município. Rede Nacional de Museus*. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2011 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

LIMA, A.G. Mesquitela. *Projecto para a criação de um Museu de Cabo Verde*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1979 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

NORMAN, Jane. *Conservation Assessment: Institute of Cultural Patrimony Museums*. Praia: Ministério da Cultura de Cabo Verde, 2007 (documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia).

RODRIGUES, Nélida Maria Lima. “Área Museológica”. In. FREIRE, Verónica dos Reis. *Ciclo de sensibilização no domínio do Arquivo, da História e do Património*. Departamento de Monumentos e Sítios do INAC, 1993 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

_____. *Gabinete Museológico*. INAC, [s.d], (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

SOLER MARCHÁN, Salvador David. *El Sistema de Documentación en la República de Cabo Verde*. Praia: INAC, 1993 (documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia).

_____. *Manual Conservación*. Praia: INAC, 1993-1994 (documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia).

_____. *Acerca de la teoría de la exposición. Consideraciones técnicas*. Praia: INAC, 1993 (documento não editado, facultado pelo Museu de Arqueologia da Praia).

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE; ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. *Património, Museologia e Autarquias. Panorama patrimonial e museológico dos Municípios de Cabo Verde: diagnóstico da situação actual e perspectivas de desenvolvimento*”. Praia: Universidade de Cabo Verde/Associação para o Estudo do Desenvolvimento Económico e Social, 2010 (documento não editado, facultado por Henrique Coutinho Gouveia).

DISSERTAÇÕES E TESES ACADÉMICAS

BARROS, Denise Cristina Gonçalves de. *O Museu da Tabanca (Chã de Tanque, Santa Catarina) e a comunidade da Tabanca de Achada de Santo António (Praia): projeto de salvaguarda de património cultural e de desenvolvimento comunitário*, vol. I. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2013, p. 33. Página consultada a 12 de junho de 2018. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/11638/1/Vol%20I.pdf>

BORGES, Claudino. *Uma Proposta de Valorização para o Museu da Resistência do Tarrafal – Santiago de Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora, 2014. Página consultada a 12 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/12328/1/Tese%20Mestrado%20-%20Claudino%20Borges.pdf>

BRITO, Martinho Robalo de. *Reconversão Patrimonial do Sítio Histórico da Cidade Velha. Património Universal – Interpretação Museológica da Fortaleza Real de São Filipe*. Dissertação de Mestrado. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2012.

CASTAÑO, Inês Filipa Abreu de. *São Tomé e Príncipe: Cultura (s), Património (s), Museus (s)*, vol. I. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012.

CASTAÑO, Inês Filipa Abreu de. *São Tomé e Príncipe: Cultura (s), Património (s), Museus (s)*, vol. II. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012.

CARDOSO, Elisabeth dos Santos. *Promoção do Turismo Cultural em Cidade Velha*. Dissertação Mestrado. Faro: Universidade do Algarve, 2012.

GONÇALVES, António Fernando Lino. *Museu Colonial de Luanda, 1907-1910: sustentáculo de reprodução e apologia da soberania imperial*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidade se Tecnologias/Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, 2017. Página consultada a 13 de julho de 2019. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/9227>

MARIZ, Vera Félix. *A “Memória do Império” ou o “Império da Memória”. A Salvaguarda do Património Arquitectónico Português Ultramarino (1930-1974)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras, 2016. Página consultada a 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24290>

MARTINS, António Fernandes. *Legislação sobre a defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005)*. Dissertação de Mestrado. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2011. Página consultada a 19 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/274/1/2011%20ANT%C3%93NIO%20FERNANDES%20MARTINS.pdf>

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro. *SPECTRUM: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Letras/Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2012. Página consultada a 12 de novembro de 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67304?locale=pt>

MENDES, Carlos Jorge Silva. *Museu da Resistência: Um Museu Transnacional*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Página consultada a 5 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/55763/2/TESEMESCARLOSMENDES000126869.pdf>

PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis. *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-formal do espaço urbano séc. XV-XVIII*. Dissertação de Mestrado. Praia: Câmara Municipal da Praia, 2004. Página consultada a 16 de março de 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Filipe%20Silva/Downloads/Tese_mestrado_FP.pdf

RAFAEL, Lúcia Isabel da Silva. *Os Trinta Anos do Projecto Mértola Vila Museu: Balanço e Perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora, 2010. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1761/1/Trinta_anos_projecto_vila_museu_balan%C3%A7o_perspectivas.pdf

RODRIGUES, Narizanda Tavares. *Museu Virtual da Cidade Velha*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010. Página consultada a 12 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/76/1/Tese%20Final%20-%20Museu%20Virtual%20da%20Cidade%20Velha.pdf>

RODRIGUES, Sandra Marília Monteiro. *Contributos para a História da Museologia em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2012.

SANTOS, Simão Garcia. *O sistema de informação arquivística. O caso do Museu Regional da Huíla*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015. Página consultada a 12 de julho de 2019. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18313/1/ulfl181041_tm.pdf

SANTOS, Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos. “*A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)*”. Tese de Doutoramento: Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Departamento da História da Arte, 2015. Página consultada a 27 de junho de 2019. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/16285>

SEMEDO, Natalino Lopes Vaz. *Cidade Velha: Património, Musealização e Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2010. Dissertação de Mestrado. Página consultada a 21 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/browse?type=author&value=Semedo%2C+Natalino+Lopes+Vaz>

TAVARES, Nireide Pereira. *Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta e gestão e valorização do Património Cultural*, volume I. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Página consultada a 10 de janeiro de 2019. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28730/1/ulfl234009_tm_Vol-%20I.pdf

_____. *Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta e gestão e valorização do Património Cultural*, volume II. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Página consultada a 10 de janeiro de 2019. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28730/1/ulfl234009_tm_Vol-%20I.pdf

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS IMPRESSAS

ANTUNES, Américo. “S. Vicente recebe primeiro museu de Cabo Verde”. In. CAVACO, Paulo (dir.). *Jornal Cabo Verde*, ano I, n.º 98, quarta-feira, 2 de fevereiro de 1994, p. 4.

“ARQUEÓLOGOS BRITÂNICOS NA CIDADE VELHA”. In. ROSÁRIO, João Augusto do (dir.). *Expresso das Ilhas*, n.º 423 (Suplemento NÓS KULTURA), 6 de janeiro 2009, p. 8.

BRITO, Kim Zé. “Museu do Mar Avança”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XI, n.º 558, sexta-feira, 24 de maio 2002, p. 4.

CARDOSO, Pedro Miguel. “Tanto o Estado como os privados têm de fazer cedências”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XIV, n.º 716 (Suplemento Kriolidadi), sexta-feira, 3 de junho, 2005, pp. 2-3.

FORTES, Teresa Sofia. “Mais obras na réplica da Torre de Belém”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XII, n.º 619, sexta-feira, 25 de julho 2003, p. 16.

_____. “CM quer museu da música em S. Vicente”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XIII, n.º 675, sexta-feira, 20 de agosto 2004, pp. 14.

_____. “Vem aí o Museu Nacional”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XVIII, (Suplemento Kriolidadi), sexta-feira, 30 de janeiro de 2009.

GERSCHENFELD, Ana. “Desenterrada em Cabo Verde a igreja mais antiga dos trópicos”. In. REIS, Bárbara. *Público*, ano XXVI, n.º 9341, 11 de novembro de 2015, p. 28-29.

GOMES, José T. “Novos dados sobre a ocupação do arquipélago de Cabo Verde”. In: ALBÉRICO, Cardoso. *África Hoje. Política, Economia e Cultura*, ano XIV, n.º 16. Lisboa: Lucidus Publicações, Lda., abril de 1998, p. 67.

“ILHAS DE CABO VERDE. HABITADAS ANTES DE 1460?”. In. SANTOS, Carlos Pinto (dir.). *Espaço África. Sociedade, Economia, Cooperação e Empresas*, n.º 35. Lisboa: Lusosinal – Edição e Comunicação, SA., janeiro/fevereiro 2005, p. 6.

LIMA, Carla. “Oceanário do Mindelo é uma obra arquitectónica virada para o futuro”. In. ARENA, Joaquim Rosário. *O Cidadão*, ano I, n.º 12, 5 de novembro de 1999, p. 4.

MAGALHÃES, Chissana. “Não posso criar obras que o próximo ministro revogue por decreto”. In. MONTEIRO, António (dir.). *Expresso das Ilhas*, n.º 776, quarta-feira, 12 de outubro de 2016, pp. 18-21.

NOGUEIRA, Gláucia. “Importante é guardar a alma”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XVI, n.º 799 (Suplemento Kriolidadi), sexta-feira, 13 de abril de 2007, p. 2.

PEREIRA, Ana Isabel. “O património que perdeu humanidade”. In. CAMÕES, Afonso (dir.). *Jornal de Notícias*, ano 129, n.º 300, 27 de março de 2016, pp. 18-19.

PINA, Constança de. “Achados Arqueológicos em Cabo Verde. Quatro navios e um canhão de bronze”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano VII, n.º 336, sexta-feira, 28 de agosto 1998, p. 2.

PINA, José Jorge Costa. “Desenvolver Cidade Velha”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XV, n.º 779, 24 de novembro de 2006, p. 22.

QUEIRÓS, Luísa. “Luísa Queirós responde ao Ministro da Cultura”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano IX, n.º 487, sexta-feira, 5 de janeiro de 2001, p. 23.

SANTANA, Doralis Castillo. “Fim de semana cultural na Cidade Velha”. In. SOARES, Jorge (dir.). *A Semana*, ano I, n.º 70, 4 de setembro de 1992, p. 11.

SILVA, Américo. “O oceanário, um projecto adiado!”. In. MONTEIRO, António (dir.). *Expresso das Ilhas* (Suplemento Cultura), n.º 537, 14 de março de 2012, p. 11.

SILVA, Rita Vaz da. “Governo e Arqueonautas negociam destino do património marítimo”. In. SILVA, Filomena (dir.). *A Semana*, ano XI, n.º 558, sexta-feira, 24 de maio 2002, p. 4.

SOARES, Alexandre. “Arqueonautas. A odisseia de Nikolaus”. In. FERNANDES, José Manuel; REIS, Bárbara (dir.). *Público*, ano XIX, n.º 6706 (Suplemento Pública), 10 de agosto de 2008, pp. 44-47.

TAVARES, L.. “Inauguração em S. Jorge dos Órgãos do Jardim Botânico Nacional”. In. SANTOS, Carvalho (dir.). *Voz di Povo*, ano XII, n.º 727, quarta-feira, 29 de junho 1988, p. 10.

NOTÍCIAS EM LINHA (SÍTIOS INSTITUCIONAIS, ARTIGOS CIENTÍFICOS, COMUNICAÇÃO SOCIAL E BLOGOSFERA)

“II REUNIÃO DA COMISSÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL DA CPLP”. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, 20 de fevereiro de 2019. Página consultada a 12 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=8255&M=NewsV2&PID=10872>

ALMEIDA, Sara. “Museus de Cabo Verde com aumento de visitantes em 2019”. *Expresso das Ilhas*, 3 de fevereiro de 2010. Página consultada a 8 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2020/02/03/museus-de-cabo-verde-com-aumento-de-visitantes-em-2019/67809>

AMARAL, André. "Porto Inglês: Centro Interpretativo das Salinas do Maio é oportunidade para desenvolvimento turístico". *Expresso das Ilhas*, 14 de dezembro de 2019. Consultado a 18 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/14/porto-ingles-centro-interpretativo-das-salinas-do-maio-e-oportunidade-para-desenvolvimento-turistico/67075>

“ANGOLA: REDE MUSEOLÓGICA NO PAÍS DEVE SER CONSOLIDADA – DIRECTOR NACIONAL DOS MUSEUS”. *ANGOP*, 25 de agosto de 2015. Página consultada a 27 de julho de 2019. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2015/7/35/Angola-Rede-museologica-pais-deve-consolidada-director-Nacional-dos-Museus,3992819f-f61a-4491-9f51-cfdbda613a84.html?utm_medium=twitter&utm_source=twitterfeed

“ARQUEÓLOGOS CONFIRMAM EXISTÊNCIA DE UMA CAPELA INSTALADA NO LADO NORDESTE DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO”. *Instituto do Património Cultural*, 21 de janeiro de 2019. Página consultada a 25 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/546-arqueologos-confirmam-existencia-de-uma-capela-no-lado-nordeste-da-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario>

“ARRANCARAM AS OBRAS DE RESTAURO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, ORÇADAS EM 50 MIL CONTOS”. *Radio Televisão de Cabo Verde*, 11 de dezembro de 2018. Página consultada a 29 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.rtc.cv/desporto/index.php?paginas=13&id_cod=73911

“ARRANCA MISSÃO PREPATÓRIA DO CONCHA EM CABO VERDE”. *Instituto do Património Cultural*, 16 de abril de 2018. Página consultada a 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/428-arranca-missao-preparatoria-do-concha-em-cabo-verde>

“CABO VERDE: CIDADE VELHA CONTARÁ COM CIRCUITO MUSEOLÓGICO AINDA ESTE ANO”. *União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa*, 13 de outubro de 2015. Página consultada a 20 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.uccla.pt/noticias/cidade-velha-contara-com-circuito-museologico>

“CABO VERDE: VANDALIZADA Pousada DESENHADA POR SIZA VIEIRA”. *Jornal de Notícias*, 6 de setembro de 2016. Página consultada a 21 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.jn.pt/mundo/interior/vandalizada-pousada-desenhada-por-siza-vieira-5380907.html>

“CACAU CASA DAS ARTE, CRIAÇÃO AMBIENTE UTOPIAS”. *CACAU/BUALA*, [s.d.]. Página consultada a 27 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/vou-la-visitar/cacau-casa-das-artes-criacao-ambiente-utopias>

CANELAS, Lucinda. “Angola vai pedir a Portugal que lhe devolva património”. *Público*, 8 de dezembro de 2018. Página consultada a 26 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/12/08/culturaipilon/noticia/angola-vai-pedir-portugal-devolva-patrimonio-1854049>

CASA MUSEU EUGÉNIO TAVARES NA VILA NOVA SINTRA, ILHA BRAVA. Página consultada a 21 de abril de 2018. Disponível em: http://www.eugeniotavares.org/docs/pt/casa_museu/index_casa_museu.html

“CELEBRAR CABO VERDE, CELEBRAR O LEGADO DE AMÍLCAR CABRAL NO MUNDO”. *TCV*, 4 de julho de 2020. Página consultada a 9 de julho de 2020. Disponível em: http://www.rtc.cv/index.php?paginas=47&id_cod=92475

“CIDADE VELHA – IPC DÁ INÍCIO À VEDAÇÃO DA SÉ”. *Instituto do Património Cultural*, 2 de abril de 2018. Página consultada a 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/417-cidade-velha-ipc-da-inicio-a-vedacao-da-se>

“CIDADE VELHA: ATÉ QUE PONTO A ARQUITETURA VERNACULAR SATISFAZ A COMUNIDADE HOJE?”. Instituto do Património Cultural, 21 de março de 2018. Página consultada a 12 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/414-cidade-velha-ate-que-ponto-a-arquitetura-vernacular-satisfaz-a-comunidade-hoje-adalberto-tavares>

“CIDADE VELHA: POUSADA DE SÃO PEDRO PASSOU PARA A GESTÃO MUNICIPAL”. *Sapo Viajar*, 7 de agosto de 2018. Página consultada a 21 de junho de 2019. Página consultada em: <http://viajar.sapo.cv/noticias/cidade-velha-pousada-de-sao-pedro-passou-para-gestao-municipal>

“CIDADE VELHA: SISTEMA DE ILUMINAÇÃO NOS MONUMENTOS HISTÓRICOS VANDALIZADO”. *A Nação*, 24 de janeiro de 2016. Página consultada a 19 de junho de 2019. Disponível em: <https://anacao.cv/cidade-velha-sistema-de-iluminacao-nos-monumentos-historicos-vandalizado/>

“DECLARAÇÃO DA XI REUNIÃO DE MINISTROS DA CULTURA DA CPLP”. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, 13 de abril de 2019. Página consultada a 12 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=8320&M=NewsV2&PID=10872>

“ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO”. *Instituto do Património Cultural*, 22 de maio de 2020. Página consultada a 24 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/patrimoniocultural.caboverde/>

“ESPAÇO CIÊNCIA SUNDY”. *100 years@ Eddington*, s/d.. Página consultada a 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://esundy.org/index.php/no-principe/espaco-ciencia-e-historia-sundy/>

FERNANDES, Jair. “Cidade Velha, Património Mundial: ARQUEOLOGIA, MEMÓRIA E TERRITÓRIO”. Página consultada a https://www.academia.edu/23762900/_Cidade_Velha_Patrim%C3%B3nio_Mundial_ARQUEOLOGIA_MEMORIA_E_TERRITORIO

FORTES, Ilda. “Cidade Velha: Património Mundial à distância de um clique”. *Expresso das Ilhas*, 6 de dezembro de 2011. Página consultada a 12 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2011/12/07/cidade-velha-patrimonio-mundial-a-distancia-de-um-clique/28577>

“FOGO: INICIADA INSTALAÇÃO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA CASA DA BANDEIRA”. *Sapo Viajar*, 27 de março de 2019. Página consultada a 18 de julho de 2019. Disponível em: <http://viajar.sapo.cv/noticias/fogo-iniciada-instalacao-do-nucleo-museologico-da-casa-das-bandeiras>

“FORTE DUQUE DE BRAGANÇA VAI SER TRANSFORMADO EM MUSEU”. *Expresso das Ilhas*, 19 de dezembro de 2019. Página consultada a 28 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/12/19/forte-duque-de-braganca-vai-ser-transformado-em-museu/67137>

FORTES, Teresa Sofia. “Visita Guiada ao Museu de Arte Tradicional”. *A Semana*, 15 de novembro de 2008. Página consultada a 23 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article36969>

FUNDAÇÃO EUGÉNIO TAVARES. *Musealização da Casa Museu Eugénio Tavares*. Página consultada a 13 de janeiro de 2016. Disponível em: http://www.eugeniotavares.org/docs/pt/casa_museu/inauguracao_casa_museu.html

“GUINÉ-CONACRI ENTREGA A MUSEU MILITAR GUINEENSE OBJETOS QUE PERTENCERAM A AMÍLCAR CABRAL”. *Observador*, 6 de maio de 2018. Página consultada a 11 de junho de 2019. Disponível em: <https://observador.pt/2018/05/06/guine-conacri-entrega-a-museu-militar-guineense-objetos-que-pertenceram-a-amilcar-cabral/>

HORTA, Bruno. “Cabo Verde não pensa pedir a Portugal a restituição das obras de arte”. *Observador*, 19 de fevereiro de 2019. Página consultada a 19 de outubro de 2019. Disponível em: <https://observador.pt/2019/02/19/cabo-verde-nao-pensa-pedir-a-portugal-a-restituicao-de-obras-de-arte>

“INAUGURADO MUSEU MILITAR DE LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU”. *Intelectuais Balantas na Diáspora*, 12 de outubro de 2017. Página consultada a 11 de junho de 2019. Disponível em: <http://tchogue.blogspot.com/2017/10/inaugurado-museu-militar-de-luta-de.html>

“INAUGURAÇÃO DO MUSEU”. *Laboratório de Engenharia Civil*, [s.d.] [maio de 2018]. Página consultada a 19 de junho de 2019. Disponível em: https://lec.cv/lecepe/museu_inauguracao/

“INAUGURADO NOS ÓRGÃOS O PRIMEIRO MUSEU DA REDE NACIONAL DE MUSEUS DE CABO VERDE”. *Expresso das Ilhas*, 15 de julho de 2013. Página consultada a 16 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/cultura/item/38432-inaugurado-nos-orgaos-o-primeiro-museu-da-rede-nacional-de-museus-de-cabo-verde>

“INVESTIGADORES ENCANTADOS COM VESTÍGIOS DE EMBARCAÇÃO DO SÉCULO XVIII EM CABO VERDE”. *Lusa*, 28 de agosto de 2018. Página consultada a 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/investigadores-encantados-com-vestigios-de-embarcacao-do-seculo-xviii-nas-aguas-de-cabo-verde--9771984.html>

“IPC ASSINA CONTRATO DE CONCESSÃO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA DE PATRIMÓNIOS COM A CMRGS E A PROIMTUR”. *Infopress*, 9 de setembro de 2018, Página consultada a 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.caboverde-info.com/Noticias/IPC-assina-contrato-de-concessao-de-gestao-e-exploracao-turistica-de-patrimonios-com-a-CMRGS-e-Proimtour>

“IPC PROMOVE ENCONTRO DE REFLEXÃO SOBRE A REVISÃO DA LEI DE BASE DO PATRIMÓNIO CULTURAL CABO-VERDIANO”. *A Nação*, 23 de outubro de 2019. Página consultada a 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://anacao.cv/ipc-promove-encontro-reflexao-revisao-da-lei-base-do-patrimonio-cultural-cabo-verdiano/>

LOPES, Mário. “São Tomé – A Casa Museu de Almada Negreiros”. *Conexão Lusófona*, [s.d.]. Página consultada a 26 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.conexaolusofona.org/sao-tome-a-casa-museu-de-almada-negreiros/>

MAGALHÃES, Chissana. “Jair Fernandes: “Só o património traz valor acrescentado ao turismo”. *Expresso das Ilhas*, 10 de fevereiro de 2018. Página consultada a 13 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2018/02/10/jair-fernandes-so-o-patrimonio-traz-valor-acrescentado-ao-turismo/56553>

MARGULLAR. Página consultada a 19 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.margullar.com/index.php/proyecto-margullar>

MARTINS, Cármen; PIEDADE, Carlos. “Lei de base do Património Cultural cabo-verdiano apresenta lacunas, por isso urge a sua revisão”. *Infopress*, 23 de outubro de 2018, Página consultada a 15 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.inforpress.publ.cv/lei-de-base-do-patrimonio-cultural-cabo-verdiano-apresenta-lacunas-por-isso-urge-a-sua-revisao-ipc/>

MACHADO, Miguel. “Museu Nacional de História Militar – Angola”. *Operacional: defesa, forças armadas e segurança*, 2 de junho de 2013. Página consultada a 3 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.operacional.pt/museu-nacional-de-historia-militar-angola/>

MARTINS DOS SANTOS. *Cultura, Educação e Ensino em Angola* (edição digital, 1998). Página consultada a 13 de julho de 2019. Disponível em: [http://www.info-angola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20em%20Angola%20\(%20Per%C3%ADodo%20Colonial\).pdf](http://www.info-angola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20em%20Angola%20(%20Per%C3%ADodo%20Colonial).pdf)

“M_EIA ABERTA 2014. MUSEU DA PESCA EM SÃO NICOLAU”. *M_EIA Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura*. [s.d.] [2014]. Página consultada a 20 de março de 2016. Disponível em: <http://meia.edu.cv/node/35>

“MINISTÉRIO DA CULTURA “DESPEJA” PROIMTUR”. *A Nação*, 15 de fevereiro de 2015. Página consultada a 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://anacao.cv/ministerio-da-cultura-despeja-proimtur/>

“MUSEUS ANGOLANOS DEVEM SER MODERNIZADOS – VICE PRESIDENTE”. *Diário de Notícias*, 13 de junho 2019. Página consultada a 29 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/museus-angolanos-devem-ser-modernizados---vice-presidente-11007963.html>

“MUSEU DO MAR” Mar. *Instituto do Património Cultural*, [s.d.]. Página consultada a 15 de outubro de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/museologiae-e-museu/museus/museu-do-mar?glnophdbieknohln>

MUSEU DOS NÁUFRAGOS Página consultada a 25 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.museudosnaufragos.com/>

“MUSEUS EM CABO VERDE REGISTAM EM 2018 UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DE VISITANTES”. *Instituto do Património Cultural*, 28 de janeiro de 2019. Página consultada a 17 de março de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/550-22026-pessoas-visitaram-os-museus-em-2018>

“MUSEU MUNICIPAL DE S. FILIPE. A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO PARTILHADO”. *Fogo. Cabo Verde. Museu de S. Filipe*, 13 de janeiro de 2009. Página consultada a 18 de junho de 2017. Disponível em: <http://museumsaofilipe-fogo.blogspot.com/2009/01/museu-municipal-de-s-filipe-concretizacao.html>

MUSEU VIRTUAL DA EDUCAÇÃO/ CABO VERDE. Página consultada a 18 de julho de 2019. Disponível em: <http://mvecv.ie.ulisboa.pt/>

MUSEU DAS COMUNICAÇÕES DE MOÇAMBIQUE. Página consultada a 20 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.mcm.org.mz/index.php/pt/o-museu/sobre-o-museu>

“MUSEUS NACIONAIS PRECISAM DE AUTONOMIA E ORÇAMENTO PRÓPRIOS”. *Expresso das Ilhas*, 7 de janeiro de 2017. Página consultada a 2 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2017/01/07/museus-nacionais-precisam-de-autonomia-e-orcamento-proprios-directora/51588>

“NAMPULA TERÁ MUSEU DE ESCRAVATURA”. *Notícias online*, 24 de agosto de 2018. Página consultada a 23 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/recreio/81083-nampula-tera-museu-de-escravatura>

“NÚCLEO MUSEOLÓGICO CESÁRIA ÉVORA SERÁ INAUGURADO HOJE”. *Notícias do Norte*, 8 de maio de 2015. Página consultada a 4 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://noticiasdonorte.publ.cv/33326/nucleo-museologico-cesaria-evora-sera-inaugurado-hoje/>

“PAÍS VAI TER UM MUSEU NACIONAL ÁLEM DE MUSEUS LOCAIS NAS NOVE ILHAS”. *Notícias Lusófonas*, 4 de fevereiro de 2004. Página consultada a 11 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=4992&catogory=Cabo%20Verde>

PATOLA, Inês. “ADPM: Porto Novo já tem Centro de Interpretação do Território”. *Rádio Voz da Planície*, 13 de março de 2019. Página consultada a 20 de março de 2019. Disponível em: <https://www.vozdaplanicie.pt/noticias/adpm-porto-novo-ja-tem-centro-de-interpretacao-do-territorio>

“POUSADA HISTÓRICA DE SÃO PEDRO REABILITADA PARA RECEBER APOIO À FORMAÇÃO”. *TCV*, 26 de julho de 2019. Página consultada a 27 de julho de 2019. Disponível em: http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=13&id_cod=81528

“REDE NACIONAL DE MUSEUS: ILHA DO SAL RECEBE O SEU PRIMEIRO MUSEU”. *Ministério da Cultura*, 5 de novembro de 2015. Página consultada a 20 de março de 2016. Disponível em: <http://www.cultura.cv/destaques/rede-nacional-de-museus-ilha-do-sal-recebe-o-seu-primeiro-museu/>

“SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DA FÁBRICA DE CHOCOLATE À CASA ONDE NESCEU ALMADA NEGREIROS”. *Sapo Viagens*, 5 de junho de 2018. Página consultada a 26 de junho de 2019. Disponível em: <https://viagens.sapo.pt/planejar/roteiros-planejar/artigos/sao-tome-e-principe-da-fabrica-de-chocolate-a-casa-onde-nasceu-almada-negreiros>

“SEMANA NACIONAL DOS MUSEUS – MUSEUS COMO CENTROS CULTURAIS: FUTURO E TRADIÇÃO”. *Instituto do Património Cultural*, 29 de maio de 2019. Página consultada a 20 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.ipc.cv/index.php/noticias/662-semana-nacional-dos-museus-museus-como-centros-culturais-o-futuro-da-tradicao>

VICTORINO, Xavier. “Museu Arqueológico de Manyikeni: um polo turístico e cultural adormecido”. In. MANJATE, Júlio (dir.). *Notícias online*, 13 de novembro de 2018. Página consultada a 7 de junho de 2019. Disponível em: <https://jornalnoticias.co.mz/index.php/1-plano/83665-museu-arqueologico-de-manyikeni-um-polo-turistico-e-cultural-adormecido>

“UMA EM CADA CINCO CASA NA CIDADE VELHA É CLANDESTINA”. *Expresso das Ilhas*, 28 de janeiro 2018. Página consultada a 20 de junho de 2019. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/01/28/uma-em-cada-cinco-casas-na-cidade-velha-e-clandestina/56369>

UNESCO. *World Heritage Centre*. Página consultada a 10 de janeiro 2020. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/interactive-map/>

UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA. Página consultada a 18 de fevereiro de 2019. Disponível em : <https://www.uccla.pt/rede-tematica-protecao-e-valorizacao-dos-centros-historicos>

DOCUMENTÁRIOS VÍDEO EM LINHA

COSTA, Catarina Alves da, realizadora. SIZA VIEIRA - O ARQUITECTO E A CIDADE VELHA. [documentário em vídeo]. Lisboa: Laranja Azul. Jour J. Productions. RTP. VOI Sénart, 2003. Página consultada a 20 de janeiro de 2019: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cNX-fVzThg>

SIZA VIEIRA – O ARQUITECTO E A CIDADE VELHA [ficheiro em vídeo]. Página consultada a 20 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jAuCJEW1-pw&t=26s>

ANEXOS

Anexo 1 Entrevista a José Maria Semedo

Professor de Geografia da Universidade de Cabo Verde (11 de dezembro 2017)

Quando os europeus chegaram à Ilha de Santiago, este espaço, tal como os restantes do arquipélago, segundo a maioria dos investigadores que dedicaram a sua atenção ao tema, não era habitado. De que forma a presença humana ajudou a conformar a sua paisagem natural?

Temos plantas que são comuns a outras ilhas da Macaronésia, que aqui chegaram através das correntes marítimas, do vento ou trazidas pelas aves. Por outro lado, convém lembrar que o Sahara, entre os 10000 e os 8000 anos, viveu um *optimum* climático. Esse deserto teria uma cobertura vegetal e um número de animais bastante considerável. Muitas dessas espécies vieram para estas ilhas. Nesse tempo, tanto Cabo Verde como as Canárias teriam um clima mais húmido e mais fresco.

A presença do Homem neste arquipélago modificou consideravelmente a sua paisagem. A partir de então, a sua flora e fauna nativas vão ser confrontadas com outras espécies da mesma categoria – muitas plantas alimentares e animais domésticos –, vindos num primeiro momento da Europa e da costa ocidental de África e, no século XVI, da Ásia e da América. Mas a prática da agricultura, a pecuária e os assentamentos populacionais, também influíram na fauna e a flora autóctones e conseqüentemente na conformação da paisagem.

E algumas dessas plantas tinham outros fins...

A partir do século XVI existiam plantas com fins utilitários – o carrapato – originário da América Central – servia para, conjuntamente com o colmo, fazer os tetos das habitações das pessoas com menos posses, enquanto os ricos utilizavam a telha vinda de Portugal. No século XV era complicado construir-se casas em Cabo Verde, tal como nas outras ilhas da Macaronésia, pois a rocha basáltica era difícil de talhar, contrariamente ao que acontecia em Portugal, onde as rochas existentes, de norte a sul, eram facilmente talháveis.

A Ribeira Grande de Santiago deve o seu nome à abundância de água existente nesse local. O que aconteceu para, ao longo do tempo, esse curso de água ter deixado de ser constante?

Fontes coevas indicam-nos claramente que existia um rio caudaloso que corria aí todo o ano. Tínhamos uma ilha [Santiago] com um período de chuvas muito curto, cerca de três meses, uma vegetação com arbustos de pequeno porte, ervas e algumas árvores, que daria um frondoso verde ao longo dos vales até ao mar. A precipitação favorecia a infiltração de água nas montanhas, e eram essas zonas de recarga de águas subterrâneas que provocavam o surgimento de nascentes nos vales a divergirem para a costa.

A Ribeira Grande era beneficiada por essas infiltrações no maciço do Pico da Antónia que formou ribeiras muito importantes que desaguavam nesse aglomerado urbano. Entretanto, o vale começou a ser dominado pelas construções, retirando o espaço útil para a agricultura. No século XVII, a população abandonou a cidade e foi para o interior, fixando-se na região montanhosa e fértil, ocupando as terras de um modo intensivo, o que provocou o devaste do mato arbustivo e da vegetação natural, potenciando o aumento da erosão e conseqüente diminuição da infiltração de água no solo. Por essa razão, as ribeiras secaram. A Praia era uma zona seca, mas dominava as melhores terras agrícolas em seu redor: Ribeira Trindade, Ribeira de São Domingos. Daqui se entende a maior atratividade deste local para a fixação populacional nesse século.

Neste contexto podemos considerar a Ilha de Santiago como a génese de um ecossistema e identidade cultural próprios? Por que razão?

A flora cabo-verdiana é essencialmente entronizada, porque dominam plantas autóctones intercruzadas com outras que aqui foram introduzidas. Com o tempo, o número de plantas e de árvores foi diminuindo, porque eram utilizadas na edificação de casas e para o fabrico de utensílios domésticos, tome-se como exemplo o pilão. De igual modo, o crescimento demográfico, através da atividade agropecuária, ajudou à devastação do manto arbustivo e conseqüente diminuição de água no solo. A crescer a tudo o que foi dito, a zona saheliana, nos últimos 8000 anos, está a ficar mais árida. Pelo exposto, podemos considerar que os fatores naturais e as atividades humanas concorreram para essa transformação paisagística.

É replicável para as restantes ilhas ou estas desenvolveram-se a partir das suas idiosincrasias?

Sim, é replicável. Repare que o pilão vai daqui [Santiago] para as outras ilhas. Dentro da flora cabo-verdiana observam-se pequenas nuances, mas com o mesmo substrato oriundo da Macaronésia, do Sahel/Sudão e da América. As plantas as alimentares vieram essencialmente deste último continente. Existem animais domésticos que acompanham o cabo-verdiano: a vaca quando há mais terra e, quando a terra é pouca, a cabra, o porco, e a galinha. A agricultura era complementada com a pequena pecuária. As técnicas de cultivo eram o sequeiro e o regadio. As casas construía-se todas da mesma maneira, mas com particularidades regionais. Se reparar, em Santiago, as casas de palha ou de carrapato têm a cunhada quebrada, em ângulo reto, muito similar ao que se faz nos Açores e em Portugal continental, enquanto em Santo Antão e São Nicolau têm a cunhada arredondada, como aparece nos planaltos do Senegal e do Mali.

Qual a importância da Ribeira Grande de Santiago para a construção do Novo Mundo?

A Ribeira Grande de Santiago foi um laboratório de aclimação, uma incubadora e placa giratória de difusão de plantas e de animais entre o Velho e o Novo Mundo. Entre outros exemplos, recebemos o primeiro coqueiro vindo de Ceilão, depois exportado para o Brasil. Falando agora em aspetos culturais, a crioulização – tanto no contexto genético como linguístico –, a religião cristã e a gastronomia foram fatores muito importante para a construção desse Novo Mundo, nomeadamente nas Caraíbas e no Brasil, no estado do Grão-Pará e Maranhão.

Em 2008, teve uma participação ativa na proposta de candidatura da Ribeira Grande de Santiago a Património da Humanidade. No seu entendimento, e relativamente à primeira proposta não considerada, apresentada na década de 1990, o que sustentou e validou essa não aceitação por parte da UNESCO?

A primeira proposta foi pessimamente executada, porque não foi dada a devida importância ao critério correspondente ao Património Imaterial, realçando-se outros direcionados para o Património Material, que não eram passíveis de por si só serem suficientes para garantir essa classificação. Mediante o que foi apresentado, a UNESCO

não a levou em consideração. Atualmente, o processo de candidatura da Morna está a correr o mesmo risco, pois estão a cometer-se alguns erros e imprecisões.

Já para a segunda proposta, o Governo criou uma Comissão com técnicos oriundos de várias áreas disciplinares – Antropologia, Ciências Naturais, Geologia, Geografia, História, Património e Sociologia – que foi muito importante para a preparação desse dossiê e consequente anuência da UNESCO à nossa intenção. Demorámos dois anos para o concluir, mas foi apresentado com a devida sustentação. Especificamente, trabalhei dois domínios – o Património Natural e o Património Imaterial –, em particular nos aspetos relacionados com nas festas tradicionais – Batuque e Tabanca –, a religião e a língua.

Assim, e para não se cometer os mesmos erros do passado, recorreu-se a assessoria, principalmente de técnicos espanhóis e franceses, que já haviam participado em muitos outros processos de classificação. Esse aconselhamento direcionou a nossa ação no sentido de se considerar este Lugar de Memória como uma placa giratória intercontinental da fauna, da flora e da cultura.

De que forma se processou o povoamento das restantes ilhas do arquipélago?

Santiago e o Fogo foram as primeiras ilhas a serem habitadas. No século XVII, começou o declínio da Ribeira Grande de Santiago, muito por força do decréscimo da importância do seu porto. Como já disse, a solução encontrada foi população deslocar-se para o interior e dedicar-se à agricultura e à pecuária. Mas Santiago não tinha capacidade de carga para tantas pessoas e as condições de vida eram bastante difíceis. Iniciou-se o povoamento de Santo Antão, para onde se transfere a sede de bispado, que mais tarde foi para São Nicolau. Em São Vicente, a ocupação do território só se efetuou em meados do século XIX, embora tenha sido tentado fazer desde os fins do século XVIII. Aí, em 1810, existiam somente 200 habitantes. O Sal, Boavista, Maio e Brava também só foram ocupados já a centúria de 1800 ia adiantada. Por essa altura, chegaram os judeus e os ingleses que se fixaram em algumas ilhas, compraram terras e emparcelaram-nas, tornando-se grandes proprietários.

Atendendo aos critérios apresentados, o que pesou mais para essa classificação. Os critérios subjacentes aos aspetos de índole material ou os imateriais?

A Ribeira Grande de Santiago não tem grandes monumentos, porque os portugueses que para aqui vinham, principalmente os comerciantes, viam esta terra como um local para estar algum tempo, enviarem o que ganhavam para a Metrópole, e depois de enriquecerem voltarem o mais rapidamente para lá. Repare que Diogo Afonso, o donatário da Capitania de Alcatrazes, nunca viveu em Cabo Verde. As grandes construções que existem remontam essencialmente ao período do domínio filipino, como é o caso da Fortaleza Real de São Filipe. O que prevaleceu aquando da classificação como Património da Humanidade foi sem dúvida o seu valor Imaterial.

E o Espírito do Lugar está aí bem latente. Qual a sua opinião?

A Cidade Velha é uma aldeia rural piscatória. O que existe são atividades que confirmam o cruzamento de culturas. No vale encontramos plantas endémicas e outras provenientes de outros continentes. A dada altura sugeri à Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago a construção, na zona de transição, de um jardim botânico em homenagem aos cinco continentes, um espaço de cariz histórico (didático-pedagógico), com o intuito de identificar o nome científico dessas plantas, a sua origem, e a sua utilidade em Cabo Verde, mas igualmente com uma forte vocação comercial. A este respeito salientar que o Jardim Canário, em Las Palmas, e o de La Orotava, em Tenerife, têm as vertentes acima indicadas e funcionam muito bem. Entreguei-lhes esse projeto, mas não foi por diante, não sei se por não terem meios financeiros para o fazer ou por não o considerarem interessante o suficiente. Parece-me que a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago tem uma ideia conformista de que o Património Cultural já está classificado e não parecem querer dar valor ao Património Natural.

Considera importante a aplicação do já anunciado novo Plano de Gestão 2018 – 2022?

Ainda não o vi, mas espero que se faça um Plano de gestão que funcione e que tenha em atenção a vertente comercial. Desenvolver percursos no domínio da biogeografia seria interessante, pois permitiria ver a fauna, flora e estrutura geológica, tanto no vale como nas achadas, que apresentam nichos ecológicos diversificados.

Mas a gestão urbanística emanada a nível municipal, com os seus sucessivos planos, não se efetivou convenientemente. No seu entendimento, quais os Planos mais prementes de se executarem e aprovarem para este Sítio Patrimonial, tidos como satélites desse Plano de Gestão?

Na Ribeira Grande de Santiago, a gestão urbanística é bastante deficitária. Seria importante aplicar o Plano Diretor Municipal, elaborado para criar disciplina de ordenação territorial. Para tal, em muito contribuem os atritos políticos entre o Poder Central e Poder Local, e entre este e a população. Esta não tem plena ideia de consciencialização patrimonial, pois pensa que se vai ser condicionada em termos do modo como construir a minha casa – formato ou a cor das paredes exteriores – deve ser recompensada monetariamente. Se reparamos, ninguém respeita nada, e toda a gente constrói as suas habitações ou faz alterações a seu bel prazer. Muitas vezes algumas casas são retocadas, mas isso obviamente não chega. Posso dar-lhe um exemplo deste défice de definição de autoridade e de funções. À volta do Convento de São Francisco, a Cooperação Espanhola colocar em tabuleiros plantas medicinais de Cabo Verde, mas ao fim de um ano não estava cá lá nada. Como o terreno era ambíguo, e a sua utilidade, no entendimento das pessoas era nula, arrancaram-nas para cultivar cana, batata, entre outros produtos, que servem para alimentação própria ou para se obter algum lucro com o seu cultivo.

Para além do Plano Diretor Municipal, também não foram executados outros planos satélites e complementares deste, como o Plano Diretor Urbano e o Plano Detalhado. Assim sendo, não existindo estes documentos de verificação e controlo, cada qual faz como entende. Mas para um Sítio classificado pela UNESCO, a não existência de um Plano de Gestão, parece-me um caso gritante de ineficácia.

Cabo Verde tem vários Sítios Patrimoniais (Culturais e Naturais) inscritos na Lista Indicativa para Património da Humanidade. No seu entendimento, qual ou quais os que têm mais possibilidades para obter esse estatuto?

Penso que o Património Natural – Chã das Caldeiras, Pedra de Lume, as Salinas do Maio, o Vale de Paul e o Ilhéu de Santa Luzia – terá mais possibilidade de classificação do que o Cultural, isto porque, cada ilha, a nível de fauna, flora e geologia, é um universo completamente distinto das restantes, e isso é muito importante porque confere

originalidade às suas paisagens. Além do mais, está melhor trabalhado, tem aceitação popular e não está tão sujeito a conflitos entre o Poder Central, o Poder Local e a comunidade, como acontece com o Património Edificado. Dentro desta última tipologia, o Centro Histórico de São Filipe penso que poderia ser uma boa aposta por parte das entidades competentes em promovê-lo a Património da Humanidade. Relativamente ao Tarrafal, tenho as minhas reservas quanto a sua futura classificação.

Anexo 2 Entrevista a Carlos Carvalho

Ex Presidente do IIPC (22 de novembro 2016)

Enquanto Presidente do IIPC esteve diretamente envolvido no processo de classificação da Cidade Velha como Património Mundial. Qual o papel desta instituição em todo o processo?

O IIPC foi quem conduziu todo o processo, pois estatutariamente é o organismo incumbido de aplicar as políticas governamentais da defesa, preservação e valorização do Património Cultural Nacional, e consequentemente de fazer a gestão deste Sítio Histórico. E assim foi desde a constituição da equipa de trabalho até à declaração final da Cidade Velha como Património Mundial. Foi um longo e árduo trabalho, iniciado logo após a recusa da UNESCO, julgo que em 1992, da primeira candidatura. A decisão final foi, se não estou errado, em 1992.

Esse dossiê foi preparado quase na integra pela historiadora e técnica da DGPC – Maria João Vieira –, o que demonstra que não estávamos tecnicamente preparados para elaborar um documento consistente. Dada a sua insuficiência dessa proposta foram-nos pedidos esclarecimentos adicionais. Foi nessa fase que, já na condição de técnico do INAC, incorporei a equipa que preparou essas informações que também não foram convincentes.

Não houve uma decisão política acertada sobre o momento da apresentação dessa candidatura. No início da década de 1990, o INAC muniu-se de técnicos qualificados, o que permitiu uma atuação mais programada, tendo em vista a reabilitação do Sítio. Foi nesse contexto que se efetuaram, no quadro da cooperação com Portugal, as intervenções na Sé Catedral e na Fortaleza Real de S. Filipe, dirigida pelos nossos técnicos.

O que falhou nesse primeiro momento?

Tínhamos a consciência de que dificilmente poderíamos atingir o título de Património Mundial, mas no fundo existia essa esperança. Posso mesmo dizer que fomos um pouco levianos nesse momento, em virtude de não termos bem a noção do que era necessário fazer. Para nós – IIPC e país – só interessava a História e pensávamos que era suficiente. Mas confesso que à época a Cidade Velha ainda não estava preparada para ostentar esse galardão. A forma como foi elaborado o dossiê é a prova disso.

Tendo essa percepção de que dificilmente poderiam atingir o título de Património da Humanidade, o que vos impeliu para avançarem com o processo?

Creio que foi o exemplo da Ilha de Gorée, declarada Património da Humanidade na segunda metade da década de 1970, que impulsionou as entidades competentes a apresentar a candidatura da Cidade Velha. Penso que não se contou que a proposta pudesse ser recusada. Conhecendo bem a importância histórica de um e de outro Sítio no tráfico negreiro e no comércio triangular, ter-se-á pensado que a relevância da cidade da Ribeira Grande nesse período, por si só, constituiria argumento suficiente para sua inscrição na Lista do Património Mundial. Esse terá sido o erro, pois não se teve em devida conta aspetos muito importantes que foram tidos em consideração aquando da avaliação do ICOMOS/UNESCO.

Por que razão, na segunda candidatura, se decidiu constituir um grupo de trabalho com um espectro disciplinar alargado?

Na primeira proposta essa situação não foi acautelada. Como disse anteriormente sustentámo-nos essencialmente na dimensão histórica. No segundo momento tivemos em conta essa lacuna e procuramos recursos humanos capacitados, tanto no IIPC como noutras instituições estatais para a elaboração do dossiê. Com a constituição dessa equipa transdisciplinar, a fundamentação do que pretendíamos veicular foi conseguida com maior solidez no seu conteúdo e na forma.

De que forma se prepararam para a elaboração desse segundo processo de candidatura?

Tivemos várias reuniões com a UNESCO para o preparar, muitas vezes baseando-nos na observação de outras candidaturas apresentadas com critérios similares. A partir daí foi possível elaborar o relatório de inscrição devidamente sustentado. A participação de técnicos do IIPC em vários encontros internacionais, sobretudo na sub-região da África Ocidental, permitiu capacitar um grupo de pessoas neste domínio. A candidatura da Tabanca a Património Imaterial feita anteriormente, e que também não foi aprovada, serviu para não se cometerem os mesmos erros. A visita de *experts* da UNESCO ao Sítio foi uma mais-valia. Os relatórios produzidos e as recomendações neles explicitadas permitiram-nos delinear a metodologia necessária para futuras intervenções, tendo em vista a reabilitação dos monumentos – a Fortaleza, a Sé Catedral, o Largo do Pelourinho,

o Convento de S. Francisco – e de alguns bairros – São Sebastião, Rua Banana, Rua Carreira – da Cidade Velha.

E dos quatro critérios apresentados, a UNESCO recusou somente o quatro...

Por aí se pode avaliar o rigor com que nos preparámos. Mas estávamos cientes de que dificilmente todos esses critérios seriam aceites, porque sabíamos que o quarto critério teria pouca sustentabilidade.

Quase concomitantemente da apresentação à UNESCO da proposta de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade, foi concebido o Plano de Gestão 2008-2012. Considera que o mesmo teve a eficiência preconizada?

Aquando da elaboração do dossiê, a UNESCO já exigia que os bens candidatos tivessem um Plano de Gestão, o que não acontecia aquando da primeira candidatura. Isso obrigou-nos a fazer praticamente ao mesmo tempo esses dois documentos.

Em 2010, ainda preparei um relatório sobre o estado do Sítio, que deveria ser apresentado à UNESCO. Por essa altura, o Plano de Gestão estava precisamente a meio da sua vigência. Hoje, a alguns anos de distância desse momento, parece-me que não avançamos muito desde então. Se os dois primeiros anos foram de bastante dinamismo, nos dois últimos assistimos a alguma inércia. Podia fazer-se muito mais e melhor, mas infelizmente tal não aconteceu.

No seu entendimento faz falta um outro Plano de Gestão?

É urgente dar continuidade ao que foi executado e o que não foi concretizado, e corrigir o que está menos bem feito. Esse documento serve precisamente para fazer esse reajustamento. Mas sinceramente não vejo, nos próximos tempos, solução à vista para esta situação.

Passará essa necessidade por uma gestão participativa e efetiva? Situação anteriormente não acautelada?

Aquando da preparação do Plano de Gestão houve um envolvimento sério das diferentes entidades intervenientes na Cidade Velha e da sociedade civil ribeira-grandense. O Plano previa uma gestão participativa, mas a busca de protagonismos cedo mostrou que as

coisas não funcionariam com a eficácia inicialmente proposta e exigida pelo Comité do Património Mundial.

Com o tempo esse entusiasmo esvaneceu-se, porque as pessoas não viram, no imediato, os seus anseios correspondidos. Hoje questiono se valeu a pena tanto sacrifício em torno da Cidade Velha. Neste momento não há uma política programada para a sua reabilitação, não se sentindo a presença de uma gestão séria, própria de qualquer lugar classificado como Património da Humanidade, e a supressão da Curadoria contribuiu ainda mais para esse desenlace. No meu entendimento, nem sempre existiu uma verdadeira liderança em todo o processo, mesmo a nível governativo, e estamos a colher os frutos dessa situação.

E os outros documentos produzidos surtiram, o efeito desejado?

Metaforicamente falando, o Plano de Gestão seria o “sol” de todo este processo. Agora, a questão é saber se os “planetas” estão a funcionar, e podemos dar alguns exemplos. Tivemos um enorme trabalho para conceber as “Normas de Construção para a Cidade Velha”, mas até hoje ainda não se efetivou [em vigor desde 2018], o que impede o seu efetivo cumprimento. Vários projetos estão, ou foram aprovados, sem esse importante instrumento de gestão territorial, o que leva muitas vezes à descaracterização de qualquer aglomerado urbano, sobretudo deste, em razão do estatuto atribuído pela UNESCO. A falta de um Planos Diretor Municipal, de um Plano de Desenvolvimento Urbanístico ou de um Plano Detalhado, instrumentos indispensáveis para potenciar uma gestão tranquila, séria e técnica, obsta ao desenvolvimento de um Sítio Património Mundial.

Em 2009/2010, realizaram-se escavações no subsolo da Cidade Velha. Porém, as mesmas originaram um desencontro de ideias entre o IIPC, a Edilidade Local e a população. O que realmente aconteceu?

A escavação feita na Rua Calhau, no centro da cidade, em razão da enorme quantidade de informação arqueológica que podia propiciar, exigia algum sacrifício à população. Esses trabalhos evidenciavam vestígios do tempo da fundação da urbe, o que impunha o corte da circulação pedonal e rodoviária. Obviamente, essa situação não foi bem aceite.

O ideal teria sido arranjar alternativas, o que era quase impossível devido à orografia. Entendendo bem as coisas, compreendo a posição da população. À época, o presidente

da República [Pedro Pires] ajudou a apaziguar a situação, visitando as ruínas colocadas a descoberto.

Mas as escavações circunstanciais já aconteciam desde 2006, fruto das relações que o IIPC mantinha com o Professor Konstantin Richter, da Universidade Piaget, que conseguiu estabelecer uma parceria com a Universidade de Cambridge para a realização de algumas dessas pesquisas. Todavia, essas intervenções não causaram constrangimentos ao dia-a-dia do Sítio.

Mas existiu um tempo em que as posições do IIPC e da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago se extremaram...

Sim, porque a Câmara Municipal conseguiu junto da Cooperação Espanhola um financiamento para fazer a ligação domiciliária de água. Foram descobertos importantes vestígios do passado da Ribeira Grande de Santiago e, obviamente, tivemos de mandar parar o que estava a ser feito. A Câmara Municipal não ficou muito satisfeita com esta decisão, porque havia assumido um compromisso com uma empresa para executar essa obra.

As relações entre o Poder Central e o Poder Local nem sempre foram fáceis no Município da Ribeira Grande de Santiago. A eterna questão de quem deve responder em primeira instância pela política de preservação do património, sobretudo o construído, foi sempre motivo de dispares interpretações. Tratando-se de um Sítio declarado Património Mundial, ou em processo de candidatura, a questão era ainda mais delicada. Era necessária uma clarividente e esclarecedora abordagem deste assunto para que essa gestão não origina-se conflitos entre as partes.

E onde se encontra o espólio exumado nessa intervenção?

Nas escavações realizadas com o apoio da Universidade de Cambridge, parte dele foi levado para análises laboratoriais na Inglaterra. De momento, não sei dizer se foi devolvido ao IPC, pois esses estudos demoram algum tempo. O restante está no Museu de Arqueologia, o mesmo aconteceu com o espólio resultante das escavações efetuadas nas décadas de 1980 e 1990, na Sé Catedral, com o apoio do IPPAR.

Existindo outras possibilidades para apresentar proposta de candidatura à UNESCO, nomeadamente o Centro Histórico da Praia, por que razão avançaram com a proposta da Cidade Velha?

Por ser uma escolha óbvia, foi onde tudo começou. É o berço da nação cabo-verdiana. Na verdade, várias hipóteses apresentavam-se como plausíveis. Na Lista Indicativa, constavam vários Sítios Culturais, Naturais e Mistos. Eventualmente, alguns teriam mais hipóteses de sucesso que a Cidade Velha. Um dos *experts* que ajudou a elaborar aquela Lista propôs a apresentação do Centro Histórico da Praia em vez da Cidade Velha, em virtude de a considerar tecnicamente mais fácil de trabalhar. Havia ainda a possibilidade de se apresentar uma candidatura dupla Cidade Velha/Centro Histórico da Praia. Aquando da visita dessa delegação, o Sítio estava em condições deploráveis no que se refere à sua reabilitação. Por essa razão aconselharam-nos a não avançar com a candidatura, porque poderia resultar num novo fracasso. Mas fomos persistentes e conseguimos atingir os nossos objetivos

Atualmente existe algum Sítio/Monumento com capacidade, a breve trecho, para ser classificado?

Eu nem quero pensar nisso. Se já é tão difícil gerir o que temos, pessoalmente, não aconselharia outra candidatura. Mas obviamente existem sítios, como a Pedra de Lume, com potencial para ostentar esse galardão da UNESCO. Em termos técnicos é possível apresentar um dossiê bem elaborado, mas existem outros obstáculos. É ainda o caso do Campo de Concentração do Tarrafal que reúne condições para ser uma candidatura *sui generis* e de sucesso. Não obstante, preferia fazer um trabalho tranquilo na Cidade Velha, e depois de consolidado este processo, avançarmos para novos projetos.

Mas algumas decisões controversas foram tomadas. O que vos levou, por exemplo, a entregar parte da gestão do Sítio à PROIMTUR?

No final da década de 1990 e na primeira década de 2000, os principais monumentos da Ribeira Grande de Santiago foram todos reabilitados, na sua maioria, com o apoio da Cooperação Portuguesa e da Cooperação Espanhola: a Fortaleza Real de São Filipe, o Convento de São Francisco, o Largo do Pelourinho e a Sé Catedral, tendo sido também construída a Pousada de São Pedro. A partir de então ficou-se numa espécie de vazio no

que se refere à sua gestão, que era feita pelo IIPC desde a Praia, não havendo por isso uma presença constante de nossa parte no Sítio.

Todo o investimento feito devia ser gerido para trazer retorno financeiro. Ora, não é vocação da instituição responsável pelo Património gerir espaços para obtenção de lucros e criar emprego, seguindo a filosofia dos últimos governos de Cabo Verde. Havia que dar espaço a privados, e foi nessa perspetiva que procurámos alternativas.

A intenção inicial do governo era fazer a concessão a uma empresa cabo-verdiana, mas infelizmente não apareceu nenhuma com o perfil que se exigia, tornado o processo dessa escolha bastante longo. Entretanto, os monumentos restaurados e a Pousada de São Pedro começaram a deteriorar-se. A Cooperação Espanhola, que havia financiado esse projeto, pressionava no sentido de mudar o estado das coisas.

Em 2003, iniciaram-se as conversações com a PROIMTUR, que só terminaram em 2006. O contrato foi publicado no Boletim Oficial, no ano de 2007. Toda a narrativa serve para desmistificar um pouco a ideia de que se entregou levemente a uma empresa a gestão da toda a cidade, argumento que vem sendo utilizado politicamente para denegrir a imagem das pessoas que geriram o processo. O ministro Manuel Veiga não tomava decisões sem primeiro estudá-las bem, e foi isso que aconteceu.

Infelizmente, o momento da assinatura do contrato, concedido por um período de quinze anos para a gestão do Circuito Turístico Integrado da Cidade Velha, coincidiu com o início da crise mundial de 2008. Desde logo surgiram problemas relacionados com o pagamento das rendas devidas ao Estado. A PROIMTUR solicitou logo nos primeiros anos autorização para aumentar o espaço da Pousada de São Pedro na perspetiva de sua melhor rentabilização. Apesar de não dar grandes lucros, ela funcionava.

Mas a PROIMTUR também colocou um pouco à margem do processo a população....

O contrato pressupunha criar um certo número de postos de trabalho para os habitantes da Cidade Velha, o que foi feito. As visitas aos monumentos nunca foram interditas à população local. A PROIMTUR chegou a patrocinar a equipa de futebol local, apoiou as autoridades locais nas diferentes atividades que estas realizavam, disponibilizando os espaços e ou equipamentos. Por isso não entendo como se poderá sustentar tal afirmação.

A partir de 2010, quando eu e o ministro da Cultura [Manuel Veiga] saímos das nossas funções a situação deteriorou-se, tendo de imediato começado as acusações de incumprimento do contrato que só se efetivou no ano de 2007. Havia muito pouco tempo para se fazer uma correta avaliação do desempenho da PROIMTUR e não se teve em conta o contexto de crise que se estava a viver.

A partir daí a situação piorou porque a PROIMTUR não apresentava os lucros desejados. Pensava-se que o Santiago Golfe Resort poderia ser o grande pivô para todo este projeto, mas em virtude da conjuntura não se veio a concretizar. Os irlandeses também pararam o seu investimento.

Após o veredito da UNESCO, o que mudou na Cidade Velha com a ostentação desse título?

Por um lado, trouxe aspetos positivos: o aumento do número de empreendimentos turísticos e de estabelecimentos de restauração, o Sítio ganhou visibilidade internacional e passou a albergar vários eventuais nacionais e internacionais. Por outro, a invasão de novos moradores oriundos sobretudo da Praia, conduziu à especulação fundiária e imobiliária, mas também gerou investimentos e empregos. Contudo, podíamos ter uma Cidade Velha melhor. Não se concebe a existência de problemas ainda subsistentes. Os mais evidentes são a falta de iluminação pública e de saneamento. Compare-se com os espaços geridos pela PROIMTUR – Fortaleza Real de São Filipe, Largo do Pelourinho, o Convento de São Francisco e a Pousada de São Pedro – onde tudo está impecável, e contraponha-se com o que se passa na Sé Catedral. De que é a culpa? Quer-se veicular a informação errada de que tudo é gerido pela PROIMTUR, e que ela é culpada de tudo o que de mal acontece.

Considera exequível a perda desse estatuto?

Não, de maneira alguma. Mas o que é estranho é ouvir pessoas com responsabilidade dizer que isso pode acontecer. O único caso conhecido de retirada de estatuto de Património Mundial é o de Dresden, na Alemanha, mas essa perda foi quase por vontade própria.

O que potencia o Espírito do Lugar na Cidade Velha?

É a sua alma e os seus habitantes. Aqui, erradamente, por comodidade dos guias-turísticos, a visita inicia-se na Fortaleza e não por onde tudo começou, a zona do Pelourinho. Em vez de vendermos o espírito da cidade, contar a História com base nas suas gentes, vendemos os monumentos. Os visitantes não vem à Cidade Velha para os ver, pois têm-nos em abundância e em melhor estado de conservação no seu país.

A este respeito, qual a sua opinião relativamente ao surgimento de uma “Cidade Nova”?

Essa é a solução para a maioria dos problemas da Cidade Velha que se baseia fundamentalmente no aumento demográfico e na impossibilidade de ganhar mais espaços habitacionais, por imposição urbanística e por força das exigências do estatuto de Património Mundial. Essa “Cidade Nova” não poderá conduzir ao despovoamento do Sítio. Os seus habitantes têm de ter a consciência de que, com a classificação como Património da Humanidade, existem parâmetros e critérios a cumprir, que não podem ser adulterados. Aqueles que querem uma construção mais contemporânea, devem ir viver para essa “Cidade Nova”. Mas até hoje não sei por que razão esta proposta não avançou, quando tinha tudo para se concretizar.

Enquanto Presidente do IIPC foram inauguradas algumas valências museológicas, com tutela e tipologias distintas. O que esteve subjacente à sua constituição?

Se repararmos não foram muitas, pois em alguns casos o que fizemos foi prover melhorias às estruturas já existentes, como foi caso, em São Vicente, do Museu de Arte Tradicional, onde implementámos um discurso museológico e museográfico minimamente coerente; do Centro de Restauro, transformado em Museu de Arqueologia; e as requalificações do Museu Etnográfico, localizado num belo edifício do século XIX, no Centro Histórico da Praia, e do Museu da Tabanca, que passou do centro da Assomada para uma habitação tradicional em Chã de Tanque. Construíram-se também outros espaços museológicos: a Casa-Museu Eugénio Tavares, na Ilha da Brava; na Cidade Velha, uma área expositiva com espólio arqueológico terrestre e subaquático; e a Casa Norberto Tavares, na Assomada. Realçar igualmente três projetos privados, o Museu Municipal e a Casa da Memória, em São Filipe do Fogo, e o Sítio Museológico de Lajedos, em Santo Antão. De entre as intenções não concretizadas saliento a proposta de se levar algumas peças do

Museu de Arqueologia para o edifício da Alfândega, na Ilha da Boa Vista, e aí se construir um pequeno núcleo museológico; o Museu de Arte Sacra, em São Nicolau, onde se priorizou a recuperação da Igreja; e o grande Museu da Cidade Velha, que teria o apoio do governo espanhol.

O que esteve subjacente a essa disseminação de museus por várias ilhas do arquipélago?

Democraticidade cultural e museológica. Pretendeu-se que em cada ilha houvesse pelo menos uma estrutura museológica, formando-se assim a Rede de Museus de Cabo Verde. Não é normal cada concelho do interior de Santiago ter o seu museu, com a mesma tipologia, não nos parecia uma boa ideia. A nossa conceção de Rede Nacional de Museus – um museu para cada ilha – direcionados para o que é mais representativo de cada uma delas, mas não necessariamente com peças somente existentes nessa parcela do território. O Museu de Arte Sacra, em São Nicolau, seria um bom exemplo dessa ideia. Nove museus com qualidade, de dimensão nacional, independentemente da sua tutela, mas respeitando o local onde estaria inserido.

Nesse contexto, e relativamente à Cidade Velha, foi criado um polo museológico, entretanto desativado. O que vos impeliu a constituí-lo?

Era o embrião desse grande museu que pretendíamos construir com o apoio da Cooperação Espanhola, e que foi uma promessa da própria Rainha Sofia aquando da sua visita à Cidade Velha.

Atendendo à dimensão histórica e patrimonial deste Sítio Cultural, não considera que já se deveria ter gizado um plano museológico e museográfico devidamente sustentado? Em que categorias?

Claro que sim. O que existia no polo museológico deverá estar agora penso eu, no Museu de Arqueologia da Praia. A Cidade Velha tem um potencial arqueológico, subaquático e imaterial enorme, para além da sua vertente do Património Natural. No meu entender, poderíamos constituir um museu dedicado a este Sítio Cultural, mas também fazer dele uma representação nacional. É o que se pretendia com o Museu Nacional da Cidade Velha.

E não poderíamos falar numa estrutura museologia disseminada por toda a Ribeira Grande de Santiago?

Com certeza. Nem é necessário construir espaços. Veja-se por exemplo a Fortaleza Real de São Filipe, a Sé Catedral e o Convento de São Francisco. Esses monumentos estão lá, têm é de ser adaptados a essa função, construindo-se um discurso museológico e museográfico coerente.

Anexo 3 Entrevista a Jair Fernandes

Curador da Cidade Velha (14 de abril 2016)

Qual a importância deste Sítio Patrimonial para Cabo Verde?

Essa importância é percebida em três dimensões: a histórica, que reposiciona a relevância de Cabo Verde no contexto Atlântico, no que respeita à escravatura, como laboratório de aclimação e no apoio ao desenvolvimento das técnicas de navegação; a da memória, como berço da cultura cabo-verdiana; e no apoio ao desenvolvimento sustentado do território, porque aí podemos desenvolver segmentos turísticos: histórico-cultural, arqueológico, subaquático e o natural. E essa aposta pode ser importante para um Sítio com pouca população de aproximadamente 1300 residentes e 250 habitações, com 70% de jovem e 29% de pobres. Existe um outro *plus*, pois a maioria destes habitantes vai todos os dias trabalhar para a Praia – estudantes e funcionários públicos –, o que em certa medida ajuda a esse desenvolvimento sustentável. No entanto, realço que a capacidade de carga da Cidade Velha é muito baixa, e a Carta do Turismo Cultural do ICOMOS, publicada em 1999, alude precisamente para essa situação, considerando-se, neste caso concreto, ser premente adaptar as estruturas a essa situação. Veja-se o que acontece junto à Sé Catedral, prejudicada pela poluição e vibrações decorrentes da proximidade de uma via de circulação.

O que esteve subjacente à criação, em 2012, da Alta Curadoria para a Cidade Velha?

Em 2008, aquando da apresentação da candidatura a Património da Humanidade, a UNESCO exigiu a criação de um organismo para a Gestão do Sítio. Primeiramente, foi constituído o Comité de Gestão do Sítio Histórico da Cidade Velha [Resolução 7/2009]. Devido a quezílias políticas e à sua pouca operacionalidade, não teve o alcance desejado. A partir da institucionalização legal da Alta Curadoria para o Sítio Histórico da Cidade Velha, Património Mundial, e do Gabinete Técnico Conjunto, como órgãos com competência política e técnica na gestão do Sítio Património Mundial [Resolução 4/2012], revogaram-se todos os documentos anteriormente produzidos. A sua atuação é necessária, não só enquanto entidade de gestão de um Sítio Património Mundial, mas também para articular a articulação dos vários *stakeholders* – Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, Direção Geral de Turismo, Cabo Verde Investimentos,

pequenos operadores económicos e demais organizações –, que muitas vezes interagem de forma desarticulada.

Quais as principais atribuições da Alta Curadoria para ao Sítio Histórico da Cidade Velha?

As competências da Alta Curadoria para Cidade Velha, basicamente, resumem-se em três itens: conservação e preservação do bem Património Mundial; trabalhar na questão da melhoria das condições de vida da comunidade; coordenar os vários *players* aí atuantes.

Existe algum estudo cientificamente comprovado relativo ao número de visitantes anuais deste Sítio Patrimonial?

Esse estudo teve como padrinhos institucionais, no sentido científico do termo, o Instituto Nacional de Estatística e a Universidade de Cabo Verde. Foram feitos inquéritos junto da população, visitantes nacionais e estrangeiros, e instituições que operam na Cidade Velha (metodologia, amostra, e processamento dos dados). Tratando-se de um documento com esse peso, penso ser um instrumento extremamente importante para ser aplicado em todos os centros históricos de Cabo Verde. Neste momento temos vários planos turísticos para o nosso país, mas nenhum deles incide sobre o Turismo Cultural. E a Cidade Velha, através dos números, demonstra que é um Sítio autossustentável, fora do quadro do Orçamento do Estado de Cabo Verde e demonstrativo que o Património Cultural é um vetor de desenvolvimento do território. Veja-se o que aconteceu em Évora, no final da década de 1980, onde a aposta se baseou num modelo de desenvolvimento diferenciador. Todavia, é necessário mudar o paradigma na Cidade Velha, que está não está devidamente rentabilizada. Os navios cruzeiros atracam na Praia e os turistas vão à Cidade Velha, onde muitas vezes não gastam dinheiro nenhum, porque os *souvenirs* não são genuinamente cabo-verdianos e a oferta gastronómica não é atrativa.

As modificações na traça original das habitações são um problema na Cidade Velha. De que forma se pode contornar a situação?

O arquiteto Álvaro Siza Vieira pensou nas áreas de expansão da Cidade Velha em harmonia com o todo e não numa perspectiva isolada, analisando o que deveria ser o crescimento populacional a curto prazo. Não obstante essa preocupação, o número de habitantes tem aumentado, e estes sentem necessidade de criar mais comodidade nas suas

residências. Exemplo disso foi o que aconteceu na Rua Carreira e na Rua Banana, onde essa autenticidade foi colocada em causa. Resumindo esta questão passa, primeiramente, por incutir uma maior sensibilidade patrimonial e oferecer opções para solucionar os problemas. Tratando-se de uma cidade dinâmica, isso é perfeitamente natural, em virtude de os seus residentes quererem ver satisfeitas as suas necessidades. A solução seria criar áreas de expansão, mas nunca desvirtuando o Espírito do Lugar. Mesmo sabendo que iriam ter melhores condições de habitabilidade, muitas pessoas não queriam sair da Cidade Velha, pois sentir-se-iam deslocadas.

O estatuto de Património da Humanidade pode ser retirado a este Sítio Patrimonial?

É uma possibilidade, mas muito remota. Lembro-me que até hoje poucos casos desses ocorreram, sendo o exemplo mais conhecido o de Dresden, na Alemanha, mas essa desclassificação foi uma opção voluntária desse país. Antes de retirar o Sítio como Património da Humanidade fazem-se inúmeras recomendações, inscreve-se o bem na Lista do Património Mundial em Perigo, que muitas vezes é estratégia do Estado-parte, não só para alertar para a situação, mas igualmente para ter acesso a mais recursos técnicos e financeiros, veja-se o caso de Tombuctu, no Mali. É uma estratégia pensada nesse duplo sentido.

E faz sentido pensar na classificação de mais sítios em Cabo Verde?

O que faz falta é consolidar a Cidade Velha enquanto Património Mundial. Este é o primeiro desafio. Julgo que os outros sítios classificados como Património Nacional, ao constatarem o seu desenvolvimento e as vantagens daí resultantes, vão querer seguir o mesmo caminho.

Os objetivos delineados para o Plano de Gestão foram conseguidos?

Em 60% sim, porque tinha quatro objetivos: a valorização do Património Arquitetónico e Arqueológico; o reforço da gestão do Sítio; a melhoria das condições de vida da comunidade; e a salvaguarda do Património Imaterial. Tirando este último item, os restantes foram satisfatoriamente alcançados. Por outro lado, trouxemos a Universidade de Cambridge para trabalhar no subsolo da Cidade Velha; providenciámos a melhoria das condições de vida da população; concebemos escolas de formação profissional, atraindo investidores; e a nível de gestão do Sítio, criámos estruturas para o efeito.

Que outros planos ou documentos poderão elaborados com vista à gestão do Património Arqueológico?

O mais importante, e aquele que a Lei 102/III/90 impõe, é o Plano de Salvaguarda para todos os sítios classificados como Património Nacional, que contempla, para além da vertente arqueológica, arquitetónica e urbanística, os setores económico, turismo e das indústrias criativas. Em 2006 apresentei no IIPC uma proposta para elaboração da Carta Arqueológica para a Cidade Velha, inspirando-me na que foi feita para Sevilha, e a Unidade de Arqueologia da Universidade Autónoma de Madrid mostrou-se disposta a enviar investigadores a Cabo Verde e trabalhar esse documento connosco. Quando se fala na Carta Arqueológica da Cidade Velha, urge salvaguardar os espaços terrestre e marítimo, porque aqui a Arqueologia Subaquática é imensamente rica.

A nível do Património Arqueológico Subaquático, o que é necessário fazer para impedir que se cometam mais atentados contra ele?

Primeiro, retificar as convenções internacionais junto da UNESCO [Decreto 6/2008]. A nível nacional promulgar legislação adaptada a esta especificidade e integrar um capítulo relacionado com o Património Subaquático; incutir naqueles que do mar retiram o seu sustento uma consciência educativa e patrimonial; criar instrumentos de gestão, não só relativamente a esse legado, mas também promover a sua valorização por via de um museu subaquático. Na baía da Cidade Velha temos aproximadamente sessenta barcos naufragados e intactos, mas por falta de controlo legal muitas pessoas apropriam-se indevidamente desse espólio.

E que controlo podia ser feito?

Acima de tudo patrulhar a área. Isso só é possível se houver colaboração entre os Ministérios da Cultura, da Defesa, e do Mar. Mas é preciso reeducar aqueles que vivem da pesca. São estratégias micros, mas que tiveram sucesso noutros locais. O conceito Clusters do Mar surgiu em Cabo Verde e, numa primeira fase, preconizava o aparecimento desse museu subaquático, mas igualmente outras estruturas desta índole, na Boa Vista e no Sal, diversificando-se nestas duas ilhas a oferta turística.

Considera que existem ainda muitas surpresas no subsolo da Cidade Velha?

Muitas, e repare-se que os manuais de História sobre Cabo Verde e a Cidade Velha, nunca se basearam nas fontes arqueológicas, somente em fontes escritas. Estou convicto de que ainda falta encontrar estruturas móveis e imóveis de grande relevo jazentes neste subsolo.

Os trabalhos científicos poderão contribuir para o interesse de cada vez mais instituições universitárias pela Cidade Velha?

Há algum tempo tínhamos um projeto de tornar a Cidade Velha num polo de investigação académica, não somente a nível das Ciências Sociais –a Arqueologia, a História, o Património, a Sociologia –, mas também da Flora, da Fauna e da Economia.

Museologicamente falando, em que moldes considera exequível proceder à reconversão patrimonial deste Sítio Patrimonial?

Até o ano de 2014 tivemos aí um polo museológico, e esperamos que em breve esse espólio regresse ao seu local de origem. Para tal será necessário conseguirmos arranjar um espaço condigno para o acolher. Neste momento, esses objetos estão em exposição no Museu de Arqueologia da Praia. A ideia é constituir um conjunto de museus – Arte Sacra, Escravatura, Pirataria – que deverão fazer parte da Rede Nacional de Museus. As categorias museológicas acima mencionadas são apenas três exemplos, pois poderiam criar-se algumas mais. Desta forma será possível fazer a História sequencial de Cabo Verde e da Cidade Velha. Por outro lado, penso ser viável recriarmos, com o devido rigor investigacional, alguns dos acontecimentos ocorridos, como a chegada de Francis Drake, mas sem entrarmos em demasiada fantasia ou encenação.

A sinalética do percurso turístico-cultural não é a melhor. O que se poderá fazer?

Para se fazer a sinalética devida seriam necessárias informações complementares, e o que foi proposto pela UNESCO não foi aproveitado. Os projetos da Cidade Velha terão de ser repensados desde a sua conceção à operacionalização, pois existe um desagrado latente por parte da comunidade, cujas expectativas da atribuição do estatuto de Património da Humanidade saíram defraudadas, em razão das restrições impostas ao seu dia-a-dia, mas principalmente nas suas habitações. Em 2010 tivemos áreas do Sítio a céu aberto devido às descobertas feitas aquando desses trabalhos de saneamento, o que causou

constrangimentos à população. Pelo exposto, é perceptível verificar o quão difícil é conjugar os interesses dos moradores com os trabalhos de investigação arqueológica.

O que preconiza para o futuro da Cidade Velha?

As indicações do novo ministro da Cultura [Abraão Vicente] vão no sentido de dar mais atenção à Cidade Velha, sendo esta uma das prioridades do seu executivo. Mesmo no programa do novo governo [2016], essa vontade é latente, inclusive num contexto mais amplo, ao procurar apropriá-la enquanto referência da África Ocidental. Penso ser esse o caminho a percorrer. Gorée recebe todos os anos cerca de quatro milhões de visitantes, e todos os presidentes eleitos dos Estados Unidos da América têm quase obrigatoriamente de passar por lá. É uma estratégia de marketing muito bem delineada, direcionada sobretudo para população afrodescendente daquele país. Enquanto a Cidade Velha, cuja fundação é anterior a Gorée, tem somente entre sessenta a setenta mil visitantes. Essa antiguidade terá de traduzir-se em ganhos, constituindo-a como uma marca agregada ao território em que se insere. Em relação a Cabo Verde, a Cidade Velha é o segundo nome mais procurado no Google, somente superado pela Cesária Évora. Isto demonstra a força do Sítio sobre o qual deverá assentar a reconstrução de uma narrativa transversal a vários domínios disciplinares – Antropológico, Arqueológico, Etnológico, Historiográfico –, fazendo conexões com outros espaços que tiveram um passado similar: Santo Domingo, Salvador da Bahia, Liverpool. Se eles retiram proveito desse estatuto, por que não podemos fazê-lo com a Cidade Velha que foi um referencial na História Atlântica?

Neste contexto, a dicotomia preservação patrimonial e desenvolvimento urbanístico poderão conviver em harmonia?

Em todas as minhas apresentações, tanto a nível nacional como internacional, lanço essa questão. Mas esta confrontação diz respeito, não só à Cidade Velha, mas a todos os Sítios Históricos. O exemplo de Roma é paradigmático, pois estamos a falar de uma urbe secular que se viu obrigada a ter somente três linhas de metro, porque toda a estrutura arqueológica da Antiguidade está soterrada. Transportando esse problema para a Ribeira Grande de Santiago, tivemo-lo quando fizemos as intervenções de saneamento, em que encontramos vestígios que não constam de nenhum manual sobre Cabo Verde e a Cidade Velha, sendo estes achados inéditos. Preservar em nome de quê? Destruir em detrimento

ou a favor de quê? Não nos podemos esquecer que estamos a falar de um Lugar com uma dinâmica própria, mas com os mesmos problemas que as cidades modernas têm.

Anexo 4 Entrevista a Ana Samira Silva

Coordenadora do Plano de Gestão 2019-2022 (7 de dezembro 2017)

A “Cidade Velha Emergente” foi um projeto pensado para a transformação visual do Sítio. Foi plenamente conseguido?

A “Cidade Velha Emergente” foi uma ideia política do então ministro da Cultura Mário Lúcio, que após uma visita ao Sítio considerou ser necessário elaborar um plano de intervenção para colmatar todos os constrangimentos identificados, particularmente a questão das acessibilidades acessos, da sinalização, identificação e iluminação dos monumentos, e a reabilitação das residências. Inicialmente, algumas ações foram feitas, mas outras não tiveram sequência, porque não houve orçamento para suportar essa intenção.

Outro desígnio aventado foi a da “Cidade Nova”. Para quando essa intenção?

Esse é um projeto da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, que foi pensado em virtude de já não existirem lotes disponíveis para expansão das habitações já edificadas ou para se erguerem outras de raiz. Assim, pretende-se criar uma área alternativa para retirar ao Sítio a pressão urbanística bem evidente nos dias de hoje. Para colmatar esta situação foram atribuídos lotes no Bairro de Santo António, mas já estão todos entregues. A “Cidade Nova” surgirá na estrada a caminho do Salineiro, apesar de ter sido aventada a Achada Forte. Se repararmos, o foco de conflito entre os moradores com a Câmara Municipal e o IPC está sempre relacionado com a questão das construções. Este projeto, com início em 2013, neste momento está estagnado, depois de numa fase inicial ter existido algum entusiasmo para a sua execução.

Se tal se vier a efetivar, o que deverá se evitar perder a verdadeira alma do Sítio?

Com a “Cidade Nova” vamos criar uma zona alternativa, ocupada essencialmente por jovens. Obviamente não podemos tirar todas as pessoas da Cidade Velha, pois se o fizéssemos o Património perdia o seu sentido. Mas os seus habitantes também não querem sair daí. Eles têm um sentimento de apropriação muito forte, apesar de nem sempre a sua autoestima estar nos níveis mais elevados, e têm orgulho em dizer que nasceram e foram lá criados, que fazem parte daquele lugar, o que não é comum em muitos locais de Cabo Verde.

Fizemos encontros de socialização sobre a ideia da “Cidade Nova”, mas a população, incluindo os mais jovens, não quer sair da Cidade Velha. Aqui, a cidade é só um conceito espacial, porque de resto, vive-se na ruralidade. A criação de animais nas áreas públicas, a evacuação dos resíduos domésticos no meio ambiente e a não utilização das casas de banho, entre outros hábitos, são exemplos do que acabei de referir.

Relativamente à destruição de alguns monumentos existentes no Sítio, evitar essa situação passará por ações de sensibilização e profilaxia patrimonial, ou será necessário ir mais além?

Quando falamos em sensibilização, o conceito remete-nos principalmente para as ações com a comunidade e com as escolas. Mas estes não são os únicos destinatários deste propósito. Esta iniciativa deve ser transversal a todas as idades e abranger o maior número de cidadãos possível, incluindo as estruturas governativas, tanto as locais com as centrais, que muitas vezes, com as suas atitudes menos conscienciosas, podem colocar em causa a conservação e salvaguarda patrimonial.

Quais os principais monumentos a serem intervencionados no curto prazo na Ribeira Grande de Santiago? Existem prioridades?

Atualmente, não temos nenhum plano prioritário, mas estão definidas algumas intervenções a fazer no imediato, de acordo com as emergências e as oportunidades de financiamento. A requalificação da Igreja da Nossa Senhora do Rosário, que está num estado de degradação latente, e também por ser por seu um espaço da comunidade, iniciar-se-á logo no início de 2018, sob a subvenção do Fundo do Turismo. Os pequenos fortes necessitam de ser recuperados. Já submetemos ao Fundo Africano do Património Mundial uma proposta para a reabilitação do Forte de São Veríssimo. Dentro do Projeto de Requalificação Urbana denominado “Mais Cidade”, uma iniciativa conjunta do IPC com a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, estão previstas obras noutras estruturas – em edifícios militares e religiosos –, assim como a redefinição dos circuitos de visita, orientados para o Património Natural, com trajetos no interior do vale, para o Património Imaterial, direcionado para os portadores da memória, e para o Património Edificado, essencialmente nas duas categorias acima mencionadas. São programas que se bem conduzidos, ajudar-nos-ão a valorizar o Sítio.

Existe algum inventário patrimonial sobre a Cidade Velha ou de âmbito arquipelágico?

Na década de 1980, aquando da primeira missão da UNESCO a Cabo Verde, foi concebido um pré-inventário patrimonial. Porém, este esboço não teve a continuidade desejada, mas poderia ter sido um bom início para elaborarmos um inventário completo. Mas é necessário e urgente fazê-lo. A Resolução 6/2009 classificou e listou todos os monumentos e ruínas do Sítio, mas até ao momento não se desenvolveu um cadastro para cada um deles. Comparativamente aos outros municípios, a Ribeira Grande de Santiago está mais salvaguardada, em virtude de aí estar instalado um Gabinete de Gestão, o que não acontece com outros locais também classificados como Património Nacional. Todavia, não existe ainda da parte de todos os atores, a plena consciência do que significa esse valor de Património Mundial.

A nível nacional começamos a fazer, no concelho de São Lourenço dos Órgãos, um inventário de base comunitária, tido como uma experiência piloto, que ficou praticamente concluído. De resto, não se conseguiram avanços significativos. Na Ilha do Maio elaborou-se um catálogo de inventário feito pela Associação dos Municípios de Cabo Verde, mas no restante temos realizado apenas um pequeno diagnóstico do espólio nacional. Porém, não basta fazer só o inventário, é necessário atualizá-lo periodicamente – entre dois a três anos –, em razão de os edifícios perderem características e sofrerem intervenções. Tudo isto tem de estar documentado.

Decorrente desta situação, observam-se muitos conflitos com os municípios, que dizem não receber informação necessária por parte do IPC sobre os edifícios que estão, ou não, classificados. Não é concebível ter sido promulgada a Lei 102/III/90, com as atribuições do Estado, das autarquias e dos cidadãos relativamente à preservação do Património, e passados quase trinta anos da sua elaboração, não termos um levantamento efetuado.

Em Cabo Verde, muitas vezes aceleramos os passos sem antes fazermos o que deve ser feito: em 1987, ratificámos a Convenção da Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, datada de 1972, mas somente três anos depois foi produzida a Lei 102/III/90 para a salvaguarda do Património Nacional; nesse mesmo ano, a Cidade Velha foi declarada Património Nacional, através do decreto n.º 121/90 e, logo em 1991, é proposta a sua candidatura a Património da Humanidade sem preencher os requisitos mínimos;

recentemente, tivemos a candidatura de um bem a Património Imaterial da Humanidade, mas que ainda não é reconhecido como Património Nacional. Nunca foi formulada uma política clara do que havia de ser feito neste domínio. Já relativamente ao Património Natural, no que respeita às áreas protegidas, há um melhor enquadramento, visto todas elas disporem de planos e gabinetes de gestão.

Centremo-nos agora no Plano de Gestão 2008-2012, qual foi o seu grau de execução?

Este documento foi elaborado, supervisionado, implementado e avaliado pelo então IIPC, não só para a efetiva gestão da Cidade Velha, mas para responder a uma exigência da UNESCO. À época, não tínhamos muita experiência de como deveria ser feita a monitorização de um Sítio classificado, e por isso este Plano de Gestão cingiu-se a quatro eixos satisfatoriamente cumpridos: a conservação dos valores arquitetónicos, a melhoria das condições de vida da sua população, a valorização do Património Imaterial, e o reforço da gestão e da valorização.

E o que falhou?

Principalmente, no que respeita à valorização do Património Imaterial, praticamente não se fez nada, a não ser uma ação de formação para o resgate da Cimboa, com o objetivo de ensinar as pessoas a produzir e a utilizar este instrumento. O inventário do Património Imaterial de base comunitária financiado pela UNESCO com o apoio do projeto “Cultura como fator de inserção social e económica no concelho da Ribeira Grande de Santiago”, somente foi concluído em 2015. Mas agora falta fazer a sua catalogação, clarificação e definição do que se vai fazer com esse legado.

De igual modo, não existiu uma clara definição de materializar o que estava definido no Plano de Gestão. Até 2012, estava previsto recuperar um certo número de casas, melhorar o estado de conservação dos edifícios e formar jovens em distintas áreas – Empreendedorismo, Património Cultural e Turismo – o que não foi conseguido satisfatoriamente.

E a proficiência do funcionamento do Comité de Gestão e da Curadoria?

O Comité de Gestão não funcionou bem, muito por culpa das diferenças político-ideológicas entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e o Ministério da Cultura. A Curadoria funcionou melhor, e foi mais bem aceite pela Edilidade, porque

muitos dos seus colaboradores têm ligações familiares com este lugar. Mas existiram também zonas de conflito: onde acabam as atribuições da Curadoria e começam as da Câmara Municipal? Será a Curadoria uma extensão do Ministério da Cultura enquanto instituição política, ou do IPC enquanto instituição técnica? Entre outras, estas eram questões permanentemente levantadas. A situação sempre foi muito confusa. A Curadoria foi criada para representar o Ministério da Cultura e não se sabia qual era realmente o papel do IPC.

Atualmente, o Gabinete de Gestão da Cidade Velha responde diretamente ao presidente do IPC e não, como anteriormente à Direção dos Monumentos e Sítios, colocando-se assim cobro a algumas indefinições resultantes de não se saber a quem deveria a Curadoria reportar-se. Desta forma, simplificamos o processo.

Por que razão a comunidade não está representada nesse Gabinete de Gestão?

Por muito que se queira, é difícil inseri-la, pois as pessoas que ficam de fora dessa escolha não se reveem naquelas que as representam. Como é que legitimam tal cidadão para me representar? A resposta é subjetiva. E não nos podemos esquecer de que aqui na Cidade Velha, se vive a política como em nenhuma outra localidade de Cabo Verde.

Atendendo ao facto de ao início da execução desse mesmo Plano de Gestão existirem algumas dissonâncias entre o Poder Central e o Poder Local, no atual documento, está salvaguardada essa possível descoordenação e estão dispostas e delineadas as respetivas competências?

No atual figurino de gestão, sob a alçada direta do IPC, o representante legal do MCIC, tecnicamente todas as orientações são emanadas de dentro deste organismo. Mas a Câmara Municipal também tem as suas atribuições, nomeadamente, no domínio da Cultura (definidos no Art.º 36.º do Estatuto dos Municípios).

No meu entendimento, é fundamental essas duas instituições cheguem a um acordo. Esse passo já foi dado, no passado dia 18 de outubro, no âmbito das comemorações da Dia Nacional da Cultura, com a assinatura de um memorando que clarifica, apesar de existirem responsabilidades conjuntas, quais as competências de cada uma delas, particularmente no que diz respeito à gestão do Sítio. Este, que pelo facto de estar inserido num território administrado por um município, leva à necessidade de uma articulação

bastante apurada entre o Poder Central e o Poder Local. A sua validade é de quatro anos, com a possibilidade de ser automaticamente renovado, mas pode ser suspenso se, suponhamos, for eleito um novo autarca que não pretenda continuar com esta parceria. Agora só falta o documento ser homologado pelo MCIC, o que está para breve, para começarmos a trabalhar. Estamos convictos de que daqui para a frente tudo será diferente, para melhor.

Não obstante o hiato de tempo entre o fim do primeiro Plano de Gestão e a aplicabilidade do próximo, quais as ações desenvolvidas ao longo destes anos, tendentes a suprir essa lacuna?

Durante estes seis anos, mesmo sem um Plano de Gestão, conseguimos fazer a gestão da Cidade Velha e com resultados visíveis. Foi neste tempo que se iniciou a “Norma Urbanística”, que está por aprovar pela Câmara Municipal e que será homologada pelo Ministro do Ordenamento do Território; promovemos ações de sensibilização junto da comunidade; divulgámos o Sítio, por exemplo, nas universidades; e realizámos projetos de melhoria da qualidade de vida dos residentes, através da reabilitação da cobertura das suas casas em praticamente todos os bairros e na Rua da Banana. Por seu lado, a Câmara Municipal fez também várias ações: obras de requalificação em espaços públicos e privados; e a inauguração de infraestruturas culturais e lúdicas, entre outras. Mas agora, queremos que todas as ações previstas pelas mais diversas entidades estejam explicitadas num documento orientador conjunto.

Quais os objetivos subjacentes no Plano de Gestão 2018-2022?

O reforço da gestão e valorização do Sítio, transversal a todos os outros eixos; a gestão urbana: regulamentação, normas e inventário para uma melhor administração do Património Arquitetónico e Arqueológico; o envolvimento e participação da população: a melhoria das suas condições de vida e a promoção de outras atividades que possam ter impacto no seu quotidiano (empreendedorismo social, iniciativas para a promoção da igualdade de género (empreendedorismo cultural, programas de boas práticas e incentivo à valorização patrimonial); valorização do Património Imaterial (já temos inventário e um catálogo quase a ser publicado, mas vamos dentro deste, Plano de Gestão, decidir o que é necessário fazer para valorizar e evidenciar esse Património na Cidade Velha, que não foi feito anteriormente); turismo e desenvolvimento local, , sendo este segmento essencial

para a Cidade Velha, queremos definir como vamos aproveitar todo o potencial patrimonial existente, para promover um desenvolvimento harmonioso, por via de uma oferta turística qualificada.

Tomaram com arquétipo Planos de Gestão implementados noutros sítios Património da Humanidade?

Em termos de definição dos eixos estruturantes, os Planos de Gestão de Évora, de Lagos e do Porto. Nesta última cidade fez-se um interessante projeto de articulação entre gestão/requalificação urbana e turismo, suscetível, dentro das aproximações possíveis, de ser replicada ao nosso contexto específico, embora saibamos que são patrimónios de categorias distintas.

Mas será essencial analisar outras realidades mais próximas à nossa, e daí extrairmos o que se adequa ao nosso caso, como por exemplo, em Gorée, Cartagena e Santo Domingo. Não vamos inventar nada. Queremos este Sítio enquadrado dentro de um programa de desenvolvimento do Município da Ribeira Grande de Santiago e da Ilha de Santiago.

As instituições ligadas ao Ambiente, Habitação e Turismo podem e devem dar o seu contributo para tornar este Plano de Gestão 2018-2022 ainda mais efetivo, não só na sua elaboração, mas também na sua execução. De que forma?

Participando na sua elaboração e comprometendo-se na sua implementação. No primeiro encontro que fizemos sobre este documento, procurámos partilhar a corresponsabilização entre todos os intervenientes envolvidos (Ambiente, Cultura, Habitação, Turismo) na gestão e na melhoria da Cidade Velha enquanto Património Mundial, daí o seu caráter inovador.

Neste sentido, a corresponsabilização na gestão deste Sítio continua a ser uma das âncoras deste documento. Em que consiste esta assunção de dever e quais os atores convocados para a sua validação?

Todos, dentro desse sentido de corresponsabilização, quer para o elaborar, quer para o executar: a comunidade, a principal beneficiária do Plano de Gestão, a Câmara Municipal, a Polícia Nacional (através do comando local), as ONG, a Igreja, o Ministério do Ambiente; o MCIC ou o Ministério do Turismo.

Um bom exemplo desta responsabilização relaciona-se com a urgência de definir quais os usos a dar aos edifícios históricos. Temos, entre outros, a situação da Sé Catedral, que deve ser assimilada pela população como um espaço de culto, e não para as crianças estarem a jogar à bola ou para os mais jovens estarem aí a beber cerveja. Neste caso, a Diocese de Santiago e o IPC são os responsáveis pela sua gestão, em virtude de ser um Monumento Classificado. Quando falo da Sé poderia mencionar outros templos religiosos que neste momento não têm qualquer tipo de função religiosa, como o Convento de São Francisco. É premente o contributo da Igreja, que pode passar pela revitalização do Património Construído sob sua alçada. Por que não promover cerimónias litúrgicas ou aulas de catequese na Sé Catedral, na Misericórdia ou na Capela de São Roque? Se essa sensibilização fosse feita junto da população, estaríamos a contribuir para a sua consciencialização no que respeita ao uso indevido desses locais.

Há pouco tempo aventou-se a possibilidade de ser concebido um Plano Operacional de Turismo e de ser constituído um Serviço Autónomo de Turismo. Quais os benefícios advenientes da sua execução?

Aquando da elaboração do “Estudo – Impactos do Turismo na Cidade Velha, Património Mundial”, desenvolvido entre 2013 e 2014, uma das recomendações era o de produzir um Plano Operacional de Turismo para definir quais as ações e horizontes a serem implementados. Todavia, e apesar da importância da sua execução, não teve continuidade.

O Serviço Autónomo de Turismo foi criado em 2015, dentro da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, com o claro objetivo de o incluir na gestão do circuito turístico da Cidade Velha. Apesar de ter tido a aprovação pela Assembleia Municipal, ainda não foi homologado pelo Ministério da Habitação, Infraestruturas e Ordenamento do Território. Atualmente, em razão de não haver uma maior convergência entre a Edilidade e o Poder Central, intentar-se-á novamente avançar com esse propósito, esperando-se, com a sua execução, melhorar qualidade da oferta turística e canalizar os lucros financeiros oriundos do circuito, quer para o Património, quer para a população.

O Plano Operacional do Turismo e o Serviço Autónomo do Turismo seriam complementares, mas obviamente com funções e objetivos distintos. Enquanto ao primeiro caberia o planeamento, ao segundo, a execução do emanado anteriormente.

Após 2022, e com o intuito de não se ficar, como no passado, tanto tempo sem um Plano de Gestão, já está delineada uma data para se iniciar a elaboração de um próximo documento?

Ainda não pensamos nisso. Mas queremos fazê-lo o mais rapidamente possível, para não incorreremos no erro de ficarmos novamente sem um Plano de Gestão. Para tal, este próximo documento terá de estar apetrechado de um mecanismo, não só de seguimento e de avaliação, mas também, para a sua constante atualização. Se assim for, em 2022 já teremos, com certa antecedência, elaborado o Plano de Gestão correspondente ao período seguinte.

Futuramente poderemos pensar para este Sítio Patrimonial um contexto económico sustentado no Turismo Cultural?

Sem dúvida, e será benéfico para todos. Por essa razão decidimos incluir esse eixo neste Plano de Gestão. Anualmente, deslocam-se à ilha de Santiago cerca de 68.000 turistas, e 50.000 visitam a Cidade Velha. Este Sítio deve ser visto como um polo catalisador do Turismo Cultural, daí resultando proventos económicos e a criação de novos postos de trabalho. É importante aumentarmos o número de turistas e diminuirmos o número de visitantes [a maior parte das pessoas que se deslocam à Cidade Velha fica aí somente umas horas, regressando depois à Praia]. Desta forma, poderemos incrementar a ocupação hoteleira, que neste momento é apenas de 10%.

Para esse desígnio está contemplada a questão da capacidade de carga?

Essa questão ainda não se coloca na Cidade Velha, em virtude de esses 50.000 turistas estarem bem distribuídos ao longo do ano, com exceção da época alta dos cruzeiros. Nesse momento, este pequeno Sítio Histórico pode receber num dia cerca de 1000 turistas. Mas se formos capazes de planear, melhorar a oferta e posicionar a Cidade Velha enquanto principal atrativo turístico-cultural da Ilha de Santiago, a tendência é aumentar o número de visitantes e a sua permanência no local. Todavia, sabemos que isso vai gerar grande pressão sobre os espaços e na própria comunidade. No Plano de Gestão poderemos dar algumas diretrizes sobre essa questão, embora a mesma ainda não se levante.

E a nível de infraestruturas hoteleiras, onde construir as novas unidades? Poderão descaracterizar o Sítio?

Sim, se estiverem dentro da área protegida, caso contrário, não terão nenhum impacto sobre a área classificada. Mas não queremos grandes *resorts*. Atualmente temos cento e vinte camas distribuídas por dozes unidades de alojamento. Pode ainda pensar-se cada vez mais na modalidade de alojamento local, desde que devidamente identificadas e certificadas pelas entidades competentes. Mas essa ideia só é possível se o projeto da “Cidade Nova” for por diante, pois haverá mais área disponível para este tipo de infraestruturas.

Existe algum dossiê relativo a estudos de públicos para a Cidade Velha?

Sim, no “Estudo – do Impactos do Turismo na Cidade Velha, Património Mundial” temos toda essa informação, permitindo-nos ter um perfil dos nossos públicos e saber das suas necessidades. Dos 50.000 turistas, 40 % são nacionais, jovens entre os 18 e 30 anos e, gastam em média, 20€ por dia; e 60% estrangeiros, entre 34 e 54 anos, e gastam, em média, 40€ por dia. Em ambos os segmentos são pessoas com nível de escolaridade superior. As motivações da visita são diferentes. Enquanto a maioria dos nacionais a faz por lazer, os estrangeiros é pela Cultura e pelo Património. A afluência de nacionais é maior em março, e de junho a agosto, enquanto a de estrangeiros é maior entre fevereiro e abril, e de outubro a dezembro.

Esta questão de pensar o Sítio num contexto económico sustentado no Turismo Cultural, passará também pelo incremento da Economia Criativa?

Dentro deste Plano de Gestão, o MCIC, promotor deste projeto e deste conceito, através da Direção Nacional das Artes, emana as diretrizes que potenciarão o desenvolvimento deste segmento no âmbito do Artesanato, valorização do Património Imaterial e do saber-fazer local.

Para finalizar, e parafraseando-a, estamos perto da Cidade Velha que sonhamos e que a população almeja?

Não estamos assim tão perto porque os desafios são muitos, mas estamos a caminhar no sentido de alcançar esse objetivo. Espero que em 2022 possamos fazer uma avaliação muito positiva daquilo que é a Cidade Velha, sobretudo no que toca à melhoria das

condições de vida da população residente. Não gostaria que nesse momento as pessoas continuassem a viver com alguma fragilidade e em condições menos apropriadas. Portanto, o caminho é longo, mas com passos assertivos penso que chegaremos lá.

Anexo 5 Entrevista a Jaylson Monteiro

Direção de Monumentos e Sítios (8 de abril de 2019)

Cabo Verde tem vários Sítios Patrimoniais inscritos na Lista Indicativa a Património da Humanidade. Esta proposta de intenção não é demasiadamente ambiciosa, atendendo ao facto de o único Sítio classificado no arquipélago ser constantemente objeto de análise e recomendações por parte da UNESCO?

Não, porque é apenas uma lista indicativa para a médio/longo prazo elaborarmos os dossiês de candidatura desses sítios. Entre estes, o Campo de Concentração do Tarrafal é a nossa prioridade. Temos vindo a desenvolver algumas atividades para dar início a esse processo, e pensamos ser possível fazê-lo em breve, pois consideramos que esse testemunho ter todas as possibilidades de vir a ser classificado pela UNESCO.

Para além da classificação como Património Nacional de Cabo Verde, a jusante dessa ação, que mecanismos existem para prover a efetiva salvaguarda desse bem?

Trabalhamos em articulação com os municípios para conseguirmos dar continuidade a esse nosso propósito. Na maioria delas, o Plano Diretor Municipal dispõe de mecanismos/regulamentos de controlo para essa salvaguarda. Recentemente decidimos atualizar a Lei do Património Cultural [102/III/90]. Estamos a dialogar [IPC] com as câmaras municipais no sentido de as sensibilizar para os procedimentos a adotar em sítios classificados ou em lugares com valores patrimoniais. Enviámos a todas elas uma nota explicativa daquilo que pretendemos com essa nova legislação.

Com a extinção das Curadorias nos Sítios Patrimoniais, de que forma é agora feita a sua gestão, nomeadamente na Ribeira Grande de Santiago?

Com a extinção das Curadorias atribuímos maior autonomia e responsabilização às câmaras municipais. Esta iniciativa tem sido profícua e bem aceite por elas. Relativamente à Ribeira Grande de Santiago, para suprir essa lacuna foi criado o Gabinete de Gestão da Cidade Velha, com as mesmas valências e competências da Curadoria.

A Direção de Monumentos e Sítios tem competências de embargo administrativo de quaisquer obras ou trabalhos não autorizados ou que estejam em desconformidade com a lei sobre o Património Cultural. Esses mecanismos estão a ser aplicados na Ribeira Grande de Santiago?

Apesar de alguma resistência por parte da população, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago tem suspenso muitas obras que não estão conforme o estabelecido por lei. O IPC tem esse poder de embargo, mas regra geral são os municípios que o fazem. Em conjunto com a Polícia Nacional estamos a tentar demover os infratores no sentido de os alertar para o tipo de irregularidade cometida, e só em último caso demolimos o que foi feito ilegalmente. Se o Plano Diretor Municipal estivesse aprovado, tal como acontece noutros municípios, poder-se-ia atuar conforme o aí determinado. Os pareceres do IPC têm ajudado a Edilidade Local a impor algumas limitações nas regras de construção da Cidade Velha.

De que forma é feita a colaboração com os municípios, associações e particulares em assuntos relacionados com a preservação/valorização dos sítios e seus monumentos?

Informámos por escrito todas as câmaras municipais de que todas as obras executadas em sítios classificados ou em lugares com valor patrimonial devem ter a apreciação do IPC. Já nos reunimos com algumas delas no sentido de lhes explicar de que modo atuamos. Por outro lado, temos estabelecido contactos com as Dioceses de Santiago e do Mindelo com o objetivo de as sensibilizar acerca deste tema, solicitando a sua colaboração para a elaboração do inventário dos bens religiosos. O IPC também emite a sua opinião sobre todas as obras financiadas pelo Fundo de Turismo.

Futuramente, o Gabinete de Educação Patrimonial terá um papel importante junto da população no que respeita a questões relacionadas com a sensibilização e preservação patrimonial, libertando a Direção Geral de Monumentos e Sítios dessa tarefa, passando esta a dedicar-se, única e exclusivamente, às questões técnicas.

Entre as competências consignadas à Direção de Monumentos e Sítios está a elaboração de um inventário funcional para o seu Património Cultural (Material e Imaterial). Para quando a sua efetiva concretização?

Estamos a trabalhar nesse Plano Operacional e já temos o orçamento. Compactámos todos os dados que possuímos relativamente aos vinte e dois municípios de Cabo Verde. Em 2017, assinámos um Protocolo com Instituto Nacional da Gestão do Território, que irá fazer a georreferenciação desse Património e colocá-la numa base de dados. Prevemos incluir o Instituto Nacional de Estatística neste processo, com o intuito de se aferir de que forma estes bens, através do Turismo, contribuem para o PIB de Cabo Verde. Estamos certos de que se o conseguirmos fazer, será possível atribuir uma maior verba ao MCIC nos próximos Orçamentos do Estado.

Queremos elaborar um cadastro o mais amplo possível para que se possa ter um conhecimento mais pormenorizado de cada peça. Já temos uma ficha modelo, mas estamos, conjuntamente com o Instituto Nacional da Gestão do Território, a averiguar quais os campos que podem ser introduzidos. Apesar de esta ação ser para todas as categorias de Património Cultural, vai incidir mais sobre o Material, embora esse procedimento já tenha sido aplicado à Morna.

Como estão a decorrer as prospeções arqueológicas – terrestre e subaquática – na Ribeira Grande de Santiago?

Em 2015, a Universidade de Cambridge, aquando das escavações na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, desenvolveu um estudo direcionado para a Arqueologia Ambiental, com o intuito de se saber como a atividade do Homem influenciou a vida natural em toda a área envolvente da Cidade Velha.

Relativamente à Arqueologia Subaquática, em 2018, no âmbito do projeto MARGULLAR e do Projeto CONCHA, iniciámos atividades de sondagem no fundo do oceano. Já realizámos algumas investigações na Cidade Velha, onde já se fez o mapeamento desses testemunhos, na Praia, e mais pontualmente nas restantes ilhas. Pretendemos proceder à inventariação desse legado e criar uma base de dados georreferenciado dos naufrágios conhecidos.

Relativamente aos testemunhos subaquáticos, a sua conservação e salvaguarda está a ser devidamente acautelada?

Sim, temos feito isso, e em breve faremos a mudança do Museu de Arqueologia para um edifício localizado no Plateau, com o objetivo de dar melhores condições de acondicionamento a esses objetos. A este respeito deve ser realçado o trabalho feito pelo Carlos Lima na conservação, manutenção e estabilização desse legado, apesar de o espaço onde atualmente está acondicionado [Museu de Arqueologia], ser de reduzidas dimensões.

Que medidas que estão a ser tomadas relativamente à delapidação do Património Subaquático?

Estamos a colaborar com a Polícia Judiciária, com a Polícia Marítima e com a Guarda Costeira para combater este problema. O Projeto CONCHA dará também atenção a este tema.

E que outros desígnios existem que considere pertinente anunciar?

Em parceria com a Autoridade Marítima Portuária estamos a proceder à reabilitação de vinte e dois faróis, cinco deles, de grande valor patrimonial.

A nível da gestão, quais as iniciativas futuras ou em concretização?

Centrar-nos-emos em três ferramentas essenciais: **1)** o inventário do Património Móvel, Imóvel e Subaquático; **2)** o Plano de Salvaguarda do Património, onde estarão explicitadas as diretrizes a seguir, principalmente no que se refere às normas de construção nos centros urbanos e nos monumentos, assim como a critérios e tipos de intervenção; **3)** e a substituição Lei de Base do Património Cultural por um Regime Jurídico capaz de preencher as lacunas patentes naquele diploma legal.

Em que contexto que se insere o PRRA? Quais os testemunhos a incluir nesta ação?

No que à área de atuação da direção de Monumentos e Sítios respeita, incide na regeneração de alguns centros históricos e na reabilitação/restauro do Património Histórico, Cultural e Religioso. Temos sinalizados edifícios de várias tipologias, dispersos por todas as ilhas e em quase todos os concelhos. O critério para a sua seleção

relaciona-se com a importância desse bem, o seu valor histórico e o seu estado de conservação.

Espera que o Plano de Gestão possa suprir as lacunas do seu antecessor?

É esse o objetivo, mas somente aquando da sua implementação é que será possível ver se o atingimos.

Em 2018, foi publicado o manual ilustrado relativo às Normas Urbanísticas para a Ribeira Grande de Santiago. Em que ponto está a sua aplicação?

Recentemente começamos a socialização desse documento junto de diversas entidades e da comunidade. Temo-lo utilizado como texto orientador na formulação de pareceres e na análise de projetos. O Código de Postura Municipal também contribuirá para disciplinar urbanisticamente o Sítio.

Em dezembro de 2018, iniciaram-se as obras de requalificação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Esta ação será um ato isolado ou insere-se num plano mais amplo de valorização e recuperação dos monumentos da Ribeira Grande de Santiago?

Esta intervenção insere-se num plano geral devidamente coordenado para que seja possível proceder-se à reabilitação e valorização patrimonial da Cidade Velha. As obras na Igreja de Nossa Senhora do Rosário foram financiadas pelo Fundo de Turismo. Pretendemos transformar o Sítio numa referência do Turismo Cultural e Religioso e, nesse sentido, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário terá um papel de relevo. Não esquecer que este é o único local condigno para as celebrações religiosas. Tivemos de esventrar todo o templo e retirámos para o Museu de Arqueologia os fragmentos das lapides tumulares. A capela lateral, que estava entaipada, foi outra importante descoberta.

Quais os próximos testemunhos a intervencionar?

Dentro do PRRA existe um projeto para a reabilitação do Centro Histórico da Cidade Velha. Nas ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição temos estado a fazer trabalho de consolidação dos muros e já há uma ideia para a musealização desse espaço. Em relação à sinalética ainda nada está definido do que se vai fazer. Para já vamos acrescentar placas nos monumentos que não têm identificação e informação.

Mas a este respeito, nem tudo tem corrido pelo melhor. Recorde-se, por exemplo, o contrato de concessão à PROIMTUR. O que está a ser feito para corrigir essa situação?

Há pouco tempo foi feita uma adenda ao contrato, tendo ficado a Câmara Municipal com a gestão da Pousada de São Pedro, mas a PROIMTUR continua a não cumprir com o estipulado. Resta esperar pelo fim do contrato para se tomar uma decisão.

Anexo 6 Entrevista a Charles Akibodé

Historiador/Consultor Científico da UNESCO (6 de abril de 2016)

Desde o início esteve ligado ao processo de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade. O que vos impulsionou a apresentá-la?

Ao longo do tempo tive a felicidade de trabalhar noutros Lugares de Memória, como a Ilha de Gorée, que me ajudaram a perceber melhor a importância da Cidade Velha e a sua interligação com alguns desses espaços do continente africano. Na Universidade tive também uma nova formatação da História África. Quando concluí os meus estudos, na década de 1990, comecei a trabalhar no INAC, com o Dr. Mário Fonseca e, desde então, pensou-se na possibilidade de classificar a Cidade Velha como Património da Humanidade. Todavia, esta nossa primeira tentativa não foi aceite pela UNESCO. Mas essa renúncia deu-nos ainda mais vontade de reparar os aspetos considerados como menos positivos.

No final dessa década incluímo-la na lista indicativa a Património da Humanidade e, como se depreende, foi um processo bastante moroso, somente concluído em 2009. Nesse momento, depois de analisadas as debilidades anteriormente apreciadas, delineámos novas estratégias e considerámos a leitura do espaço fundamental. Só assim será possível inferir o seu Valor Universal Excepcional, neste caso, definido a partir da sua História e da análise espacial, alocada a três tipos de arquitetura: civil, primeira urbe construída pelos europeus a sul do Trópico de Câncer; militar, em razão da sua importância estratégica e das suas estruturas defensivas; e religiosa, por via do grande número de templos católicos, de maior ou menor dimensão, existentes. Sem esta organização geoespacial e histórica não podemos ter uma visão plena e global deste Sítio Histórico. A partir daí podemos entender a razão da sua classificação e do seu Valor Universal Excepcional

Defende que deixar sair a população da Cidade Velha para ocuparem as zonas de expansão é um erro. Porquê?

Mais do que um erro, é um crime, porque desde a descoberta de Cabo Verde esse território foi continuamente habitado. E como sou mais humanista do que economista defendo esta posição. As pessoas são a alma dos lugares, no caso da Cidade Velha, para além do ruído mágico do mar, existem outros predicados, de cariz mais humanizado – a música, o ritmo do trabalho, as vozes das crianças –, que lhe conferem uma aura especial e que são a

essência do Espírito do Lugar. E por que razão tirar esse predicado a esta urbe secular e prostituir esse Espírito do Lugar em detrimento do turismo? No meu entendimento, essa é uma violação do direito fundamental do ser-humano. Por isso sou contra a massificação turística e os ambientes encenados. Felizmente, na Cidade Velha, não é necessário qualquer tipo de teatralização para assimilarmos a sua essência.

Então, qual a sua posição relativamente à “Cidade Nova”?

Não estou totalmente contra a sua edificação, embora dependente de um critério coerente. Não devemos retirar massivamente as pessoas deste Lugar de Memória. Quando elaborámos a proposta de inscrição, a Cidade Velha tinha 642 habitantes e, atualmente, só a população recenseada ronda as 2000 [2016]. No meu entendimento, essa questão não ser prioritária. Porém, concebo a libertação do espaço para melhorar as infraestruturas, nomeadamente as escolas e o centro de saúde. Outra situação a controlar está relacionada com a especulação imobiliária ocorrida após a sua classificação, que pode contribuir para esse afastamento da população do seu Centro Histórico.

Sente a população verdadeiramente envolvida neste projeto?

Nas décadas de 1990 e 2000, todos os vídeos sobre o Sítio Histórico foram feitos com a população local, e fizemo-lo conscientemente. Depois da elaboração do dossiê de candidatura, o Plano de Gestão (2008-2012) foi executado com a participação da população, daí o seu carácter participativo e inclusivo, congregando distintos atores – Poder Central, Poder Local e associações de moradores – num mesmo objetivo. E é isso que se tem tentado fazer ao longo dos anos.

A conservação patrimonial e o interesse de quem aí vive são perfeitamente compatíveis. Para tal, basta elucidar os residentes das intervenções a realizar. Se assim for, se houver esta harmonia entre decisores e habitantes locais, tudo se torna mais fácil. Quando estes se sentem verdadeiramente envolvidos nos processos decisórios, participam voluntariamente nessas ações de valorização patrimonial.

Considera a Ribeira Grande de Santiago como um espaço de densificações arquitetónicas. Quer concretizar?

Efetivamente existe esse olhar de densificação arquitetónica histórica, e quando observamos mapas elaborados anteriormente isso é bem patente. Se não conhecermos a sua História, é difícil percebermos o que foi essa urbe. Estou convencido de que muito ainda há por descobrir no seu subsolo. Ao que parece, no século XIX, os Estados Unidos da América e a Inglaterra detinham aí dois edifícios, considerados suas embaixadas na Cidade Velha. Esses são dois de muitos exemplos dessa densificação arquitetónica, hoje invisível.

Mediante o exposto considera que se a Cidade Velha tivesse provido a devida salvaguarda desses testemunhos, poderia rivalizar com outros Sítios Históricos, no que respeita à magnitude patrimonial?

Pessoalmente defendo que a questão da densificação das construções arquitetónicas não é o mais importante. O que devemos fazer é analisar o espaço. O interesse da Cidade Velha está muito para além do seu Património Edificado, vale acima de tudo pelo seu Património Imaterial.

Como combater a ideia de que na Cidade Velha não existe nada para ver?

Está tudo relacionado com a forma de ver, ler e educar o olhar sobre esse espaço, e de como o podemos transformar não de forma física, mas mental e imaterial. As crianças têm um relacionamento e perceção do espaço que escapa aos adultos e isso é notório quando fazemos visitas à Cidade Velha. Os primeiros são muito mais recetivos à captação da informação, enquanto os segundos são mais resistentes e não raras vezes refutam evidências históricas.

Outra questão fundamental prende-se com o turismo, na medida em que não estamos a assumir a Cidade Velha como Património Mundial. Uma das condições preceituadas pela UNESCO tem a ver com a necessidade de o Sítio dispor de pessoas habilitadas para orientarem os circuitos de visita, mas em Cabo Verde, não existe ninguém devidamente habilitado para essa função.

Por outro lado, o Dever de Memória relaciona-se com a questão pedagógica, de conhecer a nossa História, vista sob uma perspectiva da vitória e do sucesso, e não de acontecimentos traumatizantes que estão muito relacionados com a escravatura.

É frequentemente veiculado o interesse em constituir-se na Cidade Velha um museu de Arte Sacra e o outro da Escravatura. Com que rigor museológico e museográfico pensa ser possível executar esses projetos?

Temos de ter uma mente aberta e discutir de uma forma descomplexada ambas as situações. Relativamente à primeira tipologia, e atendendo ao passado religioso da Cidade Velha, essa é sem dúvida uma excelente iniciativa. Penso que em Cabo Verde é perfeitamente viável criar um Museu de Arte Sacra, não como um depósito do espólio da Igreja, mas como um espaço expositivo e didático. Nesse sentido, o diálogo com as autoridades eclesiásticas será fundamental para se atingir esse propósito.

O Museu da Escravatura é uma ideia totalmente diferente, em razão de Cabo Verde ter sido um importante entreposto de escravos. Atualmente, um pouco por todo o mundo, existem vários museus com esta tipologia, e podemos constituir aqui um equipamento lúdico-pedagógico bastante interessante, mostrando às crianças o que verdadeiramente foi este triste fenómeno da História da Humanidade. Anteriormente, algum trabalho já foi feito pelos nossos técnicos, mas infelizmente não teve seguimento, mas espero ver este projeto avançar.

Podemos pensar noutros museus como o do Património Imaterial, que disponibilizaria aos visitantes um restaurante com comida tipicamente cabo-verdiana. Nesse local, enquanto estivéssemos a comer, poderíamos ouvir música de Cabo Verde, tendo ao mesmo tempo a possibilidade de fruir duas formas de vivência imaterial. Seria um museu dinâmico, capaz de dar a conhecer o nosso valor Universal Excepcional e reativar a memória.

Quando estive na Martinica, vi filas enormes de pessoas para entrar nos museus. No nosso país esse cenário é quase impensável, mas tenho esperança de que tal venha a acontecer. Quando elaborámos o dossiê de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade, prevíamos que os museus fossem espaços inclusivos, onde quem aí fosse se sentisse em casa.

Futuramente, poderemos preconizar para este Sítio Histórico um contexto económico sustentado no Turismo Cultural?

Sim, mas mediante a existência de instrumentos passíveis de validar qualitativamente esse domínio, sustentado na a capacitação de recursos humanos. Paris recebe 20.000.000 de turistas por ano. Não sendo possível comparar essa megametrópole com Cabo Verde, podemos construir e solidificar a nossa realidade. No meu entendimento, devemos trabalhar os turistas nacionais, porque muitos deles não conhecem verdadeiramente a Cidade Velha. Internacionalmente, Cabo Verde, aproveitando as celebrações da década dos afrodescendentes – 2014-2024 –, podia receber alguns eventos organizados nesse âmbito. Temos de ter a consciência de que não dispomos de capacidade de carga para albergar tantos turistas, mas se formos os anfitriões de alguma dessas iniciativas, é necessário criar condições para os acolher. Por outro lado, é expectável que consigamos desenvolver e transformar as ilhas a partir do Turismo Cultural.

Neste âmbito, foi preconizado o projeto "Portão do Regresso". Em que consiste? Qual o papel a desempenhar pelos afroamericanos nesse desígnio?

Este não é um regresso material, mas imaterial e não exclusivamente do cabo-verdiano, mas da Humanidade e dos africanos dispersos um pouco por todo o mundo, cujas raízes estão aqui. Todavia, podemos distender este “Portão do Regresso” aos europeus, pois é fundamental saberem que a Cidade Velha foi um dos primeiros laboratórios de aclimação de espécies animais e vegetais que foram introduzidas nesse continente. O “Portão do Regresso” é o reencontro das memórias passadas, que foram celebradas ao longo dos séculos. Por quê razão os cabo-verdianos dançam o batuque desta forma? Qual a proveniência da morna? De onde vem a cachupa e qual a sua relação coma feijoada brasileira? Estas são manifestações onde podemos fazer a aplicação deste conceito.

Futuramente, será uma quimera falar-se na constituição de uma liga de Sítios Históricos declarados Património da Humanidade relacionados com a escravatura?

Essas ligações já foram feitas no âmbito da “Rota Internacional dos Escravos” e no contexto da “Década Internacional dos Afrodescendentes”. O desafio passa por compreender como essas manifestações culturais foram mantidas vivas por mais de cinco séculos, só possível, graças ao empenho das pessoas na transmissão desses testemunhos imateriais.

Fala insistentemente na necessidade de formar pessoas avalizadas para transmitir o Dever de Memória. Quer concretizar a ideia?

Inserir-se na questão do Turismo Cultural. Já foram assinados protocolos com a Universidade de Cabo Verde e com a Universidade Jean Piaget, mas considero que a Escola de Hotelaria e Turismo não está a ser devidamente aproveitada. Se trabalharmos de forma articulada, conseguiremos formar jovens com habilitação suficiente para exercerem essa capacidade de comunicar o Dever de Memória. Podemos igualmente abordar este tema sob o prisma do Turismo Sustentável, e disponibilizar às pessoas meios para produzirem o que é genuinamente cabo-verdiano, com uma dupla vantagem: promovemos a produção autóctone e combatermos o desemprego.

O que fazer para tornar a Cidade Velha num verdadeiro destino do Turismo Cultural?

É preciso facultar informação aos visitantes para que possam entender o Sítio, o que não acontece atualmente. A falta de sinalética e a inexistência de pessoas habilitadas para acompanhar os visitantes são duas evidências dessa lacuna. Enquanto não pensarmos nestas e noutras situações, não teremos turismo cultural na verdadeira acepção da palavra. Se funciona noutros locais, por que não aqui? No Senegal, o dinheiro proveniente das receitas do turismo dá para pagar às pessoas que trabalham no setor do turismo. Os desafios são muitos, e prioritariamente deverão passar por captar os afrodescendentes como turistas culturais, já que anualmente a receita por eles gerada é bastante avultada. Esse é o caminho a seguir, haja vontade e capacitação humana para o incrementar e desenvolver em Cabo Verde e na Cidade Velha.

No seu entendimento, quais os desafios futuros para este Sítio Histórico, no que respeita à responsabilidade patrimonial?

Primeiramente, e isso está explicitado no Plano de Gestão [2008-2012], proteger melhor os vestígios arquitetónicos, porque quando eles desaparecem será difícil afirmar o seu valor histórico. Outra questão relevante está relacionada com a pressão demográfica e os interesses financeiros e imobiliários. Por isso, a promulgação de legislação neste domínio é fundamental. A investigação nos vários domínios patrimoniais deve prosseguir para conhecermos melhor o Sítio.

A gestão participativa e inclusiva é fundamental, mas neste momento é inexistente na Cidade Velha. Devemos melhorar as condições de vida da população. O Governo e a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago têm-no procurado fazer. Não faz sentido ter muitos turistas sem se pensar em benefícios para a população.

A concessão de microcrédito, alimentado a partir dos benefícios do turismo, não de forma avulsa, mas cirúrgica, e direcionada para melhorar as necessidades da oferta deste setor, deve ser pensada e colocada em prática. E posso dar dois exemplos de como pode ser aplicado: na “Cidade Velha Verde”, alicerçada nos passeios de bicicleta e nas caminhadas; e no Património Subaquático, ainda pouco explorado e difícil de salvar, apesar de parte da área marítima estar classificada pela UNESCO. O mar pode servir para as mais variadas atividades, como os passeios de barco para se contemplar ao largo a paisagem. Neste caso os pescadores transformar-se-iam em agentes turísticos e ganhariam dinheiro com essa atividade.

Entretanto, o Plano de Gestão 2008-2012 já caducou há muito tempo. Existe algum projeto para um novo documento?

É pertinente, mas pessoalmente tenho alguma dificuldade em responder a essa questão. O Presidente do IPC poderá dar-lhe essa resposta. O que eu sei é que todo o financiamento da UNESCO para criar um novo Plano Gestão foi desbloqueado em novembro 2012, mas este nunca foi feito. Consegui esse financiamento, mas a partir de dado momento, e como não fui mais interveniente direto no processo, não sei o que aconteceu. Por outro lado, devo realçar que o Plano de Gestão 2008-2012 foi feito sem o financiamento da UNESCO, sustentando-se no esforço dos técnicos que trabalharam afincadamente nesse texto.

Está em perigo o título de Património da Humanidade para a Cidade Velha?

Esse perigo efetivamente existe, mas penso que atualmente esse problema não se coloca. O que há é uma certa forma de chantagem emocional, em virtude de este ser o único Sítio, em Cabo Verde, declarado Património da Humanidade.

E existe potencial patrimonial para que Cabo Verde venha a ter mais Sítios ou Monumentos declarados Património da Humanidade?

Neste momento, somente o Campo de Concentração do Tarrafal.

E a nível do Património Imaterial?

Quanto à Morna tenho dúvidas, e será complicado conseguirmos classificá-la. No caso do Fado, esse processo foi bastante moroso, implicou anos de trabalho e o intercâmbio de saberes e competências entre várias instituições. Foi necessário criar um espaço (Museu do Fado) para tornar tangível esta manifestação da cultura imaterial genuinamente portuguesa. Relativamente à Morna seria necessário desenvolver uma investigação com uma amplitude temporal ainda não realizada, apoiada sobretudo na inventariação e no conhecimento profundo de como ela surgiu, daí as minhas dúvidas quanto à sua classificação. Para mim, seria muito mais fácil focar a nossa atenção para Tabanca, porque já foram feitos estudos mais pormenorizados sobre esta manifestação musical. A elaboração de um dossiê é bastante complexo e necessita de ser muito bem sustentado cientificamente e legalmente.

Denoto um tom crítico relativamente nesta sua última apreciação...

Não concordo com algumas decisões tomadas. Uma delas relaciona-se com a criação da Alta Curadoria para a Cidade Velha, que não estava contemplada no compromisso que o Governo estabeleceu com as organizações internacionais quando o Sítio foi classificado Património Mundial. No meu entendimento, a Curadoria é um apêndice, não representa nada, muito menos a comunidade.

Anexo 7 Entrevista a Nélida Rodrigues

Ex responsável do Departamento de Antropologia e Museus do INAC (23 de novembro de 2016)

No início da década de 1990, esteve envolvida na criação do Gabinete Museológico. Quais as motivações subjacentes à sua constituição?

Para contextualizar um pouco a situação, posso dizer que quando cheguei a Cabo Verde com a especialização em Antropologia e Museologia, os estudos no âmbito do património estavam muito voltados para a Cidade Velha, e o domínio museológico, como conceito mais macro, não estava a ter sido em conta. Fomos fazendo a pesquisa daquilo que existia e do que havia sido feito, e verificámos que se não agíssemos rapidamente, poderíamos perder essa informação. Entretanto, a ideia do Museu Nacional continuava no papel, ainda sem categoria bem definida. Se queríamos preservar alguma memória, e contar através dos objetos a História de Cabo Verde, teríamos de orientar a nossa ação nesse sentido. A minha equipa de investigação fez o levantamento do espólio existente nas várias ilhas, e constatámos da necessidade de se iniciar um processo de recolha desses objetos. Mas para tal deveríamos dispor de um Serviço que orientasse essa atividade e procedesse à inventariação e à conservação preventiva dos bens recolhidos, sustentado numa base científica. Nessa altura, não sabíamos ainda se havíamos de preparar uma mostra expositiva ou o tão almejado Museu Nacional. Começámos com uma pequena sala dentro desse edifício [Edifício INAC, na Fazenda], depois fomos para a Casa Padja, mas os problemas com a água das chuvas cedo se manifestaram. Então alugámos uma casa na Achadinha. O acervo era visitável, e éramos visitados principalmente por investigadores e escolas. Por fim, voltámos para o edifício do INAC, visto existirem algumas salas disponíveis, e aí funcionou o Gabinete Museológico.

Segundo depreendo das suas palavras, aquele era mais um espaço expositivo do que um museu na verdadeira aceção da palavra. Está correta a dedução?

Sim, inicialmente o Gabinete Museológico tinha como objetivo –a pesquisa, recolha, inventariação e divulgação através da mostra de objetos. A partir daí pensámos na montagem do museu, com a colaboração de colegas cubanos que estavam em Cabo Verde – um museólogo e uma arquiteta – e de alguns técnicos do nosso país. Começámos a recuperar o edifício do INAC, localizado no Plateau, e a organizar o conteúdo expositivo do museu.

Todavia, o Gabinete Museológico teve uma existência efémera, e o Museu Nacional nunca chegou a ser uma realidade...

Enquanto estive à frente do processo, não foi concretizado, mas posteriormente avançou embora fragmentado em várias categorias: Arqueologia e Etnográfico. O ministro da Cultura de então [António Jorge Delgado] tinha muita pressa para a sua inauguração, mas desde logo opus-me à ideia, pois não queríamos colocar somente os objetos nas vitrines. Tínhamos um conceito bem definido – Antropologia e Etnologia –, sustentado numa base eminentemente histórica, e não abrimos mão disso. A intenção sempre foi a constituição do Museu Nacional na Praia – permitia conhecer o Homem cabo-verdiano, enfocando as suas similitudes e diferenças existentes – e montar pequenos núcleos museológicos, como aconteceu na Brava, no Fogo, na Ribeira Grande de Santo Antão, em São Jorge dos Órgãos, em São Nicolau e em São Vicente. A nossa filosofia de trabalho contemplava a deslocação às ilhas. Colaborámos com as câmaras municipais e, em concertação com elas, formávamos uma pequena equipa local e iniciávamos o processo de montagem da exposição.

Então subentende-se que a tutela desses museus seria municipal e não nacional...

Não estava bem definido, mas em princípio seria. Essa a ideia de base, mas legalmente nada estava explicitado e nunca o conseguimos fazer.

À época pensou-se fazer do Gabinete Museológico o protótipo desse Museu Nacional. No seu entendimento, por que razão essa instituição não foi verdadeiramente concretizada?

Em termos concretos não sei dar resposta a esta questão, mas posso fazer constatações evidentes. A forma como surgiu o Museu Etnográfico, após a minha saída, nunca alcançando o estatuto de Antropológico e Etnológico, onde a peça pela peça é que foi exposta, e não foi recuperada informação histórica e científica das mesmas, desvirtuou desde logo essa ideia base. Depois da reabertura, e não tenho acompanhado de perto todo o processo, dos contactos estabelecidos com a Dr.^a Eugénia Alves, parece-me que a situação se alterou para melhor, pois apresenta um conceito diferente, com um maior enquadramento científico do acervo. Por outro lado, parece-me ter havido uma mudança de paradigma relativamente ao Museu Nacional, mas continuo sem saber qual é o conceito e a nova postura subjacente a este projeto, por parte do governo e do MCIC.

Falou em mudança de paradigma relativamente ao novo Museu Etnográfico?

Sim, porque tenho a impressão que se procurou um maior resgate de informação relativamente ao acervo, mas com a prevalência do domínio Etnográfico, descurando-se o Antropológico, o que vai contra o pensado inicialmente. À época incidimos a nossa atenção sobre aspetos que transcendiam a peça [Património Imaterial]. Tínhamos prevista toda uma estrutura museográfica que já estava pronta para dar substrato ao projeto museológico. Trabalhámos muito com elementos de comunicação para ajudar a reconstruir certos aspetos que se tinham perdido ao longo do tempo, mas que conseguimos trazer da cultura imaterial. O Departamento de Tradições Orais, que já existia há algum tempo e que tinha feito investigações nesse domínio, ajudou-nos imenso na pesquisa de campo.

Então subintende-se que o vosso objetivo era erigir um museu de cariz antropológico, etnográfico e histórico, que não fosse um espaço contemplativo, mas sim interativo...

Sim, que fosse interativo e utilizasse todas as tecnologias para ajudar reconstituir os contextos, pois considerávamo-los fundamentais para entender o circuito expositivo. Por essa razão, a decisão do ministro da Cultura de querer acelerar o processo não me satisfazia, porque fazia cair por terra o que idealizámos.

Na década de 1990 preconizou-se distender por todo o arquipélago alguns museus (Museu do Mar, Museu de Arte Sacra, Museu Histórico, Museu das Romarias, Museu de Arqueologia Industrial, Museu Municipal de São Filipe), com categorias e tutelas distintas. O que obstou à sua materialização?

Primeiramente o tempo, porque foram projetos desenvolvidos e pensados a longo prazo, mas que muitas vezes as entidades competentes queriam ver concluídos o mais rápido possível, o que, como referi anteriormente, ia contra a nossa filosofia de trabalho. A nossa aspiração era ter vários museus nacionais e temáticos espalhados pelas distintas ilhas. Para tal deveríamos ver qual o ponto forte de cada uma delas e a sua idiossincrasia cultural. Podemos dar como exemplos o Museu do Mar em São Vicente e o Museu de Arte Sacra em São Nicolau que continuam a marcar a vida daquelas ilhas. Esta ideia de museu de referência resultava do facto de dispormos de poucos recursos humanos e financeiros para estarmos a replicar iniciativas.

Mas seriam museus nacionais ou regionais?

O que preconizámos foi criar museus locais, mas com potencialidade para serem museus nacionais. É o caso dois museus acima referidos. Não sou adepta do Museu das Romarias. Defendo muito mais os museus temáticos, podendo ter também mostras itinerantes de percursos, como por exemplo as romarias, mas não necessariamente museus direcionados para esse tema. Quando falamos do Museu do Carnaval em São Vicente, parece uma ideia interessante, mas não pode ser concebido como algo estático. É importante que se tenha uma base no que diz respeito a gabinetes de suporte a essa investigação, mas igualmente pensar-se em levar o museu para fora do edifício que o alberga, através de exposições itinerantes.

Mas nessa década foram inovadores, pois criou-se um Museu de Empresa. Como surgiu essa ideia?

Eu era jovem e entusiasta e tinha tido uma formação muito boa no Brasil, onde fui aluna e professora, e trabalhei com pessoas que tinham ideias inovadoras. Ao mesmo tempo mantinha contacto outros colegas em Portugal. Não nos podemos esquecer que nesse tempo a Nova Museologia começava a ganhar o seu espaço. Por outro lado, como antropóloga, a parte humana tem bastante interesse para mim. Em São Vicente encontrei um responsável da CV TELECOM – Carlos Araújo –, que se entusiasmou com a ideia. Então decidi ver o acervo e dialogar com os antigos colaboradores, com o intuito de resgatar as peças e essa memória. Posso dizer que todos os atores, sem formação na área da museologia, estiveram envolvidos em todo o processo, assim como a empresa, que nos criou todas as condições para fazermos o nosso trabalho. Foi um projeto independente, mas depois procurei englobá-lo na filosofia do INAC para esta área, mas sem sucesso. Esteve funcional entre 1992 e 1995. A partir daí, começou lentamente a definhar porque a equipa que lá estava aos poucos foi saindo e, apesar do esforço de outros colaboradores, jamais conseguiu retomar o ritmo anterior.

E o Centro Nacional de Artesanato?

Estive lá algumas vezes com outros colegas do INAC. Colaborei bastante na década de 1990 com a equipa que o constituiu – Manuel Figueira e Bela Duarte – logo após a independência, em 1977. Demos continuidade à atividade desenvolvida e resgatámos a informação que eles tinham executado – panaria, tingidura –, particularmente em

Santiago e Santo Antão, surgindo dessa intervenção este equipamento museológico. Da avaliação efetuada, verificámos que o Centro Nacional de Artesanato tinha perdido a pujança, inovação e dinamismo antes demonstrados. Se tivesse existido o devido acompanhamento museológico e museográfico, certamente poder-se-ia ter transformado verdadeiramente no primeiro Museu Nacional de Cabo Verde, pois tinha tudo para isso.

Nessa mesma década considerou-se criar um Museu de Sítio na Cidade Velha. Com que rigor museológico e museográfico?

Em termos de conceito foi pensado com todos os elementos científicos e técnicos necessários. Quando participámos no primeiro processo de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade, para além de toda a pesquisa histórica que efetuamos – Património Imóvel e Móvel –, recolhemos informações junto da população, sobretudo as memórias, mas também nos interessava perceber de que forma se manifestava o Espírito do Lugar. Sabíamos que seria difícil implementar essa categoria museológica, mas ao mesmo tempo entendíamos que poderia dinamizar uma reminiscência que necessariamente não estava retratada no espaço físico do Sítio, logo não era possível fazê-lo somente com os monumentos, as ruínas, os objetos móveis, ou com a tradição oral, mas através da conjugação de todas essas variáveis. A Cidade Velha tem essa áurea, o que ela representou para a História, mas que não está reproduzido na prática e que tem de ser colocado em evidência. Eu não gosto muito de museus que fazem recriações quase teatrais, mas penso ser possível utilizar recursos modernos e envolver a população para conseguirmos esse regresso ao passado. A ideia era constituir um Museu de Sítio em toda a zona tampão da Cidade Velha.

E em que categorias?

Pensámos em vários polos localizados sobretudo próximo dos monumentos. O ponto principal seria a zona do Pelourinho, onde nasceu a Cidade Velha, sem esquecer outros locais emblemáticos – Fortaleza Real de São Filipe, Sé Catedral, Misericórdia, Bairro de São Pedro – onde se fariam intervenções de fundo para reconstituir essas ambiências, com alocação de vários centros interpretativos e tecnologias modernas para uma perfeita perceção daquilo que foi a outrora Ribeira Grande de Santiago. As categorias museológicas contempladas, entre outras, seriam a Arte Sacra, a Escravatura e a História Militar. Também a Arqueologia e a Arqueologia Subaquática deveriam ser incluídas neste desígnio. No meu entendimento não faz sentido constituir-se um Museu de Arqueologia

Subaquática fora do contexto geográfico da Cidade Velha. Quando surgiu a ideia de Museu de Sítio, pensámos como envolver a população em todo este processo, com consequências na melhoria da sua qualidade de vida. Fizemos formações especializadas para que houvesse capacidade local para se desenvolverem atividades tradicionais.

Aí cogitou-se também um Museu Histórico localizado numa área das ruínas da Sé Catedral. Qual a proveniência do seu acervo? Para além da exposição, onde ficariam alocadas as restantes funções museológicas? Estava pensado para este Museu de Sítio?

Essa intenção foi avançada inicialmente, antes de se pensar no projeto do Museu de Sítio e, a partir daí, concluímos que esse Museu Histórico, localizado nas ruínas da Sé Catedral, não fazia sentido. Nunca fui partidária dessa solução e, durante muito tempo, discutimos o que fazer com esse espaço.

Mas estavam contempladas todas as funções museológicas para esse Museu de Sítio?

Sim. À volta dessas funções museológicas começámos a identificar atelieres essenciais para as alimentar, porque o cumprimento de todas elas iria exigir muito em termos técnicos. À época, tal como hoje, não havia essa capacitação. Estariam instaladas num edifício adaptado para o efeito, e os núcleos expositivos disseminados pela Cidade Velha. A ideia era musealizarmos os espaços, em vez de termos um museu-edifício. Ainda é possível concretizarmos este propósito, mas se não agirmos rapidamente poderemos perder essa oportunidade.

Faz mais sentido pensar-se num Museu Nacional, ou pelo contrário, e em razão da descontinuidade geográfica, apostar-se em pequenos museus?

Deverá existir uma combinação das duas possibilidades. Quando penso em Museu Nacional, não é necessariamente um grande edifício, mas antes num conceito amplo que me permita ter uma ideia alargada daquela temática. Para mim, um Museu Nacional, para além do seu conteúdo expositivo, terá de estar munido de instrumentos e espaços para dar apoio e orientação aos restantes museus. Uma infraestrutura de cariz Antropológico e Etnológico pode fazer sentido se conseguirmos conjugar esses dois domínios, obviamente com o substrato histórico, mas resgatando os percursos do Homem cabo-verdiano. Este Museu Nacional seria a retaguarda desses museus, que se deveriam desenvolver na vertente das suas potencialidades.

E quais seriam esses museus? Considera possível proceder-se à sua fragmentação tutelar? Em que moldes?

Neste momento, é fundamental reanalisar o plano inicialmente elaborado. Não sei quais as capacidades disponibilizadas, mas alguns desses museus continuam a fazer sentido. O Campo de Concentração do Tarrafal, tal como a Cidade Velha, é um local a intervir com celeridade. Aí, nem sempre foram tomadas as medidas mais corretas, como o comprova o facto de o perímetro exterior da Colónia Penal, que está muito descaracterizado, não ter tido a devida atenção aquando do processo de reconversão museológica efetuada. Estamos a falar de um Sítio que não pertence exclusivamente a Cabo Verde. Por isso, este projeto deve assentar numa perspetiva transnacional, assim como o desígnio de o candidatar a Património da Humanidade.

Defendo a manutenção/criação de outros museus temáticos, mas devendo existir a plena consciência de que não dispomos de muitos recursos humanos e financeiros. Neste momento considero que a nossa prioridade, para além da Cidade Velha e do Tarrafal, deveria ser o Museu Nacional, de cariz disciplinar, para dar substrato às outras estruturas museológicas. Penso que já dispomos de *upgrade* científico para nos lançarmos nesse desafio. É importante criarem-se equipas regionais para fazerem a gestão dos museus, incentivando o aparecimento de projetos, de acordo com as particularidades dessas ilhas.

Sempre defendi a fragmentação tutelar. Considero que o MCIC/IPC deve ser a estrutura de cúpula em termos de orientação técnica, científica e de recursos humanos. O restante é da responsabilidade dessas unidades museológicas. A nível privado temos tido projetos interessantes – o Museu das Pescas em São Nicolau e a Casa da Memória na Ilha do Fogo – que podem ser protótipos dessa ideia. Existem outras iniciativas, oriundas de outros ministérios, veja-se o caso do Oceanário no Mindelo, que pode ser um bom pontapé de saída para o complemento do projeto científico e de investigação do Museu do Mar.

Mas é defensora de um museu por cada ilha?

Não forçosamente. A constituição de um museu numa determinada ilha dependerá das sinergias e potencialidades que se conseguir desenvolver em cada uma delas, para além dos recursos disponíveis. Se for possível, ótimo, mas não tem de ser assim necessariamente. Não podemos pensar em estruturas edificadas e humanas grandes, mas em pequenos núcleos museológicos temáticos, que ajudem a disseminar o propósito

subjacente à sua constituição. As exposições itinerantes e temporárias podem auxiliar a tornar mais sustentado o preconizado.

Anexo 8 Entrevista a José Maria Almeida

Ex diretor e presidente do AHN (14 de abril de 2016)

Durante os anos em que esteve à frente do Museu de Documentos Especiais, as exposições temporárias e temáticas eram frequentes?

Regularmente tínhamos duas exposições temporárias por ano, sob a supervisão de Tiago Estrela, que fazia pesquisa nos boletins oficiais e nas coleções das quatro grandes áreas do Museu de Documentos Especiais: documentos filatélicos, documentos numismáticos, documentos cartográficos e documentos iconográficos. O apoio de vários colaboradores, em especial arquivistas e historiadores, foi igualmente muito importante para desenvolvermos as nossas iniciativas.

Quais as temáticas dessas exposições?

Estavam ligadas às quatro grandes áreas expositivas do Museu de Documentos Especiais. De entre várias exposições destaco: “A Moeda em Cabo Verde”, inaugurada pelo presidente da República – dr. António Mascarenhas Monteiro –, a 11 de julho de 1997; e “História das Moedas em Cabo Verde”, a primeira de todas, inspirada na obra “Subsídios para a História da Moeda em Cabo Verde”, da autoria de Álvaro Lerenó.

Mas Tiago Estrela era essencialmente um filatelista....

Não só, mas também. No Museu de Documentos Especiais também trabalhava, e bem, a vertente educacional. Este nosso colaborador tinha uma apetência especial para comunicar. Aquando da emissão de cada selo elaborava um texto em plaquetas informativas sobre o mesmo. Muitas vezes levávamos o Museu de Documentos Especiais até às escolas. O Tiago Estrela elaborou uma espécie de maleta pedagógica em cartão onde eram colocadas em folhas próprias do museu, sob a forma de fotocópias a cores, em tamanho A4, de cada selo ou nota. Aquando dessas visitas falava sobre os mais variados temas. Quando não estava em itinerância, esse material ficava ao lado do objeto original.

Qual a proveniência dos selos, das moedas e das notas?

Os Correios de Cabo Verde davam-nos sempre dois exemplares de cada selo. Relativamente às moedas e às notas, o Banco de Cabo Verde oferecia-nos um cartaz em tamanho A3 com a réplica da produção numismática e exemplares de cada nota e moeda. Os selos anteriores à independência de Cabo Verde foram adquiridos em Portugal pelo

Tiago Estrela a expensas do AHN. Várias moedas, notas e postais foram oferecidos por cidadãos nacionais e constam do livro de inventário do Museu de Documentos Especiais.

Existia mais alguma pessoa adstrita unicamente ao Museu de Documentos Especiais?

Sim, a Núria Santos. Era uma museóloga panamiana que vivia em Cabo Verde e que nos foi indicada pelo Claude Ardouin, o diretor executivo do WAMP. Esteve connosco pouco tempo, mas realizou um trabalho muito bom no plano museológico. Foi ela e o Tiago Estrela que fizeram o livro de registo de todas as peças do museu. Tínhamos a ajuda de colaboradores de outros serviços do AHN, especialmente do restauro e encadernação.

O Museu de Documentos Especiais funcionou sempre no espaço em que está hoje?

Não. Primeiro estive onde hoje se localiza a biblioteca de apoio à sala de leitura. À época, este compartimento era suficiente para acolher o nosso acervo. Depois passou para a atual sala de conferências. Mas essa área era manifestamente inferior, porque contrariamente ao que acontece hoje, estava dividida em três partes. Só entre o final do ano de 1994 e o início de 1995 é que instalámos o museu no edifício onde agora está, que teve de ser adaptado para o efeito, conseguindo-se fazer essa obra com o apoio financeiro da Embaixada da Alemanha. Foram acrescentados dois novos pisos: um para sala de exposições temporárias e outro para albergar a sala de exposição própria, o depósito de ferramentas e utensílios vários (hoje sala de informática do AHN), os gabinetes do Tiago Estrela e da Núria Santos e uma sala de reserva técnica.

Mas desde o início o Museu de Documentos Especiais debateu-se com alguns problemas. Quais?

Principalmente a falta de ventilação adequada e a deformação dos objetos provocada pela humidade relativa, que entre junho e outubro por vezes chegava aos 80%. Na década de 1990 já possuíamos, como apoio do WAMP, dois aparelhos higrómetros para medir a temperatura e a humidade relativa nas salas de exposição, nas áreas técnicas, nos gabinetes e nos armazéns.

Mas o Museu de Documentos Especiais passou, posteriormente, por um período de menor dinamismo. A que se deveu?

Saíram seis colaboradores do AHN, incluindo o Tiago Estrela, no ano de 2001. A partir de então, o Museu de Documentos Especiais deixou de ter pessoas habilitadas para darem continuidade ao trabalho feito anteriormente. Foi essa a situação com que me deparei em junho de 2003, quando regressei, agora como presidente, ao AHN.

E como foi resolvida a situação?

Nesse mesmo ano, uma estudante cabo-verdiana – Lígia Timas – havia concluído no Brasil o curso de Antropologia, e veio ter comigo para saber da possibilidade de se tornar nossa colaboradora e, de imediato, foi admitida. Durante os seis anos – entre agosto de 2003 e dezembro de 2009 – em que teve sob sua alçada a gestão técnica desse espaço, fomos provendo a sua gradual melhoria.

E o que aconteceu após esses seis anos?

Esse lugar não foi logo ocupado. Somente em 2010, a sua atual responsável – Ana Mafalda Moreira – assumiu esse cargo. Ela tinha uma ligação afetiva ao Museu de Documentos Especiais, pois quando este foi criado ela era a responsável pela secretaria do AHN, e todo o apoio administrativo que o museu necessitava era dado por esta técnica. A partir de então, a dinamização tem sido constante e com muita competência.

Qual a razão da denominação Museu de Documentos Especiais?

Acima de tudo, pela dimensão, fragilidade e não tridimensionalidade dos objetos. Tornámo-nos os guardiões das produções do Estado neste domínio. Os selos e as notas são evocativos de alguma efeméride e, depois de alguns anos em circulação, perdem o seu valor de uso, mas fica o intrínseco, e é isso que pretendemos salvaguardar. Temos uma rica coleção – selos, moedas, notas e documentos cartográficos/iconográficos – que queremos dar a conhecer a todos aqueles que nos vistam.

A vossa ligação ao ICOM foi feita logo após a abertura do Museu de Documentos Especiais?

Sim, logo em agosto de 1991, o mais tardar, em 1992, esse vínculo foi estabelecido. Fomos o primeiro museu de Cabo Verde a inscrever-se nessa organização.

E com o WAMP?

Em 1989, entrei em contacto com Claude Ardouin e dei-lhe a conhecer as nossas intenções de instalar o Museu de Documentos Especiais no edifício do AHN. Desde logo considerou o projeto *sui generis* e predispôs-se a que continuássemos a manter contacto, o que aconteceu ao longo de todo o ano de 1990. No início de 1991 veio a Cabo Verde e, entre outras considerações, recomendou-nos que investíssemos em recursos humanos para tratar das nossas coleções. Foi então que convidei o Tiago Estrela para trabalhar connosco. Em agosto desse ano, o Museu de Documentos Especiais foi inaugurado.

Qual a proveniência do vosso espólio?

Essencialmente doações dos CTT, do Banco de Cabo Verde, bem como de particulares e, em menor número, compra a antiquários e filatelistas. Está tudo lançado no Livro de Registo. Em determinados momentos, essas instituições cediam-nos temporariamente algum do seu material, como foi o caso das antigas matrizes das notas e os cilindros para cunhar as moedas e os trabalhos gráficos, a maioria da autoria de Leão Lopes, que deram origem aos selos. Os documentos cartográficos foram comprados ao Instituto Nacional de Investigação Agrária, e outros são reproduções de exemplares únicos do Serviço Nacional de Cartografia.

Mas Claude Ardouin não vos interrogou relativamente a questões mais de índole museográfica e de apoio ao trabalho a desenvolver pelos colaboradores do Museu de Documentos Especiais?

Para o Claude Ardouin, que veio a Cabo Verde uma outra vez para acompanhar a conceção do museu, uma das prioridades era o mobiliário expositivo. Então disse-lhe que existia uma Oficina de Artes e Ofícios, que pertencia ao Estado, capacitada para conceber esses adereços museográficos. Depois de visitarmos o local, o Claude Ardouin considerou-o com capacidade para desenvolver o trabalho que necessitávamos. Entretanto, o Tiago Estrela falou com presidente República – dr. António Mascarenhas Monteiro –, que de imediato nos deu cem contos. Com esse dinheiro fizeram-se os expositores verticais e horizontais.

Ao longo dos anos, o Claude Ardouin sempre apoiou-nos sempre. Se não estou em erro, em 1993, no âmbito do WAMP, desenvolveu um pequeno projeto para o AHN subvencionado pela Embaixada Britânica em Dakar [Senegal]. Foi ele que me convidou

para apresentar o projeto do Museu de Documentos Especiais, num Encontro organizado pelo ICOM, que decorreu no Benim, no Gana e no Togo, em novembro de 1991.

Porém, não posso deixar de falar de um outro museólogo com quem trabalhámos e que também esteve cá por duas vezes – o Professor Joseph Nkrumah – um ganhador, colaborador do ICCROM, com formação académica em Antropologia, Museologia e Conservação. As suas apreciações e sugestões foram sobremaneira importantes para a implementação das boas práticas museológicas e museográficas no Museu de Documentos Especiais.

Mas para atestarmos a importância dada ao contexto museológico de Cabo Verde pelo WAMP, Alexis Adande – seu diretor-executivo após a saída de Claude Ardouin –, conjuntamente com um professor alemão, em maio 1998, aquando do 50.º aniversário ICOM, fizeram uma palestra no AHN. Visitámos também os museus da Ilha de Santiago e fomos ao INAC observar o acervo recolhido e destinado ao futuro Museu Nacional.

Anexo 9 Entrevista a Adilson Ramos

Direção de Museologia e Museus (4 de dezembro 2017 – 1.ª parte)

Existe algum registo do número de visitantes dos museus em Cabo Verde, tanto dos museus nacionais, como os das tutelas municipais e privados? De que forma está segmentado?

No passado, somente no Museu de Arqueologia e no Museu Etnográfico havia um registo segmentado (homens, mulheres, crianças, delegações e nacionalidade). As outras instituições não tinham essa prática. Mas agora, por determinação superior, efetuamos esse registo. Esse indicador é extremamente importante, permitindo-nos saber quem visita os nossos museus e trabalhar sobre esses dados para compreendermos melhor os nossos públicos.

Relativamente aos museus de tutela municipal e privada, não tenho um conhecimento sustentado para afirmar se esse procedimento é efetuado. No entanto, sei que no Museu Municipal de São Filipe, apenas eram contabilizadas as entradas, sem qualquer informação complementar sobre o perfil do visitante.

Da segmentação acima salientada, já pensaram em desdobrá-la ainda mais?

No âmbito da Rede Nacional de Museus, desenvolvemos uma plataforma que permitiria aplicar questionários mais amplos, mas infelizmente esse dispositivo não foi funcional. Antes de avançarmos com este objetivo temos de institucionalizar a obrigatoriedade desta prática de registo em todos os museus de Cabo Verde, independentemente da sua tutela. A partir desse momento poderemos pensar nesse estudo de públicos mais pormenorizado.

Quais os museus mais visitados no arquipélago?

Se atendermos aos dados disponíveis, o Museu Etnográfico, o Campo de Concentração do Tarrafal e o Museu do Mar receberam, aproximadamente, entre 2500 e 3000 visitantes ano. O número é bastante residual, mas é a partir dessa informação que temos de saber quais as políticas a adotar e definir estratégias.

O que pensam fazer para incrementar o número de visitas nos museus de Cabo Verde?

Já realizámos um diagnóstico exaustivo das estruturas e observámos que muitas delas existem como espaços de portas abertas, e com pouca ou nenhuma divulgação para o exterior. A Direção de Museologia e Museus decidiu fazer intervenções profundas, em particular, a conceção de melhores conteúdos, nomeadamente a nível da redefinição da linguagem expositiva. É necessário criarem-se estratégias – suportes mais atrativos, audioguias e o uso de recursos audiovisuais – para que os públicos sintam vontade de voltar aos museus.

As exposições temporárias e itinerantes não fazem parte dessa estratégia para incrementar o número de visitas a estas valências?

Sim, sem dúvida. Estamos a desenvolver um conceito de exposição itinerante e tomámos como base o naufrágio do navio Hartwell, suportado numa investigação científica feita pela Dúnia Pereira [técnica do IPC/Direção de Museologia e Museus]. Efetuámos também um levantamento exaustivo do espólio que temos, com o intuito de concebermos um cada vez maior número de exposições de curta duração. Dependendo da instituição onde estas se realizarem, pensamos poder fazer entre três e quatro exposições temporárias. Queremos tornar os museus um hábito de consumo e não uma obrigatoriedade.

Que indicadores possuem para aferir das necessidades dos públicos dos museus?

No Museu do Sal, durante uma hora, passam cerca de cento e setenta e seis pessoas à sua porta, mas nenhuma delas entra. Na Ilha da Brava, na Casa-Museu de Eugénio Tavares, durante um mês, não entra sequer uma pessoa. Em São Filipe, no Museu Municipal, numa semana, entram pouquíssimas pessoas, o mesmo se passa no Museu da Tabanca, aqui na Ilha de Santiago.

Estando esta última estrutura no interior da Ilha de Santiago, esse número tão residual passará pela sua localização ou por lacunas na estratégia de divulgação?

Sem dúvida a segunda hipótese, pois se a primeira fosse um obstáculo, não era procurado pelo turismo de cruzeiros. Este é um dos locais que estamos a pensar trabalhar numa perspetiva de museu comunitário, como o intuito de envolver a população neste projeto,

e libertar alguns recursos humanos alocados ao IPC. No país temos cerca de duas dezenas de estruturas museológicas, algumas delas verdadeiros “elefantes brancos”, e isso não pode acontecer.

Quais os principais públicos alvo dos museus de tutela central?

Dentro da política que pretendemos implementar, e tomando como modelo o Museu Etnográfico, as escolas – desde o ensino primário ao universitário – são o nosso ponto focal, isto porque a Educação Patrimonial não faz parte dos currículos escolares e podemos ser nós a ter esse papel. Ao longo dos anos fomos diversificando os nossos públicos-alvo, com incidência nas pessoas com necessidades especiais.

Existe alguma estratégia para captar a atenção desses públicos?

A estratégia tem sido trabalhar as exposições temporárias, mas também já fizemos exposições itinerantes. Até ao momento, estas iniciativas não têm tido um sentido programado, são ações mais reativas e avulso, mas queremos mudar esta linha de atuação e planificar estas atividades para o próximo ano. Neste sentido, nomeamos um coordenador técnico para cada um dos museus, coadjuvados por um técnico da Direção de Museologia e Museus, com quem estão em permanente contacto.

Existe algum estudo de públicos?

Não conheço, mas essa é uma possibilidade que pode começar pelo diagnóstico acima mencionado. Antes de mais, é necessário saber quem é o nosso público. Não havendo respostas para essa questão, é difícil fazer-se qualquer análise. Nesse sentido, nas fichas a produzir futuramente vamos introduzir novos campos. Preconizamos elaborar esses estudos, com recurso às novas tecnologias, com questões breves, mas incisivas.

Depois de um período de certa letargia, no século XXI, assistiu-se em Cabo Verde ao surgimento de muitos museus. Qual a razão dessa mudança de paradigma?

A partir de 2011, o ministro da Cultura [Mário Lúcio Sousa] propôs a criação de um museu em cada município. Surgiram espaços expositivos e centros interpretativos um pouco avulso, em alguns casos, patrocinados pelas câmaras municipais. Muitos deles não tiveram qualquer projeto de execução, em virtude de a sua Memória Descritiva ter sido elaborada depois daqueles espaços estarem edificados. Neste contexto, a sua gestão plena

e efetiva não foi preconizada. Também foi pensado constituir-se a Rede Nacional de Museus, uma estrutura virtual de suporte a essas unidades museológicas, que por razões várias não teve a devida aplicabilidade.

Mas antes de 2011 já haviam sido inaugurados alguns museus. O que esteve subjacente à sua constituição?

Essencialmente, valorizar e reativar todo o espólio relativo às suas tipologias, como por exemplo no Museu de Arqueologia e no Museu da Tabanca, e salvaguardar a memória de um período, como é o caso do Museu da Resistência no Tarrafal. Este último projeto foi pensado para ser desenvolvido em várias em fases, mas não teve a continuidade desejada.

Já que estamos a falar no Museu da Resistência do Tarrafal, a conceção idealizada, assente na reconversão museológica não deslocalizada, não está a ser feita convenientemente, pois os imóveis inseridos no exterior não estão a ser devidamente valorizados....

Em 2015, entre outras alterações, procurou-se introduzir neste local um novo estilo de linguagem comunicacional, o que não foi conseguido. A ideia era valorizar toda a sua área, mas só o fizemos na parte interior. Já executámos a delimitação de todo o seu perímetro classificado, com vista a termos mecanismos legais para a sua salvaguarda e valorização.

Os conteúdos expositivos – textos oferecidos pela Fundação Mário Soares – já não existem e as placas colocadas no exterior do recinto foram retiradas numa atitude de puro vandalismo. As crianças que estavam sempre à porta do museu a pedir dinheiro foram reencaminhadas para projetos de inserção e colaboração com o Campo de Concentração do Tarrafal. É nossa intenção reativar alguns edifícios interiores – a oficina, a biblioteca e a cozinha –, para que os artesãos locais possam desenvolver as suas artes.

É necessário realizarmos uma profunda consolidação das áreas existentes, e só partir desse momento avançaremos com o conteúdo expositivo, recorrendo, tal como o pretendemos fazer noutros museus, às novas tecnologias, complementando-o com objetos desse tempo. Queremos dar uma dinâmica de atividades a este espaço, cedendo-o, inclusive à comunidade e incluí-la nos nossos projetos. No passado, isso nunca aconteceu.

E quais são os museus âncora desta estrutura?

O Museu de Arqueologia, o Museu da Tabanca, o Museu do Campo de Concentração do Tarrafal, o Museu do Mar e o Museu do Sal, são as prioridades do MCIC. O Museu Etnográfico, cuja subvenção não está vinculada ao Orçamento do Estado, não foi integrado neste grupo, porque já é detentor de uma certa projeção e uma identidade bem vinculadas. Temos uma proposta para a sua reestruturação, com um valor bastante significativo, de dois mil contos [vinte mil euros], proveniente do Fundo do Turismo.

Como gerem a questão da descontinuidade geográfica aquando do momento da tomada de certas decisões, como por exemplo, a conceção, inauguração e gestão quotidiana de um museu?

Essa dificuldade já havia sido assinalada no Projeto da Rede Nacional de Museus. Como disse anteriormente, nomeámos coordenadores técnicos para cada uma desses museus. Atualmente, as novas tecnologias permitem-lhes, mesmo à distância, estarem em contacto permanente com outros técnicos do IPC sedeados aqui na Praia. Porém, sempre que necessário, reunimo-nos em várias localidades do país para debatermos assuntos e trocarmos opiniões.

Dar autonomia a essas valências é uma boa opção, mas sempre alicerçada num processo de formação contínua dos seus colaboradores. Hoje em dia, a situação é tão mais premente porque durante muito tempo essas pessoas não tiveram qualquer tipo de atualização no domínio museológico e museográfico, sabendo-se que muitos deles são de outras áreas. Queremos que todos tenham as mesmas oportunidades, independentemente de serem de Santiago, do Fogo, de Santo Antão, ou de qualquer outra ilha, para participarem em ações de valorização profissional, tanto em Cabo Verde como no estrangeiro.

Mas muitos deles apresentam lacunas e deficiências estruturais. O que estão a pensar fazer para as colmatar?

As lacunas e deficiências estruturais estão a ser analisadas, e estamos atentos à renovação da linguagem expositiva. Quando o Museu de Arqueologia passar para o Plateau, primeiro, elaboraremos o projeto museográfico e só depois a estrutura física. No Museu do Sal, o conceito vai ser mudado, embora sempre predominantemente numa perspetiva da valorização etnográfica. Assim, em vez de termos um só espaço, vamos fazer estender

esta perspectiva museológica a outros locais, não só vocacionada para as comunidades, mas também para os turistas. E essa intenção será possível, por exemplo, na Pedra de Lume, na Palmeira, no túmulo e na casa de Manuel António Martins, o principal responsável pelo povoamento dessa ilha. O Museu do Sal será pivô deste projeto, com vários núcleos interligados em circuito.

No caso do Museu Etnográfico da Praia colocam-se dois tipos de problemas: acessibilidade para pessoas com dificuldades de locomoção e a pouca área de reserva de que dispõe. Quando o Museu de Arqueologia passar para o Plateau penso que poderemos resolver o problema das estruturas de retaguarda de ambos os museus. O edifício em Chão de Areia [localização atual do Museu de Arqueologia] poderá servir para esse fim.

Já que falou no tema, não lhe apreço que nesse futuro museu poderiam coexistir essas duas categorias disciplinares?

É uma hipótese a considerar.

Qual o vosso conceito de Museu Nacional tendo em conta as várias e ideias e projetos já formulados?

Neste momento, o projeto pensado é o de Museus de Cabo Verde, que é uma continuidade, embora obviamente aperfeiçoada, da Rede Nacional de Museus. Teremos de fazer um diagnóstico, colocar as estruturas a funcionar, fundir, se necessário, algumas delas, ou até mesmo suprimi-las, caso seja inevitável. Estamos a proceder à reabilitação das estruturas e à redefinição museológica e museográfica do Museu da Tabanca, do Museu da Resistência, do Museu do Mar, do Museu das Pescas e do Museu do Sal.

Não faz sentido criar um Museu Nacional de Arqueologia ou um Museu Nacional Etnográfico, mas ainda não aventamos essas possibilidades, em virtude de as quisermos desenvolver somente depois de termos produzido legislação adequada para o setor museológico. Mas considero que nos casos acima mencionados, a palavra Nacional é prescindível. A questão da tutela não se coloca, pois será sempre central. Para já, não podemos cair nesse erro de catalogar um museu de nacional, municipal ou local. Tudo que se vier a fazer terá de ser com base num dossiê técnico, e não em ideias políticas, pois temos de rentabilizar o pouco dinheiro que temos.

Para além das formas tradicionais de subvenção, que outras verbas pensa que os museus de Cabo Verde podem conseguir captar?

Ao institucionalizarmos legalmente os museus, estes podem concorrer a editais para obter fundos, o que não acontece atualmente. Logo, trabalhar sobre essa legislação é urgente para podermos procurar essas novas formas de rentabilidade.

Estou certo de que melhorando a linguagem comunicacional e os conceitos expositivos, e recorrendo às novas tecnologias, acreditamos que com o turismo que temos em Cabo Verde, algum proveito financeiro haveremos de conseguir. Atualmente pautamos a nossa atuação neste domínio por um modelo de gestão integrada, isto é, se o Museu do Sal consegue obter mais lucros do que o de Arqueologia, se este necessitar de verba para qualquer atividade, aquele suporta-o.

No caso dos museus com tutela partilhada entre o MCIC e as câmaras municipais temos vindo a dialogar com elas, no sentido de tentarmos obter o maior número de subsídios possível, sendo o Fundo do Turismo uma das fontes dessa receita.

A este respeito, o facto de se querer constituir um Museu Nacional das Romarias numa determinada ilha, neste caso em Santo Antão, não dará prevalência à manifestação religiosa desse local?

No passado foi pensado constituir-se em Porto Novo [Santo Antão] o Museu de São João Baptista, que teria um carácter eminentemente regional. O anterior ministro da Cultura [Mário Lúcio Sousa] definiu quais os museus a etiquetar de nacionais, onde se incluía o Museu Nacional das Romarias e o IPC teve de se adaptar a essa intenção.

Mais tarde conseguimos sensibilizar o presidente da Câmara de Porto Novo para criar um Centro Interpretativo. E o mesmo pode ser feito noutros locais – na Brava, no Mindelo, em São Nicolau, em Santiago ou no Sal – onde esta festa tenha projeção. Temos é de ter estruturas para cada um desses casos específicos. Não podemos construir um Museu Nacional numa ilha direcionado para uma determinada temática, sob pena de as outras se sentirem excluídas dessa ideia.

E por que não um Museu das Romarias em cada uma das ilhas, revelador das suas idiossincrasias festivas em cada uma dessas parcelas de território em detrimento de um Museu Nacional...

Essa ideia vai de encontro ao que foi dito na questão anterior.

Considera que os técnicos do IPC e os demais recursos humanos alocados às instituições museológicas possuem um pleno domínio concetual museológico e museográfico?

A nível académico somente dispomos de duas pessoas habilitadas na área da museologia. As restantes têm formação noutros domínios científicos: Arqueologia, Antropologia e História. Muitos de nós temos a prática, mas é urgente fazermos uma reciclagem para nos prepararmos melhor, com o intuito de estarmos aptos para concebermos as melhores práticas museológicas e museográficas. Só assim será possível pensarmos em museus que possam ir para além da exposição. A Conservação e Restauro é talvez a lacuna mais premente a suprir, podendo ser atenuada por via de ações formativas em Cabo Verde ou no estrangeiro.

O que esteve subjacente à criação da Rede Nacional de Museus?

A ideia era termos estruturas museológicas abertas em todos os municípios, ligadas em rede por via de uma plataforma digital e fazer a sua gestão. Porém, este propósito falhou porque, entre outras lacunas, em algumas delas não tínhamos computadores, telefones ou colaboradores. Se essa intenção fosse por diante poderíamos falar numa tutela partilhada, em virtude de o IPC contribuir com os seus pareceres, assessoria técnica e de fiscalização, e os municípios essencialmente com os recursos humanos.

A este desígnio está subjacente a promoção da cultura museológica do país? De que forma tencionam fazê-lo? O Marketing Cultural entra nesta equação para que, definitivamente, os museus possam entrar nos hábitos de consumos dos cabo-verdianos?

É fundamental. Por essa razão estamos em contacto com uma pessoa que fez um mestrado na área do Marketing Cultural para nos ajudar a desenvolver esse conceito. Temos a perceção de que já fizemos muita coisa, não sabemos é como comunicar. Para suprir essa lacuna, o IPC possui um Gabinete de Comunicação e Marketing. A nível expositivo, a

temática “A peça do mês”, a realizar em cada museu, vai ao encontro dessa intenção. Outro aspeto importante a desenvolver e a melhorar relaciona-se com as parcerias. Neste contexto, o diálogo com as agências de viagens será muito importante.

A introdução de novas tecnologias para tornar os museus mais apelativos e interativos é um dos vossos propósitos. De que forma o pensam fazer?

Potenciando a interatividade através de *tablets* interativos, audioguias multilingues e *Smart TVs*, que tornarão prescindível a presença de um técnico para orientar essa visita. A utilização destes dispositivos poderá tornar prescindível a visita orientada e ser mais uma fonte de receita para os museus.

Atendendo ao explicitado nas competências da Direção de Museologia e Museus, o que entendem por espaços museológicos e museus?

Em Cabo Verde, muitas vezes utiliza-se a palavra museu inadequadamente, quando na realidade esses espaços não passam de coleções visitáveis, em razão de somente se cingirem ao contexto expositivo. Por outro lado, temos museus – o de Arqueologia, o Etnográfico, o do Mar e o do Sal – que cumprem satisfatoriamente todas as funções museológicas, apesar de terem algumas lacunas que têm de ser aperfeiçoadas.

Está a ser feito algum trabalho de aprofundamento concetual relativamente aos conceitos de Museu Nacional e Museus Regional?

Sim, e iniciou-se com o já referido levantamento de diagnóstico. O Plano Nacional de Museus que está a ser elaborado, contemplará essas destriças. É também necessário fazerem-se alterações ao Decreto-Lei 30/2016. O IPC tem a consciência da necessidade de clarificar, principalmente, os conceitos de Museu Nacional e Museu Regional, não só a nível de abrangência territorial da exposição, mas igualmente em relação à tutela.

Os dois principais museus da Praia (Arqueologia e Etnográfico) têm desenvolvido um interessante labor a nível da interação com os seus públicos, nomeadamente os escolares, denotando-se desta forma um dinamismo considerável nos seus Serviços Educativos. Esta ação é extensível aos outros museus do arquipélago?

Sim, no Museu do Mar, no Museu do Sal, no Museu Norberto Tavares, no Museu da Tabanca e no Museu da Resistência. Em todos eles temos colaboradores com competências nesse domínio.

A questão da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, nem sempre foi contemplada, como é o caso do Museu Etnográfico. De que forma pretendem desbloquear a situação?

Como já disse, estamos a reorganizá-lo desde a parte estrutural à expositiva. No que respeita à acessibilidade, a solução desse problema passará por colocarmos plataformas elevatórias tanto à entrada da rua pedonal para a primeira sala do museu, como desse piso para a cave. O mesmo constrangimento ocorre noutros museus, sendo por isso necessário aferir qual a opção mais adequada para cada um deles. Nos projetos que estamos a conceber de raiz, como o Museu de Arqueologia, essa situação está contemplada.

Ainda neste contexto de inclusão, no discurso expositivo, ponderam abrir canais de comunicação para visitantes com necessidades especiais?

No novo plano para os museus de Cabo Verde pensamos em todos os segmentos de públicos, em virtude de os queremos transformar em espaços inclusivos e acessíveis para todos os que os visitem.

Sempre que solicitado, o IPC colabora com os museus municipais e privados?

Sempre que somos solicitados vamos ao encontro dessas instituições e partilhamos com elas os nossos conhecimentos técnicos e científicos neste domínio, orientando e acompanhando esses projetos, nomeadamente a conceção expositiva.

Considera possível vir a desenvolver-se um trabalho de cooperação consistente entre o IPC e a ANCV para que possa existir em Cabo Verde uma realidade museológica regional bem vinculada?

Já nos reunimos várias vezes para abordarmos assuntos relacionados com este tema, e para aclarar os municípios sobre as linhas mestras desta cooperação. Daqui a alguns anos, não queremos ter uma realidade museológica centrada somente no IPC, queremos ter também um cunho de iniciativa municipal bem vincado e com um forte traço identitário. Não se podem cometer erros como aconteceu no passado, veja-se o caso do Museu do Sal, onde o discurso expositivo não retrata a vivência dessa comunidade. O mesmo aconteceu no espaço expositivo dedicado a Cesária Évora.

Em que ponto está a evolução desta unidade museológica?

O Núcleo Museológico Cesária Évora, localizado na antiga casa dessa artista, está a funcionar, mas os textos inseridos nos painéis interpretativos contêm muita informação. A ideia do que se pretende comunicar está lá, mas é necessário fazer esse trabalho de síntese.

Que outras tipologias museológicas pensa que poderão ser implementadas em Cabo Verde num futuro mais próximo?

Possivelmente os museus de cidade, mas com pequenos núcleos. Essa intenção está a ser pensada para o Mindelo, tendo o Museu do Mar como ponto principal. Mas ainda é cedo para afirmarmos que essa é a melhor opção. Esta resultará dos estudos e dos planos a desenvolver. Antes de qualquer tomada de decisão é importante termos a consciência do que significam esses conceitos – Museu de Cidade, Casa-Museu, Museu de Sítio, Ecomuseu, Centro Interpretativo –, o que no meu entendimento muitas vezes não acontece. Daí a necessidade de brevemente termos de realizar um encontro com os técnicos do IPC e com os colaboradores dos museus de iniciativa municipal e privada para aclararmos terminologias e saber como aplicá-las a cada caso.

No entendimento do IPC, qual é o potencial patrimonial e museológico da Cidade Velha?

Em Cabo Verde não existe uma verdadeira política museológica, porque nunca foi elaborado um decreto ou circular que tivesse instituído legalmente os museus. O que se

conceberam foram ideias. A Rede Nacional de Museus é um bom exemplo desta inação. Desde que estou no IPC já foram aventadas várias hipóteses com tipologias distintas, mas ainda não foi definido o que se quer. No Programa do Governo para esta legislatura, apesar de se falar na Cidade Velha, não se explicita nada em concreto sobre o que se pretende desenvolver, e a Câmara Municipal também não tem uma posição clarificada sobre o assunto. Todos veem nela potencial, mas não se sabe o que fazer. Enquanto não se fizer essa reflexão, jamais sairemos desta situação, e o Sítio continuará a degradar-se, apesar de surgirem contributos isolados e sem base de sustentação, que em nada ajudam à afirmação do seu valor patrimonial e museológico.

E a tipologia museológica mais adequada à sua realidade, passará por uma estrutura principal, extensões museológicas, mas sempre com, pelo menos, um Centro Interpretativo?

É exatamente essa a minha convicção. Vários núcleos tipologicamente diversificados, sendo um deles a âncora, e com um ou mais centros interpretativos. Temáticas não faltam (História Militar, História Religiosa, Escravatura, Arqueologia Terrestre e Subaquática, entre outras). Mas primeiro é necessário realizar uma pesquisa aprofundada para se constituir equipa de trabalho com o objetivo potenciar o que existe. Hoje em dia, quando vamos à Cidade Velha, pagamos cinco euros para visitar alguns monumentos, mas muitas vezes saímos de lá sem conhecer nada. Temos urgentemente de pensar em reverter esta situação e tornar este Sítio como modelo de uma política patrimonial e museológica a desenvolver em todo o país.

Anexo 9 Entrevista a Adilson Ramos

Direção de Museologia e Museus (8 de abril de 2019 – 2.ª parte)

Recentemente soubemos que os turistas foram a maior percentagem de visitantes nos museus de Cabo Verde. Em que museus?

Principalmente no Museu da Resistência e no Museu Etnográfico da Praia, embora nos outros museus esse número também tenha aumentado. No primeiro caso, mais de metade dos nove mil visitantes eram estrangeiros, o mesmo acontecendo no segundo. Ao Museu do Mar, no Mindelo, afluíram igualmente muitos turistas. O Museu do Sal apresenta uma tendência inversa, pois em 2018 diminuíram o número de visitas, em razão de um conjunto de condicionantes, principalmente das obras que ainda estão a decorrer. O que fizemos foi levar o museu principalmente até à comunidade, através da realização de exposições itinerantes e conferências. Nas restantes instituições, da parte dos turistas nacionais, predominam os públicos escolares. Destacar o trabalho desenvolvido pelo Museu da Tabanca que dispõe de um técnico superior e de um animador cultural para acolher esse segmento de visitantes.

Qual a razão para a disparidade do número de visitantes entre o Museu Etnográfico e o Museu de Arqueologia?

O Museu Etnográfico tem uma melhor localização e é melhor divulgado. Os cabo-verdianos reveem-se mais naquele espólio do que no existente no Museu de Arqueologia. Existe uma maior proximidade do conteúdo a aspetos da nossa vida quotidiana. Por outro lado, as agências de viagens de cruzeiro, como o tempo de estada é pouco, preferem deslocar-se ao Museu Etnográfico, pois está mais relacionado com a nossa cultura.

Futuramente, qual será a importância do Plano Estratégico de Educação Patrimonial para o contexto museológico de Cabo Verde?

Essa é uma questão interessante, porque neste momento o IPC está a trabalhar no Plano Estratégico de Educação Patrimonial. Com esse documento poderemos gizar estratégias para que os museus possam comunicar melhor com os seus públicos e transmitir às pessoas um maior conhecimento sobre a História de Cabo Verde.

Em que consiste o projeto Museus de Cabo Verde?

O projeto Museus de Cabo Verde deverá assentar em três pilares fundamentais: desenvolver um trabalho de identificação e diagnóstico dessas estruturas museológicas; fomentar e desenvolver as competências dos seus recursos humanos; fazer com que essas estruturas cumpram o seu papel junto da sociedade. Temos um conceito de projeto montado e suportado nessas três orientações, mas ainda não é nada de concreto. No meu entendimento, só funcionará em sintonia com o Plano Museológico e o Plano Nacional Estratégico dos Museus de Cabo Verde. A partir de abril [2019] iniciaremos esse plano para avaliar todas essas questões, definir estratégias e dar continuidade ao que temos em mente realizar. Podemos colocar a questão da seguinte forma: como aplicar o financiamento no projeto Museus de Cabo Verde se não existem estratégias bem delineadas?

Existe uma proposta para a criação de um conjunto de casas-museu em Cabo Verde. Qual o ponto da situação?

Tem havido muitas propostas, mas daí até à sua concretização, vai um longo percurso. Neste momento, temos a Casa-Museu Eugénio Tavares, tutelada pelo município de Nova Sintra. Quanto ao Núcleo Museológico Cesária Évora, não sabemos se ficará tal qual está ou evoluirá para casa-museu. Numa formação que tivemos há pouco tempo essa questão foi debatida. A casa de Roberto Duarte Silva está em obras, e pretendemos constituir numa parte desse edifício uma área interpretativa, deixando a restante para habitação. Outra ideia poderá passar pela criação em São Nicolau da casa da Morna.

O Museu da Resistência está também a passar por uma fase de remodelação do discurso museográfico. O que está a ser feito?

Recentemente decidimos fazer algumas alterações, capazes de conferir uma maior dinâmica a este museu. À entrada, do lado esquerdo, temos uma loja e, do lado direito, uma sala de introdução à visita. No interior do recinto, nas celas relativas a presos políticos de Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau, o discurso museográfico relaciona-se com essa realidade. Os aspetos relacionados com a disciplina neste Campo de Concentração estão agora no edifício da “Holandinha”.

Anexo 10 Entrevista a Bento Oliveira

Coordenador da Galeria Nacional de Artes (12 de abril de 2016)

Em que consiste o projeto da Galeria Nacional de Artes?

Esta foi uma proposta do ministro da Cultura – Mário Lúcio –, sob a superintendência da Direção Nacional das Artes. A Galeria Nacional de Artes quer criar um conjunto de galerias públicas e privadas nos PALOP e na CEDEAO, fomentando a internacionalização das artes plásticas de Cabo Verde. Abrimos também editais para residências artísticas, porque existem carências bem vincadas nessa área. Temos alguns artistas de renome, com quem os mais jovens, muito amaneirados à arte moderna europeia, deverão aprender.

Quais os domínios nela inseridos?

Com o surgimento da Conservatória Nacional das Artes, valência inaugurada no dia 10 de abril de 2016, pretendemos criar aí algumas cátedras – Música, Dança, Artes Visuais, Teatro e Circo –, que permitirão a evolução e cultivo da produção das artes visuais em Cabo Verde.

Qual a intenção de agregar manifestações culturais diferentes, mas ao mesmo tempo tão próximas?

Este é um espaço de abrangência holística, procurando dar outra dimensão ao artista plástico nesses domínios. Essa transversalidade ampliará a sua dimensão humana nas artes e potenciará o seu campo criativo, método já utilizado na Bauhaus.

Neste momento, o projeto está radicado em três ilhas. Qual a razão dessa escolha?

A sua instalação em Santiago, numa sala da Biblioteca Nacional e no Centro Cultural Ilda Lobo, em São Vicente, no Centro Nacional de Artesanato e na Ponta d'Areia Gallery, e no Sal, no Centro Cultural de Santa Maria, está relacionada com o facto de esses serem os locais mais adequados para esse projeto. Essas três ilhas apresentam particularidades passíveis desta efetivação: Santiago, por ser a capital de Cabo Verde e aqui existir uma assinalável produção artística; São Vicente, pela mesma razão; e o Sal, pela sua vocação para a circulação de pessoas oriundas de outros países. Os temas abordados são variados – fotografia, pintura e desenhos – que retratam o modo de vida da sociedade cabo-verdiana.

E para quando expandirem-se essas galerias para as restantes ilhas?

A falta de disponibilidade financeira não o tem permitido. É obrigatório refletirmos melhor e colocarmos algumas questões que nos ajudem a perceber o que devemos fazer para aí surgirem projetos pertinentes. Mas será fundamental educar e revolucionar o olhar da população para fruir este tipo de espaços.

Qual a necessidade de suporte legal aquando da criação da Galeria Nacional de Artes?

A Galeria Nacional de Artes é uma instituição estatal, daí a necessidade de estar dentro dos parâmetros da lei.

Por que razão se denomina Coleção Nacional das Artes?

É inspirada a partir do espólio das artes plásticas de Cabo Verde e da necessidade de o comunicar. Esta Coleção está sob a tutela da Galeria Nacional de Artes, que terá como incumbência a sua conservação e comunicação. São-lhe destinados 5.000 contos anuais [50.000€], quer para a aquisição de obras e objetos, quer para fomentar a produção de qualidade. Queremos trazer outros saberes para o enriquecimento intelectual do artista cabo-verdiano.

Quem são os vossos públicos-alvo?

Sobretudo os jovens, as escolas e os turistas.

Quais os recursos humanos alocados a este projeto?

Neste momento temos uma equipa transdisciplinar formada por quatro pessoas: uma historiadora de arte, um artista plástico, um *designer* e um gestor de projetos. Porém, a nossa ideia é trabalhar com a sociedade civil para a capacitação de recursos humanos noutras ilhas, para que futuramente possam fazer o acompanhamento das visitas aos espaços expositivos que aí venham a ser criados.

O ingresso nesses espaços é gratuito?

Atualmente sim, mas pretendemos criar uma taxa para manutenção das salas de exposição.

Existe algum registo relativo ao número de visitantes?

No dia da inauguração [23 de março], simultaneamente nas três ilhas, tivemos uma grande afluência de visitantes. Não temos qualquer registo do número de frequentadores destes locais, mas sabemos que a afluência tem sido interessante.

Está já estabelecida alguma forma de cooperação com o sistema de ensino?

Aquando da inauguração, as escolas estavam em período de férias. Com o regresso das atividades letivas esperamos estabelecer esses vínculos. Para nós é importante, desde cedo, educar o olhar desses jovens, para mais tarde estarem inteiramente familiarizados com este tipo de produção artística.

Consideram exequível o intercâmbio de obras entre as vossas Galerias/Centros de Exposição, ou então, a realização de exposições itinerantes?

Por razões económicas e logísticas, essa possibilidade somente será válida através de fotografias.

De que forma se processa a incorporação de obras nesses espaços?

São de duas proveniências: obras do Estado e dos artistas que as cedem para exposição.

Existe algum espaço consignado para reservas?

Neste momento não, mas pretendemos criá-lo.

Existe algum Plano de Segurança?

Apresenta debilidades. Não possuímos recursos humanos em número suficiente. Existem guardas à porta dos espaços, mas no decurso do circuito expositivo, não.

E a conservação desse acervo. Está devidamente acautelada?

Essa é outra lacuna a colmatar. O clima de Cabo Verde deteriora muito as obras, e as salas de exposições não estão apetrechadas com o equipamento necessário para o impedir.

Por essa razão é necessária uma monitorização constante...

Sim, e procuramos fazê-lo quinzenalmente, mas infelizmente não temos pessoas com capacitação suficiente para desenvolver esse trabalho.

Anexo 11 Entrevista ao tenente-coronel José Graça

Diretor do Gabinete do Chefe do Estado Maior (14 de abril de 2016)

Quando surgiu a ideia do Museu de História Militar?

A ideia do Museu de História Militar surgiu ainda na segunda metade da década de 1990. Para a sua criação foi constituída uma comissão, presidida pelo então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o coronel Amílcar Baptista [hoje brigadeiro], que foi um dos grandes impulsionadores deste projeto, que durante muito tempo não teve avanços significativos. Somente quando o atual Chefe do Estado Maior das Forças Armadas [major-general Alberto Fernandes] tomou posse, voltámos a pensar nessa hipótese. Foi feito um despacho e nomeada uma comissão, da qual sou presidente, para trabalhar nesse sentido. O facto de ser o diretor do Gabinete do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, licenciado em História, mestre em História, Defesa e Relações Internacionais, e doutorando neste mesmo domínio, certamente contribuiu para essa nomeação.

Por que razão o processo de implementação do Museu de História Militar esteve em hibernação?

Penso que teve relação direta com as prioridades e os *timings* para a sua execução. Resumindo, motivações de ordem económica.

E qual o ponto da situação para a instalação do Museu de História Militar?

No ano passado [2015], desenvolvemos uma proposta apresentada a um grupo de militares. Desse encontro surgiram novas ideias, entretanto agregadas ao que já havíamos desenvolvido. Posteriormente avançaremos para a etapa seguinte dividida em várias fases: identificação do acervo, definição e localização dos espaços museológicos, e a sua implementação. Contamos com o apoio do IPC, com quem já falámos e demos a conhecer o que pretendemos fazer. Com agrado constatámos interesse por parte dessa instituição em colaborar connosco, esperando-se que este nosso equipamento possa vir a integrar a Rede de Museus de Cabo Verde.

Será constituído por um só equipamento ou terá extensões museológicas?

Primeiramente será aqui Praia, no Quartel Eugénio de Lima, onde já identificamos, pelo menos numa primeira fase, um sítio para o sedear. Futuramente é nossa intenção expandi-lo para o Quartel Jaime Mota, não obstante os condicionalismos que essa decisão acarreta,

em razão de ser uma unidade militar em funcionamento e haver necessidade de adaptar algumas das áreas existentes a essa nova função. Quase simultaneamente, nas regiões militares de São Vicente e do Sal formar-se-ão outras duas extensões com material de guerra, equipamentos auto e de comunicações, uniformes, e acessórios militares. É igualmente nossa intenção a recuperação de carros militares (BRDM e BTR) oferecidos a partir de 1975 pela Embaixada da União Soviética, presumivelmente utilizados por esse país durante a II Guerra Mundial. Parece-me que seria uma ideia interessante, e que extravasaria o domínio da História Militar de Cabo Verde. Não queremos criar um Museu das Forças Armadas, mas sim um Museu da História Militar. A nossa intenção é apresentamos um espaço com uma perspectiva temporal alargada, desde o período colonial até à atualidade.

A tutela do Museu Histórico Militar será adstrita a que entidade?

Ao Estado Maior das Forças Armadas de Cabo Verde.

Qual o objetivo da sua criação?

Resgatar a memória da História Militar de Cabo Verde, embora com especial destaque para o período pós-independência. Quanto ao período colonial, deverão ser feitos trabalhos de pesquisa mais apurados, sobretudo em relação à Ribeira Grande de Santiago, para sustentarmos um discurso museológico coerente. Acima de tudo pretendemos, principalmente na estrutura central, criar um espaço museológico interativo e propício ao diálogo entre os objetos e os visitantes.

Relativamente ao acervo, qual o ponto da situação?

As equipas já estão formadas para localizar as peças já identificadas e consideradas com valor relevante para serem incluídas nas coleções museológicas. Algumas delas estão em bom estado de conservação, mas outras necessitarão de intervenções de restauro. O espólio encontrado nas outras regiões militares só excecionalmente será trasladado para a Praia. Isso só ocorrerá mediante devida e sustentada justificação, pois pensamos ser importante não deslocalizar esses testemunhos da sua proveniência original. O processo de inventariação já foi iniciado e seguidamente avançaremos para o processo de consolidação da conservação, para o qual gostaríamos de ter o apoio de uma pessoa com formação nessa área.

As funções museológicas já foram todas contempladas, ou só posteriormente, quando o projeto estiver numa fase de maturação mais efetiva, é que avançarão para essa etapa?

Ponderámos essa questão desde o início, mas só numa fase mais adiantada é que nos debruçaremos sobre ela. Teremos de nos munir de colaboradores cientificamente avaliados nesses domínios para os executarem.

E onde ficará instalada essa estrutura central?

No Quartel de Eugénio de Lima, onde pensamos alocar todas as funções de retaguarda museológica. Nas restantes zonas militares teremos uma área expositiva e outra para as reservas.

Atendendo ao facto de que são três os equipamentos museológicos, já pensarão no número de colaboradores adstritos a cada um deles?

Essa será uma das nossas preocupações. Para cada um deles pensamos ter em permanência, pelo menos, uma pessoa, que deverá ter a formação adequada para desempenhar a sua função.

E qual serão os vossos públicos-alvo?

Os militares aposentados e no ativo, os estudantes de todos os níveis de ensino, o público interessado nesta temática e os turistas.

Contemplam a existência de um Serviço Educativo multifacetado para comunicar com os distintos públicos.

Perante tanta heterogeneidade de públicos, não será fácil, mas tentaremos corresponder a todas as solicitações de um modo eficiente. Não possuímos recursos humanos com formação na área museológica. Como tal, precisamos de assimilar competências, mas estou convencido de que com o tempo isso será alcançado.

O acesso a esses espaços será gratuito?

A entrada poderá ser franqueada para os militares, seus familiares e os grupos escolares, mas será paga para os demais públicos.

Obviamente terão de encontrar outras fontes de receita...

Para além da dotação de parte do orçamento consignado às Forças Armadas, é também nossa intenção criar um espaço de restauração/café e venda de outro tipo de produtos direcionados para a temática do museu.

Qual o critério subjacente à escolha do acervo museológico?

A nossa principal preocupação prende-se com a necessidade de conservar algumas peças já obsoletas para a vida militar, segmentando-as por período de utilização e finalidade a que se destinavam. Cabo Verde não é um país com experiência em conflitos bélicos, portanto, definir os critérios e seleção desse acervo não é muito fácil. A inventariação desse acervo já se iniciou, mas está ainda em fase embrionária.

Qual a proveniência desse acervo?

Sobretudo das Forças Armadas, mas a doação de objetos é outra hipótese a considerar. Julgamos ser também possível contar com a colaboração dos militares que já não estão no ativo no apoio/orientação às visitas aos nossos equipamentos museológicos.

Para quando está prevista a inauguração?

Será a 15 de janeiro de 2017 [15 de janeiro de 1967 é considerada a data oficial da fundação das Forças Armadas de Cabo Verde]. Esta inauguração ocorrerá, simultaneamente, nas três regiões militares São Vicente, Sal e Santiago.

Relativamente ao período áureo da Ribeira Grande de Santiago e às estruturas militares aí existentes, qual o discurso museográfico preconizado?

Temos a consciência de que não será fácil comunicar esse conteúdo, porque muitas dessas estruturas já desapareceram. Por outro lado, certamente também não nos socorreremos de objetos tridimensionais. Temos de analisar bem essa situação e escolher a melhor estratégia, que poderá passar, por exemplo, por réplicas cartográficas ou imagens 3D.

Contemplam realizar exposições temporárias e itinerantes?

É nossa intenção levar às escolas onde estão implementadas as regiões militares algum do nosso espólio. Nas restantes ilhas, por razões logísticas, será mais complicado fazê-lo, e teremos de encontrar estratégias para o conseguir, que poderão passar, por exemplo, pela

mostra de objetos de menor dimensão. As exposições temporárias, algumas delas direcionadas para temáticas não correlacionadas com o museu, são outra hipótese a considerar.

Mas estão também a preparar a formação de um Centro de Documentação e de uma Biblioteca Militar...

Neste momento temos, no sexto piso do edifício onde estamos [Estado Maior das Forças Armadas], um pequeno auditório e uma sala consignada para o devido acondicionamento desse acervo – documentação arquivística, jornais, livros, revistas –, que está em fase de classificação. Neste momento, esse departamento está a cargo da tenente Cariana Santos, mas necessitamos de mais recursos humanos com formação em Arquivologia. Já estão devidamente identificadas, digitalizadas e catalogadas mais de mil fotografias, que retratam momentos importantes da vida das Forças Armadas de Cabo Verde.

E quais os procedimentos de conservação preventiva aplicados neste espaço?

O local está devidamente salvaguardado, aplicando-se com a regularidade exigida as medidas preventivas de conservação: a utilização, em determinadas horas do dia, do ar condicionado, a abertura das gavetas onde estão acondicionados os acervos e a desinfestação do espólio.

Futuramente, não pensam agregá-los ao Museu de História Militar?

É a nossa intenção criar essa estrutura alargada, embora não num futuro próximo. No nosso entendimento, o Centro de Documentação das Forças Armadas poderá evoluir para Arquivo Histórico Militar.

E nesse contexto não seria preferível transferir esse espólio para a estrutura central do Museu de História Militar?

É uma hipótese a considerar, porque se o queremos de acesso público, essa transferência deverá ser feita para o Quartel Eugénio de Lima. Deste modo conseguiríamos aglutinar os serviços e fazer uma melhor gestão dos mesmos.

Anexo 12 Entrevista a Manuel Veiga (via correio eletrónico)

Ex ministro da Cultura de Cabo Verde (18 de dezembro de 2017)

O Senhor foi um interlocutor privilegiado em todo o processo de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade. Pode descrever as etapas que culminaram com a atribuição desse galardão?

A primeira etapa era acreditar que a Cidade Velha tinha todos os requisitos para ser reconhecida como Património da Humanidade. De seguida, devia-se apresentar os fundamentos desse reconhecimento não só para o cabo-verdianos, mas também para o Comité do Património Mundial da UNESCO. Para tal, alguns passos tinham que ser dados antes da apresentação do *dossier*:

- O Governo tinha que proceder à declaração da Cidade Velha como Património Nacional;
- Havia que ratificar a Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural;
- Devia-se fazer o levantamento topográfico do Sítio, definir o perímetro do mesmo e a zona tampão (ou seja, aquela em que era proibida qualquer construção que pudesse quebra da harmonia arquitetónica ou tirar a visibilidade de um elemento patrimonial);
- Dar início à elaboração de um *dossiê* que apresentasse as fundamentações históricas, culturais e patrimoniais do Sítio;
- Para o efeito da alínea anterior, criar uma comissão técnica e científica pluridisciplinar. Foi também solicitado à UNESCO que disponibilizasse um consultor que já tivesse participado num processo de candidatura vencedor e que conhecesse todas as exigências e os trâmites que habilitam o sucesso da operação;
- Ao mesmo tempo que a comissão técnica e científica trabalhava os argumentos e o conteúdo das fundamentações, houve a necessidade de organizar um fórum internacional, com a participação de investigadores e de estudiosos, particularmente de países membros do Comité do Património Mundial, com o objetivo de socializar as razões da candidatura e de sensibilizar a opinião internacional sobre a pertinência da mesma;

- Os então ministro da Cultura e primeiro-ministro escreveram aos respetivos homólogos de países membros do Comité do Património Mundial apresentando as razões da candidatura e solicitando apoio;
- Personalidades importantes que visitavam Cabo Verde, como a Rainha Sofia de Espanha e o secretário-geral da Francofonia, Senhor Abdou Diouf, entre outras, foram levadas à Cidade Velha, sempre com o intuito de capitalizar apoios para a candidatura (note-se que era a Espanha que presidia, na altura, o Comité do Património Mundial);
- A réplica do histórico barco AMISTAD, em *tournée* na Costa Ocidental da África, foi convidada a visitar a Cidade Velha, procurando-se com esta ação reunir mais apoios para essa candidatura;
- A comunicação social nacional e a estrangeira foram sensibilizadas para o efeito dessa candidatura.

Mesmo antes da classificação, existia a plena convicção de que a Cidade Velha seria distinguida com esse título?

Mais do que o Património Material existente na Cidade Velha, o Património Imaterial, incorporado na CRIOLIDADE, é o indicador de primeira ordem, como fundamento da declaração pretendida. Com efeito, toda a história social, cultural e antropológica de que resultou a Crioulidade contribuiu, de forma inequívoca, para o enriquecimento do Património da Humanidade. Ora, a Crioulidade como produto antropológico (língua, cultura, tradições, filosofia de vida, fauna e flora introduzidas e adaptadas), e toda a História do Sítio Histórico da Cidade Velha (monumentos e respetivas funções), são indicadores mais do que suficientes para a fundamentação da candidatura.

Passaram oito anos desde esse momento. O que mudou na Cidade Velha de então para cá?

Uma consciência mais refinada sobre o valor patrimonial do Sítio.

Considera exequível da Ribeira Grande de Santiago vir a perder o estatuto de Património Mundial?

Não acredito que o reconhecimento de Património da Humanidade conquistado em 2009 esteja ameaçado. Há conflitos de interesse. Porém, tanto o Governo como a Autarquia Local têm agido, não só sensibilizando a população que é a primeira guardiã do Sítio,

como fazendo respeitar as normas para a preservação definidas pela UNESCO. Há que criar mecanismos que levem os residentes a obter benefícios desse reconhecimento, sem pôr em causa o Sítio ou os seus monumentos históricos.

A este respeito, considera que a cooperação entre os distintos atores intervenientes (Poder Central, Poder Local e população) têm sido profícua?

A cooperação instituições/população tem sido progressiva, apesar de alguns conflitos de interesse.

A dada altura gerou-se uma situação de conflito de interesses entre o governo e a Edilidade Local. Essa situação foi ultrapassada?

Sendo o Governo e a Autarquia da mesma cor política, neste momento, há menos tentação de um relacionamento baseado em algum capricho. Hoje, há menos desconfiança. Na fase de apresentação de candidatura, injustificadamente, a Autarquia mantinha uma relação de desconfiança relativamente ao Poder Central, chegando mesmo a fazer denúncia pública.

Qual o futuro para a Cidade Velha?

A Cidade Velha, pela importância histórica que teve no processo da nossa História e da nossa Crioulidade, vai continuar a ser o nosso *ex-libris*, uma espécie de relíquia que devemos preservar e valorizar. Pelo que representam os monumentos e a riqueza arqueológica de que dispõe, constitui uma fonte importante para a investigação histórica e sociológica.

Uma outra importância é o facto de, no Sítio, viver uma população, o que faz da Cidade Velha um património vivo.

Quando foi ministro da Cultura foram inauguradas algumas instituições museológicas com tutelas e tipologias distintas. O que esteve subjacente à sua constituição?

Os núcleos museológicos criados obedeciam a uma política de preservação e valorização histórico-cultural. Era preciso resgatar tudo o que esteve no processo de formação da Crioulidade ou que condicionou essa mesma formação. Como se sabe, uma História que se apaga representa sempre uma machadada civilizacional, um desrespeito pela

criatividade e pelos sacrifícios consentidos na edificação de uma História e de um modo de vida de que o presente e o futuro são devedores.

Como analisa o atual espectro museológico em Cabo Verde?

Há a necessidade de mais apoio e de mais atenção. Alguns funcionam sem dinamismo e sem vitalidade, parecendo mais um depósito de artefactos do que de outra coisa. Há dias, a comunicação social anunciou o roubo de peças de ouro proveniente de pesquisas subaquáticas. Não se percebe a falta de segurança em espaços com espólio tão valioso e raro. Até ao presente, não se sabe nada sobre elas. Parece até que o assunto já foi esquecido. Houve momentos em que objetos valiosos foram vendidos, como por exemplo um astrolábio, presumo que do século XVII. Agora, pior do que venda, é o roubo. Na venda, pelo menos conhece-se o destino. No roubo perde-se completamente o seu rasto.

Relativamente à Cidade Velha, várias propostas têm sido aventadas, inclusive, a criação de um Museu Nacional. O que pensa a esse respeito?

A ideia da criação de um Museu Nacional é antiga. Primeiro pensámos que podia ser na Cidade Velha, na zona próxima à Fortaleza Real de São. Filipe, devendo contar com uma arquitetura subterrânea para não colidir com o campo de visibilidade daquele edifício militar. Enquanto fui ministro da Cultura não foi possível conseguir-se financiamento para esse projeto. Depois pensou-se na hipótese de transformar o Quartel Jaime Mota, no Platô, em Museu Nacional. Houve uma decisão nesse sentido. Porém, antes de se iniciar o processo da procura de financiamento, surgiu um operador interessado em transformar essa unidade militar num hotel de luxo. Caiu o projeto de museu. Porém, o de hotel não também prosseguiu.

Por isso, penso que se deve retomar a ideia do Museu Nacional na Cidade Velha. Por ser berço da nação, o mesmo ficaria aí muito bem situado. É bem possível que venha a ser construído na zona de Salineiro.

Anexo 13 Caracterização dos museus e centros interpretativos de Cabo Verde**Jardim Botânico (São Jorge dos Órgãos, Ilha de Santiago)**

Ano	Tutela	Tipologia	Categoria	Acervo	Edifício
1988	Central (INIDA)	Botânico	Disciplinar	Botânico	Jardim Botânico Nacional Grandvaux Barbosa

Museu de Documentos Especiais (Praia, Ilha de Santiago)

1991	Central (ANCV)	Documentos Especiais	Temático/Disciplinar	Selos, notas, moedas, numismático; cartografia, fotografia e iconografia	Alfândega da Praia (c. 1880)
------	----------------	----------------------	----------------------	---	------------------------------

Etnográfico (Praia, Ilha de Santiago)

1997	Central (IPC)	Etnográfico	Disciplinar	Cestaria, panaria, olaria, utensílios de moagem, e outros	Residencial (primeira metade do século XIX)
------	---------------	-------------	-------------	--	--

Museu da Resistência (Tarrafal, Ilha de Santiago)

2000	Central (IPC)	Não deslocalizada	Temático	Testemunhos <i>in situ</i>	Colónia Penal de Chão Bom
------	---------------	-------------------	----------	----------------------------	---------------------------

Casa da Memória (São Filipe, Fogo)

2001	Privada (Casa da Memória)	Casa-Museu	Temático	Móveis e peças de interior	Residencial (início do século XIX)
------	---------------------------	------------	----------	----------------------------	------------------------------------

Casa-Museu Eugénio Tavares (Nova Sintra, Ilha Brava)

2006	Central	Casa-Museu	Temático	Móveis e peças de interior	Residencial (início do século XX)
------	---------	------------	----------	----------------------------	-----------------------------------

Sítio Museológico de Lajedos (Santo Antão)

2007	Privada ONG Atelier Mar	Comunitário	Temático	Material e Imaterial relacionado com quotidiano da comunidade	Comunidade rural de Lajedos
------	----------------------------	-------------	----------	--	-----------------------------

Museu de Arqueologia (Praia, Ilha de Santiago)

2008	Central (IPC)	Arqueológico	Disciplinar	Moedas, canhões, balas, garrafas, crucifixos, e outros	Sem valor intrínseco
------	---------------	--------------	-------------	---	----------------------

Museu Municipal de São Filipe (Ilha do Fogo)

2008	Municipal	História Local	Temática	Objetos de uso quotidiano	Residencial (início do século XXI)
------	-----------	----------------	----------	---------------------------	------------------------------------

Museu de Educação (Praia, Ilha de Santiago)					
Ano	Tutela	Tipologia	Categoria	Acervo	Edifício
2009	Privada (ASPPEC)	Escolar	Temático	Objetos e materiais escolares	Escola Grande (1887)
Museu da Tabanca (Chã de Tanque, Ilha de Santiago)					
2010	Central (IPC)	Música/Etnografia	Disciplinar/Temático Comunitário	Figuras e utensílios usados nesta manifestação cultural	Antiga casa do morgado
Centro Nacional de Artesanato e Design (Mindelo, Ilha de São Vicente)					
2010	Central (IPC)	Histórico/ Etnográfico	Disciplinar/Temático	Relativo ao edifício e às tradições artesanais	Residencial e liceu (final do século XIX)
Espaço Museológico da Assembleia Nacional (Praia, Ilha de Santiago)					
2011	Central (Assembleia Nacional)	História Política	Temático	Objetos e quadros interpretativos	Assembleia Nacional (1985)
Centro Interpretativo de São João (Porto Novo, Ilha de Santo Antão)					
2013	Municipal	Centro Interpretativo	Temático	Documentação, fotos e vídeos	Capela (final do século XIX)
Museu/Centro Cultural Norberto Tavares (Assomada, Ilha de Santiago)					
2014	Central/Municipal (IPC)	Música/Etnografia	Disciplinar/Temático	Espólio do músico e objetos etnográficos	Antiga Repartição da Fazenda e dos Correios (século XIX)
Museu do Mar (Mindelo, São Vicente)					
2014	Central (IPC)	Histórico/Arqueológico/ Marítimo	Disciplinar/Temático	Textos da História desta ilha e peças ligadas ao mar	Réplica da Torre de Belém (década de 1930)
Núcleo Museológico Cesária Évora (Mindelo, Ilha de São Vicente)					
2015	Central (IPC)	Música	Disciplinar	Espólio da artista	Residência de Cesária Évora
Sala-Museu Amílcar Cabral (Praia, Ilha de Santiago)					
2015	Privada (Fundação Amílcar Cabral)	Histórico-biográfico	Temático	Multimédia e fotográfico	Residencial (século XIX)

Museu da Pesca (Tarrafal, Ilha de São Nicolau)

Ano	Tutela	Tipologia	Categoria	Acervo	Edifício
2015	Privada (SUCLA)	Pesca	Temático	Cultura baleeira, pesca e indústria conserveira	Residência de António Cadório (década de 1940)

Museu do Sal (Santa Maria do Sal, Ilha do Sal)

2015	Central (IPC)	Histórico/ Etnográfico	Disciplinar	Histórico/ Etnográfico	Alfândega e correios (século XIX)
------	---------------	------------------------	-------------	------------------------	-----------------------------------

Coleção de Arte Contemporânea (Praia, Ilha de Santiago)

2016	Central (Estado)	Arte	Disciplinar	Obras de arte contemporânea	Palácio Ilda Lobo (século XIX)
------	------------------	------	-------------	-----------------------------	--------------------------------

Área Expositiva da Presidência da República (Praia, Ilha de Santiago)

2016	Central (Palácio da Presidência)	História Política	Temático	Objetos e quadros interpretativos	Palácio da Presidência (século XIX)
------	----------------------------------	-------------------	----------	-----------------------------------	-------------------------------------

Banco de Cabo Verde (Praia, Ilha de Santiago)

2016	Privada (Banco de Cabo Verde)	Bancário	Temático	Objetos da Instituição	Banco de Cabo Verde
------	-------------------------------	----------	----------	------------------------	---------------------

Museu do Laboratório de Engenharia Civil (Praia, Ilha de Santiago)

2018	Central (Laboratório de Engenharia Civil)	Construção civil	Temático	Equipamentos técnicos	Laboratório de Engenharia Civil
------	---	------------------	----------	-----------------------	---------------------------------

Centro de Interpretação Territorial (Porto Novo, Ilha de Santo Antão)

2019	Municipal	Centro Interpretativo	Temático	Quadros interpretativos	Antigos Paços do Concelho
------	-----------	-----------------------	----------	-------------------------	---------------------------

Museu das Bandeiras (São Filipe, Ilha do Fogo)

2019	Privada (Casa das Bandeiras)	Bandeiras	Temático	Objetos desta festa	Casa das Bandeiras
------	------------------------------	-----------	----------	---------------------	--------------------

Museu dos Náufragos (Praia, Ilha de Santiago)

2019	Privada (Associação dos Náufragos)	Antropológico	Disciplinar	Peças da cultura crioula	Sem valor intrínseco
------	------------------------------------	---------------	-------------	--------------------------	----------------------

Centro de Interpretação das Salinas do Porto Inglês (Ilha do Maio)

2019	Municipal	Centro Interpretativo	Temático	Documentação, vídeos e fotos	Construído para o efeito
------	-----------	-----------------------	----------	------------------------------	--------------------------